O INSTITUTO

VOLUME 79.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 79.º

4.ª SÉRIE VOLUME 8.º

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Almeida (Vieira de) — Proémio à Lógica 55

Bataillon (Marcel) — Damião de Goes et Reginald Pole 21

Battelli (Guido) — Parisio Cataldo Siculo 189

Correia (João da Silva) — A rima e a sua acção lingüística, literária e ideológica — Acção lexical da rima 79, 203

Correia (Vergílio) — Uma descrição quinhentista do Mosteiro de Santa Cruz 28

—— Artes industriais ou aplicadas em Portugal no século xvi — Ouro e ferro 549

Guerra (Luiz de Figueiredo da) — A fundação de Vila Nova de Cerveira 243

Magalhães Basto (A. de) — Alguns documentos inéditos sôbre Uriel da Costa 1

—— Novo documento inédito sôbre Uriel da Costa 442

Neméslo (Victorino) — O erotismo de João de Deus 331

Neves (Álvaro) — Doutor Teófilo Braga, musicólogo 615

Pôrto (João) — Do valor diagnóstico da cuti-reacção à tuberculina, em clínica infantil 371

Ramos (Feliciano) — O carácter amoroso da lírica de João de Deus e a mentalidade portuguesa 419

Saavedra Machado (L.) — Os estudos germânicos em Portugal 301, 529, 628

Santos (Carlos), filho — Rudolf Stener e a Antroposofia 247

Silva (Agostinho da) — A religião grega 565

Silva Bastos (José T. da) — João de Deus (8-3-1830 a 8-3-1930). 137

Silva (C. E. Correia da) — Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas» 267, 471, 656

Sousa Viterbo — Subsídios para a história da música em Portugal 400, 511, 645

Pág.

Vaz Serra (Augusto Paes da Silva) — Importância do Sanatório Marítimo na profilaxia e tratamento da tuberculose 105

Vilhena (João Jardim de) — Frei Cláudio da Conceição..... 362

—— Gomes Freire de Andrade 462

Vilhena (D. Thomaz d'Almeida Manoel de) — Chivalry — A series of studies to illustrate its historical significance and civilizing influence by members of King's college, London edited by Edgar Prestage — Camões professor 455

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Artes industriais ou aplicadas em Portugal no século XVI — Ouro e ferro, por VERGÍLIO CORREIA 549

Carácter (O) amoroso da lírica de João de Deus e a mentalidade portuguesa, por FELICIANO RAMOS 419

Chivalry — A series of studies to illustrate its historical significance and civilizing influence by members of King's college, London edited by Edgar Prestage — Camões professor, por D. THOMAZ D'ALMEIDA MANOEL DE VILHENA 455

Damião de Goes et Reginald Pole, por MARCEL BATAILLON 21

Descrição (Uma) quinhentista do Mosteiro de Santa Cruz, por VERGÍLIO CORREIA. 28

Documento (Novo) inédito sôbre Uriel da Costa, por A. DE MAGALHÃES BASTO 442

Documentos (Alguns) inéditos sôbre Uriel da Costa, por A. DE MAGALHÃES BASTO 1

Doutor Teófilo Braga, musicólogo, por ÁLVARO NEVES..... 615

Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. CORREIA DA SILVA 267, 471, 656

Erotismo (O) de João de Deus, por VICTORINO NEMÉSIO 331

Estudos (Os) germânicos em Portugal, por L. SAAVEDRA MACHADO..... 301, 529, 628

Frei Cláudio da Conceição, por JOÃO JARDIM DE VILHENA 362

Fundação (A) de Vila Nova de Cerveira, por LUIZ DE FIGUEIREDO DA GUERRA 243

Gomes Freire de Andrade, por JOÃO JARDIM DE VILHENA 462

Importância do Sanatório Marítimo na profilaxia e tratamento da tuberculose, por AUGUSTO PAES DA SILVA VAZ SERRA 105

João de Deus, (8-3-1830 a 8-3-1930), por JOSÉ T. DA SILVA BASTOS 137

Parisio Cataldo Siculo, por GUIDO BATTELLI 189

Pág.

Proémio à Lógica, por Vieira de Almeida 55
Religião (A) grega, por Agostinho da Silva 565
Rima (A) e a sua acção lingüística, literária e ideológica — Acção lexical da rima, por João da Silva Correia 79, 203
Rudolf Stener e a Antroposofia, por Carlos Santos, filho 247
Subsídios para a história da música em Portugal, por Sousa Viterbo 400, 511, 645
Valor diagnóstico (Do) da cuti-reacção à tuberculina, em clínica infantil, por João Pôrto 371

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 79.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 8.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Alguns documentos inéditos sôbre Uriel da Costa, por A. de Magalhães Basto 1
Damião de Goes et Reginald Pole, por Marcel Bataillon 21
Uma descrição quinhentista do Mosteiro de Santa Cruz, por Vergílio Correia 28
Proémio à Lógica, por Vieira de Almeida 55
A rima e a sua acção lingüística, literária e ideológica — Acção lexical da rima, por João da Silva Correia 79
Importância do Sanatório Marítimo na profilaxia e tratamento da tuberculose, por Augusto Paes da Silva Vaz Serra 105

ALGUNS DOCUMENTOS INÉDITOS SÔBRE URIEL DA COSTA

Como quási sempre sucede a quem se entrega a qualquer espécie de investigações, não é o que se procura aquilo que mais fàcilmente se encontra.

Deu-se agora mais uma vez êsse caso connosco.

Realizando no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto determinadas pesquizas para esclarecer certos factos da vida duma grande Instituïção portuense, na elaboração de cuja história vimos de há longos meses trabalhando, encontrámos, casualmente, uma escritura em que se aludia a Gabriel da Costa. Êste achado inesperado levou-nos a procurar outros documentos que se prendiam com aquele, e tivemos a felicidade de, ràpidamente, reünir os cinco que nos apressamos a trazer a público e que lançam mais alguma luz sôbre a biografia do famoso cristão-novo portuense. Tal foi a génese destas breves e despretenciosas notas.

*

Em 21 de Março de 1620, Gaspar da Rocha, cavaleiro da Ordem de Cristo, morador no Pôrto, nas suas casas da Rua Nova (actual do Infante D. Henrique), vende, como procurador de terceiros, certas casas da Rua de S. Miguel da mesma cidade, a António Jorge Torrado, morador em Montelongo, comarca da «vila de Guimarães».

A respectiva escritura, que ocupa longas doze fôlhas

compactas de descuïdada letra tabeliôa, vai-nos explicar as circunstâncias particulares desta venda.

Gaspar da Rocha apresentou ao tabelião que interveio no acto dois documentos. O primeiro era uma pública-forma da procuração geral feita em Lisboa, a 9 de Maio de 1615, em que foram constituintes Dom Jorge de Mascarenhas, futuro Marquês de Montalvão, e sua mulher Dona Francisca de Vilhena e mandatários a mãe de Dom Jorge, Dona Jerónima de Castro, e mais dois indivíduos. O segundo documento era o substabelecimento de Dona Jerónima de Castro em Gaspar da Rocha e Lucas Pinto de Castro, feito também em Lisboa, mas a 22 de Fevereiro de 1620.

Dom Jorge de Mascarenhas que, em Maio de 1615, estava em vésperas de partir a ocupar o cargo de capitão e governador da praça de Mazagão, ía começar a sua vida aventurosa de glórias e de desditas. Deixava em Portugal quem olhasse por tôda a sua já avultadíssima fortuna.

Entre as suas rendas contava-se a da Comenda de Vila-Cova, em Entre Douro-e-Minho. Antes de partir, — a data exacta não no-lo dizem infelizmente os nossos documentos — arrendara essa comenda «em preço de 800$000 rs. por tempo de um ano», hipotecando-lhe o rendeiro, para garantia de pagamento, «as casas que tinha» no Pôrto. O rendeiro era nem mais nem menos do que Gabriel da Costa.

Mas um dia, (veremos adiante o que se pode averiguar quanto a esta data), inopinadamente, sem pagar o que devia, Gabriel da Costa desaparece. Expatriara-se com a mãe, já viúva, e com os seus irmãos. Conhecido êste facto das Justiças, o denunciante, Miguel Chamôrro, do Pôrto, pretende, de acôrdo com a legislação vigente sôbre a fuga dos cristãos-novos, haver a sua parte nos bens confiscados ao ausente. Mas Dom Jorge surge com embargos de preferência que só a 13 de Julho de 1616 têm sentença final: — Gabriel da Costa nada possuía quando se ausentou de Portugal, visto

que, diz o Juíz, os seus bens estavam, havia muito, obrigados ao pagamento de uma renda que *comeu* e não satisfez. A fazenda pedida pelo embargante devia ser-lhe entregue.

E desta forma o poderoso Dom Jorge de Mascarenhas, que no futuro havia de ser Conde de Castelo-Novo, Marquês de Montalvão, 1.º Vice-Rei de Nova-Lusitânia — e que, pelo castelhanismo de sua mulher e filhos, viria a morrer preso no Castelo de S. Jorge, — sucedeu nos bens confiscados em Portugal ao herói de romances e de tragédias, ao homem que viveu um dos maiores dramas de consciência da história de judaismo.

*

O episódio que fica sumàriamente relatado e que, supomos, tem sido absolutamente desconhecido até hoje, dá-nos uma explicação plausível do modo como Uriel se houve para realizar parte dos seus haveres e ausentar-se de Portugal sem levantar suspeitas.

A sua fortuna constava certamente de muitos outros valores. Porém a sua casa devia ser um dos mais importantes. Vendê-la, não podia; logo começariam as desconfianças.

Que faz Uriel da Costa?

Arrenda a Comenda de Vila-Cova, por um ano. Compromete-se ao pagamento de 800$000 rs. soma que, sendo exagerada ou não, êle aceita por não tencionar satisfazê-la, — (estaria Dom Jorge no segrêdo? Quem sabe?) — e dá em hipoteca a sua casa da Rua de S. Miguel. Colhe as rendas em géneros ou em dinheiro, que com certeza deviam ser compensadoras e, se inferiores a 800$000 rs. o que não seria lógico, pelo menos muito aproximadas. Converte tudo em metal sonante e embarca com a saca da moeda e com a família, deixando ao crèdor a casa do Pôrto, com algum recheio. Assim, por êste processo verdadeiramente engenhoso, *truc* hábil de advogado esperto, bem conforme com

a fama de ardileza para os negócios de que gozam os judeus, conseguiu Gabriel da Costa burlar as Ordenações do Reino! Levava consigo valor igual ou superior ao da sua propriedade, pois esta, vendida em 1620, não deu mais de 300$000 rs.!

*

Em que ano se teria dado a expatriação?

Um outro documento nos ajudará a fixar o *terminus ante quam,* ao mesmo tempo que nos fornecerá, completado por um terceiro, alguns pormenores relativos ao pai do célebre livre-pensador.

Em 1615, o Licenciado Luis Touro Godinho, Juiz de Fora do Pôrto, procedia por ordem régia, ao atombamento dos foros e pensões daquela cidade. No dia 29 de Abril, compareceu nas suas pousadas, o procudor da Câmara e requereu que fôssem lançados no *Tombo* 387,5 rs. de pensão referentes a determinadas moradas de casas na rua de S. Miguel, «as quais partem com as casas de Jerónimo de Mendonça, que são as segundas abaixo de N. S.ª da Vitória... e da outra parte partem com as de Sebastião da Costa». No mesmo acto o escrivão do Tombo declarou o seguinte:

— «que possuindo Bento da Costa Brandão as ditas casàs se falecera e ficando a seus herdeiros êles se ausentaram e fugiram» e havia sôbre elas demanda entre «Dom Jorge» e Miguel Chamôrro.

Crêmos *não serem lícitas* quaisquer dúvidas: as casas dos herdeiros de Bento da Costa Brandão são as mesmas de Gabriel da Costa; as confrontações coïncidem também perfeitamente.

Podemos portanto asseverar que a expatriação de Uriel se deu *antes* de 29 de Abril de 1615, e que o nome completo de seu pai era *Bento da Costa Brandão.*

*

Bento da Costa Brandão, como se vê de um dos documentos transcritos no *Apêndice* (V), era cavaleiro fidalgo e mercador. O seu comércio parece ter sido o de vinhos, pelo menos em 1600 fêz executar por uma dívida, proveniente da venda de vários cascos de vinho, um certo Domingos Martins, carpinteiro e tendeiro do Pôrto. Vão à praça as casas que êste possuía na Rua de S. Miguel e Belomonte, e é o crèdor quem as arremata. Nessa data Bento da Costa Brandão morava já na rua de S. Miguel.

*

Infelizmente nenhum outro documento encontrámos ainda relativamente a Bento da Costa. A que família pertencia? Quem era a sua mulher?

O seu apelido Brandão recorda o de uma das mais antigas nobres e opulentas famílias do Pôrto. João Brandão, feitor na Flandres, Maria Brandôa (a do Crisfal), Diogo Brandão, um dos mais inspirados poetas do Cancioneiro Geral, António Homem, o sábio e desventurado canonista, professor da Universidade de Coimbra, pertencem a tão notável geração. Ruy Sanches Brandão foi, em 1576, o instituïdor do Morgado dos Brandões (que veio, supomos, aos Condes de Terena e Marqueses de Monfalim), ao qual, como por documentos inéditos verificamos, ficaram vinculados os vastos campos e Tôrre dos *do Sem* (1), no Pôrto, mais conhecidos pelos campos da Tôrre da Marca. Nobreza, talento e riqueza eram de tradição naquela família ilustre.

---

(1) *Compromisso e instituïção de morgado de Ruy Brandão,* traslado em Sec. H, B.co 6, n.º 17, fl. 71 e seg. no *Arquivo da S.ta Casa da Mia. do Pôrto.*

Entre 1571 (1) e 1582 (2), viveu no Pôrto um Jerónimo Brandão, «fidalgo da Casa de El-Rei nosso Senhor e contador da sua fazenda nesta comarca e almoxarifado», filho do Diogo Brandão já referido, e casado com Isabel da Costa. Possuía, em 1571, «umas casas na Rua de Belmonte, defronte do enxido das casas que foram de Diogo da Paz (*irmão talvez do famigerado Duarte da Paz*) e ora são de António Leite (*«cristão-velho honrado» genro de Diogo*) e por detrás tem seu enxido com porta para a calçada velha detrás das casas da Rua de S. Miguel» (3), isto é, com porta para a Rua de S. Roque. A êste casal *Costa-Brandão* pertencia também uma propriedade na Rua de S. Miguel... (4) mas não consta que tivesse nenhum filho de nome Bento.

Profundamente sugestiva é a semelhança do nome de Bento da Costa Brandão com o de *Manuel da Costa Brandão,* irmão do prestimoso Fernando Brandão que tanto trabalhou, sem êxito aliás, pela libertação de D. Duarte de Bragança e tão importantes serviços prestou a D. João IV em Roma. Eram bisnetos de António Lopes Brandão que serviu «de agente de Portugal na Côrte Pontifícia», e filhos de um consul português em Roma. Ambos os irmãos se portaram como valentes na sangrenta refrega havida nas ruas da *cidade eterna* entre D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, embaixador português, e o Marquês de los Velles, embaixador castelhano, pelo que foram recompensados com honras e mercês, segundo proposta daquele Prelado, pelo govêrno de Lisboa (5).

---

(1) Sec. H, B.co 9, n.º 2, fl. 118 e seg., *Mia. do Pôrto.*

(2) Sec. H, B.co 6, n.º 17, fl. 88 v. *ibid.*

(3) Sec. H, B.co 9, n.º 2, fl. 118 e seg. *ibid.*

(4) *Livro de contractos e compras da cidade com pessoas particulares,* fl. 36, v. no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto.

(5) Ramos-Coelho, *História do Infante D. Duarte,* vol. I, Lisboa, 1889, pág. 432 e 475.

Nada queremos aventar sôbre o parentesco de Uriel com estes ou com outros Brandões. Aguardamos que novos dados, que buscamos e esperamos ter a ventura de encontrar, nos permitam afirmar alguma coisa a tal respeito.

*

No capítulo XXVII, da 2.ª parte da *Nomologia*, escrita peb judeu portuense Manoel Aboab, lê-se(1):

> — «*Foi venturoso o bem-aventurado e mui excelente Rabi Ishac Aboab em passar a melhor vida antes de ver em Portugal as desventuras e lastimosos sucessos que acima contamos. E deve saber o curioso leitor que em Castela foi muito estimado êste senhor dos reis Fernando e Izabel; e logo que no fim de março de mil quatrocentos e noventa e dois fizeram em Granada a pragmática aludida contra os judeus, se foi o venerável sábio, com outras trinta casas de nobres israelistas, a Portugal, a concertar com o rei, que era então João, segundo daquele nome, a quem sucedeu Manoel. Foram bem recebidos do rei, e acordaram que pudessem entrar no reino seiscentas casas de judeus... A estas trinta famílias mandou o rei acomodar na cidade do Pôrto; e fêz que a cidade desse a cada uma delas uma casa, como deram, mui cómodas, na rua que chamam S. Miguel; e no meio de tôdas elas estava a Sinagoga, que eu me recordo haver visto ainda em minha meninice sem estar desmoronada. Tinham as ditas trinta casas por suas armas um* **P**, *que mostrava o nome da cidade. Pagavam de pensão cincoenta reis ou maravedis cada*

(1) Transcrito de Bruno, *Portuenses ilustres*, Pôrto, 1907, vol. I, pág. 375.

uma à cidade, e ela fazia-lhe empedrar a rua; uma destas trinta casas era a de meu avô o senhor Abraham Aboab que o Senhor perdoe».

Os documentos adiante publicados provam que a casa de Uriel era uma das trinta cedidas pela cidade para os judeus emigrados de Castela. Em 1615 só restavam quinze em pé; das outras, treze tinham sido arrazadas para a construção do Mosteiro de S. Bento, a cujos frades a Câmara do Pôrto teve aforada por alguns anos a courela em que todas tinham sido edificadas (1).

Como é sabido, era ali, no *Olival* a *Judiaria*, depois que em 1386 a Câmara do Pôrto por ordem de D. João I, emprazou à Comuna israelita o terreno. No tempo de Uriel já muitos cristãos-novos tinham dali irradiado para outros pontos da cidade. As antigas *boticas das Judias* dà rua da Ponte de S. Domingos, estavam, como estiveram sempre, quási tôdas arrendadas a ricos mercadores de origem hebraica. O arrendatário de uma delas em 1461, e já antes, era Moussem Boino, judeu e mercador (2), que supomos ser o Moussem Boino, terceiro avô do *Præceptor infelix*, do sábio António Homem. No século XVI encontramos habitando nas mais variadas ruas do burgo membros das famílias Paz, Anrriques, Leão, Vila-Real, Vaz, Mendes, Franco, Rodrigues, Dias, Lopes, Nunes de Pina, Barros, etc., alguns dos quais se expatriaram a tempo, e outros forão perseguidos pelo Santo Ofício, viram os seus bens confiscados e acabaram na fogueira ou nos cárceres da Inquisição; dêles nos ocuparemos noutra oportunidade.

Mas a-pesar-do que acabamos de expor, nos começos do século XVII, ainda viviam no antigo bairro judaico ou pos-

---

(1) *Apêndice* (II).

(2) Barros Basto — *Os judeus no velho Pôrto*, Lisboa, 1929, pág. 112.

suíam ali propriedades muitas famílias descendentes dos primitivos moradores, que, diga-se de passagem, foram esplendidos colaboradores dos portuenses para o desenvolvimento comercial do burgo. Correria o mesmo sangue nas veias de Uriel?

A topografia do bairro judeu sofreu, desde o século XVII, algumas modificações. Isso torna difícil saber onde era a casa em que viveu o atormentado cristão-novo. A antiga rua de S. Miguel foi dividida em rua de S. Bento da Vitória e rua de S. Miguel, sendo nesta que devemos procurar a morada de Uriel da Costa. No tempo em que êle ali habitava, a Igreja da Vitória não era ainda a que hoje existe. Supõe-se que a primitiva estivesse noutro lugar, embora não muito longe. Ora a casa pertencente a Jerónimo de Mendonça (1), ficava entre a Igreja da Vitória a nascente e a de Uriel da Costa a poente, e o seu quintal entestava na travessa da Rua de S. Roque — portanto à direita de quem sobe da rua das Taipas. Se a Igreja se erguia no local em que hoje a vemos, não há já casas que se possam identificar com aquelas, pois, onde elas deveriam estar, encontra-se a esplanada da Bateria da Vitória; se estava situada noutro lugar é mais difícil qualquer conclusão precisa.

Na actual Rua de S. Miguel ainda se pode ler, em algumas casas, na padieira da porta principal da entrada, uma inscrição — *F*(oreira) *à Camara,* — por exemplo nos prédios n.^{os} 9 e 11, 25, etc. Mas estas casas, pelo seu aspecto arquitectónico, não parecem anteriores ao século XVIII, quando muito aos fins do século XVII. Será alguma a casa de Uriel? Quási iríamos jurar que não.

Das casas da velha judiaria talvez ainda haja vestígios de algumas na Rua de S. Bento, em frente da Relação; pouco mais existe, em nosso entender.

---

(1) *Apêndice* (III)

No lugar onde estivera a sinagoga foi, diz-se construída a Igreja do Mosteiro dos frades, na qual ainda perdura a conhecida inscrição:

Quæ fuerat sedes tenebrarum est regia solis;
Expulsis tenebris Sol Benedictus ovat.

Da casa de Uriel não existe hoje, estamos quási certos disso, pedra sôbre pedra.

*

É já vastíssima a bibliografia sôbre Uriel da Costa, o *portuense ilustre*, que o Padre Rebelo da Costa, ao incluí-lo, contrariado, nessa galeria, «esconjura como um monstro», na frase de Ricardo Jorge. A sua vida aventurosa e torturada, as lutas do seu espírito de «livre-pensador precoce», as suas controvérsias escandalosas e violentas com os judeus de Amsterdão, a sua trágica morte «depois de haver dirigido à Humanidade, como testamento, uma das Cartas mais perturbadoramente comoventes que ela jámais recebeu», (C. Mich. Vasc.) — têm interessado ùltimamente críticos da douta Alemanha como Pertes, Kayserling, Graetz, Klaar, Carl Gebhardt, «exímio filósofo, o maior dos Spinozistas do nosso tempo... que aprendeu propositadamente a língua de Camões por causa de Uriel» (1) e muitos outros.

Um dos mais recentes e mais completos estudos sôbre Uriel da Costa, é o que a ilustre Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos publicou em 1922 na *Revista da Universidade de Coimbra* (2) e ampliou com novas notas, em 1924, num artigo da *Lusitânia* (1). Não pôde a saüdosa Professora

---

(1) D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Uriel da Costa*, in-*Lusitania*, fasc. I, pág. 5 a 9.

(2) Volume VIII, pág. 237 e seg.

completar como era seu desejo, êsse trabalho, «por não haver conseguido, a-pesar-de todos os seus esforços, a documentação holandesa e hebraica indispensável» (1). Não obstante organizou com a sua costumada agudeza crítica, uma sinópse cronológica da vida de Uriel (2), que os documentos agora encontrados não contradizem, apenas ampliam um pouco.

Os factos novos, de maior importância, que os nossos documentos provam, são:

1.º — O pai de Uriel da Costa chamava-se Bento da Costa Brandão e não apenas Bento da Costa, como dizem os assentos de matrícula da Universidade de Coimbra publicados pelo Sr. Prof. Mendes dos Remédios e por aquela Senhora.

2.º — Bento da Costa Brandão era cavaleiro fidalgo da Casa Real e mercador.

3.º — Pode com tôda a segurança afirmar-se que a expatriação de Uriel da Costa se deu antes de 29 de Abril de 1615, precisando-se assim um pouco mais o que conjecturalmente fôra estabelecido.

4.º — Uriel foi arrendatário da Comenda de Vila-Cova em Entre-Douro-e-Minho, pertencente a Dom Jorge de Mascarenhas, futuro Marquês de Montalvão.

5.º — A fuga de Uriel da Costa foi denunciada por Miguel Chamôrro, que se viu ludibriado nos seus propósitos gananciosos pelo expediente que referimos, pôsto em prática pelo fugitivo.

6.º — Uriel morava na Rua de S. Miguel numa das trinta casas cedidas pela Municipalidade portuense às trinta famílias nobres israelitas emigradas de Castela em 1492.

---

(1) *Lusitânia, cit.*, pág. 5.

(2) *Revista da Universidade, cit.*, pág. 376 a 381.

7.º — Essa casa passou a ser propriedade do Marquês de Montalvão que em 1620 a vendeu a um terceiro, por 300$000 rs.

*

Estes são os factos incontroversos que os documentos inéditos obtidos nos permitem estabelecer. Quando as ilações conjecturais que dêles nos demos a liberdade de tirar não viessem a ter confirmação, alguma coisa de novo ficaria, entretanto, para o esclarecimento de alguns pontos obscuros da biografia duma tão notável figura de pensador, a respeito de cuja existência em Portugal nenhuma informação documental havia além das matrículas universitárias.

APÊNDICE

DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PÔRTO

I

Escritura da venda da casa da rua de S. Miguel, pertencente a Dom Jorge de Mascarenhas, lavrada nas notas de Aleixo Ferreira de Araujo, tabelião do Porto, em 21 de de Março de 1620 (1)

Dessa escritura extratamos as peças seguintes:

a) PROCURAÇÃO DE DOM JORGE DE MASCARENHAS E MULHER (2)

Saibam q.tos este inst.to de procuração virem que, no ano do nasc.to de N. S. Jesus C.to de 1615, em 9 dias do mes de Maio, na cid. de Lx.ª junto à igreja das convertidas, nos aposentos de dom Jorge de Masca-

(1) Livro 1.º de *Compras e vendas*, fl. 1 a 12.
(2) fl. 1 v. a 7.

notas nadita fidade de Lisboa fazendo
mais ditto allvar da Rocha q ditto dom por
q marca[illegible]as a Rainha ditta sua comé
dade pilla boa q gabriel da costa Cristão
novo m[illegible] q foj na Rua de sab migel desta fidade
com ordes de ditto sentos mil-R de tenor de hú
Alvara por quanto se auzentou deste Reino ho
ditto gabriel da costa sem ter satisfeitto ho
ditto dom jorge mes ditto preco tratara de mandar
fazer execuçaõ em bens q se lhe acharão
dentro ostaqua is bens q ditto fugirão ficarão fora
a q fazão dellas dita dona jz ma de castro nos tu sob
e stabelicim fazmenção q estão sitas na
Rua de sab migel desta Cidade pertencentes a

TRECHO DE UMA DAS PÁGINAS DO DOCUMENTO I DO *APÊNDICE*

renhas, vedor da casa d'El Rey nosso S.or neste Reino de Portugal, que ora com o favor de Ds. vai para mazagão por capitão e governador, estando ele ai presente e bem assim dona Francisca de Vilhena sua mulher, por eles foi dito a mim t.am perante as t.as ao diante nomeadas que eles por este publico inst.to de sua procuração em melhor modo e via e forma que o direito quere, outorgavão e faziam e ordenavam e de feito logo fizeram e ordenaram por seus procuradores abondosos e em todo abastantes a Dona Jeronima de Castro e a Francisco Soares fidalgo da casa d'El-Rei N. S.r e a Tomé de Andrade escrivão dos ouvidores do crime desta corte, e a André de Azevedo, m.ores nesta cidade amostradores deste instrumento aos quais eles constituintes disseram que davam e outorgavam cediam e trespassavam todo seu livre e comprido poder mandado especial e geral quão bastante de direito se requer p.a que pelos constituintes e em seus nomes e como eles próprios em pessoa possam os ditos seus procuradores todos juntamente e cada um por si in solidum e geralmente arrecadarem e receberem e haverem as suas mãos e poder todas suas dividas de dr.o e outras cousas que suas sejam e lhes pertençam, e assim todas suas rendas, foros, pensões, juros, terças ordenados que eles constituintes tem e daqui em diante tiverem e forem vencendo que lhe venham e tenham de quaisquer pessoas por conhecimentos e sem eles e escrituras, sentenças, test.tos, herança, verbas de livros, letras, carregações e por outra qualquer via e respeito que seja tomando conta com entrega a seus caseiros e rendeiros a dita conta ou contas do que fenecer e liquidar e o líquido de todo em si receberem, dando pagas e quitações de tudo o que receberem e cobrarem e confessarem terem recebido e assinado em livros folhas e assentamento onde mais compridamente cumprir e necessario for e farão concertos com quaisquer pessoas de avenças, convenções (?), transações, quitas, esperas amigaveis, composições, e por bem dos tais concertos poderão largar e remitir todo o que quizerem e aceitarem o que se concertaram e poderão arrendar todas as suas rendas e comendas e fazenda ás pessoas e pelos preços tempos e anos que se concertarem com as partes, quer a pagar ou dante mão, recebendo os ditos preços, dando as ditas quitações, outorgas das escrituras publicas de todo o sobredito e de cada cousa com os elementos necessarios e poderão comprar todos os bens que parecer, assim foros como foreiros, obrigando-se nas tais escrituras o que disso fizerem a pagar os foros aos direitos senhorios, obrigarão ao cump.to e segurança de todo o sobredito os bens e fazendas deles constituintes, assim em geral como em especial, e não querendo seus devedores e pessoas e outras todo dar e pagar e entregar a elles, seus procuradores, qual-

quer deles os poderão citar e demandar perante quem direito for em quaisquer juizos que se tratarem... eu Semeão Antunes tabelião o escrevi. — O qual instrumento eu Melchior Velho de Aguiar tabelião publico de notas por el-rei nosso S.r nesta cidade de Lisboa e seu termo este fiz trasladar do proprio livro de notas do meu antecessor... hoje 4 de Fevereiro de 620 ..

b) SUBSTABELECIMENTO DE DONA JERONIMA DE CASTRO (1)

«Por esta por mim feita e assinada, digo eu, Dona Jeronima de Castro, que eu dou poder a Lucas Pinto de Castro e a Gaspar da Rocha, moradores na cidade do Porto, amostradores da presente, para que ambos juntos e cada um deles em solidum, possam cobrar e arrecadar tudo aquilo que estão devendo e deverem daqui em diante os rendeiros, que presente são e forem daqui em diante, das comendas de Vila Cova e de Santo Estevão de Oldrões e suas anexas, que estão Entre-Douro e Minho, de que é comendador meu filho Dom Jorge de Mascarenhas, e assim para que possa *(sic)* vender umas casas que estão na Rua de S. Miguel junto a N. S.ª da Vitoria, no Porto, pelo preço que lhe (*sic*) parecer, e para que possa (*sic*) arrecadar de Baltazar Rebelo, que está no morgado de Airão, o dinheiro que em si tem e que ao diante tiver do dito morgado, e assim para tudo o mais, para o que lhe substabeleço neles todos os poderes que a mim me são concedidos por uma procuração geral... (etc.). E por verdade fiz esta e assinei em Lisboa, a 22 de Fevereiro de 1620. — (*a*) *Dona Jeronima de Castro.*

(Segue o reconhecimento da letra e sinal razo, feito por Pero Coelho de Azevedo, tabelião de notas em Lisboa, no mesmo dia 22 de Fevereiro).

c) DECLARAÇÃO DE GASPAR DA ROCHA,
COMO PROCURADOR DE DOM JORGE DE MASCARENHAS (2)

Em 21 de Maio de 1621, nas casas da morada de Gaspar da Rocha, cavaleiro fidalgo da Ordem de Cristo, na Rua Nova, desta cidade do Porto, o referido Gaspar da Rocha declarou «que o dito D. Jorge arrendara a dita s/ com.da de Vila Cova a Gabriel da Costa cristão novo m.or que foi na R. de S. Mig. desta cid. em preço de 800.000 rs. por tempo de um ano e por quanto se auzentou deste Reino ho dito Gabriell da Costa

(1) Fl. 4 e v.
(2) Fls. 1 e seg. *passim.*

sem ter satisfeito ao d.º D. João de Mascarenhas o dito preço tratara de mandar fazer execução em os bens que se lhe acharam, entre os quais bens que do dito ausente ficarem foram as casas de que a dita D. Jeronima de Castro no s/ substabel.to faz menção, que estam sitas na R. de S. Mig. desta cid. partem pela banda de cima c/ casas de Miguel de Mendoça e pela banda de baixo c/ Sebastião da Costa Correa e por detras tem s/ quintal e por diante a dita R. pub.ca e são de prazo das Cam.as desta Cid. em fateosim e porq pela auzencia do dito Gaspar da Costa denunciara de sua fugida Migel chamorro desta cid. e tratara de haver a faz.do do dito auzente pela dita denuncia, o dito D. Jorge tratara sobre isso demanda no juizo do Co.or do crime da Relação desta cid. e por final sentença foram as ditas casas e mais fazenda q. se achou do dito auzente Gabriel da Costa, julgados ao dito Dom Jorge Mascarenhas, dos quais autos foi escrivão Antonio Sarinho, dante o dito Corregedor do Crime.

«.. e agora estava contratado com o dito Antonio Jorge Torrado *(morador em Montelongo, comarca da vila de Guimarães)* para lhe haver de vender as ditas casas que estão sitas na rua de São Miguel que forão do dito Gabriel da Costa como logo por esta publica escritura disse que lhe vendiam... por preço entre eles celebrado, de tresentos mil reis forros livres .. os quais ele dito Antonio Jorge Torrado comprador na minha prezença e das testemunhas, deu e entregou ao dito Gaspar da Rocha por dinheiro de tostões e reales dobrados e outro dinheiro de prata todo bom e corrente e aprovado neste reino...» «E eu Aleixo Ferreira de Araujo tabelião o escrevi».

d) SENTENÇA SOBRE OS BENS DE URIEL DA COSTA (1)

«Acordei etc. vistos os autos, artigos de embargos de preferencia do autor, Dom Jorge de Mascarenhas, que lhe forão recebidos, e prova a eles dada das sentenças e testemunhas, e os mais autos pelos denunciantes alegados, em que tudo se prova e mostra ser o autor primeiro devedor (*sic*) pela comenda que o ausente tinha d'antes de se ir tomado e comido, e se auzentar sem lha pagar e ter hipotecado ao dito arrendamento as casas que tinha nesta cidade, e a sua instância foram arrematadas e toda a mais fazenda que já se não podia chamar sua pela dita hipoteca tanto tempo antes disso feita, nem ter fazenda que perder pela dita auzencia, pois já estava obrigada e alheada, e assim ser o dito autor primeiro credor e primeiro haver sentença e fazer sua execução pelas

(1) Fl. 5 v.

quais razões e o q. se mais dos autos mostra hei os ditos embargos por provados e julgo dever proceder e lhe ser a fazenda pedida entregue conforme a sentença e pague o Reo as custas dos autos de preferência.

Porto, em Julho 13 de 616 — (Sent.ça dada pelo Dr. Martins Leitão e ass.da pelo Dr. Simão Cardoso Cabral).

II

A courela das trinta casas dos judeus (1)

Ao Juiz do Tombo disse Gaspar Alz. procurador da cidade, em 5 de Janeiro de 1615:

— «que na Rua de S. Miguel havia antigamente emprazada uma courela que se deu a gente da nação em preço e quantia de 10$856 rs. a qual courela sendo dada aos padres de S. Bento a largaram a cidade por uma escritura pública, a qual escritura era feita aos 22 dias do mes de Dez.º de 1612, por Pantaliam Correia dos Santos, tabelião das notas em esta cidade (2) e que desta coura em que fizeram trinta casas onde assentava o chão da Igreja da Vitória e uns pardieiros que estam devolutos, havendo ja alguns anos pagado *(sic)* as casas de Gonçalo Mendes Pinto e Filipa de Sá sua mulher, e além disso largavam mais os padres as casas de Agostinho Simões e Andre Frz e Ant.º da Costa e Fr.co Alz e assim quinze casas que havia desta courela da banda da igreja da Vitória e com o mesmo chão da Igreja e com os pardieiros ficam desassete e quinze casas em pé as quais começam da casa de D.º Pr.a e vão acabar nas casas do dito Gonçalo Mendes Pinto e Felipa de Sá, sua mulher...»

---

(1) *Tombo Velho,* tômo II, fl. 121.

(2) O primeiro contracto «*de trespassassão troca e escambo*», entre a Câmara do Pôrto e os padres de S. Bento, foi feito em 18 de Maio de 1600, (*L.º de contractos de compras da Cidade com pessoas particulares* fl. 29 a 58 v. no Arq. Cam. M.al do Pôrto). É de 6 de Junho de 1598 a carta régia autorizando os padres de S. Bento, visto o consentimento da cidade, a transferirem para o Pôrto o seu Mosteiro de S. João de Alpendurada (*Id. id.*).

III

Reconhecimento de um prédio, contíguo ao de Uriel da Costa (1)

7 Março de 1615 — «Confrontações da casa de Jeronimo de Mendonça, fid.º da Casa Real, na R. de S. Miguel, em que habita:

— Casas com s/ quintal, que partem da banda do nascente com a igreja da Vitoria e do poente com casas dos herdeiros de Bento da Costa Brandam e da fronteira Rua Publica e as trazeiras, que é o quintal, entesta na travessa da rua de Santiago» (2).

Pensão — «delas pagava cada ano a camara desta cidade 387,5... porque as ditas casas eram das trinta casas da courela de que não há mais que 17 em que entra o chão da Igreja da Vitoria e uns pardieiros que estam devolutos, e as trese casas que faltam estão no sitio do Most.º de S. Bento de que havia antig.te um prazo fateusim de toda a dita courela que se emprazou em que pro rata que cabe pagar o sobre dito, entrando a parte que lhe cabe do chão da Vitoria e pardieiro...».

IV

Casas dos herdeiros que forão de Bento da Costa (3)

«Ano do nascimento de N. S.or Jesus Cristo de 1615, aos vinte nove dias do mes de abril do dito ano na, cidade do Porto e pousadas do L.do Luis Touro Godinho, juis de fora desta cidade, juis de Tombo dos foros e pensões dela, aí apareceu de presente Gaspar Alvares procurador da Camara nas materias do dito Tombo e por êle foi dito que as casas que forão de Bento da Costa Brandão que partem com as casas de Jeronimo de Mendonça que são as segundas abaixo de N.ª S.ª da Vitoria da qual parte partem com o dito Jeronimo de Mendonça e da outra parte partem com as de Sebastião da Costa, elas eram desta coirela e pagavam cada ano 387,5, reis que ele Juiz os manda lançar em verba e

---

(1) Notas extraídas do *Tombo Velho, cit.*, fl. 122.

(2) Esta é a actual rua ou viela de S. Roque como se vê no mesmo livro de Tombo, a fl. 160 v.: — *rua q. vai por detraz das casas da R. de S. Miguel, q. uns chamam a rua de S. Roque e outros a rua de Santiago.*

(3) *Tombo cit.*, fl. 131.

porquanto eu escrivão declarei que possuindo Bento da Costa Brandão as ditas casas se falecera e ficando a seus herdeiros eles se auzentaram e fugiram e as ditas casas andavam sobre elas em demanda Dom Jorge, e assim mais andava sôbre elas em demanda Miguel Chamorro, em pendencias e duvidas a quem pertenciam e se trouxeram em pregão e eu escrivão dos autos Ant.º Sarinho escrivão da correição do crime, o dito juis de Fora mandou que se fizesse este auto p.ª constar como as ditas casas eram da cidade. Damião de Figueirôa Camelo o escrevi. — (*a.*) *Damião de Fig. Camelo — L. Touro G.*^{nho}».

V

Carta de rematação de compra que fêz Bento da Costa Brandão das casas de Domingos Martins que estão na rua de São Miguel (1)

7 Março de 1601 — «Doutor Ruy Lourenço, juiz de fora com alçada por el-Rei nosso Snr. em esta cidade do Porto e seus termos faço saber aos que esta carta de arrematação virem e o conhecimento com direito pertencer como nesta cidade e no juizo ordinario dela se trataram autos de execução autor Bento da Costa Brandão, mercador, morador nesta cidade, na rua de São Miguel dela, contra Domingos Martins, carpinteiro, e morador na porta do Olival desta cidade, réo, por os quais autos e termos deles entre outras coisas conteudas e declaradas se mostra que aos 5 dias do mes de Dezembro do ano de 1600 anos, nesta cidade do Porto, e pouzadas do tabelião pareceu o dito Bento da Costa Brandão morador nesta cidade e dissera que no juizo ordinario dela houvera uma sentença contra Domingos Martins, carpinteiro e morador na Rua da Porta do Olival da dita cidade, de quantia de 30$000 rs. e custas dos autos, pela qual sentença ele dito Domingos Martins estava requerido, pedindo a autoasse e corresse com a execução, pela qual sentença se mostrava que o Licenceado João Freire de Andrade Juiz de Fora dos Orfãos em esta cidade do Porto, que nela e seus termos servia de Juiz de Fora, fazia saber aos que esta sentença virem e o conhecimento com direito pertencer como nesta cidade e no Juizo Ordinario dela se tratou e sentenceou um feito de causa civel entre partes, da uma autor Bento da Costa Brandão, morador nesta cidade do Porto, contra Domingos Martins, carpinteiro, morador à porta do Olival desta cidade, reu, da

(1) *Livro de Compras e Vendas,* tômo II, fl. 801 a 811 v.

outra parte, citado a petição do dito autor como ao diante fará menção, pelo qual feito e termos dele se mostrava que aos 10 dias do mes de Novembro do ano de 1600 anos, em esta cidade do Porto nos paços do Concelho da dita cidade, estando fazendo audiencia o dito Juiz, parecera o Licenciado Antonio Dias de Carvalho e dissera que a petição de Bento da Costa Brandão estava citado para a dita audiencia, em pessoa do alcaide Pero Rabelo de Abreu que presente estava, um Domingos Martins, carpinteiro e morador nesta cidade do Porto, e isto por uma clausula de uma escritura que apresentava na qual dava poder ao dito alcaide para ser em sua pessoa citado, porquanto o queria demandar por 30$000 rs. que lhe devia de resto de certos vinhos que lhe vendeu e assim por mais sete cascos de pipas que lhe vendeu pedindo o mandasse apregoar e houvesse por citado ao dito alcaide em sua pessoa por estar presente e assinasse ao reu os dez dias das Ordenações e por o dito alcaide estar presente ele Juiz o houvera por citado para a dita causa e demanda, termos e autos judiciais, e assinara ao reu os dez dias da Ordenação para alegar e provar os embargos que tivesse à dita escritura que logo apresentara, e por ela se mostrava que aos 21 dias do mes de Agosto do ano de 1600 anos nesta cidade do Porto e rua do Pé das Aldas dela e casas da morada de Pantaleão Corrêa tabelião das notas, parecera Domingos Martins, carpinteiro e morador na Rua do Rocio da porta do Olival desta cidade e por êle fora dito que era verdade que ele comprara oito pipas de vinho maduro a Bento da Costa Brandão, morador nesta cidade na rua de S. Miguel, por preço de 4$400 rs. cada pipa, nas quais se montavam ao todo 35$200 rs. dos quais 35$200 rs. se obrigara ele Domingos Martins a dar e pagar a ele Bento da Costa, a saber, daqui a um mes a metade e a outra metade a dois meses e os oito cascos de pipas se obrigava a lhe ir dando assim como se fossem esvasiando e para tudo cumprir obrigava sua pessoa e todos seus bens móveis e de raiz havidos e por haver e direitos e acções deles, e especialmente dissera que hipotecava as suas casas em que vivia à porta do Olival, que eram prazo fateusim e pagava à cidade 80 rs. e outra morada de casas na Rua do Padrão de Belmonte, as quais propriedades obrigava e hipotecava por livres e desobrigadas de toda a divida e hipoteca... e que fazia como fizera seu bastante procurador a pessoa que servisse de alcaide nesta cidade para que em seu nome podesse ser citado e requerido e demandado»...

«Aos 24 dias do mes de Novembro de 1600 anos em esta cidade do Porto nos paços do Concelho da dita cidade e na audiencia publica que fazia as partes ele Juiz, aparecera o Licenciado Antonio Dias de Car-

valho procurador de Bento da Costa Brandão e disse que os dez dias que foram assinados ao reu para neles provar e alegar embargos que tivesse à escritura atraz, eram passados este dia, o lançasse e mandasse que o feito fosse Concluzo, e informado dos autos mandara apregoar ao reo por Antonio Rodrigues porteiro que os apreguou em a sua revelia por não parecer o lançara dos ditos embargos e mandara que o feito fosse concluzo... e pronunciou a sentença seguinte».

Segue a sentença, de 28 Novembro de 1600, em que o réu é condenado «nos 30$000 rs. pedidos pelo autor e nos sete cascos de pipas e nas custas».

Requerido o devedor para pagar, sob pena de lhe serem penhorados os bens moveis e se não chegassem, os de raiz, a fim de serem arrematados no termo do direito, ele declarou que não tinha «dinheiro, nem ouro nem pratas nem bens moveis que podesse dar à penhora, pois os que tinha era pera uso de sua pessoa, mas que dava à dita penhora umas suas casas em que ele morava que são suas livres» etc. e bem assim outras em que vivia Belchior Gonçalves, esteireiro, morador a Belmonte... «E porquanto lhe não foram achados (*bens moveis*) somente sua cama em que dormia e a sua roupa de vestir pouca e por ele foi dito... que as havia mister para remédio de sua cobertura, ele meirinho e escrivão fizeram penhora e filhadas nas ditas duas moradas de casas».

As casas andaram em pregão os dias que mandava a Ordenação, mas ninguem lançou nelas. Então Bento da Costa devidamente autorizado, arrematou-as «por 32$000 rs. em paz e em salvo para a fazenda para sua divida e custas».

A certidão do pagamento da siza, trasladada no documento que extratamos, diz:

«O Doutor Ruy Lourenço... faço saber... em como é verdade que no livro da siza das herdades, este presente ano de 1601, fez assento Bento da Costa Brandão cavaleiro fidalgo da casa de El-Rei nosso Senhor, morador na dita cidade na rua da Vitoria (*era a mesma rua de S. Miguel)*, que a ele forão arrematadas umas casas a pregão e a leilão na praça da Ribeira da dita cidade, que estão sitas no Rocio da Porta do Olival que forão tomadas a Domingos Martins carpinteiro e vendeiro e morador nas ditas casas até o presente... pagou de mea siza... 28 de Fev. 1601».

Tem ainda o ins.to de posse.

Pôrto, 5 de Janeiro de 1930.

A. de Magalhães Basto.
Prof. aux. da Fac. de Letras do Pôrto.

DAMIÃO DE GOES ET REGINALD POLE

Une voix de plus dans ce chœur d'amitiés étrangères qui font de Damião de Goes le grand médiateur entre le Portugal et l'Europe de son temps. C'est à Padoue que les deux hommes de sont rencontrés, en 1534. Goes arrive de Fribourg en Brisgau, où il a été quelque temps l'hôte d'Erasme: Bembo (1) reconnaît en lui les dons et le charme qui ont conquis le vieil humaniste hollandais; il le prie de disposer de sa personne et de sa maison; mais le portugais en use discrètement: il a d'ailleurs loué pour son séjour une demeure très confortable. Quant à Pole (2) il y a quinze ans qu'il est venu pour la première fois à Padoue, et qu'il s'est lié avec Bembo, Longueil, Giberti, Sadolet.

Il y retrouve son vieux maître Lazzaro Buonamici. Mais non moins que l'humanisme profane, la théologie l'occupe, et le problème de la pacification de l'Eglise: il partage son temps entre Padoue et Venise, où Contarini attire tant d'esprits parents du sien. Déjà le grand seigneur anglais est marqué pour un rôle insigne dans le drame du schisme anglican. C'est vers ce temps que, par l'entremise de Thomas

---

(1) Voir la lettre de Bembo à Erasme, Padoue 11 Novembre 1534 (datée par erreur de 1533 dans Erasmi *Opera*, t. III, col. 1474, Leyde 1703).

(2) Sur Pole, voir Martin Haile, *Life of Reginald Pole*, London, 1910; — Card. Gasquet, *Cardinal Pole and his early Friends*, London 1927; — et le substantiel article de Gairdner dans la *Dictionary of National Biography*, t. XLVI.

Starkey, Henri VIII l'a sollicité d'émettre un avis sur son divorce et sur la suprématie du pontife romain.

Quelques années passent. Reginald Pole, associé par Paul III aux premières tentatives officielles de réforme ecclésiastique, a reçu la pourpre cardinalice malgré ses résistances. Il a été chargé par Rome d'importantes missions en France, aux Pays-Bas et en Espagne. Goes, de son côté a regagné les pays du Nord. Il est installé à Louvain et vient de publier son livre sur les Ethiopiens sujets de *Prêtre Jean* (1), ces chrétiens longtemps isolés du reste de la chrétienté et qui reprennent enfin contact avec elle à la faveur du protectorat portugais.

C'est à cette occasion que Damião de Goes écrit au cardinal. En lui offrant son ouvrage, il affirme sa fidélité aux souvenirs de Padoue; il flétrit l'ingratitude de son ancien ami Richard Morison (2), naguère protégé de Pole, et qui maintenant, pamphlétaire à la solde de Thomas Cromwell, couvre d'injures son bienfaiteur. D'autre part, le bruit a couru que Pole a pris position contre Henri VIII dans un important traité. Un exemplaire en serait parvenu à Anvers, aux mains d'un franciscains anglais: celui-ci aurait eu l'imprudence de le prêter à certain ambassadeur du roi d'Angleterre, qui l'aurait brûlé. Damião de Goes prie instamment l'auteur de lui envoyer ce livre par l'intermédiaire de l'ambassadeur de Portugal à Rome. Il achève en prophétisant à Pole de hautes destinées temporelles. C'est la couronne

---

(1) *Fides, Religio, Moresque Aethiopum sub Imperio Preciosi Ioannis (quem vulgo Presbyterum Ioannem vocant) degentium* .. Lovanii, Ex officina Rutgerii Rescii, M.D.XL. Men. Sep. (Voir un fac-simile du titre de cette première édition, avec dédicace autographe à João de Barros, dans António Baião, *Episodios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. I, Pôrto, 1919, p. 37).

(2) Voir l'article d'Archbold dans le *Dictionary of National Biography*.

d'Angleterre qu'il lui promet, tout simplement. Il doit y avoir là autre chose qu'une hyperbole. Reginald Pole était, par sa mère, le petit-cousin du roi schismatique: l'imagination des contemporains pouvait échafauder bien des solutions au problème anglais dans l'hypothèse où Henri VIII, vaincu par la résistance catholique, serait détrôné.

Pole n'a pas oublié son ancien ami de Padoue. Il le remercie de son livre et des sentiments qu'il lui témoigne à propos de la trahison de Morison. Pauvre Morison! Pauvre âme esclave, pour laquelle il éprouve plus de pitié que d'indignation! Quant à l'ouvrage que Damião de Goes souhaiterait tant de connaître, le cardinal ne se répand pas en confidences à son sujet. Il n'a point paru, et l'auteur s'étonne qu'un exemplaire en ait pu parvenir à Anvers. Lorsqu'il sera publié, Damião recevra satisfaction. Enfin les grandeurs qu'il lui promet, et dont l'annonce est pour lui si nouvelle, ne sont pas celles à quoi il aspire. Qu'on lui prophétise plutôt les souffrances qu'il affrontera pour sa Patrie, pour l'Eglise de sa Patrie. On sait que Pole n'est parvenu ni à la royauté ni au martyre: par contre, à la mort de Paul III, il fut à deux doigts de devenir pape.

Il faut dire un mot du livre de Pole auquel ces lettres font allusion. Il s'agit du traité *Pro ecclesiasticae unitatis defensione,* libre réponse à la question royale transmise par Starkey. Il avait été composé de 1534 à 1536 et envoyé à Henri VIII en un manuscrit que le Record Office conserve encore, ainsi que la lettre qui accompagnait l'envoi (Venise 27 mai 1536)(1). Starkey, dans une lettre douloureuse et indignée, l'avait adjuré alors de ne pas consommer la trahison envers Henri VIII et l'Angleterre en publiant son livre. Pourtant, une copie en avait été remise au pape, et en 1539,

---

(1) Voir Herrtage, *England in the reign of King Henry the Eighth I. Starkey's life and letters,* London, 1878, pág. XXXI.

tandis que Pole était en Espagne, le *De Unitate* avait été imprimé à Rome à son insu. Il n'en était pas moins resté rigoureusement inédit, et si réellement un exemplaire parvint alors aux Pays-Bas, Pole put fort bien l'ignorer. C'est seulement en 1553 qu'il s'occupera personnellement de la publication de son livre: la première édition est de 1554.

Les deux lettres qu'on va lire font partie du grand recueil épistolaire de Pole publié à Brescia par Quirini d'après les Mss. du Vatican (Reg. Poli *Epistolarum*... Pars III Brixiæ, 1748, p. 37 et suiv.).

[I] DAMIANUS A GOES REG. CARD. POLO

Non puto, amplissime Cardinalis, Te nostri non reminisci, neque oblivione, aut itinerum intervallo nostram memoriam apud Te dilapsam esse. Quo amore, quo studio Te semper sim prosecutus, Deus, qui omnia novit, scit, eodemque Te semper prosequemur: cujus rei testimonio sunt omnes, quos cognovi Anglos, apud quos semper testatus sum pietatem, et sinceritatem tuam, quorum vel unus Ricardus Moryzinus fuit, dum Patavii vixi; erat enim mihi perquam familiaris. Is autem, quem Venetiis (ut scio) aluisti (1), pro beneficio Tibi contumelias, et famosos libellos (2) retulit. Res sane, ob quam non tantum moerorem, sed etiam odium ejus, in quo tantum ingratitudinis versatur, concepi; quod vitium tam sceleratum ac nefarium est ut nec a Diis nec ab hominibus tolerandum esse videatur. Nunc vero causam, cur ad

---

(1) Voir das le *Dict. of Nat. Biogr.* art. *Morison (Sir Richard)*, un fragment d'une lettre de Morison à Starkey (Août 1535): il y est question des bontés de Pole, qui l'ont sauvé de la faim, du froid et de la pauvreté. Le «joyeux Morison» comme on l'appelait, fait une description pittoresque de sa misère.

(2) Il s'agit sans doute de *An invective ayenste the great detestable vice, Treason*, London, 1539.

Te scribo, ne mireris. Audeo enimvero id tentare, quod scio Te non aegre laturum, ut scilicet lucubrationes nostras legas, et censeas, præsertim cum de Fide et Religione nostra loquantur, cujus Tu columna es. Quapropter, fisus humanitate tua, librum rerum Aethiopicarum, quem Paulo Pontifici Tertio dedicavi, ad Te mittendum esse duxi, ad quem legendum Te oramus animum inducas, ut intelligas quousque Fides Christi (in dies jam apud nos deficiens) aliis in locis propagetur. Caeterum accepimus, Te adversus Angliæ Regem aliquot doctissimos libros conscripsisse, quorum apud nos nullum extat exemplar, præter unum, istinc dono ad quendam Franciscanum Anglum, virum probum et bonum, Antuerpiæ agentem, missum, quod (ut audio) cum in manus cujusdam Oratoris ipsius Angliæ Regis incidisset, cui monachus id commodato dederat, igne concrematum est. Te vero jam, cujus semper studiosus a suscepta nostra amicitia fui, quæso, unum exemplar ad me, per manus Oratoris Regis Portugalliæ, qui has tibi est traditurus literas, transmittere digneris; quod si feceris, nobis rem gratissimam facies, et valebis, amplissime Pole, quem, si in meis auguriis aliquid veri est, adhuc Regem Angliæ videbimus; quod cum evenerit, fac ut memor sis nostri, et prophetiæ nostræ. Lovanii XII. Octobris. Anno millesimo quingentesimo quadragesimo.

[II] REG. CARD. POLUS DAMIANO A GOES

Cum literas tuas libenter legi, tum vero librum libentissime. Ex illis enim tuum in me gratissimum amorem recognovi, ex hoc vero insignem tuam pietatem, et egregiam eruditionem facile perspexi, quæ, etsi antea mihi satis nota essent jam inde ab eo tempore quo te Patavii cognovi, ut quæ principium nostræ amicitiæ dedere; tamen nec temporis aut locorum intervallo tuum in me amorem diminutum, pietatem vero cum doctrina maxime auctam, cum mihi

ejusmodi testimoniis confirmaretur, non potui quidem non magnopere delectari. Quare hoc tibi persuadeas velim, cum antea mihi carus esses, nunc multo esse carissimum: hoc vero si tibi de meo animo persuadeas, et cum occasio inciderit experiri velis, ne unquam frustra id fecisse videaris, re ipsa perficiam. De Morysono quod mihi scribis, merito quidem ejus ingratum animum detestaris, in quo vitio nihil prorsus mali non inest; sed qui in Deum tam ingratus est, a quo omnia accepit, quid mirum si in me, vel in te, a quibus si quid accepit, ex muneribus Dei accepit, insultet? Memini vero, quam non vulgarem tu erga eum humanitatem ostenderis, in quem etsi nihil scripsit, tamen qui pietatem oppugnat, omnes pios, quantum in se est, laesisse videri potest. Nosti vero quam causam oppugnandam suscepit. Equidem, quod ad me attinet, ego plus ex illius scriptis cepi commiserationis, quam indignationis, quæ nihil præter miseram servitutem animi ejus declarat. Scio enim, si sui juris animus ejus fuisset, aut aliqua ex parte ex miseria servitutis liberatus, nunquam talia scripturum fuisse. Vincula vero animi singuli pene versus libri declarant, quibus si unquam Dei benignitate solvatur, qui solus eum liberare potest, hunc quidem alio vindice, quam se ipso, opus omnino non erit; quod Deus illi concedat. De meis scriptis, quæ ad te mitti postulas, nihil equidem hactenus edidi: nec vero scio quo pacto in illius manus, quæ dicis, illa pervenerunt; cum edidero, ut tu desiderio satisfiat curabo. Augurium tuum, quod in extremis literis adscribis, nescio unde ceperis; neque enim quicquam in hac arte novi. Tu vero, si ejus aliquam partem habeas, hoc unum mihi significes cupio, quanta pro Patria vel potius pro Ecclesia Dei, quæ est in Patria mea, sim passurus; hoc enim nihil mihi certius portendi potest. Nosti illud: Εἷς οἰωνὸς ἄριστος ἀμυνέσθαι περὶ πατρῆς (1).

---

(1) *Iliade, XII*, 243 (Cf. Cicéron *De Senectute*, ch. IV, où cet adage sort de la bouche de Q. Fabius Maximus).

Ego vero hoc me majorem felicitatis gradum ascendere mihi persuadeo, quo plures labores, et afflictiones pro Patria et Ecclesia Dei divina sorte pati datum fuerit. Quare, si quid mihi prædicere velis, quod mihi sit futurum gratum, habes in quo genere tibi id faciendum sit, in quo tamen, quoniam magis me tuis orationibus, quam prædictionibus adjuvari posse, mihi persuadeo, ut has ne mihi deesse patiaris te valde rogo. Vale.

MARCEL BATAILLON.

UMA DESCRIÇÃO QUINHENTISTA DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

Às descrições antigas do Mosteiro de Santa Cruz, publicadas ou conhecidas, venho juntar, — apresentando-a como homenagem ao mestre das antigüidades conimbricenses e decano dos arqueólogos portugueses, o Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, amigo de há vinte anos, dos tempos em que em Coimbra se desenvolveu e fixou a minha vocação, — mais uma narração inédita, que Frei Jeronimo Roman, de Logroño, cronista da ordem de Santo Agostinho em Espanha, escreveu em fins do século XVI.

Das descrições do Convento, a mais antiga é a latina de D. Francisco de Medanha, traduzida pelo cónego dom Verissimo e impressa em 1541 nos prelos conventuais, desconhecida no conjunto literal, a-pezar-da transcrição de Dom Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos Conegos Regrantes* (Parte 2.ª, cap. XII e XIII), pois do único exemplar de que há notícia extratou Sousa Viterbo sòmente os períodos que julgou mais importantes, não publicando o restante porque Deslandes, antigo administrador da Imprensa Nacional, se queria reservar a glória da edição, que afinal nunca se fêz.

Seguindo o princípio de que as notícias antigas sôbre monumentos têm sempre, além do interêsse histórico, valor artístico, procuro divulgar essas notícias, acumulando materiais para a elaboração da História da Arte portuguesa, tão carecida de elementos documentais basilares.

Donde a trigosa alegria com que enviei para a imprensa

esta nova descrição do convento dos crúzios, que vem a ser a segunda em antigüidade, pois a de D. José de Cristo data de 1622 e a de Dom Nicolau de Santa Maria, da segunda metade do século XVII (1668).

Conhecedor de que Frei Jeronimo Roman escrevera uma notícia sôbre o Convento de Santa Cruz, pois o início dela a encontrara, da própria letra do agostinho, no *Códice 686* da Biblioteca Nacional, a seguir à descrição do Mosteiro de Alcobaça, que reproduzi em *O Instituto* (n.º 5 do vol. 77.º), a notícia que me deu o ilustre investigador Sr. Coronel Garcez Teixeira, — de que se conservava na Biblioteca da Ajuda uma Colectânea em que se encontravam copiadas várias obras do autor referido —, pôs-me em frente da continuação do interrompido manuscrito da Biblioteca Nacional.

Trata-se neste caso não de um original mas de uma cópia, provàvelmente da segunda metade do século XVII, que abrange não só a história do Mosteiro de Alcobaça, como as histórias das ordens de Cristo, Santiago e Aviz, a que se segue a de Santa Cruz de Coimbra, iniciada a fl. 115 com o título do seu primeiro capítulo: «De la ocasion que huvo para fundarse el Monasterio de Santa Crus de Coimbra y de las dificuldades que huvo, con todo lo demas hasta que se fundo y se pusieron canonegos en el».

Suprimi na transcrição os primeiros sete capítulos porque nêles difìcilmente o cronista augustiniano nos poderia apresentar novidades, iniciando-a sòmente com o 8.º capítulo, intitulado «Del templo de Santa Cruz con todas las partes del».

É curiosa, logo de entrada, a informação concernente ao cemitério, ou adro, lageado e cercado de grades de ferro, que ocupava a frente da igreja do Mosteiro e da já então paróquia de S. João, o qual, no dizer do cronista, verdadeiramente servia de *lonja* da cidade.

Interessa depois a referência aos *sambenitos* que a Inqui-

sição pendurava debaixo do côro, e que o porteiro vigiava atento, não fôssem os judeus tirar algum, o que pela providência tomada indicava ter já sucedido.

Quanto ao púlpito, cuja beleza dominadora e superioridade reconhecida se resumiam na frase do vedor Gregório Lourenço em carta para o rei João III, em 1522: — «Isto, senhor, que está feito, dizem esses que o vêem que em Espanha nom ha peça de melhor obra» —, ganhara no decorrer do século foros de maravilha mundial, considerando-o então os crúzios «o melhor que havia na Cristandade». Pena foi que Frei Jeronimo Roman não fizesse referência ao seu autor, que na altura não devia ainda estar esquecido.

No retábulo da capela-mor via-se a cruz sustentada por dois anjos, e entre as figurações que a acompanhavam notou o cronista sòmente o *Descimento,* esquecendo as restantes composições da belíssima obra do pintor Cristovam de Figueiredo.

Ao falar da sacristia, que era a primitiva, ainda não acrescentada para a parte das Figueirinhas — o que se fêz, segundo D. José de Cristo, em 1590, antes da renovação de 1622 —, arquiva o escritor espanhol a existência sôbre os caixões dos paramentos de «cinco retáblos mui grandes y ricos, de excelente mano». Vê-se que a tradição das grandes tábuas colocadas sôbre os arcazes da obscura sacristia dos crúzios arranca de longe.

No sacrário da sacristia, — que D. José de Cristo diz estar em seu tempo (1622) encorporado na sacristia nova —, defendidas por forte reixa e portas grossas, guardavam-se as relíquias do Mosteiro e a *prata* do Tesouro, da qual cita Frei Jeronimo em primeiro lugar a coroa de ouro à imitação da do Salvador, e os dois meios corpos de prata dourados, dos Mártires, mencionando também no capítulo das cruzes processionais uma de ouro, pesando com as pedras 7 marcos e 6 onças, a célebre cruz do rei Sancho I, que Coimbra

pela voz dos seus investigadores e críticos de arte sempre reclamou, e que agora que ela já deu saída da *Casa Forte* das Necessidades ninguém pode opôr-se a que regresse à cidade a que foi doada. Refere-se também o cronista aos pavezes dos nossos dois primeiros Reis e à espada do primeiro, guardados no sacrário em caixas, com particular decência. Note-se, de passo, que não se compreende que esteja num museu do Pôrto, sem significação, a chamada espada de Afonso Henriques, como não se compreende bem que para a invicta cidade tivessem também ido os manuscritos do Mosteiro. Estou absolutamente seguro que se um dia vier a Portugal um govêrno cuja norma seja «dar a Cesar o que é de Cesar», essas anomalias desaparecerão. Cada capital de província deve possuír o seu arquivo e o seu museu, um e outro com o recheio histórico regional que lhe pertence.

Ocupando-se, no capítulo 10.º, das diversas partes do Mosteiro, fora da igreja e sacristia que lhe haviam tomado os capítulos 8.º e 9.º, Frei Jeronimo Roman menciona: as quatro capelas e os quatro retábulos do Claustro, sem indicar autoria; a capela maior, de S. Teotónio, onde faziam Capítulo; e o Refeitório, em que o mais de notar «es una Capilla, que esta levantada en lo alto de la miesa traviessa adonde se assienta y arrima al general quando come».

«En esta, acrescenta, está un altar mui limpio y aceado, que representa donde el Señor cenó con sus discipulos, y al rededor de ella doze apostoles, teniendo a su Maestro en medio, figuras de barro cocido y de proporcion de hombres de gentil estatura». Também aqui não cita o nome do autor das esculturas.

Segue depois a descrição do Claustro da Manga, o qual dada a forma como o cronista se alonga no relato, o impressionou particularmente pelo exotismo e graciosidade da construção. E consigne-se aqui, visto que tenho entremeado o

discurso de comentários acêrca do destino actual das peças secularmente veneradas, que nada mais triste que a sorte dessa lindíssima claustra, que Coimbra devia conservar como uma joia das mais valiosas do seu aderêço renascentista, e que tem estado sujeito a tôda a casta de sevícias utilitárias. Seria uma obra meritória da Coimbra hodierna se o salvasse. ¿Porque não havia de erguer-se o edifício dos Correios na *Nova Baixa,* cedendo o espaço, acanhado para um grande edifício, a uma bela praça de entrada para o Mercado, cujo melhor adôrno seria o centro do antigo Claustro, convenientemente isolado e protegido?

Apresenta valor para o conhecimento topográfico do convento a menção do Claustro da portaria, ou *do Conselho,* onde a congregação se reünia para tratar de assuntos tocantes ao govêrno espiritual e temporal da Casa. Em frente da porta principal do Mosteiro, que dava acesso a êste claustro encontrava-se a que comunicava com «una pieça mui galana adonde todos aguardan, al cavo de la qual ay una capilla q̃ llaman de el Spiritu Santo, que mandó fazer el Rey don Juan el tercero, excelente por la traza y muy buena mano del que pintó y obró alli...». Esta capela interessa-nos particularmente, pois nela se encontrava o quadro de Vasco Fernandes, assinado *Velascus,* representando o *Pentecostes,* o qual já na descrição de D. Francisco Mendanha, coeva da pintura, é considerado como pintado «por mão de outro Apeles». Vasco Fernandes pintou de facto para o Mosteiro êste retábulo, e mais três, digam o que disserem uns senhores que se arvoraram em Lisboa em conhecedores e donos exclusivos das pinturas antigas portuguesas.

As descrições dos Dormitórios e Enfermaria não consignam particularidade digna de nota; mas é de arquivar a notícia que o cronista dera ao rei Felipe II, da existência no Mosteiro de «mui buenos originales de Doctores antiguos, porque deseaba traher al Escurial simijantes antiguarios». E

acrescentou: «tienen dentro en Casa impression, y hé visto obras no mal impressas en este Monasterio».

O capítulo 11.º, que trata das sepulturas reais e de outras pessoas pincipais, ficou interrompido na cópia, na altura da descrição do túmulo de Afonso Henriques. Dêsse trecho da narrativa aparece claramente, que Roman não redigiu a descrição do Mosteiro, *in-loco,* mas sôbre apontamentos e o folheto do cónego dom Veríssimo, pois só dessarte se explica que houvesse escrito que o *jacente* tinha coroa real que lhe estavam pondo os anjos.

Quanto à data em que redigiu esta notícia sôbre o Mosteiro, a falta de menção da obra de alargamento da sacristia, realizada, segundo D. José de Cristo, em 1590, parece indicar que êle esteve no Mosteiro antes dêsse ano, o que aliás as datas atribuídas às suas notícias sôbre Tomar e Alcobaça confirmam. De facto Frei Jeronimo Roman assistiu em Tomar à sagração de um bispo, em Fevereiro de 1589, e em Alcobaça, quando dela escreveu, governava como abade trienal, Frei Guilherme da Paixão, eleito em capítulo geral em 1588.

VERGÍLIO CORREIA.

Cap 8.º del Templo de Santa Cruz
con todas las partes del

Para ir continuando muchas cosas notables de este Monasterio, conbiene que comencemos por el Templo del Señor y sus partes; porq̃ entrando por el hallaremos muchas cosas q̃ notar, y que daran gusto, y dispues se continuará lo demás con claridad y distincion: Yá se dixo que este Monasterio lo fundó Don Telo en el mesmo lugar que estavan los baños, que llamavan del Rey en el Arraval cerca de la rivera del Rio Mondego: Tiene estraña magestad la puerta dela Iglesia

porque está en puesto que acuden ocho salidas de calles a la puerta, q̃ necessariamente para entrar por ellas ó salir a travajar dan los ojos en la puerta, y la causa de ser aquel lugar tan publico, es estar muy bien poblado y acompañado de buenos edificios, y casas principales, y dos fuentes para el servicio comun de aquelles barrios: En esta plaça que está adelante de la Iglesia se levanta un cimenterio q̃ toma todo lo ancho la Iglesia y de una parrochia de San Juan que es de el Monasterio: Es pieça galana porq̃ está todo enlosado de piedras muy ajustado, y todo cercado de rexas gruessas de hierro con sus antepechos de lo mesmo: Este Cimenterio aunq̃ es ornamento de la entrada dela Iglesia verdaderamente sirve de lonja, y lugar publico adonde concurren todos los estudiantes dela Vniversidad, y tambien qualquiera otra persona alla alli lugar para negociar, y es cierto que a qualquiera hora se halla gente en el, y mucha.

Está el portal dela Iglesia entre dos Torres fuertes y masissas, de mediana altura, lavradas de piedra muy buena, y esta puerta es dicha dela Magestad, porq̃ en el frontespicio de ella está Dios Padre con estremada postura y grandeça de manera que le encadea mucho el titulo, y está tan acompanhada esta imagen de muchos Patriarchas, y algo mas abaxo la Reyna de el Cielo, que nó ay mas que desear y ver; porq̃ las figuras tienen tanta perspectiva, y está todo tan al natural, y con tanta costa que muestra bien el poder del Monasterio: A la entrada tiene una coluna, de manera q̃ siendo solo un arco sobre q̃ se arma la puerta haze dos con aquella division dela coluna, y con ser dos, cada puerta es mui grande, y mui capaz: Tiene esta puerta su portero, y hostiario á imitacion dela primittiva Iglesia, el qual guarda q̃ alli nó se haga cosa fea, y que ningun Judio se attreva a quitar alguno delos Sanbenitos que alli debaxo de el Coro tiene puesto el Santo Oficio en testimonio de la dureça de esta gente, y su inconztancia en la fé.

Nó es el cuerpo dela Iglesia muy grande, mas es de mui buena traça, y capaz p.ª la gente que de ordinario se congrega en ella: Tiene seis Capillas puestas en igual proporcion, tres a un lado, tres al otro, ricamente adereçadas assi de rettablos, como de lamparas que arden de ordinario, y en las fiestas grandes de ordinario son de plata: Ay en medio de este cuerpo de la Iglesia un pulpito de piedra harto galan, y ricamente labrado con mucha imaginaria de medio relieve, del qual dizen los Padres de aquel Monasterio que es el mejor q̃ ay en la Christiandad: Yo respondi, que se tal cosa supiessen los de las Iglesias de Toledo y San Tyago appelariam porque creo que ellos son mas galanos, ricos, y costosos, que cierto dan que mirar a los que los ven con ojoz claros.

Tiene un crucero muy proporcionado con la Iglesia y Capilla mayor, en la qual esta una mui buena rexa de hyerro que costó mucho dinero: tiene dentro entre la Capilla y Crucero dos mui principales altares, que estan dedicados a la Concepcion de la Reyna de el Cielo, y San Iuan Baptista, a donde concurre el pueblo con gran devocion; y todo el Crucero es muy claro, porq̃ tiene ventanaz mui rasgadas con vidrieras muy galanas. Luego se entra a la Capilla mayor, a cuyos lados estan las sepulturas de los dos primeros Reyes de Portugal, como lo diremos, acavado este Capitulo, y subesse por siette, ó ocho gradas al altar mayor, en el qual está un rettablo a lo antiguo, excelente en obra y devocion, porque puesta la Crus de el Salvador en medio, q̃ la tienen dos Angeles está rodeada de muchas figuras, que representa el descendimiento de la Cruz, y todo quanto ay en esta Capilla es muy rico, y ordenado con mucha curiosidad, porq̃ nada se perdona como sea para ornamento del altar: Assi ay ornamentos custosissimos con q̃ la Capilla se adereça segun los tiempos, y festividades, y lo que es del servicio ordinario podria en otras Iglesias servir para fiestas

grandes. Tiene un Coro ricamente labrado, y tan grande, quanto es menester para el numero de los Religiosos que ay, que son settenta y dos, y tantas son las Sillas porq̃ como dixe hablando de los primeros que tomaron el havito fueron doze compañeros a imitacion de los doze Appostoles, y despues aumentaron al numero de settenta y dós, porque tantos fueron los discipulos del Señor que fueron los menores. Esta obra toda de esta Iglesia, ó lamas de ella es liberalidades del Rey Dom Manoel que excedió a todos los Reyes de Portugal en hazer edificios ecclesiasticos: testigos son de esto los Monasterios de Thomar, y Alcovaça, y la Batalla, y lo q̃ intentó en el Monasterio de Bethlem en Lisboa nos confirma esta verdad.

Para fin de este Capitulo que solo tratta de Iglesia será bien dezir porq̃ se intituló esta Iglesia Santa Cruz: Algunos dizen que fue porq̃ El Rey Don Alonso Henriques pedió, que se llamasse assi, después que venció la gran batalla del Campo de Orique, por haverle apparecido en aquel dia Christo Crucificado como lo dize en su historia: no parecen a la conjectura; mas yo soy de opinion que el Don Telo traxo siempre en su pensamiento este titulo desde que pertendio fundar el Monasterio, porque es cierto, que en Hierusalem anduvo tan devoto, y apassionado dela Cruz que allá adoró, que siempre la nombrava, y en començando a tratar del sitio del Monasterio luego dixo q̃ se havia de llamar Santa Cruz, que fue antes que Don Alonso fuesse a la batalla; y savemos q̃ el Monasterio estava ya començado quando fue la de Orique, y se llamava assi. Lo que me parece es q̃ se llamó el Conbento de Santa Cruz, porque el Don Telo tuvo esta devocion, y despues el Rey Don Alonso visto el milagro de haverle apparecido Nõso Señor Crucificado, y haviendole promettido la Victoria, despues de salido vencedor quedó tan devoto dela ✠ que hallando buena ocasion para reverenciarla, determinó tener gran devocion en este

Monasterio, pues se llama de Santa Cruz, y enriqueçerlo, como de hecho annunció esta divina Señal quando supo, y pudo, pues quando ordenó su escudo y armas lo trazó en forma de Cruz.

Cap. 9.º dela Sacristia Sacrario con todas las reliquias, y cosas ricas que ay de oro y plata

Despues de haver hablado dela Iglesia es bien que digamos las otras cosas tocantes a este proposito que seran tambien sagradas y santas, y comencemos por la Sacristia: Está esta pieça al lado dela Epistola detras dela Sepultura del Rey Don Sancho: es pieça mui rica y grande, porq̃ alen de ser de bobeda, y estar armada sobre colunas fuertes, tiene dentro las partes necessarias para combidar a devocion, a los q̃ van a ella a celebrar: tiene sobre los caxones adonde se visten los ministros santos cinco rettablos mui grandes, y ricos, de excelente mano, e sobre cada uno su grande ventana con vidriera para q̃ assi tenga bastante lus: Mayor pieça requeria tanta riqueça, mas porque no dava lugar el sitio tan poco pudo ser mayor, por lo qual se huvo de labrar otra pieça en sima adonde está todo el thesoro, y mas guardado porque viven junto a el los sacristanes: nó se puede dezir lo mucho que ay de bueno acerca de ornamentos, porque los ay mui ricos, y nada ay que nó sea muy bueno, aunque sea lo comun, y lo extra ordinario, es riquissimo.

De una parte de esta Sacristia esta una Capilla con una fuerte rexà, y tras de ella unas puertas de madera arto gruessas, es el lugar mas noble, y mas santo de todo el Monasterio porque en el se guardan todas las reliquias, y cosas santas que en el ay, que son muchas: También está aqui toda la plata que está dedicada al culto divino que tambien es mucha de lo q.[1] y de todo lo que haze a este proposito se dirá lo mejor q̃ yo supiere. Digo primeramente que se

ami me dexassen dizir, dizia que la mayor reliquia que ay en esta Casa Santa, y tan religiosa es el cuerpo del Rey Don Alonso Henriquez, del qual ay tan grandes averiguaciones de haver sido Santo, que yo creo que podria mandarse hazer informacion de sus milagros que fueron muchos porq̃ apparecerle el Señor en las batallas, y prometerle las Victorias, milagro fue, y tambien lo fue el haver defendido este Monasterio de los que le perseguian, y molestavan castigando los sacrilegios: enfin el tardarse de canoniçarlo como se dixo, buenos testimonios son de su santidad: Pudierasse poner por uno de los cuerpos santos que ay en este Monasterio, mas dexesmolo en su lugar, y bolvamos al Sagrario: Aqui estan las reliquias de los cinco Martires de Marruecos frailes del Padre San Francisco cuyo martyrio está bien largamente escripto en las Coronicas dela Orden de los Menores: Estan en una grande caxa de plata de rica lavor porque está toda su historia esculpida con mucha arte en ella: Aqui se vé en otra caxa que está puesta en sima de el altar mayor el cuerpo de Santa Columba Virgen, y martir; Y ten el cuerpo de San Theotonio primero Prior de este Monasterio; y en la verdad artos rastros ay de haver sido santo Don Telo, el primer fundador de esta Santa Casa: En lo demas de las reliquias que son muchas, y grandes, ponerlas hé por los meses, en que se celebran las fiestas de los Santos, cuyas son, como las hallé en un memorial, y antemano se nombraran las de Nr̃s Señor Jesus Christo, y su bendita Madre con las de la Santa Cruz.

Reliquias del Salvador

De la Tunica inconsutil.
De la Coluna en que fue açotado.
De la Mesa en q̃ cenó con sus discipulos.
De la Piedra de el Sepulchro.
De le Piedra en q̃ fue fixada la Cruz en el Calvario.

Del Perebre adonde fue reclinado.
De la Piedra sobre que se puzo quando lloró sobre Ierusalem.
De la Tierra sobre que cayo la Sangre quando sudó en el Huerto.

Reliquias de la Reyna del Cielo

De los Vestidos de la Virgen.
De su Santissima leche.
Del Sepulcro de la Virgen.
De la Casa donde le apareció el Angel quando la Vesitó.

Reliquias de la Cruz

Vna Cruz portatil de plata dorada con un pedaço de la Crus.
Otras tres Cruces de plata que tienen por diversas partes sembrados pedacitos de la mesma vera Cruz.
Vna espina de la Corona del Señor encastonada en una Corona de Oro mui fino, tan grande como la q̃ le fue puesta en su Sagrada Caveza.
Otras dos espinas del mismo Spiño de donde se tomaron las con q̃ se texió la Corona.

Reliquias de Santos por sus meses

Enero

Dos huessos de San Sevastian con un diente y un braço de San Vicente Martir, de la Caxa en que fue hallado su Cuerpo.
Dos huessos de San Julian Martyr.
Dos huessos de San Antonio Abbad.
De Santa Inez parte de su cilicio.
De San Ilefonso Arçobispo de Toledo.
De San Mauro Abbad.

Febrero

De Santa Agatha huessos.
Vna buena parte de la Caveza de San Blas Obispo.
Del Cilicio de Santa Dorothea.

Março

Reliquias de Santa Felicitaz.
De S.ª Gregorio Papa, y una parte de su cinta.

Abril

Reliquias de San Vicente.
De San Iorge.
De San Sixto Papa, y Martir.
De San Letto Papa.
De San Fructuoso Obispo de Braga.

Maio

De la tierra del Monte Gargano adonde appareció San Miguel.
Reliquias de San Alexandro Papa.
De San Bonifacio Martir.

Junio

De San Antonio de Padua.
De Santa Florencia.
De San Iuan Baptista.
De San Pedro, y San Pablo.

Julio

Reliquias de Santa Iusta, y Rufina.
De Santa Isavel Reyna de Portugal.
De Santa Anatolia.
De Santa Margarita.
De Santa Praxedis.
De los Cavellos de la Magdalena.
De San Christoval.
De San Pantaleon.
De Santa Marta.
De San Tyago Appostol.

Agosto

Del Cilicio, y cinta de San Bernardo.
Del Havito y Cavellos de Santo Domingo.
Reliquias de San Lorenço.
De Santa Susana.
De Santa Clara muchas reliquias.
De Santa Savina.

De San Iustino.
De San Cyriaco.
De San Phelicisimo y Agapito.

SEPTIEMBRE

Reliquias de San Ieronimo.
De San Piotto, y Iacintho.
De San Cornelio, y Cypriano.
De Santa Eufemia.
De San Cosme, y Damian.
De San Mauricio.

OCTUBRE

Reliquias de San Verissimo de Lisboa.
De San Francisco.
De San Giraldo Arçobispo de Braga.
De Santa Eria.
De las onze mil Virgenes.
De San Criscanto y Daría.
De San Thadeu Appostol.
De San Calisto Papa.

NOVIEMBRE

De San Theodoro Reliquias.
De San Martin Obispo.
De Santa Sicilia Virgen y Martir.
De San Clemente.
De San Andres Appostol.
Del Sepulcro de Santa Cathalina.

DECIEMBRE

Reliquias diversas del Proprio Martir S. Estevan.
De San Nicolas Obispo.
De Santa Eulalia.
De Amos Propheta.
De Santa Lucia, y de los Innocentez.

Y otras muchas que nó se hallan sus proprios nombres

por haverse perdido con el tiempo, y con un gran diluvio que vino en Coimbra por el qual se perdieron otras memorias: dentro de este mismo Sagrario se conservan otras cosas notables, y que son dignas de memoria, y assi continuaremos lo maz principal que es el Thessoro, que es muy rico, y precioso.

Ay una Corona de oro a imitacion de la de el Salvador con veinte y seis espiñas, pesa seis onças.

Ay dos Relicarios de Plata dorados, que son dos medios cuerpos dentro de los quales estan guardadas algunas reliquias de los Martires; pesan entrambos veinte y tres marcos.

Otro Relicario hecho á manera de cofre de plata dorado pesa nueve marcos, y mas.

Ay otro Relicario que está en proporcion de un medio braço de plata sobredorada aderezada con muchas piedras de diversos colores, pesa mas de dos marcos, y medio.

La Custodia principal pesa quarenta y nueve marcos: es pieça muy rica.

Ay otra Custodia labrada y dorada a lo Romano, pesa doze marcos, y tiene de oro diez y nueve ducados.

Tiene tres Calices ricos que sirven solo para el Altar mayor, el de los mayores pesa ocho marcos, y medio; el de las fiestas ordinarias quatro; el de los dias comunes seis marcos.

Tiene tres Cruces para las Processiones: La una es de oro, y pesa con sus piedras de precio siette marcos, y seis onças de oro. Otra Cruz de plata dorada, pesa diez marcos, y medio. La tercera tambien es dorada, tiene de peso diez marcos.

Ay catorze Candeleros entre siriales, y otros menores, los quatro q̃ son mui grandes, y de obra moderna pesan ochentas y un marcos, y son de plata blanca. Otros quatro ay de obra romana labrados, que pesan diez y nueve marcos. Tam-

bien ay otros quatro menores, que estan a los lados de la Caxa adonde estan los Cinco Martires que pesan diez marcos: Sin estos ay otros dos, que son para los Acolitos, q̃ pesan catorze marcos y medio.

Ay dos azetrez ó Calderas en que se lleva el agua benedita: el uno pesa treze marcos, y el otro cinco y los hisso por tres marcos.

Ay un Agua mañil con su fuente dorado, que todo pesa viente y dos marcos.

Ay seis Cetros, los dos menores son de plata blanca que pesan treze marcos. Los quatro que son nuevos, y de rica lavor pesan veinte y cinco marcos.

Tiene tres encensarios harto grandes todos; el uno es dorado pesa ocho marcos: otro de plata blanca que pesa siette marcos, y el nuevo que tambien es dorado pesa dose marcos; y la Naveta que es un elefante con hechura particular pesa ocho marcos.

Tiene unas Vinageras mas ricas que pesan diez marcos y mas: de Porta pazes, Calices, Vinageras, Lamparas, ay gran cosa, y todo rico, y de hechura particular.

Tiene Missales, y Epistolarios ricamente enquadernados en tablas de plata con mucha imaginaria.

Y enfin ay tres piedras de maravillosas virtudes, y propriedades y de gran precio, que dexo el Rey Don Alonso Henriquez: La una es colorada, como Carunco: La segunda verde como esmeralda: La tercera blanca á manera de diamante: Tiene en medio dos grandissimas Lamparas de plata q̃ arden de ordinario, y aqui está el Santissimo Sacramento perpetuamente para los enfermos del Conbento con q̃ queda hermoseado todo este Sagrario, y por quien tiene tal titulo legitimamente.

Otras tres cosas ay aqui que han de dar gran gusto, y han de quedar mas en la memoria de los curiosos que son dos escudos antiquissimos, y una espada invencible: Los es-

cudos son mui grandes con las primeras armas de este Reyno en artas cosas bien diferentes de lo que oy vemos: Yo las hize pintar, y tengo sacados todos los demas hasta los tiempos del Rey Don Alonso el quinto que le puso en la forma y traza que oy lo vemos: Estan ya mui gastados y viejos del tiempo, pero de manera que se pueden ver en lo principal que tienen que notar; y aora estan mettidos en sus caxas mui bien guardadas, y con decencia: La espada, y escudo del Rey Don Alonso Henriques estan en un puesto, y el escudo del Rey Don Sancho su hijo en otro: de este no ay que dezir mas, si nó que es en la hechura y grandor de la mesma que el de el Padre; mas en la pintura ay mucha diferencia puesto que las armas son unas: Vendrá bien aqui que hablemos de el escudo, y espada de este primero Rey, y de la buena estimacion en q̃ ha sido tenido siempre: Como el Rey Don Sevastian hiziesse aquella infelis, y postrera jornada de Africa teniendo ardente zelo a la honra de Dios, y su fé, pareciole que pues iba hazer guerra a los Moros que ninguna cosa podia llevar de maior annuncio de el buen sucesso, que la espada, y escudo del primer Rey de donde el venia y con q̃ venció, y mattó tanta Morisma; y assi escrivió al general y Prior de Sancta Cruz de Coimbra, que pues ya constava de la jornada que hazia, que movido de la devocion q̃ tenia en las armas del Señor Rey Don Alonso Henriquez las embiava a pedir, porq̃ tenia muy cierta la Victoria con la ayuda de Dios: el general llamó a Capitulo, y comunicó el negocio con los Canonigos; propuesto el caso todos conformes venieron en que se le embiasse lo que pedia porq̃ el promettió que volviendo vencedor como esperava el restituiria lo que se le diesse. Concluido esto en Capitulo se senalaron dos canonegos que llevassen este thessoro, y mandosse q̃ al tiempo del entregarse lo, le pediessen un testimonio de como se le entregavan aquellas cosas, y que buelto las restituiria: Estos Religiosos se partieron para Lisboa, y

llevaron la espada y escudo, y una carta de todo el Combento para Su Alteza en la qual pedian encarecidamente, que huviesse por bien de prometter q̃ si Dios lo bolvia victorioso, como todos lo esperavan, y deseavan, el diesse orden para q̃ fuesse canoniçado el Rey Don Alonso Henriques pues havia muchos fundamentos para tratarse de esto como se podria ver quando se intentasse el examen: Holgó mucho el Rey con la carta, y con el presente q̃ se le hizo, y assi lo recivió con toda reverencia. Tiene la espada de peso tres libras de hierro, y de largo cinco palmos, y el escudo cinco palmos de largo, y tres, y medio de ancho: Esta gran devocion con las armas del su primero progenitor se puso tan en olvido al tiempo q̃ ellas eran tanto menester que ninguna cosa puso en mas que el aprovecharse de ellas, porque al salir de la nave quando se desembarcó ni las pedió, ni habló de ellas, ni trató de lo que tanto importava como se nunca fuera, y a mi me parece que fue por gran providencia del Cielo porque segun el mal consejo que tuvo este Principe desdichado, y el sucesso infelis que tuvo la empresa que intentó quedaron esta espada, y escudo en poder de los inimigos como las demas cosas, y assi las que destruyeron tantos Reyes Moros, y mataron tanta gente barbara quedaron como trofeo de los inimigos, y nunca bolvieron al Reyno: buelta la armada vencida luego se puso diligencia en cobrar estas cosas que tanta honra pueden dar a qualquier lugar adonde estuvieren; y assi fueron bueltas al Conbento, y se pusieron en el Sagrario de donde las sacaron para que yo las viesse: Afirmasse por personas antiguas que lo oyeron a sus passados que este escudo estava otro tiempo colgado en un clavo fuerte en cima del sepulcro del mesmo Rey Don Alonso, y que quando quiera que algun Rey de Portugal moria se quebrava el clavo, y caya el escudo en tierra como haziendo sentimiento de que le faltava su Señor, y Sucessor de aquel que con aquel escudo ganó el Reyno, y de aqui parece tener

origen en Portugal quando muere el Rey ir ciertos oficiales reales mui enlutados con algunos escudos, y en lugares mas publicos quebrarlos, y hacerlos pedaços, y dezir palabras lamentables, y de gran sentimiento porque en la verdad por el escudo es denotada la fortaleça de los Principes segun aquello que dixo David, quando fue muerto Saul. Despreciado el escudo de los fuertes, y el escudo de Saul como si nó fuera asicalado y alimpiado con aceite. En Isayas lemos: Levanta os Principes, y asid, y tomad el escudo; y en las historias profanas ay mucho de esto: todas estas cosas tiene la Sacristia y Sagrario de el Monasterio que es lo mas noble del; y assi ha sido menester hazer mas largo Capitulo por haver mas en el que dezir.

Cap. 10 de las mas partes del Monasterio que tiene cosas dignas de notar, y ser savidaz

Ya que hemos salido dela Iglesia, y dexamos todas las cosas de ella declaradas, vamos alo mas del Monasterio, y entremos al claustro principal: Este algun tiempo fue poca cossa porque los primeros que fundaron esta Casa, aunque la enriquicieron con dones, en lo de los edificios andavan mui a lo llano, y no ay que dudar si nó que aqui huvo otro claustro antiguam.te porque ay al rededor de el Sepulturas principales, las quales por nó poder hazerse en el cuerpo de la Iglesia, en aquel tiempo, se hacian de entro de el claustro; este que oy vemos tan sumptuoso edificó el Rey Don Manoel que en todas partes dexava rastros de su religion, y liberalidad: llamasse este claustro de el Silencio, porque se guarda en el con gran rigor, y aunque es verdad que en toda la Casa se tiene gran quenta en que nó se quiebre, aqui es mas especial este punto. Estan a los quatro cantones otros tantos retablos, que tienen mucha arquitectura, assi en lo que es piedra, como en las manos de los pintores que trazaron

las imagines: Assi mesmo ay aqui quatro Capillas, que se intitulan de Iesus, de la Encarnacion, Visitacion y Assumpcion. Ay otra Capilla mayor, y de mas magestad que es adonde está el cuerpo de San Theotonio, del qual ya en su vida diximos lo q̃ hazia al proposito: Aqui hazen Capitulo, y es pieça mui principal, y harto al proposito de lo q̃ sirve: Al quarton de otro angulo, está el Refitorio, que es una oficina mui capaz, y bien obrada, toda de piedra, y de bobeda con treze mesas de piedra blanquissima con mucha curiosidad en estremo; pero lo q̃ mas háy que notar aqui es una Capilla, que está levantada en lo alto dela mesa traviessa adonde se assienta, y arrima el general quando come: En esta está un altar mui limpio, y aceado, que representa donde el Señor cenó con sus discipulos, y al rededor de ella doze Apostoles, teniendo a su maestro en medio; son las figuras de barro cocido, y de proporcion de hombrez de gentil estatura: Es cosa digna de admiracion quan al natural está todo, y la devoción a que mueve: Ay, saliendo del Refitorio passado el angulo q̃ se arrima a la pared una escalera q̃ sube a otra claustra que llaman de la Manga, mui galana, y que dá bien que ver a los q̃ de nuevo entran en este Monasterio: llamasse de la Manga, porq̃ quando se hazian las obras nuevas quando se iva introduciendo la observancia del Rey Don Iuan el tercero, padre de los Portugueses trahia en la manga del sayo pegada la traza de lo q̃ se iva edificando, y alli mirava como se edificava cada pieça, y como en este claustro se remiró mas que en las otras obras, y nó se ponia piedra que el nó pusiesse los ojos en ella; acudia al papel que tenia pegado a la manga para ver se iva conforme a la traza; y assi llamaron por esto la Claustra de la Manga: Tiene esta clauztra muchas cosas que notar, porq̃ está toda pintada al fresco, y assi por las paredes como el techo, y maderam.to por ser de tabla lissa y llana, que es edificio mui ordinario de Portugal: El pattio que haze este claustro, nó es enlosado, ni hecho

vergel, mas es de agua, aunq̃ ay de todo algo para q̃ la obra sea perfecta: Ay pues aqui una fuente en medio de este patio de el claustro trazada para ponerse alli de tan estraña manera, q̃ nó sabria yo pintarla como ella es: tiene esta fuente para llegar a ella quatro arcos de piedra que está en medio de todas las quatros partes ó angulos del dicho claustro, tiene en sus porporciones sus calles adonde ay sus naranjos y jornas, y intremedio de cada una lleva su rio ó arroyo q̃ haze mas fresco lo que está dentro de manera que en este espacio ay quatro vergeles, y ocho rios, ó arroyos: en medio de estos jardines, y rios estan quatro escaleras ricamente labradas de piedra, y cada escalera tienne sette gradas acompañadas de unos bestiones bien labrados, y sobre estas quatro escaleras se arma un pattio octavado mui pulido, y galan, en medio del qual sale una fuente de gran artificio, porq̃ el agua q̃ cahe de ella sobre aquellos rios, buelve a recogerse por otros caños secretos, y assi ay agua continuamente sin q̃ se sepa por donde viene, ni adonde vá. En este mesmo pattio con estremado artificio estan hechas quatro Capillas redondas, y de bobeda labradaz ricamente de piedra mui hermosa, que hermosea todo este patio quasi todo de agua, las quales son llamadas las Ermitas adonde los Religiosos quando quiera q̃ quieren se van a orar en ellas: y para estar quietos, el que alli se vá a recoger levanta una puente levadiça que ay para entrar que le sirve de puerta, y alli se recoge hasta que le parece: Son los Oratorios por de dentro mui bien labrados, con sus ventanas, y vidrieraz, que nó hay mas que dizer: Los Retablos, y altares estan dedicados a San Iuan Baptista, a San Hieronimo, a San Pablo primero hermitano, y a San Antonio, todos Principes de la vida solitaria: Otras muchas cosas ay en este pattio, y claustro harto notables, y una entre otras para memoria de las conciencias que ó desprecian la muerte, ó nó miran por sus conciencias, y es un arco, ó Capilla llena de huessos de

muertos en extremo bien puestos, y q̃ ponen miedo a los buenos, y notables: Dicesse que alli estan muchos huessos de Cavalleros q̃ murieron peleando antiguamente con los Moros, y q̃ quando el Rey Don Alonso Henriques mandó recoger los cavalléros que alli murieron y ser trahidos a este Monasterio.

Porque hemos ido hablando de las claustras, haré memoria de otra q̃ aunq̃ nó es tan grande es buena: Esta está entre las dos puertas que sirven a la entrada de el Monasterio, entrasse desde la calle por una puerta muy bien trazada, y tiene luego un claustro mui bien obrado con muchos assientos y ventanas; llamasse del Consejo, porq̃ alli ay pieça adonde se ajuntan los Religiosos a consultar cosas tocantes al govierno espiritual, y temporal; Aqui aguardan los que vienen a negociar, y sirve un Ministro deputado a esta portaria, que nó es de los Religiosos, y luego enfrente está otra puerta que guarda algun Canonigo que de ordinario es de los principales, y mas antiguos, y este responde quando llama el otro portero primero, y segun la persona que es lo mette en lo mas interior que es una pieça mui galana adonde todos aguardan; al cavo de la qual ay una Capilla q̃ llaman de el Spiritu Santo, que mandó hazer el Rey Don Iuan el tercero excelente por la traza y mui buena mano del que pintó y obró alli, de manera q̃ con estas tres claustras se hinche todo el sitio de el Monasterio en lo que es baxo, y que toca a los Canonigos que estan recogidos, que para los demas que son oficiales, ay otro Combento adonde estan todas las oficinas que son necessarias para la comunidad de un pueblo bien governado: mas porq̃ ay otras cosas notables, que en la traza, y edificio causan curiosidad, diré con brevedad lo que hallare mas digno.

Los Dormitorios son mui grandes assi en lo largo, y ancho, y alto: tienen de alto veinte y ocho codos, y de largo duzientos, y cinquenta; los dos lados tienen Celdas, que son cin-

quenta, y de las maz grandes que hé visto en los monasterios de Portugal; La calle primera donde se anda, tiene quasi doze codos de ancho que es galana cosa, de manera que pueden cinco, y seis personas ir igualmente hasta las ventanas que dan mucha luz al dormitorio, y lo hazen mas hermoso; Aqui viven los Sacerdotes, y Diaconos: para los Subdiaconos manzebos que aun nó tienen Ordens, y para los Novicios ay otra, excelente pieça que tiene de largo ciento y cinquenta codos: Aqui ay estremada diligencia en q̃ no falte nada de lo que toca a los menores, porque como son criados con mas rigor combiene que todo esté perfecto: Tienen estes Dormittorios una cosa exelente, que es tan buena proporcion para se ir desde ellos al Coro, que apenas ay tres gradas que subir, o baxar de manera que viejos, y coxos pueden ir a el con mucho descanso.

Otra oficina tienen adonde se exercita harto bien la caridad de lo q̃ mas necessidad ay en los Monasterios, que es la enfermaria: Está sobre aquella claustra que llaman de la Manga, está traçada de manera que lo q̃ tiene, y como está podria servir de un honrado Monasterio, y primeram.te su assiento es el mas alegre de la Casa porq̃ las ventanas de las pieças son grandes, y salen a lo mejor de ella, porq̃ tienen la vista, o la huerta que es cosa grandissima, ó al pattio de aquella claustra de quien diximos tantas cosas: Dentro de la enfermaria está el Refeitorio de los conbalecientes, Roperia con quanto há menester, Botica, y Cocinas, y Dispensas; pero lo mas que ay que dezir son doze camas para los que actualmente estan enfermos; seis de cada lado, y una mui clara, y estendida pieça, y al cabo un altar puesto de manera que desde la cama pueden oyr Missa, y las camas estan tan bien puestas que el Medico visita, y el enfermero da la comida sin que lleguen a embaraçar el lugar adonde está armada la cama. Vi todo que se podia desear en una religion que es el tener caridad con los enfermos, y de comun consentim.to

de todos me fue afirmado que todo lo que la flaqueza humana podia acudir a los enfermos acudia en este Monasterio, y acudi a la Libreria, porque en esto puze entonces los ojos, y hallé muchos codices de mano, y buenos antiguarios, y mui aseada toda la pieça, y pareciome q̃ tenia entonces mas originales que agora, y perguntando por ellos me dixeron, que estavan guardados, y assi dando yó noticia a Su Mag.d quando le llevé algunos libros peregrinos, le dixe que este Monasterio tenia mui buenos originales de Doctores antiguos, porque deseava traher al Esquurial simijantes antiguarios; tienen dentro en Casa impression, y hé visto impresas obras nó mal impressas en este Monasterio. Otras mil oficinas, y pieças tiene esta Casa, que aunq̃ se hallen otros Monasterios como mui necesarios, no las pongo yo aqui por cosa q̃ cause admiracion; mas porq̃ todo lo q̃ está edificado, está con muy gentil traza, proporcion, y riqueza.

Cap. 11 de las Sepulturas Reales que ay aqui en este Monasterio y de otras personas principales

Agora me parece venir acuenta el darla de las personas reales, y otras que estan en este Monasterio sepultadas porque una de las glorias que el tiene es ser sepultura de los primeros Reyes de Portugal, bien es verdad que el tiene adquirida arta, teniendo tantos cuerpos santos y reliquias tan notables, quales quedan señaladas, mas pues este Capitulo está dedicado para esto, digamos lo q̃ se halla q̃ traherá de camino alguna curiosidad. El Rey Don Alonso Henriques como tuvo gran devocion al Monasterio de Santa Cruz viviendo, assi tambien quíso continuarla hasta su muerte, y mostrarla en querer ser sepultado en el, y assi lo dexó mandado en su testam.to, y se cumplió assi: Nó dize en su historia adonde murió, mas en q̃ año si, que fué año de mil ciento, y quarenta y siette, a seis del mes de Deciembre:

Al principio tuvo una sepultura llana al lado de el Evangelio, y tuvo por muchos años una tabla colgada junto al sepulcro, en quien contava quien fuesse el que estava alli sepultado diziendo assi.

AQUI JACE SEPULTADO EL MUY PODEROSO, Y MUY EXCELENTE PRINCIPE DON AL.º HENRIQUES 1.º REY DE PORTUGAL, EL QUAL DE PARTE DE SU PADRE DON HENRIQUE CONDE DE ASTORGA DECIENDE POR LINEA DERECHA DE LOS REYES DE ARAGON, Y DE PARTE DE SU MADRE DE LOS REYES DE CASTILLA.

Y alli vá continuando por donde, y como es hijo de la Reyna D. Thereza hija del Rey Don Alonso que tomó a los Moros la Ciudad de Toledo, y que está sepultado con la Reyna Doña Mafalda su muger hija del Conde Amadeo de Moriana, y de su muger D.ª Guigon: Esto de ser casado este Principe con esta Señora, que se dize ser hija del Conde Amadeo de Moriana trahe dificultad porq̃ en la vida del mismo Rey dize que fue hija de el Conde Don Henriq̃ de Lara, y en otras memorias hallo lo mesmo, y cierto conforme lo que averigua Damian de Goes nos fuerce a que tengamos quento que dize aquel letrero porque le ayuda mucho el Arçobispo Don Rodrigo que es Autor bien antiguo: en lo q̃ toca a ser su Padre el Conde Don Henrique de linhage de los Reyes de Aragon, y haverse llamado Conde de Astorga es mui facil de provar, y por nó ser para aqui lo dexo, y vamos a tratar de su sepulcro, y otros letreros, que alli se hallan.

El Rey Don Manoel q̃ siempre se disveló en ennoblecer todo lo que trahia á gloria en su Reyno, viendo como el primero Rey de Portugal estava con menos decencia de lo que sus hechos merecian, mandó buscar Artifices extremados en la escultura, y mandoles q̃ labrasen un sepulchro qual el lo imaginó, somettiendo lo q̃ le faltasse a lo que savia el Arte, y presupuesto que se havia de quedar mettido en lo

gruesso de la pared de la Iglesia, ellos lo dibujaron, y rascuñaron primero, y despues de mostrado al Rey, y declarado menudamente cada cosa, y el quedando satisfecho, luego a la obra: Es este sepulcro todo labrado, de piedra excelente, y que ay pocas venas de ella por Hespaña; tiene en todo lo alto del cinquenta palmos, y lo ancho ocupa lo medio, q̃ son veinte, y cinco: Estan las bazas sobre q̃ el se arma assentadas un buen palmo de alto de el suelo de la Iglesia que está enlosado, de las quales salen dos colunas seguidas con gentil ayra todos revestidos con cada seis imagines de los doze Appostoles mostrando cada uno quien es con el symbolo, ó señal de el martirio que padeció; assi como San Andres con su aspa, y San Iuan con el calix: En medio de ellos está en lo alto la Imagen de la Reyna de el Cielo, cercada de las nueve ordenes de Angeles con sus instromentos musicos, que la llevan al Cielo: Está en tal proporcion la Señora que a sus pies está la sepultura del Rey con su figura, y bulto al natural, q̃ es el mesmo que se labró antiguamente; está armado de todas pieças sacada la caveza que en lugar de elmo tiene una corona real, que le estan poniendo los Angeles, y su espada, y espuelas todo bien proporcionado: tiene en los mas alto las armas del Reyno, como las trahia en el escudo; mas como oy, porq̃ elRey Don Manuel quiso q̃ se puziessen las q̃ en su tiempo se usavan, y nó quiso intentar alguna novedad: dentro del arco está el retablo, y esta labor es tan curiosa, que se cubre con una cortina muy delicada y con otra mayor: toda la obra es de tal manera q̃ mirando por de fuera nó parece si nó q̃ está cosida con la pared, segun que viene ajustado: Renovosse la tabla antigua, añadiendo, y quitando muchas cosas, y pusosse en latin, lo qual en romance dize de esta manera (1).

. . . . . .

(1) Ms. da Bibl. da Ajuda, n.º 51-V-25, fl. 125 v. a 130 v., cujo título

inicial é: «La Historia del | Religiosissimo, y Real Monasterio de Al- | cobaça dela Orden de San Bernar- | do. Por Frai Hieronimo Roman de | la Orden de San Augustin | y su Coronista».

Devo ao Ex.mo Sr. Carlos Ferreira, distintíssimo funcionário da Biblioteca da Ajuda e investigador de tanto merecimento como modéstia, a possibilidade de publicar a cópia da obra de Roman, muito pouco tempo depois de a conhecer, pelo que lhe deixo esta prova pública da minha gratidão.

PROÉMIO Á LÓGICA

I

ALGUMAS PALAVRAS DE ARGUMENTO

Julguei sempre que à Lógica essencialmente não cumpre instituir leis, mas antes dar-nos a resolução analítica da actividade mental pura; sem dúvida, inquirir da fôrça e direcção da inteligência pode conduzir, e conduz, à determinação de regras; tal invenção, porém, não constitui carácter privativo e definidor da Lógica; não só não é necessário, como parece apenas derivado (1).

Não tenho a pretensão, pondo de acôrdo a confiança com o desejo, de resolver definitivamente a controvérsia, na qual outros mais doutos não conseguiram seu propósito. Controvérsia, digo, comquanto em geral a questão não tenha sido assim posta, expressamente, mas apenas reflectida na maneira de tratar outros problemas; acrescentarei sòmente que não po-

---

(1) Cf. Goblot, *Traité de Log.* 2. — A classificação das sciências de Cournot, fazendo corresponder uma técnica a cada sciência, está dentro de êsse espírito de não exclusividade da norma: *Essai*... Paris, 1851, II, 265-266: ... *on est naturellement amené à ordonner les connaissances techniques dans une série particulière, parallèle à la série ou séries où viendront se ranger les sciences spéculatives.* — Bacon, nos Aforismos, aponta a dualidade da lei e da regra. — A própria obra monumental de Whitehead e Russell *(Principia mathematica)*, ulterior aos trabalhos de Peano, Schröder, Boole, etc., é, sem embargo da concepção formalista dos autores, uma determinação analítica, quási se diria inductiva, do sistema de Lógica.

dem ignorar-se — qualquer que seja o mérito da conclusão aqui apresentada — importância e ramificações do problema geral, objecto de êste opúsculo, Entre elas ocupa lugar dominante e prévio a da relação lógico-metafísica, e por isso tentei condensá-la no teorema geral que encerra o meu trabalho; procuro apresentar com máxima clareza os meus argumentos; e basta-me como resultado que, por bem estabelecida a validade da posição que adopto, implìcitamente fique provado que outra qualquer não é definitiva.

Também na história da Lógica aparece o problema da continuïdade. O primeiro impulso não proveio, nem foi moldado pela noção do contínuo; hoje, pelo contrário, ela pesa, se não prevalece; na doutrina de Aristóteles, a Lógica não é senão a relação complexa entre conceitos, cuja definição se refere às propriedades dos termos, i.é, extensão e compreensão, sendo certo que só a primeira informa a teoria do silogismo. O mais ilustre filósofo grego, mestre máximo da Meia Idade, *uir immensæ subtilitatis,* como diz Plínio(1), não realizou, embora o tivesse crido, o *Organon* universal, mas apenas uma certa doutrina da predicação.

Já tentei, há tempo, mostrar isto mesmo; a Lógica do nosso tempo, disse eu então(2), pretende essencialmente compreender e expôr a transição, em si mesma considerada, o que entretanto aqui, como em qualquer domínio, só é possível por adequada construção de elementos, como tais, discretos. À antiga e à nova Lógica, emquanto opostas, i.é, nos seus caracteres dominantes respectivos, seria possível dar nome «existencial» e «essencial», ou Lógica *essendi* e Lógica *fiendi*(3).

---

(1) E também Cícero, a-pesar-de favorável aos Académicos, se lhe refere como *uir summo ingenio* (Tuscul. I, IV) *singulari uir ingenio* (De divin. I, XXV).

(2) In-*A impensabilidade da negativa, Arq. da Univ. de Lisboa*, vol. VIII.

(3) A designação, analógica, tem sentido diferente da de Schopenhauer,

E se à Lógica em verdade importa, não já o estabelecimento da norma, antes a determinação do facto (neste caso «relação válida») não parece que ela reja por princípios o trabalho mental, antes o exercício da inteligência origine os princípios, à maneira de esquemas (1).

A palavra «transição» pode aqui ter dois sentidos, visto como nela podemos compreender o próprio acto transitivo, ou a unidade do mesmo acto, pluriformemente revelada. O primeiro é o sentido lógico, o segundo o metafísico. É o primeiro, como se verá, que merece preferência. O próprio conceito deve definir-se não pelo ser, mas pela função (2); os mestres da Lógica do nosso tempo, quando procuram as constantes lógicas, encontram-nas em termos de relação, por exemplo: *e, ou, tal que,* etc.

Impossível é começar sem intuïção; a própria história da

---

aplicada ao princípio da razão suficiente. No meu caso trata-se da Lógica do finito discontínuo (que é uma parte mínima e não rigorosa) e da Lógica do evoluir analisável (que abrange como caso muito especial a anterior). É neste sentido que ela começa no anti-escolasticismo cartesiano — e pascaliano — e vem parar ao *Medium freien Werdens* de Brower.

(1) É interessante acompanhar na história da filosofia os aspectos nítidos de êste problema: o realismo metafísico de Sócrates; o idealismo transcendente dos Eleatas; a reminiscência de Platão; a escala de verdade de de S.to Agostinho, desde a verdade lógica à verdade metafísica, idêntica à realidade; diferentes modalidades do realismo medieval; o ontologismo cartesiano; a realidade das ideias e a irrealidade da verdade, de Malebranche, etc. Modernamente Russell renovou a atitude realista, contra Lotze (e Leibniz) e contra Kant, defendendo a ordem e a posição absolutas e tentando demonstrar o absurdo do relativismo. Valeria já hoje a pena fazer-se a análise comparativa das soluções propostas, que dá um balanço do maior interêsse, principalmente se confrontada com a corrente paralela do relativismo, ou idealista, ou crítico.

(2) Mach, *La connaissance et l'erreur*, Le concept — Goblot, *cit.*, pág; 17.

sciência — diz Poincaré justamente (1) — completa o conhecimento scientífico; nenhuma fórmula, ainda quando imperfeita, e seja qual fôr a doutrina lógica, pôde obter-se sem o trabalho de longa evolução; donde a conjectura fácil de que os princípios não estejam na raiz, mas nos frutos da árvore da sciência.

«... *nisi ipse intellectus*» — respondeu Leibniz aos que só nos sentidos viam a fonte de todo conhecimento. Que deve entender-se naquelas palavras?

Se aceitarmos a fórmula e a intenção de Leibniz, todo conhecimento consta de três elementos:

1.º O que poderíamos chamar *potentia cognoscendi,* qualidade pura, imutavel, simples;

2.º *Stimulus,* i.é, o que é recebido pelos sentidos, e sem o que não há conhecimento;

3.º *Actus,* elaboração necessária que torna elementos lógicos os dados da sensibilidade;

Isto aceito, se nada no intelecto existe senão a *potentia cognoscendi,* donde todo conhecimento provém, segue-se que alguma coisa formal existe, anterior à matéria do conhecimento; êste é consecutivo à faculdade de conhecer (2). Tal parece, segundo Leibniz, a natureza do conhecimento; ponto de vista que — tìmidamente confesso — me não parece valer muito. Interessa-me o exemplo, é certo, para mostrar, dentro de questões lógicas, a disputa metafísica da «essência» e da «existência»; até em Leibniz, homem de raríssimas faculdades, entregue à disciplina lógica, de cujo moderno desenvolvimento foi precursor, o mais notável talvez que desde

---

(1) *Bibl. du Congrès international de phil.,* 1901, III, — *Log. et hist. des sc.,* reproduzido em *La sc. et l'hyp.*

(2) Claro que mais de uma doutrina metafísica pode derivar de esta concepção geral. Exemplificam-no bem o idealismo da corrente que tem em Russell o representante mais enérgico, e a teoria do conhecimento da Escola.

Aristóteles à Idade Moderna se dedicou a êsse estudo, se verifica a influência da Lógica *essendi* (1). E entre os contemporâneos a questão reviveu.

Tendo-se ocupado Kant, com largueza, na sua conhecida obra, das formas *a priori* da sensibilidade, i.é, do espaço e do tempo, filósofos da nossa época, antes da discussão levantada a propósito, pela doutrina einsteiniana da relatividade, repeliram a doutrina kanteana, levados por princípios análogos àqueles a que me referi há pouco, citando Russell; nada porém mais fácil e congruente do que rejeitar por igual razão a afirmativa de Leibniz. É ou não o intelecto puro alguma coisa essencial que existe? Se o afirmamos, de que modo poderemos recusar formas *a priori* de essa actividade, sem averiguar agora quais sejam? mas, se o negamos, de que modo poderemos repelir a opinião de quem vê na experiência a origem exclusiva do conhecimento?

O dilema é solúvel, ou melhor, não há aqui verdadeiro dilema; o que não importa, entretanto, averiguar neste momento.

O próprio Russell julga defender doutrina fundada na realidade e nega que a verdadeira Lógica possa depender da natureza do espírito ou por ela possa demonstrar-se; também Poincaré repete freqüentemente a afirmação de que a experiência é apenas a causa imediata do exercício da fôrça própria do espírito (2). Em um e outro, portanto, como se vê, a *potentia cognoscendi* (não inteiramente no sentido de Leibniz) precede a acquisição intelectual e é parte primitiva e íntegra do conhecimento actual; mas — o segundo

---

(1) Cf. Brunschvicg (*L'orientation du rationalisme, Rev. de Mét. et de Morale*, 1920, Julho-Setembro)... «sacrificou (Leibniz) o juízo propriamente intelectual, o juízo de relação, ao juízo de predicação, que implica a imaginação de substância».

(2) Por ex.: *La sc. et l'hyp.*, págs. 24, 35, 40, 43 — Cf. Schopenhauer *Die Welt*... I § 45.

afirma no domínio da lógica a importância da intuïção, que o primeiro nega, ou pretende demonstrar alienável, embora da evidência afirme o carácter subjectivo e portanto variável. É certo que Russell começou a exposição do seu sistema pelas «proposições atómicas», mas aceitando-as como «dado», já por pertencerem à parte filosófica da lógica, já por não se prestarem ao desenvolvimento matemático (1).

Deduzir é construir; todo trabalho construtivo está sujeito a regras estáveis; porém, só a firmeza da matéria empregada torna possível o trabalho da construção, e essa não é construída; é imposta; há que aceitá-la. Nenhuma construção possível de encontro à gravidade e à resistência do material; o que de modo nenhum importa que alguma de elas seja considerada o «princípio» da construção; assim a constância ou a necessidade de alguma condição para que o raciocínio exista não prova que ela seja um princípio da Lógica. Ou nada exista *a priori* no conhecimento, além da *potentia cognoscendi*, ou tudo provenha da experiência, os «princípios» só podem ser relações perfeitamente definidas aplicáveis na marcha do conhecimento e resultantes, no primeiro caso, da própria natureza do espírito, que em parte exprimem, no segundo caso, da constância do acto; o que se apresenta constante, diz-se conforme com a norma racional; entretanto, como nada conserve constância absoluta, é necessàrio criá-la, criar um domínio onde as razões, porque decretadas, sejam invariáveis.

Esta noção da *potentia cognoscendi,* que é na psicologia um aspecto do problema do conhecimento, e na metafísica uma concepção flútua e vaga, é na Lógica um ponto de par-

---

(1) *We accept these* [*atomic propositions*] *as a datum because the problems which arise concerning them belong to the philosophical part of logic and are not amenable (...) to mathematical treatment. — Princ. math.* (Introd.).

tida definido, e em termos lógicos pode traduzir-se «consciência de alguma coisa cognoscível». Enunciando verdade tão singela, não tenho um propósito vulgar; também tenho por inútil e incôngruo tentar a demonstração de verdades lógicas pela natureza do espírito, o que representa evidente regresso. Querendo apreender plenamente o acto de intelecção, podemos de-certo ir até a natureza do espírito, até o «dado», para obter visão perspectiva global; pretendendo demonstrar o caminho da inteligência, é ilícito, creio, servirmo-nos de uma concepção do espírito humano; as condições gerais não nos servem, porque nenhuma transição puramente lógica é possível da razão essencial à afirmação existencial (1). A existência é intuitivamente reconhecida, a razão, lògicamente inventada; mas a existência possível é necessária à concepção das essências; *sub specie rationis,* a existência é indefinível, porque sendo em parte o teatro das determinações lógicas é também o campo, mais vasto e complexo do indeterminado, que vem equilibrar cada nova determinação. Neste ponto se faz o contacto da Lógica e da Metafísica; e sendo os «princípios» as formas mais simples de determinação, e as mais nítidas, nêles e por êles mais clara aparece a dificuldade.

Como se estabelecem os princípios em sciência? Responde Poincaré que por generalização, do facto experimental até a lei, e por decomposição de esta,—introduzido um termo mais ou menos fictício, — em relação constante e lei aproxi-

---

(1) Grande parte dos problemas discutidos na Idade Média tiveram por origem a noção, imperfeitamente analisada, da existência, que sendo complexa e intuïtiva, passava por simples e lógica. A logística «escolheu» $\exists a = a \in \mathrm{Cls}.\ a - = \bigwedge$, i é, «existe» = *não-todos*. Hilbert, a-pesar-de favorável aos realistas, reconhece as dificuldades do termo. Os empiristas, como Wawre, Weyl, colocam no centro da sua divergência dos realistas o sentido que deve atribuir-se ao juízo de existência e ao juízo geral, pelo que rejeitam a existência ideal definida pelo atributo.

mada. Em Lógica é igual o caminho; o facto experimental generalizado são as intuïções simples; os «princípios» são as relações constantes obtidas (1); por isso é possível ter havido quem lhes conteste validade absoluta. E quando se trava a discussão, qual o centro do debate? O «domínio» da aplicabilidade do princípio. Dispenso-me de acentuar o carácter de contraprova, da discussão por tal forma estabelecida.

II

DOS PRINCÍPIOS

Entre as fórmulas pelas quais pode exprimir-se o «princípio de identidade»

$$A = A \qquad (1)$$

$$x \in a = x \in a \qquad (2)$$

$$x = x \qquad (3)$$

Padoa prefere a terceira, pela sua universalidade, pois que, sendo x uma variável, as duas anteriores podem considerar-se formas particulares da última; e em seguida, para mostrar a utilidade de êste princípio, apresenta dois exemplos, dos quais o segundo (1) é o que se segue:

Para demonstrar que:

$$a, b \in N \,.\, a \geqq b \,:\, \supset \,:\, (a - b) + b = a \qquad (I)$$

---

(1) Cf. Richard, *Considérations sur la logique* (*Rev. de Mét. et de Morale*, Julho-Set. 1920). «Um princípio geral é uma regra que permite fazer inferências. Compreender o sentido de uma regra é saber aplicá-la». Isto é exacto e importa ao que segue. — Poincaré — *La. sc. et l'hyp.*, pág. 166.

(1) Não refiro o primeiro porque é idêntico ao segundo.

basta saber que

$$a, b \in \mathrm{N} \,.\, a \geq b \,.\, \supset \,.\, (a-b)+b \in \mathrm{N} \qquad \text{(II)}$$

e que

$$a-b=a-b \qquad \text{(III)}$$

Portanto — acrescenta — até na forma tautológica o princípio de identidade pode ser usado em demonstrações.

O que não parece inteiramente exacto.

Primeiro: — Para demonstrar a expressão (I) [que, demais, é verdadeira para $a<b$] é necessário, mas não basta saber estabelecer (III). É preciso ainda, e é o que importa, passar de uma a outra fórmula.

Segundo: — A regra que de (III) conduz ao segundo membro de (I), regra que é a transformação de uma verdade demonstrável, constitui aqui a verdadeira demonstração. A necessidade neste caso, como em qualquer outro processo demonstrativo, do princípio de identidade, consiste em que êle é postulado implícito de todo raciocínio, postulado sem o qual não se faria prova, e só pelo qual nenhuma prova se faz. A lei geral da demonstração assim conduzida é:

«Se uma relação qualquer, por transição, de validade anteriormente demonstrada, pode transformar-se na fórmula da identidade, a relação é verdadeira para um domínio dado» (1).

Passemos ao terceiro exemplo, não tautológico:

— «Polígonos eqüiláteros» e «polígonos eqüiângulos» de-

---

(1) Cf. Cic. *De fin.*: — *Teneamus illud necesse est quum consequens aliquod falsum sit, illud cuius id consequens sit non posse esse uerum* [4, 24] = Em Whitehead e Russell, *cit.* a primeira P*p* é: *Anything implied by a true premiss is true.* É esta P que justifica a inferência.

finem-se separadamente, porque são classes diversas; mas demonstra-se por Euclides:

triâng. eqüil. ⊃ triâng. eqüiâng.

e recìprocamente; donde

triâng. eqüil. = triâng. eqüiâng.

igualdade tanto mais notável quanto apresenta uma nova relação, que entre os polígonos define precisa e sòmente os triângulos.

Ora, se na última expressão temos uma conseqüência notável, demonstrativa da igualdade, segundo a extensão, de duas classes diferentes segundo a compreensão, não é claro que uma conseqüência não pode ser um princípio (1)? Não concluímos da fórmula, chegámos à fórmula que exprime a propriedade. Onde portanto o princípio da identidade, funcionando como tal? A igualdade é ali uma conclusão. Pode, é certo, apresentar-se como resultante de uma lei geral, que seria:

«Dado um conjunto C, do tipo $R_n (x, y, z \ldots n)$ é sempre possível, por meio de nova determinação R′, transformá-lo em soma lógica do tipo $p \smile q$, podendo a extensão de p e q passar por todos os valores de o a 1 (2)».

---

(1) Poretsky (Congrès de Philosophie, 1901) um dos mestres do método de redução, exposto e aplicado no manual de Couturat — *L'algèbre de la logique*, distingue fundamentalmente, no «universo do discurso», as «causas» e as «conseqüências», que exgotam o domínio considerado.

(2) Cf. R. Wawre: *Y-a-t-il une crise des math.?* (*Rev. de M. et de Morale*, Julho Setembro 1924): «Em um conjunto fundamental, um atributo bem definido *A* basta para caracterizar um sub-conjunto formado pelos elementos que o possuem».

Demais, quando temos uma igualdade não tautológica, não há que referi-la a um vago «princípio de identidade», visto como a identidade é absoluta e vã, a igualdade relativa, transitiva e fecunda; quande dizemos $a = b$, queremos exprimir a possibilidade da substituïção recíproca, em cálculos, fórmulas, ou funções proposicionais (1).

Também na proposição

$$a \in \mathrm{Cls} : \supset a = a \,.=.\, a \frown -a = \Lambda$$

só o terceiro termo importa, mas não é conseqüência do anteriormente estabelecido; basta atender a que a define a Cls. em compreensão, e a expressão é generalizável à Cls. individual.

Acresce que o mesmo autor julga possível ligar entre si os princípios da Lógica tradicional, não imediatamente, como tiveram a ilusão de poder fazê-lo os representantes da Lógica clássica, mas recorrendo a «outros princípios» lógicos. Aceitando esta afirmação, que é verdadeira, porque é demonstrável, anula-se o privilégio dos três princípios; primeiro, porque a transição é possível e portanto podem derivar-se; segundo, porque é arbitrária a escolha feita entre princípios de idêntico valor.

Mas deixo por agora o princípio de identidade, a que voltarei adiante, e passo ao de contradição.

Também o mesmo autor exprime por três fórmulas êste princípio:

$$a \in \mathrm{Cls}. \supset a \frown -a = \Lambda \qquad [1]$$

$$x \ni [x \in a - (x \in a)] = \Lambda \qquad [2]$$

$$a \frown b = \Lambda \,.\supset.\, b \supset -a \qquad [3]$$

---

(1) Ostwald, *Vorlesungen über Naturphil.:* «Igualdade e desigualdade só são possíveis em função de uma operação determinada», — Goblot, pág. 77, e nota 2.

O sentido é realmente o mesmo; de [1] a [2] passa-se fàcilmente, pois que

$$x \in a \,.\, \supset \,.\, a \in \text{Cls.} \quad \text{e} \quad x \ni (x \in a) = a,$$

que são definições; de [1] a [3] basta considerar $b = -a$.

Mas [1] é uma verdadeira definição de Cls., pois que essa definição não pode ser verdadeiramente dada pela extensão, mas pela compreensão (1); evidentemente, $x \ni (x \in a)$ significa uma classe, mostra os elementos presentes ou possíveis que a constituem, dá a extensão da classe cuja definição é a.

A classe — diz Richard — define-se de três modos:

Primeiro, por uma propriedade geral, por ex.:

se P é verdadeiro de x, x pertence à classe A;

segundo, por demonstração de recorrência, por ex.:

Dada uma regra, pela qual a um objecto x corresponda outro $f(x)$, se a fôr o primeiro objecto da classe, a classe conterá $f_1(a), f_2(a)$ etc. e assim por diante;

terceiro, por enumeração completa, só possível em classes finitas.

Nada portanto parece haver na fórmula [1] mais do que uma definição. Definida a Cls. compreensivamente, ou pela propriedade geral, como diz Richard, ou por determinação especifica, como eu digo, os objectos que têm e não têm aquela propriedade — supondo-os concebíveis — não pertencem à classe.

---

(1) Brunschvicg, *Etapes de la ph. math.* sublinha a dificuldade de só considerar, como na álgebra da lógica, a extensão; Raymond, *Logique et math.*, mostra a impossibilidade de interpretar extensivamente a classe nula, e de novo se refere ao facto na comunicação à «Soc. francesa de filosofia», (*Bulletin*, Jan. 1927).

Ora a definição aparece mais nítida em outra fórmula:

$$a \in \mathrm{Cls} \,.\, \supset \,.\, a \smile -a = \bigvee$$

que é uma das do «princípio do terceiro excluído»; como se sabe, pela *lei de dualidade* obtem-se imediatamente por transformação correlativa

$$a \frown -a = \bigwedge$$

i.é, uma fórmula do princípio de contradição; e também a fórmula

$$-(-a) = a$$

que formalmente pode fazer-se derivar, como faz Padoa, da implicação recíproca

$$a \supset -(-a), \quad -(-a) \supset a$$

é, não só o resumo dos dois princípios de «contradição» e «do terceiro excluído», mas ainda a definição simbólica de uma identidade. Servimo-nos ali do símbolo da negação, sem de forma expressa estabelecer o elo íntimo com a «exclusão», mais nítida nas fórmulas anteriores, porque referidas à Cls. $\bigwedge$ ou $\bigvee$. Aqui, ela fica subentendida; demais, e por essa razão, ela não só pode ser sempre subentendida, como até pode ser totalmente eliminada sem prejuízo ideográfico, como o mesmo autor demonstrou.

Portanto o facto de certos autores terem pretendido derivar uns dos outros os três princípios não provém apenas, como Padoa supõe, de êsses autores desconhecerem a ideografia lógica; tem origem mais profunda e reclama outra explicação.

A expressão

$$a \smile -a = \vee :=: x \in a \,.\smile .-(x \in a)$$

é de facto uma igualdade quanto ao valor do conhecimento, i.é, representa duas formas de simbolização equivalentes; mas é uma implicação quanto à génese (1); a primeira parte é uma definição; a segunda, que é particular, deduz-se da primeira; nem pode ser posta por definição antes que tácita ou explìcitamente a primeira o tenha sido. A primeira implica a segunda; esta supõe aquela. Porque o princípio de contradição e o do terceiro excluído são formas resolutivas da exclusão, como a negação é a forma verbal e breve da mesma exclusão; o que formalmente chamamos «negação» é funcionalmente e sempre uma exclusão, o que não representa novidade alguma. E como inclusão e exclusão se implicam recìprocamente, a operação mental representada é a mesma, variando sòmente a ordem em que se realiza, ordem pela qual se distingue a parte inclusa ou exclusa. A introdução da noção de ordem não só é importante, como pode representar avanço na generalização.

A igualdade, por isso que o é, tem de referir-se a alguma coisa; refere-se à unidade (ou totalidade indecomposta) na qual se realizou a operação, impossível sem prévia determinação do campo:

$$\text{excl.} \smile \text{incl.} = 1$$

ou uma forma do princípio enunciado a pág. 64.

Passemos ao «princípio do terceiro excluído».

---

(1) Relação análoga à da necessidade e da generalidade. A primeira contém a segunda; a segunda supõe a primeira, Cf. Goblot, *id.* 122.

Padoa exprime-o de quatro modos:

$$a \in \text{Cls.} \supset . a \smile -a = \bigvee \qquad [1]$$

$$x \ni [x \in a \smile -(x \in a)] = \bigvee \qquad [2]$$

$$x \in a \smile -(x \in a) \qquad [3]$$

$$a \smile b = \bigvee . \supset . -a \supset b \qquad [4]$$

Já vimos a primeira. A segunda é idêntica, pois sabemos

$$x \ni (x \in a) = a \quad \text{e} \quad x \ni -(x \in a) = -a;$$

a terceira é a primeira, suprimida a condição. Na quarta, em vez da Cls. determinada e sua exclusão indeterminada, temos duas classes determinadas, cada uma das quais, excluída, implica a inclusão na outra. Referida pois à totalidade indeterminada, em vez de referida à Cls. total, a expressão que relaciona exclusão e inclusão, i.é,

$$\text{excl.} \smile \text{incl.} = \bigvee$$

temos a resultante do mesmo princípio de pág. 64, chamada «do terceiro excluído».

Como se sabe, êste princípio levantou discussão entre os contemporâneos, dos quais alguns pretenderam considerá-lo absoluto, outros só aplicável no domínio do finito. Raymond, da Universidade de Lausanne, tomou partido pela forma tradicional, aceitando o ponto de vista da defesa já feita.

Ora, será exacto dizer que, sendo o juízo a afirmação de alguma coisa definida, êle será necessàriamente verdadeiro ou falso, conforme o objecto fôr real ou irreal?

Se o juízo apenas pode provir da experiência ou da razão (i.é, de outro juízo) segue-se que:

— no juízo da experiência pode chamar-se «facto» o próprio enunciado do juízo; quando dizemos: «*x* é branco», o juízo é sempre verdadeiro, no caso da visão normal; que poderia ser o «branco em si», fora da percepção em acto? O que significa, no juízo de experiência imediata, identidade e convertibilidade recíproca de «facto» e «juízo».

— no juízo derivado de outro juízo, a verdade do primeiro não depende da realidade do facto, mas da demonstração. As coisas imediatamente conhecidas podem dizer-se reais ou irreais, e os juízos verdadeiros ou falsos; mas a razão pela qual os juízos são ou se tornam verdadeiros ou falsos não é a existência das coisas — não discutida, mas analìticamente resolvenda —; «falso é o que pode demonstrar-se absurdo».

Neste ponto, Raymond nega a conseqüência, dizendo que, por ex.: podemos de qualquer número dizer que êle é par ou impar, embora nos seja impossível demonstrar que é uma ou outra coisa. O argumento, que já fôra centro de discussão, não parece concludente. Onde se vê uma «aplicação» do «princípio do terceiro excluído», vejo a forma comum do conhecimento, no qual a verdade do juízo resulta de um juízo anterior; mas faltando-lhe a verificação necessária, quando o juízo-origem apenas limita o domínio, o juízo-derivado não se precisa suficientemente.

Quando, na demonstração simplicíssima que dá a declinação de uma estrêla pela fórmula $D = Ap + z$, se pretende mostrar a generalidade da fórmula, consideram-se três posições, entre o Polo e o Zénite, entre o Zénite e o Equador, entre o Equador e o Horizonte. Não é possível uma quarta hipótese; entretanto ninguém falaria aqui de aplicação de princípio; o processo de enumeração claramente revela que não há ali mais do que uma condição, ou caso. Caso que

podemos indefinidamente repetir se adoptarmos a marcha dicotómica, implícita no «princípio do terceiro excluído».

Os exemplos de Raymond não invalidam o que fica dito.

— «A posição de verdade a que pode dar-se o nome de «nem verdadeira nem falsa» — diz — é impossível, a não ser com alguma coisa indeterminada em si mesma».

Há porventura alguma coisa determinada antes de conhecida? A determinação do objecto é constante e primeira operação da inteligência, e portanto, se o princípio do terceiro excluído não é uma condição geral, — como defendo — mas uma norma absoluta, — como há quem procure demonstrar — então existe um princípio independente da aplicação, e poderemos renovar sob outro aspecto a questão de realistas e nominalistas; e nesse caso, como Schopenhauer, tomarei lugar entre os segundos.

«Admitido que César conquistou a Gália e regressou a Roma, a afirmação: — César passou o Ródano em um barco — é necessàriamente verdadeira ou falsa, ainda que nos seja impossível demonstrar que é uma ou outra coisa».

Assim alega Raymond. Eu recordarei o que já disse: ¿que significa a necessidade da condição? «César passou o Ródano» ou por ex.: «César navegou no Helesponto», são, quanto à posição de verdade, como Raymond a considera, juízos idênticos. Diferem, no entanto, pelo conteúdo, i.é, pela aproximação diferente relativa ao valor de verdade. Efectivamente é indispensável que uma condição (portanto, uma limitação) preceda o juízo alterno que pretendemos formular sem o que pode até faltar o sentido (1). «Passar o Ródano» é

---

(1) Borel, a propósito da discussão Wawre — Lévy sôbre o princípio do terceiro excluído (*Rev. de M. et de Mor.* 1927, Abril-Junho) diz: «Não ponho em dúvida o valor do raciocínio de P. Lévy sôbre números tais como α e β; contesto a utilidade e até a existência de

um facto «completamente determinado» como tal, mas essa determinação intrínseca não basta, porque só a sua relação com um todo determinado permite a necessidade alterna. O exemplo serve para mostrar ainda que a indeterminação é um dos graus da «posição de verdade» e não uma realidade extrínseca às duas posições opostas e possíveis; por maior que seja a vastidão do «princípio», êle não é total; $x \in a \smile x \in b$ é precisamente uma forma simples de indeterminação relativa da função x. A condição necessária reduz o grau de indeterminação, porque só ela torna possível, por definição, que $a \smile b = \bigvee$. Ora é precisamente o direito de estabelecer esta última igualdade que está em litígio, quando se discute o «princípio da exclusão de terceiro» (1).

êsse raciocínio. Se α e β são reais, não há inconveniente em afirmar que

$$(\alpha - \beta)\ (\alpha + \beta) = \alpha^2 - \beta^2.$$

Mas só quando conhecidos a identidade é utilizável. O seu interêsse está em que ela é verdadeira quaisquer que sejam os números *determinados* α e β e se aplica a números ainda não definidos, que podem vir a sê-lo.

(1) Comentando o exemplo dos gigantes subtis, de Gonseth, diz Raymond, *id.:* «Estes gigantes vivem numa ilha e todo estranjeiro que os visite é sacrificado ao ídolo da verdade ou ao da mentira, conforme responder certo ou errado a uma pregunta. Ora, um dia preguntam a um estranjeiro: — Qual será a tua sorte? — Êle responde: — Sacrificado ao ídolo da mentira.

Grave embaraço. Não pode sacrificar-se o estranjeiro ao ídolo da mentira, porque teria dito a verdade; nem ao da verdade, porque teria então mentido.

A parábola é engenhosa; mas se leva ao absurdo é que o problema por natureza é indeterminado nos dados e não põe a alternativa do verdadeiro e do falso. Para ter algum sentido, seria preciso que os gigantes da ilha, antes de interrogar o estranjeiro, tivessem decidido secretamente a sorte que lhe estava reservada».

Até aqui Raymond. Agora objecto:

1.º Suponhamos que os gigantes resolveram secretamente sacri

Considerando na fórmula anterior *a* e *b* representativos de «verdadeiro» e «falso», i.é, fazendo esta restrição prévia, podemos afirmar a alternativa, mas se não pudermos destruí-la por verificação ou demonstração, a forma indeterminada permanece, o conhecimento é freqüentemente nulo; e é vã satisfação julgar que se encarcerou a realidade na alternativa do «princípio». É uma ilusão metafísica. Pode, certamente, na maior parte, na quási totalidade dos casos, dizer-se x é falso ou verdadeiro; mas não pode dizer-se:... porque x' é real ou irreal, visto como a realidade em Lógica é a demonstração.

Na definição de absurdo, dada por Gonseth, Raymond entende que se aplicou, como em outros casos, o «princípio» em discussão: — «Brower crê haver em matemática regiões a que só pode atribuír-se a indiferença ao verdadeiro e ao falso; mas as próprias definições dadas implicam o «princípio» pôsto em dúvida; tal a de absurdo, dada por Gonseth:

---

ficar o estranjeiro ao ídolo da mentira e que êle deu igual resposta. O problema fica perfeitamente determinado. Entretanto o estranjeiro não poderá ser sacrificado ao ídolo da mentira, porque terá dito verdade, nem ao da verdade, porque o resultado seria contrário à resolução prévia.

2.º Se a resolução tivesse sido a mesma e o estranjeiro respondesse que seria sacrificado ao ídolo da verdade, sê-lo hia necessàriamente ao da mentira por dupla razão (convenção prévia e condição geral).

3.º Se a resolução tivesse sido sacrificá-lo ao ídolo da verdade e êle respondesse que o sería ao da verdade, o caso é identico ao anterior.

4.º Se a resolução tivesse sido a da hipótese 3.ª, mas o estranjeiro respondesse que seria sacrificado ao ídolo da mentira, não poderia sê-lo a êste, porque ía de encontro à convenção prévia, nem ao da verdade, porque ia de encontro à condição geral.

5.º Não há pois aqui absurdo; há uma determinação, e a-pesar-de isso, a impossibilidade de estabelecer alternativa em dois dos quatro casos possíveis; demais, se o «princípio» apenas se refere a «verdadeiro» e «falso», já não se presta à discussão; é um postulado.

— ou é falso que nada se sabe de A ou não se pode afirmar que nada se pode afirmar.

A alternativa é absoluta, aqui *tertium non datur*.

E voltamos à primeira questão. A existência de alternativas é o «princípio»?

O núcleo da discussão não é a existência ou inexistência de alternativas das que Raymond chama absolutas e eu preferiria chamar totais ou integrais. A alternativa existe. O que se discute é o princípio como princípio, i. é, a alternativa alargada ao domínio do transcendente, do inverificável, do indemonstrável, depois de nela absorver todo o limitado; o que se discute é a validade pseudo-lógica e afinal metafísica, da alternativa; o que se nega é a utilidade lógica e a utilização inevitável de essa alternativa assim compreendida; o que se exige para sua validade é a determinação de certo tipo; o que se contesta portanto é a sua validade absoluta; o que se recusa afinal é que se trate de um «princípio». É o que se discute e creio que bem.

Demais, a própria definição de Gonseth não me parece de aceitar confiadamente e sem nenhuma espécie de reserva. Se eu souber da existência de alguma coisa cujo nome é x, é absurdo dizer que de x nada sei? Nesta hipótese, de difícil realização prática, o nome nunca ouvido dá informação de existência de alguma coisa, mas não me dá conhecimento algum. «Ser» não é conclusão racional; é intuïção fundamental.

De outra forma, se tal sentido quisermos atribuír ao verbo saber, nunca nos será lícito dizer que não sabemos. Saber, em Lógica, independentemente da concepção metafísica, é conhecer, do indefinido grupo de razões que constituem um conjunto, alguma ou algumas, e poder estabelecê-las.

III

NOÇÕES FUNDAMENTAIS

A impossibilidade, demonstrada por Padoa, de passar de um a outro qualquer dos «princípios» lógicos, sem conhecimento, pelo menos de uma parte da *lei de dualidade,* reforça a minha conclusão. De facto, essa impossibilidade prova:

a) que outras proposições têm igual valor.

b) que a referida lei permite estabelecer a transição.

Na verdade, se dermos — como deve ser — nome de «princípios» só às relações que sempre recebem aplicação, ficar-nos há apenas o «princípio de contradição».

«Só a contradição torna impossível prosseguir».

Resumindo:

— O «princípio de identidade» é postulado metafísico necessário, complementar da intuïção de identidade pessoal.

— O «princípio de contradição» é condição necessária de todo trabalho mental conseqüente.

— O «princípio do terceiro excluído» é o caso da aplicação do anterior a um domínio finito em que se introduziu uma só determinação.

Portanto, se à Lógica importa, como digo, resolver elementicamente, na máxima simplicidade, o trabalho mental complexo, dando a compreensão nítida da transição; e

— se o tratalho mental tem de aprofundar-se na análise do seu dinamismo, na sua continuïdade;

— se por definição e por essência, em Lógica têm de permanecer diferentes *cognoscens* e *cognitum:*

Os juízos elementares (ou as noções que os condensam) são *ultimae rationes* a que pode chegar-se; e os princípios, quaisquer que sejam, não podem ser ponto de partida, ou

orientação da actividade, mas expressão sintética do condicionalismo de essa actividade.

A consciência é em Lógica um dado, não um problema, porque é condição de todos os problemas. Isto postulado, a consciência de alguma coisa ou *razão,* ainda quando simplicíssima, é composta e compreende o «acto», essencialmente uno, o *cognoscens* indeterminável, e o *cognitum,* essencialmente variável, sujeito a tôdas as determinações. Considerado na sua simplicidade máxima, é o que pode chamar-se «elemento».

Pode definir-se:

«Conjunto» — o sistema de relações;

«Determinação» — a relação pela qual o Conjunto é dividido em sub-conjuntos (determinação progressiva) ou pela qual, de dois ou mais conjuntos chegamos a um só (determinação regressiva).

Estas, se não erro, as noções fundamentais (1). Podemos abstractamente defini-las e desenvolvê-las, mas por elas se estabelece a ligação com a actividade intuïtiva, i.é, com a existência, pois têm no conhecimento simultâneamente carácter lógico e intuïtivo. No sentido rigoroso da palavra não há lógica absolutamente formal, pois não há relação possível no *cognoscens* puro.

Crê Raymond que o «dinamismo do pensamento nunca poderia criar as leis formais»; diversamente (2), concluo — não que o dinamismo do pensamento tivesse podido *criá-las,*

---

(1) Refiro-me às que o exercício sistemático da inteligência supõe, e não às P. P. que uma teoria da Lógica tem de assentar como base da construção. Pieri *(La géom. comme syst. purement logique)* mostrou que não bastava distinguir definições e postulados de teoremas, antes se impunha, na mesma proporção, classificar as ideias primitivas, separando-as de aquelas que eram reproduções ou derivações formais.

(2) Diversamente, e não contràriamente, porque não há aqui a alternativa suposta no realismo de Raymond.

mas — que elas mesmas constituem apenas a expressão, aproximadamente constante, do exercício da inteligência.

Das definições segue-se que:

1) Todo cognoscível é um sistema de relações ou conjunto.

2) Dado um conjunto, a forma mais simples de analisá-lo é muitas vezes introduzir uma determinação, tal que por ela o conjunto se divida em dois sub-conjuntos. Se a determinação fôr designada a/b poderemos dizer, considerando os sub-conjuntos formados:

$$x \in a \smile x \in b \quad \text{porque} \quad a \smile b = \bigvee, \quad \text{ou} \quad x \in a \supset x \in -b$$

3) Se a determinação é impossível, o conjunto é a unidade; se é possível, mas inexistente ou não considerada, é a totalidade; se é considerada, é a pluralidade.

4) Os «princípios» são condições lógicas quási constantes. Supô-los independentes e preexistentes é afirmar a existência de essências separadas, o que à lógica não é possível (1). Mas na metafísica?

Teorema geral. — A metafísica, considerada conhecimento de algum objecto supra-lógico, é impossível.

A metafísica, assim entendida, é o conhecimento do ser, i.é, da substância sem determinação, ou em qualquer caso, a atribuïção da existência (substancialização) aos limites conceituais. Ora, comquanto possamos ser levados à concepção da totalidade una, como limite, não podemos conhecê-la, porque o conhecimento, verdadeiro ou falso, faz-se por determinações e sem elas não existe. Em segundo lugar, para os outros casos, atingido aquele limite, é impossível aplicar novamente a Lógica, por falta de objecto; só a hipótese de

(1) Cf. Goblot, *Traité*, 10 e 210.

uma metalógica o permitiria, o que é impossível, porque o único princípio lógico irredutível (o da contradição) supõe ainda a dualidade (o *cognitum* como dado).

Portanto, se em tal sentido tentamos prosseguir, convertemos a conclusão possível, i.é, a hipótese harmónica, em postulado necessário, a conjectura em subsistência, o limite em ponto de partida, a conseqüência indeterminada e hipotética em «dado», o essencial definido em existêncial verificado.

E como o postulado, naturalmente e por definição, é de inteligibilidade imediata, ou, intuïtivo, tal pretensa visão da verdade metafísica, é uma simples visão comum (1).

Logo, quando pela metafísica se pretende transcender a lógica, volta-se aos dados do senso comum.

Vieira de Almeida

---

(1) Cf. M. Winter, *Mét. et log. mathématique* (*Rev. de Mét. et de Morale*, Julho, 1905). Sem aceitar o seu radicalismo exclusivista, não pelo que tem radical, mas pelo que tem dogmático, aceito plenamente a ideia de que os métodos gramaticais são uma técnica e não uma sciência, de que as noções empregadas pelo metafísico são as vulgares, de modo que um problema pôsto em têrmos metafísicos é pôsto em têrmos vulgares, e de que a Lógica é apenas a parte inicial da sciência. O que não impede que no artigo de M. Winter haja um curioso aspecto metafísico, de que o autor não se apercebeu. — *Ibid.* Boutroux, *Correspondance mathématique*, em especial sôbre a relação entre a Lógica e a Matemática. — Richard, *ob. cit.* pág. 364, dá a curiosa demonstração de que «se nos números transfinitos sairmos do numerável, chegamos ao contínuo», conclusão cuja analogia com o que acima digo da metafísica é evidente. Ali trata-se, é certo, do contínuo matemático, transformação analítica da intuïção inicial, mas também na metafísica, quando se não pretende «transcender a Lógica», senão no sentido rigoroso de utilizá-la criticamente sôbre os «dados», pode chegar-se a resultados notáveis, como os obtidos no estudo feito no sentido bradleyano.

A RIMA E A SUA ACÇÃO LINGÜÍSTICA, LITERÁRIA E IDEOLÓGICA

Acção lexical da rima

A acção lingüística exercida pela rima reparte-se por tres campos — o lexicológico, o gramatical e o estilístico, cada um dos quais bem digno de estudo especial. Tal acção é considerável, visto como a rima não tem a docilidade submissa dos escravos de que falam certos canonistas poéticos. Boileau, que, no canto primeiro do livro-lei *Art poétique,* diz, pondo em relêvo que à rima cumpre um papel servil e passivo:

> La rime est une esclave et ne doit qu'obéir,

tinha já anos antes escrito a própria correcção desta afirmativa, na segunda das suas sátiras, em que nota que a rima prende e peia o pensamento:

> Maudit soit le premier dont la verve insensée
> Dans les bornes d'un vers enferma sa pensée,
> Et, donnant à ses mots une étroite prison,
> Voulut avec la rime enchaîner la raison.

E era aqui que Boileau estava mais perto da verdade: a rima torna-se muitas vezes a dominadora do poeta, obrigando-o a calafetar, a arcaizar, a adulterar a forma e o sentido dos vocábulos, a fazer construções anti-gramati-

cais, e a produzir, sob o aspecto lógico, verdadeiros contra-sensos.

Como a palavra que verdadeiramente se ouve num verso, sobretudo se se trata de consonância rica, é a que está em rima, os que a natureza incapacitou para pensar logo em moldes fonèticamente confluentes são obrigados a fazer por vezes grandes sacrifícios nos altares do verbo-mago. E Boileau, sendo dêsses torturados que, quando muito, pensam em verso branco e buscam depois a rima obediente à razão, teve de ser naturalmente também um dos sacrificadores. E é disso manifestação o emprêgo de *chèvrefeuil*, que — não sendo no entanto forma errada, pois existiu no francês arcáico, tendo por base o latim *caprifolium,* que produziu também o italiano *caprifoglio,* — é já forma desusada por se lhe haver sobreposto *chèvrefeuille*, forma influenciada por *feuille,* no tempo em que o legislador do Parnaso escrevia na epístola onze ao jardineiro da sua quinta de Auteuil:

> Laborieux valet du plus commode maître
> Qui pour te rendre heureux ici-bas pouvait naître,
> Antoine, gouverneur de mon jardin d'Auteuil,
> Qui diriges chez-mois l'if et le chèvrefeuil,
> Et sur mes espaliers, industrieux génie,
> Sais si bien exercer l'art de la Quintinie.

Pela tirania da rima neste passo deu Voltaire, que assim graciosamente discorre na sua *Épître à Boileau* ou *Mon Testament:*

> Je vis le jardinier de ta maison d'Auteuil
> Qui chez toi, pour rimer, planta le chèvrefeuil (1).

O pensamento do poeta do Renascimento que escreveu a

---

(1) *Contes, satires, êpitres,* Paris, 1805, pág. 296.

Vie de Saint Mathurin é que parece normalmente aplicável aos versejadores:

Et se vous y trouvez langage
Qui en ce pays n'ait usage
Ou se j'espelle aucunement
Ung mot qui doit estre aultrement,
Ne le prenez en cas de crime;
Tout est pour obeir à la rime
Car je n'ai pas les mots exquis
Qu'en tels cas seroient bien requis (1).

Dos ilogismos, desconcertos ou falsidades que a rima faz dizer aos poetas apercebeu-se Camilo Castelo Branco quando pôs, no romance *Coração, cabeça e estómago,* ao último dos seguintes versos de certa oitava:

Assente o pai ao digno convite
Que é passaro bisnau, velha raposa,
E vira um vulto de homem presumivel
Sair do quarto dela (ó vista horrivel!)

esta nota faceta:

«Estamos autorizados a declarar que êste verso, sôbre ser mau, é calunioso. No manuscrito do autor leio á margem desta oitava as seguintes palavras: Menti por amor da rima: as mentiras em prosa é que não são perdoáveis, salvo quando é preciso arredondar o período, se a verdade se não presta» (2).

Também João de Deus disse sinceramente no *Campo de Flores:*

Nunca neste labyrintho
De verso e rima alcancei
Poder dizer o que sinto,
Poder dizer o que sei (3).

---

(1) Rotschild Montaiglon, *Recueil,* XII, 358.
(2) Lisboa 1907, pág. 152-3.
(3) II, pág. 121.

E já o rei-pensador D. Duarte, ao dar no *Leal Conselheiro* as regras para bem tornar latim em português, se apercebera dos sacrifícios que a rima impõe a quem traduz em verso:

«E por que per vosso requerjmẽto torney em lynguagem simprezmente rimada desseis pees de hũu conssoante a oraçom de justo juiz Jhuũ Xpo volla fiz aqui screver, a qual por afazer conssoar nõ pude cõpridamente dar seu lynguagẽ, nem afiz em ontra mylhor forma por concordar com a maneira, e teẽçom que era feiçta em latym» (1).

João Maria Guyau, apreciando Victor Hugo, no livro *Les problèmes d'esthétique contemporaine,* mostra quanto êste escritor, aliás verdadeiro génio do Verbo, se confina, por via da rima, num círculo de palavras muito estreito:

«Toutes les fois qu'il emploie le mot *juif* il se voit forcer d'amener *suif* pour avoir une consonnance parfaite; *lueur* fait venir *sueur;* trop souvent aussi *tombeau,* se lie à *flambeau, monde* à *immonde*, etc.; on pourrait trouver par centaines des exemples de ce genre. Si, à toutes ces associations habituelles créées entre les mots par la rime riche, on ajoute les associations nécessaires auxquelles le vers français a toujours donné lieu — le rapprochement inévitable d'*arbre* et de *marbre*, seules rimes possibles, de *voile* et d'*étoile* ou *toile,* d'*aigle* et de *règle,* de *glauque* et de *rauque*, d'*astre* et de *désastre* ou *pilastre*, etc., etc. — on verra combien la pensée des poètes modernes est forcée de revenir sur elle-même, de se répéter, de se contourner pour se soumettre à des entraves souvent arbitraires» (2).

Já Boileau, na segunda sátira, tinha feito a Ménage, cujo nome não cita, mas que também não é preciso para se ver

---

(1) Lisboa, 1843, pág. 318.

(2) Pág. 241, nota 1.

que se trata do autor da *Epître à Chapelain,* em que há estes versos:

> J'abandonnai Bélinde, en miracles féconde,
> Et pour qui je brulais d'une ardeur sans seconde,

uma crítica inteiramente paralela à de Marie Guyau a Hugo.

Diz na referida sátira o canonista do verso clássico:

> Encor si pour rimer, dans sa verve indiscrète,
> Ma muse, au moins, souffrait une froide épithète
> Je ferais comme un autre, et, sans chercher si loin,
> J'aurais toujours des mots pour les coudre au besoin.
> Si je louais Philis, *en miracles féconde,*
> Je trouverais bientôt *à nulle autre seconde.*

Com todos os escritores se verifica isso mais ou menos. Em Sá de Miranda — como em outros poetas — as palavras *lũa, algũa* e *nenhũa* são solidárias: aparecida uma as outras ocorrem sistemàticamente. Três exemplos esclarecedores:

Primeiro — da *Elegia a ũa senhora muito lida:*

> As esperanças idas são correntos
> Ja ha dias; se eu tivera vista algũa...
> Mas assi é bem que vão vãos fundamentos.
> Senhora, quanto sol e quanta lũa
> Em quanto espero e temo se me vão
> Vivendo em balde sem vida nenhũa (1).

Segundo — da égloga — *Encantamento:*

> Onde me acolherei, tudo é tomado,
> Não aparece esperança nenhũa;
> Sombras negras e feas, mal pecado,
> Estas si que aparecem; cousa algũa
> Não ficou por fazer, tudo é provado,
> E tudo por demais. Ouça me a lũa
> Delgada que traspõi pelo alto monte;
> Seus trabalhos cos meus coteje e conte (2).

---

(1) Ed. de D. Carolina Michaëlis, pág. 341.
(2) Idem, pág. 481.

Terceiro — da *Canção a Nossa Senhora:*

Virgem do sol vestida, e dos seus raios
Toda coberta e ainda coroada
De estrelas e debaixo o sol, a lũa,
Saõ vindas minhas culpas d'assuada
Sobre mim tantas; valei-me ós meus desmaios!
De tantas que possa ir chorando algũa!
Não me deixarão desculpa nenhũa
Os meus erros sobejos (1).

Também Rodrigues Lobo nas *Eglogas* associa a cada passo *rosto* e *gôsto*. Três exemplos esclarecedores:

Primeiro:

Dandome sempre de rosto,
Inimigos de meu gosto (2).

Segundo:

Faz nos publicos bom rosto;
Porem quanto para o gosto (3).

Terceiro:

Canta agora, troca o rosto;
E, se não fôr por teu gosto (4).

Mistral notou esta solidariedade verbal em relação a si próprio: as palavras *Jouvénço* e *Prouvénço*, que aparecem associadas logo na primeira estrofe de *Mireio*, por via da rima:

Cante uno chato de Prouvénço
Dins li amour de sa jouvénço;

fizeram sorrir Mistral, logo que êsse artista desdenhoso do

---

(1) Ed. de D. Carolina Michaëlis, pág. 90.
(2) *Ed. cit.*, pág. 59.
(3) *Idem*, pág. 80.
(4) *Idem*, pág. 92.

fácil se apercebeu do conúbio, de tão bom agoiro aliás. Em *Lis Oulivado,* diz:

> Dins nosti cant
> Toujour lou mot « Jouvènço »
> Rimavo emé Prouvènçò (1).

E na musa popular dá-se o mesmo que na culta: a rima conduz o espírito do vulgo sem letras como conduz o dos letrados, e no próprio campo do saber secular que é o da paremiologia. A experiência quotidiana leva a formulação de um determinado conceito, mas é a rima que freqüentemente lhe fixa os moldes e, não raro ainda, arredonda tais moldes com acrescentos ou calafetações verbalísticas, que satisfazem o ouvido mas não dizem nada ao espírito, ou são até em boa lógica autênticos dispautérios.

Um exemplo: *potro* anda aliado com *outro* em vários provérbios:

1. Nem mulher de outro
   Nem coice de potro.

2. Nem pernada de potro
   Nem rasgadura de um pé com outro.

3. Passem os potros
   Como os outros.

Também *gosto*, rima sempre com *mosto* ou *rôsto* nos provérbios agrícolas em que aparece:

> Agua em Agosto
> Açafrão, mel e mosto.

> Em Agosto,
> Nem vinho
> Nem mosto.

(1) Pág. 94.

Quem não debulha em Agosto
Debulha com mau rosto.

Cava e esterco em Agosto
Do lavrador alegra o rosto.

E os poetas por vezes não fazem mais que reeditar estas rimas do vulgo, como se vê do seguinte terceto de Rodrigues Lobo, em que *Agôsto* e *gôsto* igualmente confluem:

Calma em Janeiro quer, frio no Agosto,
Flores na serra e moutas pello prado,
Quem foge da razão para o seu gosto (1).

Êste fenómeno tem a sua contra-face: a rima que associa e cola vocábulos uns aos outros também condena muita palavra a um absoluto ostracismo. O facto verifica-se com vocábulos cuja terminação é única na língua, como *pampano, silfo, simples* no português; *humble, sépulcre, triomphe* no francês. Este exílio verbal, no entanto, só a rima consoante o provoca verdadeiramente.

Com a rima toante o facto já se não verifica; e com a rima aliterante os casos que podem aparecer são de quási-exílio, que não de exílio absoluto: tal o do som palatal *lh*, representado em português apenas no pronome *lhe* — fenómeno único de uma evolução própria da língua, pois o vocábulo originário *illi* foi pôsto nas condições de inter-vocalismo que determinam normalmente a palatalização da líquida seguida de *i* — e nas importações espanholas *lhano* e *lhama*.

As palavras que não têm outras que com elas confluam fonèticamente vivem um tanto ao canto da língua, e são por essa própria circunstância escolho para os poetas — a quem em épocas de assembleias e outeiros criaram sérios embaraços. Nem todos os versejadores, porém, se aterravam com os motes constituídos por palavras inábeis para a con-

(1) *Ed. cit.*, pág. 158.

sonância. É conhecido o caso de um poeta francês que se vingou das senhoras que o queriam meter em talas com o pedir-lhe que arranjasse rima para *coiffe*:

> Vous de qui pour la rime on vante le génie,
> Rimez donc avec coiffe. En riant il répond:
> C'est chose impossible, mes dames:
> Tout ce qui tient à la tête des femmes
> N'a, vous savez, ni rime ni raison (1).

Mas entremos na apreciação especial dos acidentes de ordem vocabular que a rima — a consoante essencialmente — provoca ou facilita.

Ela origina, por exemplo, a criação de um grande número de formações compostas, umas funcionando substantivamente, outras constituindo locuções modais em que figuram, por vezes, elementos que parecem sem base etimológica nas fontes lexicais da língua, e cujo sentido não raro se apresenta muito esbatido ou obscuro, se não impenetrável.

Cremos redutíveis estas formações aos quatro tipos seguintes — em que aliás nos repugna admitir a criação do nada, que o exame minucioso dos factos leva a supôr impossível:

1) Tipo em que se associam para constituir um vocábulo, ou uma locução, duas palavras terminalmente confluentes: estas formações apresentam vários sub-tipos, através dos quais é possível entrever inclusivamente a sua génese. Devia ter-se partido de formações por associação de vocábulos já existentes na língua, e, criado o molde, ter-se ia ido, porventura, uma ou outra vez, até à feitura de um segundo elemento harmónico com o primeiro, sobretudo se os sons diferentes naquele pudessem casar-se onomatòpicamente com a ideia significada pela combinação.

---

(1) Em Nyrop., *ob. cit.*, IV

Leva a crer que as formações originárias provêm da associação de dois elementos já existentes na língua o haver freqüentemente, com intuito enfático ou pictural, a associação de elementos idênticos ou diversos: *lindo-lindo; pilha-pilha; zás-trás; dá-lhe que dá-lhe.* E parece indicar a existência de feitura por modêlo a abundância de casos, melhor notada que explicada por João Ribeiro, nas *Frases feitas:*

«A quem quer que estude as locuções da nossa língua deparam-se certas relações de freqüência, que não podem passar despercebidas. Estudando as frases *troche-moche, tuje-muje,* e notando a insistência de formas análogas, convenci-me que no fundo do pensamento e da linguagem latina há uma correlação simpática que se pode representar fonèticamente pela fórmula *t'—m',* em que os elementos *t* e *m* de meneio constante, pois que anunciam os pronomes *te* e *me,* contribuïram para a formação de modismos e dizeres em que ideia gémea de *tu* e *eu* se defronta em sentido de companhia, paralelismo, vizinhança ou oposição» (1).

Em *rés-vés*, que se emprega em expressões como *passar rés-vés*, deve ter-se dado a pura e simples associação dos elementos *rasu* e *verse*. *Rasu* torna-se *res* — com perda anormal da vogal final e anormal transformação do *a* tónico em *e* — por via da próclise: a mesma perda da vogal final se encontra no arcaico *cas,* de *casa*, e a mesma mudança do *a* tónico em *e* se encontra no também arcaico *mes,* de *magis*. É certo que outra explicação da forma *res* poderia apresentar-se: o sábio Adolfo Coelho — no *Dicionário Manual etimológico* — considerava-a importação francesa, como parece ser o elemento da mesma corporatura fonética *les* que se encontra na expressão *lés a lés, lez a lez* na antiga língua da Gália, e em que a forma repetida representa o latim *latus*.

---

(1) I, pág. 67.

Verse produziu *vés*, semelhantemente ao que se deu com *envés, revés* e *través,* dos advérbios do latim oral *inverse, reverse* e *traverse,* na sábia explicação do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (1).

Em *chilro-bilro* são também duas palavras já existentes, que se associam, emquanto em *choldra-boldra* o segundo elemento parece ser criação operada pela rima — e possível, segundo o modêlo *ch — b,* até porque o som *b* é de algum modo, como explosiva labial, onomatópico do que é repugnante ou engulhoso. Também em *troles-boles*, dialectismo de Trás-os-Montes, registado por Cândido de Figueiredo no *Novo Dicionário* com o sentido de *troca-tintas,* parece haver um elemento — agora o primeiro, *troles*, criado pela rima, e possível, segundo o modêlo *tr — b* até porque o grupo *tr,* de explosiva e vibrante, é de algum modo onomatópico do que rue, freme, ou passa por mutações rápidas.

No entanto era também possível entrever no segundo elemento de *choldra-boldra* o termo *bodega*, de *apotheca*, que se tornou sinónimo de *sujidade,* ritmicamente acomodado, e, no primeiro elemento de *troles-boles,* similar acomodação de *trocar* à forma verbal de *bulir* existente no segundo elemento.

Estas alianças nominais podem realizar-se entre nome próprio e nome comum, com intuito no geral satírico ou depreciativo. Um exemplo está em:

Ana
Badana

a que se fêz o arredondamento:

chocalho de cana

cujo sentido aliás mostra que a palavra que se aliou a Ana,

(1) *Rev. Lusitana,* II, pág. 269.

por via da rima, é a designadora dialectal da ovelha: na Beira Alta diz-se: *vai deitar as badanas* por «leva as ovelhas ao pasto».

A combinação dos elementos nominais pode às vezes ser sindética. Tal o caso de *coisas e loisas,* em que há ainda a notar o ser o segundo elemento associado por via da rima de um mundo distantíssimo do primeiro e o semânticamente sacrificado pela associação. Em *chilro-bilro* aliam-se vocábulos sinónimos, mas em *coisas e loisas,* a aliança semânticamente heteróclita faz ainda perder ao elemento final o seu significado especial preciso, para adquirir, em troca, um sentido vago e genérico. Esse sentido vago e genérico avulta bem no passo seguinte de Camilo Castelo Branco na *Brasileira de Prazins:*

«Mas agora dizem as gazetas que êle estudou coisas e loisas e tal» (1).

Aliança nominal e sindética mas de tipo diverso das anteriores é *ter tractos e contractos,* em que há cognatismo vocabular. A aliança cognata aparece no seguinte verso de Gil Vicente no *Auto da Feira:*

Todos tractos e contractos (2).

É possível que o mesmo cognatismo exista na locução *roncas* e *farroncas,* em que o primeiro elemento rítmico é o posverbal do onomatopaico *roncar,* de *rhonchare,* e o segundo parece postular *falsa ronca,* tornada, pela próclise do adjectivo, *falronca,* e depois, pela assimilação da líquida á vibrante, *farronca.* Para plausibilidade desta conjectura contribue a existência de formações compostas do adjectivo *falso,* como *falsabraga* e *falsarédea;* a redução de *falso testemunho* a *falstemunho* no falar beirão, mercê da próclise e da haplolo-

(1) Pág. 97.
(2) Hamburgo I, pág. 105.

gia; e ainda o haver ao lado de *ripas* o vocábulo *farripas,* — também *repas* ao lado de *farrepas* — em que o segundo elemento *farripa* é registado por Bluteau com remissão para *falripa,* que faz pressupor *falsa ripa* até pela própria definição: «cabelos da cabeça raros e curtos».

Era também possível no entanto chegar à expressão *roncas e farroncas* através da aliança do primeiro elemento desta formação com *farroma,* termo do vulgo que Bluteau define «ronca de valente afectado», depois da acomodação terminal provocada pelo próprio conúbio vocabular.

A copulação das formações nominais que a rima provoca pode ser positiva ou negativa. Um exemplo negativo está na expressão *não ter caco nem cavaco.* Outro encontra-se na locução que Gil Vicente insere no seguinte passo do *Auto Pastoril Português:*

> Porque se casou furtada
> Nem chique nem mique nem nada
> Dão a ela nem a mi (1)

em que *chique* — a hipótese é semânticamente sedutora — pode representar *cisco* — note-se *Chico,* hipocorístico de *Francisco* — e *mique* o nome latino *mica* — note-se *nemigalha,* em que entra o derivado *micalia,* e aparece por exemplo nestoutro passo vicentino:

> Não me presta nemigalha
> offerta nem oração (2);

e atente-se ainda em que a evolução do *o* ou *a* finais para *e,* que aparece dialectalmente, se pode explicar em ambos os casos mercê do sacrifício que a ênfase, com que, nas palavras do campo afectivo, se articulam as sílabas tónicas, impõe às átonas.

---

(1) Hamburgo I, pág. 127.
(2) Idem, III, pág. 501.

Estas formações nominais provocadas pela rima não aparecem só em função de sujeito ou complemento directo: podem aparecer, por exemplo, em função adverbial ou circunstancial, como é o caso da locução à *troche-moche* já registada por Bluteau com as seguintes informações:

«Termo do vulgo: val o mesmo que a torto e direito, confusamente e sem ordem, quando alguẽ diz, ou fáz algũa cousa sem modo nem concerto». À *troche-moche* é também locução castelhana, que Sebastião Covarruvias regista e procura explicar no *Tesoro de la lengua castellana*, onde diz, na voz *trochemoche:* «Este termino se usa para reñir à uno, quando sin orden y sin concierto dise ó haze alguna cosa desbaratada: y está tomada la metafora del que yendo cortar leña al monte, no atendiendo a las leyes de la corta, desmocha las encinas, sin dexar guia y pendon y lo demás que se manda y alla no contento con esto, corta la encima por el pié que aquello se llama *trochar* id est *trouchar* y el *mochar*, *desmochar* de donde vino el modo de hablar à trochemoche».

Um caso mixto, de um elemento rimado em função de sujeito outro em função de complemento circunstancial, está na locução beirôa actual *não diz a cota co'a perdigota,* em que o último vocábulo parece haver sido atraído modernamente pela rima. Inda no século XVIII a frase era *não diz a cota c'oa verdugada,* — cota significa o *corpete* e *verdugada* ou *averdugada* indica certa espécie de saia de roda ou de balão — como se vê do seguinte passo de uma comédia de Manuel de Figueiredo:

«— É o que se usa.

— Não diz a cota c'oa verdugada. Estes calções e estas cabeleiras pediam uma casaca do século de quinhentos» (1).

Estas formações associativas provocadas pela rima estão longe de ser de elementos exclusivamente nominais. Há-as

(1) Teatro XI, 47.

por exemplo, freqüentemente verbo-nominais. Um caso constituído por imperativo e nome complemento directo é o de *espalha-borralha*. Também nestas formações verbo-nominais o nome pode aparecer em função circunstancial: tal o caso de *pousa-lousa,* nome beirão da borboleta, já registado por Bluteau no *Vocabulário português e latino,* e antes dêste por Bento Pereira no *Tesouro da língua portuguesa.*

De formação rimada de nome próprio em vocativo e verbo no imperativo dá um exemplo *Maria-fia,* nome a um tempo de certo insecto que, fixando-se pelas antenas se enrola sôbre si mesmo até que morre, e de certa planta, cuja semente é provida de um filamento que enrolando-se igualmente sôbre si próprio, lembra como o insecto o fio que se ennovela ou enrosca no fuso. Sem rima, mas com a mesma estrutura e inclusivamente o nome Maria, que entre nós pelo respeito e culto da Virgem é comumníssimo — vale até por nome comum em casos como: *há mais Marias na terra; é uma Maria vai com as outras;* e chama-se *maricas* ao afeminado, *mariquinhas* ao malmequer branco, e *marimacho* à mulher de armas ou virago — existe o castelhanismo *mariposa,* designador da borboleta, e que formativamente equivale à frase portuguesa: *ó Maria pousa aí.*

Ao insecto designado por *Maria-fia* é costume dirigir uma frase consoantemente arredondada, como:

Fia, fia, Maria-fia,
Tres maçarocas por dia;

e a planta — também chamada *Sofia* por motivos de rima e de etimologia popular a um tempo: *Sofia* era fàcilmente associável a *fiar* — é igualmente alvo de rogativas arredondantes com confluência fonética:

Sofia, Sofia,
abre a porta
que já é dia.

Na locução do mundo fluvial *corrente e moente*, registada nas *Infermidades da lingua,* de Manuel José de Paiva (1), aliam-se apenas formas verbais — dois particípios presentes na função oracional que lhes é própria e que ainda hoje se vê em *temente a Deus*. Também em *sega-rega* podem entrever-se a associação de dois imperativos, o segundo dos quais, chamado a exercer função pictural, perdeu o seu valor semântico próprio, como na aliança sindética *coisas e loisas*. É, porém, por igual possível que *sega-rega* não passe de voz totalmente pictórica, pois a sibilante e a vibrante seguidas da terminação uniforme *ega*, traduzem, com a aproximação das onomatopeias, o ruído do insecto que a fábula tradicional calunia, fazendo-o o parasito quando êle é o parasitado.

2) Tipos em que se associam duas palavras da língua, mas em que a terminação de uma delas é harmonizada pela outra:

a) A da segunda palavra pela primeira:

É o caso da locução nominal indicativa de vastas viagens:

Andar por Françcas
e Araganças

equivalente desfalcada de outra — *correr as sete partidas do mundo,* e em que a terminação da palavra «Françcas» acomodou a de «Aragão», que lhe andava associada, como se vê do romance popular — *Donzela que vai à guerra,* e que começa:

Oh que guerras vão armadas
Entre França e Aragão.

Também num provérbio astronómico bastante corrente

(1) Lisboa, 1760, pág. 112.

no centro do país, a palavra *igual* é deformada terminalmente em *iguarço* para se harmonizar com *março:*

Em março,
iguarço:
ouga a noite co'o dia
e o pão co'o sargaço.

Noutras regiões do país, como o Minho, diz-se, acomodando *igual* a *faço:*

Março,
iguaço:
tanto durmo
como faço.

Esta associação deformante aparece também com nomes próprios, como se vê da fórmula:

Rita
Carrapita

em que *carrapita* é o termo *carrapito,* afeiçoado à rima — era admissível também uma explicação por via atractiva: de *Rita do carrapito* chegava-se a *Rita-carrapita,* como de *palhas de trigo,* se chegou a *palha triga,* mas o paralelismo das outras fórmulas de nomes próprios leva-nos a crer que se está no domínio de uma construção rítmica — e a que depois veio ainda aliar-se o arredondamento:

Carapau,
Sardinha frita,

o qual não tendo entre os elementos primitivos e os adjuntivos lógica de associação, a possue em cada um dos binários insuladamente considerado.

Nestoutra fórmula:

Chico
Larico

em que *Chico* é o hipocorístico de Francisco, *larico* — quer seja nome proveniente de *larica,* por *lerica* de *leria,* mais o sufixo — *ico,* e mudança do *e* átono convizinho de *r* em *a:* há no Minho a expressão pleonástica *dar trelica e larica* em que o primeiro elemento rimado representa por sua vez *trela* e o sufixo — *ico* já apontado; quer seja nome de certa gramínea e designador chulo da fome, parece ser forma — inda que o afeiçoamento à terminação masculina fôsse possível por atracção: de *chico de larica* saía *chico larico* como de *sapo de concha* havia saído *sapo-concho* — moldada à terminação do elemento inicial por acção da rima.

A êste binário pejorativo juntou-se depois o, aliás deslógico, remate arredondante:

> Da perna assada:
> pariu um burrico
> na noite passadá.

b) A da primeira palavra pela segunda:

É de crer que a formação *lusco-fusco,* que também se diz *lusca-fusca,* fôsse originàriamente *luz-fusca,* harmonizando-se depois o elemento inicial pelo terminal. Este vocábulo é muito corrente na língua, e vê-se nas obras dos melhores escritores. Um exemplo de Alexandre Herculano, no *Pároco da aldeia:*

« Havia, também, quem dissesse que, nas madrugadas de alguns domingos, quando a senhora Perpetua Rosa saía para a missa das almas, se enxergava ao lusco fusco um vulto que, cosendo-se com os choupos, se aproximava da porta de Bernardina, e... e et coetera » (1).

D. Francisco Manuel dá vida autónoma a cada um dos elementos de *lusco-fusco* neste passo das *Cartas:*

« Ir assim sobollo entre o lusco e o fusco que não he mao

---

(1) *Lendas e narrativas,* II, pág. 150.

para o auditorio: havendo já muito tempo que não estimamos tanto o que entendemos como o que não entendemos».

Influência da rima no mesmo sentido regressivo é a que se encontra no seguinte passo de uma carta do cavaleiro de Oliveira à Princesa de Valáquia a respeito dos termos e palavras com que se explica Manoel João, carta aliás riquíssima de fenómenos lingüísticos, e em que se encontra a locução *de Herodes para Pilatos,* acomodada por via do segundo elemento em *de Aratos para Pilatos:* «pois que andava sempre de Aratos para Pilatos» (1).

Deve ainda notar-se que o *a* inicial da deformação rítmica de *Herodes* se explica pela tendência do *e* átono para passar a *a* nas convizinhanças de *r:* assim atente-se em formas da língua normal, como *varrer,* de *verrere,* ou em meros popularismos como *númaro* de *número.*

A frase tradicional teve emprêgo literário no seguinte passo da carta de Sá de Miranda a António Pereira:

> Deixemos mil outros jogos
> Que lá vão, mil outros tratos,
> Fazer desfazer contratos,
> Salamandras nos seus jogos
> De Herodes para Pilatos.

Na locução estereotipada *sem tugir nem mugir* entreviu Adolfo Coelho já uma acção da rima: êle explica *tugir* por *tossir,* alterado pela consonância. Eis as suas palavras no *Dicionário Manual:* «talvez alterado de *tussir* por influência de *mugir*».

A modificação operada pela rima pode às vezes ser mínima: é o que porventura se dá na expressão *salvar trancos e barrancos* — e em que o têrmo masculino *trancos* parece ser acomodação do feminino *trancas,* feita por obra e graça da consonância.

---

(1) Vol. I, carta 25.

A expressão aparece no seguinte passo do conto — *O burro silveiro,* que Gomes Pereira recolheu nas *Tradições populares de Barcelos:*

«No meio de grande algazarra começaram a bater no animal que a principio se mostrou muito manso e sossegado; mas d'ahi a pouco desembestou em corridas furiosas, salvando trancos e barrancos, através dumas poucas de frèguesias» (1).

Expressão rítmica a esta semelhante é a da Ilha Terceira *saltar troncos e barroncos,* e na qual houve acomodação consoante do segundo elemento — *barrôcos,* ao primeiro — *troncos.*

3) Tipos em que uma palavra ou expressão se associa a uma onomatopeia ou cadeia onomatópica para provocar uma locução ou rosário de locuções.

A locução

nem chus
nem bus

é aliança, feita pela rima, do arcaísmo *chus* — diz-se na *Demanda do Santo Graal:* «E era muito leterado, mais a donzela chus» (2) e de *bus,* interjeição onomatopaica, que aparece insuladamente, com o sentido de *boca calada! nem piu!* neste passo da comédia *Filodemo,* de Luís de Camões:

Qu'eis aqui está Vilardo
Qu'he como hum camaleão,
Por isso, bus, fazer fardo (3).

A aliança era tanto mais fácil quanto é certo que o vocábulo *chus,* desvanecido o sentido adverbial arcaico, tenderia a

---

(1) A. Gomes Pereira, *Trad. pop. de Barcelos,* Espozende, 1916, pág. 118-119.

(2) Otto Klob, *Rev. Lusit.,* VI, pág. 334.

(3) Act. I, sc. 3.

impregnar-se do da interjeição *chiú,* com que fonèticamente convizinha, e que inda por cima é sinónima de *bus.*

A locução *chus nem bus* aparece neste passo da *Oração académica,* de Frei Simão:

> Ninguem abra mais a boca
> Bem que fome ou sono tenha
> Ninguem diga chus nem buz,
> Callem todos, não dem à taramella (1).

O jôgo do *Cerolico,* que começa na variante da Beira Alta que aprendi em criança,

> Cerolico,
> tico, tico,
> quem te deu
> tamanho bico.

chama-se ainda «Cerolico-tico tico» naquela região portuguesa: *tico-tico* é forma onomatopeica de elementos repetidos, que pinta sonoramente o andamento dos dedos na mecânica do jôgo, como o *toque-toque* da *Moleirinha* de Junqueiro figura o deslocamento das patas do burrico:

> Pela estrada plana toc, toc, toc

A êste jôgo infantil alude o seguinte passo da *Farsa quem tem farelos,* de Gil Vicente:

> Quem te deu tamanho bico
> Rostinho de Cerolico? (2)

passo que nos põe na pista de ser o elemento *Cerolico* na origem *Celorico,* o topónimo com transposição das sílabas centrais — topónimo que inda hoje na pronúncia popular, lo-

---

(1) Fôlha 206.
(2) Hamburgo, III. pág. 22.

cal e convizinha, tem forma idêntica à que no jôgo infantil apresenta.

Uma onomatopeia binária é sucedida de uma expressão que a rima associa na seguinte fórmula, em que há inclusivamente interpretação verbal do ruído do rufar dos tambores regimentais, e interpretação verbal que de algum modo faz com que os elementos onomatópicos pautem o seu final pelo da palavra *ratazana:*

Rana
Cataplana
Mata aquela
Ratazana.

Dá fàcilmente por êste facto quem atente em que fora da fórmula se diz *o rataplã* e não *a rataplana* dos tambores.

Uma onomatopeia ternária, que pretende traduzir o som de instrumentos músicos, sucedida de uma frase associada para arredondamento e consonância, encontra-se na fórmula seguinte registada por Bluteau:

Tero lero lero
Tenho tudo quanto quero.

Na Beira Alta faz-se também tradução onomatópica ternária do som do pífano, a qual provocou arredondamento a um tempo consoante sob o aspecto da rima e sob o aspecto do deslimpo pendor da psique nacional:

Tiro liro liro
Alça a perna
e dá um tiro.

4) Tipo em que se associam duas ou mais formas ou elementos onomatopeicos para constituir novo vocábulo ou locução.

Tais os casos de:

zuque-truque

e:

pumba-catapumba.

Podia notar-se que ao lado das onomatopeias com elementos consoantes, como a binária:

zás-pás

ou a ternária:

zás-trás-catrapás

as há com elementos aliterantes sujeitos a gradação vocálica como a binária:

zigue-zague,

ou a ternária:

pim-pam-pum;

e com elementos meramente repetidos, como a binária:

truque-truque

ou a ternária:

tique-tique-tique.

A gradação pode existir, não nos elementos constituidores de uma onomatopeia, mas na série da mesma base fónica. Tais são os casos das onomatopeias de elementos uniformes:

taque-taque
teque-teque
tique-tique
toque-toque
tuque-tuque

e das de elementos diversos:

trás-catrapás
trós-catrapós
trus-catrapus.

Podia notar-se mais que as onomatopeias de elementos consoantes o são algumas vezes também — o fenómeno é verificável principalmente no campo das que têm o mesmo número silábico em cada um dêles — de elementos reversíveis, como:

zape-trape

que igualmente se diz:

trape-zape,

emquanto as de elementos aliterados e gradativos têm estes sempre irreversíveis, como:

tique-taque

que nunca é:

taque-tique.

É ainda verificável a existência de elementos onomatopeicos consoantes de desigual corporatura fonética — o segundo maior e conseqüentemente realçador ou intensificante semântico do primeiro — como:

zumba-catatumba

emquanto os aliterantes gradativos se sujeitam ao mesmo número silábico, como *zigue-zague.*

Também os elementos onomatópicos consoantes — os da mesma corporatura fónica em especial — oferecem em relação aos aliterados-gradativos equivalência semântica mais perfeita e maior capacidade de vida independente: por exemplo, *zuque* ou *truque, zape* ou *trape* empregam se ambos autònomamente e com valor igual a cada passo, emquanto os elementos de *tique-taque* divergem bastante no sentido — o primeiro traduz ruídos pequenos e agudos, o segundo ruídos grandes e graves, e *zigue-zague* é formação de elementos indivorciáveis, ou indessoldáveis.

Um exemplo de onomatopeia de elementos consoantes

empregue em obra literária é *pós-catrapós,* que Aquilino Ribeiro insere no seguinte passo do *Romance da Raposa:*

«Que era, que não era, numa volta do caminho breve descortinou, ao seu encontro, pós-catrapós, numerosa e briosa cavalaria» (1).

Há muitos casos difíceis de repartir ou seccionar, visto como é impossível dizer se os elementos decertas formações pertencem à categoria de vocábulos afeiçoados pela rima, ou onomatopeias arredondadoras de ocasião.

Um exemplo é:

Luis
Carraxis

em que o elemento *Carraxis,* verbo de encher o ouvido, sem significação apreensível, o que não quere dizer que seja totalmente insense, tanto pode ser deformação vocabular, como onomatopeia de ocasião, produzida no entanto com objectivos depreciantes. É mais de crer aqui a segunda hipótese, pois os sons consonantes *q-rr-x* que no vocábulo aparecem são um tanto pictóricos da cólera e da mofa, — e é a mofa agressiva que se tem a vista com a fórmula, como também mostra o seu arredondamento ulterior, sujo e reles como no geral o estreme gracejo português:

Tira a caca
Do nariz.

São até certo ponto vulgares estes elementos encravados pela rima, e que parecem sem relação lógica com o contexto que arredondam e a que dão um matiz pejorativo ou intensivo.

São dois exemplos mais os seguintes tirados do *Jôgo do*

---

(1) I, Lisboa, 1924, pág. 85.

eixo e em que aparecem respectivamente *escarrapachete* e *rebaldoze*, de algum modo equivalentes a *re-sete* e a *re-doze:*

Sete,
Escarrapachete:
Vai p'r'ó diabo que te espete
Na ponta do canivete;

Doze,
Rebaldoze:
Sete e sete
São catorze.

(Continua).

João da Silva Correia.

IMPORTANCIA DO SANATÓRIO MARÍTIMO NA PROFILAXIA E TRATAMENTO DA TUBERCULOSE(1)

Se bem que a tuberculose pulmonar constitui a maioria dos casos clínicos em que o bacilo de Koch interfere, nem só dêles se compõe a grande família tuberculosa. O bacilo ou tendo uma localização pulmonar inicial como a maioria dos tisilogistas admite, ou tomando de comêço os gânglios como Jousset pretende ou espalhando-se ao entrar pelo sangue, como sustenta Leuret, pode ir fixar-se depois do ataque ao pulmão e gânglios afins nos restantes tecidos que fazem parte integrante do organismo. É na segunda infância que, em regra, isto se dá e então aparecem as lesões extra-pulmonares, como adenites, osteites, ósteo-artrites, meningites e peritonites tuberculosas, abcessos frios de séde vária, tuberculose cutânea, genito-urinária, etc., lesões criadas por uma queda do estado alérgico que permitiu a disseminação de bacilos até aí acantonados no sistema gânglio-pulmonar.

Os autores franceses, como Besançon, Rist, Ribadeau-Dumas classificam estas formas de tuberculose de «Tuberculoses da segunda infância» em que as lesões pulmonares, correspondentes à segunda fase dos autores alemães (Ranke), reduzidas ao câncro de inoculação e uma congestão perifocal, são coisa mínima em presença das outras destruïções bacilares.

---

(1) Conferência lida na A. M. C. P. em 2 de Junho de 1928.

Que isto é assim, isto é, que as manifestações tuberculosas extra-pulmonares são sempre secundárias a uma localização pulmonar, comprovam-no a anatomia, a clínica e o laboratório.

Autópsias de doentes com tuberculoses externas feitas nos sanatórios apropriados têm revelado com uma absoluta persistência fócos primitivos pulmonares. Sucede ainda que na falta de uma inoculação directa e de um meio infectante em que o doente vivesse ao esboçar-se o seu mal, só se pode admitir à evolução tuberculosa, qualquer que seja a sede, quando os gérmens já preexistiam no organismo.

Investigando cuidadosamente a anamnese dêstes doentes, quási de certeza vamos encontrar vestígios de bacilemias préfocais, quantas vezes diagnosticadas como embaraço gástrico febríl, gripes, alterações digestivas sem importância, por vezes mesmo como febre tifóide (tifo-bacilose de Landouzy) que são o sinal de alarme da infecção tisiogénia prestes a revelar-se. Quási sistemàticamente o doente descurou estas febrículas, estas alterações vagas, a palidez, a fraqueza, o cansaço e quando poucos meses depois aparecem as adenites, o mal de Pott, a gonite, a escapulalgia, a espinha ventosa, etc., muito longe está de supor que era durante aqueles períodos anormais que os bacilos sendo lançados na circulação geral se iam fixar nos ossos, nas articulações, nos gânglios.

Duchinoff procurou o bacilo de Koch no sangue de 100 tuberculosos òsteo-articulares e em 75 poude evidenciar o bacilo. É isto mais uma prova de bacilemia a indicar-nos que em face de um doente portador de uma tuberculose extra-pulmonar, não devemos supor estar em presença de uma doença circunscrita à região tocada, mas sim de uma doença de todo o organismo e portanto a terapêutica atenderá paralelamente à correcção do estado local, à indispensável reparação e fortalecimento do estado geral.

A ausência de lesões pulmonares evolutivas que é a regra

nestes doentes, vem facilitar o levantamento do estado geral permitindo que se recorra a um meio de cura que é preciso sempre encarar como uma espada de dois gumes quando pelo exame directo podemos distinguir sinais de focos pulmonares.

Êste meio de cura, que também o é de profilaxia, tão antigo, quantos os séculos, coevo da helioterápia, certamente usado desde o primeiro homem que passou junto ao mar, é a climatoterápia marítima.

Através as várias fases que a terapêutica atravessou até chegar aos nossos dias, vemos sempre o ar marítimo, os passeios no mar, o sol junto ao mar serem recomendados em vàrias doenças e diateses das quais sobressai a tuberculose. Mas é no decurso do último século, uma vez passado o empirismo que tanto dominou em terapêutica e durante o qual uma notabilidade como Sydenham afirma ter salvo vários tuberculosos com o exercício do cavalo, que nós vemos apontadas as suas indicações e contra-indicações porém com aquela grande largueza necessária a uma medicação cujos atributos apresentam extrema mutabilidade.

Muito antes que se pensasse em curar os tuberculosos pulmonares pelo clima de altitude sêco e puro se recorrera *larga manu* ao revigoramento e tonificação do organismo que o bacilo de Koch corroe, pelas viagens no mar e pela permanência à beira-mar. Os antigos são unânimes a êste respeito. Aretêo e Plínio, entre outros, foram dos mais confiantes no benefício que o tuberculoso adquire com a vizinhança do mar, defendendo os passeios, o ar marítimo, o exercício, o sol na praia. Citam-se curas de homens célebres como Alexandre e Cícero o qual sofrendo de hemoptises conseguiu vê-las desaparecer viajando nos mares da Grécia.

Com a queda dos impérios grego e romano que arrastaram consigo a sciência médica, deixou de se falar em cli-

matoterápia marinha e só nos fins do século XVIII vamos tornar a encontrar sinais desta terapêutica.

Pertence aos médicos ingleses Gilchrist, Sunderland e Buchan, o mérito de com as suas observações terem tentado fazer renascer um método que aos antigos já dera tantos resultados. Rodeados ao princípio de desconfianças foi preciso que entrasse o século seguinte para vermos clínicos como Bayle, Laennec, Andral, Barthez e Rilliet seguir-lhes as pisadas e recomendar o clima marítimo não só nas tuberculoses incipientes mas ainda nas tuberculoses confirmadas evolutivas.

Laennec entre todos era o mais crente e menciona-se o facto de estando já tuberculoso e em estado avançado da doença pedir que lhe atapetassem o quarto de algas marinhas na esperança que delas se evolasse alguma coisa dêsse ar vivificante que sopra do mar.

Citam-se casos que parecem indiscutíveis de cura pelas viagens no mar e entre muitos, os observados por um médico português Roquette numa viagem de Luanda para Lisboa. No navio em que o médico viajava vinham dois tuberculosos, um marinheiro e um passageiro. O primeiro dormindo num cubículo sem condições higiénicas, mal alimentado, obrigado a trabalhar, morre antes de chegar ao destino, emquanto que o passageiro sem preocupações de qualquer ordem bem cuidado e melhor nutrido, chega a Lisboa mais gordo e em via de cura.

Ergue-se em tôrno do mar uma auréola de confiança até que em 1856 um movimento de dúvida se esboça provocado por uma publicação de um médico da marinha francesa Júlio Rochard, publicação muito bem documentada com estatísticas numerosas e dignas de todo o crédito em que mostra ser a tuberculose entre os marinheiros muito mais freqüente que no exército de terra. Nem todos porém são tomados pelo pessimismo de Rochard, pois resultados benéficos e seguros continuavam a ser registados e assim vê-se

pouco depois os mestres da tisiologia francesa Peter, Grancher e Hutinel acusarem não o ar do mar, mas sim a insalubridade dos navios, a fadiga, as maiores facilidades do contágio num espaço restrito, como as causas eminentemente favorecedoras da polimorbidade tuberculosa entre os marinheiros.

Em 1853 o médico florentino Giuseppe Barellai consegue a edificação do primeiro hospital marítimo, destinado principalmente às vítimas do bacilo de Koch, isto seis anos antes de Hermann Brehmer em Goerbersdorf fundar o primeiro sanatório de altitude. Mas em breve com a generalização do regímen sanatorial de altitude de que se encarregaram ao lado de Brehmer, Trudeau na América do Norte, Bennet na Inglaterra e Dettweiler na Alemanha, o tuberculoso pulmonar começa a fugir das praias e dos navios para se ir instalar de preferência em algumas centenas de metros acima do nível do mar.

No entanto o clima marítimo não é um só, de características por tôda a parte iguais, mantendo-se inalterável qualquer que seja a costa que se considere assim como não há só uma tuberculose pulmonar, mas sim dela se contam modalidades sem fim em que as indicações climatéricas podem ser as mais dessimilhantes. Foi isto imediatamente compreendido pelos clínicos que exercem a sua actividade nas numerosas estações marítimas principalmente em França e é assim que, se nós hoje assistimos à condenação quási por unanimidade dos climas marítimos fortes como, por exemplo, os da costa da Mancha para um tuberculoso pulmonar em evolução, é freqüente ver prescrever um clima marítimo doce como, por exemplo, em França, Cannes, Nice e Arcachon, entre nós os Estoris principalmente no inverno, a certos tuberculosos pulmonares.

Se a indicação da climatoterápia marítima sofreu ùltimamente restrições no que diz respeito à tuberculose pulmonar o contrário sucedeu para com as outras tuberculoses,

as tuberculoses extra-pulmonares que têm na beira-mar o meio óptimo para que o organismo se retempere e as lesões retrocedam.

Foi em Berck-sur-Mer, no norte na França, após a cura sobrevinda por acaso de um tumor branco do joelho, por arejamento demorado e repetido na praia e por insolação local, que Perrochaud levou a Assistência Pública de Paris a construir hospitais destinados a tuberculoses externas, que hoje são citados como dos primeiros de todo o mundo. A fama do ar do mar não se limitou àquela região e muitos outros sanatórios marítimos destinados principalmente a tuberculoses ósseas, òsteo-articulares e ganglionares ornamentam hoje o litoral francês, a pequena parte da Alemanha que avizinha os mares do Norte e Báltico, as costas de Itália, da Dinamarca, da Espanha e em Portugal mesmo, encontramos em quatro partes sinais de que alguém já aqui pensou nas magnas vantagens da climatoterápia marítima (1).

Por outro lado não é só aos tuberculosos com lesões patentes que está indicado o ar marítimo, mas são todos os que têm dentro de si a lesão primária, o câncro da inoculação, podemos dizer clìnicamente todos os que têm uma cuti-reacção à tuberculina positiva, os que apresentam êsses muito pequenos sinais que levavam Robin, Charpy, Woillez, Landouzy e tantos outros a diagnosticar o hábito pretuberculoso, os raquíticos, os linfáticos têm na cura de clima à beira-mar quer livre quer vigiada num preventório ou num sanatório a profilaxia que ousaremos dizer essencial de uma evolução bacilar futura.

Dificil é dar uma opinião satisfatória de clima, por quanto se trata de uma noção que, se intuïtivamente todos temos

---

(1) Isto para não falar senão na Europa, pois nos outros continentes e principalmente no Novo Mundo, muito se tem feito igualmente neste capítulo particular da tisioterápia.

presente, não é menos certo que numerosíssimos são os factores que o condicionam dificultando, uma definição geral que os englobe a todos.

Caracterizam um clima, não só condições meteorológicas como a temperatura, a humidade, as chuvas, a nebulosidade, o vento, a pressão atmosférica, mas ainda a composição química do ar, o solo da região, os seus relêvos e a constituïção dos terrenos, a vegetação, os sêres que em tal lugar vivem e trabalham.

Desta maneira clima será o conjunto de circunstâncias meteorológicas (físicas e químicas) telúricas e biológicas que caracterizam o estado atmosférico de dada região.

Ao pretender estabelecer a indicação terapêutica dêste ou daquêle clima interessa sobretudo ao médico a dosagem dos vários ingredientes que o formam, sabê-los pesar com correcção de modo a conhecê-los não só no seu valor de momento mas principalmente nas suas oscilações máxima e mínima, diárias, mensais e anuais. Uma boa posologia climática consegue-se conhecendo os seus elementos e é por êles que chegamos a estabelecer as respectivas indicações.

Vejamos pois quais são os elementos que distinguem o clima marítimo.

1.º *Temperatura.* — A temperatura entre os factores climatéricos representa sempre o primeiro lugar, pois todos os outros são em grande parte seus dependentes: Assim uma temperatura regular é condição necessária de um bom clima.

A proximidade do mar, pela grande quantidade de calor que a massa líquida armazena durante o dia torna o verão fresco e o inverno doce. Por outro lado o calor específico da água do mar sendo considerável em relação ao do ar sucede que o mar, ao contrário do que sucede com a terra, que é um péssimo condutor, aquece e resfria muito lentamente. Os oceanos tornam-se vastos reservatórios de calor que quando o sol falta êles cedem mas muito lentamente,

sendo assim ao mesmo tempo grandes reguladores térmicos. As correntes marítimas quentes, das quais a mais importante — a corrente do golfo — banha as nossas costas, contribuem largamente para a amenidade do clima.

Medidas rigorosas das várias temperaturas tiradas em tôdas as estações climatéricas marítimas confirmam a elevação, a regularidade e a doçura da temperatura à beira-mar.

2.º *Humidade.* — Mercê da evaporação que se dá à superfície do mar, a quantidade do vapor da água existente na atmosfera é sempre elevada. Por um lado tem a vantagem de regular a temperatura à superfície da terra evitando um arrefecimento brusco e um aquecimento muito intenso, mas por outro quando se condensa leva ao nevoeiro, às nuvens e à chuva que prejudicam a cura. Interessa sobretudo o valor da humidade relativa ou estado higrométrico que como se sabe representa a relação entre a quantidade do vapor da água presente na atmosfera e a precisa para à mesma temperatura atingir o ponto de saturação. Quanto menor for a humidade relativa tanto mais sêco é o clima, tanto mais fàcilmente os líquidos se evaporam à superfície da pele e das mucosas. À beira-mar o estado higrométrico é em regra elevado.

3.º *Chuva.* — É um elemento de valor no clima, pela humidade que traz à atmosféra e porque impede o arejamento e a heliação dos doentes. Bastante variável, depende não só das condições meteorológicas mas ainda do relêvo e assim se explica que regiões vizinhas apresentem um gráu udométrico muito diferente. Assim, por exemplo, emquanto que em Lisboa há uns 80 dias de chuva por ano, na Parede a uma meia duzia de quilómetros chove menos. Tem pois um interêsse particular.

4.º *Nebulosidade.* — Interessa saber o número de dias e de horas que o céu se mantém sem nuvens pois um céu claro

permite a helioterápia, favorece os passeios na praia e não prejudica o aquecimento.

À beira-mar é de regra haver uma grande luminosidade, não só pelo sol que chega directamente mas ainda pelos raios que se reflectem à superfície do mar e que concorrem poderosamente para que a luminosidade seja maior. Mesmo em dias ennevoados, observações feitas por Aimes (de Montpellier) e Doche (de Arcachon) mostram que a heliação não é sempre um contrasenso pois é realizada por alguns raios que reflectidos pelo mar chegam à superfície do corpo. A nebulosidade é como as chuvas um elemento variável.

5.º *Vento.* — Logo abaixo da temperatura marca o vento a característica do clima. Soprando de dia do mar para a terra, a brisa marítima refresca o ambiente e varrendo a pele à maneira de uma *douche* vai dar um impulso às funções neuro-vegetativas, exista o metabolismo, activa a assimilação e favorece a desassimilação, tudo contribuindo para o levantamento do estado geral deprimido. À noite dirige-se da terra para o mar arrastando para longe poeira e micróbios que por tal motivo se encontram em percentagem mínima à beira-mar.

Ao lado dêstes ventos periódicos, constantes, ventos caracterizadamente marinhos, outros se encontram nomeadamente na zona mediterrânea soprando ou para o continente africano e que alteram o regimen anemológico habitual. São ventos continentais em regra muito violentos, sêcos, como se registam em Cannes e em Nice.

6.º *Pressão atmosférica.* — Ao nível do mar a pressão atmosférica atinge o seu valor mais elevado e além disso é grandemente estável.

Isto é o que diz respeito aos elementos meteorológicos do clima.

Tem-se dado valor às características químicas do ar do mar às quais se tem ligado, principalmente ao conteúdo em

iodo, o principal motivo da sua acção. Realmente no ar colhido perto do mar, análises indiscutíveis feitas por Armand Gautier, Duphil, Micé revelaram nêle clorêto de sódio, porém em dose menor do que se poderia supor, iodo, para Gautier sob a forma de iodo orgânico, para Duphil sob o aspecto de iodeto, proveniente da desintegração de certas algas, em quantidade 10 a 12 vezes superior à do ar de Paris e ainda ozone, bromo, silicio e argo todos em maior porção que noutros lugares.

Sob o ponto de vista biológico o ar do mar é puríssimo, tão puro como nas altitudes não só porque as brisas se encarregam de o depurar mas também porque faltam em regra nas cidades dotadas de uma praia o grande comércio e a grande indústria a quem é em grande parte devida a vasa atmosférica que torna pernicioso o ar que se respira nas cidades.

O solo em regra permeável e arenoso permite que sôbre êle se instalem sanatórios e casas de saúde.

O modo como actua o clima marítimo, por outras palavras a fisiologia climática deve estabelecer-se em função das suas características.

Na verdade o clima marítimo, pela sua estabilidade térmica é considerado preventivo de várias doenças ditas «a frigore» e que são antes devidas a uma variação brusca de temperatura como anginas, bronquites, laringites, pneumonias. O mesmo sucede com a estabilidade higrométrica, pois a-pesar-de elevada a humidade relativa, como o solo é permeável e a humidade é só do ar e ao mesmo tempo estável, as infecções quando o solo não é húmido não sofrem com ela. Principalmente se no local houver vegetação abundante como se encontra em Arcachon, cidade de inverno, a humidade decresce consideràvelmente.

Os ventos se quando moderados são dos elementos mais valiosos de um clima pela sua acção depuradora e três vezes

excitante (Martinet), particularmente sendo ventos sêcos, tornam-se quando violentos um elemento pernicioso a que se deve atender especialmente, antes de estabelecer a indicação de uma cura climatérica. Os ventos excessivos são perniciosos por mais que uma razão. Fustigando a pele dos doentes, exercem uma acção excessivamente excitante traduzida por taquicardia, taquipneia e irritabilidade nervosa que em demasia pode ser altamente prejudicial, arrastam as nuvens, favorecem os resfriamentos, impedem a helioterápia evitando assim que se ponha em prática um dos grandes benefícios do clima em questão. É por isto que em França nas praias mais intensamente batidas pelo vento há, em regra, o cuidado de as resguardar por uma especial disposição dada às galerias de cura e pela arborização, isto quando a natureza previdente se não encarregou já de levantar dunas contra as quais os ventos que iam varrer as praias se vão quebrar permitindo então o livre arejamento junto ao mar. Dunas elevadas se encontram também em algumas praias do norte de Portugal: pena é porém que elas não sirvam para preservar qualquer hospital marítimo que perto existisse para cura de uns e prevenção de muitos outros.

Se os ventos em vez de violentos são moderados, soprando contínua mas docemente, a sua acção em vez de excitante é sedativa como Lalesque acentuou, acção simultâneamente devida a maior saturação e pressão atmosférica.

À composição química do ar, principalmente à sua percentagem de iodo se tem atribuído algumas das vantagens. O clorêto de sódio considerado específico do ar do mar por Demange, Vaudremer, Labarthe, Latour, Brouardel, admitido como de valor relativo por Cazin, Hayem, Manquat, vê negada a sua importância por Rochard, Daremberg, Casse, Lalesque porque em sanatórios situados a tais distâncias do mar que o ar quando lá chega tem uma quantidade de Na Cl nula os benéficos efeitos não são, por isso, menos sensíveis.

Podemos aqui aplicar o *in medio virtus* que é a grande orientação nas coisas médicas e neste sentido concluir que se o cloreto de sódio não é um factor indispensável de boa climaterápia marítima, sendo absorvido quando existe na atmosfera em pequena quantidade que seja, em qualquer altura do tracto respiratório, sendo como é uma substância integrante dos humores, que interessa no metabolismo, pode contribuir, se bem em reduzida proporção, para o estímulo nutritivo que se constata naqueles lugares.

O iodo já mais abundante foi, e ainda é, para muitos o elemento essencial. Laennec deixou bem patente a ideia que nesta questão o dominava procurando rodear-se de emanações das algas marítimas através das quais respirava o iodo ambicionado.

Desnecessário se torna referir quanto o iodo representa em fisiologia e em terapêutica. Favorece as trocas nutritivas, directa ou indirectamente facilita tôdas as funções, não sendo para desprezar a influência especial sôbre a glândula tiroide que sendo o ar rico em iodo não há o perigo de perverter a sua secreção. Entre as glândulas de secreção interna, a tiroide e a suprarenal representam um papel não pequeno na tuberculose. Sterling sustenta que o déficit tiroidêo não mantendo o tonus do sistema organo-vegetativo à altura compatível com o estado normal é uma das principais causas da tuberculização. E daí numa atmosfera iodada o organismo encontra-se em boas condições para resistir.

O iodo é poderoso antiséptico; no entanto, quando o prescrevemos na tuberculose, não é admissível a pretensão estulta de uma acção bactericida especifica e é sempre como um medicamento do terreno que dele lançamos mão. A sua importância no clima será pois como modificador do organismo em geral que coloca em superiores condições de luta.

O ozone, três vezes mais abundante que no ar do interior é um purificador da atmosfera pela sua acção bacteri-

cida, favorece a hematose, queima vários produtos das secreções anormais, tonifica o organismo porque excita as oxidações e quando outros elementos não se opõem, actua como sedativo o que se traduz mais práticamente pelo acréscimo das horas de sono.

O bromo e o silício actuam paralelamente no sentido de uma melhoria das trocas orgânicas.

O ar puro, a sua asepsia impregnada por vezes de um cheiro a marezia que agrada ao olfacto é um dos elementos primordiais do clima. Ao ar chama Monteuuis o pão da respiração e sem êste pão isento de micróbios, bem dosados os seus constituintes não podem do indespensável acto respiratório advir para o organismo os benefícios inerentes a uma boa hematose.

O ar do mar tem uma pureza só igualada pelo ar das montanhas, mas excede êste na riqueza da sua composição, no valor dos seus elementos que, como acabamos de ver, contribuem com largueza para uma melhor nutrição.

Todos estes factores conjugados harmònicamente actuam no sentido de valorizar a vida na praia; mas nem só com o ar puro e vivificante se deve contar, pois doentes que estejam em condições podem simultâneamente fazer hidroterápia marinha. À climatoterápia associa-se a talassoterápia.

O líquido intercelular representa para Quinton a água do mar que rodeia os sêres unicelulares e que é necessária às trocas mais íntimas. Daí as suas modernas utilizações em terapêutica com o objectivo de introduzir no organismo o humor em que êle está deficiente.

Quando o organismo se banha no plasma de Quinton, mercê da sua grande concentração em clorêtos e sulfato de sódio, magnesio, potássio, cálcio, de uma relativa abundância em bromo, carbono, silício, iodo, fósforo, lítio, arsénio, cobre, etc., do seu conteúdo em mucosina (Constantin James) do movimento constante que agita as águas do mar, do seu

grande calor específico, sendo o banho frio, tomado na praia, vai a acção da água do mar fazer-se sentir de maneiras diversas.

Ao dar-se a imersão a sensação de frio que o corpo sofre ao contacto do mar traduz-se por uma vaso-constrição superficial, resfriamento cutâneo e afluxo de sangue para as vísceras. Depressa a reacção sobrevem, por vezes precedida de ligeiro arrepio, com vaso-dilatação periférica e vaso constrição central, o organismo reagindo por um aumento de produção de calor contra o frio ambiental. Temos pois a primeira acção dinamogenética do banho. Por outro lado o movimento das ondas percute o corpo, submete-o a uma massagem prolongada que pode tornar-se violenta quando o mar está agitado. A superfície do corpo sofre com estes movimentos outras tantas revulsões térmicas que representam fundamentalmente uma acção excitante e tónica. E assim durante um certo tempo variável com a capacidade de estabilização térmica do indivíduo, o organismo está sujeito a estas alterações de arrefecimento e rápida compensação, tão rápida que o banhista é o primeiro a não a sentir, até que esgotadas as reservas que circulam nos humores, a compensação só se pode fazer à custa da contracção muscular. É neste momento que aparece o *arrepio secundário,* desagradável, traduzindo o fim das capacidades reaccionais sendo sempre preferível que o banho termine antes do seu aparecimento.

Além da acção exercida sôbre o organismo pela imersão numa água clorada forte, pela massagem das ondas, há que atender às radiações solares, químicas e caloricas actuando por incidência directa e depois de reflexão na superfície do mar, tudo contribuindo para que o banho tenha uma acção tónica, excitante, dinamogenética.

Se o banho fôr quente, tomado numa banheira ou numa piscina como se encontra em alguns grandes sanatórios, a sua acção provem principalmente da composição da água do mar. Os seus resultados podem ser excelentes, naqueles

que por motivos que veremos estão impedidos de tomar o seu banho no mar.

Qual a técnica de uma cura à beira-mar?

Sempre que se prescreve a climatoterápia marítima com os seus complementos de talassoterápia dever-se-ía ter ante os olhos o antigo aforismo que preside a todo o método terapêutico: *nequid nimis, omnia in mesure, et numero et pondere*. O ar da praia, os banhos do mar e os banhos de sol não são um medicamento do qual se deva fazer um uso livre pois quantas vezes do uso se passa ao abuso não só na duração como na intensidade da cura e daí os numerosos acidentes que uma vez por outra podem ir até indicar a abstenção.

Logo de início o organismo necessita de um período de aclimatação de duração variável com as pessoas, durante o qual por um número de horas na praia sucessivamente crescente, por banhos de duração bem graduada, pela helioterápia bem conduzida em obediência ao esquema de Rollier se vai tateando a sensibilidade do indivíduo sem haver o receio de lhe provocar um agravamento da sua doença, ou alguns dêsses múltiplos sintômas que traduzem a intolerância do organismo a um medicamento que se não soube dosear.

É por isso que a cura livre, se para um indivíduo são, em regra uma criança, arrisca a intercorrências assaz desagradáveis, tratando-se de um doente quási sempre de tuberculose óssea ou ganglionar devia ser absolutamente proïbida pelas complicações de generalização bacilar que podem sobrevir condicionadas por uma maior actividade circulatória. Sendo vigiada por um médico fàcilmente êle ordena ao suspeitar a influência nociva do ar do mar, a reclusão em casa, no hospital ou sanatório, ou a cessação da cura.

Os sintomas de intolerância primitiva, iguais aos sinais de intolerância secundária a que mais correcto é chamar-se

sobressaturação porque sobrevem ao fim de um, dois e mais meses de climatoterápia persistente, quando o organismo está, por assim dizer, saturado do ar e banhos do mar foram recentemente (*Archives des Mal. des Enfants*, Abril, 1928) reünidos por Barraud (Chatel-Ailon). São: nervosismo, irritabilidade, insónia, dores de cabeça, agitação noturna, anorexia, alterações gastro-intestinais, estomatite aftosa, embaraço gástrico, anginas, febre marinha, contra as quais o médico está precavido para no caso do seu aparecimento moderar a aclimatação ou reduzir e mesmo finalizar a cura.

Fora isto o doente ou a criança que se preserva contra as doençaas deve gozar do máximo as regalias de uma estada à beira-mar.

Deve passar na praia o maior número de horas possível recebendo directamente a brisa marítima tão rica em composição química, no que para Lavergne e Claisse está o segrêdo do seu valor.

Não descurará a helioterápia feita sôbre o corpo nú para que os raios U. V. o atinjam, venham êles directamente do sol ou reflectidos da superfície das águas e do solo. Sendo criança a que nada impede o movimento deve permitir-se-lhe que va banhar os pés pois naquilo onde ela vê apenas uma brincadeira está uma boa medida terapêutica não só pela brisa marítima mais rica em elementos como pela helioterápia principalmente à custa dos raios difundidos pelas águas.

Se a helioterápia metódica estiver indicada a ela se recorrerá, sempre a helioterápia geral estabelecida lenta e gradualmente, dos pés para o tronco seguindo as noções de Rollier hoje divulgadas por tôda a parte. A tenue nuvem de vapor da água que vulgarmente cobre a praia em nada diminue o valor da heliação porque aos raios solares directos se veem juntar os reflectidos de modo que a helioterápia marítima em nada fica a dever à helioterápia na altitude (Calvé, Robin e Bith).

O banho do mar será um só por dia, com o corpo o mais coberto possível de água e o banhista não deve estar quieto. A entrada no mar deve ser rápida, quando muito precedida de uma ligeira ablução na fronte e o banho curto terminando sempre antes do arrepio secundário.

O banho de água domar quente que pode preceder o banho frio não necessita acostumação e dêle se lucra principalmente pela composição da água, a primeira das águas minerais no dizer de Hardy; a sua técnica não tem qualquer particularidade.

Eis levemente exposta a técnica da cura à beira-mar que deve ser seguida por crianças e adultos sãos.

O indivíduo a ela submetido passa por quatro períodos, bem esquematizados por Pathault:

1.º Período de adaptação.

2.º Período de acção, durante o qual desapareceram as alterações do início, mas a desassimilação excede a assimilação; o indivíduo emagrece e sente-se fatigado.

3.º Período de reacção, em que a assimilação é maior. Aumentam a fôrça e as massas musculares, existe euforia.

4.º Período de estabilização. Estabelece-se o equílibrio, já não há interêsse em prolongar a cura.

Tratando-se de um doente, a cura, posto que essencialmente o que acabamos de ver, difere por pequenas variantes relacionadas com a natureza da lesão. Além disso uma vez atingido o período de estabilização persistem as vantagens do clima e do sol à beira-mar que são necessários ao doente até atingir a reparação local.

Quais as indicações e contra-indicações da cura à beira-mar?

As indicações da cura à beira-mar, indicações de natureza profilática e indicações de natureza curativa giram tôdas à volta de uma doença, a tuberculose.

Entre as indicações profiláticas a primeira é tirada da idade. É do domínio de todos que quem quer evitar as adenites tuberculosas, a que vulgarmente se chamam escrófulas não deixa de freqüentar uma praia desde os primeiros anos, até atingir a maturidade. Ainda há dois dias ao palpar uns gânglios volumosos que deformavam o pescoço de uma pobre rapariguita que veio à consulta do Dispensário da Obra de Tuberculose lhe ouvimos estas palavras que ela dava em tom de elucidação: Isso são uns carocitos que me apareceram por falta de ir para a Figueira.

Tôdas as crianças fracas ou aparentemente sadias, filhos de sifilíticos, tuberculosos, alcoólicos, distróficos, hipotróficos, mesmo os anémicos e os cloróticos encontram à beira-mar as condições óptimas para um fortalecimento eficaz, um crescimento normal e um futuro risonho assente numa constituïção física a tôda a prova.

As crianças carregadas de pesada carga ancestral sofrendo-lhe ou não directamente a influência, são sempre produtos inferiores, de nutrição enfraquecida, crescimento deficiente, resistência mínima às infecções e a elas de um modo especial se deve indicar a cura marítima.

Quantas vezes é nelas que se recrutam os adenóidêos, os bronquíticos recidivantes, os insuficientes nasais, cujos males resistem à terapêutica médica e cirúrgica aplicadas *loco dolenti* quando a vizinhança do mar podia ter evitado tudo. Neste sentido se manifestam Armand-Delille, Ceresole (Lido) e Jaubert (Hyères), fartos de comprovar a asserção de Schreiber: «O ar e o sol da praia desinfectam muito mais a naso-faringe que os inumeráveis antisépticos instilados gota a gota nas narinas».

Ao lado do *status lymphaticus* sôbre o qual o mar tem uma acção que podemos mesmo dizer electiva estão as alterações do crescimento, o hipotrofismo e mesmo o distrofismo que sob a influência do clima, dos banhos e do sol na

praia recebem o impulso que os obriga a atingir o paradigma normal.

Será isto porque o ar do mar contém iodo do qual a tiroide precisa para regularizar o metabolismo?

Será por uma acção tónica, estimulante geral?

Será porque a calcémia e a fosfatémia atingem sob a irradiação solar os valores que condicionam um bom funcionamento organo-vegetativo?

Seja como fôr o facto é velho e até hoje só tem recebido confirmação.

Todos os convalescentes de doenças infecciosas eruptivas, de febre tifoide, se ela deixou o rim são, os asténicos, os cançados, todos os produtos de uma civilização desenfreada (para empregar uma expressão de Lalesque), tornados um meio propicio à evolução bacilar encontram reünidos, junto ao mar os elementos necessários para o revigoramento do organismo.

Como indicação de terapêutica curativa, duas são as doenças que a pedem: o raquitismo e a tuberculose.

O raquitismo doença dos pobres e dos lugares sem sol, doença por carência de uma vitamina D em que é rico algum óleo de fígados de bacalhau, vai buscar à praia além da tonificação geral exercida pelo ar e banhos do mar as radiações ultra-violetas, a vitamina luminosa, capaz de normalizar o meio humoral.

Muito mais importante é o valor do mar para com a tuberculose, não já para com a tuberculose de primo-infecção de que todos somos portadores pòrque essas são as indicações que respeitam à profilaxia, mas sim à fase seguinte da tuberculose, a segunda fase de Ranke, que corresponde nos autores franceses à tuberculose da segunda infância e que se traduz clìnicamente por lesões do esqueleto, dos gânglios, do peritonêo e doutras vísceras que não os pulmões.

As tuberculoses óssea, ósteo-articular, ganglionar e peri-

toneal representam a primeira indicação da cura à beira-mar.

O mal de Pott, a coxalgia, a escapulalgia, a gonite, a espinha ventosa, as adenites bacilares, os abcessos frios, etc., têm a sua evolução mais favorável, a sua correcção mais perfeita, se o doente é mantido à beira-mar e aí faz climaterápia e helioterápia.

A necessidade do clima marítimo afirma-se no seguinte:

As tuberculoses externas são doenças de todo o organismo, manifestando-se localmente mas em que persiste um fóco pulmonar em regra circunscrito numa casca de fibrose contra o qual somos obrigados a lutar (Calvé, Calot, Sorrel).

Uma tuberculose óssea, òsteo-articular ou ganglionar é uma doença definhante, consumptiva, astenisante e nada há melhor para lhe opor que o ar do mar que levanta o metabolismo, exalta as trocas, abre o apetite, melhora a nutrição.

Por outro lado as tuberculoses cirúrgicas necessitam de helioterápia (Bernhard e Rollier) e onde melhor que à beira-mar em que as radiações solares directas ou de difusão nunca faltam, se poderá recorrer a êste tratamento?

Um mal de Pott, uma coxalgia, a gonite, a simples espinha ventosa são doenças que evoluem num praso sempre longo de meses e anos e para que o doente seja capaz de se manter imobilizado durante êste tempo é preciso que viva num meio que melhorando as condições somáticas da vida, não deixe de beneficiar o organismo no sentido de uma bôa compreensão das necessidades de momento. «Nem só de pão vive o homem» e se não fôsse um certo estado de excitação psíquica, de euforia que o clima marítimo provoca, difícil seria manter um pótico, um coxálgico imobilizado durante 2 anos.

Em regra estes doentes tratados à beira-mar suportam disciplinados uma imobilização demorada, sentem-se satis-

feitos com a marcha da sua doença, o seu estado não os preocupa porque têm a esperança.

Renan, o grande filósofo materialista, escreveu algures: «ceux qui ont passé leur enfance sur les bords de la mer savent combien d'associations d'idées profondes et poètiques se forment en présence du spectacle animé qu'offre le rivage».

Está aqui certamente uma grande parte do segredo da acção dêste clima, parte inexplicada em presença dos caracteres climáticos objectivos.

Do que se disse não se pode supor que nas tuberculoses externas o tratamento geral hélio-marítimo seja o tratamento único a fazer. Muito longe disso, o tratamento geral, se bem indispensável sob o ponto de vista de uma boa evolução e de uma cura futura, em nada dispensa e em nada diminui o tratamento local imobilizador.

Uma articulação doente é necessário imobilizá-la, um osso, uma vértebra alterados pelo bacilo só podem chegar a boa cura se houver o cuidado de lhes reduzir ao mínimo os movimentos. Consegue-se isto ou pelo gesso, ou por meios mecânicos de extensão, processos vários, dos quais em cada sanatório há, por assim dizer, a preferência por um e em cujo detalhe não entro para não alongar demasiado êste trabalho.

Mas não são só estes os tuberculosos que se mandam para o mar; à própria tuberculose pulmonar correspondendo à terceira fase de Ranke, para os franceses a tuberculose dos adultos, pode estar indicado, ou melhor dizendo, pode permitir-se a estada à beira-mar.

Como vimos atrás, os tuberculosos pulmonares, durante 18 séculos foram quási sem excepção enviados para a praia e para os navios pois todos como Laennec supunham não haver «melhores meios a opor à tísica que a navegação e habitação à beira do mar em clima doce».

Hoje pensa-se de uma maneira diferente e se ainda recentemente Lalesque (*Journal Médical Français*, Março, 1927), defende o clima marítimo na tuberculose pulmonar não deixa de acentuar a necessidade de um clima marítimo atenuado, sem ventos violentos e sêcos, com uma temperatura constante e grande luminosidade, ao mesmo tempo que limita as indicações à tuberculose pulmonar de forma tórpida

São só as tuberculoses pulmonares de tendência fibrosa, a forma abortiva de Bard, algumas formas bronquíticas crónicas, a tuberculose latente de Rieux, as tuberculoses post-pleuríticas que Bard descreve, são só estas as modalidades clínicas da tuberculose pulmonar para as quais é justo poder esperar algum benefício do clima marítimo. Esta cura porém, deve ser estreitamente vigiada pelo médico, no receio nunca exagerado de um agravamento da doença, porque nos períodos de adaptação e de acção (Barraud) o organismo está em déficit do qual pode o bacilo valer-se para alargar o seu terreno de germinação.

Como contra-indicação da beira-mar estão os individuos excitáveis e eréticos, nervosos, caquéticos, cardíacos, aórticos, hipertensos, nefríticos, em regra os entero-coliticos, os gotosos e os reumatizantes.

A contra-indicação nestes últimos é apenas relativa porque em algumas praias de clima temperado e regular, tomando banhos quentes de água do mar, isto é fazendo termotàlassoterápia estes doentes podem sentir grandes melhorias.

É o que sucede, por exemplo, nos Estoris cujos ares e banhos melhoram apreciavelmente os reumatizantes e gotosos que no inverno por ali passam (Dalgado).

*

Sendo a tuberculose um mal social e tendo nós à beira-mar um tão valioso meio de profilaxia e de terapêutica, à sociedade compete na organização da luta anti-tuberculosa não o esquecer. Em todos os países civilizados que têm a fortuna de possuir uns quilómetros de praia nós vemos erguerem-se frente ao mar, sanatórios, hospitais marítimos, casa de saúde, pensões, vilas que hospedam uns durante todo o ano, outros durante o verão, inúmeros doentes que ali vão buscar ou a cura para as suas lesões bacilares ou a robustez suficiente que lhes assegure uma defeza eficaz contra o terrível bacilo. Não vamos além da França, que para nós latinos é em regra a pátria da Sciência, percorra-se a sua costa e em tôda ela não se encontra uma praia de importância social regular que não tenha o seu sanatório marítimo, as suas clínicas, as suas pensões. A vizinhança do mar é aproveitada palmo a palmo como é obrigação de um grande país que preza como deve a saúde dos seus cidadãos.

É aos sanatórios marítimos que pertence o primeiro papel nesta modalidade de organização da luta anti-tuberculosa. Construídos em obediência a todos os princípios higiénicos, bem dispostos em relação ao mar e ao sol, a dois passos da praia, com as suas longas galerias de cura, é ali que as tuberculoses externas estão destinadas a ver chegar a sua evolução a bom têrmo depois de compridos meses de imobilização.

A importância do sanatório nas tuberculoses externas, principalmente nas tuberculoses òsteo-articulares como o mal de Pott, a coxalgia, o tumor branco do joelho, torna-se tão grande ou maior do que a importância do sanatório nas tuberculoses pulmonares.

As tuberculoses cirúrgicas são doenças que exigem um

tratamento local quantas vezes incompreendido pelo doente que chega a regeitar o aparelho de gêsso ou se êste consente quere à viva fôrça andar a pé julgando que é esforçando-se por andar que a cura vem mais depressa.

Se estiver num sanatório em presença dos companheiros do infortúnio todos nas suas camas, com as respectivas regiões doentes imobilizadas, alegres e satisfeitos, passando o dia inteiro ao ar livre, sente-se em breve menos infeliz ao ver que os estropiados como êle têm boas cores, riem e sentem-se confiados numa cura que já antevêm.

Nos dias seguintes em frente do mar se bem com a perna estendida, ou com a coluna vertebral reclinada, à medida que a acção tónica e excitante do ar marítimo se vai fazendo sentir, nasce a boa disposição vão-se os maus pensamentos e daí a pouco aclimatado como os outros torna-se um doente satisfeito com a sua sorte capaz de se submeter durante meses e meses a tôdas as medidas terapêuticas necessárias.

Além disso nestes sanatórios, os seus internados adultos e até crianças se bem doentes não estão impossibilitados de trabalhar, podem a maior parte dêles dedicar-se a trabalhos manuais variados que à medida que os distraem os ajudam a ganhar a vida e a convencê-los de que não são uns inúteis.

A influência psíquica do trabalho nos sanatórios em que os doentes necessitam de uma imobilização demorada, como em alguns sanatórios de altitude de Leysin (Suissa) e em alguns sanatórios marítimos da Alemanha é afirmada nos termos mais encomiásticos pelos seus directores.

Ao entrar num sanatório marítimo, como já me sucedeu nos sanatórios de Berck-Plage (França), do Outão e de Valadares (Portugal), não pode deixar de notar-se o bem estar físico e principalmente psíquico destes doentes. Nada os preocupa, estão satisfeitos com a marcha da sua doença, o ar do mar, o sol e a convivência dispõem-nos bem e mal se reco-

nheceria nêles os infelizes que meses antes pálidos, tristes e cheios de dores demandavam o hospital.

Bem verdadeira é a sentença de Goethe: «Hochstes Glück der Erdenkinder ist nür die Persönlichkeit» e se no sanatório marítimo não convergissem os elementos necessários ao seu fortalecimento não se podia ali encontrar o bem estar que traduz a felicidade de que todos os doentes estão possuídos por se saberem capazes daqui por uns tempos de agir individualmente.

Os médicos do sanatório, especializados nestas doenças, reforçam-lhe o valor.

Com um diagnóstico precoce, a terapêutica devida feita sem transigências, *fortiter in re* mas *suaviter in modo,* mantendo uma disciplina que nada deve quebrar, à parte clínica do sanatório está distribuída uma função que não é a menor.

É mais um elemento de valia a juntar aos assinalados anteriormente tudo contribuindo para que o sanatório marítimo seja o factor primário na cura das tuberculoses cirúrgicas.

No que diz respeito à profilaxia a importância do sanatório afirma-se de novo. Vulgarmente a cura marítima profilática é uma cura livre feita a bel-prazer dos pais das crianças, pôsto que o médico a tenha prescrito. Não é a estes que o sanatório pode dar auxílio, mas sim aos filhos dos pobres com ou sem antecedentes familiares, que sob a forma de colónias marítimas, ùltimamente organizadas em Portugal pelas Misericórdias e Juntas de Frèguesia, são enviados todos os anos durante um mês ou mais para a beira-mar.

Em França são entre outras a Obra de Grancher e a Colocação Familial que organizam estas colónias enviadas para os hospitais marítimos da Assistência Pública, onde são vigiadas pelos médicos dos hospitais.

Num sanatório ou hospital marítimo melhor do que em qualquer outro lugar a boa cura pode ser feita. Há insta-

lações apropriadas, há os cuidados clínicos e de enfermagem experimentados, há o meio, há tôdas essas pequeninas coisas que faltam numa casa improvisada para onde essas colónias vão em regra.

Portanto no que diz respeito à tuberculose não só sob o ponto de vista curativo como sob o ponto de vista profilático afirma-se o valor dos Sanatórios Marítimos.

*

Em Portugal muito há a fazer neste capítulo particular da luta anti-tuberculosa, no sentido de melhorar o já existente e de criar o indispensável.

Há em Portugal quatro (1) sanatórios marítimos nas seguintes localidades: Carcavelos, Outão, Parede e Valadares, mencionados pela ordem cronológica.

O primeiro, o de Carcavelos, é hoje o Sanatório Dr. José de Almeida por homenagem ao seu fundador que sendo presidente da A. N. T. conseguiu, numa boa compreensão do valor dos sanatórios marítimos, criar o primeiro sanatório marítimo em Portugal. Admitindo ao princípio um pequeno número de crianças pobres do sexo masculino com tuberculoses cirúrgicas, não conseguiu ver aumentada a sua lotação por dificuldades económicas, tendo mesmo chegado a fechar. Reabriu há uns dois anos dirigido pelo Dr. António de Vasconcelos e nêle se recebe um número limitado de crianças

---

(1) Em 4 de Maio de 1929 foi inaugurado o «Sanatório Marítimo do Norte» na Gelfa, destinado a tuberculoses externas e recebendo crianças de todos os pontos do país. É êste Sanatório pertença da Assistência Nacional aos Tuberculosos e longa foi a sua gestação. A ideia partiu da gerência de 1907-1908. Os trabalhos do edifício foram iniciados em fins de Dezembro de 1909 e concluídos em 1914; No entanto apenas em Maio de 1929 ficou em condições de receber doentes!

(*Boletim da Assisténcia Nacional aos Tuberculosos*, n.º 4, 1929, pág. 28).

pobres com tuberculose cirúrgica. É hoje dirigido por Gabor Pat Kocyz.

O Sanatório do Outão, transformação duma antiga fortaleza, foi inaugurado a seguir em 1900 destinado a raparigas pobres, linfáticas e escrofulosas, começando-se a adaptação da parte do edifício para tratamento das tuberculoses cirúrgicas; ¡estas obras no entanto só foram concluídas mais de dez anos depois! Hoje dirigido pelo Dr. Mendes Dordio com lotação para mais de 100 doentes, distribui uma parte das suas camas por linfáticos, escrofulosos, raquíticos, admite doentes pobres e pensionistas como o de Carcavelos e nêle é usado, como aliás em todos os outros, o método aero-helioterápico de Rollier no tratamento das tuberculoses cirúrgicas.

É o maior de todos, também da Assistência Nacional aos tuberculosos e a pouco e pouco se tem pôsto à altura de um bom sanatório. No entanto todo o progresso sempre muito lentamente e é disto exemplo eloqüente o facto de ainda há um ano não ter acabado a construção das suas galerias de cura um sanatório fundado 27 anos antes.

Seguiu-se o belo Sanatório de Parede, fundado em 1904 por benemérita iniciativa da família Chamiço, dirigido desde a sua fundação pelo Dr. Alfredo José de Almeida Ribeiro. De pavilhões higiénicos e bem construídos, com as suas galerias de cura bem regulares, uma certa elegância na disposição, poderia supor-se que estava destinado a dar saúde e fôrças a muitos doentes, mas mercê das mesmas dificuldades monetárias que afligiram os outros sanatórios por ocasião da guerra, foi obrigado primeiro a reduzir os seus internados pobres que andavam por 90, depois a admitir pensionistas e por fim como o *déficit* se agravasse, em Agôsto de 1927 a sua gerência passou para a Misericórdia de Lisboa. Hoje estão ocupadas 60 camas destinadas a crianças e além destas há mais 32 bébés enviados da tutoria da Misericórdia.

Admitem crianças do sexo feminino principalmente linfáticas, raquíticas, escrofulosas e muito poucas tuberculoses cirúrgicas porque o tratamento destas é muito demorado. Não admitem como em nenhum dos outros sanatórios tuberculosos pulmonares.

O quarto sanatório é o de Valadares, na praia do mesmo nome; foi fundado e é dirigido pelo Dr. Ferreira Alves. Inaugurado em 1917 com o auxílio particular é sem dúvida pela sua disposição moderna e bem cuidada, pelas suas arejadas galerias de cura, pelas suas enfermarias altas e onde o ar circula livremente, o primeiro. Nêle se recebem pensionistas e pobres de todos os sexos, crianças e adultos, mas é reduzido o número de pobres internados não porque os pedidos não atinjam e excedam muito a lotação, mas sim porque o número de camas que a benemerência do seu fundador lhes concede não é e não pode ser elevado. Situado a uns cem metros do mar numa pequena elevação de terreno, as suas galerias voltadas ao sul e ao nascente tem todos os requisitos para que os doentes nêle hospitalizados possam adquirir com o tratamento geral das suas tuberculoses externas os maiores benefícios.

Por outro lado o clima marítimo de Valadares é diferente do de Carcavelos, Parede e Outão. Não se podem apontar com números onde estão as diferenças entre os factores dêsses climas, porque infelizmente no nosso país não existem nessas localidades observatórios meteorológicos, mas basta passar nessas praias na mesma altura do ano para imediatamente se notar que o clima de Valadares é mais forte, mais excitante, mais tónico que os outros. A intensidade dos ventos é maior, assim como a luminosidade, as variações de temperatura, de maneira que nesta praia a acção do clima faz-se sentir de uma maneira mais enérgica, a vida sendo verdadeiramente um combate vivificante para quem o puder suportar (Michelet).

O clima da nossa «Côte du Soleil» de que o Outão se aproxima é um clima dôce por excelência sobretudo no inverno em que a amenidade dos ventos, a regularidade das temperaturas, a raridade das chuvas (Dalgado diz que não há mais de 10 dias que impessam a saída), tornam esta região como apreciável estação climatérica do inverno na tuberculose pulmonar.

Em tôda a França há uma praia para onde estes tuberculosos são principalmente enviados, praia que pelas suas condições meteorológicas, disposição geográfica e acidentes orográficos reüne as condições do clima propício à sua doença. Esta praia é Arcachon, situada na costa ocidental, abrindo no Atlântico por uma fissura que dá acesso a uma bacia enorme e bela em cujas margens está disposta a cidade.

A cidade de hoje com uma população entre 20 e 30:000 habitantes, dotada de todos os requintes modernos com várias casas de saúde e habitações luxuosas, era há algumas dezenas de anos uma insignificante aldeola mal contando 400 almas. O motivo desta transformação integral está no reconhecimento que então se fêz das suas notáveis condições climatéricas superiores à de qualquer outra região do litoral francês, à sua baía que permitiu lançar mão da cura no barco, passseando-se os doentes dias e dias seguidos nas águas pouco agitadas (Lalesque) e ainda à circunstância da sua divisão curiosa em duas metades, uma parte sul exuberantemente arborizada onde os ventos mal se sentem, onde o clima é particularmente ameno e uma parte dirigida para o norte e ocidente, mais exposta aos ventos e ao mar, de clima mais vivo e excitante. Á primeira chamam-lhe a cidade de inverno para onde nesta quadra do ano são enviados os doentes que poderiam prejudicar-se num clima marítimo forte e enviam sempre alguns tuberculosos eréticos, emotivos, aos quais o ar vivo do mar é nocivo. A outra é a cidade de verão, usada

largamente para as tuberculoses cirúrgicas e para tôdas as que têm a indicação de um clima marítimo vulgar.

Pois bem, o próprio clima de Arcachon de que os franceses e principalmente Lalesque e Doche dizem maravilhas pela sua doçura e amenidade é nestas qualidades excedido pelo clima da nossa «Côte du Soleil», como se conclui dos estudos de João Pôrto comparando os valores que em Arcachon e na Parede os vários elementos atmosféricos acusam.

Condições climáticas insuperáveis temos nós como outra coisa não era de esperar da nossa situacão geográfica; falta-nos infelizmente a capacidade da sua utilização.

Como V. Ex.as acabam de ouvir ler, muito demorados estão entre nós os problemas de assistência aos doentes com tuberculoses externas. É de necessidade melhorar as condições de vida dos sanatórios já existentes, permitir-lhes a criação de novos pavilhões, dotá-los de todos os requisitos modernos para bem atingirem o seu fim.

Mas não basta melhorar o que existe, porque êsse é pouco e está muito àquem das necessidades dos pobres do País.

Supondo o país dividido em três partes, norte, centro e sul, vemos que o norte possui já um sanatório em Valadares, o sul tem os de Outão, Parede e Carcavelos, emquanto que no centro os casos de tuberculose cirúrgica são em regra dirigidos para o Hóspital de Coimbra onde lhes é feito um tratamento especialmente local com gêsso e sol sem que haja possibilidade de os fazer beneficiar do ar de uma praia. E não se julgue que estes casos constituem raridade, pois só males de Pott passam anualmente no Hospital para cima de 30, quantos condenados a morrer de fistulização, generalização bacilar, progressão da sua doença, porque não puderam ter a felicidade de ser tratados à beira-mar num sanatório apropriado. ¿E quantas coxalgias, tumores brancos do joelho, espinhas ventosas, adenites, peritonites tuberculo-

sas, para não falar de tôdas as crianças filhos de tuberculosos não teriam a indicação do sanatório?

Um sanatório marítimo que a Assistência Nacional aos Tuberculosos houvesse por bem construir no centro do país devia sê-lo na praia da Figueira da Foz. O seu clima em nada fica a dever ao das praias do norte de Portugal apenas ali o vento é um pouco menos forte. Situada perto de Coimbra, fáceis os meios de transporte e acima de tudo numa praia com uma extensão de muitos quilómetros, donde se aprecia um panorama vasto e formoso, está naturalmente indicada para que seja ela a escolhida. Mas não são só estas as vantagens da Figueira. A uma distância relativamente pequena da praia levanta-se a Serra da Boa Viagem de uma altitude, no ponto mais elevado, de 198 metros (logar da Vela) fàcilmente acessível através uma bonita estrada cujo percurso não excede 20 minutos de automóvel. A encosta sul da Serra, virada ao mar e à cidade, bem arborizada possui bocados em que o vento coado através das árvores que os protegem, mal agita uma fôlha, tão diferente do vento vivo e por vezes violento da praia.

Ao mesmo tempo o panorama que desta Serra se abrange é encantador pela vastidão imensa, pela variabilidade artística e belo colorido contribuindo poderosamente para que quem tiver a dita de o apreciar se sinta bem disposto e ao mesmo tempo agradàvelmente impressionado pela paz da natureza que o rodeia.

Portanto a Figueira da Foz como região marítima deve ter um duplo valor: primeiramente tem o seu clima e a sua praia imensa onde em qualquer local possìvelmente de preferência à entrada dos Palheiros se podia construir um sanatório marítimo; em segundo lugar tem a Serra da Boa Viagem que ao lado do *turismo* que permite, possui na sua encosta sul terrenos onde se podia edificar um outro sanatório que seria o complemento do primeiro tendo a indica-

ção dos casos que no outro fôssem regeitados. Seria uma semelhança ligeira do que se passa em Arcachon: junto à praia estaria o sanatório marítimo que receberia todos os que pudessem suportar sem perigo os vivos ares do mar; na falda da Serra, bem abrigado, estaria o sanatório de inverno, para onde iriam os eréticos, os nervosos, os caquéticos, em resumo todos os que era de recear poderem sofrer com o internamento no primeiro sanatório.

Evidentemente que isto não representa senão uma ideia a qual pode ser regeitada ou confirmada pelo parecer de técnicos após estudo detalhado.

Na escolha do local de um sanatório há que atender a muitas coisas como é fácil depreender do que acima se disse e não é pensando nisto num dia ou numa semana que a questão se resolve.

Recordo aqui as palavras do Sr. Prof. Adelino Vieira de Campos numa sessão do III Congresso de Medicina: «Julius Spengler antes de construir em Davos um sanatório, andou mais de seis anos a pensar no local a escolher, perdendo várias noites a discutir com o cunhado também médico sôbre as vantagens dêste ou daquele local». ¡E no entanto Julius Spengler é em tisiologia uma autoridade de fama mundial!

Aqui fica apenas a ideia; ¡oxalá que um dia a vejamos realizada e que seja com um pouco mais de brevidade que a usada para com o nosso maior sanatório marítimo que 27 anos depois da sua fundação ainda não tinha acabadas as suas galerias de cura!

Augusto Paes da Silva Vaz Serra.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 79.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 8.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

João de Deus, (8-3-1830 a 8-3-1930), por José T. da Silva Bastos. 137
Parisio Cataldo Siculo, por Guido Battelli 189
A rima e a sua acção lingüística, literária e ideológica — Acção lexical da rima, por João da Silva Correia 203
A fundação de Vila Nova de Cerveira, por Luiz de Figueiredo da Guerra 243
Rudolf Stener e a Antroposofia, por Carlos Santos, filho 247

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

EDIÇÕES RECENTES

Nos meses de Março e Abril a Imprensa da Universidade publicou as seguintes edições:

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE — *Livro III dos Brasões da Sala de Sintra.*
Em papel de linho — 120$00.
Em papel «Vergé» — 60$00.

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA — *Historia do Descobrimento, e conquista da Índia*, Edição revista pelo Sr. Pedro de Azevedo.
Vol. III. Em papel de linho — 100$00.
Em papel de algodão — 40$00.

FERNÃO GUERREIRO — *Relação anual do que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610.* Pref. por Artur Viegas.
Vol. I. Em papel de linho — 120$00.
Em papel de algodão — 60$00.

NEWTON DE MACEDO — *A luta pela liberdade no pensamento europeu.*
1 vol.

RENOUVIER — *Últimas conversações,* trad. de António Sérgio.
1 vol. — 5$00.

Á venda na Imprensa da Universidade de Coimbra e nas principais livrarias de Portugal

A venda na Imprensa da Universidade de Coimbra
e nas principais livrarias de Portugal

EDIÇÕES RECENTES

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

JOÃO DE DEUS

(8-3-1830 A 8-3-1930)

É apenas assomar à minha memória êste nome, isento de consoantes duras, agressivas, maviosa trindade com o que quer que seja de ressonância divina, e logo se me descerra um horizonte cheio de luz, um passado áureo donde se destacam homens que eram outros, outras as mentalidades, outros os sentimentos, costumes menos grosseiros, menos vulgares que os de hoje, outras ideias de encanto poético: até os pecados e as pecadoras eram mais galantes mesmo na sua impudicicia...

Diferença dos tempos! Há quási 60 anos esteve em Portimão João de Deus. Velhos e moços apreciavam-no, seguiam-no, interessavam-se pela sua alta inteligência. O mesmo sucedeu com Bulhão Pato e Ramalho Ortigão, vindos anos depois. Publicavam-se então ali quatro jornais que se interessavam pela política e pelas Letras. Hoje, Portimão, cidade, tem apenas um jornalzinho de anúncios, em meia-fôlha: dobrada esta pode meter-se na algibeira do colete. Agora a mocidade só pensa no futebol, em cavalos, e na sardinha que teima em não visitar todos os dias a costa algarvia.

Outros tempos, é certo. E é para êles que se volta a minha saüdade. Quando além, na aldeia de Messines, avisto a janela onde algumas vezes surpreendi o criador das *Flores do Campo*, então na pujança dos seus trinta anos, êsse lugar, ainda intacto de malfeitorias reconstructoras, povôa-se na

minha imaginação dos encantos próprios da meninice, onde tudo é luz, tudo é rosa e oiro, païsagem tôda sonho e que a minha pobre pena malìssimamente pode traduzir...

Nem admira! Nessa aldeia, e nas minhas folgas da escola de Silves, conduzida brutalmente por um mestre primário carantonhento, um carrasco à maneira romana, eu descurava as brincadeiras próprias da idade para quê? Para ir, ao adro da Igreja, contemplar o *senhor doutor*, à sua sacada. Esquecia tudo: só me importava o homem, de quem a Lenda desfiava maravilhas com disparates à mistura. E quantas vezes o vi, num recolhimento profundo de tôda a sua pessoa, olhos vagamundeando pelos campos fóra, sonhando, poetando, sem dúvida, tomando cada aspecto da païsagem para tema dos seus versos. E quem sabe! talvez a sua imaginação se alheasse para o incomparável pitoresco da feiticeira Coimbra que êle poucos anos antes deixára, supondo-se talvez na ponte de alvenaria (que ainda conheci), espreitando ou seguindo os passos do nosso Grande Épico e Lírico, quando êste ía haurindo motivos emocionais de tudo o que observava para os seus Sonetos, para as suas Canções, Quintilhas e Sextilhas, dizendo, como desabafo da sua alma, ao decantado rio que êle sem dúvida tantas vezes mirou, a montante e a juzante:

> Doces e claras águas do Mondego,
> Doce repouso da minha lembrança,
> Onde a comprida e pérfida esperança
> Longo tempo após de si me trouxe cego!

Que outro cantinho de Portugal pode, como Coimbra, ferir ou caldear imaginações de poetas?

A ponte-de-pedra! Mais uma tradição que a feiticeira cidade do Mondego sepultou no olvido, cedendo aos pruridos do Progresso. Calcurreada por estavanadas ou melancólicas gerações de académicos, a poética ponte foi impie-

dosamente demolida em 1873 para dar lugar ao gaiolão metálico, inestético, emmaranhado de rectas de ferro, estúpidamente hirtas, prendendo na sua garra um pavimento estirado de madeira, — documento insulso de mau-gôsto, imposto a êsse e outros lugares do País! Pela outra ponte, a tradicional, transitaram durante séculos massas estudantis, anónimas, mas por ela passaram Camões e Sá de Miranda e quási nos nossos dias Garrett, Antero de Quental, João de Deus, Junqueiro, Monsarás e quantos mais! Ali, João de Deus, acamaradado o seu espírito com o do Épico, e repastado da obra camoneana, respirou indiscutìvelmente a melancolia, tôda a saüdade que ressuma da obra do Grande Lírico do século XVI...

Mas é forçoso voltar às minhas reminiscências juvenis.

Vendo mais de perto o lendário poeta algarvio, tomei-me do encanto que êle a todos inspirava. Para falar da sua pessoa é preciso ter um pouco da sua alma de escol, da sua bondade, da sua simplicidade e até da ironia que nêle assumia por vezes graça muito especial. É com tal tinta simpática, isenta de grosserias e de maldades, que se deve escrever de João de Deus.

Freqüentes vezes o vi eu, como disse, à sacada com os seus olhos de sonho, alheados, olhos que perscutavam teimosamente as regiões encantadoras do subjectivo, compondo talvez os seus melhores versos, muitos inéditos, porque quási sempre o que se pensa e não é confiado ao papel, esvai-se como fumo, perdendo-se, quantas vezes! o melhor de um génio: a música mais sentida e profunda de Beethoven foi precisamente a que êle improvisava, horas seguidas ao órgão, e assim sucedia a Liszt; perderam-se êsses raptos geniais por falta de fonógrafo ou qualquer outro mecanismo de reprodução.

Era visto o nosso Poeta deambulando pela aldeia, agora e logo, entrando nas casas amigas — eram-no tôdas! — para

conversar uns momentos com as gentes simples. Assim o topou o meu curioso espírito na modesta habitação de uma das minhas tias. Sobraçava êle um pianinho-órgão (harmonium-flute, então na voga) e, pela maneira como foi saüdado familiarmente, parece que a sua leve indumentária ia de mal com a quadra invernosa:

> Doutor! Calça branca em Janeiro, sinal de pouco dinheiro!

Era forma pleonástica de dizer!... O Poeta raros ou nenhuns cobres traria na algibeira, e sem dúvida teria em mais apreço um belo conceito de Camões que um milhão de cruzados. E então nesses tempos de idealismo!

João de Deus tocou — e com que sensibilidade encantadora! e depois conversou na mais simples e desenfadada maneira. De repente, sus! desaparecia, como meteóro errante! Desarvorava para casa de outra família com o pianinho sobraçado e levando para lá outro bocado de arte e de conversação afectuosa, lhana, demorando talvez a vista na morena que lhe inspirou os famosos tercetos:

> Maria, ver-te à porta a fazer meia
> Olhando para mim, de quando em quando,
> É o que nesta vida me recreia.

Todos morriam na aldeia, velhos e velhas, moços e moças, pelo sr. doutor, sempre meiguice, sempre bondade com os humildes. Quando, porém, menos se esperava, novo eclipse do astro! Estaria em casa preso pela doença ao leito? Qual! Viera um criado com uma carta e um cavalo ou macho; João de Deus lera a carta, montara parranamente a alimária indo apear em Silves, como hóspede do seu amigo José António Garcia Blanco (primeiro editor, desinteressado das *Flores do Campo*) ou em Portimão, hóspede do seu amigo Domingos Leonardo Vieira, tão desdenhoso do dinheiro

como o Poeta, ou em Estômbar, hóspede do prior, que sei eu!

O eclipse, às vezes, durava dias e dias, e até anos. Novo salto para Silves, para o Alentejo, para a aldeia: todos o queriam como hóspede e conversador incomparável.

Algures, nos diz Bulhão Pato que foi moda há muitos anos, trazer ao peito Alexandre Herculano, em quási devoção, como hoje por convicção ou *snobismo* o é trazerem as damas, como divisa elegante no peito, miniaturas da Virgem ou dos Sagrados Corações — invenção de mestre da genial Companhia de Jesus... Pois também foi moda, nos meus tempos de adolescente, apanhar algum amigo a sorte grande, quere dizer — ter como hóspede João de Deus. E assim a Lenda ía amplificando os méritos do poeta e do homem, quási divinizando-o!

*

Do nosso menino algarvio se sabe que o baldearam para Coimbra, com o fim de se preparar para a formatura, na Universidade. Lá venceu os preparatórios, ao tempo ainda não abarrotados de sciência que hoje os torna quási um curso definidamente superior; passou depois à Universidade, mas não se afadigou nem se ralou, e parece que às solicitações de condiscípulos e admiradores, alcançou trôpegamente a sua formatura, ao cabo de dez anos — a duração do *cêrco de Tróya* — como pitorescamente a definia aos amigos.

Para quem conheceu a Universidade, e observou como ela pontificava há cinqüenta anos, sessenta e mais, o caso da formatura de João de Deus é problema algo bicudo, dos menos fáceis de resolver. Nesses tempos em que a empáfia doutoral era soberana, cultivando tradicionalmente uma pedagogia jesuítica, retrógrada, bafienta, escórada no Fôro Académico, pedagogia que punha os estudantes, conside-

rados como meninos de aulas primárias, a uma distância respeitável dos Professores, fazer versos, escrever artigos para jornais, cultivar em suma as letras e as artes, levar vida boémia, eram atrevimentos imperdoáveis, constituindo, por tanto, desacato ou irrespeito imperdoável à majestade doutoral, à seriedade da Cátedra, à disciplina académica. Sôbre tais libertinos païravam inflexìvelmente os *R R* e as reprovações. Faz versos? Faz artigos para jornais? Leva vida folgada? *Ergo*, concluíam os senhores Lentes, pitadeando mazorralmente, não estuda o compêndio! Vais receber o devido castigo. E lá vinha o *R*, ou a carga máxima — a reprovação. Tiveram *R* no 5.º ano João Penha — o que valeu à poética portuguesa um dos seus mais célebres e cáustico sonetos — e outros poetas que afinal deram lustre à Universidade precisamente por serem homens de letras. Para a chusma doutorada estava sempre de pé o dilema: ou engolir *as fézes de velhos compêndios* (na frase pitoresca de Eça de Queirós) ou *rua!* Aqueles cérebros não viam mais longe!

A ausência de cultura geral, mediana ou superiormente humanista nos doutores desses tempos só pode definir-se sob estas justas palavras: — uma coisa supinamente lamentável! Apontava-se, como excepção extraordinária — e talvez extravagante, no conceito dos arrogantes senhores do capelo e borla —, o dr. José Falcão que, se não era uma humanista, no sentido rigoroso do termo, possuía grandes conhecimentos fóra do círculo matemático, em que era profundo, e distinguia-se precisamente por uma cultura variada que os colegas mal sabiam apreciar, dada a inópia e o vasio dos seus cérebros. As quais cabeças ôcas se vingavam da sua crassa incultura castigando eliminatòriamente os rapazes de letras, mòrmente se os apanhavam tímidos, receosos ou fracos, *estendendo-os* com artimanhas verbalistas, coisa sempre fácil para o Lente, *na mó superior do moinho*. E quantos douto-

res não sossobrariam invertendo-se os papéis, passando êles para a mó de baixo e os examinandos para o plano superior?!

Mas voltando a êsses tempos de prosápia professoral:

Como explicar então que João de Deus, poeta, boémio de espírito, eterno sonhador, inimigo mesmo da *sebenta*, conseguisse formar-se em Direito, singrando por entre os Lentes de *tipo fradesco e bruto*, sem que estes lhe promovessem naufrágio? Por que milagre se deu uma aberta no seu critério teimosamente fechado à Poesia, à Arte, ao Belo, em suma?

O facto só pode explicar-se pela irresistível simpatia que João de Deus inspirava a todos os que caíam no seu trato. Simpatia, talento ou génio, bondade, despretenção, êsse quê de elevada espiritualidade que se impõe mesmo aos menos favorecidos de cerebração, nem tanto era preciso para ganhar amizades, dedicações e admirações que nem o tempo conseguiu dissolver. Não esqueça a Lenda que o acompanhava desde criança e a amizade de companheiros de casa e de condiscípulos, alguns dos quais foram ainda seus professores: Barjona de Freitas, por exemplo. Êste não era bruto nem tinha o tipo fradesco, e não pouco censurado foi por ter dado um pouco de ar liberal à Universidade, tratando familiarmente os seus discípulos. Quando quiseres que te chame — disse um dia a João de Deus — previne-me.

— Pois sim!

João de Deus não mais pensou em tal!

Como se comportava êle nas lições? Naturalmente tomando qualquer frase do compêndio, como tema para divagações; mas... era João de Deus, e o Lente não arriscava sempre a terrível advertência do estilo, quando o estudante excentrava do texto:

— Cinja-se ao compêndio! Cinja-se à lição!

Colhe-se na tradição — e desta se fêz eco o poeta italiano

António Pádula, no estudo comemorativo do centenário de João de Deus que devo à sua obsequiosidade, — uma atenção do Lente dr. Vicente Férrer, com o nosso poeta, consentindo-lhe excepcionalmente o ler uma linha do compêndio feito por êsse professor, e falar sôbre ela a hora inteira. O severíssimo Lente, se é certa a tradição, fê-lo, sem dúvida, pelo alto merecimento do discípulo; até os condiscípulos, admirados *daquela profanazione e com grande giubilo del dotto professore... che ammiró il talento originale, spontaneo ed audace del suo discepolo* quási não queriam acreditar no espectáculo ináudito nos anais universitários.

Isto explica, sendo assim, o milagre da formatura...

Por fim — a conclusão do Cêrco de Troia — isto é, a formatura do Poeta. E aí vai João de Deus a caminho de casa, depois de ter passado ainda alguns tempos em Coimbra, fazer o quê? Êle não fôra talhado para a acção, para a luta...

À roda dessa formatura, atribuía a lenda local, ao pai do nosso Poeta, êste desconsolador desabafo: — Tenho dois filhos: um é *doutor-burro,* outro é *burro-doutor*.

Burro-doutor? Que espécie era essa ainda hoje tão vulgar, mas que Pedro José dos Ramos desconheceria, nesses tempos em que por dificuldades de comunicações, Coimbra com os muitos burros que ela anualmente deita cá para fóra, constituía nos confins do país quási um mito?

O burro-doutor vinha a ser um irmão de João de Deus, António Pedro Ramos, tipo curioso de boémio aldeão. Era um falador incansável, esperto, arguto, iletrado, mas com uma lábia que causaria inveja aos mais afamados fraseólogos vindos lá de Coimbra! Moinho de palavras, sem dúvida, mas a que não faltavam acêrtos. Que belo advogado chicaneiro ganharia o Fôro, se a bolha o tivesse levado à Universidade! Quantas vezes o ouvi palrar, ainda de madrugada, cortando-me fragorosamente os sonos! Não tinha letras, mas que

importava isso a quem encontrava na sua cabeça soluções para os casos dificeis?! Dava conselhos aos campónios a dois dedos de confiarem aos tribunais as suas queixas contra vizinhos esporeados por as sempiternas disputas nascidas de partilhas de águas de rega ou servidões invadidas de má-fé. E António Pedro palrava, discutia, e agora um copinho de aguardente, e uma réplica ao pobre argumento do queixoso, e vá lá outro copinho, com o competente conselho; e mais outro copinho, e assim conseguia abrandar as fúrias do teimoso. E a final o burro doutor lograva trazer os demandantes à concórdia, desviando os seus aconselhados das garras forenses e conseqüentes custas fatais nos pleitos em Juízo. Se lhe davam alguns cobres aceitava-os, mas nada pedia aos labrostes seus consulentes de ocasião. De maneira que o palrador, sem letras, tinha afinal espírito prático, o que não sucedia ao irmão. Como temperamento, o avêsso do doutor.

Ah! Esquecia-me dizer aos vindoiros que eu vi — como isso vai longe! — João de Deus advogar, em Silves, pela primeira e única vez. Assisti a essa audiência — uma festa para os olhos e para os ouvidos, está claro, dado o prestígio do Poeta.

O advogado, contra a praxe, falou, ou antes conversou... sentado. Em certa altura, porque o sol ia demandando o poente e lhe fizesse pirraças nos olhos, pediu ao oficial de diligências que ajeitasse os batentes da janela em posição favorável. O crime do réu parece que não era de costa-acima. A naturalidade persuasiva do advogado, o à-vontade da exposição, a graça despretenciosa no discorrer, ganharam ao criminoso a absolvição. A defesa foi gratuita, excusado será dizê-lo; mas João de Deus não mais advogou.

Hóspede de Garcia Blanco em Silves, o Poeta encontrava-se com os seus amigos nas lojas daquela cidade; os amigos faziam-lhe roda para gosar o encanto da sua palestra. Já então com os meus 14 ou 15 anos pude observar

melhor a lendária personagem. O seu tipo de Semita ou de Beduino cepilhado pela civilização europeia excentrava do vulgar: olhos grandes flutuando em perpétuo sonho, nariz aquilino, constituiam um rôsto que se destacava à simples vista, — questão de avitismo, talvez, sabido que no Algarve predominou o Berbére e o Moiro. E sem dúvida João de Deus foi, etnològicamente, um exemplar representativo da província algarvia. Devia contar por essa época uns trinta e dois ou trinta e quatro anos. Dá bem a ideia do João de Deus de então — ou *antanho,* diria um nosso pescador de obsoletismos — um retrato seu, de capa e batina, tirado em Coimbra: cabelo escuro, farto, pujante, barba mediana, belos olhos de uma expressão meditativa, sonhadora: um todo suave e que permite adivinhar uma alma imcompatível com ódios e talhada para o amor. O Poeta e meu pai conheciam-se e estimavam-se, o que me valeu receber dele uns rudimentos de música e da língua francesa. Poucas foram as lições: pois se o Poeta andava quási sempre de empréstimo por casas de amigos e admiradores! Alguém me asseverou que o Poeta compusera uma elegia alusiva à cecidade de meu Pai. Se assim foi, perdeu-se, como muitas outras poesias, ou por acaso de qualquer pé-de-vento ou por ignorância bronca de criados para quem as tiras de papel com letras seriam coisas sem valor, dignas da vassoirada para o quinchoso ou para a rua.

*

Aí por 1868, dois candidatos a deputados lutavam no circulo de Silves com sanha ferina pelo paraiso de S. Bento, mas os arúspices eleitorais previam derrota para os dois galos. Consultaram-se então sôbre o caso os travesseiros e estes aconselharam um nome de estrondo. Que nome? O que andava na bôca de tôda a gente — João de Deus! Para messias não lhe faltava a bondade. Mãos à obra: o sebas-

tianismo nacional não abdicava os seus direitos; numa volta de urnas surgiu eleito o Poeta. Estavam servidos os algarvios! João de Deus deputado, a creatura mais avêssa às coisas práticas da vida, aos negócios, o feitio mais rebelde ao prosaísmo da política, às cabalas do Parlamento, o homem para quem o dinheiro e honrarias alcançavam medíocre estima ou importância nula! Mas as urnas tinham falado, e havia de ter-se em conta o facto imperativo, a vontade popular. E toca para Lisboa, para S. Bento: a desilusão não tardaria...

Já então na capital, cumpria-me visitar o *meu deputado*, como era da praxe. E aí vou eu à Rua dos Douradores em cata da Pensão onde o improvisado político se hospedara. Creio que, como cumprimento, disse quaisquer banalidades e coisas campanudas sob a influência de Hugo — bons tempos em que o oiro falso da prosa dêsse grande astro me transtornava o miolo! frisando naturalmente o milagre de uma eleição levada a cabo num abrir e fechar dos olhos. Foi nesse momento que lhe ouvi a primeira de uma série de anedotas, num convívio de mais de trinta anos. Fitando-me, depois de escutada a minha loquela arrebicada, e com êsse leve sorriso que era nêle uma lição ou uma ironia:

— *Admiro-me muito de que Deus tivesse feito o mundo em seis dias; mas, olhe, ainda mais me admira que os nossos patrícios me tivessem feito deputado em três!*

Era como se pensasse:

— A que portas vocês, caros patrícios, vieram bater!

Sucedeu o que era de esperar: João de Deus foi duas vezes, se tanto, à sua câmara; não mais pôs lá os pés. Podia lá o seu feitio compatibilizar-se com as comédias parlamentares, esgrimições postiças, rancores de parada, fictícios, pois que os competidores acesos em fúria teatral lá dentro, se abraçavam cá fora, no espanto homérico dos ingénuos eleitores, pobres diabos que com os seus votos haviam triunfado,

à custa de lutas encarniçadas, a tiro ou a cacete, como razão do mais forte, criando ódios que, nas províncias, nem os anos decorridos amansavam ou atenuavam. Eram eles que haviam levado os seus eleitos àquilo que na lingüagem hipócrita do tempo se chamava emfàticamente o *seio da representação nacional.* O qual seio vinha a ser simplesmente isto: uma feira de vaidades, de vorazes fomes de emprêgos, de altos cargos, e de chorudas conezias à mesa do elástico orçamento.

Era impossível que João de Deus, a abnegação, a delicadeza, o desinterêsse em pessoa se afizesse a uma tal feira, a tal atmosfera de negócios escuros e de intrigas. *Eles arranjavam-se* — bem o sabia o deputado algarvio. Talvez não desconhecesse o caso típico de um nosso patrício que, anos atraz, empregára tôda a espécie de influências e traças para que as urnas o declarassem deputado. E conseguiu-o. Chega o procurador dos interêsses algarvios a S. Bento, e ainda mal se instalara na sua poltrona deputacial arranja por sua indústria e artes um logar de recebedor ou coisa assim no Algarve. Ei-lo a largar barcos e rêdes e a ir amesendar-se na recebedoria, explicando a sua atitude aos ingénuos eleitores nestes cínicos têrmos:

— Meus amigos: neste mundo, *ego, ego, et semper ego!* Como vocês talvez não saibam latim, venho a dizer: *Eu, eu, e sempre eu!*

Eles *arranjavam-se;* mas João de Deus não tinha feitio para as espertezas da época. *Eles é que são os espertos; nós não passámos de uns tolos chapados!* Esta frase característica ouvi-lha eu numa das nossas primeiras conversas, em Lisboa. Que o Poeta não se convertia à filosofia esperta do tempo, bem o provam os seus anos de inópia, de quási miséria. Castigou-se voluntàriamente, mas cultivava então um nobre ideal — a propaganda do seu *Método de Leitura.* Concebera-o e ia-o experimentando em analfabetos de variadas

espécies mentais, uns estúpidos, outros que, nas escolas primárias se haviam mostrado durante anos sucessivos rebeldes ao *a, b, c.* As experiências não falhavam. Dizia-me um dia, com santo contentamento, que solicitára de um seu amigo, capitão da Guarda Municipal, o ensaiar o *Método* nos analfabetos da sua companhia. Concedido; mas o capitão acrescentou:

— Se V. fôr capaz de ensinar a ler um soldado que lá tenho, o 74, digo-lhe que V. não é João de Deus, e sim o próprio Deus.

Ora, o tal 74 era dêste jaez: Preguntava-se-lhe, por exemplo, quantos braços tinha? Resposta:

— Sete!

— E pernas?

— Nove?

— Qual a tua mão direita?

O pobre diabo fazia sarilho com ambas as mãos, não adregando de pronunciar-se pela esquerda ou pela dextra.

Pois o 74 conseguiu aprender a ler sofrìvelmente e João de Deus contava êsse resultado da sua experimentação, como um dos melhores argumentos a favor da sua *Cartilha Maternal.*

Mal imaginava êle as tempestades que o esperavam!...

A fama do *Métodо*, já pelos ensaios feitos nas escolas, já pelas referências da imprensa periódica chamou naturalmente as atenções do público. Citavam-se as maravilhas da experimentação nas crianças, como nos adultos, particularmente. Não foi preciso mais nada para se desencadear uma pavorosa tormenta causada por barrigas em vésperas de vacuïdade, e que se tornou célebre, sob polémicas acicatadas por interêsses a caminho de naufrágio. Com efeito, acordaram do seu sossêgo e rendoso sono os autores de métodos de leitura mais ou menos absurdos, mas todos torturantes para os cérebros infantis ou adultos. Os interêsses feridos ergue-

ram-se de chofre em grande celeuma, ferozes, ameaçadores, de lança em riste para uma acometida que deitaria por terra, miseràvelmente vencido, o impertinente inimigo, de peito feito para desmanchar a igrejinha a que eles tinham bem colados os seus benefícios. Entre injúrias e inépcias atiravam-se ao novo e intrometido método com a sanha de Santiago à vil moirama. Pretendia-se reduzir o inimigo pela fome. Socorriam-se, está claro, de uma lógica sediça, de uma argumentação de tendeiros iletrados, demonstrativa de supiníssima ignorância em matéria de alta pedagogia e por entre as malhas da qual se enxergavam as barrigas prestes a *dar horas*. O poeta, agora pedagogo por intuïção e por necessidade (não o tentavam as altas culminâncias da Pedagogia), respondia aos ataques, umas vezes sereno, com bonomia, logo irónico, embora com paciência; mas se o ataque resvalava para a brutalidade, para a insolência soez, então lançava mão da arma zombeteira, sarcástica: os próprios santos muitas vezes saíam da sua paciência para a invectiva fulminante, e até para a persuassão a murro... E o Poeta continuava imperturbàvelmente na sua missão ensinando o seu Método aos professores primários dos dois sexos para êsse fim comissionados pelos respectivos municípios. A sanha dos interêsses feridos desbordava com a violência de catadupas. Cada vez mais feros e carniceiros, já descontavam uma vitória que estrondearia por tôda a terra portuguesa.

Quis experimentar, por mim próprio, as vantagens do Método ensinando-o a umas parentas minhas, de Messines, bêrço do Poeta, mas sob o compromisso de uma conta exacta, sincera, desapaixonada das experiências, esquecidas por um pouco as maravilhas da *Lenda* que jàmais desacompanhou João de Deus, na sua terra natal. *A verdade — só a verdade!* Daí a pouco recebia informações pormenorizadas, seguras, dos resultados conseguidos. Eram de uma simplicidade comovedora! Homens e mulheres que haviam passado até

anos sucessivos nas escolas aldeãs choravam de alegria decifrando as letras, os nomes, as palavras que para eles tinham ficado como enigmas escritos em sâncrito ou chinês ou grego. As experiências por minha parte concordavam com aquelas informações.

O Método tem sido atacado com razões de má-fé ou falhas de peso, o que as põe naturalmente fora de discussão. Acaso algum crítico de reconhecido valor mental o tenha discutido, mas salvo o respeito devido à pessoa, os seus argumentos, alguns formulados cruamente, atingem o que quer que seja de puéril.

A guerra que então se movia à Cartilha não tinha por base argumentos de sã pedagogia, e sim um baixo interesseirismo, por tanto, inaceitáveis; e triste é confessá-lo: até editores inteligentes — não eram nesse tempo muitos, mas no grupo se destacava David Corazzi — se negavam à edição da *Cartilha Maternal*, convencidos talvez de que ela não suplantaria os métodos ramerraneiros adoptados e sustentados oficialmentos.

Fê-lo um certo abade do norte, mas com provada má-fé. Por fim, o Poeta associou-se para a impressão e propaganda da Cartilha com o bacharel João da Costa Terenas, e nesse propósito foi o Dr. Zeferino Cândido espalhá-la pelo Brasil, por meio de conferências nas diversas províncias do Império, hoje Estados, sob a esperança de se alcançar a propriedade exclusiva da obra, se possível fôsse. Empresa impossível: também lá havia que contar com interêsses locais, criados e medrados à sombra de influências políticas. João de Deus que me encarregara de apurar essa questão, no Rio de Janeiro, com o Dr. Zeferino Cândido, soube mais tarde da minha bôca os pormenores desconsoladores, abortivos da tentativa.

A antiga livraria-editora Bertrand — *os meus amigos e honrados livreiros-editores Bertrand,* assim os caracterizava

sincera e honradamente Alexandre Herculano — tomou a seu cargo a empresa, sob a influência de Mendonça Cortez. Facilitou-se ao autor o capital preciso para a rescisão do contracto com o sócio Terenas; a livraria financeou o método até embolsar, por meio da venda da obra, o capital adiantado.

O autor, quite com a Livraria Bertrand, passou a publicar, de sua conta, o Método na Imprensa Nacional. Vieram-lhe assim dias de mais desafogada situação. Já não era sem tempo.

*

De 1878 até à morte do Poeta com êle convivi. Pude apreciar então bem de perto um dos espíritos mais originais, mais subtis, uma das inteligências mais lúcidas, da nossa pátria, onde os deuses das letras não resistem geralmente a dez anos de veneração.

Tratei com vários políticos e homens de letras mais na voga: daqueles conservo mediocre ou banal impressão; dêstes, só dois vincaram fortemente na minha mentalidade — João de Deus e Oliveira Martins. Vincou o nosso Poeta pelo seu lirismo muito nosso, herdeiro do lirismo camoneano, além das qualidades de intuïção, verdadeiramente raras; vincou o nosso historiador, ou antes o nosso crítico da história portuguesa pelo seu caudal de ideias, por vezes tocadas de rara intuïção — pondo de parte o seu autodidactismo de carácter um tanto precipitado.

Na intimidade, João de Deus passava do sublime ao comezinho; vibrava tôdas as cordas da sensibilidade humana e fàcilmente descia de um conceito sublime — quando à vontade entre amigos — à graça garota e à liberdade escatológica. Ao acaso da conversa despretenciosa o seu espírito alava-se às regiões mais complicadas e nebulosas da Ideia, e aí a sua intuïção que excedia e muito os limites da perspi-

cácia, realizava prodígios de dialéctica, deixando-nos singularmente confundidos. Nós sabíamo-lo hóspede em literaturas, nacional ou estrangeiras, hóspede em filosofia nossa ou de além-Pirineus, não porque não fôsse capacíssimo de entendê-las, de aprofunda-las, mas porque obedecia ao *categórico imperativo* de um temperamento avêsso à erudição, — inimiga da criação poética. Poesia e erudição são antagónicas; esta, senão mata a poesia, pelo menos definha-a; o saber paralisa a cada momento a actividade, atrofiando a faculdade emotiva. Mas, coisa curiosa! Entrasse-se na discussão de quaisquer postulados mais na voga forrageados em Kant ou em Schopenhaeur, João de Deus, enrolando distraídamente o cigarrinho, fixava a sua ideia no postulado, discorria, discorria sem o menor prurido pedantesco, viajava subtilmente à roda do assunto, soltando as asas à sua faculdade devinatória, deixando-nos quási assombrados. Aonde diacho iria êle colher ideias que tinham todo o geito de cavilações filosóficas? Leria êle filósofos alemães, ou franceses ou ingleses, em segrêdo? Como assim, se raras vezes saía de casa, se a sua livraria era de uma pobreza franciscana?! Tínhamos então de admitir no poeta um instinto singular de adivinhação, uma riqueza cerebral capaz de realizar maravilhas de dialéctica, uma qualidade, um potencial de espírito que sem esfôrço e ràpidamente alcançaria penetrar aonde só as inteligências previlegiadas logram subir a poder de continuada meditação. Bem certo é que foi a intuïção, o génio intuïtivo, a riqueza excepcional do intelecto que lançaram os fundamentos dessa filosofia helénica, ainda hoje tão admirada, quando ainda a experiência não proporcionara as melhores bases à especulação sôbre a causa das causas.

As leituras do nosso Poeta, bem o sabíamos nós, reduziam-se à Bíblia, onde há de certo muita coisa admirável, muitos problemas abertos à exegese, e, à obra épica e lírica de Camões, aos sermões do P.e António Vieira e... pouco

mais. À nossa literatura clássica dedicava uma limitada consideração, e não foi sem um tal ou qual espanto que lhe ouvimos uma vez êste juízo sintético:

«No mar imenso dos clássicos portugueses salvam-se apenas dois: um pelo seu grande génio — Camões; outro pelo seu grande talento — Vieira».

Podem salvar-se alguns mais, caso a que não cabe aqui discussão. É certo que, apresentado a Herculano algum aspirante a literato, poeta ou prosador, o nosso historiador, na sua frase chã, quantas vezes rude mas sempre honrada e sincera, tinha a cuidação (surripiei êste vocábulo em Duarte Pacheco, no seu *De Esmeraldo Situ Orbis* muito cabeleira de rabicho e faim, catita, não é verdade? Volto porém ao uso corrente) tinha o cuidado de lhe aconselhar esta terapêutica:

— *Estude bem a nossa língua; tome caldos de Vieira; não se esqueça: tome muitos caldos de Vieira!*

O que não supõe desconselho dos caldos de Bernardes, de Frey Domingos Vieira ou de Frei Tomé de Jesus...

O génio todo espontaneidade de João de Deus levava-o a não simpatisar com a prosa recamada de artifícios. Êle queria o estilo simples, desafectado, despido de atavios desnecessários, inúteis; naturalidade, sempre naturalidade. De acôrdo, objectavamos nós, com tanto que se não confunda naturalidade ou espontaneidade com mediocridade, e, muito menos, com vulgaridade. E citei-lhe, por desenfado, certa carta de uma criadita ladina, bem-escrita, pois nem pecava mesmo por entorses na gramática; tivera instrução primária num convento; nem lhe faltava graça no dizer, podendo até passar por modêlo de epistolografia correntia, simples. Com tudo, tal missiva não pediria meças à melhor epistolografia, não ousaria confrontos com as dignas cartas — um tantito pedantes — da senhora de Sevigné, ou ainda menos com as pujantes cartas de Cícero, nem comparar-se — diríamos hoje

— com as epístolas tersas da «Correspondência de Carlos Fradique Mendes». Passar porém do bem escrito para o rebuscado, para o pretencioso, para a lantejoilação afectada da prosa, semeando-a de *epítetos raros*, obsoletos, trincolejantes, no propósito de lhe dar novidade, na ânsia de fazer abrir a bôca ao burguês, aos ingénuos, supondo-se estes ao pé da fonte pura e limpa é cair no vício contrário. Tal prosa denuncia afectação, cheira a *postiço*. Poucos anos passados, e logo o bom-senso fará a devida justiça à originalidade fictícia do escritor...

Ponto que às vezes caía no campo da discussão:

— Como havemos de estimar a prosa, a boa prosa?

— Querendo simplesmente que ela seja máscula, viril ou delicada consoante a exigência do assunto; copiosa em ideias — o que não sucede à nossa prosa seiscentista, aliás exuberantemente verbalista; flexível; com rítmo, ou musical cadência; e expressiva, cheia de gradações sublimes, sem desrespeito à lógica; rica de conceitos, palhetada, mas longe de preciosismo, envolvendo nas suas malhas bons pensamentos, por maneira que estes pareçam novos; prosa grácil, ondulosa na contestura dos períodos, de feição que nos possa dar uma tal impressão de sonoridade, de harmonia, de invulgaridade até que venha a final a soar como poesia, a parecer-nos *poesia*. A prosa de Renan, por exemplo: é seductora pela sua naturalidade, maleabilidade, fluência e serenidade ática, conservando-se com tudo dentro do seu século. Não se escreveu no século XVIII como se escreveu no século XVII, nem nêste como no XVI. Nem Renan nem os escritores do seu tempo foram ao rabisco nas prosas de Rabelais ou de Montaigne para apanhar o termo raro, a lantejoila pitoresca, a chinesice; nem ingressaram na selva brejeira de Brantome para caçar o epíteto, guloso, obsceno, mais ou menos disfarçado; nem recorreram à guarda-roupa das idades pretéritas para envergar casadas de seda, calçar

meias de tecido finíssimo e sapatos de fivela, não esquecendo na algibeira o clássico *cebolão conta-horas*.

É certo: Camilo recorreu a êsse arsenal de que êle conhecia todos os desvãos e escaninhos; mas o tempo fará — se não o tem feito já — ao processo literário a merecida justiça. A prosa de Eça de Queirós é uma *prosa que ficará*, precisamente pela sua sobriedade e pelo seu *actualismo*. A prosa a estadear-se com guisos e atavios multicôres, com roupinhas tomadas de empréstimo ao bricabraque da lingüagem caída em desuso, empregada por escritores há muito jacentes nos seus túmulos, terá pitoresco, mas... sôa a sino rachado; é falsa. O processo por fim de contas é fácil: basta fariscar em Camilo, em Bernardes, em Frei Luís de Sousa, nos escritores que nos revelaram a Índia, e nas cartas do próprio Camões onde não falta escatologia bréjeira...

João de Deus, todo espontaneidade e desartifício, imprimia o seu critério de naturalidade à sua pouco abundante prosa; mas, no fundo, era todo emoção limitando-se a ser, e ainda bem! aquilo para que a natureza, a sua sensibilidade o fadaram. Lendo-se tôda a sua obra poética sentimo-nos penetrados de um perfume racial de camoneanismo encantador; mas não deve confundir-se êsse perfume com propósitos de imitação ou parafraseação de conceitos alheios; como se não deve confundir a *toada* própria de uma época, na música, como na poesia, com imitações mais ou menos hàbilmente disfarçadas. No famoso soneto: — Foi-se-me pouco a pouco amortecendo... — é transparente a toada melancólica do Poeta que escreveu o perdurável soneto: — Alma minha gentil que te partiste..., mas nenhum dos seus versos imita ou parafraseia ou decalca os dos sonetos camoneanos. A *toada* da música alemã, característica do século XVIII-XIX não deve tomar-se como estando apostados Beethoven, Mozart, Bach, e Haëndel a copiarem-se uns aos outros. De certo que João de Deus era profundo admirador do grande lírico e épico, e

proclamando num dos seus versos: — *Camões é a poesia,* deu a medida da sua admiração. Admirador, mas não *servil;* o seu poder emotivo, o seu caudal de sensibilidade, dispensava-o da imitação, do travestimento banal.

*

E será de mais dizer que essa obediência ao próprio temperamento, à espontaneidade deu êste resultado: é que em vão se procuraria na lírica de João de Deus laivos de choraminguice lamartiniana, a expressão desbordante de um Musset, denunciativa de abusos do alcool e de frenezis de alcôva; uma técnica meticulosa a descambar em pretenções de escola — *Parnasianismo, Simbolismo,* acusando perfeição métrica, combinações exóticas de sons, mas com afastamento da naturalidade e prejuízo da emoção? O lirismo de João de Deus tem um cunho muito nosso. A sua técnica é simples, oposta a verbalismos de vacuïdade sonorosa, balda em que os Românticos foram excelentes cultores, desdenhando os valores no sentido da pureza espiritual. Quando o pensamento no poeta se mutila voluntàriamente ou se tortura para chegar a um ideal — o da perfeição absoluta da forma — é contar com um artifício que se denuncia por manifesta pobreza de seiva, por uma tal ou qual secura na fonte da melhor poesia — o Sentimento.

O valor, o principal valor da obra poética de João de Deus consiste precisamente na ingenuidade, no desartefício da sua fonte — a emoção. Comparada a sua poesia com a dos trovadores que o precederam em Coimbra, como destaca a sua graça, frescura, riqueza lírica, saídas puramente da alma popular!

*

A emoção em João de Deus não ressumava apenas dos

seus versos, muitos dos quais encantadores; era fonte tão viva, tão copiosa que à musica, — e desta possuia pouco mais do que os rudimentos, imprimia uma expressão de extraordinário encanto. Ainda recebi em Coimbra ecos da admiração que aos amigos e companheiros das passeatas nocturnas causava a maneira como o Poeta dedilhava a clássica viola de arame, a esquecida banza em que José Doria legara tradições inolvidáveis. Com a lenda que o acompanhava e com a poesia que a ambiência coimbrã dá, de noite, aos sons da guitarra, encanto que tem o que quere que seja de mágico, imagino bem como seria grande essa emoção! Anos mais tarde, se acaso topava um violoncelo ou um piano e lhe arrancava quaisquer sons por desenfado, tínhamos a ilusão de que tais sons eram diferentes, especiais, não confundíveis com os que, nas mesmas circunstâncias, qualquer curioso ou artista lhes arrancaria. Em Lisboa ouvi-o uma vez executar no piano, por desenfado, qualquer lição ou exercício do Método Hunten. Pasmei! Como essa frioleira adquiria um valor, um tom expressivo, qualquer coisa de inédito, de diferente sob a sua dedilhação! Aquilo vinha sem dúvida lá muito de dentro, do íntimo da alma, das raízes profundas, misteriosas da sensibilidade; e agora compreendo que o próprio Liszt, o gigante do piano-forte, o *briseur de pianos* como o definia a invejosa e venenosa Clara Schumann, aquele de quem Saint Saëns, ouvindo-o já velho dominar o instrumento com o verdor dos 30 anos exclamava: *c'est a decourager tous les pianistes!* agora compreendo, dizia eu, que o próprio Liszt, quando Chopin dava às suas composições pianísticas essa poesia doce, dolente, nostálgica sonhadora de que raros conseguem dar apenas um arremêdo, lhe seguisse, debruçando-se sôbre o teclado o dedilhar com louvável inveja. O melhor piano, porém, tinha o Chopin, o romântico pianista e compositor lá dentro, muito dentro, muito no íntimo, nas fibras da sua alma, nos recessos da

sua sensibilidade acutíssima, agravada e cruciada pela tuberculose e pelos caprichos, ora cruéis ora quizilantes, da George Sand, essa escritora verbalista, pletórica, hoje em fama decadente, a eterna sensual, pertinazmente de candeia às avessas com a virtude...

*

Muito triste, *a popularidade,* no conceito de João de Deus. Triste e secante, desvirtuadora dêsse pudor que os homens de elevado merecimento desejariam conservar intacto, isento de profanações. Com tudo foi essa popularidade, acompanhada da Lenda formada em volta do seu nome, desde criança, e em volta da sua obra, de qualidade superior à quantidade, que explicam a apóteose que o Poeta gozou serenamente, com os pés quási a levá-lo à sepultura, no seu 65.º aniversário. Porque essa homenagem a João de Deus teve o carácter de uma consagração retumbante, de verdadeira apoteose. Do livro que o Dr. Teófilo Braga coleccionou sob o critério do «encadeamento psicológico representando fases da alma, nas fases ascencionais do sentimento», livro publicado sob o titulo *O Festival de João de Deus* soltam-se os ecos múltiplos da explosão sem par da alma portuguesa e, particularmente da mocidade académica. Milhares de estudantes da capital e das províncias; membros do Professorado em todos os seus graus; representantes de classes populares, comerciais e industriais; individualidades da política, das letras, das artes — tudo acorreu à morada do Poeta, em romaria de espontânea homenagem para o saüdar no *seu centenário,* como êle baptisou pitoresca e àticamente irónica, a estrondosa e jàmais igualada manifestação. De todos os centros de Lisboa, de todos os cantos do País surgiam artigos de consagração, eminentemente laudatórios, já nas revistas literárias ou scientíficas já nos jornais de tôdas as parcialidades políticas, com uma unanimidade de apreciação

e sentimentos, com uma espontaneidade nos louvores que a todos impressionavam.

Foi o dia 8 de Março de 1895 o grande momento da consagração do Poeta. Sabido é que o Chefe do Estado foi pessoalmente a casa de João de Deus para o saüdar e condecorar com as insígnias da Ordem de S. Tiago, galardoantes do mérito scientífico e literário. Fôra o Rei D. Luís muito cioso em conferir êsse galardão, não abdicando da sua iniciativa para premiar o merecimento de quem se distinguia na espécie literária, artística ou scientífica. Não pululam em Portugal os génios, nem todos os dias cai o aniversário de homens considerados estrelas de 1.ª grandeza no céu da Intelectualidade; mas Alexandre Herculano, para não falar de outros — não muitos — vultos notáveis das nossas letras, foi visitado particularmente, é certo, mas na maior intimidade por D. Pedro V, como recebeu constrangido, em Vale de Lobos a visita do Imperador do Brasil. Visitas particulares: visitas não caracterizadas por estrondo oficial. O caso omisso tem uma desconsoladora explicação na inadvertência dos governantes absorvidos pelas misérias da Política — no sentido pejorativo do termo — agravada pela ausência de cultura em muitos dos seus coribantes. *Quem não sabe a arte não a estima* — uma das verdades que o nosso Épico espalhou pelo seu poema. Para o político profissional, só a Política é que contava; as letras, as artes eram coisas frívolas, de somenos importância; e ainda hoje sinto o espanto que me causou a declaração espontânea de um político, director de um dos jornais mais considerados de Lisboa, confessando-me por entre o ruído da apoteose a João de Deus, não ter feito ideia de que êste poeta compuzesse *tão bons versinhos.* (Bons versinhos ainda era favor. E êsse político era formado por uma das faculdades mais sérias da Universidade de Coimbra!)

O tema da visita do Rei D. Carlos ao Poeta deu lugar

às variações mais singulares que é possível imaginar no campo da informação periodística. Seria até motivo para um livrinho de carácter anedótico e divertido, por tal maneira se mostrou fértil a imaginação besbilhoteira, desentranhando-se em pormenores, uns de pura fantasia, outros em que o bom-senso e a verdade sofriam tratos de polé.

Volvidos 34 anos, posso hoje, consultando as *Minhas Memórias*, aproximar-me o mais possível dos limites da fidedignidade.

As minhas relações pessoais com o conselheiro Carlos Lôbo d'Ávila, jornalista tão distinto como orador parlamentar de verdadeiro recorte à moderna — fortificadas no nosso convívio com Oliveira Martins, — permitiram-me aborda-lo e sondá-lo sôbre o tema de uma homenagem *oficial* a João de Deus, coisa de que se falava em termos um tanto vagos. Amigo pessoal do Monarca, Lobo d'Ávila, espírito perspicaz, finíssimo, compreendia bem o que uma homenagem dêsse jaez podia trazer de acréscimo à popularidade do Rei.

No decurso da nossa conversação, Carlos Lôbo d'Ávila, desprotocolarmente preguntou-me:

— Que lhe parece que se deva dar a João de Deus?

— Visto que mo pregunta, despreocupado de formalismos oficiais, conceda-me a franqueza da minha resposta. Se a Eduardo Coelho, pelo facto de ter fundado um jornal popular; se ao Conde de Valenças, figura não primacial nas Letras, se concedeu a comenda de S. Tiago, parece-me que a João de Deus, ou se lhe dá o grau mais alto daquela ordem, ou não se lhe dá coisa nenhuma. Como o Conselheiro João Franco é o ministro do reino, correndo tais negócios pela sua pasta, V. Ex.ª como homem de Letras, ouvirá daquele seu colega (Lobo d'Ávila era ministro das obras públicas no ministério de 1893–1897, presidido por Hintze Ribeiro) a sua maneira de encarar o assunto.

Na véspera da homenagem, o conselheiro João Franco

telefonava-me para o *Jornal do Comércio*, de que eu era redactor:

— Dou-lhe uma novidade: El-Rei não só concede a João de Deus a gran-cruz de S. Tiago, mas vai amanhã entregar-lha pessoalmente a sua casa. V. pode chegar aqui?

— Com todo o prazer.

Surpreendido — e havia de quê — corri logo ao chamado. Na sala onde me recebeu e com a mais captivante familiaridade, a par de uma simplicidade de maneiras que seduzia até mesmo os que lhe temiam a *maneira-forte* da sua política, disse-me com tal satisfação traduzida no rôsto que parecia ter-lhe caído do Céu a maior das bondades divinas:

— O seu amigo vai ter uma grande alegria. El-Rei não só lhe concede a gran-cruz de S. Tiago, mas vai amanhã, pelas 11 horas, visitar o Poeta e entregar-lhe as insígnias da mercê.

E dizendo isto mostrou-me a carta em que o Chefe do Estado lhe participava a sua resolução.

Como patrício e amigo de João de Deus rejubilei, agradecendo ao ministro tão valiosa interferência; no decorrer da conversação lembrei que era de tôda a prudência ir prevenir o Poeta.

Logo o conselheiro João Franco atalhando:

— Pois por isso mesmo é que lhe pedi vir aqui a minha casa; a saúde abalada do Poeta, como V. me tem dito, requere todo o tacto para se evitar colhê-lo de surpresa, o que lhe poderia prejudicar ainda mais o seu estado.

Ainda me referi a dois pontos que mereciam ponderação. A comoção que João de Deus experimentaria com a homenagem do dia seguinte, talvez lhe não permitisse tão cedo a visita de agradecimento, ao Paço, consoante a praxe. E seria indispensável essa formalidade?

— Isso é! V. compreende que um João Fernandes, a

quem se concede qualquer mercê passe despercebido; ninguém pensa nisso. Com João de Deus, o caso é muito diferente. Respeito à visita de agradecimento: quando João de Deus lhe disser que o estado de saüde lhe permite ir ao Paço, Você previne-me e eu irei a casa dele e o levarei na minha carruagem ao Palácio das Necessidades.

— Agora, disse eu ao ministro, em maré de conversa amistosa, temos um caso complicado... o pagamento dos direitos de mercê, uns oitocentos mil reis... se não mais!

— Isso cá se arranja, respondeu logo o ministro; não haja cuidados a tal respeito.

(Não desconvirá dizer que eu tinha sondado João de Deus, a respeito do seu *estado de espírito*, para a hipótese de receber um galardão régio e acquiescência à visita de agradecimento consoante a praxe. O Poeta não mostrou repugnância, num como noutro caso. Só assim é que me decidi aos preâmbulos com os dois ministros).

*

No paroxismo do contentamento voei a casa de João de Deus, comunicando-lhe, com as devidas cautelas, a surpresa que no dia imediato desabaria sôbre a sua cabeça. A notícia não lhe foi coisa indiferente: mas a sua serenidade, sem laivos de artifício, traduzia, como depois declarou, a aceitação pura, simples de uma homenagem prestada às Letras mais ainda que à sua própria pessoa. Um escritor, F. d'Ayala, num artigo que figura com muitos outros no «Festival», traduz bem o estado de ânimo de João de Deus nestas palavras bem frisantes:

«... De certo que o rumorejar das festas, a hora da justiça que se aproximava, a comoção da esposa e filhos... tudo era de molde a abalar a alma enternecedora do poeta. E quando às 10 horas da noite chegava o Sr. Silva Bastos a

comunicar-lhe da parte do ministro do reino que El-Rei iria agraciá-lo pessoalmente com a gran-cruz do mérito literário, João de Deus puxou-me pelo braço até à sala: Ouça — que diz você a isto? — preguntou-me o poeta com uma placidez que me assustou. Seria indiferença? Não apreciaria o velho cantor das *Flores do Campo* tão significativa honra? Sentiu e apreciou; e a sua placidez dava a medida da sua funda comoção».

No dia 8 de Março, pelas 11 horas, a anunciada visita do Rei. Que série de dislates o furor reporterino amontoou à roda de uma visita que tinha tanto de simples, como de afectuosa! Escreveu-se (escreveram-se tantas coisas absurdas, tantos despautérios!...) que o Poeta chorara, o que naturalmente se explicaria pelo seu estado de saúde e pelo carácter raro da visita, da honra recebida. Simplesmente: o Poeta não chorou, nem tão pouco se desculpou ante o monarca por não poder apresentar sua mulher, ainda em preparativos de indumenta. O cúmulo do absurdo pois que tôda a família fôra prevenida por mim da hora da visita régia! O Rei que vira na saleta, a meu lado, o Visconde de Ouguela, condiscípulo do Poeta na Universidade, abraçou João de Deus dizendo com a mais natural cortezia:

— Sinto não ser o primeiro a felicitá-lo, o que faço com muito prazer. Resolvi agraciá-lo com a Gran-Cruz de S. Tiago, dispensando-o do pagamento dos direitos de mercê.

Tudo o mais que se escreveu — pura fantasia!

Pois se até uma modesta coroa de loiros oferecida pelo nosso comum amigo dr. Santos Valente ao Poeta, com uma dedicatória, em latim, em que figurava a palavra *laurea* serviu a um informador de altos dotes de imaginação para inventar uma senhora D. Laura ofertando à moda clássica, uma restea de loiros a João de Deus!...

Laurea donandus Apollinari.

(Tradução um pouco livre: *Presenteado com os loiros de Apolo*).

O informador farejou mulher na dança chamando-lhe sencerimoniosamente:

D. Laura Donodo Apolinario!

O que sem dúvida teria feito rir os próprios deuses lá no Olimpo...

Pouco depois da visita régia começavam as manifestações congratulatórias sob uma chuva descaroável e nada pertinente. Velhos e moços, verdadeiramente numa sôpa gritavam o seu entusiásmo, saüdavam o Poeta com a mais enternecedora paixão da sua alma. A família de João de Deus para o poupar a esforços que lhe poderiam prejudicar a saúde, recebia por vezes as homenagens e os visitantes; mas a saúde é que se afastava cada vez mais do cantor das *Flores do Campo*. Dias passados ainda pôde ir ao Paço acompanhado do conselheiro João Franco, cumprindo êste político, nisto como no mais, as suas promessas; com o mais fraternal carinho reconduziu o Poeta na carruagem, à sua morada, após um longo passeio. Foi o último; a doença prosseguia o seu curso fatal. Ainda não decorrera um ano após a consagração: João de Deus entrava na Imortalidade!

Ao Poeta haviam chegado, por vezes, zunzuns amargamente descabidos, originados no facto de haver aceitado do Rei, dos poderes do Estado uma distinção com carácter oficial. (Há sempre uns amigos dos diabos que capricham em levar tais ecos aos enfermos e aos susceptíveis). É que para algumas almas exigentes, João de Deus era tido e havido como republicano de firme rocha. Nunca nas nossas conversas apurei qual o credo político do Poeta — se é que o tinha. Monárquico? Republicano? Cesarista? Que fosse do coração democrata, é provável. Magoado pelas insinuações trazidas por *agulhas ferrugentas*, desabafava com alguns amigos:

— Que diacho! Há tanta ocasião de fazer política, que bem podiam evitar de a fazer comigo. A verdade é que eu

estou reconhecido ao Chefe do Estado, sôbre tudo pela maneira despretenciosa com que se apresentou aqui. Não tinha o ar de quem vinha trazer-me uma honra. Entrou em minha casa como um amigo, como um velho conhecido que não está à espera que lhe agradeçam um favor. . Ora eu compreendo que dos factos se tirem tôdas as conseqüências para um fim político: mas que se desvirtuem, se neguem ou se alterem, como por aí se faz, isso é que realmente não parece sério. Emfim, talvez seja o contrário. Como eu vivo fora do mundo...

No seu íntimo, João de Deus, como já o insinuei, endossava — permita-se o termo — a homenagem recebida no seu aniversário às Letras Portuguesas. Que êsse sentimento era sincero, dava testemunho a placidez que não o abandonou no meio das ruïdosas manifestações, mòrmente da mocidade académica exaltando o nome e a obra do Poeta. A serenidade do seu espírito ía em paralelo com o bom humor e graça de cavaqucador incomparável. Brotaram dos seus lábios duas quadras chistosas, uma das quais popularizada na coletânea *Festival* organizada por Teófilo Braga:

Que vindes cá fazer, ó Mocidade?
Despedir-vos de mim? Quanto vos devo!
Também levo de vós muita saüdade
E em lá chegando à outra vida, escrevo.

A outra quadra que lhe ouvimos no próprio dia da consagração, e menos conhecida, se não inédita, é esta:

Será uma grande festa,
E uma festa singular:
Mas se eu escapo desta
Tenho muito que contar!

Era ainda a graça coimbrã a não querer desistir das suas tradições.

*

Cabe agora patentear, como triste documento para a História, o inesperado reverso da medalha.

Mal extintos os ecos da estrondosa homenagem prestada com a colaboração dos altos poderes do Estado, sobressaindo a declaração de ser nacional o *Método de Leitura* do Poeta, nomeado êste seu comissário para a propaganda da Cartilha, o mesmo *Diário do Govêrno* que publicava essas homenagens, honrando o Poeta e o Educador, vinha como que a desmentir-se a si próprio declarando como compêndio oficial de leitura nas escolas primárias os métodos flagelantes, cujos autores haviam deblaterado contra a *Cartilha Maternal*.

O golpe fôra brutalmente rude para o Poeta, a contas com a doença. Não atirou protestos ruïdosos para a praça pública, nem consentiu que a brutalidade fôsse aproveitada e explorada como arma de arremêsso contra os governantes — tal protesto não se acomodava ao seu feitio bondoso. Desabafou, mas *intelectualmente,* com os seus amigos limitando-se apenas a esta amarga ironia:

— Isto é um país perdido, e não descançarei emquanto me não naturalizar cidadão de Marrocos!

Daí a pouco, a enfermidade imobilizava para sempre o Poeta. Por fortuna deixava de ouvir ecos, pôsto que soltos — raro lia jornais — das misérias e cabalas dos políticos, misérias, afinal, dos homens e dos govêrnos.

O seu médico assistente, Dr. Carlos Tavares, ao confirmar a esperada e definitiva ocultação do astro poético, glória da nossa Terra, proferiu estas simples e tocantes palavras:

— O cantor das *Flores do Campo* morreu, como devia morrer: — *pelo coração!*

*

E se agora desemsombrássemos o triste quadro do passamento do Poeta, entrando para o ciclo alegre da anedótica? Anedótica de João de Deus?! Mas João de Deus era a anedota em pessoa; fazia-a espontâneamente, sem mesmo dar por tal: uma frase, um conceito, uma ligeira apreciação de factos ou de personagens, convertiam-se, na sua conversação em anedotas, e com tal despretenção que bem nos deixava ver a fecundidade da sua intuïção e da sua fantasia. Raros existem hoje que as ouvissem. Se pudessem ressurgir dos seus túmulos os antigos companheiros de casa e condiscípulos, e amigos e admiradores e simples curiosos que gosaram o prazer da sua conversação?! Ainda me é possível reproduzir o que em tal capítulo se incrustou na minha retentiva, e o que me veio pela tradição e por informes de amigos — não podendo naturalmente garantir a fidedignidade de tudo o que narro. A tradição não blasona sempre de infalibilidade...

Primeira anedota que lhe ouvi e a ela fiz referência a quando da visita ao *meu deputado*. Tema: o caso único da sua eleição liquidada em três dias, escolhendo as urnas, como representante em côrtes, o nosso Poeta.

— Admiro-me muito — observação de João de Deus, ouvindo os meus cumprimentos — que Deus tivesse feito o mundo em seis dias; mas ainda mais me admirou que os nossos patrícios me tivesse feito deputado em três!

Fixada a minha residência em Lisboa, ía eu à noite, como outros amigos, a uma Tabacaria da Rua da Betesga para gozar o encanto da conversação do Poeta, certo ali quando a pobre iluminação a gás triunfava das trevas. Morava então o Poeta na Rua dos Correeiros. Surge Raimundo Capela, seu ex-condiscípulo na Universidade, e anos depois cônsul

no Maranhão. Achegou-se ao João de Deus, dizendo-lhe à queima-roupa:

— Ó João, dá-me cá um conselho!

João de Deus pregou em nós os seus olhos, todos sonho, e onde assomava tantas vezes a chispa da mais santa e resignada ironia, dizendo-nos simplesmente:

— A única coisa que eu lhe posso dar!

(Foi essa a quadra despedaçadoramente minguada do Poeta).

Certa noite de Dezembro, após boa cavaqueira no café «Martinho» com alguns amigos, resolve-se êle a recolher a penates. Chega à porta: era medonho o cariz da rua; chuva meüdinha de repassar carne e ossos; um frio de quebrar os queixos ao mais alentado bruta-montes!

João de Deus, resolutamente:

— Não há remédio senão vestir o sobretudo!

Dizendo isto a um amigo que se dispunha a sair também, teve êste a curiosidade de saber donde é que o Poeta sacaria tal peça de alta alfaiataria. O caso estranho limitou-se apenas a uma simples precaução: solevantar a gola da rabona repuxando-a para ganhar um hipotético agasalho do pescoço. E assim atravessaram ambos o deserto do Rossio...

Uma noite, o poeta passeava por essa praça com Macedo Papança (Conde de Monsarás). Subiram, subiram às mais luminosas regiões da Santa Poesia, esquecidos das torpezas cá da Terra. Nisto acerca-se de João de Deus um pobre homem, rosto escorrido de miséria, macilento, figura esgrouviada, andaina de fato coçado por exercício insistente de uns tantos lustros.

— Dá-me uma palavra, senhor doutor?

João de Deus desce à Terra e ouve o homem de confissão. Um caso de negra miséria — mulher e quatro filhos doentes, sem côdea de pão para iludir a fome.

João de Deus serenamente interroga o poeta alentejano:

— Ó Monsarás: você tem aí 2.000 réis?

— Tenho! E o Monsarás sacou sem a menor hesitação quatro meias corôas, fagueiras, alvinitentes, como se tivessem saído momentos antes da fábrica da moeda... da *Lua*. Entrega-as a João de Deus que ràpidamente as passou ao impetrante. Simples transmissão de valores — das sobras do rico para a angustiosa miséria do pobre. João de Deus cinjia-se apenas a ser o órgão transmissor da esmola.

E os dois poetas subiram novamente ao Parnaso, divagando pelas suaves regiões do lirismo...

Tivesse João de Deus nesse momento dez, vinte, cem meias-corôas, dá-las-ia ao pobre ou pobres. Quantas vezes o procuravam alguns patrícios, minguados de recursos, solicitando-lhe um socorro. O Poeta olhava para a sua modesta secretária e se enxergava ali alguns vintens, dizia inavariàvelmente ao desabonado algarvio:

— Leve! Leve isso tudo! Mais não tenho!

Subíamos uma vez o Chiado, dias depois de o Poeta haver fixado residência em Lisboa. Avistei acaso certo alferes que se divertia com as Musas, iniciando a sua carreira literária, mercê de versos louvaminheiros às damas de alta linhagem. Ganhava-lhes simpatias e jantares finos, e do mesmo passo os favores e consideração dos maridos, na voga política.

Ingenuamente comentei o caso, dizendo ao meu companheiro de passeio que o garboso versejador seguia as tradições do século XVIII, quando os poetas famintos e servis, a troco de insípidos sonetos alcançavam a honra de comer os restos das virtualhas do poderoso a quem sabujamente elevavam aos astros.

João de Deus estacou, dizendo me com uma pontinha de melancolia:

— Meu caro patrício: aqueles é que são os espertos; nós não passamos de uns tolos chapados!

Tinha razão! Pela vida fora fui topando a cada passo com os espertos, os arranjistas, no exercício das suas variadas indústrias e habilidades; compreendi então o que havia de verídico no amargo conceito de João de Deus.

Certa vez, o Poeta, hóspede do seu amigo Domingos Vieira, em Portimão, conversava no escritório dêste com alguns amigos. Surge à porta, desconfiado, a mêdo, um pedinte. João de Deus vira a um canto alcôfas com dinheiro em cobre para pagamento de jornas a trabalhadores; e com o mais natural condoïmento diz ao pobre:

— Olhe! tire dali o dinheiro de que precisar!

Sabido é que os pobres desconfiam sempre da esmola farta. O pedinte não se movia, e só a poder de meigas instâncias vai, todo humildade e receio, a uma das alcofas e saca um mísero e sujo pataco.

— Isso não lhe serve nem para comprar um pão! Tire mais!

E assim animava João de Deus o bom do homem. O pobre, notando a sinceridade do *rico senhor*, tira ainda, tomado de acanhamento, outro pataco; mas as instâncias para novo arrojo foram de tal feição convidativas que o pobre encheu uma das algibeiras com os pesados e estúpidos bronzes.

Sabedor do caso, Domingos Vieira que derretia o dinheiro nas suas mãos com a mais fidalga prodigalidade, observou com a sua proverbial franqueza:

— O pobre foi parvo; podia ter levado uma alcofa. Não me fazia falta!

Esquecia-se de que não há bem que sempre dure. Os bons cabedais que possuía sumiram-se-lhe pelos dedos em menos de cinco anos, e um dia a miséria bateu-lhe carrancuda, inexorável à porta!...

Dizia-se em Portimão: Quando o Poeta, eleito deputado, embarcou num modesto bote para ir tomar à barra o quási

liliputiano vapor da carreira de Lisboa soube, em conversa com os remadores, da sua pobreza. João de Deus foi tirando da sua pouco ou nada impante mala, e franciscanamente destribuíu, a um uma camisa, a outro umas ceroulas, chegando a Lisboa apenas com o fato que lhe cobria o corpo. Pode ser lenda, mas êle era capacíssimo de o fazer.

Sepultado em casa meses consecutivos, o que lhe prejudicava a saúde e sempre a contas com a asma, só as instâncias de amigos o demoviam da sua teimosa clausura, arrancando-o para o levar a passeio. Consegui um dia êsse arranco. Do arco do Evaristo — onde então morava — até o jardim de S. Pedro de Alcantara, o passeio duraria, quando muito um quarto de hora, dado mesmo que caminhássemos no passo de anjinhos anémicos em procissão. Mal havíamos desembocado do Arco surge-nos pela prôa o *primeiro amigo:*

— Ditosos olhos que o vêem, sr. João de Deus! Há quanto tempo que não tinha a dita de o avistar!

João de Deus, sempre mavioso e delicado lá lhe disse qualquer banalidade sem laivos de altivez.

Dois passos andados — segundo amigo:

— Ora viva o Sr. Dr. João de Deus! Quanto folgo de o ver. É milagre!

Novo rosário de preguntas, nova e abafante estopada. Preguntas e reflexões asnáticas a que só resiste a paciência de um Santo. João de Deus aturava êsses pegamassos, êsses *cacetes* (assim chamam no Brasil a tal espécie de enfadadores) com a mais evangélica resignação.

Creio que gastamos quási duas horas nesse trânsito supliciador. Aturado o último amigo, João de Deus não se poude ter que me não dissesse com um tal ou qual sorriso de mártir:

— Vê você? Não há nada mais triste que a popularidade!

(As vezes variava o conceito sob esta forma:

O que se ganha em popularidade perde-se em liberdade).

Certo dia, num pequeno círculo de amigos, discutia-se a aura que favorecia, em maré crescente, um periódico de Lisboa, famoso pelas suas *calinadas;* cada dia, cada tolice, glosada hilariantemente nos Cafés e noutros centros de má-língua. Era uma vez o barril do galego, definido e promovido a *símbolo augusto do trabalho;* era outra vez a descrição de uma magnifica toirada de fidalgos em Cascais, levada às culminâncias de uma *toirada em família;* ou as melhoras de S. M. a Rainha, muito prometedoras do anelado restabelecimento, pois que a augusta senhora já conseguira felizmente *comer um pequeno assado,* etc.

Os brejeiros da má-língua compravam o jornal só para lhe caçar a tolice hilariante, quotidiana. O café Martinho era o afamado centro da troça literária...

— Sim, todos riem, todos galhofeiam — observava um dos amigos em casa do Poeta — mas o tal jornal aumenta a sua tiragem, que é um louvar a Deus. Porquê?

Resposta pronta e seráfica de João de Deus:

— Simplesmente porque é tolo! Como os tolos são muitos, compreendem-no e compram-no!

E, na mesma maré de ironia desenfadosa, convidava-nos a uma experiência decisiva:

— Tomem uma manchinha de feijões e espalhem-nos ao acaso por uma das páginas dêsse jornal.. Onde caiu um feijão lá estará debaixo uma tolice...!

Ainda sob êste tema, João de Deus contava-nos um dia que um bom Inglês propuzera à empresa do chacoteado jornal um grande negócio, um negócio da China, nada menos que a aquisição firme de 5.000 exemplares diários, (o que a 10 reis representava 50.000 reis, quantia estimável nesse tempo). Mas o bom do Inglês punha apenas uma ligeiríssima condição: *os 5.000 exemplares não teriam letras!*

O exigente súbdito de Sua Graciosa Majestade não queria o papel sujeito à conspurcação dos caracteres, à babujem das tintas nem à mordência das fôrmas: os 5.000 exemplares, virgens de quaisquer manchas, deveriam sair dos prelos lindinhos, alvos, alvos, como as melhores toalhas e os melhores guardanapos de Guimarães.

Para que fim destinaria o Inglês os exemplares em branco da popular gazeta?

Nunca se apurou o mistério...

Havia um jornal republicano que para arreliar o troçado periódico publicava todos os anos, em dia fixo, certo soneto satírico do Poeta e que começa por esta graciosa quadra, como são jocosos os restantes versos:

Amo certa mulher que nunca avisto,
Se não de quando em quando à janela,
Sendo minha tenção casar com ela,
Tenção que fiz e de que não desisto!
.....

João de Deus esteve hospedado alguns dias num Hotel da Rua da Prata. Havia, entre os comensais, certo banaboia que se intrometia nas conversas, para fingir de esperto, dando porém a cada passo a nota de uma supina ignorância, complicada com a da estupidez atrevida. O banaboia, sempre a contas com o Poeta, propunha-lhe casos de difícil solução, problemas complicados, tolos, está claro, a que João de Deus, *chuchando* com o homenzinho, dava respostas que deixavam o palerma transido de espanto. Tudo era então admirar até à idolatria o *senhor doutor,* um sábio a valer. Para João de Deus e seus comensais a coisa tornava-se sumamente divertida!

Até que o pateta acorda um dia com uma adivinha de estucha: certamente faria embatucar o doutor. E ao

almoço, tomando novamente *o sábio* à sua conta, sai-se com esta:

— Sempre quero ver se o sr. doutor me responde a uma que talvez os lentes da Universidade não serão capazes de advinhar.

— Diga a adivinha...

Qual é a razão por que sendo a água do mar salgada, os peixes são doces?

João de Deus, como se tivesse previsto o disparate:

— Você admira-se? *Em casa de ferreiro, espêto de pau!*

O banaboia por pouco não ajoelhou aos pés do Poeta. Desde então proclamava a todos os ventos que só havia um grande sábio em Portugal — o Sr. Dr. João de Deus.

João de Deus visitou um dia uma modesta exposição de quadros na sala da redacção do *Comércio de Portugal*, jornal progressista de que era redactor principal João Crisóstomo Milício. Haviam sido contemporâneos em Coimbra.

Num dos quadros expostos, via-se uma vaca, de olhares meigos — é o que temos de inferir do conceito das duas quadras que João de Deus improvisou na exposição, quadras que presumo serem inéditas:

Por esta vaquinha só
D'olhos de tanta ternura
Dava os rebanhos de Job,
Nos seus tempos de ventura

E p'lo resto do salão
Dava todo o edificio:
Mas com uma condição:
A de ficar o Melicio!

Se êste teve conhecimento das graciosas quadras, foi o primeiro a rir-se da brincadeira do seu antigo contemporâneo.

O rosário das anedotas não teriam fim. Infelizmente, muitos dos que as ouviram, já não contam entre os vivos...

Como nota final direi que João de Deus não comia ave de capoeira, com menos de doze ou quinze dias de sustento caseiro. Galinha, vinda lá do monte e que se cevara com bichos suspeitos e cibos de esterqueiras, estava inexoravelmente banida da sua alimentação...

*

Não pretendi fazer, neste esbôço a crítica da obra de João de Deus: está feita e pouco há a acrescentar ao seu estudo. Preocupei-me, sim, com a psicologia da personagem, sem dúvida das de maior relêvo no nosso mundo literário; para isso tinha as minhas impressões pessoais, desde os verdes passos da meninice até a um convívio de quási trinta anos com o Poeta. Não merece êste que jàmais o esqueçam — sofre a Crítica tantas e tão opostas modalidades, de dois em dois lustros, sumindo-se tantos nomes no olvido, ontem num grande fulgor de glória! — tendo-se em conta o caudal emotivo — o Sentimento — todo sinceridade que o torna um autêntico seguidor da Lírica de Camões. Firmo-me na esperança de que a Lenda obstará, por seu turno, à ocultação do astro. E depois, a Bondade, a Alma tão grande que resistiu a tantos desfavores da Fortuna, a sua meiguice quási seráfica imprimiam-lhe um cunho moral, uma fisionomia característica: era um verdadeiro santo, na Santa Poesia. Nem sei avaliar, em tôda a amplitude, o que fiquei devendo à irradiação dêsse carácter sem mácula! Quanto mais as misérias da Após-Guerra, na sua inversão dos valores morais, pretendam lançar-nos no Pessimismo, no Sumo Desgosto, mais as figuras de escol, da têmpera de João de Deus, crescem para nós, parecendo que, na simpleza do seu exemplo, nos dão um grande e forte exemplo, como que significando o resgate parcial de tais misérias.

Esta homenagem, após cem anos do nascimento do Poeta

não deve traduzir apenas o preito ao Lírico; e sim também a homenagem ao Carácter, ao Coração do homem que deu à poesia portuguesa êsse livro, onde abundam versos, muitos de positivo encanto, e que é o: *Campo de Flores.*

*

Avizinhando-se o Centenário de João de Deus fui a S. Bartolomeu de Messines para reviver o passado e estudar a *questão do busto*, pois que, durante algum tempo, o busto deu lugar a luta de competências...

Com que alvorôço dos sentidos tornei a avistar a aldeia que não palmilhava havia bons quarenta anos! Com que prazer calcurriei as ruas mais afastadas ou esquecidas, como a natureza as formou, e a que um salta-pocinhas ou almiscarado pintalegrete de Lisboa se não aventuraria por amor às suas costelas! A cada passada cautelosa levantavam-se-me recordações com tal frescor e colorido que me supunha desandado à meninice, aos folguedos de criança. Messines assenta, em parte, num extenso jazigo de *ruiva* ou grés calcáreo vermelho-escuro, vulgarmente conhecido por pedra-de-amolar; a sua dureza e resistência pouco ficam a dever ao granito. Corre êsse jazigo boa parte da província algarvia.

Muitas das suas portas tinham os dintéis e vêrgas formados pela *ruiva*, e isso se vê ainda nalgumas casas, o que lhes imprime certo carácter, análogo ao de muitos prédios do Pôrto. A igreja da aldeia foi construída com êsse material, bem como a ex-Sé de Silves: a ábside neste monumento mostra-nos que a despeito do vandalismo com que Priores de estésia bronca o trataram, oito séculos passaram ali sem deixar mossa. Na parte alta da aldeia há, sabe Deus desde que tempos, a dispensa de pavimentação com calçada e as ruas são o que o grés-calcáreo lhes permite: grandes lajes de caprichosos desníveis, escorregadias, mòrmente quando a

chuva as limpa de poeiras. Em certa rua depara-se-nos um grande bloco ruivo, com buracos para, à guisa de escada, facilitar o acesso a um casinhoto, encarrapitado lá no alto. À esquerda, uma casa minúscula, de pobre aspecto, mas *rica*, porque sôbre ela impera a poesia da *tradição:* ali, sob o testemunho dos antigos e da voz pública, nasceu, em 8 de Março de 1830, João de Deus! É preciso ser um Beócio ou possuir uma alma de pederneira para não olhar com sagrado respeito êsse bêrço, humilde morada, feita presumìvelmente de taipa, e tão baixa que lhe pude quási tocar o beiral com a mão! Pudesse eu adquiri-la e logo a mandaria cercar por uma grade de ferro, resguardando um jardinzinho e pôr-lhe-ia na fachada esta simples memória lapidar:

Aqui nasceu o Poeta Lírico João de Deus em 8-3-1830

Mais abaixo, em face de uma das paredes laterais da Igreja a casa onde viveu o Poeta; daí saiu um dia a caminho da capital, para não mais voltar.

Está também essa lendária habitação — pelo menos no exterior — como a conheci há largos anos; a mesma sacada onde João de Deus passava horas em doce scismar, e onde algumas vezes o admirei, enlevado, com o respeito que instintivamente sentimos pelo génio, pelos homens superiores.

Deambulando pelas melhores vias e largos da aldéia, em cata de um modesto local onde bem assentasse um plinto com seu busto, desiludi-me! Com mágoa o digo: nenhum sítio se presta, por emquanto, à fixação da *trivial* memória — perdoe-se-nos a audácia — quer se trate de busto, quer de estátua. E assim se explicam a insistência, os esforços reiterados da capital da província para alcançar a posse do monumento. Uma lacónica resolução, emanada da Ditadura, deu satisfação aos desejos e votos de Faro. Talvez se lo-

grasse melhor justificação com a escolha de Lisboa, capital protocolar do País, a representante oficial do talento e do génio português, para perpetuar, no bronze ou na pedra, a memória do nosso Lírico; mas, em face do querer do govêrno, em instância definitiva, tôda a discussão seria tão inútil, como a de contar pacientemente os grãos de areia do Sahará...

*

Não obsta o facto a que me dirija de longe a alguns meus amigos de Messines dizendo-lhes, com a mais desartificiosa sinceridade, estas palavras que parecerão talvez heresia a ouvidos meticulosos:

— *Estátuas, bustos, medalhões — retórica vã!* Retórica feita em bronze, mármore ou gesso, manifestação é que passa despercebida à maioria dos olhares, precisamente pela sua inexpressão.

Pregunte-se a cem pessoas que acaso no Pôrto se defrontem com a estátua do Infante D. Henrique, mirando-a dos pés à cabeça, que espécie de ideia ficaram fazendo do homem que, mercê da sua *mania do mar*, abriu as portas à civilização moderna?

Pregunte-se a outras tantas, defronte de certo homem de bronze, no Largo de Belém, com arrogância calculada para pôr um grande medo no Xá da Pérsia, que ideia ficaram fazendo dos planos geniais do heroico Governador que tornou grande o nome português em Gôa, Ormuz, Malaca, no Oriente inteiro? As gentes estacam ante um monumento: olham-no hoje com alguma curiosidade, mas passam; ao segundo dia o olharão com indiferença, ao terceiro nem para lá deitarão os olhos.

Bem sabemos: as estátuas representam, geralmente, a dívida de gratidão paga pelo Estado ou por um grupo de patriotas aos seus homens mais representativos, — escasso

preito diga-se à puridade, desde que Portugal ainda não erijiu monumentos, em Lisboa, ao «Alto Infante», a Vasco da Gama, a Pedro Álvares Cabral, a Duarte Pacheco, a Fernão de Magalhães, *Português no feito*, embora ao serviço da Espanha. Tais rememorações, digâmo-lo sem rebuço, pouco, pouquíssimo, acrescentam à glória dos homens e quási nada aproveitam ao povo.

E então? Então, caros Messinenses, tendes maneira simples e do mesmo passo eloqüente — eloqüência: não retórica! — de prestar uma significativa homenagem ao educador e ao Poeta. Já vos deveis orgulhar de ser Messines o bêrço de João de Deus, a mais valiosa *carta de nobreza*, de que essa aldeia se pode orgulhar, o que vale bem, se não mais, todos os bustos, medalhões e estátuas; e não vos pareça puerilidade ou exígua circunstância o facto de se nascer neste ou naquele cantinho do nosso Planeta. Amanhã, um crítico, um investigador apetrechado com vasto saber na Ética, na Etnologia, na Psicologia acaso irá estudar nessa aldeia do florido Algarve a causa racial de ter vindo à luz o vosso Poeta e alcançará talvez explicação do seu génio poético, por confronto com o meio ou ambiência que o produziu; e estudará também por que razão nesses jogos de oiro e luz a rivalizarem com os das magnificências orientais, nessa graça de amendoeiras ostentando as suas flores logo em Janeiro, matizando-se da alvura da neve ou do róseo esmaecido do Sol a agonizar no Poente, por que milagre ou mistério da Natureza surgiram em Messines o Poeta e o seu *Campo de Flores?*

Sem o busto que ora se ergue em Faro que deverá fazer Messines? Pôr novamente mãos a um empreendimento mais significativo e bem mais útil: os Messinenses lançaram há anos os fundamentos de uma escola de ambos os sexos. Essa generosa iniciativa paralisou, por quaisquer razões de que não curamos aqui. Ficaram as paredes aguardando que um

novo esfôrço viesse completar a ideia há anos simpàticamente esboçada.

Tal «Escola-Modêlo» é que constituíria um monumento expressivo, eloqüente, capaz de rememorar o Poeta às gentes de hoje e às gerações futuras. Na frontaria uma lápide — se se quiser seguir a tradição — de mármore ou bronze; lá dentro, e isto seria o essencial, bons Professores que, além das primeiras letras e das noções que ajudassem as crianças de hoje a serem amanhã pessoas prestáveis à sociedade, ensinassem carinhosamente a ler pela sua Cartilha e a compreender algumas das suas poesias tão tocantes, tão de molde a falar de João de Deus aos corações e aos cérebros infantis.

Um busto e o seu plinto *pousando de estafermo* num recinto, e para o qual se olha hoje com fugidia curiosidade, amanhã com a indiferença peculiar às coisas vistas a tôda a hora, some-se na mudez do tempo; a «Escola-Modêlo», ampla, aberta a todo o ar e a tôda a luz, atraente, acolhedora, com bons professores de trato meigo, paternal, vale cem mil vezes mais que quaisquer estátuas ou bustos, de modestas ou avantajadas proporções.

Mas, preguntar-se-há, como levar a cabo a obra paralisada desde longa data? Apele-se para o Estado, para Faro, para tôdas as terras onde a pesca improvisa riquezas, interiores de luxo e palácios — alguns até de espavento! Apele-se para todo o Algarve, para todos os que conheceram João de Deus ou o admiram, embora o não tivessem conhecido.

A uma empresa tão simpática, queremos crer que não faltariam donativos, humildes uns, outros mais ou menos valiosos.

O busto é uma coisa parada, estática, muda; a Escola é *dinâmica,* quere dizer, é acção, é vida, é verbo que atrai e convence e se transmite de pais a filhos. Uma «Escola-Modêlo» em Messines ensinaria a ler, a escrever, e ainda mais

— deveria ministrar rudimentos de agricultura, interessando, pelos exemplos e pela prática, os rapazes no trabalharem a terra, e estes aprenderiam como ela premeia as canseiras dos que a laboram de sol a sol.

Êsse é que seria o monumento por excelência, o porta-voz com o seu alto carácter propagandista, a homenagem de maior retumbância que S. Bartolomeu de Messines deveria prestar ao seu mais notável filho.

Medalhões, bustos, estátuas... Sabe-se: ocasião para os candidatos à fama de Garrett, José Estevam, António Cândido despejarem a cornucópia das suas flores de retórica diante do monumento, frases ôcas, vasias de bom sentido, dizendo quási sempre o avesso do verdadeiro valor do *homenageado*, como agora escrevem os nossos modernistas, à laia panúrgica.

Pretextos para *se fazer um bocadinho de figura,* no dia da inauguração... não é verdade?!

*

Estamos chegados ao momento do *Centenário.* A intelectualidade juvenil e aquela outra já embranquecida nos cabelos pelos anos vão prestar o seu preito ao poeta do *Campo de Flores.*

Avesso por temperamento a tôda a casta de exibições gregárias releio essa *Bíblia de amor,* como lhe chamou Guerra Junqueiro, nos poucos momentos em que os seus juízos não enfermavam de prosopoeia empolada; contribuo assim no silêncio do lar com a veneração devida ao Lírico passeando pelo seu «Campo», e aspirando o aroma dos seus versos, muitos dos quais ingénuos, encantadores. *Encanto* — é a expressão que melhor lhes quadra.

Mas será o poeta lembrado nos futuros centenários?

Creio que sempre!

Emquanto perdurar a obra lírica de Camões, perdurará, assim o cremos, a obra lírica do seu legítimo herdeiro.

Versos da sua juvenilidade:

Beijo na face pede-se e dá-se
.....
Não sou eu tão tola
.....
Eu, olhos, sei de uns
.....
.....
Ah! Não ser eu o mármore que pisas...
Calçava-te de beijos
(Descalça)

Graça, frescura, candura imaginação comedida. Dir-se-ia que estamos ouvindo algumas melodias mozarianas e rossinianas...

Desce o poeta a uma dor trágica, a uma grande dor humana em Coimbra e deixa cair uma flor da mais sentida saüdade sôbre os túmulos de Rachel e sua mãe:

A D. Cândida Nazareth

Despe o luto da tua soledade
E vem junto de mim, lírio esquecido
Do orvalho do Céo!
.....

Pela centéssima vez releio esta elegia, e, como sempre me sucede, logo à primeira estrofe as lágrimas me acodem aos olhos: jámais me foi possível recitá-la; a comoção afogava-me a voz. Estou certíssimo de que o poeta Leconte de Lisle, o heleno, o pagão, o quási impassível Parnasiano, autor dos *Poèmes Barbares* se não dedignaria de subscrever aqueles tocantíssimos versos. Em quanto a alma portuguesa não fôr embotada pelas materialidades que nestes tempos estão envenenando os homens, aqueles versos serão sempre lidos por os que se comovem ante a Grande Dor alheia.

João de Deus, como Dante, como Camões rende um culto subjectivo a uma mulher ideal, com as perfeições que só o Amor Puro lhe pode atribuir. Na *Adoração*, uma das mais belas poesias do *Campo de Flores* e tida por alguns críticos — Teófilo Braga — como das mais notáveis do *lirismo universal*, João de Deus atinge as culminâncias do génio. A *Adoração* foi vertida na língua italiana pelo poeta napolitano António Pádula, com um escrúpulo amoroso de boa lei.

Sirvam de comparação duas estrofes: portuguesa e italiana:

Vi êsse corpo de ave,
Que parece que vai
Levado como o sol ou como a lua
Sem encontrar beleza igual à sua;
Magestoso e suave,
Que surpreende e attrae!

(1.ª estrofe da *Adoração*).

Versão italiana:

Vidi il corpo tuo d'ucello,
che nell'aria sembra andar,
librato come il sol, come la luna,
senza uquale incontrar beltade alcuna,
e cosi maestoso e bello,
che bem sape affascinar.

(3.ª estrofe da *Adorazione*).

E a elegia: *A vida*, que adorável rapto de génio ela nos deixa entrever! Como melodia de abertura depara-se-nos um dos mais belos sonetos de que se pode orgulhar a Literatura Portuguesa:

Foi-se-me pouco a pouco amortecendo
.....
.....
Não sei se me voou, se m'a levaram;
Nem saiba eu nunca a minha desventura
Contar aos que inda em vida não choraram...

Está neste Soneto, a nosso ver, representada a filiação lírica de João de Deus respeito ao grande lírico do século XVI,

> Qual d'elles lhe ganha?
> Os mais são collinas,
> Elle é a montanha.

Eles... são os escritores com quem João de Deus compara Camões. Admira-o sòmente? Admira e sente que a sua alma vibra em unisono com a do cantor de *Natércia*, divinizada em versos de tonalidade petrarquina, para sempre imorredoiros nas nossas letras. Comparado com o soneto de abertura da *Vida* não se lhe encontrará se não a toada, como já o frizamos noutro lugar dêste esbôço. A fonte emocional num como noutro, é idêntica. Por isso João de Deus é considerado como um fenómeno digno de singular estudo, surgindo-nos após quási três séculos depois da ocultação do astro que se chamou Camões. Ambos incarnam a alma portuguesa a qual não encontrara quem lhe exprimisse o génio, depois do Lírico que deu o nome de maior fama ao século mais brilhante de Portugal.

Significa isto que desdenhemos dos valores literários dos séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX?

De modo nenhum; mas houve um hiato, uma obnubilação de chama lírica. Reportando-nos aos comêços do século passado: o velho Castilho com os seus *Ciumes do Bardo* e *Amor e Melancolia* dá-nos uma poética fria, verbalista, sob um cánon clássico destituído de nervo, de vigor. Herculano oferece-nos uma poesia séria, por vezes com elevação, sempre sincera como se ela pretendesse ir de par com a dignidade proverbial do seu autor; mas... *não interessa*, como já não nos interessa êsse romance-poema, o *Eurico,* lido apenas como episódio do Romantismo vindo da Emigração e transplantado cá para a nossa Terra bracejando estiolados ramos por falta de tradição; o *Trovador* e seus poetas mal-avindos

com o Romantismo de raízes inadaptáveis ao nosso meio que nos ofertariam? Poesia ora trivial, ora insipida, ora com intervalos apreciáveis de afectada composição. Não foram, pois, essas as fontes inspiradoras do nosso poeta, e sim o próprio génio, a própria emoção que o levou a ir procurar a *alma gémea* da sua, a alma de Camões traduzida nas suas *Canções*, *Quintilhas* e *Sonetos*. João de Deus, vividos dez dos seus anos em Coimbra como sorriria de piedade, lembrando-se da *Lua de Londres,* da banalidade — *Coimbra terra de encantos,* etc. com que o «Trovador» e análogas fôlhas ganharam há 60 e mais anos os corações dos nossos avós, cheios de piedade, de ignorância e de rapé!

Coimbra terra de encantos
Do Mondego alegre flor;
Venho pagar-te em meus cantos
Tributo de antigo amor.
.....

Compare-se esta trivialidade com os versos que o lendário rio inspirou a Camões!...

A alma portuguesa, a alma lírica, entenda-se, adormecida durante quási tresentos anos, acordou finalmente ao *surge, et ambula!* que lhe segredou João de Deus.

*

Não fôra eu forçado a conservar-me em casa durante vinte dias e teria assistido, fora dos meus hábitos — desadoro o *mesmismo* e o *panurgismo* — a algumas das manifestações em honra de João de Deus. Contentei-me, portanto, com os ecos do *1.º Centenário.*

De tudo o que se disse e escreveu, com mais ou menos valor crítico e literário, destaco um juízo do poeta Sr. Afonso Lopes Vieira, apreciando o critério seguido por Teófilo Braga

como colecionador do *Campo de Flores*. O Sr. Lopes Vieira por muito respeito a João de Deus não lhe manifestou o seu desacôrdo do plano da colectânea. Ao lado de primores líricos, e que definem a natureza poética do autor de *Adoração* versos de outros tons, de outros valores.

Impressão análoga experimentara eu há muitos anos, quando em 1903 João de Deus me ofertou um exemplar do seu *Campo:* senti, relendo o quási de um fôlego, certa estranheza, isso que na música se define por *dissonância*. E preguntava a mim mesmo:

Como podem alcançar iguais quilates, as joias líricas — *Aroma e Ave, Adoração, Despe o luto da tua soledade, Anjo da Guarda, Encanto* emparceiradas com *A Versão do Zulu, Os dois irmões* (*sic*), *Pires de Marmelada, Uma mão de variações* e outros versos de carácter satírico ou cáustico, alguns quanto ao bom-gôsto, claudicando mesmo um nadinha?

Não tive corajem, dada a amizade e veneração pelo Poeta de arriscar a mais ligeira observação sôbre essa mistura, perdoe-se-nos a expressão, do *divino com o profano*.

A observação do Sr. Lopes Vieira, levanta, no campo crítico, um problema — o de se fazer uma futura edição da obra de João de Deus sob um outro critério.

Não está muito longe, a caída da obra poética do nosso lírico, no domínio público (1.ª edição, coleccionada por Teófilo Braga, 1893). Virão a lume novas edições, e não será talvez desacertado pensar que os versos do nosso Poeta passem a figurar em dois volumes. No primeiro que conservaria o título — *Campo de Flores*, caberia só a obra retintamente lírica de João de Deus; no segundo, que se poderia intitular — *Horas de Lazer* ou *Horas de Desenfado*, caberia a matéria poética, com o seu carácter ora sarcástico ora satírico, em que é transparente o tagante — não tão comprido nem compulsado com tanta virulência, como o que Juvenal e Marcial empunharam para flagelar os vícios da

Roma da decadência, — sem deixar comtudo de fazer a devida justiça àquele que merecia a tagantada. João de Deus, nas suas horas de lazer, asseteava os podres, os ridículos, as misérias do seu tempo, mas sem propósitos de meter neles um ferro em brasa: do seu coração não saíam ódios; flagelava sorrindo, até-mesmo quando com o rebenque alcançava os detratores da sua *Cartilha*.

Tal se nos afigura o critério que deverá inspirar os futuros editores da obra poética de João de Deus...

José T. da Silva Bastos.

PARISIO CATALDO SICULO

La figura di questo umanista italiano che fu segretario a due sovrani del Portogallo, maestro a due principi e a vari fidalghi del regno, giureconsulto della Camera reale e oratore regio in occasioni solenni, autore di poemi epici, di elegie e di epigrammi latini così eleganti da meritargli l'elogio del Filelfo (1); corrispondente coi più insigni letterati del suo tempo, dal Bessarione al Platina, dal Pontano al Valla, dal Guarino al Filarete e dal Bruni al Panormita — per non ricordare che i sommi — non è stata ancora pienamente e degnamente studiata e illustrata.

Il Tiraboschi quando deve trattare di lui se la cava in due righe (2); il Rossi (3) non lo nomina nemmeno; il Mongitore e il Narbone (4), tratti in inganno dal titolo di un suo

---

(1) *Sive Tibi Mavors, tenerive canantur amores,*
nemo recens palmam surripuisse valet.

É da ricordare anche l'epigramma del portoghese E. Cajado, che l'ebbe maestro:

Formasti ingenium primus, primusque per altos
duxisti lucos antraque Pieridum.
A te principium Musæ; tibi nostra Thalia
supplicat et se vult te genitore satam.

(2) Tiraboschi, *Storia della lett. italiana* (Modena 1791.) vol. VI pág. 1080.

(3) V. Rossi *Il quattrocento* (Milano, Vallardi).

(4) *Bibliotheca sicula*, Palermo 1714.

poema «*Aquila*», lo fantasticano discendente dagli omonimi marchesi d'Ogliastro; solamente il Verrua (1) in una sua recente pubblicazione tratta di lui con qualche ampiezza, ma forse non ebbe visione diretta delle sue opere, che, impresse una sola volta a Lisbona nel 1500 dal famoso tipografo moravo Valentin Fernandes, son divenute una rarità bibliografica e costituiscono uno dei più preziosi cimeli della tipografia portoghese del secolo XV (2).

Il Verrua, tratto in inganno da una omonimia, vorrebbe identificarlo con quel Parisius Cataldus de Sacha (Sciacca) che nel 1451 si laureò in medicina a Ferrara, ma a ciò si oppongono due considerazioni. La prima è che il Parisio, tanto facile ad esaltare i suoi meriti (3) non ci avrebbe sicuramente taciuto la sua qualità di medico, mentre più d'una volta si proclama giureconsulto; la seconda, che mal si spiegherebbe come il re Don Giovanni II avesse chiamato nel 1488 in Portogallo una persona ormai vecchia, che aveva trascorsa la maggior parte della vita nell'oscurità più completa. Meglio dunque identificarlo con l'altro Parisio Cataldo, laureatosi in legge nella stessa Università nel 1484, che tenta il concorso di professore a Padova, e fallitogli questo, accetta di buon grado, quattro anni dopo, l'invito del Sovrano portoghese e si reca a Lisbona.

In mancanza di documenti, possiamo crederlo, secondo la tradizione, palermitano (c'è nel suo epistolario una lunga

---

(1) P. Verrua, *Umanisti italiani e stranieri*, Genève (Olschki) 1924.

(2) Cataldi, *Poemata, Epistolae*, Lisboa MD. Magnifico incunabolo di grande formato e di lettera gotica.

(3) *Ego autem si illis ætate opibusque inferior sum non tamen ingenio rerumque inventione, ac peritia inferiorem me reputo. Una spes solatur me, tantam virtutem non posse diu latere.* Altrove ci dice espressamente d'aver portato seco dall'Italia solamente libri di giurisprudenza: «*quæ ex Italia mecum traduxi volumina, juriscivilis, non alterius sunt facultatis.*

lettera ai Signori di Palermo): sappiamo da una stessa sua memoria che giovanetto fu allievo di Costantino Lascaris a Messina e che poi passó sul continente, attratto dalla grande celebrità dello Studio di Bologna, dove ebbe la fortuna di avere a maestro il Filelfo.

A Bologna, com'egli ci attesta, pensava di prendere stabile dimora, ma i casi della vita lo spinsero prima a Ferrara, dove, come si è detto, si laureò, e poi a Venezia; nella quale ultima città, come appare da una sua testimonianza, si trovò addirittura alla fame (1). Possiamo quindi immaginarci con quale gioia avrà accolto l'invito del Sovrano di Portogallo!

Eccolo dunque in cammino nel cuore dell'inverno (1487--88), attraverso la Francia meridionale e i Pirenei, tra disagi e pericoli, con le strade e le locande d'allora (2). Ma pure fra le angustie del viaggio gli sorrideva la mèta lontana: la Corte del re Don Giovanni, gran protettore di letterati e d'artisti italiani, tutto infervorato della passione per gli studi umanistici e per l'arte italiana della Rinascenza (3). *O principe perfeito* era infatti stato allevato nel culto e nell'amore delle lettere latine dal padre suo, Alfonso V, l'Africano, che a sua volta aveva avuto per maestri Matteo Pisano (4), l'autore della

---

(1) «*statueram olim, ut scis, Bononiæ vitam ad extremum ducere. Deinde quia prospere mihi quod sperabam non successit, reflexi protinus voluntatem. Atque urbem hanc Ferrariam commigratus sum*». (Lettera al Card. Bessarione) — Per il suo soggiorno a Venezia vedi quanto è detto nell'ultimo dei suoi *Proverbia*.

(2) «*Veni tandem in horrida hyeme per asperrima itinera. . et adhuc ingentibus procellis pene naufragus iactor*» (Lettera a G. Emanuele *primo cubiculario* del Re).

(3) «*Estimou sempre muito os homens virtuosos e os bons cavaleiros, sobretudo os homens de bom saber*». (Garcia de Resende).

(4) Di Matteo Pisano dice lo Zurara che era «*poeta laureado e um do s suficientes que em sus dias concorreram na cristandade*».

storia latina della presa di Ceuta (1), e Stefano da Napoli; era in relazione epistolare con Lorenzo il Magnifico che chiamava «amico carissimo» (2) e col Poliziano dal quale sperava di ottenere la versione latina, o almeno italiana (3), delle cronache dei Re portoghesi, per cui già suo padre aveva fatto venir dall'Italia il frate domenicano Giusto Baldini (4), morto di peste ad Almada nel 1488, senza aver potuto compiere l'incarico affidatogli.

Alla Corte del grande Sovrano portoghese il Cataldo trovò un'altra persona appassionata per la cultura umanistica,

---

(1) Pubblicata nel 1790 dall'Accademia delle Scienze di Lisbona.

(2) La corrispondenza di D. João II con Lorenzo il Magnifico e con suo figlio Piero, venne publicata da G. Masi (*Biblos* 1929, fas. 9–10). Un'altra lettera indirizzata a Piero de Medici, di mano del Cataldo, si legge fra le carte di lui nella citata edizione lisboeta. Crediamo opportuno riferirla, essendo conosciuta da ben pochi.

IOHANNES PORTUGALIAE REX PETRO MEDICES S.

Ad patrem tuum, magnæ autoritatis virum, antequam e vita migraret, in commendationem Bœtii pisani scripsimus. Nam cum eius erga nos resque nostras optimam intelligerem voluntatem et sæpe rerum nostrarum causa curam et laborem subiisset, non distulimus tam bonum illi in nos animum amicis et iis a quibus aliquando sublevari potuisset per letras manifestare. Quem quidem virum non minus tibi carum quam patri fuerat, esse cupimus. Quapropter petimus rogamusque admodum ut tantum in illum tuæ optimæ voluntatis causa nostra accedat quantusque patris et tui ipsius amor iunctus et conduplicatus exposcit, quod nos inter complura alia præcipuum locabimus. Vale.

(3) Vedi la lettera di D. João II al Poliziano, ripubblicata pure dal Masi: «*annales nostri, quos vulgari et patrio sermone pro regni instituto posteris tradendos jubemus, hi etrusca lingua vel latina saltem familiari denum conficiantur... rogamus*».

(4) Il Baldini che fu poi eletto Vescovo di Ceuta, è sepolto a Batalha nel chiostro grande, presso la Sala del Capitolo. «*Aqui jaz dom Iusto, Bispo que foi de Ceuta*». V. Damiano de Goes IV. 38, e *Chronica da Ordem de S. Domingo* parte II[a] libro VI, cap. 7.

Giovanni Teixeira, cancelliere del Re, che aveva conosciuto il Poliziano a Firenze ed era rimasto cosi entusiasmato della cultura italiana del tempo, da inviare in Firenze i suoi tre figli perchè fossero educati sotto la guida del grande poeta toscano. Uno di essi divenne poi maestro di diritto a Ferrara e meritò gli elogi di Ercole Strozzi (1).

Una patente di D. Giovanni II in data del 23 maggio 1488 assegna al Cataldo una pensione annua di 30.000 *cruzados*, come precettore del giovinetto principe Giórgio, duca d'Aveiro, nato il 12 agosto 1481, dagli amori del Re con la bellissima Anna di Mendonça. Gracile e delicato, il giovanetto ebbe dal Cataldo le cure più affettuose, tanto che il ragazzo molte volte lo chiamava padre, invece che maestro.

Ma il Re ben presto lo volle chiamato a più alti uffici. E prima il Cataldo fu suo epistolografo nell'attiva corrispondenza latina scambiata coi più potenti monarchi d'Europa, come il Papa Alessandro VI, il re di Francia, il re di Napoli e il re d'Inghilterra, e coi più famosi principi italiani, come il Valentino (Cesare Borgia), lo Sforza di Milano, i Medici di Firenze, il Doge di Venezia, i Signori di Siena e di Perugia. A questo carteggio si aggiunga quello coi più eminenti Cardinali della Curia Romana e con altri personaggi notevoli per autorità e per sapere. In seguito il Re ebbe a giovarsi dell'opera di lui come giureconsulto, e finalmente come oratore ufficiale della Corte. Nel dicembre del 1491, quando in Evora si celebrarono con inaudita solennitá le nozze del principe ereditario Don Alfonso con Elisabetta di Castiglia — da questa unione il grande Re auspicava l'unione delle due Corone di Portogallo e Spagna — fu proprio il no-

---

(1) *Alipedum Thessira bonus nutritor equorum*
Musarum decus et gemini nova gloria juris.

Un altro figlio (Luigi) fu amico di Erasmo da Rotterdam e maestro di D. João III.

stro Cataldo incaricato di dare il benvenuto alla Sposa, con una lunga orazione latina «adorna di bei retorici colori», della quale noi oggi possiamo sorridere come d'una vana esercitazione scolastica, ma che agli uomini del tempo deve esser parsa un miracolo. Ricordiamoci che gli Umanisti più che al contenuto badavano alla forma, piu al come si dice che a quel che si dice. L'eleganza del dettato suppliva al vuoto del pensiero. *Cicero cum male dixit, bene dixit.*

Sostenere un paradosso, dire una banalitá era lecito, pur chè fosse detta in modo elegante.

Ma le liete feste d'Evora dovevano pur troppo, di lì a poco, mutarsi in tristi lutti. Un giorno d'aprile del 1492, mentre il principe a cavallo percorreva la strada che costeggia il Tago, nei pressi di Santarem, dove la Corte aveva la sua residenza, per l'imprudenza di un servo che, sbucando a un tratto da un viottolo fra le siepi, impauri il cavallo, questo fece uno scarto e gettò a terra il suo signore con tanta violenza, che di li a poco era morto. Un poeta lusitano moderno, Gonçalves Crespo, in una delle migliori sue liriche «*As lagrimas do Rei*» ha rievocato la scena dolorosa degli sciagurati genitori, che chiamati in tutta fretta al capezzale del morente, ricoverato in una misera capanna di pescatore, assistono al suo trapasso col pianto più disperato.

Moriva il giovane principe — unico erede del trono — e la povera vedova doveva, a pochi mesi dalle nozze, rifare in gramaglie il cammino che aveva percorso l'anno innanzi con tanta allegrezza e in mezzo a tante feste! Lo sfortunato Principe venne sepolto nell'Abbazia di Battaglia e fu proprio il Cataldo che scrisse l'epitaffio latino per la sua tomba.

In mancanza d'altri eredi, il Principe Perfetto avrebbe voluto che alla successione della corona fosse chiamato Giorgio, ma a ciò si oppose recisamente la regina Lionora, anche perchè il Pontefice non volle saperne di legittimare la nascita

del duca d'Aveiro. E fu designato erede un nipote del re, quell'Emanuele che doveva passare alla storia col nome di Venturoso, perchè durante il suo regno fu scoperta da Vasco de Gama la via che attraverso gli Oceani giungeva alle Indie (1497).

Chi sa quali alternative di speranza e di disinganni avrá passato il nostro Cataldo in quei mesi! A me piace immaginarlo, come finse un drammaturgo romantico (1), in segreti colloqui con la bellissima Anna di Mendonça, che era stata ammessa a Corte insieme col figlio, e confidarsi insieme le ansie le speranze e i disinganni. La nomina di Giorgio ad erede del trono avrebbe fatto la fortuna d'entrambi.

Accasciato dal dolore, re Giovanni, sopravvisse tre anni al figlio, finché nell'ottobre del 1495 egli moriva ad Alvor, nell'Algarve, dove era andato a cercare ristoro per le sue sofferenze. Qualcuno sospettò che il veleno ne avesse affrettata la fine.

Colla elezione di re Manuel non cessa la fortuna del nostro Cataldo, che rimane a Corte come segretario, epistolografo e poeta, ed ha inoltre un nuovo incarico: volgere in latino quelle Cronache degli antichi re portoghesi, che il Baldini, come s'é detto, aveva lasciate in tronco, e delle quali D. Giovanni II aveva avuto per un momento la speranza che fossero tradotte dal Poliziano (2).

---

(1) Conde de Vilafranca. *Don João II*, Lisbona 1855.

(2) Di quest'opera, probabilmente rimasta in tronco e perduta, parla varie volte lo stesso Cataldo nelle sue lettere. «*Si perfecero quod de omnibus Portugaliæ principibus cœpi iam pridem scribere*». (Lettera allo zio Francesco Parisio). «*Adorsum sum de te, patreque tuo rege potentissimo, non multum vulgare opus: totum me illi conficiendo dedideram ad hoc litterulis quibusdam tuis me impellentibus*». (Lettera al Re Manuel) «*Taceo multa quæ de totius regni laudibus hactenus composui volumina. Cogito et recogito quonam pacto portugalenses omnes, portugalensium omnium gesta extollere et concelebrare in æternum possim*». (Lettera a Diego de Noronha).

Re Manuel conservó al Cataldo la pensione annua concessagli dal suo predecessore, anzi l'accrebbe di altri 10.000 *cruzados,* cosi che mal si spiegano le continue lamentele dell'umanista italiano, che si lagna dell'ingratitudine regale e afferma di morire di fame insieme coi tre figliuoli(1).

Più che di vera e propria mancanza di denaro, il poeta avrebbe avuto da rammaricarsi della diminuita considerazione dell'opera propria, che andava scemando di giorno in giorno. I bei tempi della cultura umanistica sono ormai rivolti: il Portogallo ormai ha una sua grande epopea da cantare nella sua lingua nazionale; quell'unitá letteraria della cultura che gli Umanisti avevano sognato, quasi come una ricostituzione ideale del pensiero latino nel mondo, cadeva dinnanzi al constituirsi delle grandi unità politiche nazionali, le quali volevano affermarsi, anche sul campo del pensiero, con la loro lingua. Il latino resterá la lingua dei dotti, degli eruditi, dei giuristi, dei filosofi, ma il popolo vuole la sua nuova epopea. Il Portogallo l'ebbe con *Os Lusiadas*, come l'Italia con la *Gerusalemme* e la Spagna col *Don Chisciotte*. La realtá politica come ha distrutto il bel sogno imperiale della dominazione universale, accarezzato dalla mente di Dante, cosi distrugge il sogno dell'universale cultura latina, accarezzato dagli Umanisti del Quattrocento. Ogni nazione prende la sua via, caldeggia il suo ideale e lo esprime nella propria lingua.

---

(1) «*Non ego ex aëre et vento, ut aspis, vivo, sed comedo et bibo ut ceteri homines. Ego et tres barbati iam pueri fame et frigore torquemur. Cataldus, qui per tot annos Portugaliæ regibus, non in parvis mediocribusve, sed in magnis arduisque rebus hucusque inservierit, mendicat panem*». (Lettera a Pietro de Menezes). Anche più caustico l'epitafio che egli lasciò per la sua tomba.

Orator, vates, consultus jure Cataldus
hic jacet et secum Calliopea jacet.
Dum celebrat reges, equites, tot regna, triumphos,
moestitia periit, frigore, febre, fame.

Solo più tardi, un'altra attività dello spirito cercherá di ricomporre questa unitá ideale degli spiriti: la scienza.

Ma ritorniamo al nostro Cataldo.

Se un giorno qualcuno penserà a ripubblicare l'epistolario di lui, quanta luce sulle relazioni culturali dell'Italia col Portogallo! Egli é in corrispondenza con tutti gli uomini più colti del suo tempo; e noi possiamo facilmente immaginarci che gioia e che festa ognuna delle lettere da lui ricevute dall'Italia avranno destato a Corte! Peccato che l'edizione lisboeta non contenga che le lettere del Cataldo e non le risposte. Ma forse in qualche archivio di Evora o di Lisbona giacciono dimenticate le lettere del Bessarione, del Pontano, del Valla e del Bruni. Chi le rintracciasse renderebbe un segnalato servizio alla cultura dei nostri due paesi.

Ma il Cataldo è sopratutto poeta, e poeta epico in primo luogo. Il suo poema in quattro libri: *Aquila* é possiam dire un inno alla gloria di Santarem, che dall'alto del suo poggio domina a guisa d'un'aquila il piano sottoposto, solcato dall'azzurra onda del Tago, e conserva nelle sue mura, sul suo Castello e nelle sue chiese tanti gloriosi ricordi del passato. La conquista della città strappata ai Saraceni dall'eroismo di Alfonso Henriques, il fondatore della monarchia lusitana (1147) e i due successivi assedi che egli vi sostenne (1171-1185) sono narrati in begli esametri sonori di schietto sapore virgiliano. Ma ancor più vivo e più mosso l'altro poema *Arzitinge*(1) che narra le imprese gloriose di Alfonso V, l'Africano, e del suo figlio giovinetto, allora principe reale, e poi successore del padre col nome di Giovanni II (1481-95). L'episodio della presa d'Arzilla é particolarmente interessante. Il poeta che aveva avuto occasione di udire dalla bocca del re il racconto della gloriosa gesta, ne seppe fermare il ricordo in versi dove palpita

---

(1) Cosi chiamato perchè canta la guerra d'Africa (1471), conchiusasi con la conquista di Ar-Zilah e di Tangeri *(Tingis)*.

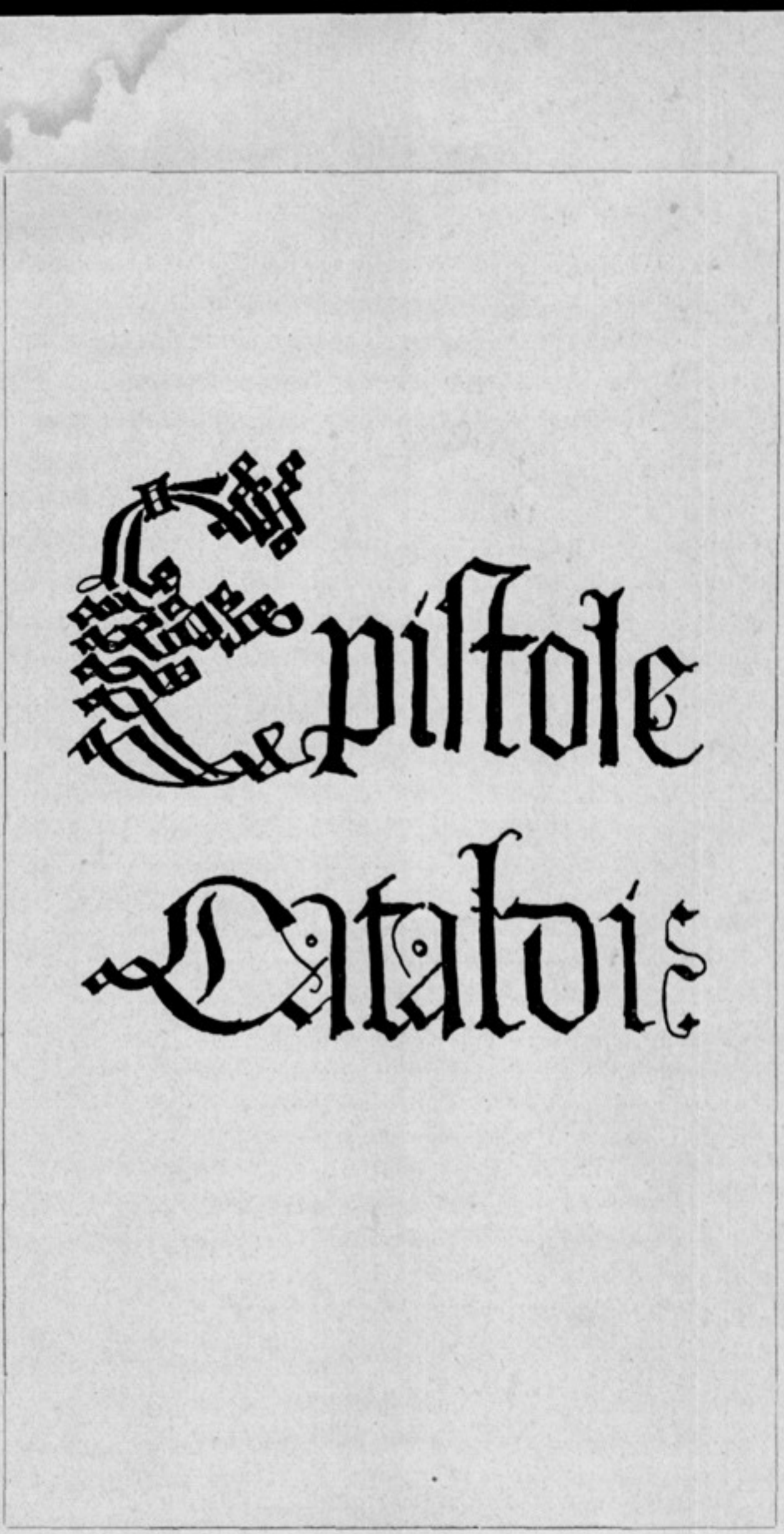
l'ardore della mischia e il disperato furore dei combattenti. Singolare la perizia del poeta che deve rendere con termini antichi l'effetto di armi che gli antichi non conoscevano, come i moschetti, le mine e il cannone. La perizia del verseggiatore e la conoscenza perfetta della mitologia aiutarono il poeta nel difficile assunto, si che la difficoltá ci pare felicissimamente superata e pienamente raggiunto l'effetto. A questi versi s'ispirerà più tardi un altro artista italiano, il Sansovino, quando dovrá modellare quella battaglia che il Vasari elogia come «la più fiera e terribile cosa che mai si vide di mano d'Andrea, per le movenze e varie attitudini dei cavalli, per la strage dei morti e per la spedita furia de'soldati in menar le mani» (1). L'arte della Rinascenza italiana è ormai trionfalmente entrata in Portogallo.

Per incarico di re Giovanni il Cataldo mise mano anche ad un poema che potremmo chiamare didascalico, intitolato *De perfecto homine,* nel quale è prima una parte che si potrebbe dire fisiologica, perchè descrive le varie parti del corpo umano, e poi un'altra psicologica dove si discorre delle attività dello spirito: tutto ciò in belli e sonori esametri di schietto sapore classico. Il poema però rimase incompiuto.

Come poeta lirico il Cataldo ci appare nelle sue Elegie, ricche di ricordi personali, e a volte non prive di sapore satirico: ricordi personali e satire si trovano anche negli epigrammi.

In che anno il Cataldo finisse la sua vita non sappiamo, ma è certo che nel 500 era morto, perchè non fu lui a consegnare i manoscritti al tipografo moravo, ma un suo discepolo, il Conte di Alcoutin. E non ci rimane nemmeno un busto, una medaglia, un'incisione che ritragga le sembianze di lui, a meno che non si voglia considerare come un suo

(1) Una riproduzione fotografica di questo bassorilievo fu data da me nella *Illustrazione Italiana* (1929 n. 42) e nella *Ilustração Moderna* di Porto (novembro 1929).



Fac-simile (ridotto) del frontespizio della seconda parte delle Opere di Cataldo nella edizione di Valentim Fernandez, (Lisboa, 1500)

ritratto quella scultura decorativa che sta sul portale d'una capella nella chiesetta di S. Antonio da Castanheira, di fronte a un'altra figura rappresentante un guerriero armato, che è sicuramente un ritratto di D. Giovanni II negli ultimi anni della sua vita, opera probabile del Sansovino.

Oggi la memoria dell'umanista italiano é consegnata ai rari esemplari del prezioso incunabolo — di cui non si conoscono che quattro copie in Portogallo e una o due nel resto d'Europa, — ma essa sarebbe ben degna di essere ravvivata con una piccola antologia degli scritti suoi, per la grazia del dettato e l'eleganza della verseggiatura veramente meritevoli dell'elogio del Filelfo.

Coimbra — Febbraio 1930.

GUIDO BATTELLI.

ARZILAE EXPUGNATIO

(DIE VIGESIMA QUARTA AUGUSTI MCCCCLXXI)

Iam cum tempus erat clausos irrumpere in hostes,
alta jubet tolli ductor vexilla maniplis,
quando quidem oblonga ferri testudine muros
fregerat, hinc iter invadendæ fecerat urbi.
Nullum opus in terris ita inexpugnabile constat,
quod non tale suo tormentum conteret ictu,
namque ubi per minimum postrema ex parte foramen
igniculus lambit confertum pulvere corpus,
emittit tonitrum, saxumque volatile longe
proijcit, in prima quod fixum fronte manebat.
Hoc est illud opus, cui fulmina sacra Tonantis
conferri possint; sonitum, flammamque et odorem
dant similem, et cunctis sunt pene simillima rebus.
Rex licet ardentes omnes, fortesque videret,
et licet hortatu confortum nullus egeret,
attamen hæc placido voluit mitissimus ore

pauca loqui, magis armaret quo in prælia cunctos:
« O quid ego, socii, quid vos exhorter ad arma?
Si pro me primis animam diffundere ab annis
non renuistis? amor jam pridem cognitus imo
vester inest animo: proprios e corpore natos
esse meos volui, vestras nunc promite vires
et solitos monstrate animos, quibus ante fuistis.
Scitis enim requiem post partos esse labores
propositam, fortique viro laus magna futura est.
Vobiscum moriar, vobiscum sæcula ducam
omnia, dum mites producent stamina Parcæ.
Eia agite, armato et constanti pectore in hostes
tendamus, memores laudis, memoresque decoris.
Quim etiam, dextrumque Jovem Martemque secundum
credamus, quoniam sunt hæc mandata deorum ».
Hæc ait, ære dato signo prius ore sonoro,
invadunt equites celeres, peditesque frequentes,
moenia circumdant, ruit omnis in agmine turba,
vibratumque levi jaculatur missile dextra:
et subito ex arcu raro fallentia mittunt
spicula, dant certum, capiuntque in corpora vulnus.
Inque vicem gladiis, densis nituntur et hastis.
Tum gelidi horrores penetrarunt corda paventum
Maurorum, quos hinc manus, hinc regia pars cingit.
Tum charæ matres manibus, sua viscera, natos
arripiunt, mediosque sinus in pectora stringunt.
Filius interea, Lusa comitante juventa,
aggreditur muros ex læva parte patentes,
dudum perfractos, media et dominatur in urbe.
Necnon se domito victorem præbuit hosti
cujus ob adventum valvæ panduntur, et illuc
certatim per tela furens irrumpere gaudet
egregius miles: vincendi tanta cupido!
Cui sese pater immiscet, velut igne corrusco
fulmen ad inferiora polo demittitur alto.
Et ferit hunc, caput illi abscindit: concidit ille
stratus humi, certo transfossus pectora telo.
It cruor effusus, tamquam fluitaret Enipeus.
Pars reliqua effugium querens enititur hostem
evitare trucem: verum locus abnegat, et fors.

Quid faciunt domiti? Fas est concedere forti,
et se victoribus manibus præbere tenendos.
Ut cum terribles taurorum armenta leones
ingressi, quos dira fames, et acerba furentes
impulit hunc: animal torvum, feriuntque, vorantque
horrendisque jubis, et aperto cominus ore
nunc hunc, nunc illum quatientes, cornua contra
infert turba minor; quantam natura paravit
pro se fundit opem, donec cessisse necesse est,
et se demissos præbent maioribus, et se
crudius iratis laniandaque corpora tradunt.
Illi autem rabiem satiati, sponte recedunt,
et rigidi exhaustam prædam, laceramque relinquunt,
sic Rex bellipotens, stipatus gente fideli,
vastabat justo pro Christo marte rebelles,
infestosque canes, quæ gens inimica deorum
nusquam passa jugum fuerat, quam mille per annos
mille duces petiere suam: succumbere nulli
maluit, et victam dici se turpe putabat.

P. Cataldus Siculus.

NOTA BIBLIOGRAFICA

Poiché penso che questo breve studio possa fosrse invogliare qualcuno a disegnare un quadro completo della cultura italiana alla Corte di D. Giovanni II, dó qui la bibliografia essenziale.

Damião de Goes — *Chronica do Principe D. João* — (Lisboa 1567 e Coimbra 1905).

Ruy da Pina — *Chronica del Rey D. João II* — (Lisboa 1792).

Garcia de Resende — *Vida e feitos de D. João II* — (Coimbra 1798).

Marques de Alegrete (M. Teles da Silva) — *De rebus gestis Johannis II°* — (Lisboa 1689).

Christoval Ferreira y Sampaio — *Vida y hechos del Principe Perfeito* — (Madrid 1626).

Augustin Manuel de Vasconcellos — *Vida y acciones del Rey D. Juan II°* (Madrid 1639).

Angeli Politiani — *Opera* — (Basilea 1528) Contiene la corrispondenza col Re e col cancelliere Teixeira.

D. A. Caetano de Sousa — *Provas historicas da R. Casa Portuguesa* (Lisboa 1739-48). Il vol. II° (pag. 169) contiene il testamento del Re; il vol. VI, riporta, ma non interamente, le opere poetiche del Cataldo.

Souza Viterbo — *A cultura intelectual de D. João II* — (Archiv. Hist. II, 260).

Costa Cabral — *D. João II e a Renascença em Portugal* — (Lisboa 1915). Eccellente studio sulle condizioni economiche e giuridiche dell'età di D. Giovanni II, non parla però delle relazioni culturali, letterarie e artistiche.

Conde de Sabugosa — *A Rainha D. Lionor* — (Lisboa 1921).

Oliveira Martins — *O principe perfeito* — (Lisboa 1896) Appunti per un'opera poderosa, che purtroppo rimase interrotta per la morte dell'A.

Conde de Vilafranca — *D. João II* — (drama) Lisboa 1855 — Introduzione notevole per il tempo in cui fu scritta. Il Conde de Vilafranca fu, credo, il primo a mettere in rilievo l'importanza dell'opera del Sansovino, come fondatore della Rinascenza artistica in Portogallo.

S. E. M. Gonzalves Cerejeira — *Clenardo* — (Coimbra 1927) Eccellente studio sull'Umanesimo in Portogallo. Mette in rilievo l'importanza del Cataldo «*que bem merece um lugar de realce na historia do humanismo em Portugal. Além da correspondência latina dos dois reis que serviu, das sonoras orações de sabor clássico que fez, além dos castigados poemas que compôs, dedicou-se com o ardor dum pedagogo do Renascimento a expulsar a barbaria, já ensinando pública e privadamente, já por meio da cuidada correspondência como tirocínio para apurar o gôsto*».

P. Verrua — *Umanisti ed altri «studiosi viri» italiani e stranieri di qua e di là dalle Alpi e dal Mare* — (Ginevra 1924).

G. Masi — *Due lettere di D. Giovanni II a Lorenzo e a Piero dei Medici* (Biblos 1929 fasc. 9-10).

G. Battelli — *Il Sansovino in Portogallo* — (Biblos 1919 fasc. 8 9) Primo abbozzo di uno studio che verrà completato con nuove recenti scoperte e nuovi documenti.

A RIMA E A SUA ACÇÃO LINGÜÍSTICA, LITERÁRIA E IDEOLÓGICA (1)

Acção lexical da rima

Na seguinte cantiga, recolhida por Gomes Pereira nas *Tradições populares de Barcelos,* a rima fêz aparecer o termo *vera-veras,* do tipo das formações onomatopeicas, e cujo sentido, inda que pouco preciso, é intensificador, como o das fórmulas repetidas:

Ó vida da minha vida,
Ó vida do *vera-veras:*
Dava-te o meu coração
Se eu soubera quem tu eras (2).

Supôr que estas palavras são totalmente insenses — afigura-se-nos êrro.

No *Anatomico Jocoso* consagra-se uma longa dissertação a

Cerolico
Berolico,

que à primeira vista parece locução sem significado, mas que para o autor — Frei Francisco Rey de Abreu — o tinha preciso: «Ó cerolicos berolicos, que agora no Mayo da vossa ventura, ou da vossa inadvertência, espigais entre as folhas

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 104.
(2) Espozende, 1916, pág. 54.

da vossa bizarria, lá virá o Agosto do desengano, que vos troque o grêlo em rastelho; e, ou sereis lixo na pá do desprezo, ou sereis carqueja no forno do castigo» (1).

Estes *serolicos-berolicos* de Frei Francisco Rey d'Abreu são os *xis-garaviz* de Gregório de Matos:

> Alerta, homens de sciencia,
> Que quer o Xis-garaviz
> Que aquilo que vos não diz,
> Por lh'o impedir a rudeza,
> Avalieis madureza,
> Sendo ignorância traidora (2).

Que a génese das formações atrás classificadas, e repartidas por tipos, deve ser a associação de palavras já existentes no idioma, ou de onomatopeias antigas ou de ocasião, e não a criação do nada, sem laço com qualquer vocábulo ou ruído, atestam-no muitos factos e circunstâncias.

Inda que certas formações, em que há elementos comuns, como:

> tronga
> — monga,
> songa
> — monga,

pareçam indicar que a aliança vocabular se faz desobedientemente a princípios, *monga* parecendo pau para tôda a obra, a verdade é que há lógica lingüística a reger a associação. *Monga*, é, por ventura, não o espanhol *monja*, mas o português *moga*, feminino do arcaico *mogo*, de *monachu* — que o provençalismo *monge* levou de vencida, e que também designou um marco de pedra pela mesma metáfora que se vê em *frade* — com nasalação da vogal tónica por via do *m* ini-

(1) Vol. I, pág. 144.
(2) *Obras*, I, 131.

cial como em *mim, mãe, mãjor, mẽsa.* Por sua vez *tronga* tem aspecto de ser o feminino de *trongo,* de *truncu,* já em latim termo designador do roliço e do estúpido, fàcilmente associável com *monga* que sugere ideia de indumentária desmanchada e postura beatífica; e *songa* dá a impressão de ser forma provinda de *sengo*, através talvez do deminutivo *senguinho,* de que fàcilmente podiam sair *sunguinho* e *songuinho* — esta última forma ouve-se na Beira Alta — e depois *songo* por derivação regressiva, e que, contendo a ideia de esperteza, ganhava, na aliança com *monga,* a hipocrisia ou o tartufismo que a formação distila. Na Beira Alta emprega-se hoje o nome *tongo* para designar o fraco de espírito, e que é possivel que seja um cruzamento de *trongo* com *tonto,* pois não é natural a queda do *r* em grupo inicial: o que é vulgar é que êle se desloque para essa posição quando ocupa outra — caso de *fresta*, de *fenestra,* e de *treato,* de *teatro,* — ou que venha tomar parasitàriamente junto do *t* um lugar que a etimologia lhe não concede — caso de *mastro*, clássico *masto* e popular *listra,* culto *lista.*

As formações do nada parecem-nos impossíveis, como notamos, num artigo intitulado *Criação original de vocábulos,* publicado na revista *Biblos* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1925, e que concluia dêste modo:

«A criação primitiva ou arbitrária de palavras, fora de tôdas as normas formativas conhecidas, não é decerto tarefa facil: mais que rara em extremo, a possibilidade de absoluta invenção vocabular deve ser uma ilusão pura. As línguas procedem apenas por transformação dos elementos existentes: o homem não pode criar coisa alguma que não esteja dentro dos moldes que elas oferecem — o que não quere dizer, que sem dêles sair, não haja largueza para a mais efectiva afirmação de individualidades literárias. Verifica-se assim uma vez mais o princípio, com cujo estabelecimento a filologia reduziu a gramática à sua verdadeira função — a de

dar leis, — as respeitabilíssimas e realíssimas leis do uso, em vez de dar sentenças — as inutilíssimas e artificialíssimas sentenças dos censores» (1).

Também os outros tipos de criações provenientes da rima parecem confirmar êste princípio — sobretudo o daquelas em que um nome surge com base noutro precedente, no geral contactante, e terminação afeiçoada pela confluência.

Exemplos de nomes com base noutros, que os precedem imediatamente nos contextos em que aparecem — e portanto sob o aspecto formativo muito naturais — são os que se encontram em vários provérbios, adivinhas, contos e fórmulas infantis. Alguns casos típicos:

1) Em provérbios:

Primeiro — o contido num adágio arquivado por António Delicado, e em que aparece *ruivel*, com radical de *ruivo* e terminação de *fiel*:

Ruivo,
Ruivel,
Nunca fiel.

A êste adágio corresponde hoje um outro, também de visão da inter-dependência psico-fisica — a relação da coloração capilar com certas qualidades de caracter — mas mais amplo no conceito, que abarca os dois sexos:

Homem ruivo
E mulher barbuda,
De longe a sauda.

Nos seus formidáveis *Estudos de filologia mirandesa* publicou o sr. Dr. Leite de Vasconcelos o provérbio:

Nesta tierra terruca
Quiẽ nũ trabalha nũ manduca,

---

(1) Pág. 549-553.

em que *terruca* é o vocábulo *terra* com a terminação de *manduca,* e que corresponde ao que no resto do país tem a forma, também provocada pela rima:

Quem não trabuca
Não manduca.

Ao provérbio mirandês apôs o sábio descobridor do co-dialecto a seguinte nota esclarecedora:

«*Terruca* emprega-se aqui por causa da rima; todavia o sufixo — *uca,* de *terr-uca*, existe noutras palavras mirandesas» (1).

2) Em adivinhas:

Primeiro — o contido na adivinha do *ovo*, e em que aparece a palavra *redondoque,* que tem por radical *redondo,* primitivo de *redondinho*, palavra que inicia a fórmula, e por terminação a de *batoque*, palavra que a fecha:

Redondinho,
Redondoque,
Não tem fundo
Nem batoque.

Segundo — o contido na seguinte adivinha do queijo, em que *brancal* aparece formado sôbre *branco* com a terminação de *portal:*

Branco,
brancal:
Não tem porta
Nem portal.

Terceiro — o contido na seguinte adivinha da estrada, em que a palavra *delgacela* aparece formada sôbre *delgado,* pri-

(1) Vol. II, pág. 334.

mitivo de *delgadinho,* porventura contagiado de *adelgaçar*, e terminação da palavra *Castela:*

Delgadinha,
Delgacela,
Corre vila
e Castela.

3) Em contos:

No conto da Corticeira — que Eugénio de Castro pôs em arte na *Silva,* com o título *Filha de rei guardando patos* — há uma fórmula em que a palavra *patum* é a criação feita sôbre *pato* e provocada pela rima com *pirum* e *um*, inda que dentro de molde corrente: *ovelha-ovelhum*, *bode-bodum*. Não consideramos *pirum* também obra da rima, porquanto o português popular nasala o *u* tónico final freqüentemente, — note-se *Barzabum*, de *Belzebuth* — fenómeno que deve dar-se por infiuência analógica dos nomes em que o *u* nasal é originário por provir de-*unu*-latino, como em — *cabrum*, de *caprunu,* e *jejum,* de *jejunu.*

A fórmula é esta:

Pato,
patum,
Filha d'el-rei
A guardar pirum,
Cada dia um.

Também, em certa fórmula do conto — *O coelhinho branco,* há a locução *cabra cabrês*, em que o último dos vocábulos componentes é obra da rima:

E eu sou a cabra cabrês
Que te salto em cima
E te faço em três (1).

(1) Adolfo Coelho, *Contos nacionais,* pág. 15.

4) Em fórmulas infantis:

Em Barroso usam-se as seguintes fórmulas infantis, em que os termos *rachão* e *rachola* são formados respectivamente sôbre o elemento inicial de *rainha* e os terminais de *enxadão* e *sachola:*

Primeira:

Salvé rainha
Salvé rachão:
Corto t'as pernas
C'um enxadão.

Segunda:

Salvé rainha
Salvé rachola:
Corto t'as pernas
C'ũa sachola (1).

Também por vezes a rima cria ou recria, — se não associa, — vocábulos com base em nomes próprios, que funcionam em relação a estes como alcunhas.

Um exemplo está na fórmula arquivada pelo Dr. Leite de Vasconcelos, na *Antroponimia portuguesa:*

Joaquim
Jacalha,
Perdeu a navalha
No fundo da talha (2).

A génese do conglumerado rítmico é visível: o nome próprio originário — *Joaquim* provocou, por meio do sufixo depreciativo — *alho,* uma nova palavra da mesma base ou étimo — *Jacalha,* e arredondando-se depois o binário com as frases:

perdeu a navalha
no fundo da talha

(1) *Rev. Lusitana,* vol. XIX, pág. 129.
(2) Pág. 280.

que a rima produziu, fora de todo o liame lógico, talqualmente se observa nas construções anfigúricas.

Há contos infantis, em que estas formações provocadas pela rima são, se não inteiramente insenses, apenas muito pàlidamente significativas de enfase e pejoratividade.

Mas o não terem sentido, ou terem-no esmaecidíssimo, não impede que elas desempenhem cabalmente a sua função de desenvolvedoras do mecanismo articulatório: o grande pedagogista e filólogo Adolfo Coelho observou nos *Jogos e rimas infantis,* com a perspicácia que lhe era habitual:

«Tem um grande sentido o facto das rimas infantis terem, consideradas em si, muito pouco sentido».

Também correntes literárias modernas, como o impressionismo, vão até ao ponto de quebrar o laço ordinário entre a ideia e o seu sinal representador: associam-se — e não sem talento por vezes — as palavras, não com o fim do leitor ou auditor delas extrair um conceito ou uma noção, mas tão sòmente para produzir nele uma impressão por meio da harmonia dos sons que as constituem.

Portanto, o ser quási inapreensível a significação dessas formações não quere dizer que elas se não produzam tão naturalmente como os outros vocábulos de claro significado — tomando por base um radical, ou procurando representar picturalmente um certo ruído do mundo exterior.

Alguns exemplos de formações, por assim dizer insenses, feitas com objectivos de ginástica da linguagem:

Primeiro — o do *Caçador e a Velha,* em que as palavras que se sucedem respectivamente a *caçador, caça, coelho* e *velha* são criações originadas pela rima, e feitas sôbre radicais onomatopeicos — *furunfunfelho* de *furum fum fum* — ou vocabulares — *misericuntelho,* de *misericordia.* Eis o primeiro período do conto:

Era uma vez
um caçador
furunfunfor,

triunfunfor
misericuntor;
e foi à caça
furunfunfaça,
triunfunfaça,
misericuntaça;
e caçou um coelho,
furunfunfelho,
triunfunfelho,
misericuntelho;
e levou o a uma velha
furunfunfelha,
triunfunfelha,
misericuntelha.

Segundo — o da *capa bilrada,* em que as palavras que sucedem a *bilrar*, e as formas verbais e nominais cognatas, são arredondamentos insenses, mas que no entanto se nos afiguram formados sôbre vocábulos existentes no idioma, tais como *chilro* e *galripo.*

Eis o conto:

Tenho uma capa
bilrada
chilrada
galripatalhada;
mandei-a ao Senhor
bilrador,
chilrador,
galripatalhador;
que m'a bilrasse
chilrasse,
galripatalhasse;
que eu lhe pagaria
bilraduras,
chilraduras,
galripatalhaduras.

A literatura popular portuguesa é muito rica em espécimes da natureza dos apontados — como se depreende in-

clusivamente da abundância de documentos que apresentamos. Eles surgem por tôda a parte, no continente, como nas ilhas, tendo sido recolhidos pelos etnógrafos — que nem sempre, no entanto, tomaram estas formações como meras calafetações rítmicas.

Assim Lang diz, em 1889, na *Zeitschrift für romanische philologie*, o seguinte, a respeito de certa fórmula rimada açórica:

« Há também um bichinho chamado *bichial* que quando se lhe diz:

Bichinho bichial
Para onde é o Faial?

torce logo o bico para apontar a direcção ».

Ora estamos convencidos que o tal bichinho não se chama *bichial,* sendo esta palavra mero verbo de encher criado sôbre o radical de *bicho,* primitivo de *bichinho,* acrescido da terminação de *Faial.* E a isso nos levam:

1) Casos gerais, como os anteriormente apontados, e em cujo número pode incluir-se mais o do seguinte *ensalmo de talhar o bichoco,* usado em Santo Tirso, e em que *pedral* é mera calafetação insense, ou melhor, vàgamente enfática, feita sôbre o radical do termo antecedente *pedra,* e a terminação de *sal:*

Bichoco talhei
Com funcho e sal,
Com a agua de pedra pedral:
Que não cresça
Nem junto os pés co'a cabeça (1).

É ainda da mesma natureza dos anteriores estoutro que o sr. Dr. Leite de Vasconcelos cita na *Dialectologia,* onde a

(1) *Rev. Lusit.*, XIX, pág. 241.

respeito do vocábulo *bolar* refere o seguinte: «Nuns versos populares de Avintes (arredores do Pôrto), diz-se:

Eu já lhe mandei dar
Três bolos com três bolares...

donde se vê que *bolar* é forma pedida pela rima (aliteração), como há mais casos na nossa língua» (1).

2) Casos especiais, em que aparecem vocábulos quási conformes, como seja a oração de talhar as lombrigas, popularmente «bichas», que o sr. Dr. Leite de Vasconcelos arquivou nos *Ensaios etnográficos*, e em que há o termo *bichais*, feito sôbre o radical dêste vocábulo e acrescido da terminação de *sejais*:

Santo Eloi teve nove filhos:
De nove ficaram oito;
De oito, sete;
De sete, seis;
De seis, cinco;
De cinco, quatro;
De quatro, três;
De três, dois;
De dois, um;
De um, nenhum:
Bichas, bichais,
Delidas sejais (2).

3) Circunstâncias demopsicológicas: o povo não faz preceder o nome especial dos sêres com que está em contacto do seu nome genérico. Êste aparece, sim, para designar os desfreqüentes — mas o seu emprêgo é solitário: o povo não tem a sistemática classificadora dos zoólogos e botânicos.

---

(1) *Opúsculos I, Dialectologia*, I parte, pág. 146.
(2) *Ensaios etnográficos*, pág. 88.

A rima pode fazer surgir tôda uma família vocabular — por criação dos elementos, ou por simples recriação dêles, distraindo-os duma influência para os pôr sob outra, como se foram satélites a mudar de planeta. Tal é o caso da família *varão, varela* e *varunca,* a respeito da qual escrevemos a seguinte nota filológica no *Diário de Notícias:*

«Um dos mais curiosos arredondamentos rítmicos que a nossa literatura popular apresenta é o seguinte:

Em casa do varão,
manda êle,
— e ela não.

Em casa do varela,
manda êle,
— a mais ela.

Em casa do varunca,
manda ela,
— e êle nunca.

«Lingüìsticamente há a observar nesta fórmula dois fenómenos que são obra da rima: um neologismo semântico e uma criação vocabular. «Varela», que é vocábulo secular, como se vê do seguinte passo da *Prática das oito figuras,* de Ribeiro Chiado:

Venha-me um roupão varela
E acende aqui uma vela (1)

adquiriu, por a rima com o pronome — «ela» o haver encravado na fórmula, e se prestar a uma falsa etimologia com «varão», o novo sentido de marido contemporizador, para quem a mulher é real e arimèticamente metade: e «varunca»,

(1) Ed. Alb. Pimentel, pág. 10.

que o radical de «varão» e a necessidade da rima com «nunca» fizeram surgir integralmente, com o significado de marido que não manda nem governa, com bôca para todos os comeres, e que Gil Vicente personificou no estoico Pero Marques da «Farsa da Inês Pereira».

Para Gonçalves Viana os termos *Varela* e *Varunca* eram ambos criações devidas à rima. Diz assim nas *Apostilas aos dicionários portugueses:*

«São termos inventados, variações do vocábulo *varão* «homem» (1).

«Demopsicològicamente há a notar, dado o carácter depreciativo das terminações de «varela» e «varunca», — que o espírito português só vê com bons olhos a casa do «varão», em que a mulher obedece, sendo-lhe já suspeito o ecletismo da casa do «varela», e tendo viva repugnância pelos «varuncas», que, na melhor das hipóteses, apenas um papel activo desempenham no lar — o da paternidade».

Já se representou no *Teatro do Ginásio* em 1856 uma comédia da autoria de L. M. Dias com o título *Os Varuncas* ou *Maridos dominados por elas*, comédia publicada em Lisboa dois anos depois, e cujo protagonista tem o significativo nome de Manuel Bacoco. Em certa altura da peça vem a seguinte classificação dos maridos provocada pela rima:

> Se o homem é quem manda; a mulher não,
> O marido proclama-se varão;
> Se ao contrario manda tanto como ela
> O marido apelida-se varela;
> Se a mulher manda sempre; o homem nunca
> O marido então é um varunca (2).

Caso paralelo é o da família *orvalhadas, orvalheiras, or-*

---

(1) II, pág. 256.
(2) Lisboa, 1858, pág. 17.

valhudas, que aparece nos seguintes estribilhos com que se festejam no Pôrto as orvalhadas da noite de S. João, por causa da rima consoante e toante com *casada, solteira* e *viúva* — estribilhos que Consiglieri Pedroso arquivou no *Positivismo:*

Orvalhadas,
minhas orvalhadas
viva o rancho
das moças casadas.

Orvalhadas,
minhas orvalheiras:
viva o rancho
das moças solteiras.

Orvalhadas,
minhas orvalhudas:
viva o rancho
das moças viúvas (1).

E ainda o da família *ramalheira, ramalhada, ramalhuda*, provocada pela rima com os mesmos vocábulos da trova tríptica anterior, e que aparece na seguinte supersticiosa consulta que as mulheres fazem ao cuco, — para que êle, pelo número de cucadas, lhes diga os anos que elas ainda estarão num dêstes três estados — solteira, casada ou viúva:

Ó cuco, cuco da ramalheira,
Quantos anos hei-de estar solteira?

Ó cuco, cuco da ramalhada,
Quantos anos hei-de estar casada?

Ó cuco, cuco da ramalhuda,
Quantos anos hei-de estar viúva?

---

(1) II, pág. 334.

As criações provocadas pela rima vivem no geral confinadas a fórmulas ou contextos.

Tal acontece no caso de:

Isto não aquenta
nem arrefenta

— fórmula aliás já antiga na língua, pois está no seguinte passo da comédia *Eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos:

«Ora ride-vos a bel-prazer muito e nas boas ourelas, que isso não me descose o saio, nem m'aquenta nem m'arrefenta».

Esta confinação, em fórmulas estereotipadas, da palavra *arrefenta,* é já de si um índice de que ela é uma criação, feita pela rima com *aquenta,* sôbre o radical de «arrefecer». Esta é aliás a opinião do insigne mestre Leite de Vasconcelos, que a dá a lume no primeiro volume dos *Opúsculos:*

«Como *arrefentar* se usa em conjunção com *aquentar* ou com a ideia de *lume*, é mais provável que se formasse de *arrefècer,* por analogia com *aguentar*, do que directamente do tema de *refrigescere:* assim como *aquentar* corresponde a *aquècer*, assim a *arrefècer* se fêz corresponder *arrefentar*» (1).

Outros índices de que *arrefenta* deve ser criação da rima são, por exemplo, a existência da fórmula paralela:

Isto não aquece
Nem arrefece,

e a ausência em romanço de verbos que façam pressupor um tronco comum *refrigentare,* em que tem pensado filólogos da robustez scientífica do sr. Dr. José Joaquim Nunes (2).

---

(1) *Opusc.* I, pág. 498.

(2) *Digressões lexicológicas,* pág. 140.

Também *Sicrano* só vive na fórmula:

Fulano
e
Sicrano,

a que se ajuntou depois:

Beltrano

e ainda:

Alvaritano,

que ouvi na Beira Alta.

«Sicrano» é forma relativamente moderna, no entanto já registada por Bluteau. Os nossos clássicos diziam *Fuão* e *Fuão,* duplicando o indefinido de origem arábica.

Assim está no *Soldado prático,* de Diogo de Couto:

«Fuão, filho de fuão, veio em tal era e assentou na bandeira de fuão» (1).

Hoje era natural que se dissesse: *fulano, filho de Sicrano, bandeira de Beltrano.*

O próprio Bluteau, que arquivou *Sicrano,* não o emprega na função que êle hoje tem de elemento copulante ou alternante com *Fulano:* duplica esta forma, à semelhança dos clássicos, o que pode ser um índice de que o uso de *Sicrano* era ainda restrito. Assim escreveu: «Perguntara se fullano e fullano se haviam de pôr da sua banda».

Os outros elementos da fórmula são posteriores a «Sicrano»: *Beltrano,* provindo de Beltrão, e como que regressando à etimologia por via das terminações de *Fulano* e de *Sicrano, Alvaritano,* formado de *Alvaro,* com a vogal de ligação *i* e a terminação de *Beltrano,* despojada do *r* por haver outro no radical. «Beltrão» já tinha por vezes função inde-

(1) Lisboa, 1790, pág. 60.

finida, graças à rima: é o que se dá no provérbio arquivado por Bluteau:

Quem ama Beltrão
ama o seu cão.

Em espanhol também há a fórmula:

Fulano
Zutano
Mengano
y Perengano

onde *Mengano* provém de *Mengo,* forma aferésica de *Domengo,* com a terminação dos elementos que precedem, e *Perengano* representa *Pero,* acrescido da última parte de *Mengano.*

Tanto na fórmula portuguesa como na espanhola o segundo elemento é o mais difícil de explicar — sendo de crer que se trate também de desfiguramento de quaisquer nomes próprios, ou seus hipocorísticos, inicialmente condizentes, hipótese, que, como as explicações formativas anteriores, acorreram já à sagacidade do sábio professor Leite de Vasconcelos, no formidável volume que é a *Antroponímia portuguesa* (1).

Vocábulo devido á rima é ainda *terçogo*, feito sôbre a parte inicial de *terçol,* ou mais naturalmente sôbre a da etimologia popular *terçolho,* e a terminação de *fogo,* e que aparece circunscrito à fórmula arquivada pelo sr. Pires de Lima nas *Tradições populares de Santo Tirso:*

Á que d'el rei quem acode ao fogo
Na casa do treçogo (2).

---

(1) 1928, pág. 337-8

(2) Pôrto, 1915, pág. 12, nota 1.

Formação devida também à rima, e também circunscrita ao contexto, é *Condelia*, vocábulo feito sôbre *conde* e a terminação *ia,* exigida pela palavra *alegria*, e que pertence ao romance *D. Silvana*, publicado na *Revista Lusitana* pelo sr. Augusto Pires de Lima.

> Tu que tens, ó conde Alberto,
> Tu que tens, ó Condelia?
> Conta-me a tua tristeza,
> Conto-te a minha alegria (1).

Não quere isto, no entanto, dizer que, uma ou outra vez, um vocábulo inicialmente confinado a uma fórmula não tome independência. Já temos ouvido frases como: *não tugiu mais,* em que o verbo *tugir* se encontra desacompanhado de *mugir,* ao contrário do que é comum e foi observado por Adolfo Coelho, que diz, no *Dicionário manual etimológico,* altura alfabética do vocábulo: «Usado só na frase: *nem tugir nem mugir*, não soltar palavra, não dar sinal de si».

Também *baldroca* aparece fora da locução *trocas e baldrocas*, em que habitualmente figura, no seguinte passo de D. Francisco Manoel:

> Tal mudança vay, tal troca,
> Se o tempo tange o pandeiro
> O mundo todo he baldroca.
> Nem sou cepo, e vi já arneiro
> Isto que agora he barroca (2)

A combinação rítmica *trocas-baldrocas* foi depois registada por Bluteau no Suplemento ao *Vocabulário Português e Latino* com esta observação: «Termo chulo. Trocar drogas umas por outras. Cambiar trastes de pouca importância».

---

(1) *Rev. Lus.*, 17, pág. 293.
(2) *Obras Met.*, 2, 70.

E a explicação do segundo elemento do binário foi dada pelo sr. Dr. Leite de Vasconcelos, que o atribuiu a acção da rima com o primeiro, no seguinte passo das *Lições de filologia portuguesa*: «A palavra *baldrocas*, que entra na locução *trocas e baldrocas*, não foi, que eu saiba, ainda explicada. De *baldroca* diz Morais: «troca de coisa vil». Como em espanhol ha *balda*, que quere dizer «cosa de poquísimo precio y de ningún provecho», talvez a nossa *baldroca* se relacione com essa palavra, ou com o seu radical, sendo — *roca* pedido pela rima com *troca*» (1).

Ás vezes com a acção da rima conjuga-se outra: é o caso de *Judafás*, por *Josafá*, que aparece no começo duma oração arquivada no volume sexto da *Revista Lusitana*, oração que se recita na Extremadura contra o demónio, e que é, em parte, obra da rima — também, no entanto, sem a admitir era explicável a forma — em parte, obra de falsa ligação com *Judas*:

Lá nos campos de Judafás
O demónio encontrarás (2).

A maneira como a rima exerce a sua acção dominadora avulta particularmente num caso como o do seguinte romance popular de Trás-os-Montes, arquivado no volume nono da *Revista Lusitana*, e em que a mesma palavra — *doirada*, por via da rima, nos aparece na forma normal ou correcta, e na forma adulterada ou contrafeita, que ela impõe:

Que te alumeiem a alma,
Que te alumeiem a vida,
C'uma candeia doirada,
C'uma candeia doirida (3).

---

(1) 2.ª ed., pág. 403-404.
(2) Pág. 108.
(3) Pág. 307.

Do vulgo francês há exemplos de criações, como do português. Em certa fórmula aparece, por via de *vole*, *perdrisolle* por *perdrix:*

Le premier mois de l'année
Que me donnerez-vous, ma mie?
Une perdrisolle
Qui va, qui vient, qui vole,
Qui vole dans les bois.

Os escritores procedem como o vulgo quando a rima os põe em embaraços. La Fontaine, para superar a dificuldade em que o punham as palavras *grimace* e *singeries,* criou uma terceira, com o radical da primeira e a terminação da segunda, na fábula — *Le renard le singe et les animaux:*

Et par plaisir la tiare essayant
Il fit autour force grimaceries,
Tours de souplesse et mille singeries
Passa dedans ainsi qu'en un cerceau (1).

Cumpre também dizer que às vezes a criação devida à rima é feita em molde normal. Na seguinte cantiga popular, arquivada e comentada pelo sr. Dr. Leite de Vasconcelos nas suas sábias *Lições de filologia portuguesa,* a palavra *traidoria,* que aí aparece por via da rima com *dia*, é formada sôbre *traidor*, do mesmo modo por que se fêz *procuradoria* ou *cantadoria,* de *procurador* e *cantador:*

A hortelã é crueza
E a salsa é traidoria;
Se eu soubera quem tu eras,
Não t'amava nem um dia (2).

Podia ainda notar-se que o vulgo, como os escritores, fa-

(1) Liv. VI, fab. 6.
(2) 2.ª ed. Lisboa, 1926, pág. 404.

zem, por vezes, em obediência à rima, deformações facetas — umas inocentes, outras gravosas.

Uma popular inocente é a seguinte em que *navio* se conformou a *mastareu:*

Lá vai um naveu
Com seu mastareu.

Outra culta gravosa é a seguinte da poesia — *A ma bien aimée*, de Paulo Verlaine, em que se ajusta a terminação da palavra de Cambronne à do adjectivo feminino *verte:*

Et sans peur ni de la mort verte
Ni de la vie en rose, j'ai
Pour réponse à tel propos gai
Ou triste, ou rien du tout, dit: Merte.

Um curioso exemplo da acção lexical da rima está na denominação do alfabeto.

A designação tradicional é *ABC*, nome, por exemplo, de um jornal espanhol e de uma revista portuguesa.

«Andar no *abc*», «não saber de uma coisa senão o *abc*» são expressões correntes entre nós para designar a criança que está no aprendizado inicial da leitura e o quási ignorante de qualquer sciência ou arte. E inda que em latim houvesse *abecedarius*, — donde o português *abecedário* ou o francês *abécédaire*, — que postula quatro sinais gráficos, os três referidos mais o seu imediato *d*, a verdade é que a aparição dêste último se deve muitas vezes a necessidades rítmicas.

Eustáquio Deschamps diz na *Art de dictier* — a primeira arte poética que em França existiu — simplesmente ABC:

«Est le premier et principal ars *gramaire*, par lequel l'en vient et aprant tous les autres ars par les figures des lettres de A, B, C, que les enfans aprannent premierement, et par lesquelz aprandre et sçavoir l'en peut venir à toute

science et monter de la plus petite letre jusques a la plus haulte» (1).

É ABC que é de facto normal e se vê ainda, por exemplo, no seguinte verso da scena onze, do segundo acto da comédia de Regnard — *Le Légataire universel:*

> C'était à soixante ans nous mettre à l'abc.

Quando, porém, a rítmica o exige, aparece ABCD. Num epigrama à *Enciclopédia*, do mestre maior do género que é *Lebrun*, lê-se:

> Pour l'honneur du siècle où nous sommes,
> Il est donc enfin décidé
> Qu'on aura vu trente grands hommes
> Faire un sublime ABCD (2).

Gil Vicente vai mais longe: serve-se de ABCDE, na *Romagem de Agravados*. Frei Paço começa a examinar um filho de um lavrador nestes termos:

> Ora sus, sem mais debate
> Dize o ABCDE.
>
> *Bastião:*
>
> Arre, arre, cedo he (3).

E Peire Vidal — o formoso trovador da Provença — por causa da necessidade de uma rima com *anyell*, como que lhe chama o *ABCDL* nesta graciosa fábula:

> Co'l lop quan vol de letra apprendre
> E anch null temps no'l poch hom fer entendre
> Ne *A* ne *B* ne *C* ne *D* ne *L*
> Mays solament *anyell, anyell, (anyell)* (4).

---

(1) *Oeuvres compl.*, Paris, 1891, VII, pág. 266.
(2) *Oeuvres*, Paris, 1843, pág. 579.
(3) Hamburgo II, pág. 500.
(4) Paris, 1923, pág. 154.

Convém ainda observar que há associações vocabulares com gradação vocálica em vez de rima, como se vê nas expressões:

> Artes de berliques e berloques;
> Isto é uma jiga-joga.

Das palavras com gradação vocálica tiram-se fàcilmente efeitos de arte, como por certo sabia já um Cícero, que, na *Oratio pro M. Aemilio Scauro,* tem êste passo, em que *locus* e *lacus*, confraternizam: «non solum homines sed etiam locus ipse lacusque docuisset» (1).

A gradação vocálica é visível a actuar, conjuntamente com a rima, nas duas seguintes quadras satíricas de João de Deus, no *Campo de Flores:*

> E é verdade, na Cartilha
> Que diz elle da agulha?
> — Que a agulha é de aço e brilha...
> — Mas é parvo! — E pilha! — E pulha!
>
> — Parvo, pilha, pulha e palha...
> Que a come de tal maneira
> Que quando rabisca e espalha
> Ou é coice ou é asneira (2).

A associação verbal gradativa aparece também na locução proveniente da velha retórica *l'ithos et le pathos*, que Molière põe na bôca de Vadius, o pedante helenístico da comédia *Les Femmes savantes:*

> On voit partout chez vous *l'ithos* et le *pathos* (3).

---

(1) § 27.
(2) *Ed. cit.*, II, pág. 132.
(3) Act. II, sc. 5.

Victor Hugo, na *Réponse à un acte d'accusation* da obra *Les Contemplations*, imprime à locução carácter ternário:

> Et tout quatre-vingt-treize éclata. Sur leur axe,
> On vit trembler l'athos, l'ithos et le pathos.

O chefe do romantismo enriqueceu, por necessidades de métrica e para formosuras de rima, a locução tradicional com mais o elemento — *athos*, que é porventura, o monte turco *Athos*, a que o poeta alude noutros passos das suas obras, empregue como nome comum e esvaziado de conteúdo significativo.

Estas formações gradativas aparecem também em produções populares.

Na região do Hainaut, na Bélgica, há uma canção que começa:

> De terre en vigne —
> La voici la jolie vigne!
> *Vigni, vigna, vignons* le vin —
> La voici la jolie vigne à vin.
>
> De vigne en branche —
> La voici la jolie branche!
> *Branchi, brancha, branchons* le vin —
> La voici la jolie branche à vin (1).

Esta gradação vocálica pode não aparecer no corpo da canção, mas no seu estribilho. É o que se dá na seguinte de Marinier, em voga em Paris há vinte anos:

> Sous ton balcon, ô ma divine,
> Je viens te chanter en passant
> Aux accords de ma mandoline
> La joyeuse chanson de mon amor naissant,

---

(1) Em Nyrop, *Gr. hist. de la l. française*, III, § 19, nota.

e cujo refrão começa:

Mandoli, mandoli, mandola (1).

Estas formações têm ainda a curiosidade de serem constituídas, semelhantemente ao que se dá com os vocábulos gradativos que apresenta a canção anterior, e que assentam em *vigne* e *branche,* pelo nome do instrumento músico *mandoline,* encurtado e como que declinado.

Inda no campo lexical tem a rima outras conseqüências: determina importações de idiomas estranjeiros. Sá de Miranda pôs no, porventura mais célebre soneto seu, a palavra castelhana *ruiseñores*, que a rima pedia:

Eu vira já aqui sombras, vira flores,
Eu vira fruita já verde e madura
Ensordecia o cantar dos ruiseñores!

E Gil Vicente, igualmente forçado pela rima, emprega a palavra espanhola *ajena,* no seguinte passo português da comédia de *Rubena:*

Quem lhe pôs nome Cismena?
— Cismena, sua mãe lh'o pôs.
— Cismena! ora vistes vós
Nome novo em terra ajena? (2)

exactamente como o faz num passo castelhano da mesma obra, e em consonância com o mesmo nome próprio:

Ya que es muerto en tierra ajena
Despreciado del amor,
Quiero ir do está Cismena (3).

---

(1) Em Nyrop, *ob. cit.*, III, § 30, 1.º.
(2) II, 24.
(3) II, 64.

E, quando escreviam espanhol, a rima levava os nossos escritores ao emprêgo de palavras portuguesas.

Na *Fábula do Mondego* tem Sá de Miranda o vocábulo *desasisado*, que não existe em espanhol:

> Despues, como de sueño alto despierto,
> Aca buelve ojos, buelve alla pasmado,
> Al cielo, al agua, al monte, al campo llano;
> I qual ir vemos un desasisado,
> Ali se mueve como por acierto (1).

Também Gil Vicente no *Auto da Barca da Glória* pusera o termo português *maresia*, por via talvez da rima fácil com *mia*:

> Hace mucha maresia
> Estotra barca es la mia
> Y tú no me pasarás (2).

A rima deve ter contribuído inclusivamente para fazer aparecer, no espanhol dos autores portugueses, formas de hiperdialectização ou ultra correcções.

Assim, Sá de Miranda, por se não precaver suficientemente contra os precalços do paralelismo formal, apresenta-nos *destruezo* por *destrozo* numas trovas, em que a rima com *comiezo* e *pescuezo* impunham essa ultra-correcção:

> El que en principio ia era
> Como no tenga comiezo
> De la cadena al pescuezo
> Que el pecado nos pusiera
> Os salvó ante el destruezo (3).

Também Gil Vicente emprega, na *Comedia da Rubena*,

---

(1) Ed. Carolina Michaëlis, pág. 273.
(2) Hamburgo I, pág. 281.
(3) Ed. Carolina Michaëlis, pág. 905.

nuerte por *norte,* que a rima com *muerte* pedia e um superficial comparatismo do português e do espanhol parecia requerer:

Sigamos tan claro nuerte
No estimando la muerte
Por ganar vida a la fama.

Por vezes esta ultra-correcção fica apenas no domínio mental: a rima faz-se não com a forma real da palavra, que se escreveu, mas com a forma hiperdialectal que iluminou numa dada altura o céu da consciência do poeta. No seguinte passo da *Floresta de Enganos* aparece *norte*, em rima com *suerte,* coisa que só é justificável pelo pensamento numa forma *nuerte:*

— Perdonad que perdi el norte.
— O Ventura consagrada,
Que siendo de mi adorada,
Vos me disteis por mi suerte
Ventura desventurada? (1)

Nos próprios textos populares os estranjeirismos aparecem mantidos pela rima. Temos abundantes castelhanismos nos nossos romances épicos do vulgo — o que é uma prova da sua origem espanhola — e que a rima em muitos casos fixa, evitando que se substituam por formas portuguesas:

Alguns exemplos:

Primeiro — do romance *O Conde Alardo*, publicado por Francisco Serrano nos *Romances e canções da minha terra*, em que aparece *Castilha:*

Ai! não me mates com ferros
Que deles eu me temia!
Aperta-me com uma touca
Que me deram em Castilha (2).

(1) II, 178.
(2) Braga, 1921, pág. 28.

Castilha aparece também neste passo do romance — *A Infantina,* arquivado por Teófilo Braga no *Romanceiro geral:*

— Diga-me lá ó menina
Diga-me de quem é filha?
— Sou filha d'el-rei de França
Neta d'el-rei de Castilha! (1)

Segundo — do romance *A Infanta de França,* arquivado na mesma colectânea de Teófilo Braga, e em que aparece *donzilla:*

Lá pela noite adiante
Um lindo cantar ouvia,
Deitou os olhos ao largo,
Viu lá estar uma donzilla
Penteando o seu cabelo
Em um tanque de agua fria (2).

Terceiro — do romance *O Conde Alarcos,* publicado por Tomás Pires nas *Lendas e romances,* e em que a consonância obriga a manter o castelhanismo *tenia:*

— Mande o meu pai chamar;
Meu pai nisso lhe falaria.
Um criado que êle *tenia*
Logo o mandou a palácio (3).

Quarto — do romance *A noiva enganada,* arquivado na mesma colectânea de Tomás Pires, e em que há o castelhanismo — *venido,* pedido pela consonância:

— Filha, eu quero-te casar
Que o teu tempo é venido.
— Pode ficar descansado
Que já encontrei marido (4).

---

(1) Lisboa, 1906, pág. 231.
(2) Ibid., pág. 26.
(3) Elvas, 1920, pág. 70.
(4) Ibid. pág. 9.

Acontece ainda que a rima não só impõe freqüentemente o estranjeirismo, como lhe determina a forma de emprêgo; há que utilizá-lo umas vezes na pronúncia da língua exportadora, outras na pronúncia da língua importadora.

É mantida intacta a pronúncia originária do estranjeirismo nesta quadra da poesia *Nós* de Cesário Verde, em que o nome comum *lunch* se lê *lanche:*

> Ah! Quando a calma, à sesta, nem consente
> Que uma fôlha se mova ou se desmanche.
> Tu, refeita e feliz com o teu *lunch,*
> Nos ajudavas voluntàriamente (1).

ou neste passo das *Heras e violetas* de Guilherme Braga, em que o nome próprio *Byron* se lê *Báiron:*

> É êsse que as paixões fascinam e desvairam,
> E ao ler-lhe a sina má, phantasticas e bohemias,
> Lhe ensinam a escrever epigraphes de Byron
> No cimo das canções juncadas de blasphemias (2).

Nas *Contrariedades,* porém, o mesmo Cesário Verde, tem já uma estrofe em que é preciso ler à portuguesa *coterie,* fazendo ouvir o *e* final, pronúncia que em França só na declamação se realiza, por via da rima com «contrarie»:

> Um prosador qualquer desfruta fama honrosa,
> Obtém dinheiro, arranja a sua *coterie;*
> E a mim não há questão que mais me contrarie
> Do que escrever em prosa (3).

Outro estranjeirismo lido à portuguesa, por via da rima,

---

(1) Ed. cit., pág. 14.
(2) *Heras e violetas,* 3.ª ed., pág. 136.
(3) *O livro de Cesário Verde,* Lisboa, 1926, pág. 33.

é *cretin,* que aparece no seguinte passo de João de Deus, no *Campo das Flores:*

> Se é obra de um idiota,
> Sem princípio meio e fim.
> Então já qualquer cretin
> O compreende e adopta (1).

Deve observar-se no entanto que muitas vezes é normal, no mesmo país, a pronúncia estranjeira de um idioma muito conhecido e a pronúncia nacional de outro que o é pouco. O *Cyrano de Bergerac* de Rostand apresenta no quarto acto uma frase inglesa — o inglês é idioma que faz parte do quadro das disciplinas de ensino secundário em França — que se pronuncia à inglesa, e uma palavra espanhola — o espanhol está muito pouco divulgado na pátria de Joana d'Arc — que se pronuncia à francesa.

Eis o passo contenedor da frase inglesa, e que está na scena terceira do referido acto:

Cyrano:

> Richelieu, du bourgogne, if you please?
> Le même:
> Par quelque capucin!
> Cyrano:
> L'éminence qui grise?

Eis o passo contenedor da palavra espanhola, e que está na scena quinta do mesmo quarto acto:

> Et superbe de grace à la fois et de morgue
> L'ergot tendu sous la dentelle en tuyau d'orgue
> Le feutre au vent pour que la plume palpitât,
> S'inclinait en disant: «Passez, señorita!» (2).

---

(1) *Campo de Flores,* ed. I, Braga, II, pág. 128.
(2) Acto IV, sc. 5.

No entanto também o francês pronuncia à francesa palavras inglesas. Isso se verifica com o nome do autor de *Child Harold,* no seguinte passo da *Lettre à Lamartine,* de Alfredo de Musset:

> De la verveine en fleur t'a couronné le front,
> A ton tour, reçois-moi comme le grand Byron (1).

Leva também a rima freqüentemente ao emprêgo de arcaismos, eruditismos, e dialectismos, pelos escritores.

Aires da Vitória, na tragédia — *A Vingança de Agamenom,* emprega *may*, forma que inda hoje se ouve em Melgaço, sempre que a rima com *pai* exige a forma desnasalizada anterior a *mãe,* — também de algum modo visível no galego actual *nai,* proveniente de *mia mai*, por dissimilação sintática.

Um exemplo:

> A qual cuja acharas
> com ho sangue de teu pay:
> e logo ho vingarás
> de que gloria ganharas
> matando a tua may (2).

Outro:

> Se crueis, vendoas banhadas
> no sangue de minha may,
> te parecem untadas
> vendo ho que deuo a meu pay,
> piadosas seram chamadas (3).

Se, porém, a rima não exige a forma *may* é *mãy* que aparece, como se vê nos dois versos seguintes, extraídos dentre muitos igualmente exemplificadores:

---

(1) *Poésies nouvelles,* ed. Flammarion, pág. 81.
(2) Ed. de Esteves Pereira, pág. 37.
(3) Ibid., pág. 73.

Primeiro:

Minha mãy com quem queria (1).

Segundo:

E minha mãy me aborrece (2).

Também Gil Vicente emprega *lũa,* já arcaísmo ou dialectismo no seu tempo, em rima, e *lua* no corpo do verso. Nas *Cortes de Jupiter* há exemplos dos dois casos — e em falas da mesma personagem. Jupiter diz *lua* quando o vocábulo não conflui fonèticamente:

Vós, Lua, haveis de fazer
A o Mar obedecer (3)

e *lũa* quando *hũa* e *nenhũa* impõem a forma mantenedora da resonância nasal:

Polo qual vós clara Lũa,
Concertae vossas marés,
Porque em tudo esta he hũa,
Que no Oriente nenhũa,
Tal como esta não poz pés (4).

Um exemplo de La Fontaine, em que aparece a forma arcaica *treuve* por *trouve,* por causa da rima com *veuve,* está neste passo da fábula — *Testament expliqué par Esope:*

Quant à la somme de la veuve,
Voici leur dirent-ils, ce que le conseil treuve (5).

É ainda a mesma palavra *veuve* que obriga também Mo-

---

(1) Ed. de Esteves Pereira, pág. 42.
(2) Ibid., pág. 53.
(3) II, pág. 402.
(4) II, pág. 400.
(5) Liv. II, fab. 20.

lière ao emprêgo da dita forma arcaica *treuve,* neste passo da scena primeira do primeiro acto de *Le Misanthrope:*

> Non, l'amour que je sens pour cette jêune veuve
> Ne ferme point mes yeux aux défauts qu'on lui treuve (1).

Estes arcaísmos que a rima provoca aparecem nos clássicos como nos modernos. Um exemplo de Victor Hugo é a forma medieval *prée,* duplo de *pré,* que se encontra na seguinte estrofe da balada onze, por causa da rima *diaprée:*

> A dieu chos, plaines diaprées.
> Prées (2).

A acção da rima, no anterior passo de Hugo, toma mais vulto se se comparar com êle estoutro de La Fontaine, na fábula *Tribut envoyé par les animaux a Alexandre:*

> Ils arrivèrent dans un pré
> Tout bordé de ruisseaux, de fleurs tout diapré (3).

Também nos textos da literatura popular aparecem os arcaísmos filhos da rima. *Prol* vive por causa da consonância com *sol* no provérbio:

> Quem não anda por frio e por sol
> Não faz seu prol.

E a forma verbal *soe* — que os escritores ainda adoptam em expressões do tipo: *como soe dizer-se* — vive também no provérbio seguinte:

> Quem te honra mais do que soe
> Ou quer enganar ou ver se pode,

mantida pela assonância com *pode.*

---

(1) Act. I, sc. 1.
(2) *Odes et ballades,* Paris, 1861, pág. 336.
(3) Liv. IV, fab. 12.

A forma *Ireia* é mantida no seguinte prolóquio agrícola, por causa de *semeia:*

Pela Santa Ireia
Pega nos bois e semeia.

Também a rima mantém o arcaísmo *linha,* hoje *linhagem,* no seguinte provérbio:

Por linha
Vem a tinha;

e ainda no passo subseqüente do romance — *O Duque de Alba:*

É espalhado um boato
Na cidade de Sevilha
Que se casa o Duque de Alba
Com dama de grande linha.

Madre — que a Igreja naturalmente conservadora mantém em *Madre-Deus* — aparece igualmente no provérbio:

Não há madre
Como a que pare.

Na locução francesa, é também nome de um jôgo infantil:

à la queue
leu leu

— outrora simplesmente:

à la queue
le leu,

e que significa «uns atrás dos outros», «em fila», mantém-se a forma arcaica *leu,* de *lupu,* hoje *loup,* por causa de *queue.*

A razão da locução está em os lôbos caminharem em fila, ou, como se diz em linguagem militar, formados a um.

A forma *Leu,* fóra do presente caso, só vive na toponímia: há *Saint-Leu* proveniente de *Sanctu Lupu.*

Às vezes o arcaísmo mantido pela rima é-o sob mais de um aspecto.

No provérbio:

Na almoeda
Tem a bolsa queda

há a conservação do nome árabe *almoeda,* hoje leilão, e na pronúncia antiga, de *e* tónico fechado — Adolfo Coelho no *Dicionário manual* regista *almoeda* com *é* aberto — como em «moêda», hoje «moéda» por influência metafónica do *a* final.

No provérbio agrícola:

Em janeiro
mete obreiro
mês meante
que não ante,

há a conservação de uma forma rara — o particípio presente *meante* e, por via dela, do arcaísmo *ante,* que é a forma normal proveniente da partícula latina *ante:* ao actual *antes* comunicou-se paragògicamente o *s* de outras formações, e principalmente da antónima *pós,* de *post*, com *após* e *empós,* e *depois* de — *de-e-x-pox* — sendo o elemento final desta última criação analógica com *mox.*

Deve notar-se que muitos dêstes arcaísmos que a rima vai mantendo em provérbios estão em muitos pontos do país a desaparecer.

O adágio agrícola:

Como vires ao faval
Assim espera o al,

ouvi-o já na Beira Alta modernizado dêste modo:

Como vires os favais
Assim espera o mais.

A rima leva também ao emprêgo de eruditismos. Camões numa das elegias, que mais e melhor falam das suas rudes viagens e infelizes amores, tem os tercetos seguintes — em que aparece o latinismo *defecto,* para rimar com *objecto* e *Alecto:*

> E s'este Amor no Mundo está de sorte,
> Que na virtude só de um lindo objecto
> Tẽe hum corpo sem alma, vivo e forte;
>
> Onde este objecto falta, qu'he defecto,
> Tamanho para a vida, que ja nella
> M'está chamando á pena a dura Alecto (1).

E Gil Vicente empregara latinismos, como *cras,* no *Auto da História de Deus,* escrito em português:

> Tu saberas
> E não me descubras nem hoje nem cras (2).

e *generacio,* no *Auto do Vaqueiro,* escrito em espanhol:

> Si me ora vagára espácio
> Y de prisa no veniera,
> Juri à nos que yo os diera
> Cuenta de su generacio (3).

A rima leva igualmente ao emprêgo de formas dialectais. No mais antigo «milagre» francês — *Le jeu de Saint Nicolas* Jean Bodel utiliza, quando as necessidades da rima a isso o levam, formações vocabulares de regiões cujos dialectos estavam já em grande decadência sob o aspecto literário, e

---

(1) *Elegia,* III, v. v. 40-46.
(2) I, pág. 322.
(3) Hamburgo I, pág. 4.

haviam de ser totalmente suplantados pelo idioma da Ilha de França um século depois.

Assim, emquanto emprega a forma normal *eslit* numa altura em que ela se acomoda à rima:

> Seignor, se je sui juenes, ne m'aiez en despit!
> On a veü sovent grant cuer en cors petit.
> Je ferrai cel forçor, je l'ai piece a eslit:
> Sachiez je l'ocirai s'il ainçois ne m'ocit (1),

põe-na de banda noutra altura, em que, por precisar de uma rima em — *ieus*, recorre à forma dialectal *eslieus* correspondente da normal *esliz*:

> Soiez seür, car enz es cieus
> Vos a Dieus fait siege eslieus (2).

Também na obra prima de Chrétien de Troyes — *Le chevalier au lion* aparece, por causa da rima, o dialectismo *chevous* por *cheveus*:

> Qu'onques rien tant amer ne vous.
> Mont me poise des beaus chevous (3).

Molière na scena sétima do quarto acto de *L'étourdi* emprega *fillole*, em vez de *filleule*, por causa da rima com *parole*, — ou seja o têrmo aldeão em vez do cortesão, na discriminação que Vaugelas faz nas *Remarques sur la langue française*: «Toute la cour dit *filleul* et *filleule*, et tout la Ville *fillol* et *fillole*» (4).

---

(1) G. Paris, *Chrestomathie du moyen âge*, pág. 317.
(2) Idem, pág. 319.
(3) Idem, pág. 98.
(4) II, Paris, 1687, pág. 538.

Eis o passo de Molière:

> Il n'a pas aperçu Jeannette, ma fillole,
> Laquelle a tout ouï, parole pour parole (1).

Na farsa *O Juiz da Beira* Gil Vicente tem o dialectismo beirão *audiança* por via da rima com *alcança:*

> — Hum banco pera a audiança
> — Aqui banco não se alcança
> Senão em casa do carpinteiro (2).

E no *Auto da Mofina Mendes,* do mesmo Gil Vicente, um frade emprega, por causa da rima com *sabeis,* um dialectismo do sul — *peis, pés* na linguagem normal:

> Não vos enganeis,
> Letrados de rio torto,
> Que o porvir não no sabeis
> E quem nisso quer pôr peis
> Tem cabeça de minhoto (3).

Também Garrett, no *Chapim de el-rei,* emprega, por via da rima, o mesmo dialectismo do sul, porém na forma do singular:

> De joelhos toda a noite
> Ali fica o bom do rei,
> Pasmado a olhar para ela
> Sem bulir nem mão nem pei (4).

---

(1) Act. IV, sc. 7.
(2) III, pág. 164.
(3) Ed. Hamburgo I, pág. 101.
(4) *Obras completas*, VI, Lisboa, 1904, pág. 117.

Ainda são encontráveis em provérbios, e mantidas por via da rima, formas dialectais. Um exemplo:

O ignorante e a candeia
A si queima e outros alumeia.

A rima produz ainda outras acções vocabulares. Uma delas é visível nas formações de elementos componentes invertidos, e de que Castilho nos dá um exemplo no seguinte passo de *As Sabichonas:*

Gonçalo:

Verás. Gonçalo
Não seja... Pois quê julgas-me algum banana?
D. Henriqueta:
Deus me livre!
Gonçalo:
Algum tolo! algum casaca-abana!

Em vez de *abana-casacas* — que era a formação normal: notem-se: *vira-casacas, abana-moscas* — apareceu, por via da rima com *banana,* a combinação invertida — *casaca-abana.*

Ainda podia notar-se que também a rima cria duplos ou divergentes — com maior ou menor vida. Gil Vicente, por exemplo, emprega os conforme as necessidades da consonância. Na tragicomédia *Amadis de Gaula* aparece *ermitaño* e *ermitano,* conforme a rima se faz com *daño* e *engaño,* ou com *hermano* e *mano.*

É o seguinte o passo que apresenta o primeiro caso, de forma corrente:

— Y quereis ser ermitaño?
— Padre, en ese bien me fundo,
Porque el mundo en que me daño,
Nunca fue para mi mundo
Sino una mar de engaño (1).

(1) II, 279.

O passo que apresenta o segundo caso, ou seja o de forma inusitada, é como segue:

— Y con esta escoba hermano
Barrereis esta posada.
Porque alzais ansí la mano?
— Perdonad, padre ermitano,
Que yo pensé que era espada (1).

João da Silva Correia.

(1) II, 288.

A FUNDAÇÃO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

I

As margens inferiores do Rio Minho, no meiado do século IX, achavam-se êrmas por causa das correrias agarenas e das piratarias dos homens do Norte.

O doário, Bispo de Lugo, repovoou com gente da alta Galiza esta ribeira, cuja toponímia recorda tal colonização.

No estio do ano de 1012, a expedição dos noruegueses ficou memorável pela crueldade com que devastaram uma grande parte do território galego, arrasando Tui, cujo Prelado fugiu para as montanhas da Labruge; as famílias deixaram as —*Vilas*—, e os campos jaziam incultos, pois a população havia retirado para o interior.

Após o sucesso das armas cristãs, advieram a paz e o sossêgo, porque as últimas invasões dos normandos tomaram um carácter pacífico e sedentário, e por isso se lhes permitiu viver nalguns logares juntos aos nossos rios.

A Sé lucense assumiu a administração das dioceses de Orense, Braga, Tui e Iria, até ao ano de 1067; restabelecida então a igreja tudense, o seu Bispo superintendia até ao rio Lima, sendo certo que a Galiza, na época ástur-leonesa, compreendia o Condado portucalense.

No princípio da nossa nacionalidade as divisões das — *Terras* — tomaram o nome dos rios mais notáveis que as limitavam, sendo governadas por um *Rico-homem*, tenente

do Rei, exercendo amplas funções militares e administrativas. Êste Distrito setentrional chamava-se — *Terra de Entre Minho e Lima* —, e o seu governador dizia-se — *Tenente de Riba Minho,* por residir nas margens do rio fronteiriço, e presidindo até ao tempo de D. Afonso III aos julgados de Valadares, Pena da Raínha, Fraião e Caminha, criados pelas leis de 1220.

Na Ribeira ao norte do rio Minho, estendia-se, até à ria de Vigo, o *Condado de Toronio*, ou *Torênho,* indo da costa do mar ao rio Têa, ou de Filhabôa, defronte de Mazedo, em Monção.

Na invasão de 1212 os leoneses destruíram os castelos de Valença e de Melgaço, que vigiavam a nossa raia fluvial do Minho, e por isso o Conde de Bolonha cuidou em edificar novos castelos em Caminha, Cerveira, Monção, Castro Laboreiro e Lindoso; D. Pedro I fortificou Ponte de Lima, e D. Fernando concluiu as obras do Castelo de Lapela e os muros da Vila de Viana da Foz de Lima.

II

Firmada a nossa separação e estabelecida a linha de defesa sôbre o rio Minho, reconheceu-se, atenta a extensão dos julgados de Caminha e de Valença, a urgência de outro intermédio, qual o de — *Cerveira* —.

D. Afonso Henriques havia dado esta Terra a Afonso Jordão, certamente francês, mas foi D. Sancho I que tratou de repovoar êste sítio, sob a Tenência de D. João Nunes de Cerveira.

Á organização dos julgados por D. Afonso II, seguiu-se a dos concelhos por D. Afonso III, que, desejando consolidar a emprêsa de seus antepassados, mandou edificar uma tôrre no *Crastelo,* que dominasse o váu de Cerveira, tra-

zendo do Paço Real de Sobreira, na freguesia de Córnes, a pedra e madeira para essa construção.

Cremos que a primitiva tôrre foi a chamada *dos Mouros*, ou de menagem, à direita da porta da entrada do *Castelo*, e meia demolida em 1844.

O mesmo Conde de Bolonha concedeu a Cerveira os primórdios de autonomia, no intento de mais tarde lhe dar os foros concelhios; e, quando esteve em Valença, no 1.º de Julho de 1262, mandou passar alvará outorgando-lhe a regalia de — *vizinhança* — com os moradores da Galiza, franqueando os géneros, gados e tôdas as mercadorias, sem quaisquer direitos, privilégio êste depois confirmado pelas cartas régias de Setúbal, a 15 de Maio de 1496, e de Almeirim, no 1.º de Dezembro de 1525.

Obtiveram mais em 1266 que todos os direitos que o *Rico-homem* houvesse de receber em Cerveira, fôssem convertidos numa renda anual de 300 morabitinos.

Esta mudança trouxe aos vilãos cerveirenses a vantagem de lhes não entrar no têrmo o Mordomo ou exactor do fisco, ficando obrigado, quando aqui viesse, a pagar tôda a despesa que fizesse.

Anos antes já estava criado o *Julgado de Cerveira.*

Urgia fortificar convenientemente Cerveira, e aí atrair habitantes; D. Dinis entendeu cercar com muralhas o cabêço onde existia o torreão afonsino, encarregando disto a Afonso de Novais, seu 1.º Alcaide-mor, que concluiu o Castelo em 1317.

Desejando alguns vizinhos fazer uma *póbra* a par do novo Castelo, pediram ao Monarca os seus quatro casais reguengos; assim D. Dinis ao *encourelamento* a sete moradores, formando portanto 28 casais, concedendo-lhes também a igreja de São Cibrão, pela ermida de Côrtes (S. Roque), bem como tôdas as herdades neste último local, contanto que as confrontassem e indicassem os limites, e os prédios

que cediam em troca, e o fôro anual que lhe pagariam pelas *coirelas* cedidas; o que tudo consta da Carta de Foral de 1321 dado à *Vila Nova,* mas não a exarada no *Port. Mon. Hist.*, pág. 530-531, que diz respeito a Famalicão.

17-1-1930.

Luiz de Figueiredo da Guerra.

RUDOLF STEINER E A ANTROPOSOFIA

Muitas das melhoras mentalidades das épocas passadas e mesmo dêste século pensavam que as concepções puramente materialistas eram suficientes para explicar os fenómenos do Universo. O desenvolvimento formidável que a Sciência ia atingindo, as conquistas brilhantes do pensamento faziam supor que mais cedo ou mais tarde todos os fenómenos da vida vegetativa, tôda a actividade psíquica viriam encontrar uma explicação cabal nas leis mecânicas, no calor, na luz, na electricidade, na química coloidal etc. numa palavra, nos fenómenos e leis da física e da química. A matéria, nas suas propriedades e características conhecidas e por conhecer, a Energia nas suas várias modalidades deviam bastar em última análise para explicar todos os fenómenos do Universo. A Vida seria um caso particular de transformação de Energia. As locubrações mais transcendentes dum Kant, a inspiração artística dum Bach, a acção enérgica dum Napoleão, sujeitas às leis dum determinismo inexorável, viriam a enfileirar como fenómenos naturais ao lado das manifestações mais rudimentares do calor, da luz ou da electricidade.

Hoje em dia, porém, essas concepções não nos satisfazem por forma nenhuma. Se ainda há quem pense pelos moldes acima indicados, o número dos que se contentam com aquelas concepções vai a pouco e pouco diminuindo. Quanto a nós, os outros, uma poderosa convicção íntima instintiva bem como o raciocínio scientífico e filosófico levam-nos a supor a

existência doutras fôrças, doutras possibilidades além das que a física e a química nos demonstram. Para nós, hoje em dia, a Vida não pode resumir-se apenas a fenómenos físico-químicos. Nós hoje concebemos a Alma e o Espírito como realidades duma categoria diferente da do mundo material e as manifestações dos organismos vivos, concebemo-las portanto como sujeitas a leis diferentes daquelas que regem os fenómenos habituais da matéria.

Não basta, porém, que a nossa mentalidade se não satisfaça com as concepções materialistas. Não basta que procuremos intensamente pontos de vista espiritualistas para conceber a arquitectura universal. É necessário desbravar campos de investigação espiritualista, criar os métodos de estudo adaptados a essas modalidades especiais de fenómenos, encontrar as novas explicações, descobrir as novas leis. É essa a tarefa que incumbe aos investigadores, chamados duma forma genérica «neo-espiritualistas».

Tomando o desejo de Espiritualidade na sua forma mais geral, nós vemos por todo o mundo, hoje em dia, correntes neo-espiritualistas em grande abundância e com variadas modalidades. Encontramos todos aqueles que, numa reacção instintiva contra as fórmulas negativistas das épocas anteriores, se apegam com afinco às tradições religiosas clássicas e assistimos assim a uma reviviscência intensa do sentimento religioso (católico, por exemplo) por tôda a parte do mundo. Vemos outros indivíduos que não se satisfazem com os moldes religiosos habituais e que se lançam cheios de fé e entusiasmo na adopção e na propaganda de novas formas de culto — isto acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde as religiões novas brotam a cada canto com a fertilidade dos cogumelos. Outros ainda procuram na prática do Espiritismo tomar contacto com outras fôrças ocultas que porventura permeiam o mundo material que nós conhecemos, e assim sucessivamente.

De entre tôdas as correntes neo-espiritualistas actuais, há uma que se nos afigura como sendo a que satisfaz mais inteiramente a nossa maneira de ser. Ao mesmo tempo que engloba e explica tôdas as possibilidades religiosas, ela fornece-nos dos assuntos materiais e espirituais um quadro global lògicamente conduzido, que corresponde bem às exigências do nosso espírito moderno. Referimo-nos ao conjunto de doutrinas expostas pelo filósofo austríaco Dr. Rudolf Steiner, denominadas por êle Sciência espiritual (Geisteswissenschaft) ou Antroposofia.

Steiner, que era ao mesmo tempo um scientista da sua época e um místico do século xx, veiu trazer àqueles que esperavam por uma orientação neo-espiritualista correcta uma série de pontos de vista, que nos parece serem aqueles que mais perfeitamente satisfazem a nossa mentalidade actual.

*

Steiner possuía faculdades de conhecimento supra-sensorial duma espantosa extensão e duma extraordinária profundidade. Esta afirmação constitui o nosso ponto de partida para estudar a obra de Steiner. Se, para uns, ela não comporta nenhuma inverosimilhança, para a maioria dos indivíduos educados na escola scientífica actual ela provoca incredulidade e desdém. É, por isso, necessário que nos ocupemos delas demoradamente.

Faculdades de conhecimento supra-sensorial são faculdades que permitem ao homem verificar directamente outros fenómenos além daqueles que os seus cinco sentidos lhes dão a conhecer. Desde que existem homens, com as suas cinco portas abertas sôbre o mundo exterior — a vista, o ouvido, o olfacto, o paladar e o tacto — têm aparecido creaturas que possuem ou pretendem possuir outros sentidos a mais e que contam à humanidade as suas observações feitas

por meio dêsses outros sentidos — essas creaturas chamam-se profetas, apóstolos ou santos -- a crítica scientífica actual chama-lhes no geral impostores ou pelo menos alucinados.

Devemos regeitar *in limine* a existência de tais faculdades? É-nos lícito, pelo contrário, acreditar na existência delas? Até que ponto podemos ter confiança nos resultados das observações dêsses videntes em geral e de Steiner em particular?

Partamos dum sentido que é vulgar — a vista. Quando nós, indivíduos normais, falamos uns aos outros das formas dum edifício, das curvas suaves da quebrada duma serra, das cores maravilhosas dum pôr de sol de outono, essas nossas palavras têm para aqueles que nos ouvem um sentido evidente, porque êles, possuidores dos mesmos sentidos que nós temos, conhecem por experiência própria, directa, o valor dessas palavras — forma, curva, côr.

Contemos, porém, as nossas observações a um daltónico, a um daqueles indivíduos que não distinguem côres, para os quais o mundo tem um aspecto cinematográfico, apenas com *nuances* duma cor uniforme. Para êsses indivíduos, as palavras —verde, alaranjado, amarelo—são expressões absolutamente desprovidas de significação. O daltónico, tendo sentidos a menos que o comum da humanidade, não pode ligar directamente nenhuma ideia a tais palavras e vê-se forçado a fazer fé nas afirmações que lhe fazem aqueles que vêem côres, quando estes lhe dizem que podem distinguir nìtidamente, por exemplo, duas lanternas de signalização de caminho de ferro, de forma perfeitamente igual apenas porque uma é vermelha e a outra é verde. Nós não temos necessidade de quaisquer artifícios para distinguir as duas lanternas, a nossa simples observação diz-nos sem engano qual delas é a verde a qual a encarnada, por conhecimento directo, evidente, definitivo; O daltónico se não quiser ficar reduzido a acreditar passivamente as nossas afirmações, terá por exemplo que

fazer uma análise química dos dois vidros afim de os distinguir um ao outro. A sua análise, porém, leva o a verificar que nós temos razão.

Vejamos agora um outro caso — o sentido chamado do «ouvido absoluto». Ao passo que, para as côres, a maioria dos mortais sabe diferençá-las directamente e os daltónicos constituem a excepção, para os sons a maioria dos homens apenas consegue quando muito indicar os seus intervalos relativos, uma quarta, uma sétima, etc.) e apenas uma pequena minoria sabe dizer, ao ouvir tocar uma nota qualquer isoladamente, se ela é um dó, um fá, um sol sustenido, etc. Perante um dêsses indivíduos, quando os vemos conhecer sem hesitação os sons, com a mesma segurança com que nós distinguimos as côres, a nossa atitude para com êles é a mesma da que têm os daltónicos para comnosco quando das côres se trata. Nós distinguimos o verde do azul e êles admiram-se, impotentes para fazerem o mesmo. Os que têm o ouvido absoluto reconhecem um dó sustenido dum ré natural, por observação imediata e então a estranheza é nossa.

Contudo, aproximando-nos nós dum piano, podemos verificar fàcilmente que êles não se enganaram e temos que nos render à evidência de que êles possuem realmente, naturalmente desenvolvido, um sentido que nos falta.

Até agora, trata-se apenas de *nuances* dentro de dois sentidos habituais. Vejamos, porém, outros — Os pombos correios têm inegàvelmente um sentido especial de orientação, sentido que lhes indica, com uma segurança absoluta, qual a direcção que têm a tomar para regressarem ao seu pombal, quando largados a uma enorme distância. Êste sentido, cuja existência nós somos forçados a constatar, é para nós perfeitamente desconhecido, pelo menos para nós civilizados, pois parece que êle é bastante freqüente nos povos primitivos. — Os animais herbívoros conhecem instintivamente quais as hervas que podem comer sem lhes fazerem mal, ao

passo que nós homens se queremos distinguir, por exemplo, os cogumelos comestíveis daqueles que o não são, temos que aprender botânica.

Vimos, pois, em primeiro lugar, que entre os homens existem pequenas diferenças nos sentidos habituais. Há-os que têm sentidos menos desenvolvidos que a média, há quem os tenha mais perfeitos que a maioria -- em segundo lugar, verificámos que existem entre os animais sentidos completamente ignorados entre os homens civilizados, parecendo, porém que tais sentidos se encontram entre os povos selvagens.

Perante estas considerações, não nos repugna admitir que certos homens possam ter porventura outros sentidos diferentes dos da grande maioria dos mortais, que lhes permitam ter directamente conhecimento de outras coisas que nós desconhecemos.

Não pretendo dizer que se prove pelo que ficou dito a veracidade das suas afirmações, apenas pretendo mostrar que não é um absurdo o aceitar a possibilidade da existência de outros sentidos além dos cinco banais. Como resposta à nossa primeira interrogação diremos que não temos o direito de regeitar *in limine* a existência de faculdades supra-sensoriais, tendo, pelo contrário o direito de as estudar a sério.

Como é que poderemos, porém, verificar se essas faculdades são ou não reais, ou pelo menos se têm algum valor objectivo as afirmações feitas pelos clarividentes?

Há vários caminhos a seguir: — Um dêles consiste em comprovarmos por nós próprios a realidade das suas observações. De facto, e referindo-nos agora mais especialmente à obra de Steiner, êste afirma-nos que é possível a qualquer simples mortal desenvolver em si próprio os sentidos superiores, que êsses sentidos existem em todos nós atrofiados e que por uma *ginástica* adequada todos nós somos capazes de os trenar (como trena o seu tacto, por exemplo, um in-

divíduo que cegou, a ponto de conseguir com os seus dedos distinguir pormenores que escapam por completo ao tacto habitual da maioria).

Seja dito de passagem, que, segundo Steiner, êsse caminho é até precisamente necessário ao estadio actual da evolução humana. Êsses trenos, a meditação que com eles se prende, são precisamente o remédio que històricamente compete à nossa época como tratamento da nevrose da actualidade.

Há muitos indivíduos que estão hoje em dia seguindo a marcha indicada por Steiner e alguns dêles afirmam terem conseguido atingir os primeiros estádios de clarividência descritos por êle, confirmando em absoluto as observações que Steiner descreve.

Para quem atingiu um tal estado de evolução, esta demonstração é a mais cabal e perentória da veracidade das asserções de Steiner. Esta demonstração, porém, tem valor apenas para aqueles com quem isto se passa. Para os outros resta sempre a suposição de que quem tal afirma é vítima duma ilusão, é um fanático, é uma creatura que observou mal e se deixou levar pelas sugestões de Steiner, e assim, uma tal demonstração, longe de os satisfazer, pelo contrário, provoca nêles uma reacção de desconfiança.

Para a mentalidade ocidental, no geral da sua cultura, a marcha demonstrativa tem que se fazer por meio de factos objectivos, comprovados pela metodologia scientífica habitual. Êste critério de prova, aplica-se de resto, tanto às afirmações de Steiner, como a tôdas as asserções de carácter neo-espiritualista.

Uma tal verificação, porém, tem de ser feita com um critério scientífico absolutamente impecável e com uma soma espantosa de argúcia prática, para nos pôr a coberto de mistificações, de prestidigitações ou sequer de auto-sugestões de iluminados ou de fanáticos.

É êste o ponto onde existe o maior escôlho no estudo dêstes assuntos. O número de mistificadores, de charlatães, que têm tomado conta dêles é enormíssimo. Tem-se feito de todos êstes fenómenos um comércio desonesto. Scientistas da maior honorabilidade, cheios de boa fé, incapazes de enganar os outros, mas por isso mesmo inclinados a ver nos outros uma boa fé semelhante à sua, têm sido vítimas de mistificadores grosseiros. Na crítica dos fenómenos verificados, nem sempre tem havido a nitidez scientifica, ou sequer a argúcia prática que tais assuntos requerem. Um público desejoso de ouvir fenómenos novos, *à sensation*, aceita fàcilmente afirmações pouco documentadas feitas por observadores apaixonados. Mais tarde verifica-se que os factos não são absolutamente exactos. Daí o descrédito em que têm caído todos os assuntos de ordem supra-sensivel, seja dito de passagem. Isto, porém, não deve ser motivo suficiente para nos afastar de vez de tais assuntos, desde que em nossa consciência nos sintamos capazes de exercer a seu respeito uma crítica talvez ainda mais severa do que no estudo dos fenómenos puramente sensoriais.

Por um lado, um septicismo fácil, um desdenhoso encolher de hombros de suposta superioridade poderá porventura fazer-nos passar ao lado de factos verdadeiros, negá-los, ou apenas ignorá-los e levar-nos assim a desprezar elementos que poderiam ser quiçá do maior valor para o progresso da Humanidade.

Por outro lado, quando os queiramos estudar, os escolhos, desde o charlatanismo até à auto-sugestão ou simplesmente à observação mal feita, são tão grandes, tão numerosos, que exigem da parte de quem queira estudar uns tais assuntos uma cautela, um *self-control*, uma objectividade de raciocínio infinitamente mais severos ainda do que no estudo dos fenómenos scientificos habituais.

Rodeados, porém, de tôdas as cautelas, armados dum

espírito de observação cuidadosa e estrictamente imparcial, nós temos o direito de empreender o estudo dêstes factos extranhos começando por verificar cuidadosamente as afirmações feitas por estes videntes nos campos em que tal verificação seja possivel.

*

Ora, pois, Steiner, apresenta-se-nos como possuindo faculdades de visão supra-sensoriais num grau extraordinàriamente elevado e faz-nos parte das suas observações numa obra verdadeiramente gigantesca.

Encarando Steiner como homem, estudando a linha geral da sua vida, adquire-se a convicção de que êle reünia em si as mais extraordinárias qualidades de grandeza moral, a maior bondade, a mais estrita veracidade, a maior dedicação e altruismo que é humanamente possivel conceber-se. Steiner, no dizer unânime daqueles que o conheceram de perto era uma personalidade modelar sob o ponto de visto moral. De resto, mesmo não o tendo conhecido pessoalmente, a sua grandeza moral, a elevação e pureza da sua personalidade ressaltam nìtidamente através da sua obra. Sob tal aspecto, podemos pôr confiadamente de parte qualquer suspeita de charlatanismo, passando, pelo contrário a ter por êle o mais completo dos respeitos (1).

Afastada esta hipótese, podemos supôr ainda que Steiner

---

(1) Uma tal convicção não se adquire de repente; forma-se pouco e pouco, lidando durante alguns anos com a sua obra e com os continuadores dela. Para quem se interesse especialmente sôbre a personalidade de Steiner recomendamos a leitura duma obra especialmente vibrante, o livro de Rittelmeyer — *Meine Lebensbegegnung mit Rudolf Steiner (Stuttgart — Verlag der Christengemeinschaft)*, obra admirável onde se contam as impressões *vécues* de alguém que com Steiner conviveu muito de perto.

foi vítima de alucinações, podemos pôr em dúvida a sua sanidade mental. A tal respeito, ouçamos o que nos diz Rittelmeyer:

«Como é que será possível destrinçar se uma tão elevada espiritualidade assenta realmente sôbre uma verdade, ou se é apenas um êrro grandioso? — Pessoalmente tinha eu (Rittelm.) o desejo imediato de considerar em primeiro lugar com a maior exactidão possível, o homem que nos apresentava essas coisas novas. Não tinha deixado escapar nenhuma ocasião que se oferecia para formar um juízo sôbre R. St. como homem. — Parecia-me especialmente que uma tendência para a fantasia e auto-engano, se existe no campo supra-sensível, também se deve patentear em qualquer ocasião no convívio com os homens e no contacto com as realidades da vida. A não ser assim, teríamos que admitir uma dualidade perfeitamente extranha e inverosímil, tal como não aparece nunca nem nos mais subtis psicopatas, ou então teríamos que admitir uma *intrujonice* verdadeiramente diabólica. Quão grande não era a minha admiração ao verificar sempre a segurança e a clareza com que R. Steiner abrangia e dominava até as mais pequenas futilidades da vida. O seu conhecimento dos homens era simplesmente estupendo».

É esta impressão de Rittelmeyer a mesma que nos transmitem todos os que com êle de perto conviveram. A leitura da sua obra deixa-nos a seu respeito a mesma impressão de sanidade mental. É facto que, quando caímos sem preparação prévia sôbre uma das suas obras mais completas temos uma impressão de loucura ou de fantasia sem base. (De resto o mesmo aconteceria por exemplo a alguém que ignorando a existência do cálculo diferencial encontrasse de repente um livro sôbre essa matéria. Ao ver o autor pretender firmar raciocínios sôbre sinais cabalísticos e incompreensíveis teria a impressão de estar lendo a obra dum doido). Quando, porém estudamos as conferências mais simples de Steiner, elas

dão-nos, pelo contrário, uma sólida impressão de bom-senso, de ponderação, de raciocínio lógico e bem conduzido. Continuando na leitura dessas obras e familiarizando-nos com elas, ao tomarmos de novo contacto com aquelas que ao princípio nos causaram estranheza, somos levados a encontrar-lhes a mesma marcha sólida de raciocínio correcto que tínhamos reconhecido de entrada nos trabalhos mais simples. (Tal como acontece a quem estuda matemáticas superiores depois de ter desbravado os terrenos rudimentares da aritmética e da álgebra).

Postas de parte as hipóteses de charlatanismo e de insanidade mental, comecemos a estudar directamente as suas faculdades supra-sensíveis e vejamos a evolucão que tiveram durante a sua vida.

Já em criança êle as manifestava, podendo distinguir, por exemplo, ao ajudar a determinados serviços divinos, auréolas de côres diferentes nos vários padres com quem lidava, côres belas nuns, que lhos tornavam simpáticos, côres feias noutros que lhos tornavam repelentes. Descrevia êle assim espontâneamente aspectos que correspondem àquilo que os ocultistas chamam a *aura* dos indivíduos.

É bem de supor a estranheza que causavam semelhantes afirmações desta criança naqueles que o rodeavam. Steiner ràpidamente compreendeu que havia coisas que êle via e que não eram tomadas a sério quando delas falava. Calou-se então Steiner a tal respeito, ocultando dos outros as suas observações supra-sensíveis, continuando, porém, a desenvolver e a aperfeiçoar as faculdades especiais de que dispunha.

No entretanto, ia fazendo os seus estudos universitários, doutorava-se em filosofia em Viena, e começava, numa grande actividade produtora, a publicar obras de filosofia e crítica, filhas duma mentalidade sólida e correcta. Só depois dos quarenta anos começou a falar em visões supra-senso-

riais, fazendo a sua grande obra relativa a êste assunto nos últimos vinte anos da sua vida.

Perguntou-lhe uma vez Rittelmeyer: — «Como é que V., que certamente já conhecia muitas coisas anteriormente, calou completamente os assuntos «ocultos» até aos quarenta anos»? — Resposta de Steiner: — «Eu tinha que conseguir no mundo primeiramente uma certa situação. Das minhas obras actuais poderão certamente dizer que são loucas, mas os meus trabalhos anteriores também existem; não é possível simplesmente ignorá-los. Além disso, eu tinha que deixar chegar essas coisas em mim mesmo até a um certo grau de clareza, até poderem adquirir a forma própria de exposição, antes de poder falar nelas. E isto não era assim tão fácil. E, finalmente — devo confessá-lo — era necessária uma certa ousadia para falar assim pùblicamente em tais assuntos. Tive que me encher primeiramente de coragem».

Depois de tudo o que fica exposto, compreende-se que as afirmações feitas por uma tal personalidade mereçam ser apreciadas a sério e justifiquem que se faça pelo menos um estudo consciencioso do seu valor. Não é lícito passar por elas com um simples e desdenhoso encolher de hombros. Um homem de tão elevada categoria, apresentando-se a fazer afirmações com tanta cautela, tem jus a que a sua obra seja ponderada cuidadosamente, antes de emitirmos sôbre ela um parecer definitivo.

*

A obra de Steiner é extraordinàriamente extensa e complexa. Ela abrange todos os ramos da actividade humana. Arte, Sciência e Religião encontram-se nela fundidas numa síntese formidável que as entrelaça harmoniosamente. Fazendo a sua leitura, começam porém a destacar-se na sua obra dois aspectos: — Um, o aspecto puramente espiritual, a descrição minuciosa, anatómica, dos corpos superiores do

homem, o quadro grandioso do mundo espiritual, a velha concepção da reincarnação e do karma, o estudo dos factos que se passam entre a morte e o novo nascimento, o panorama formidável das directrizes espirituais da Humanidade, etc. etc., tudo isto estudado e desenvolvido com a mais espantosa cópia de pormenores e de elucidações que seja possível imaginar-se.

Para todo êsse aspecto da sua obra, não encontramos de entrada verificação possível. Lemos essas coisas ao princípio como um lindíssimo conto de fadas, que pode porventura ser exacto, ou pode, pelo contrário, ser apenas uma genial ilusão do seu autor, que, em todo o caso, nos prende e nos encanta pela sua grande beleza e pela pujança e amplidão de olhar que nos revela.

Entremeadas, porém, com estas considerações, de ordem espiritual, encontramos a cada passo afirmações concretas sôbre coisas que estão ao alcance do nosso estudo. Ao princípio não conseguimos apanhar o élo que liga estas afirmações sôbre medicina ou agricultura, por exemplo, com os pontos de vista espirituais, nem isso ao princípio nos interessa. A nossa mentalidade, habituada à metodologia scientífica vulgar, encontrando-se em terreno em que a experimentação é asada, lança-se sôbre êsses aspectos e apoia-se sôbre eles para fazer o seu estudo.

Ora, Steiner, partindo de observações puramente supra-sensíveis, fêz afirmações concretas àcêrca de terapêutica, indicando, por exemplo, medicamentos novos para determinadas doenças. Criou uma nova forma de arte — a Euritmia — e indicou que certos movimentos deviam ter um determinado efeito curativo. Steiner fêz afirmações sôbre métodos agrícolas para aperfeiçoar o aproveitamento do solo, indicou novas orientações a seguir na pedagogia, etc. etc.

Nesta altura, o nosso critério scientífico lança mão dêsses assuntos e procura encontrar experimentalmente, nos campos

acessíveis aos nossos sentidos, a demonstração do valor ou da inanidade das asserções de Steiner.

É isso que tem vindo a fazer-se há alguns anos a esta parte nas várias clínicas, laboratórios, escolas, campos de experimentação agrícola, que sucessivamente têm vindo a montar-se na Alemanha, na Suissa, na Áustria, na Holanda, na Inglaterra, etc. (pois a afirmações duma tal magnitude tinha de corresponder uma máquina de demonstração verdadeiramente colossal).

Ora, sob êste ponto de vista, a pouco e pouco e em todos êsses campos, as confirmações da veracidade das asserções de Steiner têm vindo a fazer-se pela forma mais absolutamente brilhante que se possa conceber.

Encarada sob êste aspecto, a obra de Steiner veiu abrir novos horizontes a cada uma dessas Sciências, mostrou novas possibilidades de investigação, alargou enormemente o campo de acção da sciência actual com os dados fornecida pela observação supra-sensível e assim, ao mesmo tempo que essas escolas, esses laboratórios, essas clínicas vinham trazer uma confirmação experimental esmagadora do valor das concepções de Steiner, elas permitiram iniciar um movimento progressivo da maior pujança em cada uma das sciências estudadas, com resultados já patentes hoje em dia e com vastíssimas possibilidades de investigação e desenvolvimento pasa o futuro.

Da expansão que têm tido essas instituïções podem dar uma ideia os seguintes dados: — Sôbre o movimento médico diremos que se fundou uma clínica em Arlesheim na Suíssa (com uma dependência junto do lago Lugano) clínica que tem vindo a ter sempre um desenvolvimento constante. Funciona uma outra clínica geral em Stuttgart, uma outra de psiquatria em Freiburgo (i. B.) uma no Tirol (que, aberta em Junho dêste ano, já contava em fins de Julho cêrca de 70 doentes) uma outra na Haia, instalada nas mais perfeitas

condições modernas, na linda avenida que conduz a Scheveningen. Além disso inúmeros médicos estão trabalhando individualmente sobretudo na Alemanha, Holanda e Inglaterra, sôbre as bases dos métodos de Steiner.

Há na Alemanha e Suissa já uns seis Institutos para tratamento de creanças anormais, organizados agora sob uma direcção comum, constituindo já hoje em dia no seu conjunto (quatro anos apenas depois de se ter inaugurado o primeiro) a Instituïção particular para tratamento de retardados mais importante da Europa. Recebem ali tratamento cêrca de 170 crianças. A-pesar-de serem absolutamente incompreensíveis de entrada para a Sciência habitual os métodos médico-pedagógico ali adoptados, o que causou ao princípio a maior estranheza nas entidades oficiais encarregadas da Assistência pública alemã, hoje em dia êsses institutos já recebem correntemente creanças que lhes são enviadas pela Assistência pública, pois esta já reconheceu «que os resultados colhidos nas clínicas antroposóficas são melhores que os que se obtêm nas outras».

Quanto às escolas, existem já a funcionar em Stuttgart, em Essen, Hannover e Hamburgo, uma na Suissa, uma na Hungria, uma na Noruega, uma na Holanda e duas na Inglaterra. A principal, a Waldorf Schule de Stuttgart, tendo começado em 1919 com cêrca de 250 alunos, contava já há dois anos cêrca de 1100 e tem actualmente pedidos para receber outros tantos, que não pode aceitar por falta material de espaço.

Todo êste desenvolvimento formidável se tem dado, não por qualquer reclame comercial em ponto grande (que não tem sido feito) mas ùnicamente pela propaganda feita pelo próprio público em vista dos resultados respectivamente clínicos e pedagógicos obtidos pràticamente com os doentes e com os alunos nessas várias clínicas, institutos e escolas.

A demonstração do valor da obra de Steiner está feita. As afirmações de Steiner, baseadas em visões supra-sensíveis, levaram a resultados práticos superiores aos que se obtinham até agora pelos métodos scientificos habituais.

*

Quando chegamos a esta altura da nossa apreciação sôbre a obra de Steiner, o espirito scientifico encara a massa formidável de conclusões concretas obtidas e verifica o valor útil, prático das concepções steinerianas, mas isso não lhe basta para aceitar a veracidade dos seus pontos de vista. Segundo o critério scientifico habitual, critério aliás justo, uma concepção hipotética qualquer tem a importância duma teoria e valoriza-se pela sua maior ou menor fecundidade. Se é fértil em resultados práticos, vale a pena adoptá-la, se não leva a conclusões úteis, põe-se de parte. Por muito *fecunda* que se mostre, porém, não se segue que seja verdadeira. A Sciência tem para seu uso adoptado inúmeras hipóteses, que são válidas durante um certo tempo, até que apareça uma outra que as destrone e esta por sua vez terá que ceder o terreno a uma terceira que se mostre mais interessante e fecunda que qualquer das duas outras. Assim, e aliás com tôda a razão, as vantagens práticas, as confirmações concretas colhidas pela aceitação duma qualquer hipótese, por mais vastas e retumbantes que sejam, nunca podem levar à conclusão segura de que essas hipóteses sejam a expressão duma *Verdade;* e portanto, a-pesar-da grandeza colossal da demonstração já hoje realizada, ela não é suficiente para aceitarmos a realidade objectiva das visões de Steiner.

Acontece, todavia, que à medida que vamos estudando a Antroposofia, ao passo que vamos encontrando as afirmações concretas susceptíveis de confirmação prática, e à medida que vamos encontrando as provas objectivas do inte-

rêsse fecundante das suas concepções, encontramo-las, como dissémos, entremeadas com pontos de vista espirituais. Começamos por pôr estes de parte, para atender apenas aos resultados práticos. A pouco e pouco, mesmo em vista dêsses resultados obtidos, somos levados a procurar entender a correlação que tais pontos apresentam com as outras concepções espirituais. A mentalidade que criou umas teorias tão fecundas foi afinal a mesma que descreveu tudo o mais. E por êste caminho, uma curiosidado natural leva-nos a procurar penetrar nos outros ramos das suas doutrinas que aparentemente se afastam mais da realidade objectiva.

E então somos levados a pouco e pouco a fazer observações do maior interêsse. O nosso pensamento, que não deixou de conservar a lucidez scientífica, começa a dirigir a sua atenção para os cantos mais recônditos da nossa alma e começa a encontrar a pouco e pouco ressonâncias inesperadas com as afirmações de Steiner. Passamos agora a entrar num outro campo experimental, não de experiências laboratoriais, mas de experiências interiores; começamos objectivamente a estudar-nos a nós próprios. A análise da nossa personalidade, seguida à luz das concepções de Steiner, mostra-nos uma precisão maravilhosa nas observações por êle feitas, que nos enchem de admiração e de entusiásmo.

Isto, porém, ainda é pouco. Qualquer bom psicólogo nos daria uma impressão semelhante, mas o esfôrço feito para compreender as afirmações de Steiner faz-nos trenar e desenvolver inúmeras faculdades de intuïção psiquica que a pouco e pouco nos conduzem a compreender com maior lucidez os problemas habituais da nossa vida prática. Começamos a conhecer melhor os outros homens, a adquirir qualidades de apreensão intuïtiva do carácter humano, qualidades que no geral se não sabem desenvolver voluntàriamente. Dentro da nossa própria vida profissional encontramos vantagens semelhantes. Ao passo que a cultura universitária

intelectualista moderna apenas promove em nós a ginástica do raciocínio, aguçando a nossa lógica, o trabalho com as obras de Steiner promove o desenvolvimento sistemático doutras faculdades consideradas em geral apenas instintivas e para as quais não se conhecia até agora uma ginástica apropriada. À medida que fazemos em nós próprios essas observações curiosas, que as sabemos confirmadas por todos aqueles que se dedicam a estes assuntos, vamo-las encontrando descritas por Steiner nos seus trabalhos magistrais, ao mesmo tempo que êle, dentro das suas visões espiritualistas, nos explica o porquê dêsses fenómenos subtis.

Além disto, ao passo que vamos penetrando mais directamente na compreensão das obras de Steiner, fazemos uma outra verificação íntima do maior valor: — Começamos a sentir, como efeito dêsses trabalhos, uma calma interior, um equilíbrio íntimo consolador no meio da agitação feroz que nos rodeia. Êsse efeito harmonizante, encontramo-lo também descrito, previsto e integralmente, luminosamente explicado nos trabalhos do autor.

É assim, dentro dêsse vastíssimo campo de experimentação íntima, que começam a amontoar-se sucessivamente as provas mais brilhantes.

Lentamente, gradualmente, começa a organizar-se, a tomar forma, a síntese harmoniosa (feita por Steiner atravez da Antroposofia) da grande trindade das actividades humanas — Sciência, Arte e Religião. — Êstes três campos que em geral actualmente se consideram absolutamente separados, passam a ter pelo contrário uma unidade de estrutura, uma interpenetração completa e constante que nos satisfaz e maravilha. Começamos a pouco e pouco a sentir a Sciência, a Arte e a Religião, não como três actividades independentes, mas como três aspectos diferentes duma única Realidade superior.

Finalmente, guiados por Steiner até ao mais recôndito

santuário do Templo da nossa Alma, vamos lá descobrir por verificação directa, imediata, a confirmação sublime das afirmações de Steiner referentes à essência Crística do núcleo mais profundo da nossa individualidade.

Por esta forma, com o andar dos meses e dos anos, gradualmente, insensìvelmente, atravez das inúmeras confirmações de ordem muito íntima, muito profunda, das verificações cuidadosamente, scientíficamente feitas no laboratório em que depositamos a nossa maior confiança, no campo de observação do nosso próprio Eu — começa a formar-se lentamente, mas com a mais absoluta segurança, em nós, a convicção profunda de que Steiner falou verdade. As suas concepções deixam de ser para nós apenas hipóteses de valor prático, para serem mais do que isso — realidades duma enormissima e transcendental grandeza.

Tôda esta marcha de verificação é apenas subjectiva. É isso que constitui para os outros a nulidade do seu valor de prova, é isso mesmo, contudo, o que lhe confere para nós tôda a sua formidável fôrça. Depois de tôda a digressão atravez das verificações, é nesta prova subjectiva que vimos fatalmente a apoiar-nos, como sendo a única que mais integralmente nos dá uma certeza plenária.

Mas, como esta demonstração é apenas individual, ela tem que ser repetida desde o princípio por tôdas as pessoas que de novo se ocuparem dêste assunto. Todos aqueles, porém, que vencerem os escolhos duríssimos das primeiras leituras de Steiner, verificando por si próprios a pouco e pouco o interêsse crescente que lhes encontram, persistirão nessas leituras e hão-de ser levados, naturalmente, irresistìvelmente, à convicção subjectiva de que são verdadeiras as suas asserções.

*

O nosso ponto de partida foi a insatisfação que nos causam

as concepções puramente materialistas do Universo, foi a convicção instintiva da existência duma Espiritualidade superior. O nosso íntimo anseio de encontrar objectivamente o Espírito levou-nos a procurar as doutrinas várias que dêstes assuntos se ocupam. A nossa mentalidade moderna, porém, educada na crítica e na lógica, exige duma concepção neo-espiritualista um apoio europeu na consciência e no raciocínio. A obra de Steiner veiu trazer-nos uma cabal satisfação das nossas exigências intelectualistas, ao mesmo tempo que nos patenteou os campos do Espírito em quadros grandiosos da mais brilhante luminosidade.

Conduzidos por êle compreendemos como a Antroposofia corresponde històricamente às aspirações mais profundas da humanidade actual e adquirimos a convicção consoladora de que ela se apresenta no meio da decadência assustadora que nos rodeia como o esfôrço mais grandioso e eficaz que actualmente existe para levantar a Civilização da vertente onde resvala e para auxiliar a Humanidade na sua aspiração constante para um Ideal superior de Perfeição e de Beleza.

Lisboa — Outubro de 1928.

Carlos Santos, filho.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada .... 20$00
Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 79.º

4.ª SERIE — VOLUME 8.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

O INSTITUTO

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíada», por C. E. Corrêa da Silva. 267
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 301
O erotismo de João de Deus, por Victorino Nemésio..... 331
Frei Cláudio da Conceição, por João Jardim de Vilhena 362
Do valor diagnóstico da cuti-reacção à tuberculina, em clínica infantil, por João Pôrto..... 371
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 400

ENSAIO SOBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS»

INTRODUÇÃO

Uma dissertação de licenciatura que tem por título «Ensaio sôbre os latinismos dos *Lusíadas*» representa, ao mesmo tempo, por mais que isto pareça paradoxal, — uma *velharia* e uma *novidade*.

Uma velharia... porque o grau de latinidade dos *Lusíadas* estava por assim dizer determinado desde o dia, já remoto de três séculos, em que Manuel de Faria e Sousa escreveu o seu comentário do poema, κτῆμα ἐς ἀεί, «não deixando muito que respigar aos futuros comentadores dos *Lusíadas*» (assim diz, *ipsis verbis*, Epifânio Dias).

Uma novidade... porque uma monografia, feita à luz dos modernos métodos filológicos, que abrangesse, num estudo consciencioso do poema inteiro, os latinismos de carácter glótico abundantemente esparsos por todo êle estava ainda por fazer.

Essa monografia, Faria e Sousa não a escreveu *nem a podia escrever*. Era um humanista, e de primeira plana, pela sua imensa cultura: não era um filólogo. Nem no seu tempo havia filologia (1), tal como nós hoje a entendemos: sciência sistematizada que obedece a leis e que, em vez de

(1) É verdade que já então existia a *curiosidade scientífica* no campo da filologia. E não datava da véspera. (Cfr. Cícero no *Orator*, Quintiliano nas *Institutiones oratoriae*). Mas filologia = sciência sistematizada, não existia.

impor preceitos à maneira dos defuntos gramáticos, procura registar factos, interpretar as anomalias aparentes e abraçar numa visão de conjunto *a vida das línguas* no tempo e no espaço.

Se pensarmos que, em vez do moderno conceito de *evolução,* ainda reinava no espírito de Camões o de *corrupção das línguas* (cfr. *Lusíadas* 1, 33, 7-8), se pensarmos que os seus coevos de além-Pirinéus como Budé filiavam o francês no grego, e que no século XVIII o lexicógrafo Morais procurava no alemão *empor* o étimo remoto do nosso verbo *emparar,* se pensarmos enfim que, já bem perto de nós, ainda Castilho, espírito representativo da cultura literária da sua época, revelou na «Conversação preambular» do *Dom Jayme* a mais completa incompreensão do problema filológico (1), — então compreenderemos que pedir um trabalho dêsse género a Faria e Sousa, não obstante os seus conhecimentos de literatura latina, *seria não levar em conta as curvas da história da sciência. Natura non facit saltus.*

Essa monografia de carácter glótico... houve já no nosso tempo alguém que estava decerto indicado para a compor: Epifânio Dias. Dotado de um espírito muito arguto e de uma grande penetração filológica, possuidor daquela vasta e sólida cultura humanística necessária para que no trabalho misterioso do sub-consciente se estabelecessem os nexos entre frases portuguesas e frases latinas, Epifânio Dias era o homem indicado para êsse trabalho. Na sua edição dos *Lusíadas* deixou muitos e muitos achados seus, muitos latinismos anotados ao correr da pena no comentário das estâncias do poema, que no entanto se limitam aos capítulos mais interessantes (sintaxe e semântica).

---

(1) Cfr. *D. Jayme*, 11.ª Ed. (Pôrto, 1916), págs. LXXXIII-LXXXIV. Note-se que Castilho escrevia em 1862, seis anos antes de Adolfo Coelho publicar *A língua portuguesa.*

Deixou materiais dispersos. Morreu sem ter feito uma obra de conjunto.

E essa obra de conjunto que estava à espera de um estudioso, *res omnium* ou *res nullius,* é hoje tentada por um aluno da Secção de Filologia Clássica da Faculdade de Letras de Lisboa.

*

Esta dissertação não é todavia um trabalho definitivo. É apenas um *ensaio.*

E isto por dois motivos: um de natureza *subjectiva*, outro de ordem *objectiva.*

Um de natureza subjectiva. Sem ter de recorrer à falsa modéstia, que é, na definição de Ernesto Hello, «a mentira oficial dos orgulhosos de via reduzida», é evidente que me faltava a cultura necessária para realizar êsse trabalho exaustivo.

O motivo de ordem objectiva é mais importante e merece ser detidamente analisado.

Como é que se pode escrever um trabalho definitivo sôbre os latinismos dos *Lusíadas,* isto é, sôbre a contribuïção que Camões trouxe ao enriquecimento da nossa língua literária, se nós não sabemos com exactidão qual era o grau de enriquecimento dessa língua na fase imediatamente anterior à publicação do poema?! Um trabalho dêsse género pressupõe a publicação de monografias sôbre a língua de Zurara, de Garcia de Rèsende, de Damião de Goes, de Sá de Miranda, de António Ferreira, de João de Barros, etc. Um século antes da publicação do poema, já o Renascimento criara raízes em Portugal, pelo menos sob o aspecto, — único que aqui nos interessa, — do gôsto pela leitura dos clássicos latinos; prova-o a curiosa figura do bispo de Évora D. Garcia de Meneses, «nas letras gram sabedor» — como dizia Garcia de

Rèsende (1) — e que maravilhara em Roma o Cardial Sadoleto pela elegância do seu latim (2).

Mais ainda. Estamos num terreno movediço: *Qual é a separação entre a língua popular e a literária?* A demarcação é relativamente fácil de fazer no campo da fonética e do léxico, visto os vocábulos populares obedecerem às leis fonéticas e os literários delas se emanciparem, importando directamente a forma latina da palavra. Mas no campo da *sintaxe*?... *Qual = como,* sem estar em correlação com «tal» — que nos aparece a tôda a hora do poema, é latinismo ou não? Há argumentos pró e contra, como adiante se verá. O próprio Epifânio Dias que escreveu uma *Sintaxe histórica portuguesa* não delimitou nesse compêndio a língua literária da popular; registou paralelos com construções latinas, mas todos êsses paralelos são de origem erudita?... — *Tacuit.*

E no domínio da *semântica*?... Se certos casos são palpáveis, outros há que são enigmáticos. *Fingir = fabricar, gostar = provar,* (trans.) e quantos outros ex. que se registam no poema. E, como fonte, o *Dicionário* de Morais, tão útil por vezes, neste domínio ainda mais perplexos nos deixa.

Todos estes argumentos põem em relêvo a dificuldade do assunto. O trabalho definitivo sôbre os latinismos dos *Lusíadas,* isto é, sôbre a contribuïção que nesse campo o poema trouxe ao enriquecimento da língua literária, só poderá ser feito no dia em que:

1.º — *estiver suficientemente delimitada a língua literária da popular nos domínios da sintaxe e da semântica;*

2.º — *houver monografias sôbre o enriquecimento da língua operado pelos autores do século XV e pelos quinhentistas anteriores a Camões.*

---

(1) Citado pelo conde de Sabugosa, *Gente de algo,* 3.ª ed., pág. 120.

(2) Cfr. Alexandre Herculano, *História de Portugal,* Introdução, 7.ª ed , t. I, pág. 38.

*

Pôsto isto, há um problema que já está contido implicitamente em tôda a exposição que precede, mas que é preciso tratar *ex professo: há ou não provas de que Camões era muito lido nos clássicos latinos?*

A demonstração desta hipótese simplifica grandemente uma argumentação de carácter filológico que consista em querer achar latinismos glóticos nas obras do grande épico.

O assunto não pode ser *esgotado* nesta introdução por dois motivos:

a) é um assunto de carácter literário que não quadra com a índole glotológica dêste trabalho;

b) só por si daria ensanchas para uma série de monografias de carácter literário, quais seriam: *O Vergilianismo dos Lusíadas, Reminiscências de Ovídio em Camões, Que prosadores latinos teria lido Camões?* etc.

No entanto, pelo motivo acima exposto (vantagem[1] em ter informes precisos sôbre a cultura de Camões para a pesquiza de latinismos glóticos nas suas obras), convém *traçar o problema.*

Poder-se-ia afirmar *à priori* que Camões era lido nos clássicos latinos, visto tratar-se de um homem de letras do Renascimento. Mas não é preciso; já Manuel de Lira em 1584 registara lugares de clássicos latinos imitados pelo poeta; depois o problema foi traçado e quási esgotado por Faria e Sousa, há trezentos anos.

No entanto, já bem perto de nós, houve quem rejeitasse ou pelo menos pusesse em dúvida a demonstração de Faria e Sousa: foi Sousa Viterbo.

---

[1] Digo *vantagem,* não digo ***necessidade absoluta.*** Poder-se-ia mesmo inverter o sentido da pesquiza e partir da verificação de latinismos glóticos no poema para a prova da cultura humanística do poeta.

Diz êle:

«Manuel de Faria e Sousa foi quem mais profundamente estudou o poeta e os seus comentários revelam uma erudição tão assombrosa como esmagadora *e estéril*. Querendo levantar a memória do poeta, imaginando prestar-lhe um grande serviço, não fêz, a meu modo de ver, senão deprimir-lhe o talento, apoucando-lhe a sua originalidade, no confronto e paralelo constante das passagens camoneanas com similares de outros poetas. Por muito grande que fôsse a erudição do cantor dos *Lusíadas*, *custaria ainda assim a admitir que êle tivesse tido tempo e paciência para ler tantos autores*. Não foram longos os anos do seu trânsito na terra, êsses mesmos ocupados e agitados, e mal se compreende que a sorte lhe reservasse tão apetecidos e apetitosos ócios literários. Isso era bom para um Sá de Miranda, a quem o mimo de duas rendosas comendas, além de outros bens de fortuna, permitiam filosofar sènecamente no remanso florido dos riozinhos pitorescos, que lhe serpenteavam a solarenga propriedade minhota» (1).

Há que responder a Sousa Viterbo:

1.º — a grande cultura literária de Camões é atestada no poema pelo seu próprio testemunho (2) e indirectamente pelo conselho que êle dá aos cabos de guerra de que consagram os seus ócios às letras (3).

2.º — no que diz respeito aos clássicos latinos, — único ponto que aqui nos interessa, — conhecê-los, num literato do século XVI, era tão normal como num literato português de hoje conhecer a literatura francesa moderna (4).

---

(1) Os *Lusíadas*, grande edição ilustrada, revista e prefaciada pelo Dr. Sousa Viterbo, Lisboa, 1900. Introdução, pág. XXIV.

(2) Cfr. *Nem me falta na vida honesto estudo.* (*Lus.* X, 154, 5).

(3) Cfr. *Lus.* V, 92 100. Tem passos bem frisantes, v. g. st. 96 e 97.

(4) Qual era o homem culto dos séculos XVI, XVII, e XVIII que não sabia latim? Apontava-se a dedo. *Cet homme qui ne savait pas même le*

3.º — a simples leitura atenta dos *Lusíadas* revela a um leitor de cultura mediana, pela super-abundância de pormenores mitológicos e de história antiga, uma grande erudição clássica (¹).

4.º — ao vago *custaria a admitir* de Sousa Viterbo opõe-se de um modo convincente a perfeita exactidão de muitos dos confrontos de Faria e Sousa ou seja a semelhança evidente entre determinados passos dos *Lusíadas* e tais outros passos de Vergílio, de Ovídio, de Horácio, de Lucano e de outros.

Outro camonista, êste com a dupla autoridade que lhe provinha de ser simultâneamente filólogo e humanista, Epifânio Dias, se bem que reconhecendo o serviço enorme prestado à cultura portuguesa pelo erudito de há três séculos, emitiu todavia sôbre as suas conclusões certas reservas que convém pôr em foco:

«Manuel de Faria e Sousa (1590–1649) dotou não só os *Lusíadas*, senão também as demais obras de Camões, de

---

latin,... — dizia mais tarde Voltaire, de Shakespeare. Portugal então não estava em atrazo em relação à Europa. No *Boosco delleytoso*, que o dr. J. L. de V. situa possivelmente *nos fins do século XIV* (*Lições de filologia*, 2.ª ed. pág. 136) há já muito humanismo. A febre humanística intensifica se com Mateus de Pisano (1460). Depois a nossa literatura quinhentista é em grande parte tributária da latina (cfr. Sá de Miranda, António Ferreira). Mais ainda: o *conhecimento construtivo do latim* tornou-se então uma realidade; (basta recordar os nomes de André de Rèsende, Aires Barbosa, Jerónimo Osório, Aquiles Estaço, Diogo de Teive e de outros que escreviam correntemente em latim). Sôbre o valor e o culto do latim na vida mental e social do século XVI, cfr. M. G. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal — Clenardo*, Coimbra 1917. Clenardo escrevia de Évora: *Mire mihi placet haec aula; habet enim doctos et Graece et Latine non paucos*...

(¹) Foi aliás a primeira impressão que teve o primeiro leitor do poema, Frei Bartolomeu Ferreira, censor do Santo Ofício, que achou no poeta «muito engenho e *muita erudição nas sciências humanas*».

um comentário completo, escrito, ainda mal, em castelhano. De leitura verdadeiramente pasmosa, inflamado em sincero amor entusiástico do Poeta, consumiu no seu trabalho longos anos, não deixando muito que respigar aos futuros comentadores dos *Lusíadas*. Tem, supérfluo é dize-lo, erros e defeitos, mas, geralmente falando, ninguém melhor compreendeu o sentido do Poeta, não raras vezes dificil de alcançar... Outro defeito que nos descontenta sobremaneira ao percorrermos aquelas prolixas anotações, é que, não distinguindo entre verdadeiras reminiscências literárias e coincidências fortuitas que naturalmente se dão nos que tratam dos mesmos ou de análogos assuntos, Faria e Sousa em tudo quere ver inspirações dos poetas antigos e modernos, até em passos em que cita as fontes históricas das narrativas do Poema» (1).

Por um dever de probidade mental, — qualidade que julgo ser indispensável ao investigador, — devo dizer que não tenho elementos para poder ajuizar do valor desta crítica de Epifânio Dias. Não pude compulsar no labor de todos os dias, — por não se encontrar à venda e sòmente em bibliotecas, — o comentário célebre do seiscentista, conhecendo o através das referências constantes que lhe faz a edição de Epifânio Dias. No entanto surgem logo ao espírito duas objecções:

a) porque é que Epifânio Dias não aponta um facto concreto em defesa da sua afirmação, um exemplo típico em que se veja Faria e Sousa tomar a nuvem por Juno e farejar uma reminiscência clássica onde apenas existe uma coïncidência fortuita?

b) é possível que *num ou outro pormenor* Faria e Sousa tenha visto uma reminiscência clássica onde ela não existia; *no conjunto* os seus confrontos são justificados, e o próprio

---

(1) *Lus.* coment. por Epifânio Dias, 2.ª ed., tom. I, pág. xxx.

Epifânio Dias centenas de vezes recorre a êles no aparato crítico da sua edição.

Conclusão: *Camões era muito lido nos clássicos latinos e a prova está nas imitações que esmaltam tôda a sua epopeia.*

Epifânio Dias é o primeiro a reconhecer êste facto pois escreve:

«Camões, da mesma maneira que os espíritos mais cultos da Renascença, possuía *vastíssima instrução humanística. Era muito versado na literatura latina antiga, nos seus diferentes períodos, e da língua de Vergílio assenhoreou-se a ponto que às vezes a frase portuguesa nos* Lusíadas, *por nímiamente conforme ao tipo latino, perde um tanto a limpidez*» (1).

*

Mas que autores latinos?

Em primeiro lugar, e eclipsando bem todos os outros: *Vergílio.*

Como se prova?

1.º — a própria *concepção geral* do poema é influenciada pela Eneida (2).

---

(1) *Lusíadas,* ed. de Epifânio Dtas, 2.ª ed., t. I, pág. XVIII (Introdução).

(2) O modo de enxertar na acção do poema os feitos heroicos dos Portugueses é imitação da Eneida: *a*) Eneias *narra* em Cartago à raínha Dido a tomada de Troia e os trabalhos que depois passou no mar (*En.*, c. II e III); V. da Gama *narra* ao rei de Melinde os sucessos da nossa história e a sua viagem (*Lus.*, c. III, IV e V). — *b*) Anquises mostra a Eneias nos Infernos as *animas superum ad lumen ituras,* herois futuros de Roma, lendários e reais (*En.* VI, 752-886); uma ninfa revela ao Gama os *altos barões que estão por vir ao mundo* e que se hão-de ilustrar na Índia (*Lus.* X, 7-73); — *c*) profecias de Júpiter a Vénus em ambos os poemas (*En.* I, 257-296; *Lus.* II, 44-55). — Do mesmo modo o essencial do *mecanismo mitológico* é haurido em Vergílio: divindades adversas a suscitar tempestades no mar (Juno na *En.*, Baco nos *Lus.*); divindades propícias a

2.º — nos *pormenores,* ainda de ordem *literária,* há passos em que a imitação de Vergílio é patente (1).

3.º — a língua de Camões é fortemente influenciada pela de Vergílio e, como neste trabalho se verá, *muitos dos latinismos lexicais de Camões são bebidos na Eneida.*

Que outros *poetas latinos* conhecia Camões?

Um nome ocorre logo: *Ovídio.*

O exilado do Ponto foi, depois de Vergílio, o poeta latino que deixou nos *Lusíadas* sulco mais vincado. Foi em Ovídio que Camões hauriu em grande parte o *mecanismo mitológico*

---

removê-las (Vénus nos dois poemas) — Cfr. sôbre o assunto Epifânio Dias na sua edição dos *Lusíadas*, t. I, págs. XI-XIII (Introdução). — Cfr. igualmente sôbre o assunto M. Emílio Dantas, *Paralelo entre Vergílio e Camões*, Pôrto, 1880; opúsculo digno dum humanista, interessante sobretudo ao frisar o contraste entre os heróis dos dois poemas (*Eneias* — fabuloso, vago epónimo de Roma, de valentia condestável ao comêço e sujeito às fraquezas do amor; — *o Gama* — real, caracteristicamente nacional, destemido e não amando como heroi); e ao frisar o outro contraste entre Polifemo (promontório transformado em homem, mudo, insensível) e Adamastor (homem transformado em promontório, com linguagem e com sentimentos); mas *pouco adianta de concreto sôbre o vergilianismo dos Lusíadas,* embora diga claramente que «se não pode contestar que *os Lusíadas foram modelados pela Eneida*» (pág. 16).

(1) Cfr. entre centenas de outros exemplares, todo o fim do canto II dos *Lusíadas*, a semelhança que há entre os versos em que o Gama manifesta a sua gratidão por ter achado um asilo em Melinde e aqueles em que Eneias agradecia a Dido o ter tido dó dos míseros Troianos; cfr. o desejo do rei de Melinde de saber os feitos dos Portugueses expresso de modo tão semelhante à forma como Dido exprimia a sua ansiedade em saber como ardera Troia. Cfr. ainda o episódio de Inês a levantar os olhos ao céu, na impossibilidade de juntar as mãos, decalcado pelo episódio de Cassandra na noite trágica de Ilion. Vid. na edição dos *Lusíadas* de Epifânio Dias o comentário a II, 79, 80, 81, 104, 108, 110, 111; III, 125, e a transcrição dos passos similares da Eneida em que Faria e Sousa já pusera o dedo.

da sua epopeia (1). Em especial, a descrição do palácio dos deuses marinhos (*Lus.* VI, 10-14) corresponde, segundo Epifânio, à do palácio das portas do Sol em Ovídio (*Met.* II, 5-18); e a pintura do deus marinho Tritão (*Lus.* VI, 16-19) fôra já anotada por Faria e Sousa como sendo uma reminiscência de Ovídio. As inúmeras alusões a *metamorfoses* de deuses e homens em animais, flores e mesmo sêres inanimados são bebidas no compilador da fantasia mitológica da antigüidade (2). E até, no dizer de Epifânio Dias, «com muita probabilidade, a narrativa que vem em Ovídio (*Met.* IV, 655-661, cit. por F. S.) da conversão de Atlas, agigantado rei da Mauritânia, no monte que tomou dêle o nome, foi a que sugeriu primordialmente a Camões a sua grandiosa concepção» (do gigante Adamastor) (3).

Lucano, o poeta da *Farsália*, o épico que cantou o duelo de morte entre a Roma do passado e a do futuro, não podia ficar esquècido para um poeta que tinha uma tal compreensão do que podia haver de épico num determinado assunto. Já Faria e Sousa registara imitação de Lucano na evocação que Camões faz do *curriculum vitæ* de Pompeio (*Lus.* III, 71-73, cfr. *Phars.* II, 583-594) e em outro passo (*Lus.* X, 34, cfr. *Phars.* II, 601-603).

---

(1) O essencial para a acção do poema, como acaba de ser pôsto em relêvo, é imitado da *Eneida*. O *pormenor descritivo* é que é em geral de Ovídio.

(2) Cfr. v. g. *Lus.* II, 27; III, 77; V, 59; VI, 13, 23, 24; IX, 60, 62. Sôbre a proveniência ovidiana dêstes passos cfr. o elucidativo comentário de Epifânio Dias às respectivas estâncias.

(3) Com. a *Lus*, V, 59. Note-se que Epif. Dias escreve: *primordialmente*. Segundo M. Emílio Dantas (*Paralelo entre Vergílio e Camões*, pág. 16) o episódio de Polifemo, na *Eneida*, teria sugerido o de Adamastor, o qual, por outro lado, seria, segundo a interpretação, *mais racional* «a personificação das mil fábulas, que corriam relativas ao Cabo das Tormentas», (pág. 18).

Horácio, como era de prever, teve um lugar de menos destaque nesta *epopeia* do Renascimento. Todavia, neste domínio como nos outros, já Faria e Sousa farejara vestígios dos seus versos em pormenores de estilo, v. g. o decalque evidente de *Lus.* VI, 55, 2 por um verso do Venusino (*Ep.* I, 16, 79).

Haveria ainda que dizer de outros poetas cuja influência na urdidura dos *Lusíadas* foi de somenos importância (Lucrécio, cfr. *Lus.* VI, 99; Claudiano, cfr. IX, 30-32; Marcial, cfr. V, 87; etc.) (1). Mas não quadra à índole glotológica dêste trabalho alongar indefinidamente esta digressão que aqui visa apenas *a explicar a «latinidade» da língua de Camões pela «latinidade» da sua cultura.*

E quanto aos prosadores?

Neste campo o terreno está ainda muito por desbravar e a investigação é mais difícil.

Cícero?

Dado o lugar de destaque que êste nome ocupa na prosa latina e levando ainda em conta entusiasmo com que o estudaram no Renascimento um Erasmo ou um cardial Bembo, poder-se-ia quási supor *à priori* que Camões era leitor de Cícero.

Há dados mais positivos:

A frase célebre de Alexandre junto do túmulo de Aquiles *O fortunato adulescens...*, frase a que o poeta alude implìcitamente ao acabar o poema (*Lus.* X, 156, 8), Epifânio Dias supõe e com razão que foi haurida no *Pro Archia* (2).

Do mesmo modo, — no entender do mesmo comentador, — a alusão à lenda de que sete cidades do Egeu disputavam o bêrço de Hómero (*Lus.* V, 87, 1-4), o poeta devia tê la encontrado numa destas três fontes: ou num comentário a deter-

---

(1) Vide o com. de Epifânio Dias aos respectivos passos.

(2) Vid. o' seu comentário a êste passo do poema. Camões alude também a esta frase célebre em V, 93, 1-4.

minado passo do *Pro Archia* que vinha na edição de Cícero de Paris de 1538 e em outras, ou então nas edições antigas de Aulo Gélio, ou enfim no *Dictionarium poeticum* de Tormentino. Wilhelm Storck, — êsse estranjeiro que nos deve fazer còrar de vergonha pelo muito que amou os *Lusíadas* e pela análise inteligente e laboriosa com que os enriqueceu, — supôs que Camões tivesse lido Aulo Gélio. Epifânio rebate esta opinião com o argumento de que a notícia em questão, — que poderia ser um indício para esta hipótese, — Camões a podia ter achado por outra via (1). Através do *Pro Archia* de Cícero? E porque não, se foi exactamente em Cícero e no *Pro Archia* que êle se inspirou ao escrever o último verso do poema?

Já que vem a talho de foice, eis um indício curioso de que Camões devia ser leitor de Cícero (e no qual até hoje, que eu saiba, ninguém fêz reparo):

No final do seu poema, ao justificar-se perante o Rei, Camões escreve:

> Nem me falta na vida honesto estudo
> Com longa esperiencia misturado,
> Nem engenho, que aqui vereis presente,
> Cousas que juntas se achão raramente.
>
> *Lus.* x, 154, 5-8.

À luz da vida moderna estes versos nada dizem. Mas vejamo-los à luz da civilização renascentista em que foram escritos, civilização que pensava pela cabeça dos clássicos gregos e latinos.

A ideia de Camões decompõe-se. Há três elementos no seu mérito: *engenho, estudo, experiência*. Exactamente *as três qualidades fundamentais do orador*, segundo a teoria de Cícero, por êle expendida nos tratados de retórica (2).

---

(1) Cfr. a sua edição dos *Lusíadas*, Introdução, pág. XVIII, nota 1, e o seu comentário a V, 87.

(2) Cícero volta várias vezes a êste seu dádá. Cfr. por ex. estes dois

As qualidades fundamentais do *orador* seriam letra morta para o poeta? É provável que não, sobretudo numa época em que o poeta não era *o ignorante de génio* do romantismo mas estava pelo contrário impregnado de cultura clássica (1).

Camões devia igualmente conhecer os historiadores romanos. A quem se refere aquela exclamação da ninfa ao ver a galhardia de D. Lourenço de Almeida na baía de Chaul:

> Aqui resurjão todos os antigos
> A ver o nobre ardor que aqui se aprende: ?
>
> *Lus.* x, 30, 5-6.

Quem eram estes «antigos»? Os heróis lendários de Vergilio e Homero? Mas êsses eram *fabulosos* (cfr. *Lus.* x, 82). Ou não serão antes os vultos da história *real,* a quem

---

passos do *Brutus.* Dirigindo-se a Bruto e prevendo a inutilidade da sua eloqüência em face da ditadura de César, diz-lhe com tristeza: *Nam mihi, Brute, in te intuenti crebro in mentem venit vereri ecquodnam curriculum aliquando sit habitura tua et* natura *admirabilis, et exquisita* doctrina *et singularis* industria. (Cfr. *Brutus,* VI). Mais adiante, ao referir-se a Gaio Graco, Cícero define-o dêste modo: *Sed ecce in manibus vir et præstantissimo* ingenio, *et flagranti* studio, *et* doctus a *puero.* (idem XXXIII).

(1) É verdade que já a antigüidade dissera, delimitando as duas artes: *Nascuntur poetæ, fiunt oratores.* Mas haverá uma fronteira absoluta entre a poesia e a eloqüência?... Já Cícero achava que Homero fôra *tam ornatus in dicendo ac plane orator* (*Brutus,* x, 40). Camões foi por vezes *poeta-orador* (cfr. v. g. *Lus.* III, 32; 71-73; IV, 33; V, 86). No entender do sr. dr. Manuel de Sousa Pinto, no seu curso de Estudos brasileiros, uma das características da poesia brasileira é *a tendência para a oratória* e Castro Alves é um tipo de poeta-orador. Por outro lado a poesia também invade a eloqüência; cfr. *o poder da imagem* em algumas das orações fúnebres de Bossuet.

Camões compara o Infante Santo (*Lus.* IV, 53), Duarte Pacheco (X, 21), D. Lourenço de Almeida (X, 30)?

Há no poema indícios de que Camões lia Tito-Lívio (1). E tenho para mim que Tito Lívio devia ser um dos seus autores predilectos; eram almas gémeas: ambos vibravam de sincera emoção perante o verdadeiro amor da pátria e ambos se compraziam na pintura de uma humanidade heroica.

*

Finda esta digressão pelas leituras de Camões no campo dos clássicos latinos (2), — digressão que, nunca é ocioso repeti-lo, foi apenas uma vista de relance e visou sòmente a *explicar os latinismos glóticos do poema em função da cultura humanística do poeta,* — resta agora delimitar com exactidão o âmbito dêste trabalho.

Por outras palavras, falta aplicar o preceito dos velhos Escolásticos: *excluduntur ea quæ ad thesim non pertinent.*

Visto que a minha dissertação foca apenas os *latinismos glóticos* dos *Lusíadas,* ficaram *ipso facto* excluídos:

a) *os helenismos lexicais* (3), mesmo quando introduzi-

---

(1) Cfr. o comentário de Epifânio Dias a IV, 53; X, 21.

(2) Quanto a *Camões leitor de Plauto,* — tema muito interessante mas fora do âmbito dêste ensaio sôbre os latinismos dos *Lusíadas,* — cfr. Marques Braga, *Luís de Camões — Autos* (edição premiada pela «Real Academia Española», 1928).

(3) É relativamente fácil, na maioria dos casos, dado o estado actual da sciência filológica, distinguir um vocábulo latino dum grego; por isso no domínio do léxico estabeleci separação completa entre latinismos e helenismos. Outro tanto nem sempre acontece no campo da sintaxe; por isso nesse domínio não exclui uma ou outra regra suspeita de estar inquinada de helenismo.

dos na nossa língua literária mui provàvelmente por via latina:

v. g. { substts: *citara* (I, 12, 4; IV, 102, 6; IX, 64, 5); *philomela* (IX, 63, 2); *archetipo* (X, 79, 1).
adjs: *diafano* (X, 7, 4); *austero* (V, 98, 6; IX, 26, 1; X, 145, 8).
vbs: *blasfemar* (I, 90, 7; IV, 44, 1; VI, 6, 8).

b) *os vocábulos literários de origem eclesiástica* (1):

v. g. { substts: *deidade* (VI, 8, 8; 24, 4; 34, 8; VII, 47, 1).
adjs: *sacro* (II, 15, 2; III, 74, 7; V, 74, 2; VII, 62, 2; X, 84, 2); *sempiterno* (IV, 60, 5; VI, 91, 6; X, 4, 4). *ommipotente* (I, 42, 2; IV, 47, 5; VIII, 99, 5; X, 90, 5; 114, 6).

c) *os latinismos de estilo*

que, em meu fraco entender, pelo menos, têm cabimento num trabalho literário, mas não em um de natureza glotológica).

---

(1) Visto que *latim clássico* é uma cousa e *latim eclesiástico* outra, êstes vocábulos estavam por sua natureza excluídos dum estudo que tinha por objecto um aspecto da projecção do latim clássico sôbre a língua literária portuguesa do Renascimento. Mas como é que se fêz a demarcação? Devo dizer que no meu estudo ela não obedeceu a leis (nem podia), mas antes a uma questão de faro, quási de intuïção. Assim *omnipotente* foi rejeitado e *potente* conservado como latinismo. Inversamente, hesitei em manter *tuba* na longa lista dos latinismos lexicais, por ver que êste vocábulo aparece muita vez na Sagrada Escritura e na liturgia da Igreja (cfr. a liturgia do dia de Todos os Santos); mas o paralelo com *avena* em *Lus.* 1, 5, 2–3, fêz-me crer na proveniência directamente clássica dêste termo no espírito do poeta. No campo da sintaxe e no da semântica levei o escrúpulo *purista* a excluir do texto definitivo todos os verbetes em que registara paralelos entre a língua de Camões e o latim eclesiástico.

Exemplifiquemos:

À semelhança dos *poetas* latinos, Camões designa a Itália por *Ausónia* (v, 87, 5), os Ítalos por *Ausónios* (x, 21, 5), Cleópatra por *a Lageia* (vi, 2, 4), a Índia por *o Indo Idaspe* (i, 55, 2).

Fora do campo geográfico, também aparecem latinismos de estilo. Assim, por ex. *as rodas da Fortuna* (x, 74, 5) é expressão proverbial que ascende à literatura e que Otto regista em *Die Sprichwörter der Römer*. Do mesmo modo, Faria e Sousa viu em *o esperar comprido* (v, 70, 5) uma reminiscência do *spem longam* de Horácio (*Od.* i, 4, 15). E, enfim, dada a paixão de Camões pela leitura de Vergílio, vejo em *a doce vida* (iii, 37, 7) uma reminiscência possível do *dulcis vita* de Vergílio (*En.* vi, 428: *Quos dulcis vitæ exsortes...*).

Todos estes latinismos têm interêsse para a literatura comparada, não para a glotologia.

Ficaram ainda excluídos dêste *ensaio,* embora os assuntos não lhe sejam estranhos:

a) os *latinismos lexicais geográficos* (1);

(porque pedem um exame especial das fontes históricò-geográficas do poema, exame êste que não estava no âmbito dêste trabalho).

b) os *latinismos de métrica;*

(a respeito dos quais nada tinha que acrescentar ao que foi dito por Epifânio Dias) (2).

A dissertação consta de cinco partes:

Fonética;

---

(1) Sobretudo abundantes no c. iii.

(2) Na sua edição dos *Lusíadas,* cfr. 2.ª ed., t. ii, pág. 340 (Registo filológico, s. v. *Taprobana*).

Morfologia;
Sintaxe;
Semântica;
Léxico.

*

Resta ainda examinar um último ponto:

Uma dissertação que tem por título *Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas»* pertence ao âmbito da Filologia Clássica? ou não pertencerá antes ao da Românica?

Evidentemente, um estudo sôbre o enriquecimento da língua literária no português, língua românica, cai fatalmente na órbita da Filologia Românica.

Mas, por outro lado, um estudo dum aspecto *da projecção directa do latim clássico sôbre a nossa língua literária do Renascimento* pertence igualmente ao domínio da Filologia Clássica. Assim o entendi desde a primeira hora em que êste trabalho se me antolhou como sendo aquele que melhor se prestava para minha dissertação final, porque melhor satisfaria estas duas condições:

a) trabalho original;
b) dentro da minha especialidade.

Assim o entendeu igualmente, quando lhe comuniquei o assunto que escolhera, o sr. Dr. José Maria Rodrigues, hoje professor da cadeira de Estudos Camonianos e, ao tempo, catedrático, ainda não aposentado, da secção de Filologia Clássica.

Há dois anos e meio que a minha escolha se fixara neste assunto. Dois anos e meio de investigações, de achados, de obra feita minuto a minuto; sete meses de trabalho intensivo no silêncio dum quarto, dissecando uma após outra tôdas as estâncias do poema e compulsando no labor de todos os

dias as edições de Epifânio Dias e do sr. Dr. José Maria Rodrigues (1), eis o que representa esta dissertação.

Não é um trabalho perfeito, e por motivos que já foram suficientemente esclarecidos. É *um esfôrço.*

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS USADAS NESTA DISSERTAÇÃO

Ee — Edição *princeps* dos *Lusíadas.*

F. e S. — *Lusíadas...* comentadas por Manuel de Faria i Sousa, Madrid, 1639.

E. D. — *Os Lusíadas* de Luís de Camões, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, 2.ª ed. melhorada, Pôrto 1918. — o mesmo, *Sintaxe histórica portuguesa,* Lisboa, 1918.

J. M. R. — *Os Lusíadas* de Luís de Camões, reimpressão *fac-similada* da verdadeira 1.ª edição dos *Lusíadas*, de 1572, precedida duma introdução e seguida dum aparato critico do prof. da Faculdade de Letras Dr. José Maria Rodrigues, Lisboa, 1921.

J. L. de V. — Dr. José Leite de Vasconcelos, (obras várias que se especificam).

M. — *Diccionario da lingua portugueza* — composto por Antonio de Moraes Silva... 4.ª edição... por Theotonio José de Oliveira Velho. Lisboa, 1831.

Quich. — L. *Quicherat* et A. Daveluy — *Dictionnaire latin-français...* revisé, corrigé et augmenté... par Emile Chatelain — 54.e éd.

Verg. *En.* — Vergílio, *Eneida.*

Cic. *Br.* — Cícero, *Brutus.*

---

(1) Em tôdas as citações de passos do poema reproduzo o mais fielmente possível o texto da edição de 1572 conhecida pela designação abreviada de *Ee*, texto que vem fac-similado na edição dos *Lusíadas* da Biblioteca Nacional, com *introdução* e *aparato crítico* do prof. Dr. José Maria Rodrigues, Lisboa, 1921. Escolhi o texto de *Ee* por ser *o da verdadeira edição «princeps» do poema.* Quanto aos argumentos em que assenta esta demonstração, cfr. a citada *introdução* do prof. José Maria Rodrigues na ed. da Bibl. Nac., § 1.

ENSAIO SÔBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS»

PARTE I

Fonética

Dei a designação de *latinismos fonéticos* aos vocábulos literários de proveniência latina alotrópicos de vocábulos populares e que concorrem com estes no poema.

Não são muito abundantes nos *Lusíadas*.

*

1. — *Abundar* e seus derivados.

A forma popular, evoluída segundo as leis fonéticas, é *avondar* (< abundare). Ocorre, v. g., em Fernão Lopes (1) e até ainda em Gil Vicente (2). A par do verbo ocorrem os substantivos *avondança,* no «Castello perigoso» (3), *avondamento* no «Boosco delleytoso» (4), e o adjectivo *avondoso* na «Corte imperial» (5). A proveniência tão diversa dêstes ex. mostra como estas formas tiveram vida no port. arcaico, chegando mesmo ao século XVI.

No Renascimento deu-se a restauração destas formas: *abundar, abundância.* E estas tanto prevaleceram na língua viva que acabaram por matar quási por completo as formas populares, sobrevivendo apenas o termo dialectal *bonda.*

---

(1) *Crónica de D. João I*, cap. 133; cfr. Antol. port. F. L. III, pág. 90.
(2) *Auto da Feira*, cfr. J. L. de V., *Textos arcaicos*, 3.ª ed., pág. 101.
(3) Apud, J. L. de V., *op. cit.*, pág. 47.
(4) *Id., ibid.*, pág. 64.
(5) *Id., ibid.*, pág. 61.

Nos *Lusíadas* ocorrem:

a) as formas *literárias* puras:

abunda, VI, 43, 6.
abundante, VII, 1, 8; X, 121, 7.
abundantes, VI, 1, 6; IX, 84, 4; X, 2 5; 102, 4.
abundosos, VII, 70, 2.

b) formas *mescladas:*

abondanças, V, 54, 7.
abundanças, VII, 62, 3.

2. — *Contrário.*

A forma popular, *contrairo,* com metátese do *i* e conseqüente formação de ditongo, teve vida em port. arcaico e regista-se, v. g., no *Esopete português* (1), em Fernão Lopes (2) e em Castanheda (3).

No Renascimento deu-se a *restauração.* A forma alatinada *contrário* prevaleceu de então para cá e é hoje a única corrente, pelo menos na língua escrita.

Nos *Lusíadas* ocorre:

a) a forma *literária* (4):

contrario, I, 85, 4 (rima com *necessario* e *adversario*); III, 116,

---

(1) Apud J. L. de V., *op. cit.,* pág. 51.

(2) *Crónica de D. João I,* cap. 133; clr. Antol. port. F. L. III.

(3) I, 8; apud Epif. Dias, comentário a *Lus.* I, 100.

(4) Se aqui levasse em conta a ordem cronológica, isto é, a ordem de aparecimento destas formas na língua portuguesa, devia começar pelas citações de formas populares. Mas o critério é outro: *o interêsse que estas particularidades fonéticas têm para um estudo sôbre os latinismos glóticos dos Lusíadas.* Evidentemente nesse caso o que importa é a forma restaurada, porque só nessa se vê a projecção do latim clássico. A forma popular, com ela cotejada, é apenas o negro ao lado do branco na chapa fotográfica; é a justificação do motivo por que introduzi estes ex. na *Fonética* e não no *Léxico.*

5 (rima com *Mario* e *adversario*); IV, 6, 4 (*fora da rima*); VII, 78, 6 (rima com *temerario* e *vario*); VIII, 66, 7 (*fora da rima*); X, 139, 2 (*fora da rima*).

contraria, VII, 39, 6 (rima com *Samaria* e *varia*); VIII, 20, 8 (*fora da rima*); IX, 44, 3 (rima com *necessaria* e *temeraria*).

contrarios, IV, 19, 8 (rima com *adversarios*); IV, 59, 3 (*fora da rima*); VIII, 52, 1 (rima com *varios* e *temerarios*); VIII, 60, 2 (*fora da rima*).

(ao todo: 6 ex. *fora da rima*).

b) a forma *popular* arcaica:

contrairo, II, 39, 4; VIII, 41, 7.

contrairos, I, 100, 7.

(todos fora da rima).

Mesmo só levando em conta os ex. fora da rima, a forma *restaurada* está em predomínio evidente.

3. — *Defensa.*

A evolução do grupo consonântico — *ns* — > — *s* — tivera lugar ainda no latim, como prova o testemunho de Quintiliano (1), citado por Niedermann, tendo-se dado mais tarde uma regressão etimológica parcial (2).

O português popular herdou formas dêstes dois tipos:

tipo *a* (— *ns* — > *s* —) : me*ns*a(m) > mesa
tipo *b* (— *ns* — > — *s* — > — *ns* —) : co*ns*iliu(m) > co*ns*elho.

No Renascimento, nova regressão parcial, que não sei até que ponto terá correspondido à pronúncia viva.

---

(1) Quintiliano, *Institutiones oratoriæ*, I, 7, 29; «*Consules*... exempta *n* littera legimus». Citado por Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed., Heidelberg, 1925, pág. 34. Cfr. o mesmo, págs. 95-96.

(2) Niedermann, *op. cit.*, págs. 95-96.

Dêste vocábulo, nos *Lusíadas,* ocorre:

a) a forma *literária:*

defensa, x, 49, 2.

b) a forma *popular:*

defesa, III, 34, 6; 69, 7; 87, 3; 114, 4; 138, 6; IV, 15, 5; VIII, 24, 6.

Predomínio evidente da forma popular.

4. — *Fructo. Fructa.*

Já no port. deu-se a vocalização da primeira consoante do grupo medial, o que teve como conseqüência a formação dum ditongo. Essa forma medieval, escrita *fruytus*, ocorre v. g. na «Côrte imperial» (1), e, escrita *fruytos*, no *Cancioneiro geral* (2).

No Renascimento deu-se a *restauração*, não correspondendo inteiramente a pronúncia à grafia: passou-se a escrever *fructo* e a pronunciar *fru-to* (3).

Nos *Lusíadas* ocorrem:

a) formas *literárias típicas:*

fructo, III, 120, 2 (rima com *muito* e *enxuto*) (4); IV, 27, 6 (*fora da rima*).
fructas, II, 76, 7 (*fora da rima*).

---

(1) Apud J. L. de V., *T. arc.*, 3.ª ed., pág. 60.

(2) Edição de Coimbra de 1910, tôm. I, pág. 221.

(3) Sob o aspecto gráfico, a restauração já tinha raízes nos semi-eruditos da Idade Média. *Fructo* ocorre numa «notícia de torto» do século XIII (apud J. L. de V., *loc. cit.*, pág. 16).

(4) Freire de Carvalho, seguido por E. D., alterou o texto para *fruito* e no v. 6 *enxuito,* com o fim de uniformizar a rima. J. M. R. mantém a lição de *Ee* e vê nela «um exemplo de rima incompleta», justificado por casos similares no poema e no *Cancioneiro Geral*.

b) formas *provàvelmente literárias*:

fruto, x, 133, 2 (rima com *tributo* e *enxuto*); v, 6, 5 (*fora da rima*).

frutas, vi, 2, 8 (*fora da rima*).

c) a forma *popular* tradicional (um único ex.).

fruito, ix, 56, 3 (*fora da rima*).

Neste ex., como em *abundar* e *contrario*, vê-se que *as formas literárias prevalecem sôbre as populares.*

5. — *Inimigo.*

Pela elisão do — *n* — no século xi, acompanhada de nasalação da vogal anterior, o latim *inimicu(m)* dera em port. pop. *ĩmigo* e posteriormente *imigo*. Estas formas populares, correntes na língua arcaica, tinham ainda muita vida no século xvi, pois então ainda as empregaram pelo menos o autor do *Palmeirim* (1), Duarte Galvão (2), Castanheda (3), — três fontes dos *Lusiadas*, — e ainda Sá de Miranda (4) e António Ferreira (5).

No Renascimento deu-se a *restauração*. De então para cá, a forma alatinada *inimigo* suplantou por completo as formas arcaicas, mesmo na língua popular.

Nos *Lusiadas* ocorre:

A) a forma *literária:*

inimigo, i, 71, 7; ii, 23, 4; iii, 34, 8; 35, 4; 36, 5; 42, 7;

---

(1) *Palm.*, pág. 264, (apud J. M. R., com. a iii, 84, 2).

(2) 8 e 10 (apud E. D., com. a iii, 35 e 39). E. D. transcreve: *imiguos.*

(3) i, 7 e 9; iii, 42; vii, 27; viii, 61 e 100; (apud E. D. no com. respectivamente a *Lus.* i, 86; ii, 66; x, 43, 58, 61 e 64).

(4) *Poesias*, ed. de D. Carol. Michaelis, Halle, 1885, pág. 15.

(5) Carta viii, in-*Poesias Lusitanas do Doutor António Ferreira*, Lisboa, 1771, tôm. ii, pág. 92.

IV, 53, 1; 101, 1; VII, 8, 6; VIII, 22, 4; 85, 5; IX, 77, 2; X, 89, 4.

inimiga, I, 26, 3; 92, 8; II, 22, 8; 30, 4; III, 119, 4; IV, 57, 5; V, 43, 3; 70, 8; X, 113, 7.

inimigos, I, 29, 4; 63, 8; 105, 3; III, 44, 1; IV, 33, 4; 34, 2; 38, 3; 47, 6; VI, 46, 2; VII, 7, 4; 10, 8; VIII, 70, 5; 97, 7; 98, 4; X, 27, 6; 30, 1; 56, 5; 59, 4; 70, 8; 95, 6; 151, 7.

inimigas, II, 23, 3; 26, 8; 33, 7.

(total: 46 ex.).

B) a forma *popular*:

a) com — *m* — (singelo):

imigo, IV, 41, 6; 48, 2; V, 58, 7; VII, 84, 4; VIII, 11, 6; 48, 2; 93, 4.

imiga, II, 59, 4; VIII, 96, 7;

imigos, III, 46, 6; VII, 31, 4; VIII, 20, 3; 31, 6; 89, 6; IX, 12, 3; 93, 4.

imigas, IV, 26, 6.

b) com — *mm* — (geminado) (1):

immigo, IV, 29, 6.

immiga, X, 28, 6.

immigos, III, 136, 6; IV, 31, 7; VIII, 12, 3; X, 38, 2; 55, 6; 66, 1.

immigas, X, 14, 7.

(total: 26 ex.).

A forma *literária* está em predomínio evidente. Devido

(1) No entender de E. D. não só *immigo* equivale a *īmigo* como também «nos lugares onde vem *imigo* deve supor-se que Camões se esqueceu de pôr sôbre o *m* o traço indicativo de consoante dobrada ou o compositor não reparou nêle». (*Registo filológico* da s. ed. dos *Lus.*, s. v. *immigo*). — J. L. de V. parece supor a coëxistência de duas formas, *imigo* e *īmigo* (*T. arc.*, Glossário, s. v.).

a razões de *métrica*? Não é provável. Em vários lugares a métrica pedia antes a forma popular e o poeta escreveu a literária, v. g.:

> Foy refazer *se o i* nimigo magoado: (III, 35, 4)
> Ajunta *se a i* nimiga multidão, (IV, 57, 5)
> Nas inimigas naos senti *lo ha o* Nilo, (X, 33, 7).

6. — *Insula.*

O lat. *insula* em que o *n* (antes de *s*) se elidiu (1) é o étimo longínquo do nosso vocábulo *ilha.*

Ilha é vocábulo nìtidamente popular. É o termo genérico com que, porventura desde o século XV, o povo das aldeias e dos casais designa indistintamente os Açores e a Madeira: *F. é da ilha.* Perdura igualmente na língua viva dos que não têm pão nem cultura, mòrmente no Pôrto, com o sentido de pátio, habitação de gente pobre aglomerada (2).

Insula foi forma abstrusa do Renascimento. Ingrata tentativa de latinização fonética, se tal porventura lhe podemos chamar.

Nos *Lusíadas* ocorrem:

a) a forma *literária:*

insula, VII, 19, 4; IX, 21, 3.
(ao todo 2 ex.).

b) a forma *popular:*

ilha, I, 42, 6; 54, 1 e 8; 91, 5 e 8; 98, 3; 99, 3 e 7; 101, 7; 102, 6; 103, 1; II, 2, 5; 45, 2; III, 10, 3; IV, 9, 5; V, 5, 1; 9, 1; IX, 14, 7; 40, 5 e 6; 50, 4; 51, 6; 52, 1; 54, 4; 89, 2 e 8; 95, 8; X, 42, 4; 51, 1; 73, 4; 95, 7; 103, 5; 133, 8; 135, 1; 143, 4.

---

(1) Cfr. Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed., Heidelberg, 1925, págs. 34 e 95-96.

(2) Quanto à evolução semântica do vocábulo, cfr. M., s. v.

ilhas, I, 43, 8; 48, 4; 59, 8; V, 4, 3; 8, 1; X, 52, 7; 131, 3; 132, 2; 133, 1; 136, 5.
(ao todo 45 ex.).

Predomínio absoluto da forma popular.

7. — *Quasi, iniquo.*

E. D. escreve:

«Nas palavras que a nossa literatura antiga tomou do latim, o *qu* lat. medial era representado fonèticamente por *c* (=*k*), v. g. secaz (Barros, *Asia*, III, 1, 3), propīcas (Sabellico, *Enneadas*, I, 5, 55), cadrupedes (Orta, *Col.* XXI), adecada (H. Pinto, II, 227 *v* da 1.ª ed.), syno de acaris (i. e. signo de Aquario) (*Livro de Marinharia*, pág. 15). *A grafia «qu» era meramente grafia erudita, como «iniquo» nos* Lusíadas, II, 64. *Só posteriormente foi que a pronúncia, e conseguintemente a grafia, foi reformada segundo o tipo latino.* Nos *Lusíadas* vem, além de *licor* — palavra em que a pronúncia mais antiga vingou — 1) *grandiloco:* I, 4; V, 89; — 2) *inico*, rimando com *rico:* VIII, 74; IX, 43; X, 25, 41, 109; com *bico:* IX, 59; fora da rima, pelo menos em I, 94, 101; III, 33; — 3) *longinco:* II, 54; VII, 30. Em alguns casos a pronúncia com *c* ascende já ao latim, por ex., em Marcial vem *grandilocus*, em Plauto (no *Pseud.*) *multilocus*, em Val. Maximo (III, 7, 8) *inicus*» (1).

A esta interessante e elucidativa nota de E. D. pode-se no entanto objectar:

a) nem sempre é a pronúncia que actua sôbre a grafia, dando-se por vezes o fenómeno inverso (2);

---

(1) *Registo filológico* da s. ed. dos *Lus.*, s. v. *grandiloco.*

(2) Na restauração parcial do grupo — *ns* — em latim (*consilium* > *conselho* em face de *sponsa* > *sposa* > *esposa*), segundo Niedermann, *foi a grafia que actuou sôbre a pronúncia* (Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed., Heidelberg, 1925, págs. 95-96). — O facto, na

b) é natural que de comêço a grafia «*qu*» tenha sido «meramente grafia erudita», — como diz E. D., — mas é provável que na época da factura do poema, após mais de um século de humanismo, esta grafia já começasse a ganhar terreno *e porventura mesmo a actuar sôbre a pronúncia.*

Militam a favor da hipótese de E. D. os vocábulos que êle cita. Mas nos *Lusíadas* — e E. D. quási não o notou neste passo — há abundantes exemplos da grafia erudita, daquela que depois, e possìvelmente já então, *actuou sôbre a pronúncia;* cfr.:

iniquo, II, 64, 6.
longiquo, IV, 69, 7 (contrapondo-se aos ex. de *longinco* citados por E. D.).
quadrupedante, X, 72, 4 (1).
quasi, I, 10, 1; 79, 3; III, 20, 1; 98, 3; IV, 20, 3; 26, 2; 92, 6; V, 57, 5; VI, 6, 4; 75, 3; VII, 19, 3; VIII, 30, 1; 34, 5; 97, 8; IX, 87, 2; X, 92, 8. (*casi* apenas em III, 110, 1, e V, 69, 4). Êste último vocábulo é sintomático: em 16 ex. Camões emprega a forma alatinada e apenas em 2 a grafia tradicional.

*

Aos *latinismos de fonética* há que acrescentar os *latinismos de grafia.*

Que diferença há entre uns e outros?

Latinismos de fonética são as restaurações operadas no Renascimento, regressões etimológicas que não foram apenas

---

nossa língua, é de observação diária: os analfabetos, obedecendo a uma velha lei da língua que originou pela metátese a formação de ditongos, dizem: «Toino», «Gloira»; os cultos e semi-cultos *lêem o que escrevem* e dizem: «António, Glória».

(1) *Ee: pradrupedante.* A emenda, necessária e devida à edição de 1597, é aceita pelos editores mais escrupulosos.

efémeras grafias artificiais, e que, tendo provàvelmente passado da grafia para a pronúncia da gente culta, entraram realmente na língua viva (ou já no tempo de Camões ou posteriormente).

Abundar, contrário, fruto, inimigo, quasi, iniquo, são, em face das formas arcaicas suplantadas *avondar, contrairo, fruito, ĩmigo, casi, inico* (quási tôdas registadas nos *Lus.*), *latinismos fonéticos* da língua de Camões (1).

Latinismos de grafia são, pelo contrário, as formas artificiais, grafias eruditas que a nada correspondiam na língua viva e que, nunca tendo conseguido actuar na pronúncia, morreram quando baixou a febre de latinização do Renascimento.

Nos *Lusíadas* registam-se vários ex., v. g.:

doctrina, IX, 27, 6 (E. D.) (2).
facultade, VII, 51, 2.
preceptos, VII, 13, 4; (em face de *preceitos,* VII, 40, 3; cfr. E. D.) (3).
octavo, título do c. VIII (E. D.) (4).
Martio, (jogo) X, 19, 5.

---

(1) *Defensa* parece não estar no mesmo caso, pois não perdurou, subsistindo pelo contrário a forma popular *defesa.* Será então um mero *latinismo de grafia?* O vocábulo isolado é possível que o seja. O fenómeno mais geral de que êle é um exemplo é um verdadeiro *latinismo fonético;* cfr. as formas alotrópicas *tenso* e *teso,* que subsistem ambas; cfr. ainda o vocábulo *ofensa,* mòrficamente paralelo a *defensa* e que até penetrou na língua popular. — *Insula* teve vida efémera, mas perduram os derivados *insulano, insular* e o composto *península.*

(2) 2.ª ed., t. II, pág. 97.

(3) Tôdas as vezes que as iniciais E. D. ou J. M. R. aparecem sem outras indicações, subentender-se-há: *no comentário à estância indicada expressamente no contexto.*

(4) 2.ª ed., t. II, pág. 97.

Tôdas estas formas são artificiais. Nenhuma conseguiu passar para a língua viva. Nenhuma conseguiu suplantar as formas fonèticamente normais *doutrina, faculdade, preceito, oitavo* (1).

PARTE II

Morfologia

O capítulo dos *latinismos morfológicos* dos *Lusíadas* tem importância quási nula. O sistema mórfico foi o que maior resistência ofereceu à latinização da língua.

Apenas registei os habitualmente chamados *superlativos eruditos,* que não ascendem evidentemente à língua popular e fonèticamente normal e que devem ter surgido no Renascimento.

Ex.

Aspérrimo.

asperrimo, III, 34, 8; *asperrima,* V, 12, 3; *asperrimos,* V, 51, 1; VIII, 10, 5 (mas em III, 116, 5 *asperissimo*, forma semi-popular hoje inusitada).

Misérrimo.

miserrima, V, 48, 8.

Humílimo.

humilima, IV, 54, 4.

E a par dêstes superlativos de então para cá correntes na língua literária (pelo menos na poesia, cfr. Garção, «A *mi-*

---

(1) Embora apenas como *latinismo de grafia*, mera forma artificial, *doctrina* aparece ainda no meado do século XIX, num texto de Sylva Tullio (in-*Revista Universal Lisbonense*, t. III, pág. 407).

serrima Dido»), registam-se no poema dois outros superlativos eruditos hoje completamente mortos.

Belacíssimo.

belacissimos, II, 46, 3 (o próprio positivo, não registado na nossa língua, se existisse, seria *um latinismo lexical*).

Superbíssimo.

VII, 4, 7 (mas em X, 64, 1 *soberbissimo*).

UM CASO DUVIDOSO

No domínio da flexão verbal, supus de comêço encontrar um latinismo mórfico no imperativo *fuge,* insólito em relação à língua de hoje e que aparece no poema:

> Quando Mercurio em sonhos lhe aparece,
> Dizendo, *fuge, fuge,* Lusitano,
> .....
> *Fuge,* que o Vento & o Ceo te fauoreçe (II, 61)

O que mais favorece a hipótese dum latinismo mórfico é a semelhança entre êste passo e estoutro de Vergílio, o poeta querido de Luís Vaz:

> Heu! *fuge,* nate dea, teque his, ait, eripe flammis,
> (Verg. *En.* II, 289).

Para mais o momento psicológico é semelhante nos dois poemas: Heitor *aparece em sonhos* a Eneias a dizer-lhe que fuja da morte que o espera, a êle e a todos os Troianos, no *Trojae supremus labor;* Mercúrio *aparece em sonhos* a Vasco da Gama a dizer-lhe que fuja «da cilada que o rei malvado tece» em Mombaça para deitar a perder os Portugueses. — Não estaria então Camões a lembrar-se dêste passo do Mantuano?

Opõem-se a esta hipótese (no aspecto filológico, i.é, o considerar *fuge* como um latinismo mórfico) dois argumentos:

a) o aparecerem nos *Lusíadas* dois outros imperativos apofónicos e insólitos em relação à língua de hoje, mas *insuspeitos de latinização mórfica*, portanto populares:

acude, III, 105, 7.
sigue, X, 76, 5.

b) o aparecer a própria forma *fuge* e paralelamente *fugem* (3.ª p. pl. do ind. pr.) em passos de outros autores:

«*Fuge* de ti que em ti tens mór imigo»
(António Ferreira) (1)

«todos os escreuedores e ditadores se pagam dos hermos e dos matos, e *fugeem* das çidades...» (*Boosco delleytoso*) (2).

PARTE III

Sintaxe

GENERALIDADES

Eis-nos enfim chegados ao âmago dêste ensaio: *a sintaxe*.

O sistema mòrficò-sintáctico é o *quid proprium* duma língua. Nesse escolho esbarraram e esbarrarão sempre os criadores de línguas artificiais. O léxico (e, em menor escala, a semântica) flutua indeciso, evolue constantemente e, hoje mais do que nunca, recebe na maré cheia inúmeros estran-

---

(1) *Poemas lusitanos do Doutor Antonio Ferreira*, Lisboa, 1771, t. II, pág. 92.

(2) Apud J. L. de V., *T. arc.*, 3.ª ed., pág. 66. O *Boosco delleytoso*, — no entender de J. L. de V., — «ainda que impresso no primeiro quartel do século XVI, representa uma fase lingüística muito mais antiga, dos comêços do século XV ou ainda dos fins do século XIV». (*Lições de Filologia*, 2.ª ed, pág. 136).

jeirismos. O sistêma mòrficò-sintáctico também evolue, mas muito mais lentamente, e oferece maior resistência aos estranjeirismos, pois, para se dar o assalto, é preciso haver uma assimilação muito profunda duma língua por outra.

Assim no-lo ensina a história das línguas.

A helenização do latim não se fêz em todos os domínios ao mesmo tempo. O léxico primeiro, a sintaxe depois. Helenismos lexicais havia os já na Roma culta do século III antes de Cristo, na língua de Plauto, revolucionária por êsse lado, mas conservadora sob o aspecto dos arcaismos fonéticos (1). Mas a helenização da sintaxe, à qual ainda soube resistir, já no fim da República, o eloqüente e erudito amigo de Tito Pompónio Ático, aliás pródigo em helenismos lexicais, foi sobretudo característica dos poetas do século de Augusto (2).

Evolução paralela teve a «galicização» do português. Estranjeirismos lexicais, afins dos galicismos, penetraram na nossa língua já nos remotos tempos dos trovadores provençais: *nulha ren, nulha sazon, prez* (3). Se êsses morreram, galicismos há que já estão há séculos de pedra e cal dentro da língua popular: *chefe, chapéu, chaminé, charrua, assembleia*. Mas a «galicização» da sintaxe portuguesa é mais recente: tomou sobretudo incremento com a gèração literária de Eça de Queiroz e com a expansão do jornalismo cosmopolita, i.é, de há meio século para cá (4).

---

(1) Cfr. Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed., Heidelberg, 1925, *passim* e pág. 112.

(2) Cfr. Riemann, *Syntaxe latine*, 7.ª ed., Paris, 1927, *passim*, v. g. pág. 124.

(3) Cfr. J. L. de V., *T. arc.*, 3.ª ed., págs. 183 e 188.

(4) Cfr. p. ex. o emprêgo do *gerúndio* como determinação dum substantivo (v. g., «o decreto *remodelando* a legislação»), à imitação do francês, em que o mesmo acontece, *mas com o particípio presente*. O assunto foi estudado por Júlio Moreira, *Estudos da lingua portuguesa*, 1.ª parte, Lisboa, 1907, págs. 92-97; cita vários ex. de Eça de Queiroz

Estes exemplos põem em realce a importância especial que tem o estudo dos latinismos sintácticos dos *Lusíadas*.

Dada a resistência que no Renascimento o sistema mórfico oferece à «neo-latinização» da língua, *é por estes latinismos sintácticos que melhor se pode aferir o grau de latinidade da língua de Camões.*

*

Uma vez dentro dêste campo e em face duma boa colheita de regras, forçoso era *ordenar os assuntos*. Evidentemente não era lícito pôr os exemplos que atestam a sobrevivência (ou o reaparecimento) da regra *impedio ne...* a par dos da regra *Urbs Roma*. E porque não? Porque esta última pertence ao estudo *da ligação das palavras na oração*, e a primeira ao estudo *da ligação das orações*.

Forçado a adoptar um plano, adoptei *nas suas linhas gerais* o de Epifânio Dias na sua *Sintaxe histórica portuguesa*. Por outras palavras: aproveitei as grandes divisões e, das sub-divisões, aquelas em cujo âmbito registara exemplos de sintaxte alatinada. E assim cheguei ao seguinte esquema, no qual já vão incluídas as regras aqui estudadas como latinismos sintácticos.

(Continua).

C. E. Corrêa da Silva.
(Paço d'Arcos)

---

que provam como êsse escritor contribuíu para dar direito de cidade na nossa língua a êsse galicismo sintáctico, v. g.: «Uma vasta assembleia *tendo* por fim estudar»... (*Cartas de Inglaterra*, pág. 18), e «Um ninho *balouçando-se* no ramo de um ulmeiro»... (*Ecos de Paris*, pág. 1); frisa que em bom português se deve dizer «Uma vasta assembleia *que tem* por fim estudar»... ou «*com* o fim de estudar»... e «Um ninho *a balouçar-se* nos ramos de um ulmeiro»...; e insiste em que tais galicismos sintácticos invadem a língua dos cultos e semi-cultos, mas não a língua pròpriamente popular.

OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL

PARTE I

Relações de Portugal com as nações germânicas

CAPÍTULO I

Relações luso-germânicas desde os tempos primitivos até 1400

§ 1.º

Até à fundação da nacionalidade

Ho caminho fica aberto
a quem mais quiser dizer:
.....
non pude mais escreuer
por nã têer mais descuberto;
sem letras, & sem saber,
me fui naquisto metter,
por fazer a quẽ mais sabe,
que ho que minguar acabe;
pois eu mais nã sey fazer.

Garcia de Resende, *Miscellanea*, est. 311.

As relações entre a Península ibérica e as nações do Norte da Europa ascendem a longínquas eras. A Arqueologia parece demonstrar a existência delas já em tempos ante-históricos, nas idades da pedra (1) e do bronze (2). Na

---

(1) O. Montelius, *Chronologie de l'époque du bronze la plus ancienne dans l'Allemagne du Nord et de la Scandinavie*, apud *L'Anthropologie*, x, 703.

(2) José Fortes, *La spirale prehistorique et autres signes gravés sur pierre*, págs. 12, 13 e 14.

literatura irlandesa antiga há freqüentes alusões à Hispânia, as quais atestam mais ou menos o conhecimento remoto da Península pelos habitadores primitivos da Hibérnia (1). Essas alusões tradicionais têm talvez um fundamento histórico, pois alguma gente de Tartessos negociava no mar do Norte, e os marinheiros de Cádis, indígenas ou colonos fenícios, iam buscar estanho à Britânia e âmbar à Frísia; entre aquela cidade e a ilha de Wight (a Vectis romana) havia um constante vai-vem de navios, e é natural que os íncolas das Ilhas britânicas, habituados também às longas carreiras marítimas, descessem à Península em busca de produtos de comércio ou outros (2). Entre os povos que estiverem em contacto com a costa setentrional lusitana, em alta antigüidade, parece contarem-se os Albiões, e, segundo Martins Sarmento, no Sul da Inglaterra existiram colónias de peninsulares (3). Tradições antigas dizem que os Siluros do país de Gales foram do Norte da Espanha; na Idade Média supunha-se que os Bascos eram oriundos da Escócia e da Cornualha (4), e que os habitantes da Hibérnia teriam ido para lá da Espanha (5). Por volta de 500 ou 450 antes de Cristo os Iberos invadem a Gália e chegam até à Armórica, península fronteira do Sul da Britânia (6). Em 441 (?) (a. C.) Himilcon, almirante car-

---

(1) S. Reinach, *Les croissants d'or irlandais*, in-*Revue celtique*, apud José Fortes, *loc. cit.*, pág. 13.

(2) C. Jullian, *Histoire de la Gaule*, I, 187–188.

(3) *Ora maritima*, 2.ª ed., págs. 77 e 95, e vide Sampaio, *As povoas maritimas*, in-*Portugalia*, II, 215 e *Zeitschrift für Ethnologie*, 1903, pág. 59, nota 30.

(4) Jullian, *Histoire de la Gaule*, I, 270, e Saraiva, *Obras*, V, 353.

(5) Valésio, na *Noticia das Gálias*, s. v. Lapurdum, cita um escritor do século XII, que, ao escrever sôbre a Hibérnia, disse: «Ait enim Basclenses de Hispaniorum partibus classe in Hiberniam insulam venisse, ibique habitavisse. Et Basclensium Hibernensium corpora, vestes, armaturam, moresque describit». Apud Saraiva, *Obras*, V, 353 e nota 3.

(6) Jullian, *Hist. de la Gaule*, I, 267.

taginês, depois de ter explorado as Ilhas britânicas, aporta à Corunha para reabastecer e separar os seus navios escapados a um grande temporal (1). O mesmo Himilcon, e depois dêle o marselhês Pitheas, viajaram no Mar do Norte, Cornualha, Frísia e Noruega (2). Estas relações entabuladas em tempos remotos, e às quais se referem vários autores antigos, como Avieno, Tácito, Plínio, Ptolemeu, Mela, etc., tiveram seqüência em épocas mais modernas, em que o trato mercantil, mais desenvolvido, exigia uma vazão para a actividade agrícola, industrial e comercial dos povos.

Durante a época romana as necessidades da ocupação e da pacificação dos vastos domínios do *orbis romanus* exigiam por vezes o deslocamento de fôrças militares de umas regiões para outras, e assim, vemos soldados lusitanos, asturianos, galegos etc. pisarem os territórios da Britânia e da Germânia, e sabemos da estada de Bretões e de Germanos na Ibéria. Nas Ilhas britânicas estiveram as coortes I *Augusta Lusitanorum*, a III *Bracarum Augustanorum*, a I *Aelia Hispanorum miliaria equitata* (3), além de outros auxiliares ibéricos (4) e de algumas fôrças que — compostas de legionários das Astúrias e da Galaecia, província esta a que pertencem as nossas de Trás-os-Montes e Entre-Douro e Minho, — ajudaram a manter e consolidar o poderio romano na Britânia e na Germânia (5). A legião IV *Augusta*, constituída por espa-

---

(1) Francisco Gastón, *Historia comercial de la Coruña*, pág. 8.

(2) Jullian, *Hist. de la Gaule*, I, 188; Saraiva, *Obras*, V, pág. 6 nota 3. Pitheas viajou por volta de 330 a. C. e deixou uma espécie de diário da sua viagem, do qual restam alguns passos que se podem ler a pág. 400 da obra de Elton, *Origins of English history*; apud Jusserand, *Histoire littéraire du peuple anglais*, I, pág. 3 e nota 1.

(3) François Sagot, *La Bretagne romaine*, pág. 179, e Pedro de Azevedo, *Cohortes Bracaraugustanas e lusitanas*, in-*Bol. da Classe de Letras da Academia das Sciências de Lisboa*, XIV, 328.

(4) Sagot, *ibidem*, pág. 197–198.

(5) Cristovam Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 345 e II, 229; e cfr. Jullian, *Histoire de la Gaule*, V, 11.

nhóis, no tempo de Tibério tinha o seu aquartelamento em Mogúncia, na Germânia Superior, e no reinado de Cláudio passou para a Britânia (1). Em lápides romanas encontradas na Península figuram indivíduos que estiveram em serviço oficial na Britânia, como por exemplo: um chefe da legião VI Vitrix (2), um chefe de coorte (3), um tribuno laticlávio (4), um pròpretor do legado de Augusto (5), um legado da legião VI Vitrix que esteve lá e também na Germânia Inferior (6). Na época de Antonino o tráfico mercantil do Império desenvolveu-se grandemente e o Oceano era constantemente singrado por tôda a espécie de navios que faziam carreiras entre os países do Sul e a Britânia (7) e Germânia (8). Por seu lado alguns Bretões estacionaram também na Península (Portugal), pois a coorte VI *Brittonum* teve o seu quartel em Braga (9), e existe uma inscrição bracarense em que se fala de um Lúcio Terêncio, *præfectus* da mesma coorte (10).

A atestar contactos primitivos entre a Hispânia e a Britânia está ainda a semelhança ou identidade de nomes próprios encontrados em inscrições lapidares de ambas as regiões. Entre os nomes de pessoas de lápides romanas da Galiza figuram *Amius, Amia, Arro, Atta, Bontius, Caranto, Carrus, Celea, Cotto, Docius, Fronto, Gontius, Habrocoma, Pusina, Reburris, Reburrinus, Reburrus, Sabellus, Silo, Silus, Tancinus, Vironi*, etc., e em inscrições romanas da Britânia

---

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 362.
(2) *Corpus inscriptionum latinarum*, II, 4510.
(3) *Corpus*, II, 1086.
(4) *Corpus*, II, 1262.
(5) *Gorpus*, II, 2078.
(6) *Corpus, Supplementum*, 6084.
(7) Sagot, *La Bretagne romaine*, pág. 314.
(8) Franz Cramer, *Deutschland in römischer Zeit*, pág. 139.
(9) Aires, *Hist. do Exército Português*, I, 373.
(10) *Corpus*, II, 2424.

e da Hibérnia notam-se os nomes *Amio, Arro, Atta, Bonti, Carantus, Carrus, Celea, Cotto, Docius, Fronto, Gontius, Habrocoma, Pusinna, Reburris, Reburrinus, Reburrus, Sabellus, Silo* e *Silus, Tancinus, Vironi* etc.(1). Uma cidade galega tinha o nome de *Brigantia* e *Brigantia* era uma divindade adorada pelos antigos habitadores das Ilhas britânicas(2). Esta paridade de nomes pode provir do intercâmbio de legiões e de coortes de ambos os países, como por exemplo o demonstra uma lápide da Britânia (do séc. II) em que figura o espanhol Reburrus, decurião licenciado residente e falecido lá(3), mas é natural que também tenha origem na anterior comunidade céltica da Hispânia e da Britânia, pois, como é por demais sabido, as línguas célticas falavam-se, pouco mais ou menos no século V a. C., na Península ibérica, nas Gálias, Europa central, na Galatia (Ásia menor) e nas Ilhas britânicas(4). Quási todos os nomes acima indicados são de estirpe céltica e vêm mencionados na obra de Holder, *Alt-celtischer Sprachschatz*.

Na Germânia, além da legião indicada supra, estiveram nos séculos I e II as I e III *cohortes Lusitanorum*(5) e ao todo fizeram parte dos exércitos do Reno as seguintes fôrças constituídas por Peninsulares: *Ala I Hispanorum; Cohortes, I, II, V Asturum, Asturum et Gallæcorum; V Bracara Augustanorum; II e V Hispanorum; I Ligurum et Hispanorum; I Lucensium* (de Lugo) *Hispanorum; III Lusitanorum Equitata* e várias *cohortes Vosconum* levadas em 69 a. C.(6). Se-

---

(1) Cuevillas, *Galicia y las Islas Britanicas,* in-*Bol. de la Real Academia Gallega,* XV, 39.

(2) Idem, *ibidem,* XV, 43.

(3) *Corpus,* VII, 1193, apud Sagot, *La Bretagne romaine,* pág. 267.

(4) Dottin, *La langue gauloise,* p. 79, segs. e Pedersen, *Vergleichende Grammatik der keltischen Sprachen,* I, 6.

(5) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português,* I, 376.

(6) Jullian, *Hist. de la Gaule,* IV, 137 nota 2 e Azevedo, *loc. cit.,* in *Bol. da Classe de Letras,* XIV, 328.

gundo parece, ainda na época romana, um Germano veio à Península cumprir um voto às deusas Mães Aufânias, que figuram várias vezes em inscrições latinas da Germânia (1). De funcionários romanos viajados na Germânia e residentes ou falecidos na Península dão notícia algumas lápides hispânicas, v. g. de um *præpositus copiarum expeditionis Germaniæ secundæ* chamado Tibério Cláudio Cândido (2), de um chefe da coorte *VII Rætorum Equitata* que esteve lá (3), de um *præfectus cohortis Secundæ Asturiensis in Germania* (4), de um legado (5) e de um *præfectus fisci Germaniæ* (6). Mercadores meridionais, celtas, etruscos, fenícios, romanos e outros levavam para a Germânia objectos de luxo, jóias, vinho, armas, etc., que trocavam pelos produtos locais, sobretudo pelo âmbar dourado do Báltico (7). O comércio exercia-se em grande parte por intermédio da Gália (Bordéus, Arles, Narbona), que da Hispânia importava laranjas, azeites, carnes salgadas, cavalos de tiro etc. (8). O azeite e as carnes salgadas, produtos afamados da Hispânia, eram importados pela Gália, alcançando o seu comércio as margens do Reno batavo, onde as ânforas de azeite da Andaluzia (Bética) eram muito apreciadas e procuradas (9).

Do tempo dos Romanos são estas as notícias documentadas do trato da Península com os países germânicos, ou germanizados depois, como sucedeu à Inglaterra; mas, sem

---

(1) Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, II, 178.

(2) *Corpus*, II, 4114.

(3) *Corpus*, II, 3237.

(4) *Corpus*, II, 4251.

(5) *Corpus*, II, 4115.

(6) *Corpus*, II, 3271.

(7) Aires, *Hist. do Exército Português*, II, 255.

(8) Jullian, *Hist. de la Gaule*, VIII, 211 e 214.

(9) Idem, *ibidem*, V, 323 e 324 nota 1; Gama Barros, *Hist. da administração pública*, IV, 4.

dúvida, mais dados existem, porquanto, em vista da operosa actividade do povo romano, as relações comerciais e políticas entre as diversas províncias sujeitas ao império deviam ser muito mais intensas do que quando estas viviam numa independência um tanto insulativa.

No século v da era cristã os homens do Norte, — que de há muito vinham ameaçando e minando a existência do colosso romano, e dos quais alguns se tinham infiltrado pacìficamente adentro das suas dilatadas fronteiras, — levantam-se em massa e, em som de guerra, invadem o Império, aniquilando os escassos núcleos de resistência que êle ainda lograra concentrar. Talhando e retalhando os vastos territórios que o constituíam, dividiram-nos entre si, formando novos reinos e estados que foram, em alguns casos, progenitores de novas nacionalidades. A invasão dêstes povos, menos civilizados que os Romanos, originou a desorganização momentânea do mundo latino. A agricultura, o comércio e as indústrias sofreram os primeiros embates, paralizando a actividade de aqueles que na paz se entregavam a um trabalho compensador e fecundo. A princípio a guerra e as dissensões contínuas absorviam tôdas ou quási tôdas as energias. Os Suevos, que primeiramente dominaram a Península, foram a breve trecho acossados pelos Visigodos. Em 456 Teodorico II investe com Braga e em 468 estes derrotam os Suevos e os Romanos jungidos ao poder suévico. Finalmente, volvido mais de um século, em 585, os Visigodos destroem os últimos focos de resistência suévica e chegam a ser os dominadores exclusivos da Península. Assimilam gradualmente a civilização dos Romanos sujeitos ao seu domínio, e, com a pacificação, foi-se desenvolvendo o progresso geral. A entrada dos Visigodos na Espanha não se assemelha à dos outros povos germânicos, pois não cometeram as atrocidades e violências que os seus predecessores haviam cometido. Os invasores godos, depois de instalados, reorganizaram a administração,

revivificaram a agricultura, intensificando a cultura dos cereais, da vinha, da oliveira e outras árvores de fruto, desenvolveram a exploração florestal, a criação de bois, cavalos, carneiros, porcos e cães, a cultura do mel e a pesca fluvial (1). Esta actividade reflectiu-se no comércio, que, embora não se exercesse em tão larga escala e extensão como no tempo da unidade romana, atingiu todavia um certo desenvolvimento e intensidade. O trato marítimo era activo sobretudo entre as costas da Gália meridional e a Espanha. Entre Marselha e os portos espanhóis havia um tráfico regular. Na feira de S. Denis, em Paris, onde se reüniam os comerciantes de grande parte do mundo bárbaro, não faltavam mercadorias da *Hyspanica* (Septimânia) (2). Exportavam-se metais, trigo, sal-gema, vinho, vinagre, cera e mel, e um mineral, o *lapis fulminis*, e importava-se sêda, púrpura, pêlo de camelo, especiarias, marfim etc. (3). Não há, que eu saiba, notícia concreta de serem nesta época muito apreciadas no Reno as célebres ânforas de azeite da Andaluzia, e as carnes salgadas espanholas, como no tempo do Império; mas é muito provável que os produtos famosos da longínqua Espanha bárbara atingissem, por intermédio dos traficantes da Gália, as Ilhas britânicas e a Germânia. Relações mais concretas são as que resultam da união familial de alguns príncipes da Hispânia com representantes da nobreza germânica da Inglaterra e da Germânia. Uma das mulheres de Recaredo, rei visigodo da Espanha (586-601), Adda, que assinou as actas do concílio de Toledo em 587, era filha do rei Artur de Inglaterra (4). Ingundis, filha de um rei da Austrásia, Segisberto de Metz, casou com Hermenegildo, filho de Leovigildo,

---

(1) Felix Dahn, *Die Könige der Germanen*, VI, 280.
(2) Idem, *ibidem*, IV, 283.
(3) Idem, *ibidem*, VI, 284; Saraiva, *Obras*, V, 350.
(4) Crist. Aires, *Hist. do Exército Português*, II, 346.

rei visigodo, e a mãe daquela princesa, Brunilda, era filha do rei Atanagildo da Espanha (1).

Os Germanos, tendo dominado a Península durante séculos e tendo dado origem aos diversos estados cristãos em que ela se dividiu posteriormente, deixaram bastantes vestígios da sua influência. Muitos nomes próprios portugueses e espanhóis, quer de pessoas, quer de lugar, são de estirpe germânica; e também o são alguns nomes comuns como *feltro*, *ganhar*, *guarda*, *guerra*, *guisa*, *rico*, etc. (2).

Durante o período do domínio sarraceno na Península, e logo no seu começo, quando os Árabes tomaram Lisboa em 716, vivia nesta cidade um nobre chamado Liderico († 808), que foi nomeado Conde da Flandres por Carlos Magno (3). Durante a mesma época temos notícias da vinda de Germanos às costas da Espanha nos séculos IX, X e XI. Eram os Normandos, que os nossos documentos latino-medievais designam por *Normandi*, *Normanni*, *Lothomani*, *Laudomanes* e *Lormanes* (4). Oriundos das regiões da Escandinávia, Dinamarca e Frísia, eram nautas e guerreiros audaciosos que singravam os mares em esquadrilhas de navios que obedeciam a um *Konung*, chefe distinguido sempre pela sua bravura e pelo conhecimento das runas. Em 836 estabeleceram-se na ilha de Walcheren, na moderna província da Zelândia, no mar do Norte, e dali infestavam as plagas marginais do Mosa e do Wahal. De 843 em diante aparecem quási todos os anos no litoral francês, e, subindo pelos rios Escalda, Soma, Sena, Loire, Gironda etc., chegam a cida-

---

(1) Ranke, *Weltgeschichte*, VIII, 174, nota, 3.

(2) Leite de Vasconcellos, *Lições de Philologia portug.*, pág. 26, e J. J. Nunes, *Gramática histórica*, pág. 170.

(3) Marinho de Azevedo, *Fundação de Lisboa*, II, 182; Faria e Sousa' *Europa Portuguesa*, III, 360.

(4) Viterbo, *Elucidario* s. v. *Laudomanes* e Leite de Vasconcellos, *Origem historica e formação do povo português*, pág. 6.

des como Orleães e Paris (1). Fazem incursões na Galiza em 843 ou 844, 859 e 969 (2). Em 843, quando ali desembarcaram, Ramiro I de Oviedo enviou fôrças contra êles e venceu-os; depois desceram para o Sul, e o Governador árabe de Lisboa assinalou para Cordova a sua presença, pondo-se em guarda (3), não impedindo isto que êles entrassem no Tejo e assolassem os arredores da cidade, de onde saíram por mar para se dirigirem a Sevilha, que saquearam e destruíram em parte (4); depois chegaram à África, às Baleares e mares da Grécia (5). Um chefe notável dos Normandos foi Hastings, o qual, devastando as margens do Loire entre 845 e 850, e assaltando Bordéus, contornou a Espanha pilhando e saqueando sempre, até chegar às costas da Itália, onde desembarcou em Luna, que êle supôs ser Roma. Ali recebeu o baptismo, e, fingindo-se morto, um dia conseguiu que os seus o levassem a sepultar pacìficamente na igreja, onde, erguendo-se de repente, assassinou o bispo. Depois, juntamente com os seus soldados, apoderou-se da cidade; mas, desiludido da presa que julgara ter feito, voltou ao Loire (6). Mais tarde, em 912, Carlos o Simples, para pôr têrmo às devastações dêstes temíveis piratas, cedeu ao chefe Rolão, pelo tratado de Saint-Clair-sur-Epte, a Nêustria, que depois tomou o nome de Mormandia (7). Um documento medieval diz que Mumaduna mandou erigir em 968 um castelo em Guimarães para defender a vila de futuras investidas

---

(1) Duruy, *Histoire de France*, 1, 191.

(2) Francisco Gastón, *Hist. comercial de la Coruña*, pág. 14.

(3) A. C. Fabricius, *La première invasion des Normands dans l'Espagne mussulmane em 844*, pág. 8.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, 1, 79, e Fabricius, *loc. cit.*

(5) Idem, *Ibidem*, 1, 81.

(6) Duruy, *Hist. de France*, 1, 193.

(7) Idem, *ibidem*, 1, 205.

dos Normandos (1). O Monge de Silos, cronista quási contemporâneo dêstes sucessos, diz que, no reinado de Ramiro III (968-982), entraram na Galiza: «Anno II sui C classes Normanorum cum rege suo Gunderedo ingressae sunt urbes Gallaeciae, et strages multas facientes in Gyro Sancti Jacobi: Episcopum loci illius gladio peremerunt nomine Sisenandum, ac totam Gallaeciam depraedaverunt, usquequo per venerunt at Pyreneos montes Ezebaii» (2). Tôdas as terras de Entre Lima e Minho foram saqueadas e destruídas pelos ditos Normandos; e diz a *História dos Godos* que chegaram estes Bárbaros ao castelo de Vermoim, no território de Barcelos, acrescentando o bispo tudense D. Fr. Prudêncio de Sandoval que a cidade de Tui esteve 146 anos deserta, o que naturalmente sucedeu a muitas terras circunvizinhas (3). É também no reinado dêste soberano, segundo refere António Brandão, que aporta ao nosso território um ilustre caudilho germânico chamado D. Arnaldo de Baiam, que veio provàvelmente ao mesmo tempo que os Gastos, antepassados de Egas Monis. Descendentes, talvez netos, ou bisnetos, de D. Arnaldo são Egas Gozendez e João Viegas, de alcunha o Ranha, outorgadores do foral de Sernancelhe (Beira) em 26 de Outubro de 1124, na regência de D. Teresa (4). Em 1032, no reinado de Bermudo III de Leão e Astúrias (1027-1037), o conde galego Rodrigo Romariz, para combater uns Vascões que se haviam insurreccionado na Galiza, alia-se aos Normandos (5),

---

(1) Viterbo, *Elucidario,* s. v. *Laudomanes;* A. Sampaio, *As povoas maritimas,* in-*Portugalia,* II, 230, e Leite de Vasconcellos, *Origem histórica e formação do povo português,* pág. 6.

(2) Apud Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima,* I, 133. (Coimbra, 1765).

(3) Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima,* I, 133.

(4) *Monarchia Lusitana,* 3.ª parte, livro IX, cap. 12.

(5) Viterbo, *Elucidário,* s. v. *Laudomanes;* Sampaio, *As povoas maritimas,* in-*Portugalia,* II, 231; Leite, *Origem histórica, etc.,* pág. 6.

como aconteceu em várias regiões da França, em que alguns núcleos da população faziam causa comum com os piratas que com êles repartiam as suas presas (1). O auxilio aproveitado pelo conde galego pressupõe relações amigáveis com os Normandos, que, no século XI, senhores já da Nêustria, ali se desenvolveram e civilizaram, perdendo parte da sua ferocidade originária, mas não o espírito audacioso que os obrigava a procurar aventuras em paragens remotíssimas. Um século mais tarde, nas investidas contra os Sarracenos, os Portugueses têm como aliados os Frísios, Flamengos, Inglêses, Alemães e Escandinavos, alguns dos quais eram descendentes directos daqueles temíveis aventureiros.

Até aqui tratámos sumàriamente das relações da Península em geral com os povos do Norte, porque a nação portuguesa, embora delineada já em alguns dos seus fundamentos, não tinha ainda uma existência política independente, e os nossos antepassados sofreram sempre, mais ou menos, as vicissitudes da grande família ibérica. Uma vez constituído o condado portugalense, sob a égide de Henrique de Borgonha, e depois o reino sob o impulso vigoroso de Afonso Henriques, essas relações importam-nos simplesmente na parte que se refere à estreita faixa peninsular que recebeu o nome de Portugal.

§ 2.º

Relações políticas desde o comêço da monarquia até 1400 (2)

No reinado do primeiro monarca português abordam às

(1) Duruy, *Hist. de France*, I, 192.

(2) Na apreciação feita por um académico às *Memorias historicas e chronologicas do Conde D. Henrique*, da autoria do Cardial Saraiva, cita-se um *Ensaio de huma dissertação historico-critica sobre os factos mais controversos da historia do Conde D. Henrique*, de Fr. Fortunato de S. Boaventura, em que se diz — seguindo-se uma tradição acalentada por outros escritores, — que no ano de 1108, no govêrno do Conde

praias lusitanas vários homens do Norte que iam de passagem para a Terra Santa numa armada de Cruzados. Afonso Henriques, tendo deliberado sitiar e conquistar Lisboa e outras praças limítrofes em 1147, aproveitou o concurso valioso dêsses soldados inglêses, alemães, flamengos, frísios, normandos e franceses (1), que vinham das remotas paragens do Setentrião combater os inimigos da Cruz. Diz o nosso épico:

> Lá do Germânico Álbis e do Rheno
> E da fria Bretanha conduzidos
> A destruir o povo Sarraceno
> Muitos com tenção sancta erão partidos.
> Entrando a boca já do Tejo ameno,
> Co arraial do Grande Affonso unidos,
> Cuja alta fama então subia aos ceos,
> Foi pôsto cêrco aos muros Ulisseos (2)

Os Inglêses de Norfolk e de Suffolk vinham comandados por Hervey de Granville; os de Kent por Simão de Dover; os de Londres por André, e por Sabério de Archelles os restantes. Os Flamengos eram comandados por Cristiano de Gistel, e os Alemães pelo conde Arnaldo de Areschot (3). Além dêstes capitães figuravam também os Flamengos (ou Ale-

---

D. Henrique, um rei da Noruega, Sigar I, tomou Sintra, Lisboa e Alcácer aos Mouros. Porém o Cardial Saraiva refuta estas asserções suspeitas e indocumentadas (in *Obras,* II, 387, segs.) e aqui apenas se menciona aquela notícia por curiosidade e por se ter feito eco de semelhante incursão dos homem do Norte ainda em tempos modernos.

(1) Herculano, *Hist. de Portugal,* I, 369; Saraiva, *Obras,* II, 268; Duarte Galvão, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques,* Lisboa, 1726, cap. xxx; Shillington & Chapman, *The Commercial relations of England and Portugal,* pág. 3; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa,* II, 50, segs.

(2) Camões, *Lusiadas,* III, 58.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal,* I, 369; P. M. H., *Scriptores,* I, 392; Crist. Aires, *Hist. do Exército Português,* IV, 102.

mães?) D. Licherte e D. Ligel (1), Gil de Rolim, e o famoso Henrique de Bona ou de Colónia, cruzado alemão, depois nimbado com uma auréola de santidade e de glória. «Este Dom Ligel, diz o autor dos *Livros de Linhagens,* casouo elrrey dom Affomso, depois que tomou Lixboa, com dona Dordia, filha do alcayde Dom Pero Veegas que foy o primeiro alcaide de Lixboa» (2). A Henrique de Colónia refere-se também Camões, dizendo:

> Não vês hum ajuntamento, de estrangeiro
> Trajo, sair da grande armada nova,
> Que ajuda a combater o Rei primeiro
> Lisboa, de si dando sancta prova?
> Olha Henrique, famoso cavalleiro,
> A palma que lhe nasce junto à cova;
> Por elles mostra Deus milagre visto;
> Germanos são os martyres de Christo (3).

Na *Chronica da tomada d'esta cidade de Lixboa aos mouros e da fundação deste moesteiro de Sam Vicente*, alude-se ás virtudes e aos milagres dêste capitão, nos seguintes termos: «Estando já assi a cidade de Lisboa su o poder dos cristãos e ordenada em seruiço de Deus, acaeceu hum dia que soterraro no dito moesteiro de Sam Uicẽte hũu caualeiro que

---

(1) Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª parte, liv. x, cap. 25; Galvão, *Chr. de D. Affonso Henriques,* cap. 30 diz: «Nesta frota vinham muitos Condes, e outros grandes Senhores, mas ha escritura nom falla de seus nomes, mais que de quatro, hum por nome Mossem Guilhem de longua espada, Conde de Lincoll de que se diz ser em seu tempo avido pelo milhor Cavalleyro, que sabião em toda Inglaterra, nem França, aho outro chamavam Childe Rolim, aho outro D. Liberche, aho outro D. Ligel». Vide também Acenheiro, *Chronicas,* nos *Ineditos,* da Academia, vol. v, pág. 37; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa,* II, 50.

(2) *Linhagens* do Conde D. Pedro in P. M. H., *Scriptores,* I, 380 (título 68).

(3) *Lusiadas,* VIII, 18.

auia nome Anrique e foi natural dhũa uila a que dizem Bõna, que iaz quatro legoas aalem de Colonha, caualeiro boo e bem fidalgo e abastado de todos boos costumes, e foy morto na entrada da cidade, fazendo muyto bẽ per seu corpo e uertendo de graam uoomtade o sseu sangue antre os mouros, pola paixon de Nosso Saluador Jhesu Christo. E jazendo este caualleiro enterrado no dito moesteiro como dito he, nosso senhor Jesu Christo, que sempre quer dar galardom a todos aquelles que o seruem, fazia por el muitos millagres, e muy marauilhosos em aquela sepultura em que jazia» (1). Morto em combate, o seu corpo foi sepultado no cemitério de S. Vicente, destinado aos Alemães; a tradição cristã atribui-lhe vários milagres, tais como dar fala a dois mudos que foram junto do seu coval onde nascera milagrosamente uma palma (2). Por aquele tempo Afonso Henriques mandara sagrar dois cemitérios para a gente estrangeira que morresse nos combates do cêrco de Lisboa. No cemitério da Igreja em que assentou depois o mosteiro de S. Vicente sepultaram-se os Teutões ou Alemães, que tinham ordenado um sacerdote chamado Roardo, seu compatriota. Um cronista alemão, Otta, escreveu em latim uma relação da fundação do mosteiro, e do cêrco, a qual foi traduzida e impressa por ordem de D. João III. Diz Marinho de Azevedo, também acêrca do mesmo caualeiro: «Acabou se de confirmar esta gloria, nacendo na sepultura do cavalleiro Henrique huma palma muy alta; na qual se tocavam os enfermos, e recebião remedio dos males que padecião, e os que estavão im-

---

(1) In P. M. H, *Scriptores*, I, 409.

(2) Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 3.ª, liv. x, cap. 28; P. M. H., *Scriptores*, I, 413; Cunha, *Hist. Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, I, p. 64 ed. de Lisboa, 1642; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, caps. 32, 33, e 34; Acenheiro, *Chronicas*, in *Ineditos* da Academia, v, 38–39; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 51.

pedidos, se contentavão com lhe porem ao pescoço alguma pequena parte, ou que lha dessem desfeita em pó, e bebida em agoa, com que sentião milagrosos effeitos; os quais vierão a cessar, porque se foy diminuindo a palma de sorte, com o que della se tirava, que a transplantarão a outra parte, onde faltarão os milagres; mas ainda permanece hum cacho do fruto desta palma, que se guarda em hum Relicario, com as mais Relíquias, que há no Real convento de São Vicente (1). A respeito dos restos de Henrique acrescenta ainda o mesmo autor: «seus ossos estavão na Igreja Velha, em huma cova, ou cemitério dedicado a Santo Antidio, a que nos corruptamente chamamos Tude, cuja imagem está hoje na Igreja, em capela particular, e a trazião os Franceses no exercito como S. seu natural, e os ossos estão detraz da Capella mór, recolhidos em huma casa... Os ossos do Cavalleiro Henrique, se guardão em sepulchro particular na Sanchristia, em que se lê o seguinte epitaphio:

HIC JACET HENRICUS, FUSO QUI SANGUINE FUDIT
HOSTILES ACIES, ROBORE FORTIS EQUES.
IMPIGER OCCIDUAS QUONDAM PREVENIT AD ORAS
IGNOTUM ARRIPUIT (NUMINE DUCTUS) ITER.
ADFUIT HANC MAURIS CUM REX ALPHONSUS IN URBEM
ARMA MOVET, VITÆ PRODIGUS INDE SUÆ.
ILLUM SOLA FIDES, CÆLI SPES IGNEA VIRTUS
IMPULIT, UT FERRET TELA TREMENDA NECIO.
CLARIOR EMICUIT TUMULO, CUM RECTOR OLYMPI
CONSTITUIT MIRIS HUNC DARE SIGNA MODIS
ERGO PIAM MENTEM, CŒLO POSUISSE SUPREMO
CREDERE TAM FAS EST, QUAM DUBITARE NEFAS (2)».

---

(1) *Fundação, antiquidade e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, Vol. II, pág. 246, (Lisboa, 1753).

(2) *Fundação etc. de Lisboa*, II, 247; Galvão, *Chron. de D. Affonso*

Logo após a conquista de Lisboa Afonso Henriques restabeleceu a Igreja Ulisiponense e «fez enleger por bispo hum homem boo daquella naçom dos engreses, e auia nome Giliberto: e este Giliberto era homem de muy santa uida, e era grande creligo e bem certo nas sanctas escrituras», o qual foi sagrado pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar (1). Também veio nesta ocasião a Lisboa «hum padre Flamenguo de boa e onesta vida, chamado Gualterio, e com elle quatro Frades seus cõpanheyros, que vinham ha busquar onde fizessem hum Moesteyro da ordem de que elles erão». Gualterio, que deve ser o mesmo de que se falará adiante, foi nomeado prior de S. Vicente, e com a sua saída veio outro estrangeiro chamado Damer ocupar o seu cargo (2). Alguns anos depois, em 1151, o bispo Gilberto vai a Inglaterra alistar tropas e nova armada de Cruzados vem a Portugal, onde ajuda Afonso I a sitiar Alcácer (3). Uns seis anos depois, em

---

Henriques, cap. 35. Cunha, *Hist. Eccles. da Igreja de Lisboa*, 1, 64 e verso diz: «O descuido dos nossos Chronistas, & ainda maior dos Religiosos, em cujo poder esteve esta sepultura, foy taõ grãde, que de todo se perdeo a memoria do lugar onde jaz: nem reliquia algũa se conserua entre elles, deste Santo». A respeito da palma diz porém: «Conserva-se com tudo ainda hoje em hum relicario de prata, parte de hũ ramo desta palma, & se tem por hũa das mayores reliquias daquelle Santuario». Na ed. de Lisboa de 1642.

(1) *Chronica da fundação do moesteiro de S. Vicente de Lixboa*, in P. M. H., *Scriptores*, 1, 412; Saraiva, *Obras*, 1, 39 e 11, 270; Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 3.ª, liv. x, cap. 30; Mariz, *Dialogos de varia historia*, 1, 89; F. de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, 1, 188 e 492; Cunha, *Hist. Eccles. da Igreja de Lisboa*, 1, fl. 69; Gams, *Series episcoporum eclesiæ Catholicæ*, pág. 104; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 3.

(2) Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 36; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, v, 39.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, 1, 411; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 2; Aires, *Hist. do Exército*, iv, 184; Frederico Laranjo,

1157, nova esquadra de Cruzados, composta de Flamengos que se dirigiam para a Síria, aporta a Lisboa, e com o seu auxílio Afonso Henriques põe cêrco a Alcácer do Sal, mas sem resultado (1).

Para os estrangeiros mortos no assédio de Lisboa fizeram-se igrejas e cemitérios: «As outras nações dos franceses e de Colonha, e das outras terras que veerom com elles foram fazer morada e assentamento acerca da outra igreja da parte do poente edificada em nome e título de Sancta Maria dos Martyres, hi fizerom hi suas sepulturas muy honradas e bem lauradas. E fezerom com gram pressa huma mui bem feita igreja, e soterrarom em ella os corpos dos martyres, que forom mortos na entrada da cidade como dito he: e punham sobre as sepulturas os nomes desses martyres, e letras (?) onde erão, e de que sangue vinhão, e como morrerom. E poserom na dita egreja seus creligos que traziam consigo na frota pera lhes auerem de dar os sacramentos da sancta egreja: e todas as obras que se fazião, assi na dita egreja, como sepulturas, todo era feito do seu proprio que eles consigo tragião» (2). Alguns dos estrangeiros estabeleceram-se em Portugal e em recompensa dos seus serviços foram-lhes feitas doações e outros benefícios (3). Em 1159 um Gualtério Flandrensis (Flamengo), era cónego da Sé de Lisboa (4), o mesmo

---

«Relações de Portugal com as outras potências», *Instituto*, LVI, 705; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 4.

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército*, IV, 185; Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 411.

(2) P. M. H., *Scriptores*, I, 409.

(3) Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª p., liv. X, cap. 29; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 31.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 403; P. M. H., *Scriptores*, I, 413; Cantineau, *Origine des relations commerciales entre la Flandre et le Portugal*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 17; Acenheiro, *Chronicas, Ineditos*, V, 39.

de que se falou atrás. Na doação feita em 1159 por Gilberto 1.º Bispo de Lisboa, aos Templários, figuram como confirmantes o mesmo Gualtério Flandrensis, um Gualtério Hastingiensis (de Hastings, Inglaterra), e como testemunhas um Hua de Silesia, um Alfredo de Caranton (Inglaterra) e outros (1).

Em 1184 a Infanta D. Teresa, que depois tomou o nome de Matilde, filha de Afonso Henriques, casou com Felipe da Alsácia, conde de Flandres, selando assim, com uma união familial, os laços de amizade que entre Portugueses e Flamengos se tinham dado nos campos de batalha contra o inimigo comum da tôda a cristandade. Para levar a infanta para Flandres veio ao Porto uma armada daquele país que foi cumulada de riquezas pelo soberano português (2).

No reinado de Sancho I, em 1188 ou 1189, duas armadas de Cruzados, compostas de Ingleses, Alemães, Flamengos, Frisios, Dinamarqueses etc. entram no Tejo, e o monarca aproveita o seu auxílio para conquistar Silves e Alvor (3). Na segunda armada, vinda de Inglaterra, os Flamengos vinham chefiados pelo Conde Henrique de Bar, e pelo Conde Airard de Braine; os Alemães eram comandados pelo landgrave da

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, I, 402, nota 2.

(2) Idem, *ibidem*, I, 455; Braamcamp in *Arch. Hist. Português*, VI, 323; Saraiva, *Obras*, II, 302; Sousa, *Hist. Genealogica*, I, 73; Galvão, *Chron. de D. Affonso Henriques*, cap. 54; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 3.ª p., liv. XI, cap. 37; Acenheiro, *Ineditos da Acad.*, V, 40; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, p. 70.

(3) Idem, *ibidem*, II, 30-50; Saraiva, *Obras*, II, 331; Frederico Laranjo, «Relações de Portugal, etc.» no *Instituto*, LVI, 706; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 267; Ruy de Pina, *Chron. de D. Sancho I*, cap. VIII, Brandão, *Monarch. Lusit.*, p. 4.ª, liv. XII, cap. 7; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 56-57; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 76; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 4.

Turingia (1). Dêste socorro também Camões faz eco, dizendo que D. Sancho

> Foi das valentes gentes ajudado
> Da Germânica armada que passava,
> De armas fortes e gente apercebida,
> A recobrar Judea já perdida (2).

E mais adiante acrescenta:

> Assim como a seu pai acontecera
> Quando tomou Lisboa, da mesma arte
> Dos Germanos ajudado Silves toma.
> E o bravo morador destrue e doma (3).

Após a conquista de Silves Sancho I investiu no cargo de Bispo o Flamengo Nicolau, com o qual ficaram alguns dos seus compatriotas (4). Pouco depois, perdida aquela cidade pelos Portugueses, o seu antigo deão, Guilherme, volta a Flandres, seu país natal, e de lá trás mais patrícios a quem Sancho dá Montalvo de Sor (5). Em 1190 chegam a Lisboa, com uma esquadra, os capitães ingleses Roberto de Sabloil, Ricardo de Cambila ou Camwill e Roberto de Forz, chefes da frota de Ricardo Coração de Leão, arribada a Portugal; uma nau desgarrada desta armada socorre Silves, cercada por Iacub, e outros Cruzados auxiliam o soberano português, então sitiado em Santarém pelo mesmo caudilho mussul-

---

(1) Crist. Aires, *Hist. do Exército*, IV, 267.

(2) *Lusíadas*, III, 86.

(3) *Ibidem*, III, 88.

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 50; Crist. Aires *Hist. do Exército*, IV, 286; Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, I, 190, 493 e 634; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 4.ª p. liv. XII, cap. 9.

(5) Gama Barros, *Hist. da administ.*, II, 146–147; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 93; *Arch. Hist. Port.*, VI, 322–323.

mano (1). Silves conservou-se-em poder dos Sarracenos, mas por volta de 1198 ou 1199 foi entrada e saqueada de subito por Cruzados alemães que iam para a Palestina, entre os quais se encontravam Hartwic, Arcebispo de Bremen e o Duque da Lorena (2).

Dois chefes estrangeiros ficaram em Portugal, e a um deles, Rolim ou Raulino, e a todos os Flamengos ou Flandrenses dá o monarca em 1200 o senhorio da Azambuja (ou Vila Franca), como prémio dos serviços prestados à causa portuguesa (3). «Este dom Roolim, diz o autor do *Livro de Linhagens*, foy naturall de Framdes, homde leixou huma sua filha que ouue nome D. Maria Roolim. E dês que este dom Roolim foy em Portugall mandou a Framdes por esta sa filha, a qual foi casada com Gomçallo Fernamdez de Taauares... etc.» (4).

Em 1199 João, rei de Inglaterra, envia a Portugal uma embaixada composta do bispo de Sisieux, Guilherme d'Estaing, Radulfo de Ardennes, Roberto Burch, Normandos e Ingleses, para pedir a filha de D. Sancho I (5). A 15 de Junho do mesmo ano o referido monarca dirige uma carta as di-

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 52 segs.; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 300 segs.; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 2 e 3; Laranjo, «Relações» no *Instituto*, LVI, 706; Brandão, *Monarch. Lusit.*, 4.ª p., liv. XII, cap. 14; Faria e Souza, *Europa Portuguesa*, II, 78-79.

(2) *Hist. de Portugal*, II, 79; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 320; Pina, *Chronica de D. Sancho I*, cap. IX; Brandão, 4.ª p., liv. XII, cap. XIV.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 93-94 e IV, 449 e 456; G. Barros, *Hist. da Administ.*, II, 147; Brandão, *Mon. Lusit.*, 3.ª p., liv. X, cap. XXIX; F. de Almeida, *Hist. da Igreja*, II, 502; Saraiva, *Obras*, 352; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Inéditos*, V, 38; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 52.

(4) P. M. H., *Scriptores*, I, 380.

(5) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 92; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 5; Aires, *Hist. do Exército*, IV, 324; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 5.

versas autoridades do seu reino, recomendando-lhes que prestem todo o auxílio e que façam tôdas as honras a embaixadores de Portugal que ali iam (1), e em 3o do mesmo mês expede a seguinte ordem a respeito dos referidos enviados: «De Nunciis Regis Portugaliæ / Johannes, Dei Gratia, etc. Archiepiscopis, Episcopis, Abbatibus & Prioribus terræ suæ Salutem. Mandamus vobis quod, cum Nuncii karissimi fratris nostri et amicii Regis Portigalen (*sic*), per vos transitum fecerint, omnem honorem, quem poteritis, eis exhibeatis, & si necessariis & auxilio indiguerint, eis in necessariis & auxilio provideatis, sicut dilectus & fidelis noster J. Lexovien Archidiaconos vobis dicet. Teste meipso apud Karentem, 3o die Junii» (2).

Como se vê por alguns documentos e autores citados, nesta época já a aproximação luso-britânica era um facto consumado por meio de provas recíprocas de amizade e de interêsses que mais tarde atingiriam grande desenvolvimento e importância.

Com o decorrer do século XIII, em que se estabeleceram definitivamente os limites continentais da nação portuguesa, a nossa vida internacional intensifica-se, desenvolvendo uma grande actividade em vários campos. As relações de amizade com alguns estados peninsulares, ameaçados ainda do poderio mussulmano, exigem uma colaboração do esfôrço português na libertação dos territórios da Espanha. Pouco antes da batalha de Navas de Tolosa (1212), no reinado de Afonso II, o Arcebispo de Toledo vai a França e à Alemanha alistar tropas para combater os Mouros, e entre as hostes cristãs, compostas de soldados de vários países, figuram também os Portugueses, cuja infantaria, costituída pelos vilões e tropas

---

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 5; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 91.

(2) Rymer, *Foedera*, I, 113 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 4.

concelhias, realizou prodígios de valor e de heroísmo (1). Em 1214 o infante D. Fernando, conde de Flandres, filho de D. Sancho I, levado talvez pelas imposições de alianças feudais, bate-se em Bouvines ao lado dos aliados da Inglaterra e é feito prisioneiro dos Franceses (2). Em Abril de 1225, fêz-se um projecto de acôrdo ou tratado de paz entre Luís IX de França e a condessa de Flandres para a libertação de seu marido Fernando, e em Janeiro de 1226 ratificou-se o tratado em virtude do qual aquele príncipe português recuperava a liberdade (3). Em 1217 Afonso II resolve tentar o ataque a Alcácer do Sal e para isso aproveita o concurso de gente inglesa, flamenga, frisia, holandesa e francesa, que vinha comandada pelos condes Guilherme da Holanda e George Owite (Withe), e que aportou a Portugal numa armada de uns duzentos navios (4). Mais tarde, em 1242, outra vez a solidariedade imposta pela fidelidade feudal, exige que Afonso, conde de Bolonha, depois Afonso III de Portugal, se bata na batalha de Saintes, ao lado de Luís IX de França, contra Henrique III de Inglaterra (5). A instabili-

---

(1) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 158; Saraiva, *Obras*, III, 58.

(2) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 6; Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 195; C. Michaëlis, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 704; Brandão, *Monarchia Lusit.*, p. 4.ª liv. XIII, cap. 7.º; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 85.

(3) Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, I, 163 (Amsterdam 1726–1731).

(4) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 195; Quintela, *Anais da Marinha*, I, 14; Saraiva, *Obras*, III, 62; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 6; Laranjo, «Relações», no *Instituto*, LVI, 706; Pina, *Chronica de D. Afonso II*, capítulos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º; Acenheiro, *Chronicas* nos *Ineditos*, V, 63; Brandão, *Mon. Lus.*, p. 4.ª, liv. XIII, cap. 10; C. Michaëlis, *Canc. da Ajuda*, II, 697. Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 93 menciona também os chefes Gualtério de Avesnes Flamengo e Henrique de Umenser. Shillington & Chapman, *Comm. Rel.*, p. 4.

(5) Idem, *ibidem*, II, 385.

dade política da Europa medieval, em que campeavam mais a ambição e o desenfreamento das paixões humanas, obrigava muitas vezes aliados de ontem a enfrentar-se depois como inimigos. É o que se observará com Portugueses e Ingleses, que, no decurso dos tempos, já em épocas mais modernas, ora se davam as mãos para combaterem inimigos comuns, ora se batiam uns com os outros em virtude de alianças e outros casos e interêsses políticos. As relações vincadas fraternalmente pela comunidade de ideias, sentimentos ou interêsses que se aliavam nos campos de batalha, continuavam, como sucedeu em épocas anteriores, a fortalecer-se pelas alianças de família feitas entre príncipes e princesas portugueses e de outras nações. Assim, em 1211, o mesmo infante D. Fernando que se bate em Bouvines, filho de Sancho I, casou com a condessa Joana de Flandres (1). Em 1213 ou 1214 D. Berenguela ou Berengaria, filha também de Sancho I, casou com Valdemaro II, o Victorioso, da Dinamarca (2), e em 1229 outra princesa portuguesa, D. Leonor, filha de Afonso II, casa com Valdemaro III, monarca do mesmo país (3).

Em 4 de Dezembro de 1307 Eduardo II de Inglaterra dirige aos soberanos de Portugal, Castela, Sicília e Aragão,

---

(1) Saraiva, *Obras*, III, 45 e V, 364 nota 32; Braancamp, *Arch. Hist. Portug.*, VI, 323; Sousa, *Hist. Genealogica*, I, 103; Pina, *Chronica de D. Sancho I*, cap. 15; Brandão, *Mon. Lus.*, p. 3.ª, liv. XI, cap. 37, liv. XII, cap. 21 e 30; Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 60; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 84–85.

(2) Herculano, *Hist. de Portugal*, II, 181; Saraiva, *Obras*, III, 50 e V, 364 nota; Sousa, *Hist. Geneal.*, I, 126; C. Michaëlis, *Canc. da Ajuda*, II, 703.

(3) Idem, *ibidem*, II, 300; Saraiva, *Obras*, V, 364; Sousa, *Hist. Geneal.*, I, 143; Pina, *Chron. de D. Affonso II*, cap. 1.º, e Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 97, (ed. de 1679) onde se lê «fue Reyna de Dacia» por «Dania» em virtude de êrro de imprensa.

uma carta «De non credendo suggestionibus contra Templarios», com que o monarca inglês intervinha na questão da dissolução daquela ordem religiosa em Portugal (1). Noutras duas cartas, datadas de 24 de Julho de 1332, *Ad Regem Portugaliæ, pro Manuele de Pessaigne* e *Ad Consiliarium Portugalliæ Regis Lopo Ferreira* recomenda ao soberano português Manuel e Carlos Pessanha, irmão e filho do almirante do mesmo apelido (2). Em 1344 parece ter-se tentado fazer uma aliança entre Portugal e Inglaterra, pois de um documento inglês daquela época *(Ad tractandum super Alligantiis cum Rege Castellæ, Portugalliæ, Aragoniæ)* consta que Eduardo III concedeu poderes a Henrique de Lencastre, e a Ricardo, Conde de Arundel, para negociarem um tratado de amizade e socôrro que mùtuamente se deviam prestar os soberanos de Inglaterra, Portugal, Castela e Aragão (3). Que Portugal era considerado amigo ou aliado da Inglaterra ainda antes dêste projecto de tratado, demonstra o a solução de um incidente ocorrido em 1342 com um navio português que fôra arrestado no pôrto de S. David, em Gales. O navio, que fôra aprisionado por se julgar pertencer aos inimigos do rei da Gran-Bretanha, foi libertado, segundo diz o documento inglês «because the inhabitants of the land of Portugal are in the king's friendship and in the enmity of Philip de Valois his enemy» (4). Nesta época em que a guerra andava acesa com violência entre a Inglaterra e a França, a política britânica era uma política de captação dos pequenos estados, não tanto, talvez, pelo auxílio guerreiro que estes lhe podiam

---

(1) Rymer, *Foedera,* III, 35; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 20; Laranjo, «Relações, no *Instituto,* LVI, 707.

(2) Idem, *ibidem,* IV, 524; Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 27.

(3) Idem, *ibidem*, V, 410; Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 32; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 32; Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 7.

(4) Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 7.

fornecer, mas pelos socorros monetários, de armamento e géneros que eles estavam em condições de prestar, e ainda para evitar alianças que iriam fortalecer os seus inimigos.

Mais tarde houve desinteligências entre os dois países motivadas acaso por qualquer intriga do depôsto rei de Castela, D. Pedro o Cruel, nos negócios de Portugal e Inglaterra, o que deu origem a uma diligência diplomática realizada por uma embaixada portuguesa que D. Pedro enviou em 1366 e da qual foram encarregados o Bispo de Évora e Gomes Lourenço de Avelar (1). No tempo do mesmo rei veio a Lisboa, enviado pelo sucessor do depôsto D. Pedro o Cruel, o cavaleiro inglês Sir Mathew Gournay, filho de Tomás Gournay, carcereiro e assassino de Eduardo II, o qual voltou depois a Portugal em 1381 nas hostes do Conde de Cambridge (2). Num episódio da crónica rimada de Bertrand du Guesclin, diz-se que tendo êste Mathew Gournay (Mathieu de Gournai), personagem do séquito de Bertrand, vindo a Portugal inquirir do destino de D. Pedro o Cruel, refugiado aqui, o rei D. Pedro I o recebera e lhe apresentara como coisa de grande aprêço dois tocadores de sanfona. Gournay riu-se e troçou os musicos, dizendo que em França apenas truões e cegos usavam semelhantes instrumentos. O rei irritou-se e nunca mais quis ver sanfoneiros no palácio (3).

Em 1372 nova embaixada portuguesa vai a Inglaterra, chefiada por João Fernandes Andeiro e Vasco Domingues, Chantre da Sé de Braga, para entabular com Eduardo III de Inglaterra a negociação de um tratado de paz e amizade. A ela faz referência outro documento inglês: *Instrumentum,*

---

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 47; Laranjo, «Relações», *Instituto*, LVI, 709; F. Lopes, *Chron. de D. Pedro*, cap. 62; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 184.

(2) Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 15 e nota 3; Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 128.

(3) Viterbo, *Artes e Artistas*, pág. 301.

signatum Manu propria Ferdinandi Regis Portugaliæ, de Procuratione Pacis & Amicitiæ inter Subditos suos, & Subditos Edwardi Regis Angliæ (1). Parece que estas negociações se foram dilatando, pois é sòmente em 16 de Junho de 1373 que se conclui o tratado sendo delegados portugueses os mesmos João Fernandes Andeiro, e Vasco Domingues, e ingleses Guilherme, Senhor de Latymer e Tomás o Jovem (2); para a conclusão ou ratificação dêste tratado de paz e aliança com D. Fernando e D. Leonor dá um diploma britânico de 1 de Julho de 1373 (ou 1372?) plenos poderes aos embaixadores respectivos (3). Posteriormente em 1380 abrem-se novas

---

(1) Rymer, *Foedera*, VI, 754; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 49; Saraiva, *Obras*, III, 216. João Fernandes Andeiro, que foi embaixador português em Inglaterra no tempo de D. Fernando, foi depois expulso de cá em virtude de uma cláusula do tratado de paz de D. Fernando com Henrique de Castela, e refugiou-se em Inglaterra onde convivia com a alta nobreza britânica: «soube el Rei como el era muy entrado em casa del Rei, e de seus filhos, o Duque Dallamcastro, e o comde de Cambrig, e bemquisto delles todos; e entom lhe escrepveo suas cartas secretamente... e quando entemdeo outra vez de mover esta guerra, lhe escrepveo que falasse com o duque e com seu irmão, em tal guisa, que se lhe cumprisse sua ajuda, avemdo guerra com Castella, que o veesse ajudar per seu corpo e gemtes, com çertas comdiçoões amtrelles devisadas». Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 95 e cfr. Acenheiro, *Chronicas*, nos *Ineditos*, V, 150 e Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 214. A carta patente de ratificação do tratado, de 15 de Julho de 1380 diz que Vasco Domingues era «chantor de Bragaanca» (*sic*).

(2) *De Alligantiis cum Rege & Regina Portugaliæ* in Rymer, *Foedera*, VII, 15; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 54; Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, II-1, pág. 92, segs. Com a mesma data há outro documento que mostra a existência de uma aliança entre o príncipe de Gales e d'Aquitania e D. Fernando de Portugal, também ajustada pelos mesmos negociadores: *Forma Alligantiarum Portugaliæ cum Rege, et Principe Aquitaniæ*. Vide Rymer, *Foedera*, VII, 19 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 58.

(3) *De Potestate Tractandi, cum Rege & Regina Portugaliæ* in

negociações para o que o soberano inglês dá uma credencial ao negociador português (João Fernandes Andeiro) do tratado anterior (1); no mesmo ano, 15 de Julho, os monarcas portugueses, Fernando e Leonor, ratificam as alianças ajustadas com Eduardo III em 16 de Junho de 1373, por meio da seguinte carta patente:

«Dom Fernando, pel la graaz de Deus, Rey de Portugal & de Algarve, ensembra com a Reynha Dona Leonor, mimha Molhir,

«Queremos, Outorgamos, & Avemos, por Firmas & Stavees, todallas Alianças, que forom fechas & firmadas antes Aduarte, Rey que foy d'Ingratierra, & Nos, par Joham Fernandez Andeyro, & por Vaasco Dominguex Chantor de Bragaanca, nossos Procuradores:

«E plaz nos & Queremos que estas meesmas Alianças Aiamos com Richarte Rey que orehe d'Ingratierra & de Franca, Nos, & todos nossos Subcessores, segundo que Outorgado per los dichos nossos Procuradores, sseem hindo em nem huna guisa contra ellas:

«E juramos & Prometemos, em bona Fee, lealment de guarder a o dicho Rey Richarte as dichas Alianças, segundo per ellos dichos Johan Fernandez y Vaasco Dominguez Chantor de Bragaanca, nossos Procuradores, forom Firmadas e Outorgadas, & de non hir contra elas em nem huna guisa, e de as Tener & Coumprir, o todo tempo, segundo em ellas huam concleudo, e de jamays non hir contra ellas per nem huma Fegura que se ca. (seja?).

Rymer, *Foedera*, VII, 11; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 51; F. Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 57; Shillington & Chapman, *Comm. rel.*, pág. 9.

(1) «*De Polestate Tractandi cum Rege & Regina Portugalia*» in Rymer, *Foedera*, VII, 253, e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 59.

«E, por esto sseer mays Firme & Stavel, Mandamos fuz esta Carta, Synada dos Nossos Nomes, & Seelada dos nossos verdadeyros Seelos grands.

«Dant em Estremoz, Quinze dias de Julho // El Rey o mandou Johan a Fom a fez.

«Era de Mil CCCC & XVIII (1418 = 1380 de Cristo).

Titulo: «Litera Regis & Reginæ Portugalliæ, de Conventionibus, cum Eduardo nuper Rege factis Renovandis» (1).

Em 14 de Maio de 1381 Ricardo II confirmou os tratados de aliança entre Portugal e Inglaterra pelo seguinte diploma:

«Alligantiarum cum Rege & Reginæ Portugalliæ confirmatio.

«Richard, par la grace de Dieu, Roy d'Engleterre & de France, & Seigneur d'Irlande, a touz ceux, qi cestes Lettres verront ou orront, Saluz.

«Come certeins Alliances fuissent n'adgairs faites & affermez entre Seignur Edward de bone memoire, n'adgairs Roy d'Engleterre & de France, nostre Aiel, & luy Noble & Puissant Prince, nostre tres chere Cosin, D. Fernande, Roi de Portugal & de Algarve, & nostre tres honure Cosine, Dame Leonore, Roine de Portugal, & d'Algarbe, sa Femme, par, nos cheres & foialx, William Seignur de Latymer, & Mestre Thomas Yonge Official de la Court de Canterbirs, Procureurs & Messages especials de nostre dit Aiel a ce assignez,

«Savoir faisons a tous que

«Pur ce que le dit Roy de Portugale nous a, par ses Lettres Patentes, acordez, ottroiez, & Promys de Tenir, & Garder & Acomplir, devers nous les dites Alliances, sans jammes faire ne venir a l'encontre.

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 262; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 61.

«Nous,

«Veullantz auxi que mesmes les Alliances droitement, & en manere come ils feurent faitz & affermes, entre nostre dit Aiel & le dit Roy de Portugale, par les sus ditz Procurours de mesme nostre Aiel, soient Gardez, Tenuz, & Affermez entre Nous, & tous nos Successours, & le dit Roy du Portugale & la dite Roigne, & toutz lour Successours,

«Mesmes les Alliances Acceptons, Ratifions, & Confermons par le Tenour de nos presentes Lettres,

«Et Jurons & Promettons loiaument, en bon foy, de Garder, Tenir, & Acomplir au dit Roy du Portugale les dites Alliances, solonc ce que, par les ditz Seigneur de Latymer, & Mestre Thomas, Procurours ne (de?) nostre dit Aiel, furent fermez & acordez, selonc que en ycelles est contenuz, & de non aler contre elles, en nulle gise, a nul temps.

«En Tesmoignance de quele chose a y cestes noz Presentes Lettres Patentes avons fait mettre nostre Grand Seal.

«Don. a nostre Paleys de Westm. le XIV jour de Moys de May, l'An de Grace Mille, Troiscentz, Oitaunt primer, & de nostre Regne Quart» (1).

(*Continua*). L. Saavedra Machado.

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 307; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 65.

O EROTISMO DE JOÃO DE DEUS(1)

«é Eros que constitui a raiz última de tôda a fusão afectiva».

MAX SCHELER, *Natureza e Forma da Simpatia*, I, v.

Sendo a nossa alma, històricamente, alimentada por uma veia de valores que açodadamente procura a sua foz de futuro, convém que assimilemos com cuidado as suas águas mais vivas, sobretudo as mais irisadas, e aperitivas portanto. Nesse rio histórico, João de Deus não representa uma agitada represa, trabalhada por fervores fecundantes e portadora de substanciais detritos: mas é corrente múrmura, refrigerante; traz-nos amor elementar e uma piedade sentida. Às vezes jorra de ironia e graça pesada. É então, — como dizem, falando dos nossos vinhos, os provadores do Douro, — uma água mineral com sua agulha no sabor. Outras vezes vêmo-la correr com um veiozinho de areias: luzem então preocupações não eróticas, preocupações de amor mais esquecido do sexo e em compensação mais lembrado da salvação individual. É o caso em que êle põe o problema do universo e do destino do homem, embora para logo o arredar com um verso de resignação não provada, um verso de quem se acobarda perante as soluções que angustiam. É ainda o

(1) Conferência realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 8 de Março de 1930.

caso em que a sua poesia leva um enderêço nítido, à baixeza ambiente ou à educação das crianças, à soberba dos ricos e logo a uma piedosa, mas ineficaz poetização da pura pobreza envergonhada.

Tudo isto, esta falta de vigor omnímodo casada a um alto poder de galanteio e adoração; êste beduïnismo perante a vida complexa, a vida exigente, mas combinado com grandes valores de ternura, — sensualidade que se adelgaça e estiliza e, porque não acomete virilmente, deslisa e afaga a grávida epiderme tanto das mulheres como das coisas; — tudo isto faz de João de Deus um tema dos mais opurtunos para nós, porque, radicando em nossas fraquezas, leva em si os gérmenes de uma terapêutica de tónicos.

Para o meu ponto de vista, João de Deus vem a pêlo de uma meditação frutuosa sob dois aspectos nítidos: o de portador de uma direcção espiritual-sensualista ao fluxo do nosso lirismo, e a de estudante de Coimbra, tipo da formação boémia do português que se diz culto, formação que mais se faz por permeabilidade a um meio de espírito condensado do que por assédio à Esfinge cheia de segredos difíceis.

> Vi o teu rosto lindo,
> O teu rosto sem par,
> Contemplei-o de longe mudo e quedo
> Como quem volta do áspero degredo
> E vê no ar subindo o fumo do seu lar.

Esta atitude, que é a do poeta a quem o amor se desvenda, tanto a pôde tomar João de Deus em frente à janela da amada como em face da vida esfíngica, que nos punge a alma com um espinho de dúvida imperativa, de dúvida a desfazer. A vida, mesmo a que não assume um rosto melodioso, um rosto de mulher, aparece-lhe com essa carnação maciamente feminina. O rosto da Esfinge é sem par, — mas *lindo* (note-se bem), calmo e bom para beijos, — não car-

comido e tostado pela *areia do deserto,* de Antero, pelos olhos inquietos do homem dilacerado. Muda-se o rosto da Esfinge numa coluna de fumo, mas não são as coisas que se desvanecem em nada: é o fumo azul tão grato aos melancólicos, e que, mesmo tornado em nuvem, pode ter alusões a um seio de virgem ou a uma anca maternal.

Mas não antecipemos juizos.

Eu quero sugerir um João de Deus coimbrão, isto é: sem forte estrutura ideológica, sem agressividade para a vida, surpreendido no seu permanente arrulho delicioso mas ennervante, cantor de Raquel e desconhecido de Suada.

Iluminado a esta luz, ver-se há como dêle sai um dos nossos deuses lares cuja tutela está exigindo substituïção urgente. Substituïção não é bem. João de Deus, poeta do amor, está no recesso da nossa alma. O que é preciso é espiritualizar êsse amor fazendo dêle um universal apetite. Levá-lo a tôdas as coisas que só compreenderemos amando, e não só aos olhos de uma mulher ou a uma recordação desvanecida.

Os apontamentos que vou lendo não pretendem ser decisivos. Não seguem o cânon de Sainte-Beuve, nem o de Taine, nem bitola alguma recente reconhecida como tal. Não me sendo difícil percorrer o *Campo de Flores* com a miúda atenção de um jardineiro, preferi atravessá-lo sem cerimónia, calcando talvez alguma corola célebre pelo número de amadores que se detiveram ante ela, mas com os olhos atentos às inflorescências desprezadas. Quando um tufão acabou de assolar um jardim, pode-se lamentar as hastes de roseira que foram ao chão com a estaca, mas resulta de tudo um desalinho utilissimo. O floricultor de catálogo sai do jardim devastado com maiores saudades do outro, do que tinha os alegretes recomendados pela Propaganda de Portugal... Esta saudade, como representação, é activa: vale mais que a vi-

sãozinha invariável e domingueira. Eu não acato o letreiro que proíbe calcar as flores.

Tomo estes apontamentos sôbre o erotismo de João de Deus a uma luz doirada e gris, mais emoliente que o sol que crestou o rosto de Sulamite. Escrevo em Coimbra, evidentemente. É uma luz pérfida e doce, que dissolve as coisas no quer-que-é de vagamente pastoso e doirado. E penso que os versos de João de Deus, pelo menos os versos de amor que por aí se lêem e exaltam, vêm cheios dêste pecado solar que brada aos céus. Esta luz não deixa ver: revê-se em si mesma e efemina-se. De nada serve o velador que a serra do Buçaco põe ao longe, êsse êrmo carmelita que parece estragado para a meditação dos portugueses pelo *manuelino* dos hoteleiros. Em Coimbra, a esta luz, o universo não pode deixar de parecer uma dríade estatelada, que perdidamente amamos mas na qual não queremos tocar:

Dorme, estatua de neve,
Vergôntea de marfim...

*

Foi Unamuno quem escreveu (1), comparando João de Deus ao poeta catalão Verdaguer, que o autor do *Campo de Flores* tocava um guitarrilho de três cordas, emquanto aquele dedilhava na sua harpa de cem. E note-se que Unamuno, considerando João de Deus como um dos maiores líricos modernos do mundo, vota pela simplicidade da inspiração do nosso poeta como por algo específico, algo inaudito na vaga de acordes poéticos. Mas Unamuno tinha em vista, não o simples amor, o laço tão pronto de alma a alma que João de Deus vai atando com expeditos dedos, mas o amor com-

(1) *Por Tierras de Portugal y de España,* Madrid, 1911, págs. 17-18.

plexo que toa na alma humana como uma partitura de Beethowen: largo e total, de anelo doloroso — sinfónico. Dêsses sonidos, para Unamuno, é que João de Deus só aprendera uns três. O grande pensador espanhol não o enfileira, como a Antero, com alguns dos maiores desesperados: Senancour, Leopardi, Kierkegaard (1), e, noutro livro (2), com Marco Aurélio, Santo Agostinho e Pascal. João de Deus, com efeito, dedilha a guitarra de três cordas. É um tocador coimbrão. Ainda agora passa em serenata espectral sob as janelas descerradas de tôdas as irmãs e noivas. ¡Que linda música! ¡E como elas gostam de a ouvir! ¿Sabeis o que é uma alma feminina em botão? Um casulinho onde Eros faz germinar tôdas as madrugadas do mundo. Há na alma das raparigas um estremecimento vital do mais inefável melindre: a mulher é como um divino poro feito para absorver. Seria bom ver que qualidade de pólen lhe traz esta abelha ática; melhor: esta cigarra algarvia cujo elitro é um guitarrilho de três cordas. Vamos a ver. Talvez seja preciso proïbir as serenatas da meia noite em diante...

Para levarmos a cabo esta ingrata missão de vigilância doméstica, começaremos por isto: ¿Para João de Deus, que é o amor? «Pura essência» — responde logo a poesia *Ella* (3), tecida com verdadeiras impressões de borboleta, pois, contra a regra geral do nosso poeta, *ella* não faz nestes versos a sua aparição em carne e ôsso: antes surge nas coisas do campo, com um pouco de céu por cima. Sobretudo nas flores, em forma de hálito (e já veremos como João de Deus é obsidiantemente olfactivo).

O amor, «pura essência», é afinal todo o contrário disso.

---

(1) *Op. cit.*

(2) *El sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos*, Madrid, s. d. (1912). Vid. também *Andanzas y visiones españolas.*

(3) *Campo de Flores*, pág. 67.

A essência, aqui, é um equívoco; está por *emanação*. É um atributo, um aroma:

> Que vezes a não admiro
> A exhalar-se da rosa,
> Como de bocca formosa
> Se exhala terno suspiro:
> Então a sua existencia
> Não passa de pura essencia.

Mas se, como vimos, a essência-amor é aqui eminentemente sensitiva, na poesia *Presentimento* despoja-se da imaginação que a desfigurava e traía, definindo-se então claramente, como o *eros* platónico ou um puro princípio de connexão dos sêres e das coisas:

> Não ha existencia alguma
> Que não tenha amor; nenhuma;
> Porque o amor é, em summa,
> Essencia de todo o ser.

Aqui, sim: o amor é verdadeiramente uma essência, isto é, intra-existencial: «Não há existência alguma *que não tenha amor*...». As duas categorias não se confundem: uma supera a outra.

Dado, portanto, o amor como essencial ao ser, vejamos a que lei êle obedece e — para nos servirmos de uma expressão camoniana (1) — como equilibra a máquina do mundo. Em breve veremos que João de Deus deixa ingrávidas tôdas as formas da vida, contentando-se com a afirmação de que o amor está no têrmo de todos os nossos esforços de introspecção das coisas. A connexão amorosa faz-se por sêres sexuados — *Deus cria as almas aos pares* (2) — e à lei de um

---

(1) A mesma expressão ocorre em Jerónimo Côrte-Real, *Naufragio de Sepulveda*, c. II, v. 410.

(2) C. F., *Alma Perdida*, pág. 90.

instinto prèdeterminado e iniludível. Se a escolha preside à nidificação dos sêres, não é que a razão intervenha nua e deliberada. Quando muito, a razão opera como instrumento do instinto, — *ancilla instinctus*, — pois, como se diz na poesia *Encanto* (1):

Uma attracção mais forte
Que toda a reflexão
(É fado, é sina, é sorte?)
Me arrasta o coração...

Ou, como se afirma em *Amo-te:*

..... Amor acaso
É racional? Não é.
O fogo em que me abrazo
É como a luz da fé;
Que alem de cega, apaga
O facho da razão.
Ama-se e não se indaga
Se se é amado ou não.
Amo-te e o mais ignoro;
.....

Instintivo, irracional, ou pelo menos, estupefaciente da razão, — como se conclui da formosa canção *Escreve!*, em que a visão de um seio turva êsse atributo do homem, — o amor é ao mesmo tempo um órfico movimento e um culto religioso. Quando o mundo se oferece em espectáculo a João de Deus, vai percorrido na entranha por êsse fluxo que o sustém e duplica, como princípio de coësão e fonte de vida renovada. É uma fôrça da natureza em que o próprio poeta se engolfa e objectiva. Não há, pois, lugar para culto, uma vez que religião — *re-ligio* — implica uma relação entre termos, e que João de Deus se sente difundido nessa unidade

(1) C. F., págs. 69–70.

amorosa. O que se dá então no poeta é a alegria de viver, uma vibração solidária com a mulher amada e o mundo, em uníssono:

> Tinha o céo da minha alma as sete côres,
> Valia-me este mundo um paraiso,
> Distillava-me a alma um doce riso,
> Debaixo dos meus pés nasciam flores!

Note-se como aqui a plenitude vital é egocêntrica; como as flores vêm nascer debaixo dos pés do poeta, e não, como no soneto *Abnegação*, de Antero, sob as plantas inefáveis da bem-amada:

> Possam das minhas lágrimas crueis
> Nascer sob os teus pés flores fieis,
> Que pises distrahida ou rindo esfolhes!
>
> (*Son.*, pág. 35).

Bem sei que os versos de Antero não cantam plenitude, e que há versos em João de Deus de pura oblata à mulher, dos mais fervorosos e sentidos. Mas no fundo dêstes andará sempre errabundo um como que tácito despeito, ou melhor: uma impotência virtual que vem dos hábitos do contemplativo.

De cultual — e tão litúrgico que tem altar no seio nubente do poeta (*Primeiro Amor*, C. F., pág. 301) — o amor passa na erótica de João de Deus a um plano menos puro, embora se defina lapidarmente algures como *uma adoração* (C. F., pág. 86). O difícil, neste *Campo de Flores* aparentemente tão silvestres, é fazer um ramo que não leve flor a retirar à noite dos quartos de dormir... No meio da braçada mais fresca vai sempre uma corola capitosa, de aroma seminal. Depois, desconfiemos da singeleza das inspiradoras do poeta, tão frágeis algumas que dir-se hiam hipóteses radiosas de mulher. Êste afuselamento dos corpos e almas amáveis é feito adrede para requintar o acto amoroso, sempre mental em João de

Deus, o que quere dizer palpitado até as mais recônditas intimidades. Veremos que o que se pode chamar, como eu já disse, a nidificação, ou seja a blandícia do varão a contas com a crise núbil, não é uma acometida directa, apenas viril. Em João de Deus, o aliciamento da bem-amada é uma obra de sedução com exemplos da natureza. Êle francamente o diz quando declara:

Amo-te como
A haste o gomo,
O labio o pomo,
E o olho a flor.

(C. F., pág. 7).

Algures lhe preguntará se não vê como se beijam as pombas, se casam as nuvens e as heras se entrelaçam. A sedução é evidente, e com agravante de superioridade manifesta — em metáforas... Mas estes exemplos do gomo e da hera, da pomba e da nuvem, alegados como justificação do desejo de amar e possuir, não passam de acordes menores na sinfonia dêste formidável compositor. Quando é preciso, a instrumentação das suas pastorais idílicas vai num *crescendo* regular até aos exemplos da selva, onde o amor dita a lei sem ciciar nem temer:

Amam leões e tigres: não ha nada,
Anjo! que a amor se esconda;

(C. F., pág. 34).

E a própria ordem natural segundo que o amor se exerce, a ordem formada por Deus, que *cria as almas aos pares*, subverte-se a favor de uma hipótese que, sob a capa de justificação do amor votado, o que traduz é a sua intensidade leonina:

Uivaria de amor a fera bruta
Que pela grenha te sentisse a mão;
E eu não sou fera, pomba! espera, escuta,
Eu tenho coração!

(C. F., pág. 117).

Isto documenta Schopenhauer: a sexualidade é o lar da vontade, o seu núcleo, — o que quere dizer que o amor é a vontade liberando-se. Vontade ferina ou selvática, com a sua substância na natureza e a sua voz nas feras:

Uivaria de amor a fera bruta
Que pela grenha te sentisse a mão...(1)

Não se suponha, porém, que João de Deus é um amoroso de mola volitiva, um amante que fàcilmente realiza a vontade represa de amar. Esta energia gasta-se na apologética do amor, que é o lirismo, e faz todos os desvios necessários para que, estando sempre em tensão, jàmais se esgote. Isto produz um relaxe de íntima fôrça que incapacita o poeta para os actos franca e naturalmente possessivos:

Ai não me fujas, pomba! que me canças!
Não fujas, meu amor!
(C. F., pág. 117).

Ele não pode correr:

Extranhas forças para ti me attraem;
E ás vezes cedo, tua cinta enleio,
Teus olhos beijo, mas contemplo o seio,
Tua alma dorme, e os meus braços caem...
(C. F., pág. 138).

Mais adiante se verá como o amor de João de Deus, tão

---

(1) Através de um soneto a *Armida ou Maria, tendo nas mãos um regalo de peles de Zebelino*, Gregório de Matos conduz aos luxuriosos versos de João de Deus:

«Ó que tal é de Armida a mão formosa,
Que faz perder ás feras a fereza,
E trocar-se a fealdade em formusura».

Obras de Gregorios de Mattos, II — Lyrica, in-col. *Classicos Brasileiros*, Rio, s. d. (1923), pág. 46.

denso e poderoso emquanto pura representação, se dissolve em cansaço quando seria de esperar arranque decisivo, acto consumado, e essa espécie de superior alegria que só a responsabilidade da posse confere quando virilmente contraída. Tampouco êsse amor se resignará a uma depuração duradoira, a um voluntário despôjo do transitório e do formal. A castidade de João de Deus não é estreme: é uma *fioriture* da partitura amorosa, um exercício de *virtuose* que se prepara para maiores dificuldades na harpa venusina. João de Deus não poderia subscrever estes seis versos de Antero:

> Aquella, que eu adoro, não é feita
> De lyrios nem de rosas purpurinas,
> Não tem as formas languidas, divinas,
> Da antiga Venus de cintura estreita...
> ....
> É....
> Nuvem, sonho impalpavel do desejo.

Ou estes:

> Não sejam só delirios e desejos
> D'uma douda cabeça escandecida...
> .....
> ..... não só beijos
> Dados no ar — delirios e desejos —
> Meu amor... dos amores que têm vida...

Afinal, é bem fácil falar de espiritualidade amorosa em face a João de Deus: o pior é que as etiquetas se enferrujam e o jardim botânico protesta que é uma floresta virgem. ¿Que quere dizer isso de espiritualidade amorosa? ¿Renúncia? Mas renúncia há nos sonetos de amor de Antero, renúncia nestes termos:

> Vai-te na asa negra da desgraça
> Pensamento de amor, sombra d'uma hora...

Nunca, pela palavra nunca, o amor pôde ser em João de Deus êste cone de obscuridade projectado numa esfera de meditações de uma claridade crepuscular, e por isso dorida e grave. Amor tão intenso que Antero não tem dificuldades para dar com êle no meio dos seus convivas habituais e expulsá-lo como a uma inquietação demasiado sôfrega entre as de ritmo inalterável. Não é uma dor do espírito: é um prurido de carne e ôsso. Não exige novas e intelectuais angústias: requere um emoliente que João de Deus bem conhece:

> Consola-me, destilla
> Da languida pupilla,
> O balsamo suave
> De um deaditoso amor!

João de Deus morre do excesso de ungüentos e de aromas que a sua musa fabrica. O seu acto de amor sofre de um abuso de representação, e, como tudo se passa festivamente no imaginado, a realidade amorosa empobrece a ponto de reduzir às vezes os seus versos a um papel de excitantes sem vitalidade natural. O corpo *dela* é indolente (1);

> Aquelle olhar doce e morno
> Que me dava gosto e pena (2),

e por isso a posse se transforma num acto de mística luxúria, em que se confunde a beatitude com o transe dos corpos unidos, a imortalidade com um colapso que vem surpreender o mundo quando todos os amantes se acham no leito nupcial:

> Oh que ditoso, alegre e satisfeito
> Não viverá o homem que algum dia
> Sentir pular-te o coração no peito,
> E que em deliciosissima agonia,
> Vendo-te já os olhos desmaiando
> Como desmaia o céo á luz do dia,

---

(1) *Fragmento*, C. F., pág. 63.
(2) *Encanto*, C. F., pág. 88.

Nas azas da ventura atravessando
Os espaços de um extase ineffavel
Abraçado comtigo fôr voando
Lá para onde tudo é bello e estavel! (1)

Chegámos ao cerne da erótica do poeta do *Campo de Flores*, pois por mim não encontro nêle passo algum, que possa, mais do que êste, instruir-nos da sua verdadeira atitude ante o desiderável. Há aqui a alegria e a satisfação sexuais, a *deliciosissima agonia,* mas há também a *dita* que se frui na *estabilidade* universal, ou seja o amor na sua forma quanto possível pura.

As duas coisas, porém, estão lamentàvelmente confundidas, ou, antes, ligadas por um nexo de causalidade que chumba a vida, quando a supúnhamos espiritualizada e liberta, ao fosco de um espasmo miserando. João de Deus pensava de-certo com Leão Hebreu, que o amor é a «conversão no amado, com o desejo de que o amado em nós se converta». Mas não atingia a distinção entre a união carnal e a espiritual ou absoluta; ou, por outra, — mal apetrechado para as graves lutas do espírito, condensava a sua concepção do amor numa ideia rudimentar e puramente fenoménica. Leão Hebreu dirá: «Mas porque os corpos são diversos, e cada um dêles exige o seu lugar próprio e circunscrito, contra a conveniência que se deseja nesta união e penetração, após a cópula dêles permanece o ardente desejo da completa união que não se pode completamente obter: e assim, perseguindo sempre o Espírito a inteira conversão na pessoa amada, deixa a sua própria pessoa, ficando sempre com maior afecto e pena, pela falta da união».

No último trôço que lêmos de João de Deus é clara a suficiência daquele conjúgio sideral em que os olhos femininos desmaiam. Dir-se-há que uma alegoria genésica pode pôr o

---

(1) *Carta*, C. F., págs. 275-276.

problema do amor eterno sem que êste perca em espiritualidade o que ganha em relêvo epitalâmico. Talvez. Em todo o caso a espiritualidade fica sempre como um subentendido pouco claro. A estabilidade *(Lá para onde tudo é bello e estavel!)* é a do acto carnal, apenas um momento do amor, e o mais transitório e enganoso. Não permanece «o ardente desejo de completa união», de Leão Hebreu. Os corpos não voltam à diversidade, circunscritos.

Adstrito ao mundo das formas, não só como estilista mas como poeta, — isto é, como criador de vida, — João de Deus inventa um mundo essencialmente erótico sôbre um tipo constante de ginomórficos valores. Para o nosso poeta, a vida é espectacular e feminina, para ser vista pelo desejo e gozada pelo desejo. O seu empenho, portanto, está na reincidência sôbre um modêlo único de mulher, que êle multiplica à saciedade e mantém fresco e intacto em frente ao amor viril. Dir-se hia uma vestal com o encargo do fogo sagrado, incapaz de quebrar o mandamento, mas comprazendo-se em engrossar o mundo dos apetites. Quere valorizar o pudor pelas tentativas contra êle. É isto que explica o íntimo deleite com que, depois de nos pintar a *Pomba* com tintas da castidade e toques de candura lilial, se entretém a pungir o pudor nestes termos:

Dize, donzella, já sentes
Palpitar-te o coração?
Já os teus sonhos, donzella,
Tão socegados não são?

(C. F., pág. 204).

A cigarra algarvia fêz-se cantárida sem querer... E também pode ser uma abelha que deixa no cálice das rosas uma amorosa picadura... Mais:

Ora e se a rosa, vê bem,
Tem amor, não tendo vida,
Será coisa permittida

Tu não amares ninguem?
Cuidas que Deus te agradece
Essa isenção, minha flor!
(C. F., pág. 297).

Porque a João de Deus parece demasiada isenção a de uma perpétua donzela. As suas virgens hão-de conhecer a *deliciosíssima agonia*, ao menos de ouvir dizer. É por isso que, nos modos de pecar, o poeta fica em pensamentos e palavras, — jàmais consuma as coisas.

Outros exemplos claros dêsse processo de sedução corrente em João de Deus são os que se tiram sem esfôrço da cançoneta *Meu casto lírio* (C. F., 9), em que pede a uma humaníssima rosa, com fundamento na efemeridade das pétalas sentida desde Malherbe, que goze a manhã de amor e lhe não fuja, a êle que em sonhos lhe estreita o «niveo peito» «no leito»; e da cançoneta *Amores Amores* (C. F., 32), em que se declara que «a rosa em murchando não vale um real». Na *Sêde de amor*, também cançoneta (C. F., 48), de novo se argumenta:

Se em nuvem piedosa,
Te refrescaste, rosa!
Tambem em ti eu hei-de
Refrigerar-me .. sim!
.....
É para que me orvalhes
Que te orvalhou o céo!

A uma viúva que só chega à janela quando há chuva, — «sempre fechada, sempre triste!» (C. F., 226), — mostra-lhe as ondas, a praia, negaceia-lhe aos olhos de D. Carochinha com uma mascarilha de binuba, e remata:

Tens chorado de mais! Novos amores...
Só o amor é neste mundo eterno!

Reclusa? Não: «a rosa nasce e cresce, Não para estar occulta...» (C. F., 101).

Esta função de Cupido alado, frècheiro, que o estro de João de Deus desempenha num orbe de castos cortinados, pressupõe no poeta uma rara afinação sensorial e um desvio dos sentidos nobres e intelectuais por excelência, — a vista e o ouvido, — para os que se avizinham mais da deliciosa surdeira do instinto. Já assinalei o predomínio das sensações olfactivas no poeta; só me falta prová-lo. Bastará dizer que a mulher amada se revela como cheiro de flor em oito passos da sua obra, se contei bem (1), e excluindo da peguilhenta mas necessária estatística os símiles aromáticos que se reportam a um detalhe da beleza feminina: cabelo (C. F., 22), seio (C. F., 575, 578), bôca (C. F., 134), etc. O hálito *dela* perfuma o coração para sempre numa elegia, *A Vida* (C. F., 215); chama-se «bafo» e é perfumado em quatro versos de diferentes composições (C. F., 296, 586, 604, 605). *Fluido morno*, aspira-a (C. F., 164), e o próprio Deus se revela ao poeta como hálito (C. F., 376) (2).

Mas antes de nos abeirarmos das ideas pròpriamente religiosas de João de Deus, da sua mística e talvez até da sua escatologia, insistamos ainda uma vez na sensorialidade do amor como êle o encara e experimenta. Numa das prosas, *Maria*, encontro o passo lapidar, quando êle diz: «Buscava-te há vinte annos, e há vinte annos que a barra do teu vestido se quebra em ondulações voluptuosas no leito dos meus sonhos». (*Prosas*, pág. 4). Isto parece-me decisivo. Seria sacrílego e cruel tomar esta simples frase, — respigada, de mais a mais, de um trecho rítmico, amplificado por necessidades da própria contextura — como a documentação, ao vivo, do

---

(1) C. F., págs. 102, 573, 574, 589, 590, 591, 594, 596.

(2) Gonzaga, com quem João de Deus mantém afinidades que estão por estudar, também é balsâmico e redolente:

> Teu lindo corpo balsamos vapóra
>
> (*Marilia*, P. I., I, 4).

juízo de Eça de Queiroz sôbre o lirismo português que lhe ficava às espaldas: o «rumor das saias de Elvira». Mas é inegável que está aqui alguma coisa de essencial na poesia de João de Deus. A barra desta saia é tôda uma estrutura lírica, e quem a veste é tudo isto: céus, nuvens, mares, (C. F., 238), fontes, lírio e hóstia (C. F., 103), listão da aurora (C. F., 151) e a própria criação (C. F., 171). Quando se chama Maria, o seu nome ressoa no Universo (C. F., 179). É horizonte (C. F., 180) e raia do infinito (C. F., 41); vê-se no vento e no mar (C. F., 49), e as suas tranças formam a abóbada celeste (C. F., 69), e o fecho de tôda esta obsidiante concepção ginomórfica do Universo, para a qual só encontro epiteto adequado numa subtil invenção de Unamuno: *meta-erótica*. Como se disséssemos *metafísica*...

É impossível surpreender em João de Deus, não digo já uma concepção da vida e do mundo travejada de fortes meditações, mas uma tentativa para criá-la. O seu Deus, a meia dúzia de valores morais em que vive são tirados do acervo comum, e ao filtrarem-se no poeta não adquirem mais que uma sonoridade lírica, vagamente efusiva e, por assim dizer, panfeminina. A sua «réplica afectiva às interrogações das coisas» — no lindo e rigoroso dizer do Prof. Joaquim de Carvalho, meu mestre, aplicado a certo instante da evolução espiritual do grande Antero — é o depoimento de quem se confessa algures, com admirável humildade, «um ignorante systematico», e cujo espírito não oferece sequer a complicação elementar de um artista nutrido de leituras, inquietado por uma ou outra punção de consciência e informado, vagamente que seja, da existência de tentâmenes de solução racional aos problemas do ser e do destino.

Para isto seria preciso que João de Deus tivesse um activo de vigílias cuja carência não oculta. Nunca foi um leitor; «a memória — escreve — é-me infiel desde que às folhas dos livros preferi as das arvores». (*Lia, Prosas,* pág. 15). Esta

operação expurgatória é a de um lírico puro, português sem mistura, que abdica de tôda a razão e se instala na periferia do espírito para viver o instante, o arroubo, a efusão que dimana das coisas como a espuma dos vinhos de Lamego. António Nobre repeti-la há quando pede que lhe deixem «a Biblia, Anthero e poucos mais», e é de notar que António Nobre não é entre nós o Adão do mundo mórbido, pois João de Deus já fala em «tristes, fantásticos amores» sujeitos ao influxo da lua (C. F., 155, 247), e quando nasceu no Algarve «era sol-posto» (C. F., 236).

A instalação de João de Deus na periferia do espírito também se documenta. É ler a carta a Antero do Quental (*Prosas*, pág. 59) em que pregunta: «e não seria melhor andar à superfície da terra onde aliás ha cousas tão bonitas?» e, de um modo geral, os passos em que confessa a sua falta de preparação e de queda para pensar. «Sabe o meu fraco pela poesia amorosa — escreve em carta (*Prosas,* págs. 128-129). — Não desfaço na dos altos conceitos, na poesia philosofica, na poesia scientifica, politica e até industrial, mas se ella não existisse, eu não a inventava. Ainda se me cantam o tremoço, como Virgilio, gosto e entendo; mas se me cantam o pantheismo como ás vezes V. Hugo e Anthero, tambem gosto, mas não entendo bem, não gosto muito. Do que eu gósto deveras é de ver

«Cantar um homem a mulher que admira.

«A esse respeito sou um verdadeiro jarreta; e a minha idéia é velha, advertindo ainda que os antigos cantaram tudo, mas eu de tudo só escolho a mulher». Ela, sempre. Maria, cujo «corpo é o fumo do meu lar» (*Prosas*, pág. 8) e cujo *gemido* é o «gemido longinquo» *coado* na *alma* do poeta pela «harmonia da noite», «que é talvez a harmonia das espheras» (*Prosas,* pág. 6). Lia, em cujos *labios* jura o poeta

«como nos livros santos», «como no Evangelho de Christo» (*Prosas*, pág. 16).

A confissão de que está dito tudo, de que não há margem para a imaginação se desentranhar em frutos novos, pode ser evasiva de um assédio meditativo ao capital espiritual acumulado em livros pelos homens, mas é também o sentimento de unidade e universalidade da consciência, e daí a negação de rasgos originais. Sentimento, como se sabe, que foi no século xvii francês o fulcro do retôrno aos antigos como inventores literários únicos, por oposição aos teorizantes do chamado progresso indefinido. Já muito antes o nosso Gil Vicente (que, adivinhando João de Deus, dirá no *Templo de Apolo* que todos os pensamentos se resumem num só: «*amarás a las mujeres!*») escrevera na Epístola dedicatória a D. João III que «os antigos e modernos não deixárão cousa boa por dizer, nem invenção linda por achar, nem graça por descobrir».

É a ocasião de examinarmos o âmbito de cultura em que se moveu João de Deus, embora para chegarmos a resultados quási de todo negativos e tomando como ponto de partida as declarações do próprio poeta, que nunca oculta a estrita virgindade do seu espírito. Embora declare que só «o trabalho, as meditações, o estudo, é que trazem a novidade» (*Prosas*, pág. 325), confessa-se «um curioso», «um intruso nas letras» (*Id.*, pág. 109), o que é uma forma indirecta de se proclamar iletrado. Já citei, de resto, a sua expressa preferência pelas fôlhas das árvores às dos livros, que, palpitando em todos os seus versos, guiou de-certo o certeiro juízo de Afonso Lopes Vieira, quando diz que em João de Deus não há *literatura: há natureza*. O poeta fará profissão de nudez cultural constantemente, quer denunciando o desconhecimento de fontes especulativas, como vamos já ver, quer preceituando e confessando a espontaneidade lírica, que

não é só um artigo de fé formal, relativo ao instrumento literário, mas uma norma atinente à inocência do espírito ante o criável. O *status* legal do *ingénuo* por oposição ao do *liberto* serve-nos aqui de alegoria do entendimento de João de Deus. Nasceu puro e sem mancha de servidão à sapiência; nunca foi escravo do saber. Um *sages*, quando muito, ao gôsto de Salomão.

«Ser simples, ser natural — escreve, — foi a constante preoccupação que me acompanhou nas minhas douradas horas de distracções lyricas» (*Prosas,* pág. 145). «Só a linguagem espontanea se insinua e persuade», diz também (*Prosas,* pág. 101), e, com um vago sorriso, entre desvanecido e resignado, vê-se no centro dêste equívoco: «Fizeram de mim um poeta, mas eu não passo de um bardo, se os bardos eram cantores populares». (*Prosas*, pág. 168). «Mais coração e menos diccionario», como êle brada *ridendo* (*Prosas,* pág. 129), é um apêlo à experiência sentimental contra o artifício, mas é também a fórmula de uma inaptidão para as asperezas do estudo confessada com aquela «lealdade aldeã» que êle em si próprio diagnostica (*Prosas,* pág. 157): «Não estou no caso de fazer critica litteraria. Isso requer habilitações que não tenho» (*Prosas*, pág. 117); «critica é erudição, é litteratura, é comparação, é analyse doutrinal, e eu não tenho a que possa recorrer senão a coração e a espirito» (*Prosas*, pág. 168).

No entanto este homem, que se sente

> Insensivel, inerte, ouvindo a espaços
> O echo surdo de meus proprios passos
>
> (C. F., pág. 150).

tem curiosidades, espírito de iniciativa, devoção ao bem público. Num invejável luxo de inventiva, leva catorze anos à procura da chave dêstes obnóxios problemas: a trissecção do ângulo e a escala das guitarras. E, com uma candura

desconcertante numa pessoa tão arguta, chega a alimentar esperanças de que a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra se pronuncie a favor da sua geométrica solução, abrindo-lhe as portas veneráveis da Academia Francesa! (*Prosas*, pág. 226). Interessa-se pela reforma ortográfica como pelo ensino da leitura, problema que arredo por agora, remetendo o leitor para as autorizadas opiniões dos srs. António Sérgio e Dr. João da Silva Correia (1).

Na ânsia de descobrir rastos de possíveis leituras, percorri atentamente o *Campo de Flores* e as *Prosas,* para afinal verificar o que o próprio poeta não escondeu: a sua relutância por tudo quanto era letra redonda. A demonstração que vou fazer é quási, portanto, redundante, mas tira-se dela uma alta lição de modéstia, de humilde e fragrante honradez. Aquilo mesmo que nos parece improbidade mental, resulta um sinal de singeleza. Tendo chamado a Renan «Macaco de Voltaire» e afirmado que o autor da *Vida de Jesus* tratara os Apóstolos de «patuscos», Antero de Quental repreende-o com benignidade ressentida, ao que êle prontamente acode: «Eu não sabia de Renan se não que combatia o dogma principal do Christianismo»; «e como a primeira vez que abri ao acaso e por acaso uma biographia d'elle, o vi accusado de chamar aos Apostolos patuscos, suppuz ser algum escriptor comico e superficial; e filiei-o na escola de Voltaire. Ora n'uns versos, que uma vez ouvi estar lendo a Thomaz Ribeiro, lembrava-me de V. Hugo chamar a Voltaire *singe du génie*. Em allusão a esta phrase, dirigida por um homem tão notavel e consciencioso ao seu mais famoso compatriota, é que eu chamara a Renan — macaco de Voltaire; e no sentido de — *imitador de Voltaire.*» (*Prosas*, pág. 54).

---

(1) Respectivamente: *Ensaios*, I, nota *in fine*, e *O Ensino Inicial da Leitura e da Escrita*, Lisboa, 1927, págs. 17-24. Ao sr. Dr. João Correia não escapou o «pouco fôlego mental do Poeta». (*Ib.*, pág. 22).

Esta infantil retractação é a pedra de toque do seu desprendimento innato, que, no campo do espírito, dir-se hia o voto de pobreza de um leigo pronunciado nas mãos de grave guardião de ordem rica. No meio dos seus contemporâneos impregnados de ardor pela cultura — Antero, Oliveira Martins, Teófilo, tantos outros, — João de Deus acredita na circunspecção dos juízos de Hugo, de cuja *Lenda dos Séculos* não leu «senão uma peça, e a pedido de um amigo». (Carta a Narciso de Lacerda, *Prosas*, pág. 110). De Michelet dirá a Germano de Meireles: «pelo que me disseste uma vez, em casa do Vilhena, parece-me uma boa alma». (*Prosas*, pág. 52).

No entanto, deve ter conhecido directamente Fénelon, Bossuet e Bourdaloue, que aconselha a um sobrinho ordinando, o que é natural em quem viveu um pouco num ambiente sacerdotal, discípulo de padre e irmão de padre. Mas tais leituras só chegam ao nosso conhecimento porque êle as dá por feitas, como se dissesse com Gil Vicente:

> Trago a proposito isto
> Porque veio a bem de falla.

Reflexos de alheia ideologia procurá-los hemos debalde, ou são tão fugazes que não merece a pena assinalá-los. Nem por citar a consabida frase de André Chénier no patíbulo (*Prosas*, pág. 71) poderíamos concluir que helenizou com êle nos seus jambos, se não soubéssemos que lhe traduziu alguns versos. Tampouco é crível que se tivesse preocupado bastante com o scepticismo de Bayle (*Prosas*, pág. 312), ou com Pelletan, ou Lamothe, algures citados nas *Prosas*, sendo pelo contrário mais fácil de admitir que lesse de Rousseau, como diz, o ensaio *De l'origine de l'inégalité parmi les hommes*, — donde, por excepção, talvez lhe tenham vindo alguns vagos estímulos que o confirmassem na espécie de *estado natural* em que decorreu a sua vida. Mas João de

Deus não precisava de motivações intelectuais para o seu *connato* de beduíno. Se leu o *Espírito das Leis*, como afirma, Montesquieu estava na lista dos breviários da era constitucional, pois carreara de Locke a teoria da divisão tripartida do poder, desenvolvendo-a, e ensinara que as leis civis pulsam com o clima e a história. Cita Platão o nosso poeta (*Prosas,* pág. 88), como fala de Sócrates (*Id.,* pág. 88) e Demóstenes, mas não se trata aqui de leituras pessoais, senão de outiva. O nome de Humboldt, que traz uma vez à baila, vogava como tipo do scientificismo contemporâneo, e ser-lhe hia, de resto, notório pelo esbulho de originalidade que fizera à náutica portuguesa. E assim por diante, em tudo o que respeita a fontes de puro pensamento.

Quanto à formação do seu gôsto literário, e nomeadamente poético, há quem admita, como o sr. Dr. Agostinho Fortes, que uma possível latinidade cedo o impregnou de horacianismo. Que aprendeu latim é inegável, quer à face dos dados biográficos, quer por testemunhos da própria obra, como o da tradução de uma poesia latina de Santos Valente a Alberto Teles (C. F., pág. 641) e mesmo de alguns carmes do discreto amigo de Augusto (C. F., pág. 611), cujos amores com Lídia o nosso poeta cantará através de um brinco de Ponsard em que faz de *suivante* Beroé (C. F., pág. 644). Citará além disso dois versos de Horácio nas *Prosas* (pág. 81), como menciona algures uma frase de Tertuliano, e recomenda a um sobrinho a assídua freqüência de Vergílio (*Prosas,* pág. 74). Tudo isto, porém, e salvo o devido respeito pela autorizada opinião do distinto professor, se me afiguram testemunhos demasiado externos e escassos para concluirmos por uma profunda latinização da musa do *Campo de Flores.* A Menéndez y Pelayo, pelo menos, escapou o possível reflexo na pesquisa especial a que procedeu de *Horacio en España* e em que consagra largas páginas à poesia portuguesa. Mas não é impossível encontrar ressai-

bos clássicos em versos tão cristalinos, que lhes viriam, aliás, da própria matriz latinizante que é a nossa língua e lírica.

João de Deus leu e releu Camões, de quem diz pitorescamente que «qualquer deixava vasar um olho só pela gloria de se parecer com elle», e fala de Bocage e Castilho como quem privou com os seus versos. Alude ao «suave dizer» de Fr. Luís de Sousa (*Prosas*, pág. 68) e considera «grande» a Vieira, invocando Herculano entre os românticos.

Do trato com medievais é que raríssimos rastos se encontram, e, dêsses, *Bernardo del Carpio* só figura com a apostilha de insípido (*Prosas*, pág. 68). Traduzirá o episódio de Francesca em formosíssimos tercetos; isto, porém, por si só, não pode documentar uma familiaridade muito directa com Dante, ainda que transcreva um verso ao florentino e tenha vertido também um soneto de Miguel Ângelo. Se lia o toscano correntemente, ¿como explicar que se servisse de uma tradução portuguesa (?) para entender as *Cartas* de Sílvio Pélico?

A conclusão a tirar de tudo isto é que o caso poético João de Deus se aparta do livresco e informativo:

> Desses livros, que em logar
> De nos dar consolação,
> Nos fazem cair no chão
> Um pranto mal empregado,
> E inda mais amargurado
> Nos deixam o coração!
>
> (C. F., pág. 69).

Todo o elemento racional é por êle crivado de invectivas (C. F., pág. 527) e «o pensamento» — escreve em carta a Maria (C. F., pág. 272) — «não é trabalho que nos dê saude». A-pesar-disso, crê nos valores do espírito, mas só Antero será capaz de lhe arrancar palavras de fé nessa ordem da estimativa (C. F., pág. 261), tão refractária ao ritmo das suas

preocupações habituais. Se afirma que nos devemos deixar matar pela verdade (C. F., pág. 372), fá-lo com os olhos na ética, no valor pragmático da exemplaridade do Cristo e não na verdade inquisitiva, buscada no sêrro interior. É certo que o mundo lhe surge como um mistério, mas não que se sinta tentado a compreendê-lo, senão a deletreá-lo nos seus sinais mais amáveis, e, por assim dizer, resplandecentes. Se numa estrofe declara que só a alma é objecto de pensamento, duas estrofes adiante, ao encontrar a bem-amada, dirá que

> ... é tão natural
> Cahir-se no abysmo
> De uma belleza tal!
>
> (C. F., pág. 69).

O *talvez* que respigo umas duas vezes na sua obra (C. F., págs. 220 e 249) não é a sua palavra, pois, se é o cérebro que a dita, o coração sabe «o que a cabeça ignora» (C. F., pág. 232). Ao proclamar que «há uma luz mais clara que a luz do pensamento» (C. F., pág. 233) teria adivinhado William James, Bergson e os vitalista, se em vez do primado do sentimento pusesse o das fôrças espirituais obscuras — *subliminal self* ou *élan vital*. Numa palavra: um espontâneo, de cujos divinos versos se pode extrair no entanto um pensamento religioso, embora de pobres perspectivas. É isso que vamos ràpidamente ver.

A religião de João de Deus é antropomórfica, pois que Deus tem «rosto» e «seio» (C. F., pág. 78) e lhe é revelado não só através da mulher (C. F., pág. 105), mas quási que em forma de mulher:

> É na face das bellas mulheres
> Que eu só vejo o bom Deus retratado
>
> (C. F., pág. 161).

Da transcendência do Deus católico, confessionalmente o seu, passa a uma espécie de Deus mariano, não já transcendente nem rigorosamente derivado do mistério da Encarnação, mas recoberto êle mesmo de vagos atributos femininos. Se chega a duvidar que um crente tenha pôsto em Cristo a fé que êle tem na mulher (C. F., pág. 130), é que o seu Deus se efemina, como a *Idea*, a Idea de *I* maiúsculo que Antero veste de Virgem para um «noivado barbaro». A diferença está em que o poeta dos *Sonetos* acaba por dizer que tal Idea

> Só se revela aos homens e ás nações
> No ceu incorruptivel da consciencia
>
> (*A Idea*, VIII).

emquanto o do *Campo de Flores* só vê Deus — a sua Idea —

> Na voz, nos labios da mulher que adora
> Quando um beijo libou dos seus amores!
>
> (C. F., pág. 347).

Deus artista (C. F., pág. 245), remunerador (C. F., pág. 155), que principia onde acaba o poeta (C. F., pág. 250), que é puro amor (C. F., págs. 298 e 543), igual a Cristo (C. F., pág. 372) e só reconhece quem ama ou namora, não são em verdade ideas congruentes nem podem esteiar uma concepção grave da vida. Êste Deus do poeta é o custódio de um céu cujo tipo de delícias é o beijo (C. F., pág. 161), e onde os amantes,

> ..... Depois de mortos
> Hemos de ver-nos, e um no outro absortos
> Fartar de glorias este amor tão triste.
>
> (C. F., pág. 155).

É certo que Antero de Quental também sonhará núpcias celestes, mas depois de ter dito

> Não é mortal o que eu em ti adoro
>
> (*Sonetos*, pág. 3).

e afastando o equívoco carnal com os versos espiritualíssimos com que anuncia que,

> Tendo seu fim, terão o seu comêço
> Para não mais findar, nossos amores
>
> (*Sonetos*, pág. 11).

Mas se a experiência religiosa de João de Deus não é rica, o seu desejo de divindade ennobrece-a, e, pelas formas sensíveis que toma, facilita a sua propagação às almas simplistas ou triviais. O seu conceito da imortalidade radica na consciência algumas vezes (C. F., pág. 249), e, quando procura uma finalidade à vida para além da moral de imperativo, a sua musa dita-lhe versos humaníssimos em que o argumento dos méritos pela dor não diminui o sôpro metafísico que os repassa:

> Não se é só pó no fim de tanta magua!
> Senão, diga-me alguem que allivio é este
> Que sinto quando á abobada celeste
> Alevanto os meus olhos rasos de agua!
>
> (C. F., pág. 154).

Outro argumento, mesmo, — que dir-se hia inspirado no principio spinozano da tendência do ser para perseverar em si próprio, mesmo emquanto *extensão* (no caso presente, o «grão de areia») — faz assumir um valor especulativo ao brado dêstes versos:

> Intima voz do fundo, bem do fundo
> De alma me diz (e as lagrimas me saltam):
> Vês os milhões de soes que o espaço esmaltam?
> Pisa a terra a teus pés, ainda ha mais mundo;
>
> Ha depois desta vida ainda outra vida:
> Não se reduz a nada um grão de areia,
> E havia de a nossa alma, a nossa idéa
> Nas ruinas do pó ficar perdida?
>
> (C. F., pág. 155).

Porque João de Deus foi um poeta genial, as suas intuições puderam suprir freqüentemente a falta de informação que lhe interdizia o pensamento. E assim é que, duas vezes, pelo menos, a vida lhe aparecerá como o surdo rio de Heráclito, — isto é, como um fluxo, um devir (C. F., págs. 42, 234 e 235), — e o universo, a-pesar-de concebido como objecto colocado em face ao demiurgo, do qual «brotou n'um jorro de bondade», pode, a seu ver, «amar-se em espirito e verdade». (C. F., pág. 543).

Mas a posição do problema religioso num plano redutível a termos de inteligência, e originalmente elaborado, não resiste às recaídas da sua musa, quer solicitada pelo transcendentalismo do céu católico — «êsse mundo a que ainda não pertenço» (C. F., pág. 264), — quer inclinada para a inferioridade do temor como fundamento da fé (C. F., pág. 354). Alma rudimentar e amorosa, ficará ao abrigo da crença secular bebida com o leite materno. De resto, optimista. Se entrevê que a tristeza é uma roëdora de almas, precisa dos olhos de Salomão (C. F., pág. 570), e até para dirigir uma objurgatória à impiedade carece da funda de David (C. F., pág. 564).

Na esfera da moral também não oferece ideas, mas factos ricos, e o seu preceituário é o de um homem de bem; mais nada. Como Horácio, tece o elogio da mediocridade, do amor inalterável num lar de cândidas almas (C. F., pág. 321), onde a espôsa cumpriu o seu dever se foi casta (C. F., págs. 571-2). E aqui, ainda mediante Salomão, encontra-se com Antero embevecido ante uns *Quinze anos* (*Sonetos,* pág. 30). Poetiza a amizade, e êle próprio é um amigo discreto, sob certos aspectos um santo, tão despido de preocupações mundanas que declara que não tem fato preto (*Prosas,* pág. 141). Diz ao Padre António do Espírito Santo, seu irmão: «Não vás em 3.ª classe que é detestavel» (*Prosas*, pág. 332), e com isto prova simplesmente que tem a es-

trutura da classe média. Por êste lado, atinge uma despreocupação e uma grandeza que o tornam único entre os *clercs* portugueses e talvez mundiais do seu tempo. Tão simples e humilde, que, solicitado pela *Troupe Recreativa Operaria Bandolinista 1.º de Janeiro de 1893,* de Cacilhas, responde ao Presidente respectivo que se considera «um modesto artista como outro qualquer e o mais modesto da sua estimavel *Troupe*»!

Tampouco conhece a susceptibilidade dos literatos, e é tão desprendido, que encarna o estado de espírito dum verdadeiro jogral, perdendo o sentimento da autoria, pedra de toque do orgulho. Assim é que, tendo deixado sair um romance de que apenas escrevera umas quarenta linhas, se justifica dêste gôsto: «Não estive para mais e o resto não sei quem escreveu, assignando depois com expressa autorisação minha, o meu nome» (*Prosas,* pág. 112). Repentista, capaz de um «simples exercicio de rima» (*Prosas,* pág. 146), êle que foi o menos versejador dos poetas do seu país, leva a sua bondade a ponto de dizer: «Quando alguem insta por versos, que remedio senão fazel-os?» (*Prosas,* pág. 104). E fazia-os, com a mesma bonomia com que se descalçava para dar as botas a um pobre. É que para João de Deus, como confessa em carta a Alberto Teles, «a poesia é a moral; e a ultima palavra em pureza de costumes está no Evangelho». (*Prosas,* pág. 50). «A Litteratura não tem outra razão de existir senão o bem moral» — diz também (*Prosas,* pág. 121), e, enganando-se embora, exprime assim o que quis que fôsse uma das formas da sua estrutural cidadania. Porque é preciso não esquecer que João de Deus foi um cidadão como poucos, sendo até possível extrair da sua obra, senão um ideário político com preferência de regime, — questão que nunca o interessou, — uma pequena cartilha do mais acendrado civismo. Na deliciosa sátira dos *Caturras* (C. F., pág. 407) profligou a maledicência nacional encarnada

pelos compadres que desdenham da draga nova mal empregada a tirar lama. Aí castigou a pasmaceira dos cafés e o scepticismo. Satirizou o sufrágio universal pervertido pela política eleiçoeira dos governantes (C. F., pág. 429); o jôgo e a loteria (C. F., págs. 426 e 429); a falta de higiene (C. F., pág. 425); a venalidade dos jornais (C. F., pág. 432); e sentiu os males da organização burocrática de um país agrícola (C. F., pág. 453) que, não procurando criar o colonato (C. F., pág. 455), empurra o povo para os horrores da emigração (C. F., pág. 450). Do analfabetismo dirá: «Gastam-se 4:000 contos com o exercito, a quem podemos chamar o sustentaculo da ordem material (porque é há quarenta annos quem faz as revoluções); e com os que ensinam a ler os filhos do povo, com os sustentaculos da moral, gasta-se a quadragesima parte!» (*Prosas,* pág. 164). E finalmente, numa admirável intuição e com um êrro de anos, apenas:

> Se a republica um dia se proclama,
> Quem será presidente? Com certeza
> Que o nobre marquez de Avila e Bolama.
>
> (C. F., pág. 449).

*

Eis-nos chegados ao têrmo dêste passeio através do *Campo de Flores,* empreendido com espírito crítico e *amor intelectual.* Sentindo bem os limites das minhas fôrças, não me arrependo de as ter empregado ao arripio de ideas feitas e de uma admiração quietista, sem variedade nem arestas nos ângulos do *ad-mirare.* Compreender não consiste na mera absorpção de valores, mas num discrime, num acto de prévia decomposição das realidades que se hão-de encorporar no entendimento para o dilatar e enriquecer. A nossa época, de resto, é de revisão e análise. Nega talvez mais do que afirma; em todo o caso essa nega-

ção não é a substância de um credo, senão o ponto de partida para novas conquistas espirituais.

O romantismo projectou-se entre nós até ontem, e, abusando da vigência dos seus temas, impediu a nossa integração nos modos de ser da Europa culta. As vozes de razão que se ergueram não acordaram os ecos, e todo aquele que nasceu em Portugal com sêde de compreensão, teve de recorrer ao protesto por cima das águas adormecidas. Assim se explica que a obra de um Herculano não tivesse prêsa nos factos e que a de um Antero não esteja no património comum em todo o vigor das suas linhas. É que os grandes homens só gozam de aura anedótica, e, se não estão de todo esquecidos, isso se deve a que tiveram unânimemente um quê de poetas, e daí ritmo, musicalidade, brilho, que são as formas da vida psíquica assimiláveis pelos portugueses. Ora, não havendo em João de Deus mais do que som e alguma côr, atrevi-me a propor que o relegássemos para uma admiração futura, ou seja para quando, enriquecidos com um pensamento próprio e denso, possamos sem perigo gastar ócios a ouvir as aves do céu. Representamos há séculos a fabuleta de Bernardes que fala do monge e do passarinho. É tempo talvez de acordar. Veremos então como, certos do sol meridiano de uma razão viva e adulta, é agradável seguir o vôo matutino da cotovia sentimental.

VICTORINO NEMÉSIO.

FREI CLÁUDIO DA CONCEIÇÃO

Abra-se o primeiro volume do *Gabinete Historico que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI em o dia de seus felicissimos anos 13 de Maio de 1818, offerece Fr. Claudio da Conceição, Ex-definidor, Examinador Synodal do Patriarchado de Lisboa, Pregador Regio e Padre da Provincia de Santa Maria d'Arrabida*, e ver-se-há por baixo dêste titulo elaborado pomposamente o seguinte: *aplicado o seu produto para uma familia desgraçada.* E na página XLIII dêsse volume veja-se o atestado do prior encomendado da frèguesia de S. Pedro em Alcântara desta cidade de Lisboa, certificando que na Rua Direita de Alcântara n.º 103, 2.º andar, assiste Maria do Carmo Vicência, com 5 filhos, viúva que ficou de Manuel Inácio de Figueiredo que no dia 18 de Outubro de 1817 padeceu o suplício sendo enforcado no Campo de Santa Ana pelo crime de que foi acusado em sentença, e portanto pedia á todos os paroquianos uma esmola para minorar a sorte infeliz daquela viúva recolhida em casa portando-se com tôda a modéstia e recato e que cuidava ùnicamente no arranjo dos seus filhos, um dos quais era sacristão daquela igreja de S. Pedro.

Não se percebe muito bem porque foi ali publicado êsse atestado de pobreza. Se era para chamar a atenção das almas bemfazejas, aquela família desgraçada pouco devia ter recebido dos assinantes e dos leitores do *Gabinete Histórico* e teria morrido de fome, na espectativa de esmolas que de-

viam ser exíguas atendendo à sua qualidade de família de um supliciado na fôrca.

Mas o que não diz a simplicidade daquele atestado, nem a pequena declaração sotoposta ao título da obra, diz-nos um pequeno processo que se acha no *Arquivo dos Feitos Findos,* na pasta 9, documento 3.

Transcreveremos os documentos dêsse processo, que dizem mais do que aquilo que se poderia dizer, e pelos quais avaliamos bem a alma magnânima e bondosa do arrábido Cláudio da Conceição, desde 3 de Julho de 1823 até ao ano de 1833, cronista-mór do Reino por decreto de El-Rei D. João VI.

Documento de fls. 1 (do processo):

Senhor: — Fr. Claudio da Conceição da Provincia d'Arrabida, compadecido da familia desgraçada de que trata o documento N.º 1, procura socorrê-la do modo que lhe foi possivel, como se vê do documento N.º 2, para isso lança mão da laboriosa empresa do seu *Gabinete Historico* como mostra o prospecto, documento N.º 3: Com efeito conseguiu subministrar-lhe os socorros que atesta a mesma favorecida no Documento N.º 4, e despendeu com a mesma familia desde 13 de Dezembro de 1817 até 31 de Junho de 1821 hum conto e trinta e dois mil reis como prova pelo documento N.º 5, tendo continuado até ao presente, como se verá na publicação doutro documento que ainda não está impresso. Para este trabalho precisa o suplicante estar na Rua da Tapada de Alcantara, N.º 8 em casa da viuva do Tenente Coronel José Teixeira Pilhão, onde supra huma capela para o seu convento de S. Pedro de Alcantara, onde está morador ha vinte e cinco anos, e como agora se recolhesse ao dito convento em consequencia das ordens de V. Magestade, e por este motivo não pode continuar a fazer os referidos serviços Constitucionais que prova ter feito ainda muito antes da publicação do novo sistema Constitucional, que felizmente nos rege.

P. a Vossa Magestade a graça de lhe conceder licença para continuar a estar na dita casa, fazendo o que até agora tem praticado. — E. R. M. — (a) *Fr. Claudio da Conceição.*

DOCUMENTO N.º 1

É o atestado do prior Bernardo Martins Quintaval, tal como vem

transcrito a pag. XLIII do vol. I do *Gabinete Historico* e que damos aqui como reproduzido, visto ser extenso e desnecessario para a elucidação do assunto.

DOCUMENTO N.º 2

Certifico que o Muito Reverendo Padre Mestre Fr. Claudio da Conceição, Pregador Regio, morador no Convento de S. Pedro de Alcântara, e parte do tempo em casa do Tenente Coronel José Teixeira Pillão, Criado Particular de Sua Magestade Fidelissima na Quinta Real da Tapada de Alcantara N.º 8, tendo aviso para assistir nos dias 15, 16, 17 e 18 de Outubro de 1817 aos Reos, que neste ultimo dia padecerão o Supplicio no Campo de Sant'Ana, elle a impulsos de sua grande Caridade e Amor de Jesus Christo, se encarregou de tomar á sua conta hum dos cinco filhos do desgraçado Manuel Ignacio de Figueiredo, socegando-lhe por este modo seu espirito atribulado; porem foi tal o zêlo deste Religioso, que não só se encarregou de hum (como prometteu) mas de todos, não cessando de procurar os meios de sua subsistencia já na educação precisa e necessaria, já no seu sustento; portando-se nisto com toda a gravidade, modestia e decencia propria do caracter de hum perfeito Ecclesiastico, e até com exemplo e edificação de todos quantos presenciarão e observarão. Por estes poderosos motivos, pois julgo serem bem justos, e bem devidos todos os soccorros que se lhe prestarem, os quais todos elle emprega nesta familia tão desgraçada, como consta da minha attestação de 17 de Fevereiro do presente anno; o que tudo affirmo na Fé de Párroco. Lisboa, 5 de Março de 1818.

O Prior encommendado *Bernardo Martins de Quintaval.*

Reconhece o signal supra da Pessoa nelle contheuda. Lisboa, 5 de Março de 1818. — Lugar do Sinal publico — Em testemunho da verdade — O Tabbelião *Luiz Lobo de Azevedo e Vasconcellos.*

DOCUMENTO N.º 3

Como continuamente se estão pedindo os Prospectos do *Gabinete Historico* e até de muitas pessoas fora do Reino, se torna a fazer delle segunda impressão para os satisfazer, e tambem porque se precisa dar huma nova noticia.

PROSPECTO

Para a subscrição da Nova Historia dos nossos dias que vai ser publicada com o titulo de *Gabinete Historico,* aplicado o seu producto

para a desgraçada familia de Manuel Ignacio de Figueiredo, que no dia 18 de Outubro de 1817 padeceo o suplicio.

Nesta obra se referem os factos mais memoraveis da Lusitania desde o Diluvio até ao presente. O valor dos Portugueses em todos os séculos. Seus grandes Herois, Ilustres Progenitores das Grandes Familias, que compõem hoje a nossa Corte. Instituição de todos os Bispados de Portugal e seus primeiros Bispos. As batalhas dos Portugueses. Suas Conquistas. Seus Descobrimentos. Resumo da vida de todos os nossos Monarcas desde o primeiro até ao Senhor Rei D. João VI, que Deus guarde. Toda a historia da Revolução de França. Suas tristes consequencias. Seus diversos Governos desde Luiz XVI, até Luiz XVIII. Perseguições do Clero. Guerras e aventuras de Bonaparte. Série prodigiosa de trabalhos, e acções heroicas de dois Pontifices tão santos, e tão respeitaveis Pio VI e Pio VII. Reis depostos de seus Thronos substituidos por intrusos. Sucessos memoraveis da Hespanha. O que a favor da causa commum tem obrado a Grã-Bretanha. Victorias de seus Generais. Triunfo dos Portugueses, expulsando deste Reino os inimigos, nas tres invasões. Gloria de Portugal em tantas Restaurações, como Porto, Bragança, Vila Real, Guimarães, Aveiro, Coimbra, Algarve, Beja e outras muitas. Valor dos Soldados Portugueses nas Batalhas da Roliça, Vimeiro, Porto, Talavera, Olivença, Bussaco, Barrosa, Fuentes de Honor, Albuera, Arroio Molinos, Cidade de Rodrigo, Badajoz, Salamanca, entrada de Madrid, Campos de Vitoria, terrivel assalto de S. Sebastião, Pyrineus, S. Marçal e Santo Antonio, passagem do Bidassoa, Nivelle, combates sucessivos de Nive, de Orthez, entrada de Bordeaux, batalha de Toulouse, e outras mais como vai mostrar a Historia. O triunfo com que entraram nesta Capital os nossos valorosos Militares e o que em seu obsequio fizeram os bons Patriotas. Tambem se dá noticia do que se tem passado em toda a Italia, Napoles, Genova, Veneza, Sardenha, Piemonte, Suissa, com os roubos, saques e violencias dos Franceses. O que se tem passado com a Austria, Russia, Prussia, Suecia, Holanda, Polonia, Saxonia, Dinamarca; tudo isto e ainda muito mais, vai fazer huma grande parte desta Obra finalizando com os ultimos sucessos memoraveis. Esta Obra he tão interessante, que por si mesmo se faz recomendavel por todos os principios, sendo hum delles aplicar-se o seu produto a bem daquellas infelizes vitimas da desgraça, que devem a conservação das suas vidas a tantos nunca assás louvados Bemfeitores que com suas esmolas generosa e caritativamente os teem socorrido e continuam a socorrer. Alem disto, toda a Nação tem grande interesse em que se imprima huma Historia onde todos são interessados, porque será raro o Português que não veja

escrito nella o seu nome, ou os nomes de seus parentes, dos seus amigos e conhecidos; dos quais huns fazendo a guerra, outros concorrendo para as despezas della, já dando com mão larga preciosos donativos, já não faltando a satisfazer as dividas, contribuições adquiriram gloria immortal, de cuja gloria desfrutarão tambem os seus descendentes; e a posteridade não censurando o nosso descuido, louvará igualmente os que concorreram para huma tão digna Obra cujos nomes verá a mesma posteridade no Catalogo dos Senhores Subscritores, que junto com a Obra se imprimirá.

As assinaturas se fazem na loja da Gazeta, Rua do Ouro, N.º 141; e nas dos livreiros Viuva Bertrand e Filhos aos Mártires. Francisco Xavier de Carvalho, ao Chiado defronte da Rua de S. Francisco, N.º 2; Francisco José de Carvalho ao Pote das Almas; João Henriques, na Rua Augusta, N.º 1, e nas mesmas se recebem os exemplares que forem sahindo até ao fim.

Porem estas assinaturas só se aceitam até sahir o segundo Tomo, que será breve, e depois se vende a 600 rs, cada volume na forma de Lei; e para os Senhores Subscritores a 480 rs. metal, tudo em broxura. No fim do Catalogo dos Senhores Subscritores, que vai no segundo volume se dará tambem outro dos Senhores que tendo assinado não compareceram a receber o Livro.

Não deve o Author desta Obra deixar de agradecer quanto pode e quanto sabe aos seus amaveis Compatriotas a aceitação que fizerão do seu primeiro volume, e os desejos que mostraram pelo complemento da Obra. Não se podia esperar menos de tão bons Censores. São Portuguezes. Basta. Roga, portanto o mesmo Author, a todos os Senhores que tiverem noticias interessantes dignas de memoria, e que tenham o cunho da verdade; Senhores Militares com Documentos de serviços alem dos que veem mencionados nas ordens do dia; Prelados das Religiões do que sofrerão os seus Conventos com os aquartelados, destruições das suas Igrejas, desacatos, sacrilegios cometidos pelos francezes, valor das pratas que lhe roubaram, Abbades, Párocos, Juizes de Fora, Camaras, Capitães-mores, e mais pessoas particulares que virão e presenciaram factos ainda não escritos, e até ignorados, e outras mais particularidades de que não deve haver esquecimento, queirão dirigir-se por escrito a Fr. Claudio da Conceição, morador no Convento de S. Pedro de Alcantara na Cidade de Lisboa; querendo falar-lhe pessoalmente na Quinta de Sua Magestade, na Tapada de Alcantara, N.º 8.

ADVERTENCIA

Como todo o homem tem direito ao seu crédito e reputação ainda depois da sua morte, e a malignidade tem chegado a tal ponto, que até nos mesmos Céos tem posto a sua boca, e muitas vezes se tem abusado de cousas bem serias; he preciso que eu mostre o fructo das supplicas que se fizerão a favor da familia para quem he applicado o producto do *Gabinete Historico;* e esta mesma prova seja huma especie de consolação a tantos e tão pios Bemfeitores que para ella teem concorrido. Esta advertencia não he para aquellas pessoas que me conhecem; porque a essas não tenho expressões com que lhes agradeça, e imortalizados nesta Obra do *Gabinete Historico*, nos seus competentes lugares, para onde me reservo, unica moeda com que lhes posso pagar o muito que lhes devo; porem he para aquelles que me não conhecem, ou me não quizerem conhecer. Por consequencia eu não posso dar a estes huma prova mais concludente, que ajuntar o Attestado da mesma pessoa favorecida, jurado nos Santos Evangelhos, no qual se diz tambem a sua morada para quem quizer ouvir da sua boca o mesmo que diz o Attestado. Sirva isto de Gloria a Deos. Nações do Mundo inteiro louvai a piedade dos meus Patricios e amados Compatriotas! Sabei o caso e contai-o à mais remota posteridade.

Ficou no dia 18 de Outubro de 1817 huma familia desgraçada sem o menor meio de subsistencia, esta familia tem existido ha dois anos e meio sem padecer a mais pequena necessidade, nem nas molestias de que teem sido curados, nem na falta de Mestres para a educação dos filhos, nem afinal em coisa alguma. A Providencia, unicamente, a Providencia de hum Deos, he que tem mantido esta familia desgraçada, inspirando aos meus Patricios tão generosos sentimentos de Caridade Cristã, para o que eu nada tenho concorrido senão com o meu pequeno trabalho, sacrificando a isso o meu repouso, unica cousa que pode fazer um Frade Franciscano que professa pobreza como eu e ainda para este mesmo trabalho me foi preciso a licença do meu Provincial, que então era meu Mestre, o Padre Fr. José de Santo Agostinho, hoje Deputado da Bula da Santa Cruzada de Lisboa, como fica dito no Discurso Preliminar que vai no primeiro Tomo a fls. XXVI. Este mesmo trabalho prometo emquanto me durarem as forças que supposto não são muitas, comtudo assim mesmo poucas, de boa vontade as sacrifico pelo amor de Deos a beneficio da mesma familia, unido gostosamente a tão generosos Bemfeitores que penetrados dos mais religiosos sentimentos de

piedade me ajudão. Queira o Céo prosperar a Obra a que deo principio e nós vejamos a toda esta familia não só mantida como o tem sido até agora, mas até ao fim de suas vidas. Tais são meus intentos e persuado-me que ajudado por tantos Herois da Caridade, o conseguiremos.

DOCUMENTO N.º 4

ATESTADO

Attesto eu, e juro nos Santos Evangelhos, Maria do Carmo Vicencia, que achando-me no ultimo desamparo pela morte de meu marido Manuel Ignacio de Figueiredo, com cinco filhos de menor idade como consta do Attestado, que se acha junto no primeiro Tomo do Gabinete Historico a fol. XLIII eu fui conduzida com os ditos cinco filhos que ainda se acham em meu poder, no dia 13 de Dezembro de 1817, pelos cuidados e diligencias do Muito Reverendo Padre Fr. Claudio da Conceição, Pregador Regio, Filho da Provincia de Santa Maria da Arrabida, a esta Freguesia de S. Pedro de Alcantara a morar na Rua Direita, N.º 103, segundo andar, onde até ao presente, louvores à admirável Providencia do meu Deos! tenho sido soccorrida de tal sorte que no decurso de dois anos e meio, não tenho padecido nem meus filhos a menor necessidade, gastando-se nesta casa como consta dos documentos que em seu poder conserva o mesmo Reverendissimo Padre Fr. Claudio da Conceição, desde o dia 13 de Desembro de 1817, até ao dia de hoje, 29 de Maio de 1820, a quantia de setecentos oitenta e oito mil cento e cinco. E como agora passo a morar para o N.º 98, primeiro andar, na mesma Rua Direita de Alcantara, aproveito tambem esta occasião para agradecer aos meus generosos Bemfeitores as esmolas com que me teem soccorrido, não cessando ao mesmo tempo de rogar por todos a hum Deos que só pode remunerar tanta Caridade.

Outrosim sou obrigada a affirmar que o dito Reverendissimo Padre Fr. Claudio da Conceição não entrou ainda em minha casa huma só vez sem o seu Companheiro de sorte que as vezes que lhe tenho falado tem sido sempre com testemunhas á vista como he notorio a todos que isto mesmo teem visto e presenseado; e não cesso de rogar a Deos continuamente por fraco e de attenuada saude, pelos trabalhos e continuas fadigas com que procura os meios de subsistencia desta desgraçada familia, sem para isso ter a menor obrigação; pois que até ao dia da minha desgraça, nem eu nem a minha familia tinhamos o menor conhecimento deste Religioso, nem elle de nós. E como para que o Céo o deputou para este fim, queira o mesmo Céo dar-lhe em premio de seus generosos trabalhos a

sua posse. He do modo que posso agradecer ao meu Bemfeitor tantos beneficios para credito immortal da sua Religião e gloria de Deus. Alcantara, 29 de Maio de 1820. — *Maria do Carmo Vicencia.* — Reconheço o sinal supra ser da pessoa nele contheuda, e pelo ter em meu Livro novo de Signais a que me reputo — Lisboa, trinta e hum de Maio de mil oitocentos e vinte anos. — Lugar do signal publico. — Em testemunho da verdade — *José Pedro da Costa Seromenho.*

DOCUMENTO N.º 5

Conta geral da despesa feita em tres anos e meio e desoito dias com a viuva e filhos de Manuel Ignacio de Figueiredo hum dos que no dia 18 de Outubro de 1817 padecerão no Campo de Sant'Ana.

Fizemos contas no dia 29 de Maio de 1820, e achamos ter despendido nesta casa — 788$105. — *Fr. Claudio da Conceição.*

Continuação da mesma despesa, deste tempo por diante que tudo recebi por esmola da mão do mesmo Reverendissimo Senhor. Somam estes meses seguintes 149$895 — juntando a conta de cima, somma a despeza destes tres anos e dezoito dias em 938$000. Somam seis meses seguintes 94$000... Que juntando á despesa de tres anos e dezoito dias desde 13 de Dezembro de 1817 até 31 de Dezembro de 1820, 938$000, faz a quantia de 1.032$000 — Cujos recibos assinados por mim conserva no seu Livro o mesmo Senhor Padre. — Alcantara, trinta de Junho de 1821. — *Maria do Carmo Vicencia.*

Todos êstes documentos, excepto o requerimento de Fr. Cláudio da Conceição, foram impressos na Imprensa Régia, e podem considerar-se raros.

Alude-se na certidão do Prior de Alcântara a uma sentença que condenava Manuel Inácio de Figueiredo a ser enforcado. Essa sentença é a mesma que condenou Gomes Freire de Andrade e todos os conspiradores de 1817, a morrerem, estes na forca levantada no Campo de Santana, aquêle no patíbulo defronte da Tôrre de S. Julião da Barra.

Manuel Inácio de Figueiredo a-pesar-de ser um simples criado de servir, foi um dos que mais se salientou para o bom êxito da empresa, e a sua actividade, a dedicação que desde o princípio manifestou estão bem provadas no respectivo

processo da conspiração. Todos os papéis que instruíram a devassa, que formularam a acusação, que pronunciaram a sentença final, acham-se arquivados no Arquivo dos Feitos Findos e por êles se vê a parte importante tomada pelo odioso Intendente Geral da Polícia, João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, que não descançou emquanto não viu a morte de todos os conspiradores, — lembrados, glorificados e redimidos mais tarde pela vontade sagrada das Côrtes Gerais e Extraordinárias de 1820.

Novembro de 1929.

João Jardim de Vilhena.

DO VALOR DIAGNÓSTICO DA CUTI-REACÇÂO Á TUBERCULINA, EM CLÍNICA INFANTIL

Depois da descoberta da tuberculina, a primeira e cremos que única aplicação que Koch quis dar-lhe foi ao serviço do tratamento da tuberculose.

Se as vivas reacções que produz a injecção duma parcela mínima desta toxina, sem os correspondentes benefícios para o doente, fazem que segundo esta aplicação esteja abandonada a ponto de hoje poucos serem os nomes da tisiologia que com ardor a defendem para tal fim, pelo contrário nenhum dos grandes nomes da tisiologia contesta hoje que com fim diagnóstico possua reais merecimentos, sobretudo em clínica pediátrica.

Entre os médicos que aplicaram a tuberculina como elemento de diagnóstico e de terapêutica, Escherich (de Viena) e Epstein (de Praga) foram por assim dizer os precursores de von Pirquet na descoberta da cuti-reacção, pois muitas vezes chamaram a atenção para uma reacção local caracterizada por tumefacção e rubor, depois da injecção da tuberculina, em doses fracas, mesmo muito diluída, em doentes bacilares.

Todavia em 1907, quási de todo abandonado o tuberculino-diagnóstico, êle foi anunciado ao mundo médico pela pena de von Pirquet, então assistente de Escherich, segundo a técnica e significação biológica que, nas suas linhas gerais, ainda hoje se aceitam.

Entregou-se uma vez o sábio vianense ao estudo dos caracteres das lesões de primo-vacinação com a vacina de Jenner, comparados com os das lesões de revacinação.

As reacções de revacinação que von Pirquet designou ainda por pequenas reacções, correspondem a um estado de hipersensibilidade, de anafilaxia vacinal, criado no organismo pela primeira inoculação protectora de virus vacina, transformação duradoira e profunda a que chamou alergia, termo que significa, etimològicamente, a propriedade que tem o organismo inoculado de reagir de maneira diferente daquela por que dantes reagia.

Elas diferençam-se das lesões primo-vacinais pelas suas variações nos caracteres objectivos, por uma evolução mais curta, por uma redução proporcional dos sinais gerais até ao seu desaparecimento. Diferençam-se ainda pelo seu polimorfismo que se opõe à invariabilidade quási absoluta da lesão primo-vacinal e porque, contràriamente ao que se passa nesta, a importância da reacção depende até certo ponto da dose de vacina injectada.

Estes resultados induziram von Pirquet a procurar saber o que se passava com a tuberculina introduzida a nível da pele por escarificação. Verificou que em todos ou quási todos os indivíduos autopsiados e em quem a CR fôra positiva, eram patentes as lesões tuberculosas, opostamente ao que acontecia nos indivíduos de reacção negativa. Tais observações constituíam uma revelação; e, de dedução em dedução, mas sempre escudado nos factos, chegara a empregar e utilizar de maneira prática, em clínica infantil, a tuberculina de Koch, não com fim terapêutico, como êste bacteriologista concebera, mas sim como elemento auxiliar do diagnóstico.

Antes, como depois da descoberta de von Pirquet, muitos estudos biológicos da tuberculina se tem publicado, ensaiada tanto no homem como no animal, e que bastante esclarecem a significação da CR.

Grande é o valor da descoberta do tuberculino-diagnóstico e pode bem dizer-se que poucos meios, de aplicação clínica, nascidos sob os auspícios da medicina experimental, têm

sido tão felizes. Auxilia a estabelecer a freqüência da contaminação nas diferentes idades da vida; levou alguns observadores e anatomistas a investigar atentamente, em cadáveres de pessoas em quem êle havia sido positivo, a lesão bacilar que, de facto, se encontrava habitualmente; reforçou a teoria contagionista em oposição à teoria hereditária da tuberculose; contribuiu para o esclarecimento da etiologia do eritema nodoso; destruiu a opinião dominante que atribuía uma morte fatal e breve a todos os lactantes tuberculosos, e foi êle o grande criador da forma florida da tuberculose da primeira infância; pelo conhecimento da alergia e do período anti-alérgico, permitiu hipóteses sôbre a modalidade e marcha da tuberculose em geral e mais particularmente da tuberculose infantil; permite, finalmente, orientar o diagnóstico da tuberculose nas primeiras idades, capítulo onde nos parece realizar o mais importante papel, único que nos interessa no presente estudo, e que por si bastaria para elevar esta prova a um dos lugares de maior destaque em patologia.

As reacções cutâneas pela tuberculina, aplicáveis hoje em clínica humana, pode dizer-se que se limitam às de von Pirquet e de Weill-Mantoux ou intradérmica. Atribui-se a esta maior sensibilidade e talvez com razão. É o que resulta do estudo comparado feito por Krogsgaard baseado em algumas estatísticas e muitas observações pessoais.

Não deve todavia ser grande a diferença nos resultados obtidos pelos dois métodos, pois que feita por nós a experiência em 42 alunos do Colégio dos Órfãos, de Coimbra, os resultados dum método sobrepuzeram-se quási rigorosamente aos obtidos pelo outro.

A CR tem a vantagem de ser mais simples, de execução mais rápida. O que convém é não nos contentarmos em a fazer uma só vez, quando negativa, mas repeti-la passados alguns dias ou algumas semanas. Executada em série pre-

tende Jousset que, quando positiva, as oscilações da intensidade das reacções sigam exactamente as da tuberculose, evolucionando em relação estreita com a doença; e tão estreita que, segundo o autor, ela mede exactamente os progressos e os agravamentos a ponto de se poder levantar uma curva dos valores humorais dum indivíduo. Mas emfim: não foquemos, por emquanto, o problema do valor prognóstico da CR pois êle fará, com isso contamos, objecto de futuro estudo.

Pode num organismo haver bacilos com reacção de Pirquet negativa. Além das conhecidas causas anergisantes, como por exemplo o sarampo, a coqueluche, a pneumonia, as próprias lesões tuberculosas pulmonares consideràvelmente extensas ou certas granúlias generalizadas que conduzem a criança à caquexia, pode a anergia corresponder ao período de incubação, ao que decorre desde a penetração do bacilo até o momento em que a cuti é positiva. Pode admitir-se que, em geral, uma reacção positiva marca o primeiro sintoma incontestável duma tuberculose que começa no fim do período da incubação ou início do período de estado. Estes factos experimentais foram confirmados por Debré, Paraf e Dautrebande que designaram tal período sob o título de ante-alérgico, que pode corresponder ao chamado período de incubação da tuberculose, variável, segundo observações de autores diferentes, de uma a doze semanas.

Pelo contrário uma CR positiva fornece, segundo opinião geral, a prova irrecusável duma tuberculose activa ou extinta, ou, mais exactamente (porque infecção não é sinónimo de tuberculização), da penetração recente ou antiga do bacilo de Koch num ponto qualquer do organismo. Admite alguem que o bacilo, uma vez no organismo quási nunca mais o abandona, visto que uma vez criada a alergia, num indivíduo, êste ràramente a perde (a menos que não sobrevenha alguma das conhecidas causas anergisantes) e visto que, por outro lado, a alergia condicionada em cobaios, pela injecção de

bacilos tuberculosos mortos pelo calor, desaparece algum tempo depois, num praso que varia de algumas semanas a alguns meses.

Em conclusão: se a CR positiva é a expressão da existência de bacilos, quando negativa, desviadas as causas anergisantes por um inquérito e exame clínico cuidadosos, o que fàcilmente se consegue, sobretudo depois de repetida algumas vezes com alguns dias ou semanas de intervalo, permite-nos afirmar, quási sem risco de desmentido, que o organismo os não encerra.

No presente trabalho propomo-nos estudar o valor diagnóstico da reacção de von Pirquet na tuberculose infantil e, na verdade, só nas primeiras idades êsse valor se nos afigura grande. No adulto raras vezes tem aplicação. Todos ou quási todos os adultos, nos meios citadinos têm positiva a CR e todavia sòmente um sexto a um sétimo dos falecidos levam para o túmulo o diagnóstico da tuberculose. Foi o que encontramos para Coimbra num estudo de estatística a que procedemos em tempos (1).

Duma maneira geral a tuberculose apresenta-se segundo um gama de agudeza progressivamente decrescente com a idade, a ponto de, sempre ou quási sempre fatal nos primeiros meses, passar, nos adultos, despercebida nos seis sétimos dos que morrem. Se a cronicidade da tuberculose cresce com a idade, decresce segundo a linha paralela o valor da cuti-tuberculina. Esta tem tanto maior valor quanto mais nos aproximarmos da data do nascimento.

Não vem para o caso a discussão da tese da reinfecção ou super-infecção, bem como a teoria da evolução cíclica da tuberculose que Ranke expôs e defendeu, teoria assente na evolução cíclica das condições imunitárias do doente e que

---

(1) João Pôrto — *A tuberculose em Coimbra no último quarto de século*, 1927.

êste autor, com Aschoff, julga em equação com os dados da histologia patológica.

Na história da patogenia da tuberculose descreve aquele autor três períodos: *a*) o de invasão; *b*) o de hipersensibilidade; *c*) o de imunidade. Sem podermos aceitar tal concepção com o rigor com que o autor pretende — e não há lugar para a exposição das nossas razões — aceitámo-la, contudo, nas suas linhas gerais e é indiscutível que a CR presta grandes serviços no diagnóstico do complexo primário, lesão inicial (período de invasão) e em grande número de casos de tuberculose no período de hipersensibilidade, como por exemplo na tuberculose generalisada e por vezes confundível com outros estados nosográficos, mas só ràramente êsse valor se afirma nas tuberculoses do último período, a tuberculose crónica, em regra, do adulto e do adolescente.

*

No diagnóstico e na apreciação da freqüência da tuberculose, àparte as verificações de autópsia que, se nos esclarecem sôbre a mortalidade, de nada nos elucidam quanto à morbidez, quatro elementos há e sôbre os quais nos podemos basear: o exame clínico, exame bacteriológico, as provas das reacções humorais das quais a mais corrente é a CR e o exame radiológico. Na ordem cronológica, o exame radiológico é o único elemento de recurso, sempre precedido dos outros servindo para os confirmar ou infirmar. O exame clínico deve sempre figurar na primeira linha e é sem dúvida de todos o que tem maior importância. Casos há em que os sintomas clínicos são bastante difusos; então os restantes elementos de diagnóstico têm tanto maior merecimento quanto mais discretos e reduzidos aqueles forem.

Ora, poucas doenças há cujo diagnóstico, pela difusão da sua sintomatologia, se presta a maiores dúvidas do que a

tuberculose infantil. A tuberculose dos adultos, da adolescência e da terceira infância reconhece-se, em geral, muito fàcilmente. A sua existência pode estabelecer-se com precisão quer pelas provas clínicas, quer por estas associadas as provas bacteriológicas. As provas clínicas têm por vezes tais caracteres que dificilmente abrem dúvidas quanto à natureza tuberculosa no adulto e na adolescência. A tuberculose pulmonar, de evolução progressiva, fàcilmente se reconhece. Nos mesmos períodos da vida, a bacilocospia nos productos mórbidos presta serviços extraordinários e ninguém desconhece a importância do exame bacteriológico da expectoração e que com a maior facilidade se obtém. Nas crianças sabe-se que os primeiros órgãos atingidos pela tuberculose são os gânglios trânqueo-brônquicos que, quando volumosos podem modificar os sinais de auscultação e de percussão e de tal maneira que a sua interpretação conduz a erros fazendo acreditar por vezes na presença de focos de hepatização que não existem ou exagerando mesmo a intensidade dos sons recebidos. Outras vezes a adenopatia oculta-se ou manifesta-se por sintomas que passam muitas vezes despercebidos: um certo atrazo na evolução da curva ponderal, uma ligeira anemia, temperatura sub-febril, acessos de bronquite de aspecto banal.

Quando a tuberculose interessa os pulmões, não vá julgar-se que encontramos aí as *nuances* de auscultação que nos descreve Grancher. Os focos pulmonares mais extensos, as cavernas mesmo, podem ocultar-se perante a auscultação mais rigorosa. Nos primeiros tempos da vida a tuberculose pulmonar é em geral pouco extensa e, quanto à bacilocospia, ela é pràticamente irrealisável porque a criança não escarra. Só quando existem cavernas relativamente extensas é que a criança expulsa um ou outro escarro. Quando se suspeita que a criança degluta os produtos da expectoração tem-se investigado o bacilo nas fezes ou no líquido colhido do estô-

mago por sondagem ou pela administração dum emético. O resultado é em geral negativo. Pode dizer-se que só se encontra o bacilo de Koch nas matérias fecais quando há ulcerações tuberculosas no intestino e estas só ràramente se encontram nas crianças. Na tuberculose renal e meníngea pode encontrar-se o bacilo respectivamente nas urinas e no líquido cefalo-raquídeo depois de longa centrifugação e de exames repetidos; contudo, se a tuberculose do aparelho urinário é tão rara quão freqüente é a tuberculose das meninges, o quadro clínico desta última e o exame citológico no líquido colhido por punção lombar são tais que permitem ordinàriamente estabelecer o diagnóstico sem precisão de se recorrer à investigação do bacilo. Nenhum pediatra faz a ponção lombar sem que prèviamente a sintomatologia clínica o convença duma afecção do sistema meningo-encefálico.

Há afecções de caracteres clínicos bem objectivos que permitem reconhecer a verdadeira natureza como por exemplo o mal de pott, as ósteo-artrites tuberculosas, o lupus vulgar, na média e última infâncias. Nestes casos torna-se desnecessário, por vezes, a prova biológica. Contudo na pequena infância há certas lesões tegumentares e ósseas que, se auxiliam a identificação da doença causal, nem sempre são decisivas para estabelecer o diagnóstico. Os tuberculides pápulo-necróticos e pápulo-escamosos, o lichen escrofuloso, a conjuntivite flictenular, a rinite crónica catarral, o escrofulido de Escherich que se acompanha de edema do lábio e com a significação, segundo Pfaundler, duma reacção espontânea da tuberculina ante as secreções nasais, a espinha ventosa, certos nódulos esteoperiósticos, — estão neste caso. Mesmo assim não dispensam a prova biológica pois que o seu diagnóstico etiológico por vezes é mais difícil do que pròpriamente o da tuberculose gânglio-pulmonar. Tais manifestações são bastante raras; mais freqüente é a confusão da

tuberculose do lactante com numerosas caquexias da primeira infância e que a heredo-sífilis, as piodermites, a inanição, as infecções crónicas dos brônquios, dos pulmões, etc., podem gerar. Certas formas podem comportar-se como tuberculoses ocultas, não se revelarem por quaisquer sintomas aparentes. Todavia, quando há infecção tuberculosa ela não é, em rigor, nem oculta nem latente mas ignorada, pois que jàmais alguém pode concluir pela sua absoluta inocuïdade. A lesão tuberculosa pode ser activa ou inactiva mas só o factor tempo pode ser juiz de causa semelhante. Evidenciarem-se os bacilos virulentos em focos antigos, fibrosos ou calcáreos, é tão possível, como possível é êsses focos serem o ponto de partida duma reinfecção endôgena, tão grave, que comprometa a vida do doente. No lactante, embora a noção dos resultados da CR tenha conduzido à descrição duma forma latente, em crianças de pêso e aspecto inteiramente normais, com todos os atributos duma saúde perfeita, o facto é todavia raro e quantas vezes não ficamos surpreendidos quando o exame radiológico do mediastino nos revela uma pronunciada adenopatia e quando nos apercebemos de que a criança por largo tempo conviveu com pessoas contagiantes.

Muitas vezes o desfecho é a generalização da sua tuberculose, com a criação duma granúlia ou meningite que por completo desmentem a boa saúde aparente. Estes factos, aliás correntes, traduzem mais a insuficiência de exame que a insuficiência de sintomas muitas vezes. Na média e grande infâncias a freqüência de CR positiva, em classes de certa condição social é muito menor do que em clínica hospitalar; daí uma maior importância em que a prova biológica se realize. Acresce que as formas de tuberculose latente, com sintomas fugazes, são ainda mais freqüentes do que as observadas em lactantes. Por isso a CR se torna absolutamente indispensável em clínica infantil como prática quási sistemá-

tica (1). O exame radiológico, em especial o exame radiográfico, é cómodo mas bastante oneroso para que possa erigir-se como prática corrente. Todavia, quando pelo resultado positivo da reacção de Pirquet colhermos a certeza de que o bacilo da tuberculose invadiu o organismo da criança, devido à relativa freqüência com que os gânglios do mediastino, as pleuras e os pulmões são escolhidos pelo bacilo, julgamos de boa prática proceder sistemàticamente ao exame radiológico. No decurso do nosso trabalho, como é natural, apenas faremos referência a formas de tuberculose latente ou às afecções com etiologia suposta de tuberculose e cuja hipótese o tuberculino-diagnóstico negativo serviu para afastar.

As observações que apresentamos não devem ser consideradas como excepção. A tuberculose infantil, localizada ou generalizada, interessando particularmente a pequena e a média infâncias, apresenta tão freqüentemente uma sintomatologia fruste e perturbadora que bem justificam o método que defendemos.

Cuti-reacção e adenopatia tráqueo-brônquica

Quando o bacilo penetra no organismo duma criança de idade em regra inferior a dois anos, pelos alvéolos pulmonares, via de penetração abraçada por uma das teorias patogénicas que tem por defensores gente do melhor escol, determina ai lesões diferentes consoante a infecção é mais ou menos maciça, consoante os gérmens penetraram em maior ou menor número. Quando o número foi grande ou grande a sua virulência, as lesões provocadas interessam duma

---

(1) Certamente que esta prova tem um restritíssimo valor perante crianças que nos procuram já com sinais meníngeos. A análise do líquido céfalo-raquídeo, sempre necessário, pode prestar-nos mais esclarecimentos e mais ràpidamente do que a CR.

maneira notável os pulmões, lesões confluentes ou disseminadas representadas por numerosas granulações que se não cingem a manchar apenas aqueles órgãos e que bastam para condicionar um quadro clínico absolutamente confundível com o da bronco-pneumonia grave, com pouca febre e pouca dispneia mas com caquexia rápida que conduz à morte no espaço de três ou quatro semanas. Os gânglios brônquicos são pouco atingidos porque não tiveram tempo para responder à invasão com aumento de volume e com lesões caseosas.

Quando, pelo contrário, seguem via diferente ou, preferindo a inalatória, atingem em pequeno número as últimas ramificações brônquicas ou os alvéolos pulmonares, determinam aí lesões limitadas, por vezes mínimas, e com evolução suficientemente lenta para que se produza tuberculose dos gânglios tráqueo-brônquicos, gerando lesões que sobrepujam as dos pulmões, muito mais importantes, e que vão dominar, por vezes, tôda a história da tuberculose infantil.

Qualquer que seja a patogenia invocada para explicar a infecção tuberculosa, não há dúvida de que nos gânglios tráqueo-brônquicos é que os bacilos têm uma tendência especial em se fixar. Para se avaliar da freqüência com que êles escolhem êsses órgãos de preferência a outros, é interessante ler a estatística de Comby com a autópsia de 400 crianças:

Órgãos atingidos	Número de casos	Percentagem
Gânglios tráqueo-brônquicos	390	97
Pulmões	303	76
Fígado e baço	205	51
Intestinos e gânglios mesentéricos	74	18
Peritoneu	16	4
Meninges e cérebro	138	34

É o seguinte o resumo das observações que Hedren (1) nos apresenta, relativo a 47 autópsias de crianças tuberculosas, de idade inferior a 1 ano, segundo a freqüência com que cada órgão é interessado:

Orgãos atingidos	Percentagem
Gânglios tráqueo-brônquicos	100
Pulmões	97,8
Baço	82,9
Fígado	61,7
Gânglios mesentéricos	57,4
Intestino	38,3
Meninges e cérebro	36,6
Rins	34
Gânglios cervicais	22,9
Coração	10,6
Pâncreas	4,2
Cápsulas supra-renais	2,1
Amigdalas	2,1

As observações de Ghon (2), baseadas na necropsia de 184 crianças tuberculosas, conduzem sensìvelmente aos mesmos resultados. Tôdas ou quási tôdas as tuberculoses da infância gravitam em tôrno da adenopatia tráqueo-brônquica e esta localização primitiva é determinada por numerosas conexões entre os gânglios brônquicos e os linfáticos supra e infra-diafragmáticos. Os movimentos de fluxo e de refluxo que a linfa experimenta, sincrónicos, por assim dizer, com os movimentos da respiração e das pulsações cárdio-aórticas, levam Waleminsky a atribuir-lhes a inadequada expressão de corações linfáticos.

(1) *Zeitsch f. Hyg*, vol. LXXIII, pág. 273.
(2) *Die primære Lungenherde bei der Tub. der Kinder*, 1912.

Precocemente infectados, os gânglios constituem reservatórios de virus que, proliferando, provocam, localmente ou a distância, lesões cuja evolução depende: *a)* da dose infectante; *b)* do número de reinfecções; *c)* das qualidades do terreno; e *d)* da virulência do gérmen.

Num lactante é quási nulo o papel de defesa que o gânglio oferece e daí o perigo da generalização; contudo, à medida que a criança cresce, cresce também essa defesa, o gânglio parece tomar consciência da sua missão e os bacilos reduzem progressivamente a tendência invasora. É particularmente na pequena e média infâncias que a tuberculose dos gânglios mediastinais oferece maior gravidade, lhes imprime maior volume, fàcilmente se torna extensiva, por vizinhança, ao pulmão e recebe melhor expressão clínica. Com a idade tais lesões sofrem o fenómeno de involução para o que, possìvelmente, concorrem processos de defesa local, de imunidade geral e progressiva maturação do tecido linfoide. Ao mesmo tempo que o organismo tenta vacinar-se contra a infecção bacilar, os próprios gânglios o defendem também pelo enquistamento dos gérmens, devido a um certo trabalho de esclerose e de calcificação. A prova do que fica exposto consiste no encontro, no adulto, por autópsia, de modo mais ou menos constante, de lesões tuberculosas, com um certo grau de esclerose e calcificação nos gânglios do mediastino. ¡E todavia quantos dêstes adultos não teriam sido na infância portadores de focos caseosos nos seus gânglios, então volumosos, e sem incidente algum que permitisse suspeitar a sua existência! Nas crianças, é de observação muito freqüente a regressão das lesões ganglionares, bem posta em relêvo em clichés radiográficos colhidos em série, e ainda por exames radioscópicos a que nós próprios temos tido ocasião de assistir.

Como estabelecer o diagnóstico?

A adenopatia tráqueo-brônquica passava por ser, há poucas dezenas de anos, das afecções mais freqüentes e muitos são os sinais físicos e funcionais com que vários autores têm, se não enriquecido pelo menos recheado a semiótica dêste capítulo da patologia. Omitimos propositadamente uma descrição de conjunto pois é fácil obtê-la em qualquer livro da especialidade. Sabe-se a facilidade com a tosse e a bronquite de repetição davam margem a que se formulasse o diagnóstico de adenopatia mediastinal. Muitos pediatras e tisiólogos entre os quais de Debré (1), L. Bernard e Vitry (2), Dufourt (3) Rist e Levèsque (4) fizeram recentemente a crítica judiciosa de semelhante abuso demonstrando a subtileza e a infidelidade dos sinais estetoscópicos e mesmo radiológicos.

Quanto à etiologia, muitos autores também, baseando-se nas reacções à tuberculina, sobejamente demonstraram que nem tôdas as adenopatias são de natureza bacilar. São sobretudo radiologistas que propagam o vento da reação tentando reduzir a freqüência da afecção e a importência daqueles sinais invocando a discordância entre êles e os colhidos no *écran*. Não é, certamente, nas opiniões extremas que a verdade se encontra pois ninguém contesta ser muitas vezes dificil de apreciar o limite radiológico entre o hilo normal e o hilo patológico, como se não contesta que por vezes os gânglios infectados, mesmo pela tuberculose, podem ser per-

---

(1) R. Debré — *De l'abus du diagnostic d'adenopathie tracheo bronchique chez l'edfant* J. des Praticiens 30 Set.º 1922.

(2) L. Bernard é Vitry — *Les adenopathies tracheo-bronchiques de la seconde enfance* (Academie de med., 10 Julho 1923).

(3) Doufourt — *Etude critique sur la valeur des signes fonctionnels physiques et radiologiques de l'A. T. B. tuberculeuse du nourrisson et de l'enfout.* (*J. de Med. de Lyon*, n.º 6, 5 de Abril de 1920).

(4) Rist e Lévesque — *Contribution à l'étude de l'adenopathie traqueo-bronchique de l'enfant.* (*Revue de Tub.*, Fevereiro de 1930, tom. XI, n.º 2, pág. 145. — Leon Bernard — *La tuberculose pulmonaire*, 1925.

meáveis aos raios X. (Lereboullet (1), Génévrier e Bonnin (2), Segard (3), Marfan) (4). É conveniente conjugar todos os meios de exame para se conseguir o diagnóstico com o mínimo de probabilidades de êrro; contudo, o resultado das investigações dalguns radiologistas sôbre a constituïção das sombras do hilo, tanto normal como patológico, deram ao critério radiológico maior precisão e ninguém duvida ser à radiologia que a adenopatia tráqueo-brônquica, qualquer que seja a sua natureza confere, para seu diagnóstico, muitos maiores direitos.

A adenopatia tuberculosa pode revestir graus diferentes conforme a quantidade e qualidade dos sinais por que se exprime.

a) Pode a adenopatia ser absolutamente latente, com ou sem qualquer indicação radioscópica bem definida, com ausência de qualquer sintoma, discreto que seja, variedade que abrange um número muito limitado de crianças e tanto mais limitado quanto mais nova a criança é a ponto de se tornar excepcional antes dos seis meses. São as formas floridas de Debré e Joannon (5), que sobrevivem à sua infecção e se torna necessário não confundir com o aspecto florido de certos lactantes com tuberculose evolutiva. Ao exame

---

(1) Lereboullet — *La tuberculose ganglio-pulmonaire chez l'enfant. Diagnostic clinique de l'adenopathie médiastine.* (*La Pédiatrie pratique,* 5 de Julho de 1923).

(2) Génévrier e Bonnin — *La diagnostic da l'adenopathie tracheo--bronchique en vue du placement des enfants dans les œvres de plein air* (*Le Bulletin Médical,* 8 de Dezembro de 1923).

(3) Ségard — *L'adenopathie tracheo-bronchique. Mise. au point et discussion de quelques communications recentes* (*G. Méd. Franc.* Julho 1924).

(4) Marfan — *La tuberculose des ganglions bronchiques* (*Le Nourrisson* 4 de Julho de 1924).

(5) *La forme florde de la tuberculose du nourrisson.* — *Annales de med.*, 1922, pág. 320.

radiológico distinguem-se, quando muito, sombras ganglionares mediastinais de pequena extensão; de resto observa-se perfeita transparência pulmonar e perfeito jôgo diafragma. Segundo estes autores, pode-se formular para estas crianças um prognóstico favorável quando, tendo sido contaminadas antes do sexto mês, não tiveram nenhum sintoma de intolerância ao cabo do primeiro ano, ou quando, tendo sido contaminadas antes de dezoito meses, ultrapassaram a idade de dois anos sem os mesmos sintomas. E não são ainda tão raros que não pudessem concluir por uma percentagem de 15,38 entre a totalidade dos casos de tuberculose que tiveram ocasião de observar no lactante e sôbre que incidiu a sua estatística. Julgava-se ainda há pouco tempo que as infecções bacilares apresentavam na criança de peito, absolutamente sempre, uma marcha evolutiva. Pois foi a prova biológica, a cuti-reacção, que veiu demonstrar coisa diferente. O facto de se admitir em princípio que tôdas as crianças que reagem à tuberculina encerram bacilos nos seus gânglios traqueo-brônquicos, não obriga a concluir que tôdas sejam necessàriamente doentes e que, obrigatòriamente, os seus gânglios estejam tumefactos.

b) Pode a adenopatia não se manifestar por quaisquer sinais físicos ou funcionais, mas apenas por alguns sintomas gerais discretos, pequenos sinais de «tuberculisação» infantil e a que alguns autores dão o nome de sindroma tubérculo-tóxico (perturbações nutritivas, alterações funcionais e sintomas tóxicos pròpriamente ditos).

As toxinas segregadas nos gânglios são directamente responsáveis pelas desordens mórbidas e que uma observação atenta pode encontrar. Esta primeira fase, fóra do campo da percussão e da auscultação na maior parte das vezes, concede à radiologia maiores direitos para a diagnosticar. Os sinais estetoscópicos são sinais de revelação bastante tardia

da infecção e grande é, muitas vezes, o praso que medeia entre a lesão ganglionar e as lesões audíveis criadas nas pleuras ou nos pulmões. Durante a localização ganglionar de tuberculose estacionária, os sinais de intoxicação — anorrexia, perturbações digestivas, debilidade, anemia, atonia muscular, diminuïção de pêso e de perímetro torácico, e alguns outros elementos reveladores de que a criança se desenvolve, fisicamente, segundo dados que discordam dos que nos oferecem as crianças normais da sua idade —, são os únicos que existem em clínica. Nestas formas os sintomas não estão simplesmente em relação com a intensidade e a extensão da lesão local mas dependem ainda doutros factores. Em certos casos predominam os sintomas nervosos (excitação, depressão, insónias, neurastenia, etc.); em outros, são as perturbações digestivas que dominam o quadro mórbido: dispepsia, magreza progressiva que pode ir do simples atrazo na ascensão da curva ponderal até à hipotrepsia e à atrepsia, como é próprio de lactantes; em outros ainda são os sinais de anemia, de fadiga muscular fácil, de erectismo cárdio-vascular, instabilidade do pulso, alterações vaso-motoras às vezes acompanhadas de fenómenos de dispepsia mais ou menos acentuados. Finalmente casos existem nos quais simplesmente se nota tendência para elevações febris, do tipo contínuo ou intermitente.

Perante sindroma tão complexo compreende se que a ètio-patogenia pode ser múltipla e compreende-se como a CR possa fazer luz. Nem todos os magros, anémicos, dispépticos, deprimidos ou febricitantes são tuberculosos e o rótulo de pre-tuberculose que acompanhava tais indivíduos não tem razão de prevalecer. Muito freqüentemente falta o critério da contaminação, pois ao pretender-se avaliar das ocasiões de contágio familial ou extra-familial quantas vezes é impossível surpreender a origem infectante a-pesar-do inquérito mais rigoroso.

Há estados clínicos em todos os pontos análogos ao sindroma tubérculo-tóxico e cuja responsabilidade cabe a causas inteiramente diversas. Bem sabemos que não é justo estabelecer sempre equação entre o sindroma e o resultado positivo da CR. Muitas vezes ser-se-ia conduzido ao diagnóstico errado de tuberculose activa quando esta, na verdade, pode ocultamente existir. Torna-se necessário, sem dúvida, submeter todos os elementos ao mais rigoroso juízo clínico, e utilizar todos aqueles que possam esclarecer o diagnóstico diferencial. Contudo, se ao lado do resultado positivo da CR o exame radiológico revelar a existência de volumosos gânglios mediastinais, êste factor tornar-se-há poderoso auxiliar no diagnóstico de tuberculose activa. Embora, por exemplo, as temperaturas sub-febris, de duração mais ou menos prolongada, possam depender de tantas afecções: rinofaringites sub-agudas com ou sem secreção muco-purulenta, adenites cervicais, perturbações digestivas banais, etc., contudo, quando essas temperaturas figuram de parceria com a tuberculino-reacção e a adenopatia tráqueo-brônquica, mais legítimo será supor-se a tuberculose para causa e tanto mais legítimo será a suposição quanto mais tenra fôr a idade da criança.

Numa consulta de pediatria, suficientemente movimentada, são freqüentíssimos os casos de silenciosa tuberculose ganglionar ou ganglio-pulmonar; e assim, apenas a título de exemplo, apresentamos as seguintes observações, propositadamente muito resumidas (1):

E. C. de 17 meses. Tinha 13 meses quando sua mãe faleceu, com tuberculose pulmonar. A criança nasceu com 3,500 qg. mas já a tuber-

---

(1) Rist e Lévesque e tantos outros autores creem na coexistencia constante duma lesão pulmonar e de adenopatia; que em muitos casos, a imagem hilar anormal traduz não uma adenopatia mas sim uma lesão

culose, na mãe, estava bem declarada. A conselho do médico, que lhes mostrou o perigo do contágio, a criança foi conduzida para casa dos avós maternos onde a criaram biberon.

Vêmo-la em 8 de Janeiro de 1928. Pêso 9,200 qg. Magra e aspecto anemiado. Tosse discreta Nada de dispneia. Ausência de quaisquer sinais de tuberculose gânglio-pulmonar por auscultação ou percursão. Pouco apetite; vomita freqüentes vezes e tem emagrecido nos últimos tempos.

Freqüentes vezes dor no abdómen; dejecções mal digeridas, com episódios de diarreia amarela umas vezes, verde outras.

Ausência de sinais exteriores ou viscerais de impregnação tuberculosa. Temperatura 37°,1-37°,3. Pulso 108. CR fortemente positiva.

Ex. radioscópico mostrou boa transparência pulmonar, sem sombras de densificação com os vértices bem iluminados, mas com sombra hilar direita bastante aumentada de volume. Ampla expansão torácica ângulos costo-diafragmáticos bem claros (1).

M. N. de 18 meses. Pais saüdáveis e não consta coabitar com alguém tuberculoso.

Em Agôsto de 1927 teve tosse viva e febre durante alguns dias. Tem desde então emagrecido, com diminuïção do apetite e perturbações digestivas. São hoje estas que dominam o quadro clínico, pois que tem sido na sua aldeia tratada como portadora de doença dos intestinos.

Vêmo-la em 20 de Dezembro de 1927. Pêso 11,200kg. Um ou dois acessos de tosse por dia e não há dispneia. Percussão e auscultação

---

pulmonar (cancro de inoculação) e, que a lesão parenquimatosa muitas vezes sobrepuja a lesão ganglionar.

A coexistencia, a simultaneidade ou quási simultaneidade com que a afecção toca o gânglio e o parenquima; a dificuldade de destrinçar, clínica e radiològicamente, o que pertence a um e a outro órgão, tudo explica que muitos autores, a exemplo de Ribadeau-Dumas, tenham ressuscitado a expressão de *tuberculose gânglio-pulmonar* criada por Rilliet e Barthez.

Tal destrinça não nos interessa de modo especial visto que a CR nunca teve a pretensão de resolver o caso.

(1) Cumpre-nos o dever de agradecer, neste lugar, ao distinto radiologista Dr. António Fernandes Ramalho e de prestar sentidas homenagens ao saüdoso Dr. José Rodrigues pelo auxílio que nos prestaram com as observações radiológicas da maioria dos nossos doentes.

nada revelam de anormal. Feses muitas vezes mal digeridas, grumosas, com episódios de diarreia verde. Não há dor no ventre, espontânea nem por palpação; fígado e baço de volume normal. Temperatura 37°,2-37°,5. Pulso 110. Ausência de adenopatia sub-maxilar, cervical, axilar ou inguinal. Ausência de quaisquer outras manifestações de tuberculose suspeita, ósseas, ósteo-articulares, cutâneas ou viscerais reconhecidas pelo exame clínico. CR fortemente positiva.

O exame radioscópico, em tôdas as posições aconselhadas, mostrou apreciável aumento das sombras hilares, dum e doutro lado, com perfeita transparência pulmonar.

M. I. de 4 anos e meio. Pais saudáveis. Um irmão morreu com tuberculose pulmonar, tinha M. I. 3 anos. Desde pouco tempo depois dessa data que o apetite diminuiu, diminuiu a antiga alegria, sem que o aumento de pêso tenha correspondido à curva ponderal normal, afigura-se aos pais. Perturbações digestivas de quando em quando e temperaturas sub-febris de tarde.

Vêmo-la em 20 de Novembro de 1927. Pálida, aspecto anemiado e raquítico: ventre flácido, de batráquio, epífises dos ossos longos, volumosas, rosário costal, hipotonia muscular. Não há tosse. Pêso 14^{k}.100. Altura 1^{m},02. Pulso 102. Ventre indolor; baço e fígado de volume normal. Exame do coração, dos pulmões e dos gânglios mediastinais nada revelam de anormal. Não há rino-faringite nem enterocolite, pelo menos, clìnicamente apreciáveis. Nos dois últimos anos os pais não dão conta de que a criança tenha sido vítima de qualquer doença infecciosa. CR fortemente positiva.

Exame radioscópico mostra-nos volumosa sombra hilar esquerda, sem sinais alguns de condensação pulmonar.

A. M. de 3 anos. Pais e irmãos saudáveis. Não há tuberculose pulmonar, clìnicamente apreciável em nenhuma das pessoas com quem vive.

Em Março de 1927 teve febre 38-39°,5 que durou cêrca duma semana. Ao mesmo tempo aparecia tosse que pouco tempo depois se atenuava para desaparecer por completo só passados cêrca de dois meses. Como rasto dessa doença, ficou sempre uma ligeira temperatura febril, constante, vesperal 37°,2-37°,5; um certo grau de anorexia e de emagrecimento.

Vêmo-lo em 16 de Julho daquele ano. Pêso 12,100^{k}.; altura 0^{m},88. Pulso 100. Exame clínico do tórax não revela absolutamente nada de

patológico. Ventre indolor. Fígado e baço de volume normal. Ausência da micropoliadenite ou qualquer elemento exterior de tuberculose suspeita.

CR muito forte, pápulo-vesiculosa.

Exame radioscópico, em posições frontal e oblíquas revela volumosas sombras hilares, volumosas, bilaterais, sem os menores indícios de condensação do parênquima pulmonar.

P. N. de 4 anos. Nos antecedentes colaterais encontra-se um irmão de 16 anos que há dois anos sofreu de uma pleurisia tuberculosa, com derrame sero-fibrinoso que só muitos meses depois se reabsorveu. Temo-lo observado várias vezes e jàmais lhe pressentimos os mais insignificantes sintomas de afecção do parênquima pulmonar.

P. N. desde há alguns meses vem definhando, com diminuïção de apetite, com perturbações digestivas passageiras, palidez, crises de mau humor, insónias, uma febrícula vesperal, mais ou menos constante, sem que êste quadro clínico fôsse precedido dum episódio agudo que impressionasse a família. A doença instalou-se, ardilosamente, com calma. Pêso 13,700^{kg}. Altura 0^{m},95. Pulso 112. Temperatura 37°,1.

A auscultação pulmonar revela muito discretos sibilos na base do hemitórax direito. Ausência absoluta de sinais físicos, ou funcionas de adenopatia tráqueo-brônquica. Ausência de rino-faringite ou de qualquer manifestação tuberculosa clìnicamente diagnosticável.

CR positiva, máculo-pápula.

Exame raaioscópico mostrou grande sombra hilar dum e doutro lado, com predomínio à esquerda, sem suspeitas de lesão pleural ou pulmonar.

c) Pode a adenopatia manifestar-se, além dos sinais gerais, por sinais físicos, funcionais ou alguns sinais a distância de Hutinel.

Tais sinais, embora sem acentuado valor patognomónico, obrigam-nos contudo a pensar na existência duma volumosa massa ganglionar do mediastino. A CR já não oferece tão assinalado valor. Nem sempre é ela que abre então o caminho para o exame radiológico indispensável para o esclarecimento do diagnóstico da adenopatia.

Das três categorias de sinais (subjectivos, funcionais e

físicos), os primeiros são inacessíveis à observação médica devido à pouca idade da criança; os físicos são duma delicada interpretação e entre os funcionais tem maior merecimento a tosse coqueluchoide e a tosse bitonal pela primeira vez descrita por Marfan. A tosse habitual como as bronquites de repetição não devem despertar sistemàticamente a ideia de bacilose e ainda menos a de adenopatia tranqueo-brônquica. Andre Martin numa estatística de quatrocentas crianças de dois a doze anos examinadas num dispensário anti-tuberculoso, submetidas à investigação clínica, radiológica, bacteriológica e biológica (CR) repetida algumas semanas depois, nos casos de negativa, conclue que, patogènicamente, a tosse e as manifestações brônquicas não devem ser consideradas como o *reliquat* habitual das reacções linfoganglionares consecutivas à localização inicial do bacilo de Koch e que, etilògicamente, se encontram em crianças que a infecção tuberculosa não tocou (1). A tosse e a bronquite repetida, embora podendo aparecer como sintomas da adenopatia não devem obrigar ao exame radiológico sem prévia prova do tuberculino-diagnóstico positivo.

*

Supondo-se que com a cooperação judiciosa de todos os meios de diagnóstico da adenopatia tráqueo-brônquica, êste pode firmar-se sem hesitação, é necessário acentuar que os processos de exploração, clínicos e radiológicos, apenas oferecem uma coisa, quando muito: o aumento de volume e de consistência dos gânglios mediastinais.

Se a confiança que aos médicos mereciam os diferentes

---

(1) André Martin — *Eafants tousseurs, adenopathie traqueo-bronchique et inf. tuberculeuse — Revue de Tub.*, n.º 6, Dezembro de 1926, pág. 857.

sinais semiológicos da adenite tráqueo-brônquica, até há poucos anos, levava a colocar-se aquele diagnóstico com uma freqüência exagerada, é porque se não advertiam dos variados agentes, diferentes do bacilo de Koch, que a adenopatia poderia ter para causa.

À pregunta sôbre a possibilidade de se estabelecer um diagnóstico etiológico da tuberculose por meio do *cliché* radiográfico, Arvid Wallgren responde pela negativa: «Êle é impotente para reconhecer a base anatómica de uma dada condensação; podemos observar a existência duma condensação que recorde uma tuberculose ganglionar brônquica, mas não podemos afirmar a natureza bacilar. Deve-se absolutamente exigir a presença dum foco primitivo indiscutível ou duma reacção positiva à tuberculina para que o diagnóstico de tuberculose possa, em geral, ser formulado» (1).

Cadet de Gassicourt, pelo menos no comêço dos seus trabalhos, embora estabelecendo ràramente o diagnóstico de adenopatia tráqueo-brônquica, concluia no entanto, feito êle, pela tuberculose. Sem excluir outros agentes nas adenites mediastinais, afirmava, todavia, que elas seriam então pouco importantes e incapazes de se revelarem por quaisquer sinais acústicos. «Quando êste meio de exploração a aprecia, está em causa a tuberculose», dizia êle.

Guéneau de Mussy e Jules Simon protestavam contra tal exclusivismo. Formulando o diagnóstico da adenopatia com maior freqüência, pois atribuiam muito maior valor aos sinais físicos, mesmo discretos, pensavam, contudo, que ela poderia suceder às anginas, à gripe, ao sarampo e à coqueluche. Guéneau de Mussy convencia-se mesmo de que a adenite seria a lesão essencial da coqueluche e a causa de tôdas as suas manifestações.

---

(1) *Le radio diagnostic de la tuberculose infantile — Acta Paediatrica*, 1926, vol. V, pág. 268.

D'Espine de novo insiste nas adenopatias simples e pretende que só temos direito de falar de forma tuberculosa quando os sinais persistem sem modificação durante cinco ou seis meses, pelo menos.

Todavia, só muito recentemente, uma delimitação mais precisa entre as adenopatias tuberculosas e as que procedem doutra origem se consegue fazer, devida à CR.

Marfan, Vallery-Radot e Debray (1), Nobécourt (2), Forgeron (3), Leon Bernard (4) e outros, com muitas observações, ilustram duma maneira bastante instructiva o valor diagnóstico das tuberculino-reacções negativas.

De 194 crianças com sinais suficientes para fazer supor a L. Bérnard uma adenopatia tráqueo-brônquica, 130 tinham CR positiva e 64, isto é, cêrca de um têrço, negativa. Em muitas delas repetiu-se a CR. Dos 64 casos, 15 pelos menos, não podiam oferecer dúvidas sôbre a existência duma adenopatia e em todos se esclareceu o factor etiológico.

Pudemos observar três casos, nos quais o exame clínico se conjugava com o radiológico para o diagnóstico da adenite tráqueo-brônquica, com CR negativa, e onde pudemos estabelecer para causa a coqueluche, a gripe e a sífilis.

Numa criança de CR negativa, não nos foi possível diagnosticar o agente ou agentes etiológicos, mas era portadora de grandes amigdalas e de vegetações adenoides.

Ora, desde Guéneau de Mussy que a inflamação crónica da faringe, caracterizada pela hipertrofia dos folículos glandulares e que Chovel, em 1840, descreveu no adulto, sob o

---

(1) *Le Nourrisson*, Jan. 1925, pag. 26.

(2) *Pediatrie*, Jan. 1922 e *Le Progrès medical*, 21 Jan. 1922.

(3) *L'adénopathie tracheo-bronchique simple chez l'enfant* (Tèse de Paris, 1922.

(4) *La tuborculose pulmonaire*, 1925, pág. 170.

nome de *angina glandulosa,* é considerada como causa muito freqüente.

A coqueluche e a gripe são factores de anergia à tuberculina; todavia a alergia reaparece na convalescença e foi neste período que observamos os doentes a que nos referimos.

A adenopatia que teve para causa a bronquite gripal, julgámo-la suficientemente interessante para merecer algumas referências:

V. C. de 10 anos. Pais saudáveis. Em meado de Setembro de 1927 teve gripe; tosse, expectoração e febre 37°,5-38°,5.

Passada uma semana, estes sintomas começam a atenuar-se, mas a tosse e as temperaturas sub-febris 37°,1-37°,5 continuam, até comêços de Novembro, quando o observamos pela primeira vez.

Boa nutrição. Pêso 28kg,500. Altura 1m,30. Pulso 80. Temperatura, de tarde 37°,2. A auscultação revela sibilos discretos na zona inter-escapular; sôpro hilar expiratório, em leque, mais acentuado à esquerda. Ausência de sinais exteriores de tuberculose. Tem expectoração muco-purulenta, e a análise microbiológica dá conta de diplococos catarrális mas negativa quanto ao bacilo de Koch. CR negativa. «Exame radioscópico mostra as sombras hilares muito aumentadas de volume e de densidade, muito alongadas principalmente do lado esquerdo onde se nota, na base do pulmão, junto da parte inferior da sombra hilar, a sombra duma massa ganglionar apreciável. Não se notavam sombras de densificação pulmonar».

Perante estes dados de adenopatia tráqueo-brônquica clínica e radiològicamente diagnosticada, teríamos imediatamente excluído a tuberculose como factor etiológico para atendermos ao da gripe se não fôssem as seguintes considerações:

Em 3 de Setembro somos chamados para observar uma senhora G. C. que havia dias regressara de Chaves, onde estivera passando uma temporada em casa de família. Fôra aí surpreendida por uma doença que se exprimia, entre ou-

tros sintomas, por diminuïção de apetite, tosse, temperatura febril, e que motivaram o seu regresso a Coimbra mais cedo. O exame clínico confirmado pelo resultado da investigação do bacilo de Koch, na expectoração, revelou-nos a tuberculose pulmonar.

Precisamente um mês depois, em 3 de Outubro, apareceu-nos na consulta M. A., uma criança de três anos pertencente àquela família e com quem em Chaves G. C. de perto havia convivido. Tinha tosse coqueluchiforme, quintosa, pertinaz; dispneia, febre 38-39°,5, diminuïção de apetite. Ralas húmidas à direita, em tôda a extensão do pulmão, mas com particular abundância atrás. CR positiva. Exame radioscópico mostrou no hemitórax direito a sombra hilar aumentada de volume com ramificações perihilares, principalmente para a base do pulmão.

Como a criança vomitava na ocasião dos acessos de tosse, foi fácil aproveitarem-se alguns escarros onde, por homogeneização se conseguiu, uma vez, encontrar o bacilo da tuberculose.

Esta criança foi manifestamente contaminada por G. C. Ora, G. C. é tia e M. A. prima de V. C. Os meses de Agôsto e Setembro passou-os G. C. em Chaves e V. C. na Figueira e em Coimbra; todavia, antes de Agôsto, tia e sobrinho, ambos vivendo em Coimbra, muito repetidas vezes se encontravam. Estes factos de que o acaso nos deu conhecimento obrigaram-nos a reservar o diagnóstico que seria pelo de tuberculose gânglio-pulmonar se não fôsse o resultado negativo da CR.

Aconselhamos o regime higieno-diético e a reobservação tempos depois, em 30 de Novembro. Então, bom apetite, aumento de $2^{kg.}$ de pêso; ausência de tosse e de quaisquer ruídos adventícios por auscultação pulmonar. Repete-se a CR que continua negativa. Exame radioscópico em tôdas

as posições não mostra sombras hilares anormais. Atendendo a que o exame radiográfico apresenta, na maior parte das vezes, maiores limites de sensibilidade que o exame radioscópico, requisitamos também o *cliché* que não faz senão confirmar a radioscopia.

A sífilis hereditária constitui também um factor etiológico das adenites do mediastino, não muito freqüente para que Hutinel e Vitry (1), em 1909, não dissessem, que os casos se contavam ainda; opinião que Nadal (2) na sua tese perfilha.

Entretanto alguns exemplos encontramos na literatura: Dufourt na sua tese de 1887 *L'adénopathie trachéo-bronchique syphylitique,* cita o caso duma criança heredo-sifilítica cuja adenopatia retrocedeu passadas algumas semanas de tratamento mercuro-iodetado.

Judelli, no *Jahrbuch für Kinderheilkunde,* de 1912, cita três crianças com adenite tráqueo-brônquica, com CR negativa e com R. de W. positiva.

Walenhofer, na mesma revista, em 1913, refere factos análogos.

Na estatística de Léon Bérnard, no grupo onde a CR foi negativa, dois casos houve onde a R. de W. foi positiva.

Nobécourt pondera a necessidade duma certa reserva no diagnóstico de adenopatia sifilítica, em doentes com CR negativa e R. de W. positiva, pois que outras associações podem existir. Num dos seus casos havia rino-faringite hipertrófica e o tratamento, feito pelo sulfarsenol, só parcialmente reduziu a intensidade dos seus sintomas o que, se não exclui o factor sífilis, também não diz que êle constituisse tôda a causa.

---

(1) Hutinel — *Les maladies des enfants,* 1909, tom. IV, pág. 405.

(2) *Loc. cit.*

Na nossa clínica privada pudemos colher uma observação sôbre cuja adenopatia julgámos não poder haver dúvidas, como dúvidas julgámos não existir quanto à interferência do espiroqueta de Schaudinn:

F. J. de 5 anos. Pais sifilíticos, sem outras doenças.

Desde alguns meses tem tosse teimosa que sèriamente o incomoda, motivo porque conduziram a criança para os subúrbios de Coimbra, à procura de melhor clima. Vêmo-la em 27 de Junho de 1927. Sintomas de raquitismo: aumento de volume das epifises dos ossos longos, rosário costal, hipotonia muscular, ventre volumoso, de batráquio. Tosse coqueluchoide, viva e pertinaz; tiragem costal à direita; estridor sobretudo expiratório. A auscultação revela síbilos generalizados com predomínio atrás, nos dois terços inferiores; discreta broncofonia vertebral desde a 1.ª vértebra cervical até à 3.ª dorsal. Exame radioscópico feito em 29 de Junho mostrou sombra hilar direita muito extensa com ramificações peri-hilares traduzindo fenómenos de peri-adénite. Temperatura normal. CR negativa.

Colocámos a hipótese de adenopatia sifilítica e só depois, inquiridos os pais neste sentido, tomamos conhecimento da sífilis paterna; mandamos proceder à R. de W. que a confirmou.

Oito dias depois, tentado de novo o tuberculino-diagnóstico, a criança ainda não reagiu. Repefido um mês depois obteve-se o mesmo resultado. Poderíamos excluir a etiologia tuberculosa. Prescrevemos então o tratamento anti-sifilítico pelo sulfarsenol e lactato de mercúrio. Uma semana depois, a tosse que se vinha arrrastando desde meses, zombando da mudança de clima que alguém aconselhara aos pais, desapareciam ou se atenuavam como acontecia para os sinais clínicos e radiológicos da adenopatia. Continuamos fazendo periòdica mente o tratamento antiluético e a última vez que o vimos, em Fevereiro, tomávamos conhecimento da sua saúde que era quási perfeita; pelo menos os sintomas da sua adenopatia não tinham voltado até então.

*

Certamente a reserva acima indicada subsiste para os casos da CR positiva. O resultado positivo da CR num doente com adenopatia tráqueo-brônquica não obriga a afir-

mar categòricamente que esta tenha para causa o bacilo de Koch, tão sòmente que, com tôdas as probabilidades, essa é a sùa origem.

Léon Bérnard (1) examinou crianças em período ante-alérgico, apresentando algumas imagens radiológicas que autorizavam a presunção de adenopatias tráqueo-brônquicas e que se não modificaram com o aparecimento da reacção alérgica; o que faz pensar na existência de adenopatias não tuberculosas em quem ulteriormente a tuberculose se enxertou.

A primeira coisa a fazer, perante a certeza dum aumento de volume dos gânglios mediastinais é uma CR à tuberculina. Se o resultado é positivo, tem-se uma probabilidade e não uma certeza, pois é possível numa criança tuberculizada haver uma adenopatia banal no mediastino.

Investiga-se então se há outra causa além da tuberculose que possa reivindicar a paternidade da adenite. Não se encontrando nada, será legítimo incriminar a tuberculose, principalmente se há na criança antecedentes bacilares ou há outras localizações da mesma natureza. Neste caso pode mesmo a suspeita erigir-se em certeza.

Se a CR é negativa e negativa ainda quinze dias depois da primeira prova, pode afastar-se a suspeita de tuberculose.

(Continúa)

João Pôrto.

---

(1) *Loc. cit.*

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

GONÇALVES (JOÃO)

(Cantor)

«Dom Joam &c faço saber a quamtos esta minha carta vyrem que havemdo eu respeito ao seruiço que me tem feito e faz Joham Glz, meu camtor, e ao que espero que me fara, querendolhe fazer merce, ey por bem e me praz, que elle tenha e aja de mim, de janeiro que pasou deste anno presente de quinhemtos xxxiij em diãte, em cada huũ anno, tres moios de tryguo de temça, em quanto minha merce for e lhe sejam pagos nas leziras de Villa Franca: pello que mando aos veedores de minha fazenda... Duarte Glz a fez em Evora a bij dias do mes de maio anno do nacimento de noso Senhor Ihũ Xº de mill e quinhentos xxxiij annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 19, fol. 113).

GONÇALVES (JOÃO JOAQUIM)

João Joaquim Gonçalves, natural de Lisboa, morador na rua das Praças, devia ter nascido por 1732, pois em 1769 allegava ter trinta e sete annos. Seus pais chamavam-se: José Gonçalves, já fallecido, e Ignez Maria de Mello. Era casado com D. Maria Liberata Crusse e exercia a profissão de mestre de musica.

Desejando passar-se ao Rio de Janeiro, afim de tratar de varias cobranças e negocios de sua casa, requereu em junho de 1769 á Junta do Commercio que lhe mandasse dar pas-

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 373.

saporte, — visto *ser português legitimo e não ser commissario volante, nem levar fazendas algumas.*

João Joaquim Gonçalves dá como testemunha abonatoria Ambrosio Amoreto com loja de bebidas na rua direita do Collegio dos Nobres, o qual assevera conhecer o suplicante ha doze annos.

Eis agora o seu retrato, segundo as breves linhas anthropometricas do passaporte:

Estatura menos da ordinaria, rosto e nariz compridos, olhos pardos, e uma cicatriz na testa e que uza de cabelleira.

O nome de João Joaquim Gonçalves não se acha inscripto no *Diccionario* do Sr. Ernesto Vieira.

«Dis João Joaquim Gonçalues profeçor de Muzica cazado com D. Maria Liberata Crusse de idade de 37 annos e morador na Rua das Praças, freguesia de Santos, filho legitimo de Jozé Guçalves, ja defunto e de sua mulher Ignes Maria de Mello, natural desta cidade de Lisboa e nella Baptizado que elle pertende passar para a cidade do Rio de Janeiro a tratar de varias cobranças e negocios de sua casa e pera haver o seu passaporte persiza licença desta Junta por ser portugues legitimo e não ser comisario volante nem levar Fazendas alguas o que comproua da Iustificasão junta. Pede ao Sr. P. e mais senhores sejão servidos fazer lhe a merce conceder a dita licença na forma do estilo.

«O suplicante de que trata a petição hé o mesmo, pello conhecer á mais de 12 annos o que juro aos Santos Evangelhos. Lisboa, 8 de Junho de 1769. — *Ambrosio Amoreto.*

«Ambrosio Amoreto que dis ser o mesmo suplicante de que trata a petiçáo retró, he o proprio pelo conhecer com loge de bebidas na Rua Direita do Colegio dos Nobres. Lisboa 8 de Junho de 1769 — *Ferreira.*

«Estatura menos de ordinaria, rosto e naris compridos, olhos pardos, e hũa cicatriz na testa, e que uza de cabelleira» (Torre do Tombo, *Junta do Commercio,* maço 30, n.º 54).

GONÇALVES DOS MARTYRES (ANTONIO)

Natural de Lisboa, filho de Gonçalo Gonçalves, tomado por tangedor de harpa no logar que vagou por fallecimento

de Francisco d'Escovar. Alvará de 16 de março de 1660. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 5, fol. 849 v.).

Harpista da capella real. Succedeu-lhe por sua morte fr. André da Costa.

Vide este nome.

GONÇALVES DOS SANTOS (PADRE JOSÉ)

Por fallecimento de Martinho Rodrigues Popino, foi nomeado, a 20 de novembro de 1736, organista da igreja matriz de Moura, d'onde era o agraciado.

«Dom João etc. Como Governador etc. Faço saber aos que esta minha provizão virem que tendo respeito a estar vaga a occupação de organista da Igreja de São João Baptista Matris da villa de Moura que he da dita ordem por falecimento de Martinho Rodriguez Popino e na pessoa do padre Joseph Gonçalves dos Santos da dita villa concorrerem todos os requisitos necessarios para bem servir a dita occupação o que tudo constou por informação do Juis da ordem da mesma comarca de Moura de que houve vista o Desembargador Procurador geral das ordens: Hey por bem e me praz que o dito padre Joseph Gonçalves dos Santos sirva de organista da referida Igreja em quanto eu o houver por bem e não mandar o contrario e haverá o mantimento proes e precalços que lhe pertencer e na mesma forma que havião seus antecessores: Pello que mando ao juis da ordem da comarca de Moura deyxe servir ao dito padre Joseph Gonçalves dos Santos a dita occupação dando lhe posse delle na forma costumada e lhe cumpra e faça cumprir esta minha provizão muito inteyramente como nella se conthem sendo passada pella Chancellaria da ordem, e valera como carta posto que seu effeito dure mais de hum anno sem embargo de qualquer outra ou regimento em contrario — Ellrey nosso Senhor, o mandou pellos Doutores, Frey Miguel Barbosa Carneiro e João Cabral de Barros — Deputados do despacho do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens: Francisco Ferreira de Araujo a fez em Lisboa Occidental aos vinte de novembro de mil settecentos e trinta e seis annos, Feliciano Velho Aoldemberg a fez escrever ‖ Frey Miguel Barbosa Carneyro ‖ João Cabral de Barros». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 28, fol. 471 v.).

Vide *Silva (José Antonio)*.

GOUVEIA (BERNARDO DE)

João Serrão de Macedo era tangedor do orgão da igreja de S. Thiago de Cesimbra e estava exercendo o cargo pelos annos de 1608. Sendo já velho e tendo um filho por nome Bernardo de Gouveia, que se queria ordenar, renunciou n'elle o dito cargo.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que por inuiarem pedir per sua carta os officiaes da camara da villa de Sezimbra e vista a informação que se ouue do prouedor da comarca da uilla de Setuual, por que constou João Serrão de Macedo, clerigo, seruir de tangedor dos orgãos na igreja e freguesia de Santiago da dita villa de Sezimbra com se lhe darem per minha prouisão cada anno doze mil rs pagos na renda da impossição della não prejudicando aos dozentos mil rs que na dita renda estão aplicados para a fortaleza da mesma villa, capitão e officiaes nem a outras ordinarias comcedidas tambem per prouisões mais antigas –s– dez mil rs por tanger os orgãos na dita igreja aos domingos e festas principaes e dia dos apostolos de todo o anno, e dous mil rs por tanger todos os sabados na missa cantada que se diz na dita igreja a Nossa Senhora da Vitoria, como tudo assi se declarava na dita prouisão, e ter o dito João Serrão, sendo casado, hum filho de sua molher per nome Bernardo de Gouuea, que sabia tanger orgãos, e que o dito seu pai queria renunciar o dito partido por aver muitos anos que seruia e ser já velho e quereredo os officiaes da dita camara por ser virtuoso e muito bem acostumado e tratar ora de se ordenar de ordens sacras e seruir a maior parte do tempo pello dito seu pai o mesmo partido, e estar o pouo satisfeyto do dito Bernardo de Gouueia, ey por bem, e fazendo o dito João Serrão desistencia, e renunciação do dito partido no seu filho, se lhe de na forma em que se da ao dito João Serrão e com as mesmas condições e obrigações... Pero de Seixas o fez em Lix.ª a xix de dezembro de mil bj^{c}biij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe II, Doações*, liv. 21, fol. 93).

GOUVEIA (FR. SIMÃO DOS ANJOS DE)

A cadeira de Musica na Universidade de Coimbra, com a série chronologica dos seus professores, deve fornecer

um capitulo interessante para a historia da musica em Portugal.

Fr. Simão dos Anjos de Gouveia fôra da ordem de S. João Evangelista (Loyos) e estava provido n'uma capellania da Universidade. Tinha exercido diversos cargos relativos á sua especialidade e entre elles o de mestre da Capella do Hospital de Todos os Santos de Lisboa. Havia nove mezes que residia em Coimbra á espera da vacatura da cadeira de musica e estando esta vaga de poucos dias, requereu que lhe fosse feita mercê d'ella, visto ser consumado na sua arte, pedindo ao mesmo tempo, que fosse augmentado o numero dos votantes. O reitor da Universidade informou desfavoravelmente, pois embora reconhecesse que não era destituido de merito, não o considerava tão eminente que se lhe desse a cadeira de mercê. A Meza de Consciencia e Ordens, em 29 de novembro de 1611, conformou-se com este parecer e com o de se augmentar o numero de votantes. Por estas razões Fr. Simão dos Anjos não chegou, creio eu, a ser investido no cargo.

«Fez petição a Vossa Magestade nesta mesa Simão dos Anjos de Gouvea, em que relata que averá nove meses que reside na Universidade de Coimbra, esperando a vacatura da cadeira de musica, que ha dias está vaga, sem se fixarem editos, por aver duvida na qualidade e pesoas dos votos e se temer que, vagando a dita cadeira e prouendose em concurso seja possivel ser prouida em pessoa que não tenha as partes que conuem á cadeira e Uniuersidade, por serem os vottos que os statutos assinaram poucos, dos quaes a maior parte não tem conhecimento de musica nem de suas theoricas para poder eleger o cathedratico que conuem, e porque elle he consumado em musica e além de ter seruido em outros cargos de mestre, o foi já da capella do hospital de Vossa Magestade desta cidade e tem todas as mais partes que convem para reger aquella cadeira. Pede a Vossa Magestade, ou lhe faça merce da dita cadeira, achando-se que tem as partes que diz, ou seja seruido que aos vottos que pelos statutos são ordenados para votarem no concurso se acrecentem todos os religiosos ouuintes da theologia, que são as pessoas que na

Universidade podem fazer a eleição que convem para a Universidade ser bem seruida.

«Informou o Rector da Universidade que o dito Simão dos Anjos foi religioso de S. João Euangelista e he virtuoso e recolhido e que está actualmente prouido em hua capellania da Uniuersidade, e ainda que tem todas as ditas partes, não he tão eminente que se lhe possa dar esta cadeira de merce, e que neste ponto lhe parece que Vossa Magestade o deue mandar escusar, e que tambem lhe parece que he muito justo que Vossa Magestade dispense no statuto e mande que votem todos os theologos, porque nesta forma se prouerá melhor a cadeira que lembra ha muitos tempos está vaga e he necessario prouerse com brevidade e só espera resolução de Vossa Magestade.

«Pareceo que a cadeira de Musica que o dito Simão dos Anjos pede de mercê deue Vossa Magestade mandar se lhe não dee e se vague *(sic)* na forma dos statutos pelas razões que o Rector aponta; e quanto a hauerem de ser vottos nesta vacatura os religiosos cursantes na faculdade de theologia, sem embargo de não serem licenceados em artes e o statuto da Uniuersidade requerer que nos vottos concorra pelo menos este grao, consideradas as utilidades que resultão sendo maior o numero dos vottos e de o serem religiosos que só tem sciencia na musica para poderem julgar quoal de o subjeito mais capaz e benemerito da cadeira, o que nos mais vottos de ordinario não concorre.

«Parece deue Vossa Magestade mandar que os religiosos sejam admittidos a votar, não só no prouimento desta cadeira, que de presente se espera, mais em todas as mais que succeder semelhante vacatura da cadeira de musica e que nesta forma se entenda o statuto, por não ser de inconueniente algum faltar aos religiosos o grao de licenceado em artes, por quanto o mesmo statuto que em todos os estudantes de Theologia requere absolutamente o dito grao para poderem ser admittidos a tomar os mais graos da faculdade de Theologia, nos religiosos declara que sem embargo de lhe faltar o grao de licenceados em artes sejão admittidos e que baste trazerem todo o curso ouuido de suas religiões e sendo neste ponto tão substancial os religiosos exceptuados aos mais estudantes seculares, só por utilidade sua justo é que o sejão tambem em estoutro, em que a utilidade não he sua mas do ben publico da Universidade e para melhor provimento da cadeira. Em Lisboa a 29 de novembro de 1611. D. Francisco de Castro. Padre Domingos Ribeiro Cre. J. Ferreira, Belchior Dias Preto, Gaspar Pereira». (Torre do Tombo, *Mesa da Consciencia e Ordens*, registo de Consultas de 1611 a 1613, n.º 44 de ordem, fol. 143 v.).

GUARDA (FRANCISCO DA)

Mestre da capella e tangedor de orgãos do convento de Palmella, da Ordem de S. Thiago. Serviu por mais de trinta annos este cargo, alem de outros conventuaes, em que cegou de um olho. Tendo sido provido n'um priorado, ao fim de dois annos o largou por ordem de Sua Magestade, pelo que requereu a el-rei que o aposentasse, attendendo aos seus longos serviços. A petição foi á Mesa da Consciencia e Ordens, que exarou parecer favoravel, opinando que se lhe dessem vinte mil reaes á custa das annatas, com o que se conformou o poder real. Tudo isto consta do requerimento do supplicante e da informação da Mesa, documentos, que se acham registados a fl. 160 das Consultas do mesmo tribunal e são do teor seguinte:

«Francisco da Guarda, freire conuentual do conuento de Palmella da ordem de Sanctiago fes pitição a V. Mag.de nessa corte, em que dis que ha trinta annos que serue o conuento de mestre da capella e tangedor dos orgãos e de celeireiro tres annos e outros tantos de recebedor da fabrica, dando sempre de sy boa conta e que prouendo o V. Mag.de de hum priorado estando elle somente dous annos lho mandou largar e que tornasse a seruir no dito conuento como fes, no seruiço do qual cegara de hum olho, pello que, e por ser velho e enfermo e não poder com o seruiço do dito conuento, pede a V. Mag.de lhe faça merce de o aposentar com renda bastante pera sua posentação paga na fabrica do cõnuento ou nas rendas das comendas de Ribatejo, que são da mesa mestral.

«A dita pitição mandou V. Mag.de per carta sua de 10 de Abril deste presente anno vissemos nesta mesa e do que se nella asentasse fizessemos cõsulta, e vista ella e a informação que ouuemos do bom seruiço que o dito Francisco da Guarda tem feito no dito conuento, onde perdeo hum olho e estar velho e enfermo como diz em sua petição, e poder mal comprir com o cargo de mestre da capella e tangedor dos orgãos que serue.

«Nos parece que V. Mag.de deue ser seruido fazerlhe merce de o apo-

sentar com vinte mil rs de tença em cada hum anno no recebimento do dinheiro das meas anatas da dita ordem como se costuma dar as pesoas della que a tem seruido como foy Cristouão Rodrigues e João Fernandes Barregão, e outros, e que a sua ração e cargo se proueja logo em pesoa que cumpra com as obrigações delle e do dito conuento como he necessario pera seruiço do culto diuino. Em Lixboa 22 de junho de 1607 annos. Domingos Ribeiro Cirne. Inacio Ferreira. Á margem: Em carta de sua Mag.de de 21 de agosto de 1607.

«hua sobre Francisco da Guarda, mestre da capella e tangedor dos orgãos do conuento de Palmella, e visto não estar em idade para poder continuar a occupação de seu officio hei por bem que seja aposentado e haja de aposento vinte mil rs de tença cadano, pagos no dinheiro e recebimento das meas anatas da ordem de Sanctiago e que o seu cargo se proueja em outra pesoa sufficiente pera bem o servir ficando de foro a reção que tinha de conuentual por quanto mando que este por prouer como o tenho ordenado ate se pôr em efeito a reformação do dito conuento.

«Pasou se portaria em 17 de nouembro de 1609».

GUERREIRO (GREGORIO)

(Musico)

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que auemdo respeito a boa informação que tenho da vos e sufficiemcia de Gregorio Guerreiro, tiple de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce de dous moios de trigo de tença cadanno em comformidade do que pello Regimento prometto, os quais comesara a vemcer de trimta e hum dias do mes de outubro deste anno presente de mil e seis cemtos e tres em diamte, em que lhe fis esta merce, e os auera em quanto seruir em minha capella, e mãodo ao conde de Linhares, meu muito amado sobrinho, do meu conselho do estado e vedor de minha fazemda, que lhe faça assemtar os ditos dous moyos de trigo no liuro della e despachar cadanno pera lugar omde delles aja bom pagamento com declaração que lhe serão pagos com certidaõ do deam da dita capella de como elle Gregorio Guerreiro serue nella e pera firmesa de todo lhe mãodei dar esta carta por mim assinada e asellada com o meu sello pemdemte. João Alves a fez em Lixboa a vimte e hum de nouembro de mil e seis cemtos e tres. Sebastião Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 14, fol. 78).

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que avendo respeito aos seruiços que me fez Grigorio Guereiro, tiple de minha capella, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de dez mil rs de tẽça cadanno, ẽquanto nã for prouido de beneficio ou pẽsaõ, os quaes comecará vẽcer de quatorze dias doutubro deste anno presente de bj^{e} e oito (1608) em diante, em que lhe delles fiz merce e lhe seraõ pagos com certidaõ do meu capellaõ mor de como serue autualmente e nam he prouido de beneficio ou pẽsam e por tanto mando a dom Esteuaõ de Faro, do meu conselho de estado e vedor de minha fazenda que no liuro della lhe faça asẽtar os ditos dez mil rs de tença e do dito tempo em diante despachar cada anno em parte onde lhe sejaõ bem paguos, e por firmeza do que dito he lhe mãdei dar este por mym asinado e sellado do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xx dias de nouẽbro anno de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mil bj^{e} e oito». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 23, fol. 60 v.).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito ao muito tempo que Gregorio Gereiro, capelaõ cantor da minha real capela, tem continuado no serviço e ter servido nela com satisfação e estar ya velho e yndisposto pera servir, ei por bem e me praz de lhe fazer merce de o aposentar com cem mil rs de penção das que se reservaõ pera o recebimento da capela nas ygrejas vagas do padroado de minha coroa, e tanto que começar a vencer os ditos cem mil rs de pensaõ e corerem por elle cesara e se lhe naõ pagara mais o ordenado e tença e dinheiro e moyos que tem com o serviço da real capella e por seu falecimento ficaraõ os ditos cem mil rs ymcorporados no resebimento da mesma capella onde avera seu pagamento em dias de sua vida; pello que mando que este alvara se cumpra ynteiramente como nele se comthem sem duvida nem embargo algum, o qual me praz que valha como carta sem embargo da ordenaçaõ em contrario. Pedralũez dAlmeida o fez em Lixboa a vimte e quatro de yaneiro de mil seis centos e dezoito. Manoel Fagundes o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 42, fol. 18 v.).

GUERREIRO DE GUSMÃO (FR. ANTONIO)

Achando-se provido no logar de mestre de capella da Ordem militar de S. Bento de Aviz e não podendo tomar o habito della, por defeito de mechanica por parte de seus

avós maternos, foi-lhe dispensada essa falta de qualidade por Alvará de 9 de maio de 1729.

No mesmo anno, a 11 de agosto, foi-lhe passada carta de quitação de 15$000 de meia annata, relativa á meia ração em que se achava provido, pelo respectivo prior-mór, com o cargo de mestre de capella.

Seguem os documentos:

«Eu El-Rey como Governador etc. Faço saber aos que este meu alvará virem que tendo respeito a Antonio Guerreiro de Gusmão estar aceyto por Freire conventual da ditta ordem no lugar de Mestre de capella della, e na forma dos Deffinitorios não poder tomar o habito da mesma ordem sem dispensação minha na mechanica, que lhe rezultou de suas inquirições por parte de seus Avós maternos e havendo respeito outro sim ao que constou por informação do Reverendo Prior-mór do dito convento e ter o ditto Antonio Guerreiro de Gusmão os mais requezitos necessarios conforme os diffinitorios da mesma ordem: Hey por bem e me praz dispensar cem elle na dita falta de qualidade, que lhe rezultou por parte de seus Avós maternos para que possa receber o habito de Freire conventual do dito convento visto ser bom mestre para a capella delle, e necessitar de quem occupe este lugar, e este se cumprirá sendo passado pella chancellaria da ordem e valerá como carta posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de qualquer outro ou regimento em contrario. Lisboa Occidental nove de Mayo de 1729 annos — Rey — Antonio Luis de Azevedo Coutinho o fez escrever. Francisco Ferreira de Araujo». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 27, fol. 443.

«Dom João, etc., como Governador, etc. Faço saber aos que esta minha carta de quitação virem que Fr. Antonio Guerreiro Freire conventual do Convento da dita ordem me fez certo como tinha pago e entregue a Frey Francisco Caetano Pereira executor e recebedor das meias annatas da mesma ordem por mãos do seu Procurador o Doutor Fr. Manuel Galvão da Fonseca a quantia de 15$000 réis que devia da meia annata do lugar de meia ressão em que se achava provido pello Reverendo Prior mór do dito convento e Ordem com o cargo de Mestre da mesma Capella que lhe foram carregados no livro decimo do seu recibimento a fl. 144 v. como se vio de hun conhecimento em forma assignado pello sobredito Procurador em vertude do qual e por firmeza de

tudo lhe mandey dar esta carta por mim assignada e sellada com o sello da dita ordem por que hey por quite e livre ao dito Fr. Antonio Guerreiro da dita meia annata para que possa gozar e uzar de todas as graças privillegios e liberdades que Pella Santa Sé apostolica são concedidas, e outorgadas aos Freires da dita Ordem e o conhecimento do que assima se faz menção foi roto ao assignar desta. Lisboa Occidental onze de Agosto de 1729 annos. — El-Rey — Antonio Luiz de Azevedo Coutinho a fez escrever. Francisco Ferreira de Araujo a fez. (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 28, fol. 20).

GUILHERME (MESTRE)

Por carta de 28 d'abril de 1512, D. Manuel apresentou na egreja de Sam Mamede, da cidade de Lisboa, a *mestre Gylhelme, noso cantor,* a qual egreja estava vaga pelo fallecimento do prior Alvaro Dias. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel,* liv. 7, fol. 21 v.).

GUIMARÃES (GASPAR ALVARES)

(Charamella)

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito ao que na petiçaõ atras escrita diz Gaspar Alurẽz Guimaraẽs, mestre de hum quaterno de charamellas, e visto as cauzas que alega, e reposta que deraõ os officios *(sic)* da camara da cidade da Guarda, que foraõ ouuidos sobre o conteudo na dita petiçaõ, e informaçaõ que se ouue do corregedor da comarca da dita cidade e seu parecer, ei por bem e me praz que os ditos officiaes da camera lhe dem os oito mil rs cada anno, que se davaõ aos trombeteiros, que ja naõ ha, pagos das rendas do conselho da dita cidade, naõ entrando nelles minha terça, com obrigaçaõ de tanger com os mais companheiros nas prociçoẽs e mais obrigaçoẽs da dita camara como ate gora o tem feito, e pello trellado deste aluara e conhecimento do dito Gaspar Alurẽz e seus companheiros de como receberaõ em cada hum anno os ditos oito mil rs seraõ leuados em conta a pesoa ou tehº (?) que lhes pagar por ordem dos ditos officiaes da camera, aos quaes mando e as mais justiças, a que o conhecimento desto pertencer que cumpraõ e guardem este aluara como nelle se cõtem, que sera registado no liuro da dita camara, o qual quero que ualha como

carta sem embargo da ordenaçaõ do 2º liuro titolo 40 que o contrario despoem. Francisco Ferreira o fez em Lixboa a noue de outubro de mil e seis centos e uinte e quatro. João Trauasos da Costa o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 11, fol. 212 v.).

GUIMARÃES (JOÃO DE)
(Cantor)

«Dom Ioham &c A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que a nos disserã ora que Fernã Teixeira, thesoureiro dos residoos em o arcebispado de Lixboa, tynha fectos taaes herros em seu oficio per que com direito o perdera e nos o podiamos com direito dar a quem nossa mercee for, dos quaees herros que assy tem fectos alguus delles som estes que se seguem -s- que leuou de peita a Fellis Pereira mil e quinhentos rs per Fernã de Molym mercador e a Fernãdianes, bacharel, herdeiro de Rui Vieira, tres mil rs, e mais leuara de peita a Mẽdo o pobre tres mil rs e isso meesmo a Isabellanes, morador em Sam Migell mil e oytocẽtos rs sem espriuã e que leuara outro espriuão fallsso sem seer conhecido, e assy outros muitos herros pella quall rezã, se assy he como a nos disseram, per bem das hordenaçoẽs em tall caso fectas, o dito Fernã Teixeira perde pera nos o dito oficio e nos o podemos com direito dar a quem nossa mercee fosse, e ora querẽdo nos fazer graça e mercee a Johã de G.ees nosso cãtor, teemos por bem e fazemoslhe mercee do dito oficio quanto a nos de direito pertence e com direito o dar podemos. E porem mãdamos ao juiz dos ditos residos e a todollos nossos corregedores, juizes e justiças, officiaaes e pessoas, a que pertencer o conhecimento desto e esta nossa carta for mostrada, que sẽdo perante elles citado e ouuido o dito Fernã Teixeira e partes a que pertencer &c em forma. Dada em Santarem a ij dias dabrill ElRey o mãdou per dom Joham dAlmeida do seu cõsselho e vedor da sua fazenda — Thome Lopez a fez de mil e iiijᶜlxxxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv, 23, fol. 30 v.).

«Escudeiro de nossa casa, nosso cantor — Nomeado escrivão do almoxarifado do paço da madeira da cid.de de Lix.a asy como até aqui o fora p̃ carta de D. João II x dabril 1496». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 33, fol. 64 v).

«Dom Manuell &c A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte de Joham de Guimarães nos foy apresemtada huũa carta

de que o theor tal he ¶ Dom Aº per graça de Dª Rei de Castella, de Liam de Purtugall, de Tolledo e de Galiza, de Seuilha e de Cordoua e de Murça e de Jaem e dos Algarues daquem e dalem maar em Africa e dAljezur e de Giballtar, senhor de Bizcaya e de Molina, a quamtos esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito ao muito seruiço que asy nestes meus regnos de Castella e nos de Purtugall e dAfrica tenho recebido de Joham de Guimaraees, meu escudeiro e meu camtor, queremdolho em alguũa parte gallardoar, e asy por lhe fazer graça e mercee, tenho por bem e me praaz que elle tenha e aja de my, deste janeiro que uem de iiijᶜlxxbj em diamte, de temça, em cada huũ anno, em quanto minha merce for, cimquo mill e quatrocemtos rs bramcos da moeda dos meos reinos de Purtugall e esto em comtemtamemto e satisfaçã de seu seruiço e casamemto sem elle nem seos herdeiros auerem outra satisfaçom nem casamẽto, hos quaes dinheiros lhe serã asemtados nos liuros de minha fazemda dos ditos reinos de Purtugall, homde delles em cada huũ anno auera desẽbargo pera omde lhe sejam bem pagos, e por certidã dello lhe mamdei dar esta carta per mim asynada, sellada do meu sello. Dante em a minha cidade de Çamora a xxb dias doutubro — Gº Roiz a fez — ano de mil e iiijᶜlxxb anos». Pedindonos o sobredito por mercee que lhe comfirmasemos asy a dita carta e visto per nos seu requerimento, queremdolhe fazer graça e mercee teemos por bem e lha comfirmamos, auemos por comfirmada, asy e na maneira que se nella comtem, e mãdamos que tam imteiramemte se cumpra e guoarde. Dada em a nosa cidade dEuora a xxij dias do mes de nouembro — Amdre Diaz a fez — de mill iiijᶜlRbij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 28, fol. 44 v.).

HABEL (CARLOS AUGUSTO)

«Falleceu hontem o sr. Carlos Augusto Habel com 79 annos, natural de Neustadt (Saxonia), bem conhecido fabricante e afinador de pianos, e um dos caracteres mais leaes que temos conhecido. Habel veio para Lisboa em 1849, com tenção de seguir para a America do Norte, mas a instancias de E. V. Wagner aqui ficou e formaram sociedade que durou alguns annos, e muitos pianos então fabricados pela firma Wagner e Habel, ainda se encontram em muitas casas, apesar de tantos annos decorridos.

«Habel era incontestavelmente o nosso melhor fabricante de pianos e um trabalhador infatigavel, pois apoz a dissolução amigavel da socie-

dade com Wagner, ainda construiu muitos pianos, e pena é não deixar ninguem que o substitua.

«O seu funeral realiza-se hoje no cemiterio allemão». (*Diario de Noticias*, de 17 de Junho de 1902).

HAUPT (AUGUSTO FREDERICO)

«Joanna Maria Haupt, José Joaquim Cardoso d'Almeida, Amelia Haupt Pons, seu marido e filhos, Maria Adelaide Haupt d'Almeida Salgado, seu marido e filhos cumprem o doloroso dever de participar a todos os seus parentes e pessoas das suas relações o fallecimento de seu presadissimo cunhado e tio Augusto Frederico Haupt, saindo o prestito funebre da casa da sua residencia, rua da Gloria, 75 (á Avenida), 2.º, hoje, 17 do corrente, pelas 11 horas da manhã, para o cemiterio oriental.

«Esperam lhe honrem este acto com a sua presença. Não se fazem convites especiaes pela consternação em que se acham». (*Diario de Noticias*, de 17 de Janeiro de 1897).

TESTAMENTO

«O sr. Augusto Frederico Haupt, 1.º official da secretaria da camara municipal e musico da real camara, que falleceu no dia 15, na sua casa da rua da Gloria, 75, deixou testamento datado de 23 de outubro de 1893 e approvado nas notas do tabellião José Maria Silveira da Motta, no qual declara ter nascido em 23 de dezembro de 1839, e ser natural e baptisado na freguezia dos Martyres, d'esta cidade.

«Faz as seguintes disposições:

«Deixa a sua sobrinha D. Amelia Haupt de Araujo Pons, casada com o sr. Charles Pons, filha de seu fallecido irmão José Frederico Haupt, oito obrigações do emprestimo de 1888, do juro de 4 %, com premios.

«A sua sobrinha Maria Adelaide de Almeida Salgado, casada com Manuel Marques Salgado, filha de sua fallecida irmã D. Carolina Rosa Haupt, oito das referidas obrigações do emprestimo de 1888.

«Deixa á sua criada Gregoria de Jesus, exposta da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade, quatro das ditas obrigações de 1888, se á data do seu fnllecimento ainda estiver ao seu serviço.

«A D. Maria Jesuina da Conceição Marques, o seu relogio inglez de cima da mesa, com doze minuetes.

«Deixa a D. Palmyra da Conceição Marques Maia, filha d'aquella senhora o seu toilette com espelho e pedra e todos os seus pertences.

«Institue por unica e universal herdeira do remanescente de todos os seus bens, direitos e acções, havidos e por haver, a D. Marianna Clara Gazul, como prova de gratidão pelos favores que da melhor vontade lhe dispensou nos lances mais afflictivos da sua vida, rogando-lhe a fineza de distribuir a cada um dos seus seis sobrinhos, á sua vontade, um objecto de seu uso.

«Deseja que o seu funeral seja decente, mas o mais modesto possivel, com o qual se não deverá dispender mais do que a importancia total das quantias que para esse fim abonarem as associações: Monte-pio Philarmonico, Pelicano, Empregados do Estado e Monte-pio Esperança, a que pertence e que calcula em 50$000 réis.

«Deseja que lhe sirva de mortalha o seu fardamento de musico da real camara».

HENRIQUES (JAQUES)

Musico da camara. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João V, Registo de Mercês*, 1.º, 264).

HENRIQUES (JOÃO)

Hamburguez e artista de merecimento na sua especialidade — construcção de orgãos. Descrevendo a egreja do Carmo, de Lisboa, fr. Manuel de Sá dá-nos a seguinte noticia:

«Sobre o nicho da Senhora está hum Orgão que assim nas vozes como no ornato de talha, he dos mais singulares desta corte. O Mestre João Henriques, Hamburguez de nação e Catholico Romano, o fez no anno 1722 e o Padre Presentado Fr. Joseph de Jesus Maria, Commissario que foy da Veneravel Ordem Terceira, lhe deu dous contos de reis, e hum lhe fez de despeza o dourado, e os ditos tres contos adquirio de esmola dos seus Sermoẽs». (Fr. Manuel do Carmo, *Memorias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, tom. 1.º, pags. 117, 118).

HEREDIA (MANUEL FERREIRA DE)

Manuel Ferreira de Heredia, filho de Diogo Ferreira de

Heredia, estivera durante oito annos e nove meses na praça de Mazagão, onde se portára valorosamente como bom cavalleiro, não deixando nunca as suas armas de se assinalarem nas occasiões mais criticas. Por estes serviços foi-lhe feita mercê do habito de Christo, com a tença de oito mil reis para seu filho Felisberto Seguier de Heredia. Procedeu-se, como era de costume, ás respectivas provanças e reconheceu-se, — oh! caso grave! — que havia um impedimento quasi insanavel.

Manuel Ferreira de Heredia possuia a par de boas qualidades individuaes e de familia um defeito, que lhe empanava os louros de brioso soldado: era um excellente tocador de viola, exercitando as suas prendas nas festas reaes e até por vezes havia ido ao paço para dar lições a Suas Magestades e aos infantes. Fóra das festas palacianas Heredia não ostentava a sua *virtuosidade* se não em casos excepcionaes e gratuitamente. Ao menos assim o alegava. Isto constituia pecha de *mecanico* e por conseguinte inhabilidade. O filho, porém, não se deu por vencido nem por convencido e defendeu com denodo a sua causa e os seus interesses.

A consulta á sua petição foi benevola, atendendo a que a tal culpa *mecanica era uma só e não sordida.* Felisberto Seguier Heredia conseguiu, portanto, lançar aos hombros o habito de Christo.

O snr. Ernesto Vieira no seu *Diccionario* (verbo *Heredia*) consagra um artigo a uma familia de musicos hespanhoes, que vieram para Lisboa na segunda metade do seculo XVIII, e que se conservaram aqui, propagando-se a sua descendencia até os nossos dias, sendo seu actual representante o snr. Antonio Heredia, fundador do bairro do seu nome, proximo da Cruz da Pedra, na estrada de Bemfica.

Este titulo é improprio, pois o bairro consta de uma só rua, hoje denominada *Duarte Galvão*, e nella tem a sua modesta residencia o auctor destas linhas.

Dou em seguida os documentos relativos ás duvidas suscitadas pela concessão do habito de Christo a Felisberto Seguier de Heredia:

«Senhor. — A Felisberto Seguier foi V. Mag.de servido fazer mercê do habito da ordem de Christo e das provanças que se lhe fizerão para o poder receber constou ter as partes pessoaes e limpesa necessaria: Porem que seu Pay foi e he Mestre de violla nas muzicas desta côrte e por este impedimento se julgou não estar capás de entrar na ordem de que se dá conta a V. Mag.de como governador e perpetuo Admenistrador della, na forma que despoem os Deffiniterios. Lisboa Occidental 12 de setembro de 1725. — Dr. Alexandre Ferreira — João Cabral de Barros — João Correa de Abreu — João Guedes de Sousa».

«Senhor — Dis Felisberto Siguier de Heredia que para certos requerimentos que tem lhe he preciza hua certidão da Portaria dos servissos que seu Pay Manuel Ferreira de Heredia fes na sua Praça de Mazagão em satisfação dos quaes se deo ao supplicante o habito de Christo com 8$000 réis de tença. P. a V. Mag.de lhe faça mercè mandar que o escrivão de Africa lhe passe a dita certidão na forma que pede. E. R. M.».

A folhas 84 do livro das Portarias que serve no Conselho da Fazenda na Repartição de Africa está registada uma da qual o theor é o seguinte:

«Por regulação de sua Magestade de 30 de abril de 1720, em consulta do despacho de Africa do Conselho de Fazenda: El-Rey nosso Senhor tendo respeito a Manoel Ferreyra de Aredia, filho de Diogo Ferreira de Aredia haver servido na Praça de Mazagão de cavalleyro espingardeiro, e capitão de huma das cinco guardas do campo, outto annos nove mezes, continuados do primeyro de Agosto de 1672, thé fim de abril de 1681 procedendo sempre, com boa satisfação e valor em todas as occazioens de guerra, ajudando a matar e captivar muitos Mouros, sendo escolhido para as de mayor perigo e obediente aos seus officiaes mayores: Em satisfação de tudo ha por bem fazer-lhe mercè para seu filho Felixberto Siguier de 8000 reis de tença com o habito da ordem de nosso Senhor Jesus Christo no Almoxarifado da Praça de Mazagão: cujo vencimento lhe comessara a correr de 30 de abril proximo

passado em que lhe fes mercè. Lisboa Occidental 18 de marso de 1720. — Jorje Luiz Teixeira de Carvalho ».

E á margem do Registo da dita Portaria está posta uma verba do theor seguinte: «Em o primeiro de Junho d'este anno de 1725 passou padrão a Felisberto Siguier dos 8$000 reis de tença com que foi respondido por esta portaria. Lisboa Occidental dito dia».

« Senhor. — Das provanças que se fizerão a Felisberto Siguer para receber o habito da ordem de Christo constou que seu Pay foi, e he Mestre de violla nas muzicas desta corte, e por este impedimento se julgou não estar capás de entrar na ordem, do que dandosse conta a V. Mag.de pela consulta inclusa foi V. Mag.de servido mandar responder que estava bem. Recorreo a V. Mag.de com hua petição em que pedelhe faça merce dispençallo no dito impedimento allegando que o dito seu Pay fora cantor de violla da capella real por Alvará de V. Mag.de e por vezes fora a real presença de V. Mag.de dar lhe lição e aos senhores Infantes, como se via do Alvará original (1) e cartas que aprezentaua e fóra das festas da mesma cappella não tocava violla e se o fez em algua particular não foi per sallario mas instado de pessoa de autoridade a que não poderia faltar, cujo exercicio parecia não ser mecanico e ha muitos annos que não toca o dito instromento pellos muitos que tem de idade com achaques, e que o mesmo seu Pay serviu a V. Mag.de na praça de Mazagão, de cavaleiro espingardeiro e cappitão de hua das cinco companhias da guarda dos campos com a satisfação e valor que constava da certidão incluza sendo escolhido para as occaziões de mayor perigo por cujos serviços foi o suplicante deferido com a dita merce do habito, sendo os serviços feitos contra os infieis, matando e ajudando a matar muitos se faz por esta qualidade de serviços mais justificado seu requerimento alem de que como são de Pay se reputarão proprios e elle supplicante por si, sua May, e todos os avós ter a necessaria qualidade. E por V. Mag.de mandar que a dita petição se veja neste Tribunal constando o que parecer, sem embargo das ordens em contrario sendo tudo visto pareceo que V. Mag.de faça merce ao supplicante de lhe conceder a graça que pede, visto os serviços porque foi defferido com o habito,

(1) Não se encontra este alvará.

serem de seu Pay e feitos em Africa, os quaes se reputão proprios e a mecanica hua só e não sordida. Lisboa Occidental 31 de Outubro de 1725. — O Duque Estribeiro Mor — D. Lazaro Conego da R. Igreja Patriarcal — Miguel Barbosa Carneiro — João Cabral de Barros — Dr. Alexandre Ferreira — João Correa de Abreu — João Guedes de Sousa ». (Torre do Tombo, *Habito da Ordem de Christo*, F. maço 33, n.º 34).

(Continúa).

Sousa Viterbo

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso 100

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 79.º

4.ª SERIE — VOLUME 8.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

O carácter amoroso da lírica de João de Deus e a mentalidade portuguesa, por Feliciano Ramos 419
Novo documento inédito sôbre Uriel da Costa, por A. de Magalhães Basto..... 442
Chivalry — A series of studies to illustrate its historical significance and civilizing influence by members of King's college, London edited by Edgar Prestage — Camões professor, por D. Thomaz d'Almeida Manoel de Vilhena..... 455
Gomes Freire de Andrade, por João Jardim de Vilhena 462
Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. Corrêa da Silva 471
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 511
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 529

O CARÁCTER AMOROSO DA LÍRICA DE JOÃO DE DEUS E A MENTALIDADE PORTUGUESA

A poesia de João de Deus, como tôdas as coisas humanas, teve a condicioná-la agentes naturais cuja investigação exaustiva não poderia caber no âmbito acanhado duma conferência.

Agora propondo-me tam sòmente delinear uma tentativa de explicação da obra do poeta, direi desde já que a sua condição de meridional, o meio de Coimbra em vários de seus aspectos, a psicologia, a educação religiosa e finalmente uma particular estética poética, são dados que nunca deixarão de ser lembrados ao estabelecer-se a génese do *Campo de Flores*.

Ao defrontar-nos com as produções dêste lírico a nota artística que primeiro fere a sensibilidade é, sem dúvida, a da frescura e da simplicidade. A velha poesia de gabinete, envolta nas faixas dum cansado academismo, pejara por muito tempo a literatura clássica, refractária em demasia aos ares puros da vida real.

As intensas propensões para a realidade, tam patentes na literatura quinhentista, atrofiaram-se em absoluto, no campo da poesia, no decorrer do século XVII e com pouquíssimos descontos êste estado de coisas mantinha-se no século seguinte. Êste naufrágio de realismo de conseqüência tam perniciosas para a arte literária de Portugal não foi irremediável para o lirismo, o qual, por meados da primeira metade do século e sob a influência de escritores como Garrett e Her-

culano, ìntimamente identificados com os novos ideais românticos, intenta o primeiro esfôrço de rejuvenescimento, e então, com os vividos enleios sentimentais das *Fôlhas Caídas* e a gravidade melancólica e voluntariosa do lirismo do romancista do *Eurico*, uma réstea de claridade vem iluminar a lírica portuguesa, sem contudo conseguir preservá-la da letargia ultra-romântica e da secura poética de Castilho.

É que o romantismo português, que não conseguira varrer do seio da poesia os elementos dogmáticos, também não lhe pôde restituir em absoluto o espírito prático e realista. Essa glória é uma conquista da segunda parte do século e foi inaugurada pelo poeta João de Deus, que por um concurso natural de circunstâncias se tornou um obreiro do realismo poético.

Como português e algarvio João chegou ao mundo trazendo no sangue a herança ingénita da sentimentalidade e a ancestralidade psicológica dos meridionais. Esta compleição espiritual vai transmitir-se à sua obra. Outro ascendente poderoso será o do meio de Coimbra dos meados do século XIX com lentes ultra-conservadores e estudantes revolucionários.

A Universidade era por aqueles tempos um reduto invencível de tradicionalismo e tinha à sua frente um reitor intolerante, o conselheiro Basílio Alberto de Sousa Pinto, a quem Eça de Queiroz chamou com propriedade o «Czar de borla e capêlo».

Desde os tempos de Almeida Garrett que a academia de Coimbra, cada vez mais eivada de ideias revolucionárias, se encontrava em permanente rebelião, uma rebelião que perturbava o conservantismo catedrático dos lentes. Basílio, o futuro visconde de S. Jerónimo, impunha aos estudantes uma disciplina férrea, introduzia-os freqüentemente na cadeia universitária, e sôbre indumentária académica adoptara providências rigorosíssimas, exigindo, sob pena de expulsão, batina completamente abotoada, cabeção, sapatos e meia preta

até ao joelho. Ficava também proibido o uso de gravatas de côr e de calças caídas sôbre as botas.

O aluno da Faculdade de Direito, Vieira de Castro, o orador mais bem dotado e mais popular da Academia do tempo, desprezando as prescrições de Basilio Alberto, ousara apresentar-se na Via Latina de botas de elásticos com gáspias reluzentes de verniz. O guarda-mór ao deparar com aquelas botinas extra-protocolares adianta-se para o académico e adverte o com demasiada aspereza. Foi então que aquele castigou a insolência do empregado proferindo o famoso bissílabo do general Cambronne...

Tempos depois o Conselho dos Decanos elaborava um acórdão pelo qual Vieira de Castro era expulso para sempre da Universidade. Como hoje os tempos são outros!...

Foi esta geração de rapazes, donde saíram mais tarde homens eminentes, que votou a abolição da capa e batina como *traje jesuítico,* e queimou em estátua, ali junto da «porta férrea», o duque de Loulé, presidente do govêrno do rei D. Luís. Com todos êstes excessos e destempêros essa mocidade foi a mais brilhante e distinta de quantas tem passado pelas escolas de Portugal.

Hoje ao evocarmos êstes acontecimentos sentimos bem o que havia de insensato naqueles convencionalismos universitários que já passaram em grande parte. Assim desaparecerão as exterioridades supérfluas dum Portugal velho e carunchento...

João de Deus pertenceu a essa pleiade de jovens irrequietos e turbulentos, mas colocando-se muito mais na situação de espectador que de actor. A-pesar-de tudo a sua obra poética ressente-se bem da solidariedade que por vezes deu ao revolucionarismo académico. Além dos lentes e dos estudantes, as mulheres de Coimbra impressionaram particularmente a sua sensibilidade, ficando algumas para sempre imortalizadas nas líricas que escreveu.

Também a pessoal modéstia e simplicidade do escritor para um desprendimento em face de tôdas as grandezas e a um desdém por tôdas as formas decorativas da vida social e individual. Religioso por educação e natural inclinação do espírito era também um bom e a perfídia, a ambição, o egoísmo não quadravam ao seu feitio bondoso.

O *Campo de Flores*, como já veremos, reflecte fielmente esta beleza de alma, assim como a mais fervorosa religiosidade.

Por outro lado a inteligência do poeta, sem alguma vez se sentir atraída pelos prazeres da curiosidade intelectual, permaneceu isenta de inserções estranhas, embora no seu lirismo uma crítica meticulosa descubra vivas reminiscências de Camões e da *Marília de Dirceu*.

Então possuídor duma minguadísssima cultura, avesso a tôdas as fulgurações exteriores, amigo da verdade e da sinceridade pura e inteiramente livre de sugestões alheias, João de Deus estava de antemão preparado para, ao cultivar a poesia, ouvir apenas os acordes do coração e transplantar para o verso, na íntegra, tôdas as emanações sentimentais da sua vida interior. Uma inspiração quente e límpida, não contaminada por algum formalismo, ia abrir um período novo na evolução do lirismo português.

Esta direcção nova que João de Deus imprimiu à poesia portuguesa, então desvirtuada pela hipocrisia sentimental dos ultra-românticos, foi um fenómeno consciente por êle mesmo compreendido. O poeta seguia uma estética poética muito sua e original a que variadas vezes aludiu.

Para êste autor o lirismo é uma arte delicada incompatível com cânones e preceitos. A técnica exterior do verso não deveria sacrificar em circunstância alguma a espontâneidade do sentimento. A «poesia não tem conta nem medida», visto que estas iriam artificializar a nudez artística do fundo. Pensa ainda que o cálculo e a reflexão são inimigos

da realidade sentimental: «Desde que o homem diz 2 e 2, 4, o anjo da inspiração levanta vôo e deixa-o às misérias da terra».

Admite que a verdadeira poesia além de ficar sobranceira a tôdas as preceituações, paira na zona do «inefável» e do «infinito», aproxima-se de Deus e adopta linguagem «compassada e harmoniosa». A proclamação desta espontaneidade e independência artística explica a indiferença e quási aversão que João de Deus sempre perfilhou perante a poesia anti-realista e académica de Castilho.

Os requisitos estéticos a que sempre obedeceu o lírico ficaram bem patentes nas palavras seguintes: «Ser simples, ser natural, foi a natural preocupação que me acompanhou nas minhas douradas horas de distrações líricas».

Seguindo na peugada dum processo poético fundamentado na liberdade e naturalidade da forma e do fundo, fêz do amor o tema predilecto das suas divagações poéticas, confessando muito francamente: «Do que eu gosto deveras é do amor. Amo o amor sôbre tôdas as coisas». Efectivamente o amor assim como a mulher, como preciosos ídolos que lhe arrebatam a alma, são os grandes determinantes da sua arte lírica. «O amor, diz êle, é de todos os tempos e a mulher pela sua formosura e pelo alcance dos seus destinos será sempre dos mais dignos objectos de admiração e portanto dos mais dignos assuntos de arte».

Dominado por tais intensões de liberdade estética e convicto da especial adaptabilidade dos sentimentos amorosos ao lirismo, o poeta deixar-se-há fascinar pelas vibrações da alma enamorada. Êsse amor que anima o *Campo de Flores*, não se enclausura egoistamente nos escaninhos da sentimentalidade feminina, mas desdobra-se às vezes, abraçando o universo num amplexo fraternal:

Não há existência alguma
Que não tenha amor; nenhuma;

porque o amor é, em summa,
Essencia de todo o ser:
Há sempre quem nos attraia.
Mil vezes que a onda caia,
Há uma rocha, uma praia
Aonde a onda vai ter!

Visionando o mundo através do prisma da sua alma tôda cheia de ternura, cristãmente acariciou os outros com a sua compaixão, a ponto de chorar nos seus versos a miséria dos pobres e dos humildes. O *engeitadinho*, a mãe e o filho acometidos pela fome e pelo frio, as privações do viver humilde, enfim muitos daqueles que, vítimas da desgraça, da dor e da pobreza, falam ao nosso dó e à nossa piedade, a todos êstes o poeta estremeceu na sua lírica.

As fitas vermelhas e negras, que pendiam do «bouquet» de flores naturais oferecido, por ocasião do passamento do poeta, pelos estudantes avançados de Coimbra, traziam o seguinte dístico: «Ao genial poeta dos humildes — Os estudantes revolucionários de Coimbra». Tais dizeres, se bem que lacónicos, traduziam bem a compreensão do que havia de sinceramente humanitário naquelas poesias geradas sob a influência duma simpatia doce pelos simples e deserdados da fortuna. A verdade crítica manda no entretanto que se diga que não foi essa fraternidade universal que sugeriu a João de Deus o que de mais belo se espalha no *Campo de Flores*.

A hora da poesia aristocrática, desvairada pelas fulgências dos heróis, dos grandes da terra e de todos os eleitos da fortuna, passara já ao domínio do esquecimento, mas a poesia amorosa essa não morrera, como não morrerá nunca, e agora vai arrancar ao nosso lírico raptos de beleza incomparável. Aquele dístico anónimo dizia apenas uma pequenissima parcela de verdade, porque embora cantor dos humildes João de Deus foi-o principalmente do amor e da mulher.

Êle disse: «Só o amor é nêste mundo eterno...» No *libro del amore* o crítico italiano Canini ao dar-lhe o primado artístico entre todos os poetas amorosos não só de Portugal mas de tôda a Europa, proferiu certamente um juízo assás apaixonado, com o qual se não conforma, uma crítica imparcial, mas marcou com precisão o aspecto essencial do temperamento poético do vate lusíada.

Êsse amor entertecido pela candura e pela simplicidade, se não tiver a ardência dos arrebatamentos determinados pelo desejo da posse, não se avizinha também das afeições ideais e platónicas dos líricos do Renascimento, e tem por base uma bem vivida realidade sentimental. Sem dúvida que João de Deus ao engastar no verso os seus sonhos amorosos, tem sempre a bailar-lhe na mente a figura concreta duma mulher real. Teresa (Heresta), Marina, Raquel, Beatriz, Margarida, Amélia, Maria e outras, cujos nomes não menciona, constituem a galeria das entidades femininas que pela sua formosura mais atracção exerceram sôbre o poeta. A tôdas estas mulheres, hoje difíceis de identificar, pertence o condão de terem sido as inspiradoras de algumas das mais enternecidas peças líricas que se tem escrito em Portugal. Entre tôdas há uma que sempre viverá nos anais da poesia amorosa portuguesa, é aquela saüdosa rapariga cuja morte inspirou a João de Deus a célebre elegia *A Vida*, onde tam lindamente se proclama a fugacidade da existência terrena. Bergson verificou com serenidade a mobilidade universal das coisas, o pensador helénico Heráclito não continha as lágrimas ao considerar a fragilidade e a mudança incessante do mundo, mas João de Deus perante o esvair contínuo da vida, que comparava à *sombra que foge* e à *nuvem que voa*, teve uma atitude também dolorosa mas de superior resignação.

A amizade que lhe suscitou a musa da sua mais sentida elegia, mulher «ferida pela luz do dia eterno», essa amizade — repito — embora cândida e pura como tôdas as suas afeições

amorosas, não deixou por isso de afirmar-se em idílios reais, como o provam êstes versos:

«Ah! quando no seu collo reclinado,
Collo mais puro e candido que arminho,
Como abelha na flor do rosmaninho
Osculava seu lábio perfumado;»

É a recordação dolorida dum «bem» que «bem pouco dura», e dum passado de prazer, durante o qual o mundo foi para o poeta — como êle próprio o diz — um «paraíso» e a alma, iluminada pelas «sete côres» da alegria, era acalentada por «um doce riso» de mulher. Num momento o sorriso da felicidade trocara-se pela amargura, e como sempre o homem privado do amparo moral da mulher, uma vez mais chorava a solidão da vida.

Assim, longe das divagações platónico-amorosas de muitos sonetos de Petrarca e Camões, na poesia de João de Deus transparecem bem nìtidamente os vestígios duma paixão real e sincera vivificada por beijos, abraços e talvez até pela recordação indiscreta da aventura donjuanesca duma noite de amores... Eis como no *Campo de Flores* flameja o fogo do mais activo realismo sentimental.

A paixão embora tantas vezes provocada apenas por um simples olhar da futura amada, apresenta-se freqüentemente tam exclusivista e avassaladora que o poeta de tudo se desinteressa e não vê senão aquela. Então reduzindo os seus desejos amorosos, dava pasto ao prazer das sensações visuais, e contentava-se apenas com a ventura de a contemplar numa *Adoração* casta e fervorosa. Nerta ordem de ideias, dirigindo-se à eleita dos seus encantos diz:

Tremo apenas pressinto
A tua apparição;
E se me approximasse mais bastava
Pôr os olhos nos teus, ajoelhava!
Não é amor que eu sinto,
É uma adoração!

Que as azas providentes
do anjo Tutelar
Te abriguem sempre à sua sombra pura!
A mim basta-me só esta ventura
De ver que me consentes
Olhar de longe... olhar!

As afeições amorosas pôsto que intensas sempre se conformavam com o natural desenrolar dos sucessos e por isso nunca provocaram grandes perturbacões morais. As desditas do coração, que tantos queixumes teem arrancado aos enamorados líricos de todos os tempos, não gravitam, por esta razão, na órbita sentimental de João de Deus, que de per si antipatizava com semelhantes lamentações. Pois se nem ao menos era possível ver e contemplar, simplesmente, a amada, o poeta nada se affligia com isso, e, como tantas vezes acontece na vida, preenchendo o vácuo duma realidade com o sonho, entregava-se ao doce prazer de a idealizar. Não se esqueça no entretanto que êste idealismo coëxiste com a pintura objectiva da mulher na poesia de João de Deus.

O culto pela amada no *Campo de Flores* está também bastante dependente dos atractivos exteriores, do equilíbrio e da beleza das linhas esculturais da amante, sendo fácil, através da mais variada inspiração, reconstituir o ideal feminino de beleza física, criado pelo lírico.

O garbo e a magestade característicos do aprumo e da elegância exterior, a leveza dos pés e a delicadeza das mãos, constituíam as exterioridades de conjunto que maior sedução exerciam sôbre o olhar do homem. As madeixas e as tranças do cabelo encantam-no sempre que sejam de côr preta ou aloirada. Esta tolerância de côres parece não poder manter-se a propósito dos tons da pele, visto que as inclinações do poeta vão para a brancura, de que faz o panegírico, uma que outra vez. É possível, mas não garanto, que as mulheres

morenas estivessem um tanto fora dos seus gôsto de beleza feminina.

Aludindo a Maria, que êle tanto gostava «de ver à porta a fazer meia», vinca bem concretamente a beleza plástica dessa mulher:

«Já esse lindo pé que tens, Maria!
Esse quadril tam largo e cinta estreita»
.....
Esses encontros de mulher perfeita,
Esse peito redondo e arqueado
Como o de pomba farta e satisfeita!
.....
Esse belo pescoço... não existe
Outro assim torneado! o rosto é lindo
E a tam meiga expressão ninguém resiste!

A boca é tam vermelha que em te rindo,
Lembra-me uma romã aberta ao meio,
Quando já de madura está cahindo!

Esses olhos azuis... que olhar! Receio
E desejo estar sempre a contemplá-lo;
Não há mais doce e mais custoso enleio!

Estas delicadas impressões dos contornos do corpo de Maria permitem-nos imaginar com grande aproximação os lineamentos principais da estética feminina de João de Deus, o qual, guardando *in mente* um escolhido ideal de mulher, muito se sensibilizava diante das que, como esta, mais se aproximavam dêsse padrão de beleza. Se bem que exigente na harmonia estética do todo, as simpatias do artista vão especialmente para o rôsto e nêste para os olhos em particular.

Com efeito, o rôsto, de côr branca, de faces còradas e de lábios encarnados, desvairava-o, mas se acaso aquele era realçado pelo brilho inconfundível duns olhos ternos, o desvairamento excedia tudo. Sob a meiguice de tal olhar o

poeta sentia que as *tempestades* interiores e as *nuvens negras* da alma se esvaiam como rolos de fumo.

Através dêste conjunto rico de belezas exteriores, a mulher foi psicològicamente metamorfoseada por João de Deus, surgindo no seu lirismo cercada por uma simpática auréola de bondade, de misticismos e de santidade. Ela tem a doçura dos bons, não despreza nem odeia os viciosos e os pecadores, mas condoe-se dos seus infortúnios, e só para não magoar aquele que ama oculta-lhe cuidadosamente as lágrimas, como se infere de muitos versos do *Campo de Flores*. A poesia *Malmequer* é a expressão eloqüente de confiança nos sentimentos compassivos e bondosos daquela que não o tendo amado em vida, amá-lo-há depois da morte, chorando de arrependida. A esperança e o idealismo tantas vezes de negativos efeitos práticos, tem em geral na vida humana uma função eminentemente útil, e foi com êles que João de Deus assim venceu todos os desenganos motivados pela incerteza dos amores da mocidade. Se a mulher não correspondia ao seu amor, não entoava o côro monótono das suas mágoas e pesares, reprimia essa tristeza pessoal e serenamente confiava na piedade futura do ente amado, que embora pudesse desprezar *Culto e adoração* não seria certamente indiferente às dores do homem. Sim, para êste lírico

«..... a piedade
É filha da mulher,
Que sempre quiz metade
De uma aflição qualquer».

Elevada pela formosura física e dignificada por virtudes excepcionais, a mulher foi para João de Deus um reflexo concreto da divindade. Por isso metafòricamente a apelida de «Celeste creatura», e objectivando melhor o seu pensar escreve:

«É na face das bellas mulheres
Que eu só vejo o bom Deus retratado».

Estamos bem em face da mais optimista e simpática concepção da mulher, e as portuguesas que assim foram divinizadas não poderiam lograr mais estrondosa apoteose. Mas para que não vá alguém iludir-se é forçoso confessar que nesta visão feminina, tam poética e encantadora, há bem mais mentira do que realidade. Como o homem, a mulher foi originàriamente invadida pelos agentes do mal e do pecado, e como aquele não é estranha à inconstância moral e à perversidade.

Se assim imaginou a mulher, não deixa de ser curiosa a forma por que concebeu o amor, que para êle nada tem de transitório. Bem identificado com as crenças cristãs que lhe auguravam a existência futura, admitiu como Camões no *Alma minha*... a possibilidade religiosa de se encontrar com a mulher amada no céu, acreditando assim na eternidade do amor. A linda poesia *Ultimo adeus* expressa essa concepção do amor eterno que se continua para além da morte e junto de Deus. Dêste modo a morte deixa de ser, como o foi para outros poetas, o fim de tudo, o aniqüilamento e o nada, para ser apenas o início duma vida nova cheia de felicidade e amor. Na terra uma vez que o corpo da amada baixasse à sepultura, beijar-lhe-hia as cinzas frias, pedir-lhe-hia então a morte, para mais depressa com ela se encontrar, (como diz na poesia «Não!»), no céu depois de amorosamente lhe desenrolar as «loiras tranças», ajoelhar-se-ía ao pé. Em relação ao amor como a tudo mais não o horrorizava o fim da vida terrena, como o não intimidavam inquietações morais do tipo daquelas de que sofreram muitos homens do seu século, como Vigny, Leopardi ou Antero. Assim expurgada de imprecações lacrimejantes e de elementos melancolizadores, a poesia de João de Deus é também uma afirmação viva de esperança e de alegria e por êste lado se opõe à tristeza romântica da época e ao câncro moral do «mal do século».

No encalço dêste optimismo observa-se que o poeta chega a transmitir a algumas das suas peças líricas uma pequenina porção de jocosidade, que bem transparece em muitas sátiras.

No ambiente político e social do tempo e ainda no meio de Coimbra encontrou êle as ocorrências e os motivos essenciais que deram matéria para as suas sátiras inofensivas.

Da Universidade não fôra ainda riscada a faculdade de Teologia, em cujas cátedras figuravam individualidades mais ou menos graduadas a dentro da hierarquia eclesiástica. Entre estas conhecia-se o lente D. Vitorino Conceição, velho frade crúsio, a quem os estudantes deram o apelativo solene de «Besta Sagrada». Um dia certo caloiro amigo de João de Deus, contra as praxes da faculdade dos teólogos, comparecera a actos sem prèviamente se desfazer do bigode, como convinha a um futuro diplomado em letras sagradas. O lente D. Vitorino, também chamado o «Pires da Marmelada», olhando de frente o examinando e ao descobrir o amontoado de pêlos que exuberantemente crescia sôbre o lábio superior do rapaz, estremece e escandaliza-se, fica mesmo mal humorado, mas inicia o interrogatório com ares aparentemente calmos. Fôsse pelo que fôsse o estudante deu provas brilhantes da sua ignorância e o mestre pôde enfim premiá-lo com o R do estilo. O caloiro, como é de costume, não se conformou com uma classificação tam avantajada e contou o caso a João de Deus. Êste saíu em defesa do amigo com a engraçada sátira «Os Pires da Marmelada», em que D. Vitorino é abundantemente vergastado. Caindo encarniçadamente sôbre o frade da faculdade de Teologia, protesta contra a injustiça, garante a estupidez e a ignorância da «Besta Sagrada», e estribando-se em argumentos extraídos dos livros santos, intenta uma defesa erudita da barba e do bigode do seu bom amigo. Esta sátira atingia apenas um professor, mas há uma vez em que o poeta increpa o corpo docente

da Universidade, pois referindo-se a um ajuntamento de lentes na sala dos Capelos conta o seguinte:

Toca o capello, vou vel-o
E vejo de tôda a côr,
Não doutores de capello;
Mas capellos de doutor.

Os mestres, como sempre, não conseguiam escapar às censuras dos estudantes, e pelos rigorismos universitários adoptados naqueles meados do século passado, incorreram muitas vezes, como sabemos, no desagrado não só de João de Deus mas da Academia.

A mordacidade crítica do satírico minou a solenidade catedrática dos lentes e foi anatematizar a «avalanche» verbalista dos políticos de S. Bento, o caciquismo, os nobres sem nobreza de cousa nenhuma, os padres sem vocação para a carreira eclesiástica e finalmente uma monarquia de ignorantes e analfabetos; diz êle:

Andam a dizer mal da Monarchia,
Mas sem razão, fallemos a verdade;
.....
Há setecentos anos simplesmente
Que êste sistema nos governa, e vêde
Commercio, industria, tudo florescente.
Os caminhos de ferro é uma rêde!
E quanto a instrucção, tôda esta gente
Faz riscos de carvão numa parede.

Esta sátira irónica desce até à vulgaridade e em certa altura incide sôbre uma égua que avança com desmedida velocidade:

Em trote e galope — Enquanto a Maria
É que ela se anima — Limpou a baixela,
E carro em que tope — Levou-me ela um dia
Saltou-lhe por cima — De Faro a Tondella.

Saltei a Gouveia,
Toquei em Foscoa,
E em quasi hora e meia
Entrava em Lisboa.

Das portas a casa
Fez tais diabruras,
Que três ferraduras
Chegaram em brasa,

Não há duas éguas
Assim neste mundo
Contando-se as léguas
São três por segundo,

As vítimas das sátiras Joaninas nunca são enlameadas e pode dizer-se que, embora o merecessem, pouco sofreram sob o látego mordaz do poeta. Tôda esta poesia não passa em geral dum comentário espirituoso, e para nós outros é apenas histórica, correspondendo à parte morta da obra de João de Deus e ao que nesta há de transitório. A carência de espírito satírico e de graça, que é tradição constante na literatura portuguesa, continua, a-pesar-de tudo, a manifestar-se: não tinham ainda aparecido as sátiras ruïdosas de Guerra Junqueiro.

A soma de espírito e de graciosidade que perpassa em tais poesias vem assim em abôno do sólido optimismo dêste escritor a quem as infelicidades da vida não toldaram a transparência da alma nem tampouco privaram do bom humor.

A atitude resignada e confiante, que toma em face da vida, do amor e da morte, permanece diante da natureza. Optimista convicto, não deu atenção à maldade humana, amou os homens, adorou devotadamente a mulher e de-resto tudo o que havia de belo na obra de Deus, na Criação. «Eu amo tôdas as mulheres, como amo tôdas as estrêlas e tôdas as flores», afirmou um dia.

Os sentimentos compassivos, tam familiares à alma do poeta e normalmente atribuídos à mulher, não são ainda alheios à natureza que também se comove perante a agudeza da dor humana, como acontece nas sentidas estrofes da poesia *Adeus*.

Ora sensível ao sofrimento, ora óptimo lenitivo para a tristeza, a natureza funciona às vezes no *Campo de Flores*, como agente evocativo da amada: contemplando as «nuvens doiradas» que ao pôr do sol se acastelam no horizonte, o lírico saudosamente recorda a mulher que o fascina e com ela as loiras tranças que se lhe desmancham por sôbre o rôsto. Seguindo um velho hábito de quási tôdas as literaturas sentimentalizou a natureza, mas sem nunca a pintar ou descrever em particular.

Com efeito, oriundo do Algarve não transfundiu nos seus versos o empolgante espectáculo das amendoeiras em flor, assim como, tendo passado algum tempo no centro do Alentejo não o impressionaram os vastos horizontes da planície alentejana.

De Coimbra, do Mondego, do Penedo da Saüdade há certamente alusões nos seus versos, mas quadros panorâmicos e objectivos desta pitoresca região ou doutras terras portuguesas, nunca aparecem. É que a natureza em seus aspectos regionais não interessou a sensibilidade de João de Deus, visto que êste sempre a viu não no que aquela tinha de particular e de relativo a uma dada região, mas no que oferecia de universalmente belo.

«Deus é artista» nota o escritor, e nos rumores plangentes do mar, no pacato marulhar das águas, no brilho do sol, no céu semeado de estrêlas e no mavioso canto do rouxinol, estampou bem concretamente as primícias da sua arte sublime.

Em suma é sempre o belo, o bom e o simples que em íntima solidariedade se entrecruzam nesta obra lírica, inspi-

rada acima de tudo pela doçura, pela bondade e pelo amor, atributos êstes da psicologia do poeta.

Esta análise serena e desinteressada da poesia de João de Deus, em função dos factores raça, meio literário, psicologia e estética poética, esta análise — repito — não descobre no *Campo de Flores* nada de genial nem de inconfundìvelmente superior.

É fácil a prova desta asserção que para muitos há-de passar por demasiadamente pedantesca. Mas, vejamos. O poderoso ascendente da mulher sôbre a moral do homem, o prolongamento do amor para além desta vida, a poética divinização da mulher, o tipo feminino de afeições acentuadamente nórdicas, a nota melancólica sôbre a fragilidade da existência, são os temas essenciais e típicos desta poesia. Sendo assim vossas excelências, minhas senhoras e meus senhores, verificaram já com pesar como é parca a originalidade do nosso lírico, visto que para quem conhece, ainda que superficialmente, a evolução da poesia portuguesa, todos aqueles temas são coisa velha na poesia lusitana de antes de João de Deus. Êste deixou-nos apenas o encanto e a simplicidade duma forma extraordinàriamente simples e fluente, a novidade de algumas imagens sugestivas e desenvolveu, além disso, com mestria o motivo da instabilidade e da inconstância da vida terrena. De modo que no futuro a crítica ao apresentar o seu depoïmento sôbre a arte literária do autor do *Campo de Flores* registará em síntese que êle foi um homem bom e simpático com bastante engenho poético, e nada mais.

Tudo o que fora disto se tem dito e vier a dizer sôbre o valor real de tal obra poética, pertence ao domínio da imaginação e da lenda. Sim, João de Deus pôsto que tenha deixado esta vida mortal há menos de meio século é hoje uma figura lendária. A doçura do seu carácter e a graça inocente das suas poesias amorosas, grangearam-lhe uma popularidade que nunca auferiram os grandes escritores por-

tugueses do século XIX. Êle soube cativar com a sua delicada sentimentalidade êste povo de sentimentalistas. Ainda em vida criou naturalmente uma coorte distinta de apologistas, de admiradores e de amigos, alguns dos quais ainda hoje vivem. Seja-nos lícito contudo ponderar que os contemporâneos e amigos nem sempre são os melhores juízes no pleito para uma recta avaliação dos homens. E porquê? Porque as realidades sociais, sejam do domínio histórico ou artístico, só emergem luminosamente da penumbra do passado quando se examinam a distância, e porque a amizade só gerada pela simpatia e por afeições pessoais vai sempre inconscientemente deturpar a verdade.

É justo portanto concluir-se que o entusiasmo, a paixão e a amizade dos contemporâneos e íntimos do poeta, enfronharam-no, sem querer, nos nevoeiros da fantasmagoria, generalizaram à obra o conceito optimista que formavam do seu carácter e traçaram-nos dêle um retrato mais lendário do que histórico.

E aqui têm, meus senhores e minhas senhoras, a génese da lenda corrente do João de Deus, lírico de génio.

O facto de ter elaborado com fino gôsto rítmico uns tantos motivos da vida amorosa não consente que o coloquemos logo abaixo de Camões, como há poucos dias o fazia o presidente da Academia das Sciências de Lisboa, o sr. Júlio Dantas.

O autor de *Os Lusíadas* é um gigante de primeira grandeza, em cuja personalidade, apurada por uma primorosa educação mental, se altea a aliança superior da sensibilidade e da inteligência, e por isso não sofre confronto com a modéstia intelectual e a propensão exclusivamente intuïcionista do lírico do *Campo de Flores.* Quando se enaltece a intensidade da paixão sentimental desta coletânea esquece-se lamentàvelmente que no campo da poesia amorosa a obra mais sincera e possante da literatura portuguesa foi escrita por

Almeida Garrett, e tem o nome de *Folhas Caídas*. Depois no século de Junqueiro, de Garrett e de Antero, só a ousadia duma imperdoável obliqüidade crítica pode apontar João de Deus como o primeiro poeta do seu tempo.

Mas, se, pondo de parte as suas criações artísticas, nos aplicarmos a sondar a amplitude da sua inteligência, a nossa decepção será maior ainda. A êste respeito João de Deus, pela sua estreiteza intelectual, pela soberania da sentimentalidade e pela sua indolência espiritual, incarna magistralmente essa pavoroso legião de defeitos que pelos tempos fora, com raras excepções, tem revelado a superficialidade da estrutura mental da nação portuguesa.

Com efeito, sufocada pela suzerania da imaginação e do sentimento, a mentalidade portuguesa com dificuldade se ajusta à disciplina da medida, do gôsto pelo real e da observação, sem os quais não é possível o progresso das sciências experimentais e a independência crítica das sciências históricas e filosóficas. Porque não se opôs ainda uma reacção eficaz a semelhantes hábitos de espirito tem sido sempre negativa a nossa contribuïção para o pecúlio do saber humano na esfera das sciências físico-químicas e histórico-naturais.

A história, que exige da parte de quem a cultiva serenidade, apurado senso crítico e a mais acrisolada simpatia pela verdade, seria necessàriamente, com pouquíssimas excepções, um género híbrido entre nós e tanto é assim que entre muitos que por cá se têm dedicado aos estudos históricos, apenas Alexandre Herculano possuiu as virtudes de historiador. Fora disso a história quási que tem vivido ùnicamente subordinada a preconceitos de escola e a paixões que só a teem desvirtuado.

As aberrações intelectuais que anulam a nossa mentalidade para as investigações scientíficas e históricas determinam conseqüentemente a nossa mais radical incapacidade para a filosofia. A nossa curiosidade é suficientemente limi-

tada para avançar friamente da materialidade dos fenómenos para a essência íntima das coisas, alcandorando-se nas transcendências da metafísica.

Distante do concreto, da realidade, da acção disciplinadora do domínio de si mesmo e da reflexão, a mentalidade portuguesa move-se muitas vezes «ao Deus dará», e ora divaga sob o influxo dum egoismo subjectivo, ora se embala ao som de dolentes cantores líricos, onde só teem eco as lágrimas e o pessimismo.

Esta amarga melancolia que tam freqüentemente vai infestando o mais rico género literário de Portugal, é uma atitude mórbida que se deve banir da literatura nacional.

Êsse lirismo de tom queixumento e soluçante, a que em parte João de Deus escapou, é altamente perigoso para a alegria e para a saúde de espírito, visto que a tristeza e o desânimo são gérmens dissolventes absolutamente inimigos da acção e da vida.

Em face dos enormes prejuízos que o reinado da sensibilidade tem causado entre nós, temos precisão de que se pense mais a sério na ressureição e na renovação da inteligência.

O sentimento, que ocupa felizmente um lugar primacial nas escalas da psicologia humana, não morrerá nunca, no entretanto é preciso evitar que o seu anormal crescimento vá afectar o livre desenvolvimento das faculdades intelectuais.

Certamente que a poesia nascida sob a égide do sentimento será como êste eterna, e então, muito embora continue a ser um enlêvo caro ao coração dos homens, é bem que se confesse que ela pela sua feição aérea e sonhadora não satisfaz jàmais os tempos positivos de hoje e não convém especialmente à renovação da mentalidade portuguesa. É outro o rumo que a agulha magnética aponta no quadrante do tempo aos homens novos dêste país.

A reacção que há a empreender para o restabelecimento

da inteligência portuguesa, e em que vitoriosamente se empenhou já a geração literária da segunda metade do século XIX, ter-se-há de orientar no sentido de nos adextrar no espírito crítico e scientífico de que carecemos, e de nos restituir o vigor juvenil largamente abalado pelo péssimismo lírico dos nossos poetas.

Para esta magna reforma da mentalidade lusitana recorreremos com imenso proveito às nossas grandes notabilidades literárias do século XIX, mas não poderemos jàmais dispensar o concurso do estrangeiro. Simplesmente me parece que o contacto directo com a cultura dos povos de além-fronteiras, deve ser convenientemente guiado e não abandonado aos caprichos do acaso.

Entende-se claramente que um exagerado convívio com o idealismo e a sentimentalidade de poetas e romancistas estrangeiros virá exacerbar, em vez de eliminar, a doença de que enferma a mentalidade portuguesa. Buscar-se-há assim de preferência a lição dos sociólogos, historiadores, filósofos e scientistas não só da França, (que não é hoje a única detentora dos grandes achados filosóficos e scientíficos), mas dos países do Velho e do Novo Mundo, enfim de todos aqueles que estão marcando pela originalidade das ideias filosóficas e sociais, pela sagacidade do espírito crítico e por innovações no campo das sciências positivas. O rejuvenescimento do pensamento acordará entre nós uma mentalidade mais sã e mais robusta que a de hoje, e como conseqüência espontânea duma intelectualidade nova surgirá a renovação dos estilos e da língua nacional.

Nesta revolução intelectual exigida pelas circunstâncias em prol da nossa libertação da tirania arbitrária da sensibilidade e da reabilitação da mentalidade lusíada, João de Deus terá de ficar à margem. Segui-lo seria agravar os nossos padecimentos intelectuais. Pois se êle sofre do excesso de sentimento!... O cantor mavioso do *Campo de Flores* foi

intelectualmente um retardatário, de tal forma que apenas cronològicamente será do século XIX; quanto a cultura está demasiadamente distanciado da sua época para que possa chamar-se homem do seu tempo!

Uma exigência sagrada dos tribunais da crítica literária e histórica, tendo em vista a exigüidade do seu valor mental manda riscá-lo do número dos mentores espirituais de que têm precisão as actuais gerações de Portugal, e atentando na real importância do seu lirismo confessa com amargura, mas com justiça, que o poeta tem fruído aplausos superiores ao seu merecimento literário. A recordação de João de Deus será profícua apenas num ponto: quanto à invariável honestidade do seu carácter. Por êste lado tem tôda a actualidade e a sua memória será sempre saüdosa. Mas a verdade é que a honorabilidade pessoal não basta para singularizar ou celebrizar um homem.

A precária originalidade lírica e esta manifesta insuficiência mental, jàmais lhe poderão cercear uma posição de relativa evidência no conjunto na literatura portuguesa octocentista.

Embora um pouco formado dentro da atmosféra do romantismo, a lírica de João de Deus tôda repassada dum optimismo mitigado hostiliza pessimismo romântico.

O ultra-romantismo, excesso e última degeneração da escola romântica entre nós, entorpecera a sinceridade pessoal e o realismo da inspiração com os cânones rígidos duma escolástica sentimental. Quando assim vegetava o lirismo português, surge João de Deus que com a naturalidade e a espontaneidade da sua poesia desfaz, com o concurso de Antero de Quental, todo o dogmatismo poético dos ultra-românticos, e inconscientemente colabora na vitória triunfal do realismo literário da segunda metade do século XIX. É como que uma lufada de ar fresco que inesperadamente vem rejuvenescer e vivificar a lírica nacional.

É êste o seu papel na história da literatura portuguesa. Se tivesse nascido 20 anos mais tarde a sua acção renovadora seria nula: esta glória é obra do acaso.

Não possuindo a toada melancólica dos vates românticos, e sem o septicismo e a megalomania humanitária e jacobina de muitos poetas realistas, também por isto é um tanto inadaptável aos moldes do romantismo ou do realismo; por outro lado sendo de seu natural espontâneo e simples torna-se incompatível com qualquer escola. Contudo se teimarmos em filiar a sua arte lírica numa escola, essa será a da realidade e da verdade.

Neste sumário estudo das origens, das características estruturais e da importância estética do *Campo de Flores*, e nos juízos formulados sôbre a natureza da mentalidade de João de Deus, êste foi infelizmente forçado a descer do pedestal onde até aqui o tinham colocado, ficou mais diminuído, mas em compensação mais verdadeiro e mais humano...

A crítica literária que possue também uma justiça implacável, indiferente ao descontentamento e às lágrimas dos que são julgados no seu tribunal, não inquire se o seu *veredictum* agrada ou não João de Deus, mas dá balanço à obra do poeta e passa adiante. Mas, ter-se-ia adoptado demasiada severidade para com o que há de inferior nesta figura literária? Talvez..., mas a história só será verdadeira quando traçar justiceiramente o quadro das virtudes e dos defeitos que exalçam ou rebaixam a memória dos homens (1).

FELICIANO RAMOS.

---

(1) Êste estudo constitui a segunda das conferências realizadas pela Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra, por ocasião do centenário de nascimento do poeta.

NOVO DOCUMENTO INÉDITO SÔBRE URIEL DA COSTA

Tão pouco elucidada está ainda a biografia do célebre cristão-novo portuense que nos parece terem interêsse quaisquer contribuïções, ainda as mais modestas, que para o seu esclarecimento se apresentem. Por essa razão nos atravemos a trazer a público as presentes nótulas biográficas, seqüência das que publicámos, sôbre o mesmo assunto, num dos últimos números desta Revista.

*

O documento inédito, que agora vamos reproduzir, obriga-nos a algumas considerações preliminares sôbre os documentos revelados no referido artigo, pois que êles conjugados com o de hoje são a base das conclusões dêste pequeno estudo.

Entre os factos da biografia de Uriel que no último trabalho apurámos, contam-se os seguintes:

— o nome completo do pai do pensador portuense era Bento da Costa Brandão.

— a sua casa ficava situada na rua de S. Miguel, era uma das trinta cedidas pela cidade, nos fins do século XV, aos judeus emigrados de Castela, e foi vendida, em 1620, por 300$000 réis.

Preguntam-nos: mas então como se compreende que Uriel diga na sua célebre auto-biografia (trad. fr. de Duff e Kann)

— «*Je délaissai même notre belle maison, sise au meilleur endroit de la ville, bâtie de la main de mon père*» —? ¿A casa de Uriel foi feita pelo pai ou cedida pela cidade? ¿A rica propriedade foi a que se vendeu por 300$000 réis? ¿Será Bento da Costa Brandão o pai de Uriel da Costa?

Embora para responder às duas últimas preguntas seja suficiente o conhecimento do valor aproximado, em moeda corrente, das casas no Pôrto dos comêços do século XVII, e um raciocínio imparcial, perdôe-se-nos que nos detenhamos na resposta a todas elas.

1.º *¿A casa de Uriel foi feita pelo pai ou cedida pela cidade?*

Esta contradição existe apenas para quem não esteja a par das vicissitudes por que passou a rua de S. Miguel.

Havemos, em primeiro logar, de reconhecer que se empregam muitas vezes expressões que não devem ser tomadas à letra. Por exemplo: — *Bâtie de la main de mon père* — significará que o pai de Uriel teria feito de pedreiro, trolha e carpinteiro? Não é impossível... mas supomos que jámais lembrou a alguém interpretar dêsse modo aquela frase.

Seja porém como fôr — fôsse ou não o pai de Uriel pedreiro, trolha e carpinteiro (!) — preguntamos: ¿como se exprimiria o suicida de Amesterdão se seu pai, havendo comprado ou herdado uma casa mais ou menos velha e em ruínas, lhe tivesse mandado fazer profundas obras de reparação e a tivesse restaurado de tal modo que em nada lembrasse o pardieiro antigo? Não lhe podendo, naturalmente, ocorrer que aquela passagem da sua auto-biografia viesse a ser tão miùdamente analizada, é de admitir que, para o fim que tinha em vista (ùnicamente o de contar a tragédia da sua alma) lhe parecesse indiferente falar em *construção* ou em *reconstrução*. E é êste o caso que se deu, como as seguintes considerações nos levaram a acreditar.

«*Abandonei a nossa bela casa, situada no melhor logar da*

cidade » — escreveu Uriel. Que a casa a que os nossos documentos se referem devia ser *boa,* demonstramo-lo adiante. Que essa casa, ficando situada na rua de S. Miguel, estava no melhor logar da cidade nessa época, vamos mostrá-lo agora, ao mesmo tempo que recordaremos um pouco da história daquela rua, o suficiente para as nossas conclusões.

Herculano, falando da Inquisição do Pôrto e da questão que houve entre o Bispo D. Fr. Baltazar Limpo e os cristãos-novos nas últimas décadas da primeira metade do século XVI (1), escreve: — «na rua de S. Miguel, meia desabitada, e *cujos edifícios em ruínas (o itálico é nosso)* pertenciam pela maior parte a famílias hebrêas... essa rua uma das principais da povoação...». Estas afirmações, extraídas do memorial enviado pelos cristãos-novos ao Infante D. Henrique, são confirmadas por um interessantíssimo acórdão da Câmara do Pôrto, de 8 de Agôsto de 1537 (2), em que, tratando-se de promover o regresso dos antigos moradores à rua de S. Miguel, se considerou que «sendo ela uma rua muito grande, larga e boa e de muito boas casas e de feições e melhor logar da cidade, por ser entrada da Porta do Olival que é principal porta e entrada da cidade, era muito para estranhar e olhar estando ora tão danificada e despovoada como estava, quási êrma». É certo que Herculano (3) entendia não ser provável que a rua de S. Miguel — uma *das principais* — fôsse a que actualmente tem êste nome. Esta dúvida, que já foi esclarecida por Querubino Lagoa (4), desaparece por completo perante o trecho do livro de Vereações acima transcrito: a rua de S. Miguel ia dar, como hoje, à Cor-

---

(1) *Hist. da Origem e Est. da Inq. em Portugal*, vol. III, pág. 164, ed. dirigida por David Lopes.

(2) Apóg. do livro de *Vereações dos anos de 1519 a 1538*, fols. 309 a 312 — no Arquivo da Câm. Mun. do Pôrto.

(3) Op., vol. e pág. cit., nota única.

(4) *A synagoga do Porto*. Pôrto, 1889.

doaria, pois era a entrada da Porta do Olival, que todos no Pôrto sabem onde ficava, não muito longe do actual edifício da Relação.

Portanto podemos afirmar que, na primeira metade do século XVI, as casas da rua de S. Miguel (*uma das melhores ruas do Porto e de melhor situação* — o que condiz com a expressão de Uriel) estavam em ruínas, por terem sido abandonadas pelos seus moradores.

Ora nós vimos no último trabalho que nos fins do século XV, por ocasião da vinda dos judeus de Castela, a cidade cedeu a trinta famílias israelitas outras tantas casas *muito cómodas* na rua de S. Miguel(1), e que, passados pouco mais de cem anos, em 1615, dessas trinta casas restavam apenas desassete, duas destas em péssimo estado de conservação (pardieiros)(2). E sendo a casa de Uriel uma das trinta dos judeus, como peremptòriamente dizem os nossos documentos, e sabendo-se que aquela rua estivera neste intervalo muito tempo quási êrma, tendo-se arruïnado os *bons prédios* que nela havia, somos levados a concluir, afigura-se-nos, que ou Uriel vivia numa casa velha e arruïnada (o que não pode ser pelo que êle afirma), ou numa casa a que alguém fizera grandes reparações.

O verdadeiro sentido da expressão de Uriel compreende-se, pois, perfeitamente: — a sua casa de habitação estava situada na rua de S. Miguel, uma das ruas principais e de melhor situação do Pôrto e fôra largamente restaurada por seu pai.

Mas pelo facto do restauro, admitindo mesmo que sofreu grandes melhoramentos, não deixava de ser, como dizem os documentos em questão, uma das trinta casas cedidas pela Câmara aos judeus emigrados de Castela.

---

(1) *Sep.* do artigo cit., pág. 11.

(2) *Id.*, pág. 12 e nota 1.

2.º Há sobejas razões para crer que só uma *rica propriedade* poderia ser vendida no Pôrto, nos princípios do século XVII, pela quantia de 300$000 réis.

A seguinte lista de preços, que muito podiamos ampliar, basta, julgamos, para mostrar as razões da nossa opinião.

— «Umas casas sobradadas, *de dois sobrados*, que estão junto do Hospital de D. Lopo (na actual rua dos Caldeireiros), custaram à Misericórdia 94$150 réis, em Janeiro de 1603 (1).

Outras casas, na rua das Flores, rua moderna e das melhores, custaram 150$000 réis, em 16 de Julho de 1604 (2).

— Na mesma rua uma casa «*de dois sobrados*», custou 125$000 réis, em 2 de Julho de 1605 (3).

É só em 1640 que encontramos uma casa, na rua das Flores, vendida por 300$000 réis (4).

Parece-nos interessante registar também que em 1586 uma casa em Madrid na rua de Francos, em que vivia um Dom Lopo de San... comendador da Ordem de S. João, foi transacionada pela quantia de 148$000 réis (5), e que em Fevereiro de 1645 foi vendida *por 360$000 réis* uma quinta chamada de Oliveira, na freguesia de Oliveira, concelho de Mesão Frio, que compreendia «a vinha das Possas, a da Ranha, a que foi da Costa de Vila Pouca, e as vinhas e casas e assentos que forão de Domingos de Barros...» «A quinta de Domingos de Barros... toda cercada de paredes que tem dentro em si casas, terras, campos, pomares, oliveiras, vinhas, tudo herdade dizimo a Deus... e em as ditas casas da quinta dois lagares e nove toneis e assim toda a mais fábrica da quinta como todos os móveis que se acharem nas ditas casas». É certo que esta propriedade pagava quinze mil réis de fôro à

---

(1) H, B.co 1, n.º 8, fol. 35 — Arq. da Mia. do Pôrto.
(2) H, B.co 1, n.º 13, fol. 65 — id.
(3) H, B.co 1, n.º 13, fol. 181 — id.
(4) H, B.co 6, n.º 27, fol. 39 v.º — id.
(5) H, B.co 1, n.º 8, fol. 98 — id.

Santa Casa da Misericórdia do Pôrto e uma pipa de vinho cada ano a determinado individuo; mas êste mesmo fôro deixa supor quão grande devia ser a propriedade a que êle correspondia.

Emfim: em 1620 uma casa que valia 300$000 réis podia com toda a justiça, parece-nos, chamar-se «*une belle maison*», «*una hermosa casa*» (segundo Menendez y Pelayo) ou *uma rica propriedade.*

3.º Depois do que fica exposto, mostrada a concordância das afirmações de Uriel com o que dizem os nossos documentos, supomos que não será preciso esperar pelo aparecimento do registo de baptismo de Uriel para se acreditar na identidade de Bento da Costa (pai do filósofo) e de Bento da Costa Brandão.

O doc. I c/ do nosso referido trabalho diz que «Gabriel da Costa, cristão-novo, morador que foi na rua de S. Miguel desta cidade» do Pôrto, se ausentara sem satisfazer certa dívida, motivo porque o seu credor, D. Jorge de Mascarenhas, após uma questão judicial com Miguel Chamorro, se apoderou das casas em que Gabriel morava (que ficavam, repetimos, na rua de S. Miguel); o doc. IV, de data anterior àquele, mostra-nos que Bento da Costa Brandão, proprietário de determinadas casas na rua de S. Miguel, falecera e sucedendo nelas seus herdeiros, êstes se ausentaram, havendo demanda sôbre elas entre D. Jorge e Miguel Chamorro. Trata-se indubitàvelmente das mesmas casas; quando não bastasse a coïncidência de sôbre elas pleitearem os mesmos indivíduos pelos mesmos motivos, tínhamos a identidade das confrontações.

Não nos dizem, é certo, os nossos documentos em que qualidade foi Gabriel da Costa herdeiro de Bento da Costa Brandão. Mas deduz-se por um raciocínio simples: — Gabriel abandonou, ao emigrar, a sua bela casa, feita *(sic)* por seu pai, que falecera não havia muitos anos *(Exemplar);*

portanto é absolutamente lógica a ilação de que houvera essa casa por herança após a morte de seu pai. Ora se foi de Bento da Costa Brandão que Uriel herdou a discutida casa — (ficou já demonstrado ser esta a mesma a que o *Exemplar* se refere) — é que Bento da Costa Brandão era o pai de Uriel.

¿O que diz o *Exemplar*? — Uriel abandonou uma bela casa em que vivia, construída por seu pai, já falecido (que se chamava Bento da Costa, segundo as matrículas).

¿O que dizem os nossos documentos? — Uriel abandonou a bela casa em que vivia, e em cuja posse tinha sucedido, por herança, a Bento da Costa Brandão, também nomeado simplesmente *Bento da Costa* num documento.

Necessàriamente se tem de concluir que êste Bento da Costa Brandão ou *Bento da Costa* era o Bento da Costa, pai de Uriel. Não seria fácil explicar de outro modo a coïncidência que existe em o próprio Uriel declarar ter sido de seu pai a casa em que morava e que abandonou, e em o mesmo Uriel aparecer nos nossos documentos como sucessor, por herança, na propriedade de igual casa (em que morava e que abandonou) que fôra de Bento da Costa Brandão ou Bento da Costa.

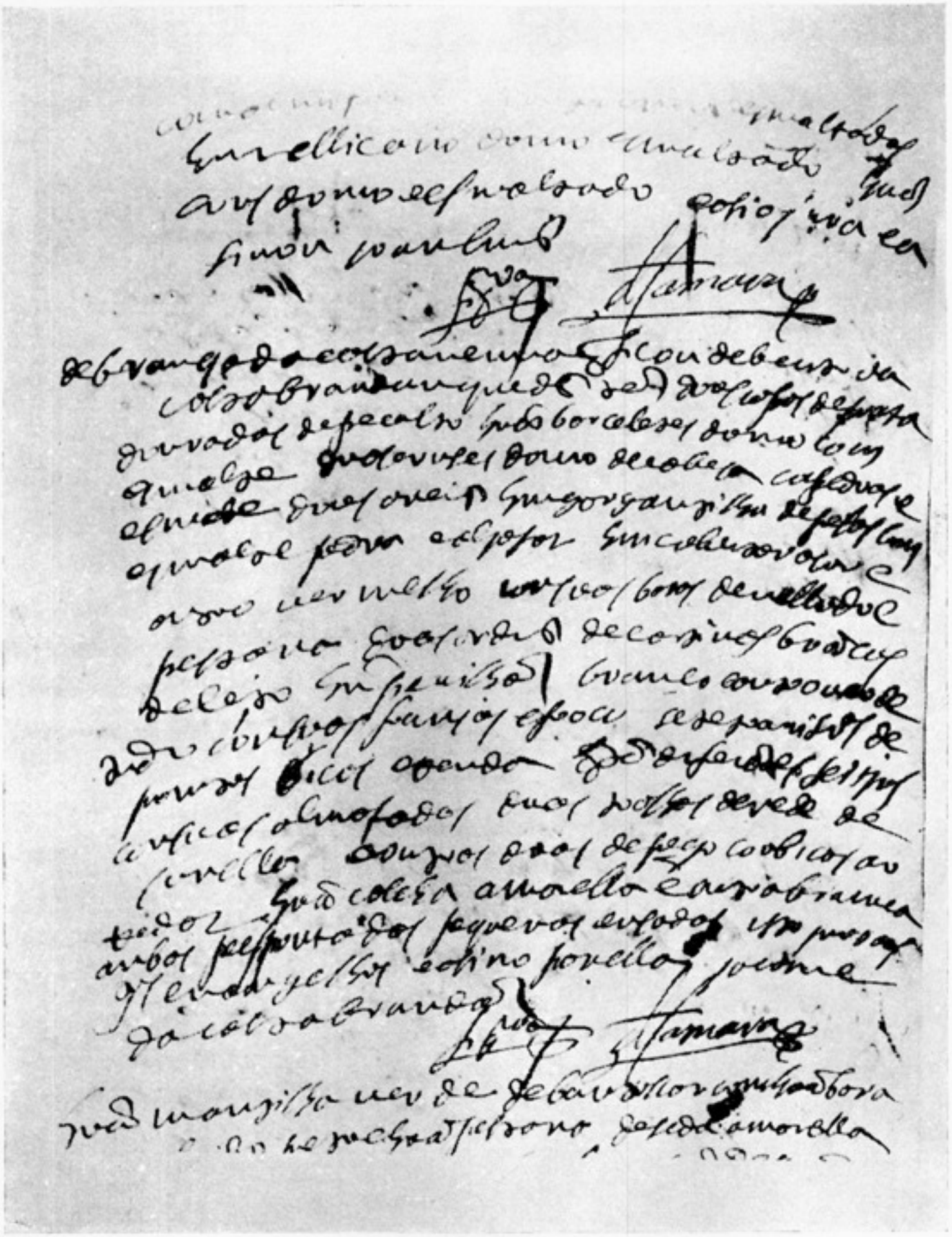
*

Podemos agora passar a ocupar-nos do novo documento.

Em 27 de Outubro de 1609 foram publicadas em Portugal uma Pragmática e uma Provisão Régia sôbre «*as coisas cujo uso seria defêso*» (1), e em que se ordenava o registo das «*coisas proïbidas que já estiverem feitas*». Em 3 de Janeiro seguinte, nova Provisão determinava o modo por que êsse registo se devia efectuar em Lisboa e nas demais terras do reino.

---

(1) João Pedro Ribeiro, *Índice Cronológico*, etc., parte I, pág. 23. Lisboa, 1805.



TRECHO DA FL. 138 DO LIVRO *PRAGMÁTICA 1610*
DO ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO

Na capital, onde havia dez julgadores do crime, cada uma das pessoas possuïdoras de peças das proïbidas por lei e que «as deva registar, fará um só rol delas jurado aos Santos Evangelhos, o qual rol entregará ao escrivão do julgador do seu bairro que terá um livro numerado pelo dito julgador em que trasladará os rois que se lhe oferecerem, o qual traslado será assinado pelo dito julgador, e o mesmo rol, depois de registado, se tornará a dar à parte, com certidão assinada pelo dito julgador, para o ter para sua guarda... e os ditos escrivães lançarão riscos nos ditos rois para que se não possa acrescer neles cousa alguma».

No resto do país, os registos seriam feitos perante os Juízes de Fora em suas jurisdições, observando-se as mesmas formalidades que em Lisboa.

Esta Provisão foi apregoada nas ruas e logares públicos do Pôrto em 3 de Julho de 1610, sendo o Juiz de Fora, licenceado Rodrigo da Câmara, e o tabelião Damião de Figueirôa Camelo, os encarregados de lhe darem execução.

Existe ainda milagrosamente no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto o livro de registos que serviu para aquele efeito; o seu interêsse não precisa de ser encarecido, pois fàcilmente se pode calcular a série de notas curiosas que aquela enorme quantidade de rois fornece a respeito das famílias do Pôrto dessa época, dos seus costumes, do seu luxo.

Nesse livro, que se intitula — *Pragmática, 1610* —, a fols. 138, encontra-se o seguinte rol, apresentado em 31 de Julho de 1610 (1):

— «*de branqa da costa, ueuua* que *ficou de bento*

(1) *Pragmática, 1610*, cit. fol. 126 v.º. Na transcrição, respeitámos a ortografia; a pontuação é nossa.

da / costa brandan, que deus tem: dous copos de prata / dourados de pee alto, huuns barceletes douro com / esmalte, duas cruses douro de cabesa co(m) pedras e esmalte, dous aneis, hu(m)a gargantilha de fexos com / esmalte pedra e aljofar, hu(m) cobertor asur e / outro uermelho com suas bar(r)as de uelludo e pestana, duas ordens de cortinas brancas / de leito, hu(m) pauilhão branco e outro uerde / tudo con suas franjas e froco, sete trauisseiros de / pomtos bicos e renda, que tem diferentes feitjos, / con suas almofadas, duas toalhas de rede de / sorella (1) *e outras duas de felpo coo(m) bicos ao / redor, huma colcha amarella e outra bramca, / anbas peespontadas, pequenas e usadas; isto juro aos / santos euangelhos e as(s)ino por ella jacome / da costa brandão*».

¿Que se sabe até hoje dos pais de Uriel?

Da mãe não há um único documento que lhe indique claramente o nome: — «O nome sacro-santo da mãe (escreveu a Sr.ª D. Carolina Michaëlis) Uriel mal o menciona no *Exemplar*, devido ao carácter dessa confissão. Nem cita outras pessoas de família. Apenas diz de passagem, com respeito à expatriação — *embarcámos não sem grande perigo, minha mãe, eu, e meus irmãos: mater mea et ego cum fratribus meis.* Desde 1883 é costume chamá-la Sara da Costa (2)». «Quanto à mãe já contei que uma *Sara da Costa* — homónima da mulher de Uriel, que falecera em 1622 — foi enterrada no cemitério de Oudekerk a 4 de Outubro de 1628. E a falta de qualquer indicação do seu estado civil, torna provável que se trate da mãe do anatematizado. O acrescento *mãe de Uriel da Costa*, nenhum judeu ortodoxo o te-

(1) Ou *corela?*

(2) *Uriel da Costa* — Sep. da «Rev. Un. Coimbra», pág. 43.

ria enunciado. A lei do silêncio assim o preceituava» (1). A mesma ilustre Professora, noutra passagem do seu excelente trabalho, falando da *expatriação de Uriel* e dos actos rituais pelos quais tôda a família Da Costa judaïzou, diz: — «O verdadeiro nome da mãe, que ignoramos, ficara sendo *Sara,* tal qual o da mulher. Os irmãos, cujos nomes de pia também se desconhecem, eram de aí em diante: Mardochai, Abraham, Aarão, Joseph. Gabriel — nome hebraico de um arcanjo (e que significa *homem de Deus*), passado ao Cristianismo pela poética scena da Anunciação — foi com pequena alteração transformado em *Uriel, luz de Deus,* nome de outro arcanjo» (2).

Resumindo: não tinha aparecido ainda nenhum documento que desse o nome de baptismo da mãe de Uriel, supondo-se, o que é aceite por tôdas as opiniões autorizadas (3), que após a judaïzação ela se chamou *Sara da Costa.*

Quanto ao marido desta, que já não existia quando a família emigrou, ignora-se quando faleceu. A Senhora D. Carolina Michaëlis, descrevendo a expatriação de Uriel diz: — «*O seu pai falecera, ignora-se quando*» (4) — e, na *Synopse cronológica da Vida,* etc., coloca o acontecimento — «*Depois da morte do pai, é chefe de família*» — entre as datas *1608 e 1610(?)* — e — *1606-1612(?)* (5).

O documento inédito que acabamos de apresentar fornece-nos alguns informes que esclarecem as duas questões. O nome de baptismo da mãe de Uriel — dessa figura inegàvelmente simpática de mulher que subiu com o filho um duro calvário de perseguições e misérias, que ficou vivendo com

---

(1) *Ob. cit.*, pág. 46.
(2) *Id.*, pág. 27.
(3) *Id.*, pág. 27, nota 2.
(4) *Id.*, pág. 25.
(5) *Id.*, pág. 159.

Uriel quando, excomungado, tôda a família, tôda a gente, lhe voltou as costas — o nome de baptismo dessa abnegada mulher era *Branca da Costa*. Não usava o apelido Brandão, que seu filho também não adoptara, o que indirectamente vem em refôrço da identidade de Bento da Costa Brandão, e o pai de Uriel da Costa. Branca da Costa era viúva em Julho de 1610, e sabendo-se que Bento da Costa Brandão ainda vivia em Março de 1601 (1), essas circunstâncias (que condizem absolutamente com os factos já conhecidos) provam que a morte do pai de Uriel se deu entre Março de 1601 e Julho de 1610.

« Em 1608 teria *(Uriel)* novo acesso de inquietação *(religiosa)* e ausentar-se-ia *(de Coimbra.)*... Mas quer houvesse agravamento do seu mal, quer o falecimento de seu pai o transformasse em chefe de família, e lhe desse inteira liberdade de continuar ou não continuar em Coimbra até ser graduado, Gabriel da Costa ficou no Pôrto » (2), assumindo o cargo de tesoureiro numa Colegiada.

Averiguado que em 1608 Gabriel da Costa abandonou (no último ano do curso, sem terminar a formatura) os seus estudos universitários, pode julgar-se com plena verosimilhança que a causa principal dessa resolução teria sido a falta do pai, que transformando-o em chefe de família, o deixara livre de seguir a vida que lhe aprouvesse. Assim somos levados a precisar um pouco mais : a morte de Bento da Costa Brandão deve ter ocorrido cêrca de 1608, e talvez neste próprio ano.

*

As notas que se seguem, respigadas no decurso das nossas últimas investigações no Arquivo da Misericórdia do

---

(1) Nosso trabalho cit., doc. V.

(2) D. Carolina Michaëlis, *op. cit.*, pág. 20

Pôrto, podem, talvez, relacionar-se com o problema biográfico que vimos estudando; publicamo-las a título de possível subsídio para futuras investigações e achados.

a) Pública-forma (de 1631) do testamento de Beatriz Martins, viúva de Inácio de Carvalho, escrito e aprovado em 23 de Julho de 1629, no qual é instituída herdeira universal e testamenteira «*Mónica da Cruz, mulher que foi de Jácome da Costa*» (1).

b) Um *Bento da Costa* (pai de Manuel da Costa Lopes, ordenado padre em 1653) (2) habitava no Pôrto no século XVII; pertenceu à Misericórdia, onde serviu o cargo de Tesoureiro durante muitos anos, sendo afinal riscado de Irmão, em 1676, por não querer exercer o logar de Mordomo da Bolsa (3).

c) Em 1655, fala-se dum *António da Costa Brandão* (4).

d) De 1714 a 1718 foi Capelão da Misericórdia o *Padre Gabriel da Costa* (5).

e) Em 1741 foi Escrivão da mesma Irmandade (cargo que só era confiado a altas personalidades) o *Cónego Joseph da Costa Brandão* (6).

f) Em 1757 arrematou umas casas nesta cidade ao Padre António da Costa Pôrto o *Capitão António da Costa Brandão* (7).

É evidente que entre os nomes apontados e a família de Uriel, pode não haver mais do que uma homonímia casual.

Porém, como nada se conhece de positivo sôbre essa família, sua ascendência e ramificações, pareceu-nos que não devia-

---

(1) H, B.co 6, n.º 14, fol. 195 v.º Cf. com o nome do signatário do doc. dêste estudo.

(2) D, B.co 8, n.º 5, fol. 246.

(3) D. B.co 8, n.º 6, fol. 49 v.º

(4) H, B.co 8, n.º 2, fols. 51 e 52 v.º

(5) D, B.co 8, n.º 6, fols. 223 e 371.

(6) D, B.co 8, n.º 6 *a*, fol. 41 e D, B.co 8, n.º 7, fol. 27 v.º

(7) F, B.co 2, n.º 9, fol. 10 v.º

mos deixar de registar aquelas semelhanças de nomes. Quem sabe?! Uma leve indicação pode dar uma pista fecunda, tanto mais que os desprezados arquivos do Pôrto (1) encerram, pelo menos estamos disso inteiramente convencidos, documentos que apenas esperam que os encontrem e os leiam, para revelarem o mistério que, em grande parte, ainda envolve a vida de Uriel da Costa, anteriormente à fatal emigração.

Pôrto, 3 de Maio de 1930.

A. de Magalhães Basto.

Prof. auxiliar da Faculdade de Letras do Pôrto

---

(1) Numa casa *sem vidros* nas janelas e quási *sem telhados*, encontram-se, há muito, num mísero abandôno, livros e documentos antigos, sem dúvida importantíssimos, que pertenceram, salvo êrro, ao Cabido da Sé do Pôrto. ¡¿ Quando as peias burocráticas consentirem que alguém, que por essas coisas se interesse, olhe por tais papéis, em que estado estarão êles ?! ¡¿Será Portugal um país civilizado?!...

CHIVALRY

A SERIES OF STUDIES TO ILLUSTRATE ITS HISTORICAL SIGNIFICANCE AND CIVILIZING INFLUENCE BY MEMBERS OF KING'S COLLEGE, LONDON EDITED BY EDGAR PRESTAGE — CAMÕES PROFESSOR

Em 1925, alguns professores de grande autoridade, fizeram um curso de conferências lidas, na secção de História, no King's College de Londres, durante as férias de Setembro.

O professor de História Medieval na Universidade de Londres, Hearnshaw, tratou do lugar que a Cavalaria tem na História; das origens da Cavalaria ocupou-se Jacob, do Christ Church de Oxford; O professor Shears de língua francesa da Universidade de Aberdeen, da Cavalaria em França; o professor de alemão da Universidade de Londres, Atkins, da Cavalaria na Germânia; o lente de Cervantes na Universidade de Londres, Pastor, da Cavalaria e das Ordens Militares na Espanha; Edgar Prestage professor da Universidade de Londres, da Cavalaria em Portugal; Sir Israel Gollanez, professor de língua e literatura inglesa na Universidade de Londres, da Cavalaria na poesia medieval inglesa; Byles, lente de inglês no colégio diocesano de Exeter, dos livros da galantaria medieval e dos romances em prosa da Cavalaria; e, finalmente, a Cavalaria e o ideal de um gentleman, é versado pelo professor de língua e literatura ingleza na Universidade de Londres, Reed.

Estas nove conferências, correspondendo cada uma delas

a um capítulo distinto, foram enfeixadas em volume pelo nosso querido amigo e eminente professor Edgar Prestage, e vem apresentado numa agradável edição, ornada de vinte e cinco estampas adquadas ao texto, entre as quais figuram a vista de Ourique, os retratos de D. Afonso Henriques e de El Rei D. Sebastião e a tomada de Arzila.

É dedicado o interessante livro a sua alteza-real o Príncipe de Galles, «prototipo nos nossos dias dos ideais da Cavalaria». Já no século XIV, um outro Príncipe de Galles, cognominado o Príncipe Negro, filho de Eduardo III, foi também consagrado como prototipo dos ideais da Cavalaria.

Até El Rei de Espanha, D. João I, depois de derrotado pelos ingleses, tem a nobreza de alma de os reconhecer como sendo a flor da Cavalaria do mundo. Não é menos lisonjeiro o depoïmento do cronista francês Froissart a tal respeito.

A *Chivalry* não pretende apresentar-se como um trabalho original, feito sôbre documentos primários, custosamente descobertos nos escaninhos mais reconditos de qualquer velho arquivo. É uma obra de vulgarização, aliás muito bem elaborada, bem nútrida pelo que de melhor se tem publicado sôbre o assunto em Inglaterra, Alemanha, França, Espanha e em Portugal, quer pelos mais remotos, quer pelos mais modernos historiógrafos da Cavalaria; resultando do inteligente cotejo de tão vasta e opulenta bibliografia, um trabalho de síntese perfeito, pelo seu método, sóbrio, claro, preciso, deixando-nos informados e duma maneira elegante e fácil, do mais importante que agora se sabe sôbre a decantada instituïção mediévica e a forma porque se apresentou em vários países da Europa. E diga-se em verdade: com respeito ao lugar que a Cavalaria tem na História, bem como sôbre as suas origens, já não seria fácil acrescentar novidades. Durante muito tempo ofereceram estes temas motivo para as mais

mirabulantes divagações, aonde transpareciam a viva fantasia e não raro a ingénua credulidade dos velhos autores. O primeiro a desembrulhar a Santa Ordem das fabulações em que a haviam envolvido, foi um escritor do século XVIII, La Cume de Sainte Palaye, nas suas *Memórias sôbre a antiga Cavalaria*, obra despreocupada de altas filosofias, oferecendo-nos, porém, uma narrativa, clara, escrupulosamente apurada e bem documentada.

Serviu êste notável trabalho de base aos estudos, já com carácter scientífico e pontos de vista filosóficos, em que se extremaram Guizot, Delecluse e sobretudo Leon Gautier. Deu-nos êste mestre insígne, a última palavra sôbre a Cavalaria Medieval na sua obra, verdadeiro tesouro de erudição e de acertado critério, intitulada: *La Chevalerie* (1884). Não se poderia pois, em campo já tão desbravado, contar com revelações inéditas.

Tirando os dois primeiros capítulos e ainda o sexto, nos restantes cuidou-se com mais carinho da Cavalaria romântica, nas suas brilhantes manifestações na poesia, no romance, do que pròpriamente da organização da Santa Ordem e das famosas associações monástico-guerreiros, chamadas Ordens Militares e que tantos serviços prestaram à Civilização Cristã, sobretudo na guerra contra os infiéis, quer na Europa quer no Oriente.

Esta predilecção ressaltando em páginas aliás muito agradáveis, explica-se bem, pelo facto de todos os seus autores serem lentes respectivamente, da língua ou da literatura, ou de ambas as disciplinas dos países cuja Cavalaria procuraram estudar, sentindo-se naturalmente mais à vontade, mais interessados, no laborar nos seus conhecidos campos literários, do que nos domínios menos amenos da História militar e politica.

O sr. Pastor, no capítulo V, ocupando-se da Cavalaria e das Ordens Militares em Espanha, expõe uma tese que ofe-

rece interesse. Citando a afirmação de Byron de que Cervantes num sorriso desfizera a Cavalaria (smiled Spain's Chivalry), riposta que o autor do *Don Quijote* amava a Cavalaria e a despeito do seu espírito crítico, formado no ambiente desafogado da Renascença, mantinha na sua obra culto pelos princípios essenciais que constituíam o generoso ideal da decantada instituïção.

Não há dúvida de que o Manco de Lepanto possuía uma alma de extremado cavaleiro. Provou-o durante tôda a sua acidentada vida. No grande dia de Lepanto, a bordo da galera La Marquesa, Miguel Cervantes ardia em febre e debelitado, amarelecido por grave doença fôra proïbido de tomar parte no combate. Desobedece e vai ocupar um dos postos mais perigosos e obra prodígios de valor.

Recebe duas feridas em pleno peito e perde a mão esquerda. Descrevendo em versos magistrais êste transe, confessa êle que tamanha alegria sentira pela vitória dos cristães sôbre o «cruel povo infiel», que mal sentira os seus heroicos sofrimentos físicos («a minha mão esquerda em mil pontos despedaçada espalhava o seu sangue»). Desta sinistra aventura lhe adveio a alcunha de *Manco*.

De uma vez que um miserável qualquer para o ridicularizar lhe chamou *Manco*, êle gritou-lhe indignado: «Essa mão foi com efeito despedaçada, não em uma taberna, mas no mais deslumbrante recontro que os séculos presentes têm visto e que verão os séculos futuros. Se as minhas feridas não brilham gloriosamente aos olhos dos que as observam, são estimadas daqueles que sabem aonde foram recebidas».

Quando um embaixador francês lhe ofereceu uma pensão, êle polìdamente lha recusou porque só de gente espanhola receberia auxílios. Orgulhoso do seu ofício de escritor, escreveu que todo o poeta deveria ser tido como fidalgo. E acrescentou a algures: «Se eu pensasse que um de meus

escriptos podesse inspirar qualquer inclinação para o vício, cortaria mais depressa a mão que me resta, do que publicar semelhante obra». Prisioneiro dos infiéis em Tunis, procurou evadir-se várias vezes, sem êxito, e então resolveu organizar uma conspirata para a qual congregou todos os prisioneiros cristãos que se achavam no mesmo cativeiro. Descoberta a tentativa, Cervantes acusa-se de ser o autor e único responsável dela, e pede aos seus carcereiros que o matem se tal lhes apraz, mas poupem a vida aos seus companheiros.

Bastam estes traços, muito ao de leve lançados, para que não possa haver dúvida de que o autor do *Don Quijote* possuia ânimo de verdadeiro paladino: bravo e até bravíssimo, aventureiro, generoso, orgulhoso, bondoso, desprendido de ganâncias, leal, amigo dos pobres e dos desgraçados, não lhe faltava a profissão de nenhuns dos componentes que constituiam o belo ideal da Cavalaria. Pois foi exactamente êsse ideal que o famoso *Dom Quijote* veiu murchar! Seria como que o de esfôrço inconsiderado, impulsivo, de um crente que vê a sua religião decair no aviltamento pelo desvario de seus ministros? Talvez. De resto a Cavalaria como instituïção real, eficiente, sentida na vida política e militar das sociedades europeias, essa por razões várias, desatara a empalidecer aos primeiros alvores da Renascença. Já os tiros das primeiras armas de fogo a haviam cruelmente varejado muito antes que a sua cruel caricatura representada no *Ingenioso Hidalgo* e os nacos de prosa prática, comodista, egoísta, do alvar, Sancho Panza lhe podessem causar prejuízo. A Cavalaria portuguesa porventura uma das mais resistentes, morria em Alcácer-Quibir, vinte e seis anos antes de sair a lume a 1.ª parte da 1.ª edição de *Don Quijote de la Mancha*.

O Capítulo VI *The Chivalry of Portugal,* foi elaborado pelo Sr. Edgar Prestage. É um trabalho notável que lhe dá honra e que nos honra. Historiador miticulosamente cons-

ciencioso, dotado de um critério sádio, claro e elegante na sua exposição, a nossa História Portuguesa, por sem dúvida tão bela e atraente, merece-lhe desde há muito os mais carinhosos desvelos, como o tem provado em tantas obras de mérito. No capítulo citado, o Sr. Prestage compendeia de uma maneira perfeita, exacta, justa e sempre com interêsse, tudo quanto consta de importante e curioso sôbre a Cavalaria e as Ordens Militares em Portugal. Estudando a sua estructura e regulamentação, a liturgia dos seus ritos, soube compreender e acentuar, o carácter bem distinto porque essa instituïção se afirmou entre nós.

Traceja tôda a famosa epopeia das nossas Ordens Militares quer na guerra contra os infiéis na Península, quer nos feitos que fizeram além-mar, na África e no Oriente. Tem emoção quando descreve o trágico dia 4 de Agôsto de 1578, em Alcácer Quibir, a morte do moço e desventurado monarca que soube morrer «como um herói de romance, mostrando a bravura de um cavaleiro andante» e não regateia louvores ao valor porque a gente portuguesa se portou em tão rude prova, e à lealdade com que serviu o seu rei até à consumação do sinistro drama. E conclue o capítulo, lembrando que trinta anos antes da jornada de África, João de Barros escrevera que Deus havia dado aos seus compatriotas o dom especial, acima de tôdas as nações, de serem defensores da Fé e leais no serviço dos seus Reis. Com esta citação comprova o ilustre professor de Camões na Universidade de Londres, como soube alcançar o verdadeiro espírito da Cavalaria Portuguesa.

Mas, o Sr. Edgar Prestage não se descuidou também de nos dar notícia da nossa Cavalaria-galante, das aventuras dos nossos Cavaleiros errantes, dos saraus palacianos, das justas, dos torneios, enfim dos nossos trovadores e jograis, da nossa literatura cavalharesca bem interessante.

A *Chivalary* é pois uma obra sã, conscienciosa que me-

rece um lugar de destaque em tôdas as bibliotecas daqueles que se interessam por estes curiosos estudos; e ainda mesmo aos que lhes são mais alheios, facilita o conhecimento de uma das mais belas e prestimosas instituïções que colaboraram na Civilização Cristã.

D. Thomaz d'Almeida Manoel de Vilhena.

GOMES FREIRE DE ANDRADE

Em 1887 quási todo o grosso do arquivo do Tribunal da Relação de Lisboa foi transferido para o extinto Convento da Estrêla e instalado na ala poente dêsse convento. Essa ala é um corredor de 67 metros de comprimento e 3 de largo, tendo 16 celas com janelas que deitam para a cêrca do Hospital Militar. Por Decreto de 12 de Outubro de 1919, essa parte do arquivo da Relação contendo 900 mil processos foi entregue à Administração das Bibliotecas e Arquivos, e em 15 de Junho de 1915 por decreto dessa data, foi a êsse depósito dado o nome de Arquivo dos Feitos Findos, ficando anexo à Tôrre do Tombo.

O Dr. Pedro de Azevedo dirigiu aquele Arquivo, e da sua estada ali, deixou um folheto intitulado *Ano e meio de vida do Arquivo dos Feitos Findos.* Mas, ou porque o tempo lhe fôra escasso, ou porque o erudito investigador não se lembrou, dêsse *ano e meio,* não resultou mais que um catálogo dos livros manuscritos que estavam apensos aos processos e que se referiam a inventários de cartórios de escrivães e de arquivos de casas comerciais. Os 900 mil processos continuaram a dormir a sono solto, atados em maços, muitos já roídos pelos vermes, e alguns envolvidos em pastas de bolor.

Em 1927 tomávamos conta da direcção dêsse Arquivo, e impulsionados pela nossa curiosidade resolvemos desmanchar ao acaso esses maços, para ver se se poderia tirar qualquer cousa de útil e aproveitável.

E tão felizes fomos que dentro em pouco descobriamos nos cubículos da *Índia e Mina* o processo da Conspiração de 1817, instaurado a Gomes Freire e aos seus amigos, e do qual todos os seus biógrafos modernos falavam (sem nunca o terem visto), porque se reportavam à *Análise da sentença proferida no Juizo da inconfidência em 15 de Outubro de 1817...*, por Manuel José Gomes de Abreu Vidal, Lisboa, 1820; à *Memória sôbre a conspiração de 1817,* por Joaquim Fonseca de Freitas, Lisboa, 1822; e à *Alegação de Facto e de direito* feita por Filipe de Medeiros, Lisboa, 1820. E de pesquisa em pesquisa, conseguimos reunir dentro em pouco tempo uma colecção de documentos referentes aos rendimentos e às dívidas de Gomes Freire, às providências dadas por motivo da instauração do processo de 1817, aparecendo também o processo movido contra êle quando regressou a Portugal de volta das campanhas napoleónicas, e ficando completa essa colecção com o processo em que Matilde de Melo, amante e companheira de infortúnio de Gomes Freire, se habilitou para receber a herança que êle lhe deixou em testamento.

É preciso dizer que nenhum dos biógrafos do marechal fala dos documentos abaixo mencionados, e nós não temos em vista senão apontá-los, como necessários para uma biografia completa que ha-de fazer-se algum dia.

Processo 555 — Ano de 1815. — Da Portaria do Govêrno que manda decidir à vista do processo se é culpado ou inocente o Tenente General Gomes Freire de Andrade.

Foi êste processo instaurado contra êle, prêso na Tôrre de Belém por se ter ausentado para França, indo servir com parte do exército português, quando o seu dever era tratar da defesa da Margem do Tejo e de Setúbal que lhe fôra incumbida, ao ameaço da primeira invasão francesa comandada por Junot.

Gomes Freire defendeu-se dizendo que fêz todo o possível para não entrar em campanha alguma contra Portugal; que fôra mandado para

França e ingressára no depósito de Grenoble; que partira para a Alemanha donde voltára com algumas tropas portuguesas para a Suíça e daqui para Grenoble; que voltára novamente para a Prússia e Polónia, tendo estado prisioneiro em Dresde, donde saíra para Paris ao tempo da instauração do legítimo Govêrno Francês; e que lhe fôra sempre impossivel saír de França, porque a polícia vigiava cuidadosamente os estrangeiros; e que por último se havia retirado para Londres. Abonava o seu comportamento, e aquele firme propósito, com atestados de D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses, Marquez de Marialva, estribeiro-mór, brigadeiro dos reais exércitos; do Duque de Luxemburgo; de D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmela; do Secretário Geral do Ministério da Guerra em França; que se havia entregado à prisão na Tôrre de Belém para se mostrar isento de tôda a suspeita de falta de patriotismo, e que a única mercê que recebera de Napoleão fôra a Legião de Honra, sem a pedir.

E o desembargador do Paço, António Gomes Ribeiro, ouvidos os juizes da Correição do cível da côrte, representou por último a Sua Magestade, sôbre a inocência completa do Tenente General Gomes Freire de Andrade.

*

Contas e documentos respeitantes aos negócios e pretensões do Ex.^{mo} Gomes Freire de Andrade:

Fols. 1: — Contas do estado da administração da casa de Gomes Freire ausente a soldo de França:

Receberam-se de Jerónimo Luís de Brito, rendeiro da Comenda de Mendo Marques, 1.866$585.

Pagou-se a um crèdor António Egas Moniz, 135$827. Pagou-se a Francisco Jerónimo Cardoso, 1.464$347. Existem em cofre, 276$411.

Arrendou-se em hasta pública a dita Comenda de Mendo Marques por 4 anos que devem principiar no S. João ao preço de 3.615$000 cada ano, livre de tudo, menos da contribuïção e pagos a quarteis adiantados, e andando ela até agora a 1.600$000 de renda anual. 1 de Julho de 1812.

Fols. 2: — Requerimento do Procurador da casa administrada de Gomes Freire de Andrade, dizendo que não tendo Jerónimo de Brito apresentado as suas contas, pede citação do mesmo no praso de 10 dias, em Évora onde mora. Despacho: Passe-se e faça sequestro nos frutos da Comenda. 28 de Janeiro de 1811.

Fols. 3: — Instrumento de arrendamento da comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo, no Arcebispado de Braga, de uma parte

Gomes Freire de Andrade e Castro, Marechal de Campo, de outra parte Jerónimo Luís de Brito, por tempo de 4 anos — datado de 15 de Fevereiro de 1803. E pelo preço de 1.600$000.

Fols. 4: — Requerimento do Procurador da administração da casa de Gomes Freire de Andrade dizendo que Jerónimo José de Freire não tem pago as rendas e pedindo para ser citada a viúva de Francisco Gomes Cota, fiador do dito rendeiro.

Fols. 5: — Requerimento de João António de Barros da Silva fiador e principal pagador de Pedro José do Couto, de Vila Viçosa, no arrendamento que fêz a Gomes Freire, pedindo nota dos seus bens.

No verso: — Informação de que se passaram ordens para se fazer sequestro às propriedades em Vila Viçosa, Jeromenha, Alandroal, Montemór e Beja, e se fizera sòmente sequestro nos Morgadios, Prasos e bens livres, de que é rendeiro Augusto Couto.

Fols. 6: — Petição na qual Gomes Freire diz que *verificando pela copia do alvará junto ter prorogação da supervivencia de 20 anos na Tença de 640 mil reis com o vencimento em 1 de Março de 1801, para se poder obrigar ao pagamento de dinheiro, que pediu de emprestimo, para suprir aos crèdores que o vexão, he graça de V. A. R. que não prejudica e concorre para os fins do socego do suplicante, que pede este pagamento no modo que puder ser.* Em 29 de Desembro de 1803.

Fols. 7: — Carta de Gomes Freire a Leonardo José dos Santos, pedindo-lhe o empréstimo de 30 moedas e mandando o recibo. Em 15 de Setembro de 1803.

Fols. 8 — Petição a S A. R. dizendo que tendo êle obtido por efeitos de Real Beneficência e Grandeza, supervivência de 20 anos na Tença de 640 mil reis que leva na folha das Saboarias de Vila Viçosa para as hipotecar a seus crèdores, como se vê da cópia do alvará junto, e porque Bernardo José dos Santos está pronto a satisfazer aqueles *(que afrontosamente perseguem o suplicante)*, obrigando-se a receber do Erário Real a importância dos 20 anos de supervivência por encontro, suplica a S. A. R. lhe faça a graça de mandar ao Presidente do Erário para pagar na forma pedida, tornando assim propício e eficaz aquele alvará e *salvando o suplicante do vexame e triste situação em que se acha perseguido de crèdores.*

Fols. 9: — Cópia do alvará concedendo 20 anos de supervivência na Tença de 640 mil reis de cada ano na folha das Saboarias de Vila Viçosa, visto êle não poder hipotecar os bens de seu Morgadio.

Fols. 10: — Cópia do Decreto do Príncipe Regente, mandando que nas entregas que Leonardo José dos Santos houver de fazer no Real

Erário se encontre a importância dos 20 anos de Tença conforme se diz no Alvará referido, e manda também que da vitalidade daquela Tença se abata a competente décima dos referidos 20 anos.

Fols. 11: — Letra de câmbio em que Gomes Freire se obriga a pagar a Manuel Martins Viana, a 50 dias de vista, 200 mil reis. Lisboa, em 16 de Junho de 1803.

Nessa mesma Letra, há o recibo de Viana daquela quantia e o recibo da quantia de 100 mil reis que Gomes Freire pediu a Leonardo José dos Santos.

Fols. 12: — Recibo passado por António José Pinto da quantia de 600 mil reis, pagos por Leonardo José dos Santos por conta do que Gomes Freire lhe devia. Recibo passado por Gomes Freire a favor de Leonardo José dos Santos da quantia de 916 mil reis, sendo 504 mil em moeda e 412 mil em papel, e cuja quantia lhe levará em conta na entrega que deve fazer de outra maior, conforme procuração, quando cobrar do Real Erário. Lisboa, 6 de Março de 1804.

Fols. 13: — Recibo passado por Miguel António de Araujo e Abreu a favor de Leonardo José dos Santos da quantia de 3 contos de reis que lhe foram pagos em 3 letras sôbre êle mesmo. Lisboa, 15 de Outubro de 1804.

Fols. 14: — Recibo passado pelo Conde de Caparica a favor de Leonardo José dos Santos da quantia de 3:200 mil reis em 3 letras. Lisboa, 14 de Maio de 1804.

Fols. 15: — Declaração de Gomes Freire sôbre a importância das suas dívidas e o que lhe restava depois de pagas aquelas dívidas, perfazendo um total de 10.908$000 resultante da cobrança, com o recibo passado a favor de Leonardo José dos Santos daquela quantia.

Fols. 16: — Conta da importância dos descontos feitos na Tesouraria Geral dos ordenados na adição de 640 mil reis que anualmente Gomes Freire leva na folha das Saboarias para satisfação dos 2.400$000 que a êle se adiantaram por Decreto de 1 de Outubro de 1793, cujos descontos se devem contar desde os anos de 1793 até 1802.

*

Outra colecção de documentos. Tem uma capa de papel com estes dizeres:

Sentença e mais papéis sôbre os réus que conceberam o detestável e horroroso desígnio de suscitar uma sublevação para o fim de mudar o Govêrno estabelecido pelo Legítimo Soberano desta Monarquia, o Au-

gustíssimo Senhor Rei Dom João o Sexto, intentando substituir-lhe outro revolucionário com o fingido título de *Conselho Regenerador*.

Está inclusa a sentença que julgou a inutilidade desta, declarando estes infelizes restituídos à sua dignidade cívica, prerogativas, honras, bens e direitos.

Fols. 2: — Conta do Intendente Geral da Polícia sôbre a irregularidade e precipitação com que o Juiz do crime do Bairro da Ribeira, José Carlos Xavier da Silva, malogrou a prisão de Manuel Inácio de Figueiredo, sócio da conspiração.

Fols. 5: — Aviso da Intendência Geral da Polícia expedido ao desembargador Juiz do crime do Bairro da Ribeira para prender Manuel Inácio de Figueiredo, criado de servir e irmão de um oficial do regimento de Infantaria 4.

Fols. 6: — Conta do Juiz do crime do Bairro da Ribeira sôbre a mesma prisão.

Fols. 9: — Cartas e consultas da Mesa da Consciência e Ordens com as sentenças de exautoração e relaxação das Ordens Militares em que eram professos alguns réus da conspiracão. A saber:

Gomes Freire de Andrade, comendador da Ordem de Cristo.

Manuel Monteiro de Carvalho e Pedro Ricardo de Figueiró, cavaleiros da Ordem de Aviz.

Fols. 23: — Ofício ao Oficial da Secretaria de Estado, mandando riscar os decretos de Mercê do Hábito e Comendas e os registos das Portarias que se expediram aos mesmos réus.

Fols. 25: — Sentença proferida contra os réus de alta traição pela conspiração descoberta em Maio dêste mesmo ano de 1817.

(É um exemplar conferido e assinado pelo Escrivão respectivo, o desembargador Luis Gomes Leitão de Moura, tendo êste exemplar 26 páginas e tendo sido impresso em Lisboa na Impressão Régia no ano de 1817).

Fols. 40: — Conta do Intendente Geral da Polícia declarando ter feito observar o espírito público por ocasião da Sentença pronunciada contra os réus da conspiração; resultando das mesmas observações o conhecimento seguro de ser a compaixão o sentimento dominante, acompanhado de um justo horror para o atrós delito de que se tornaram cumplices os ditos réus. Achava também que murmuravam alguns da decisão favorável a respeito do Barão de Eben atribuindo-a à qualidade de estrangeiro e à influência inglesa. Expõe igualmente que seria útil enviar à Intendência um número suficiente de exemplares da sentença para serem transmitidos aos corregedores das comarcas, afim de

que os Povos, por um modo autêntico tenham notícia da punição do crime, assim como a tiveram pela Portaria de 31 de Maio, da conspiração projectada.

Fols. 42: — Conta do Intendente Geral da Polícia remetendo os papéis que por aviso de 21 de Outubro foram mandados apreender nas casas em que havia residido o réu Gomes Freire de Andrade; os quais papéis vieram para o Govêrno em um baú fechado e pregado.

(Em 4 de Novembro de 1817 mandou o Sr. Ricardo Raimundo Nogueira, um dos Senhores Governadores do Reino, que fôsse para sua casa o dito baú; e no referido dia o fez conduzir e acompanhou o Correio Manuel Ribeiro Subtil).

Fols. 50: — Informação da Intendência sôbre um requerimento do Barão de Eben em que pede que lhe sejam entregues um livro que contém os nomes das pessoas suas conhecidas de diferentes Reinos e um Diário traduzido do alemão em português.

(Foi escusado em 29 de Novembro de 1817).

Fols. 55: — Conta do Intendente Geral da Polícia remetendo por cópia a que recebeu do Comissário da Polícia do Pôrto referindo à impressão que havia causado um artigo do *Investigador* na parte em que censura a sentença proferida e executada nos réus da conspiração.

Fol. 58: — Ofício do Intendente Geral da Polícia dizendo que em observância da Real Ordem manda um papel *Sôbre o estado da nação* que foi apreendido a Veríssimo António Ferreira da Costa, e que não foi junto ao processo por assim lhe ter sido ordenado em sessão do Govêrno, e que enviou um exemplar para a Côrte do Rio de Janeiro, como lhe foi ordenado.

Fols. 59: — Relação dos papéis separados no exame dos que foram remetidos a esta Comissão pelo Intendente Geral da Polícia, pertencentes ao prêso Veríssimo António Ferreira da Costa. Entre êles está a cópia de uma «Representação dirigida aos Senhores Governadores sôbre objectos diversos relativos ao Govêrno do Reino» com data de 20 de Abril do presente ano, compreendendo 8 meias fôlhas de papel de Olanda. Lisboa, 7 de Julho de 1817.

Fols. 60: — Cópia dum ofício mandando declarar ao desembargador Pedro Duarte da Silva que êle deve permitir ao prêso Gomes Freire todos os meios de indispensável defeza no processo, e que se deve ter tôdas as cautelas para segurança da sua pessoa, e que ela Silva deve entender-se com o Marechal Archibaldo Campbell a cujo encargo está o comando da Tôrre de S. Julião e principal responsável militar pela guarda e segurança do mesmo Gomes Freire.

Fol. 64: — Representação dirigida ao Príncipe Regente assinada pelo Marquês de Borba, Ricardo Raimundo Nogueira e Alexandre José Ferreira Castelo, dizendo que Gomes Freire pretendia fazer declarações sôbre a conspiração; essas declarações em 4 meias fôlhas de papel, duas a que êle chama *protesto* e outras duas a que chama *provas* não são mais que o ataque o mais *directo, calunioso e atrós* contra todos os membros do Govêrno em geral, especialmente contra o Principal Sousa e D. Miguel Pereira Forjaz; que essa produção *é a prova mais evidente da cegueira com que a Providência permite muitas vezes que se ofusque o entendimento dos homens para os inexcrutáveis fins que ela conhece;* que as declarações dêle, Gomes Freire, e de todos os co-réus justificam cabalmente as resoluções do Govêrno, tanto mais que os conjurados estavam esperançados de tudo conseguir, quando por ocasião do recrutamento e quando a massa geral da Nação mais indisposta estivesse contra o Marechal General (Beresford), os seus planos e pasquins haviam-de inflamar o descontentamento do povo; que as suas declarações, ainda que provadas tôdas as calúnias e falsidades nelas apontadas, não podiam suspender o curso ordinário da justiça, por isso que não eram êles que haviam de julgar, mas sim magistrados *circunspectos de maior inteireza;* e que em virtude de deliberação êles resolviam não juntar aquelas declarações ao processo para não perturbar a sua marcha, mas sim enviá-las a Sua Magestade; *que o reu Gomes Freire havia morrido da maneira mais cristã e edificante, pedindo perdão às pessoas a quem tinha ofendido e com especialidade a D. Miguel Pereira Forjaz, por isso que o principal Sousa já a êsse tempo era falecido.* Lisboa, 29 de Novembro de 1817.

Fols. 86: — Sentença que julgou a nulidade da que foi proferida em 19 de Setembro de 1817, contra os infelizes que foram processados e justiçados no Campo de Sant'Ana.

O Senhor Raúl Brandão no seu livro *Gomes Freire* (na nossa opinião o melhor e mais completo que se tem publicado sôbre o assunto) transcreve o testamento de Gomes Freire. Nêste se diz «ser Matilde de Melo a herdeira de todos os bens livres que adquiriu, direitos e acções que lhe pertencem ou possam pertencer» e a ela deixa também «todos os seus serviços e as supervivências que tem nas comendas, uma de 20 anos na de Mendo Marques, a outra de 6 anos na de Santa Maria de Medões».

Matilde de Melo para cumprimento do testamento requereu a habilitação necessária para serem decretados a seu favor os serviços de Gomes Freire. Foi resolvido que ela se habilitasse por sentença no juízo competente das justificações do Reino. A sua pretensão foi indeferida, visto que a validade ou nulidade do testamento era negócio que só poderia decidir-se pelo poder judicial. Demais a herdeira não era parenta do falecido, e a dispensa dêsse facto, que também se requeria, não considerada pelo Regimento das Mercês, só podia ser concedida pelo Poder Legislativo.

Assim, Matilde de Melo, companheira de infortúnio de Gomes Freire, nada possuía depois da morte dêste, e não admira que ela trilhasse o Calvário das misérias humanas, dando-se a quem a protegesse no invencível afan de matar a fome.

Temos notícia dela no dia 8 de Outubro de 1829 (12 anos depois da tragédia) ¡e nesses 12 anos, quantas privações e quantos desesperos!

Uma denúncia anónima (1) dizia o seguinte:

= Sube hoje q̃ a amazia q̃ foi de Gomes Freire q̃ tem Penção pelo R.l Erario; e q̃ está com ella o Sirurgião Mór q̃ foi e veio da divizão, e q̃ a Caza da tal he uma alfandega de malhados e mais não digo; tudo está cada vez mais cheio dos malhados =.

João Jardim de Vilhena.

---

(1) Pasta *Gomes Freire*, Feitos Findos.

ENSAIO SOBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS» (1)

PLANO

1.ª DIVISÃO

Da ligação das palavras na oração

SECÇÃO I

Sintaxe de concordância

Assuntos: { *Incongruências na sintaxe de concordância*
Atracção sintáctica

SECÇÃO II

(sem título) (2)

Capítulo I

Das palavras nominais

1) Do substantivo:

Assuntos: — *Cidade Beja* (*Urbs Roma*)

2) Do adjectivo:

Assuntos: — *Trajectio epithetorum*

3) Dos pronomes:

Pronome indefinido.

Assuntos: — *Hũs... hũs...* (*alii... alii...*)

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 300.

(2) Assim vem na edição da «Sintaxe histórica», que, como é sabido, é póstuma e, no seu conjunto, não chegou a ser revista pelo autor. O título que mais convém a esta secção parece-me ser: *Das relações sintácticas das categorias morfológicas*.

Capitulo II

Preposições que substituem casos latinos

Assuntos: — *Pela Arabica lingoa perguntavão (Græca lingua loquentes).*

Capitulo III

Da conjunção

Assuntos: { *Mas porem (sed tamen)*
Quasi (quasi, tanquam).

APÊNDICE

Da negação

Assuntos: — *Negação mitigada*

CASOS DUBITATIVOS

Assuntos: { *Acusativo do objecto interno ou figura etimológica*
Adjectivo com função adverbial
(Qual = como)
Que tantos...? (quæ tanta...?)
He de vassallos o exercicio (Est regis tueri subditos)
Hysteron — próteron
Hendíadis
Quiasmo

2.ª DIVISÃO

Do emprêgo dos modos e tempos e da ligação das orações

SECÇÃO I

Do emprêgo dos modos e tempos

Capitulo único

Do participio

Assuntos: — *Reaparecimento do participio futuro activo*

SECÇÃO II

Da ligação das orações

Capitulo único

Da subordinação

Assuntos:
- *Qual... tal...* (*qualis... talis...*)
- *Orações simultâneamente relativas e conjuncionais*
- *O qual como...* (*qui cum...*)
- *Estorvar que não...* (*impedire ne...*)
- *Já... quando...* (*jam... cum...*)
- *Não de outra sorte... que...* (*non aliter... quam...*)

SECÇÃO III

Da colocação

Assuntos:
- *Prolepse pròpriamente dita*
- *Prolepse do sujeito ou complemento da oração integrante para a subordinante sob a forma de complemento introduzido pela preposição «de»*
- *Transposição de adjectivos da oração subordinante para a subordinada relativa*
- *«O», apósto explicativo, condensando em si uma oração integrante expressa na seqüência.*

CASOS DUBITATIVOS

Assuntos:
- *Nome + particípio = nome + genitivo objectivo*
- *Vestígios possíveis da oração relativa final.*

Assacar-me-hão possìvelmente o eu ter-me cingido ao plano de Epifânio Dias e o terem sido registadas por êle a maior parte das regras aqui estudadas. Evidentemente eu não podia nem devia fazer tábua rasa dos ensinamentos da «Sintaxe histórica portuguesa», livro *sui generis* na nossa bibliografia filológica, nem dos da edição dos *Lusíadas* do

mesmo Epifânio. Mas uma cousa é aproveitar e coordenar os materiais coligidos por um homem de sciência, outra cousa é plagiá-lo sem discernimento (1).

Cumpre-me responder de antemão que:

1.º — a par dos latinismos sintácticos já anteriormente registados por E. D. ou por outros camonistas e filólogos, figuram outros, em menor número, descobertos *meo labore;*

2.º — divergi de E. D. em vários pontos (2);

3.º — mesmo nas regras já registadas por E. D. ou por qualquer outro filólogo, quis dar um cunho pessoal ao meu trabalho e por isso me esforcei, sempre que pude, ao fazer o paralelo entre o português de Camões e o latim clássico, por aduzir exemplos de autores latinos achados nas minhas *leituras pessoais* (3).

---

(1) Cfr. sôbre o senso comum que me assiste estas palavras bem oportunas do pensador francês Charles Wagner: «Toutes les expériences, dures quelquefois, du passé constituent pour nous un trésor dont personne ne pourrait se rendre maitre par ses seules forces. Il n'est donné à aucun homme de recommencer à vivre comme s'il vivait le premier». E mais adiante: «Un homme qui méconnaîtrait ce rôle de la tradition dans le développement commettrait la faute la plus grossière et se priverait, de propos délibéré, de ce qu'il y a de meilleur. Cela n'empêche pas chaque individu et chaque nouvelle génération d'examiner le patrimoine que lui lèguent les anciens». (C. Wagner, *Vaillance,* 23.ª ed., págs. 42-43).

(2) Mais adiante se verificará pormenorizadamente a verdade desta afirmação. Quanto à sintaxe, cfr. p. ex. a interpretação diversa que um e outro damos à sintaxe de v, 60, 8: onde êle vê uma transposição de adjectivo duma oração para outra, vejo um interessante caso de reaparecimento artificial do particípio futuro. Cfr. ainda as interpretações diversas de IX, 26, 1-4; onde E. D. parece ver uma prolepse, vejo apenas uma vulgar oração consecutiva. Divergências em outros domínios já foram acentuadas na *Introdução,* a propósito do valor dos confrontos de F. e S., e na *Fonética,* a propósito dos vocábulos do tipo «quasi», «iniquo».

(3) Dessas leituras pessoais em que colhi construções similares às

I.ª DIVISÃO

Da ligação das palavras na oração

SECÇÃO I

Sintaxe de concordância

1) *Incongruências na sintaxe de concordância.*

a) *Concordância do predicado não com o sujeito, mas com um apôsto ao sujeito.*

> Quando *os Deoses* por ordem respondendo,
> Na sentença *hum* do outro *difiria*,
>
> *Lus.* I, 30, 2-3.

> Vedelos *Alemães*, *soberbo gado*,
> Que por tam largos campos se apacenta,
> Do sucessor de Pedro rebelado,
> Nouo pastor, & noua ceita *inuenta:*
>
> VII, 1, 1-4.

Já E. D. pusera o dedo em ambos estes ex., que registara como latinismos sintácticos. Na «Sintaxe histórica portuguesa (1)» chama a esta construção *liberdade poética e imitação do latim.*

O fenómeno em questão, dentro da sintaxe latina, foi estudado por Madvig (2) e Riemann (3).

---

dos *Lusíadas* destacam-se em primeiro lugar as obras com que mais estou familiarizado: na poesia a *Eneida*, e na prosa o *Brutus*, de Cícero. Vêem depois, na poesia, os *Fastos* de Ovídio; e, na prosa, outras obras de Cícero, a 2.ª *Catilinária*, o *De oratore;* a *Vida de Agrícola*, de Tácito; excertos de Tito Lívio e de Cornélio Nepos.

(1) § 21.

(2) Madvig, *Gramática latina*, trad. de E. D., Pôrto, 1872, § 217 e obs. 1.ª.

(3) Riemann, *Syntaxe latine d'après les principes de la méthode historique*, 7.ª ed, Paris, 1927, c. IV, § 25, b. Considera o caso como uma particularidade do fenómeno de ordem geral a que chama *accord d'après le voisinage*, independentemente da categoria *apôsto*.

Afora os ex. desta construção (em latim) citados por E. D. (1), registei nas minhas leituras pessoais dois exemplos paralelos:

> «Hunc qui audierant *prudentes homines*, in quibus *familiaris noster L. Gellius*... canorum oratorem, et volubilem et satis acrem, atque eundem et vehementem et valde dulcem et perfacetum *dicebat*».
>
> Cic. *Br.* XXVII.

> «Nam illorum *urbem* ut *propugnaculum oppositum* esse barbaris, apud quam jam bis classes regias fecisse naufragium».
>
> C. Nepos, *Them.* 7, 5.

O primeiro ex. é análogo aos dos *Lus.* O segundo tem uma variante: é na categoria do *género*, e não na do *número*, que se verifica a concordância do predicado com o apôsto ao sujeito.

Em grego registei um ex. análogo a êste último:

> Ὡς οὐδέν ἐστιν οὔτε πύργος οὔτε ναῦς,
> ἔρημος ἀνδρῶν μὴ ξυνοικούντων ἔσω.
>
> Sófocles, *Rei Edipo*, vv. 56-57.

b) *Aposto no plural, ligado a dois sujeitos no singular, que têm o verbo no singular.*

> *Tentou Peritho & Theseu*, de *ignorantes*,
> O Reino de Plutão horrendo & escuro,
>
> II, 112, 3-4.

> Que *o Ibero* o *vio, & o Tejo, amedrontados.*
>
> III, 60, 6.

(No 1.º ex. o verbo está colocado antes dos dois sujeitos, no 2.º está intercalado entre ambos).

Já E. D. pusera o dedo nesta construção, apontando-a como «sintaxe estranha presentemente» mas com «exemplos

---

(1) Tácito, *Annales*, XIII, 37; Cic. *Br.*, LV.

nos escritores latinos»; e citara a propósito o ex. de Cícero, *In Verr.*, II, 4, 92: «*Dixit* hoc apud vos *Zosippus et Ismenias, homines nobilissimi* (1).

c) *Determinação ou apôsto no plural, ligado a um nome no singular (mas colectivo), com verbo no singular.*

> Logo *todo o restante* se *partio*
> De Lusitania, *postos em fugida*,
>
> III, 82, 1-2.

> *A gente* da cidade aquelle dia
> (*Hũs* por amigos, *outros* por parentes,
> *Outros* por ver somente) *concorria*
> *Saudosos* na vista & descontentes:
>
> IV, 88, 1-4.

Já E. D. pusera o dedo nestes ex. e aduzira como paralelo o passo de Tito Lívio, XXI, 27: *pars magna nantes.*

*

2) *Atracção sintáctica.*

> *Esta* he a ditosa *patria* minha amada
>
> III, 21, 1.

J. L. de V. registou êste latinismo sintáctico (2); diz ele: «a ideia contida no pronome *esta* substitui, como creio, a de «isto» por «êste reino» (estância 20); o género de *pátria* atraíu o do pronome neutro».

É o fenómeno da *atracção* (3) vulgar na sintaxe latina: o

---

(1) Madvig, *op. cit.*, § 213, obs., explica o emprêgo do verbo no singular pela sua posição na frase, antes dos sujeitos. Riemann, *op. cit.*, § 23, b, considera o fenómeno como um caso de concordância do verbo com o sujeito mais próximo *e tambem não se refere ao apôsto.*

(2) *Lições de filologia portuguesa*, 2.ª ed., pág. 313.

(3) Atracção em sentido lato é afinal também o caso estudado em

pronome demonstrativo sujeito (que lògicamente deve estar no género neutro, ou aqui possìvelmente no género masculino, que em geral substitui em português o neutro) *é atraído ao género do substantivo nome predicativo* (aqui: feminino).

Considerado dentro da sintaxe latina, o fenómeno é elementar e como tal vem nas gramáticas elementares (1).

Nas minhas leituras pessoais tomei nota de vários exemplos análogos, em que a atracção sintáctica se verifica em latim, quer com o pronome demonstrativo (como aqui), quer com o relativo:

«Tum Brutus, Mihi quidem, inquit, nec iste notus est, nec illi, sed *hæc* mea *culpa* est».

Cic. *Br.* xxxv.

«At si quis est talis, quales esse omnes oportebat, qui in hoc ipso, in quo exsultat et triumphat oratio mea, me vehementer accuset, quod tam capitalem hostem non comprehenderim potius quam emiserim, non est *ista* mea *culpa,* sed temporum».

Cic. 2.ª *Catilinária,* II.

«Exstat ejus peroratio, *qui epilogus* dicitur».

Cic. *Br.* xxxiii, 127.

«Ante hunc (Isocratem) enim verborum quasi structura et quædam ad numerum conclusio nulla erat, aut, si quando erat,

---

1) *a*) e considerado por Riemann, à semelhança dêste, como um caso de «accord d'après le voisinage». *Aí é o aposto que atrai o predicado,* impedindo-o de concordar com o sujeito; aqui *é o nome predicativo que atrai o sujeito,* impedindo-o de conservar o género que lògicamente deveria ter.

(1) Cfr. v. g., Paul Crouzet, *Grammaire latine simple et complète,* pág. 84. Cfr. ainda Madvig, *op. cit.*, § 313, e Riemann, *op. cit.*, § 25, *d.* É característico da sintaxe ciceroniana; cfr. Beauchot, *Cicéron — Oeuvres choisies,* «Notes grammaticales», pág. 819 (7.ª ed.).

non apparebat eam dedita opera esse quæsitam — *quæ* forsitan *laus* sit».

Cic. *Br.* VIII, 33.

«Gnæus Iulius Agricola. . . utrumque avum procuratorem Cæsarum habuit, *quæ* equestris *nobilitas* est».

Tac. *Agricola*, IV.

SECÇÃO II

Das relações sintácticas das categorias morfológicas

Capitulo I
Das palavras nominais

1) *Do substantivo.*

Cidade Beja... (Urbs Roma...)

Camões escreve:

Ia tinha vindo Anrique da conquista
Da *cidade Hyerosolima* sagrada,

III, 27, 1-2.

Ia na *Cidade Beja* vay tomar
Vingança de Trancoso destruida

III, 64, 1-2.

Guardalhe por entanto hum falso rei,
A *cidade Hierosolima* terreste
Em quanto elle não guarda a sancta lei,
Da *cidade Hierosolima* celeste:

VII, 6, 1-4.

Não longe o porto jaz da nomeada
Cidade Meca,

IX, 2, 5-6.

Destroirâ a *cidade Repelim*

X, 65, 1.

Que da *cidade Armuza*, que ali esteue

X, 103, 7.

mas a par disto:

A *cidade de Silves* tem cercado,

III, 86, 3.

Do mesmo modo, aparece nos *Lus.* com «*ilha*» a mesma dualidade de construção:

... com *Ceilão insula* confronta,

VII, 19, 4.

A noua *ilha Maluco*, ...

IX, 14, 7.

A nobre *Ilha Samatra*, ...

X, 124, 3.

e a par destas expressões:

Ilha de sam Lourenço, ...

I, 42, 6.

Passamos a grande *Ilha da Madeira*

V, 5, 1.

Com *reino* a mesma dualidade:

Onde o *Reino Melinde* ja se via.

II, 73, 2.

Começa o *Reyno Ormuz*, que todo se anda

X, 101, 5.

mas, em compensação:

Se faz temer ao *Reino de Granada.*

III, 112, 8.

Tambem vem lá do *Reino de Toledo*,

IV, 10, 1.

Sobre o potente *Reino de Castella*,

IV, 57, 4 (1).

---

(1) O tipo *cidade Beja* aparece ainda, com *forte Baçaim*, em X, 61, 5. Regista-se a construção hoje normal, com outros vocábulos, em III, 42, 5; X, 106, 1 e 5.

Serão *latinismos sintácticos?* Será o reaparecimento da regra *Urbs Roma, terra Hispania*(1)? Ou o emprêgo e a elipse da preposição «*de*» dependerão apenas de necessidades métricas?

E. D. não se pronunciou sôbre a latinidade desta construção; registou o paralelo com a construção latina no com. a III, 27, 1-2, e apenas observou ser «sintaxe usada antigamente na própria prosa».

Até ver as provas de que se trata duma construção transmitida pela herança da língua popular, creio na latinidade dêste esquema. É preciso no entanto observar que, no caso de se tratar dum autêntico latinismo, *não é em Camões um latinismo de primeira mão,* pois já aparece em quinhentistas anteriores a êle, cfr.:

«O estado do *Reyno Ormuz* está em estas duas costas,...»

Barros, II, 2, 2 (2).

«E da nossa banda temos já a *cidade Babilonia* que he muy forte».

Jorge Ferreira de Vasconcellos (3)

Objectar-se-há que formas similares aparecem na língua popular e são atestadas pela toponímia; cfr. v. g.: Varatojo, Matacães, Ponterol (4).

Evidentemente estas formas ascendem a Vara-*de*-tojo,

---

(1) Regra tão elementar da sintaxe latina que sôbre ela é inútil insistir. Só vale a pena registar que houve infracções, cfr.:

... quis *Trojae* nesciat *urbem?*

Verg. *En.*, I, 565.

(2) Citado por E. D. no com. a X, 101.

(3) *Memorial das proezas da segunda Tavola Redonda,* cap. 16, pág 82, da edição de 1867. A 1.ª ed é de *1567*. Êste ex. foi-me comunicado pelo Sr. Dr. José Maria Rodrigues.

(4) Nomes de povoações rurais no concelho de Torres Vedras.

Mata-*de*-cães, Ponte-*de*-rol (1). Como nos ex. citados, deu-se a elipse da preposição «de» em compostos.

Mas é preciso levar em conta que:

a) tais formas não são a regra geral na toponímia popular, pois são em maior número aquelas em que subsiste a preposição «*de*»: Ponte *de* Lima, Vila *de* Rei, Castelo *de* Paiva, Cabeço *de* Vide, Oliveira *de* Frades, Rio *de* Galinhas, etc.

b) tais formas da toponímia não podem ser postas em paralelo com os ex. registados nos *Lusíadas*, porquanto em *cidade Beja*, *reino Melinde*, há bem no espírito uma dualidade de ideias, combinadas «per accidens», ao passo que as formas do tipo *Varatojo* correspondem a uma só noção nominal, que, devido a uma perda de consciência glótica, já se não pode decompor e que designa uma única coisa (2).

c) os ex. dos *Lusíadas*, *do mesmo modo que os da língua latina*, limitam-se a termos topográficos: *cidade, ilha, reino*, etc. (cfr. *urbs, terra*, etc.).

2) *Do adjectivo.*

Trajectio epithetorum.

E. D. escreve (3):

«Ainda que é ponto que pertence pròpriamente à estilística, observar-se-há neste lugar que a literatura clássica, *imitando o latim*, quando um adjectivo pertence para um de dois substantivos ligados pela preposição *de*, concorda às vezes o adjectivo com o outro substantivo:

> Vem arneses, & peitos reluzentes,
> Malhas finas, & laminas seguras,

---

(1) Para Matacães há outra hipótese menos provável: Mata-cães, à semelhança de Tira-dentes.

(2) Esta perda de consciência glótica é tão evidente que o povo da região diz *em Varatojo*, ao passo que os de fora dizem *no Varatojo*, provàvelmente porque associam sempre a êste nome a ideia de *convento*, palavra do género masculino.

(3) *Sintaxe histórica portuguesa*, § 52, *b*.

Escudos de pinturas differentes,
Pilouros, *espingardas de aço puras,*

Lus. I, 67.»

(cita ex. similares em latim: Tito Lívio, XXXV, 27; Tac. *Germ.* 27).

Nos *Lusíadas* registam-se:

a) a «trajectio epithetorum» *patente,* i. é., nas condições indicadas por E. D. (dois substantivos ligados pela preposição «de», e um adjectivo que pertence lògicamente para um dêles concorda gramaticalmente com o outro).

ex.: *Lus.* I, 67 (já transcrito)

Começa a descobrir *do peito oculto,*
A causa o Tyoneo de seus tormentos:

VI, 26, 3-4.

(= começa a descobrir *do peito a causa oculta*)

Nauarra, cos *altissimos perigos*
Do Perineo, que Espanha & Galia parte:

VI, 56, 5-6.

(= cos *perigos do altissimo Perineo*)

Ali em cadeiras ricas cristalinas,
Se assentam, dous & dous, amante e dama,
Noutras aa cabeceira *douro finas,*
Esta coa bella Deosa o claro Gama:

X, 3 1-4 (1).

(= *noutras cadeiras de ouro fino*)

b) a «trajectio epithetorum» *latente* (o adjectivo que concorda gramaticalmente com o substantivo pertence lògica-

(1) Todos êstes ex. foram registados por E. D. excepto VI, 26, 3-4. E. D. regista ainda outros ex. em III, 7, 6 e em VII, 57, 5-6. (Êste último, afora não estar bem nas mesmas condições, é duvidoso e pouco claro).

mente para outro substantivo, não expresso, mas que o contexto deixa entrever). Cfr.

Dos *frios pouos Sciticos* ousados:
III, 60, 4.

(= dos povos ousados *da Scitia fria*) (1).

A *palida* doença lhe tocaua,
III, 83, 5.

Do *negro Sanagâ* a corrente fria,
V, 7, 6.

Aa *costa negra* de Africa,
V, 65, 2.

Decer aas *sombras* nuas *ja passadas:*
V, 89, 4.

(= às sombras sem corpo *dos que já passaram*)

Não nos leitos dourados, entre *os finos*
Animais de Moscouia Zebellinos.
VI, 95, 7-8 (2).

(= entre *as peles finas* dos animais...)

Em latim, afora os ex. citados por E. D., registei um de *a*):

«Gens effrena virum.. » (= *gens effrenorum virum*).
Verg. *Georg.* III, 382.

E em grego registei também dois ex., em leituras pessoais:

Ἄρτεμιν, ἃ κυκλόεντ' ἀγορᾶς θρόνον εὐκλέα θάσσει,
Sófocles, *Rei Edipo*, v. 161.

---

(1) Cfr. III, 128, 7: «*Na Scitia fria* ou la na Lybia ardente».

(2) Todos êstes ex. foram registados por E. D. excepto III, 60, 4; 83, 5; mas em nenhum dêles, afora VI, 95, 7-8, disse claramente tratar-se da «trajectio epithetorum» e não os correlacionou com os ex. anteriores

τὰ μεσόμφαλα γᾶς ἀπονοσφίζων
μαντεῖα.

id. ibid., vv. 480-81.

3) *Dos pronomes.*

Pronomes indefinidos

hũs... hũs... (*alii... alii...*)
Ocorre nos *Lusíadas:*

Hũs vão nas almádias carregadas,
Hum corta o mar a nado diligente,

I, 92, 1-2.

Das gentes populares, *hũs* aprouão
A guerra com que a patria se sostinha,
Hũs as armas alimpão & renouão,

IV, 22, 1-3 (1).

e, construção paralela:

... *algũs* o vicioso
Mahoma, *algũs* os Idolos adorão,
Algũs os animais, que entre elles morão.

VII, 17, 6-8.

Mas a construção normal ocorre em: IV, 30, 3-4 (*hũs... outros...*); IV, 44, 1-4 (*algũs... outros...*); IV, 88, 2-3 (*hũs... outros... outros...*); VII, 48, 1-3 (*hum... outro...*).

Como anotou J. M. R., *hũs... hũs...* é latinismo sintáctico, pois representa o latim *alii... alii...* (2), mas *não é latinismo de primeira mão,* pois já ocorre em António Ferreira (3).

---

(1) Ex. registado por J. M. R. como latinismo.

(2) Cfr. v. g.: «Huic *alii* parem esse dicebant, *alii* anteponebant L. Crassum», (Cic. *Br.* XXXVIII, 143).

(3) J. M. R. cita o seguinte ex. de António Ferreira, *Elegia 3.ª:* «*Huns* s'ouvem, *huns* nos troncos ficam escritos».

Capitulo II

Preposições que substituem casos latinos

Pela Arabica lingoa perguntavão (*Graecā linguā loquentes*).

E. D.(1) escreve: «O *ablativo* foi substituído pelas preposições *de, em, com, por...*»; mais adiante(2), enumera, com exemplos, as várias funções sintácticas da preposição «por», citando textos vários de português arcaico e clássico, construções hoje desusadas e até um «latinismo insólito». Não lhe ocorreu todavia um emprêgo especial da preposição «por», hoje completamente fora de uso, num caso em que ela substitui o ablativo latino e em que se trata mui provàvelmente duma reviviscência humanística.

É o seguinte:

> Comendo alegremente *perguntauão,*
> *Pela arabica lingoa*, donde vinhão,
>
> I, 50, 1-2.

> *Pella Arabica lingoa* que mal falão,
> E que Fernão martinz muy bem entende
> *Dizem*, que por nos, que em grãdeza ygoal
> As nossas, o seu mar se corta & fende.
>
> V, 77, 1-4.

É o ablativo latino, representante do *instrumental* indò-europeu, após os verbos do tipo «*loqui*». Encontrei em Cornélio Nepos um ex. paralelo:

> «Sic enim facilime putavit se *Græca lingua loquentes*, qui Asiam incolerent, sub sua retenturum potestate».
>
> C. Nepos, *Miltiad*, 3, 2 (3).

---

(1) *Sintaxe historica portuguesa*, § 165.

(2) *Ibidem*, § 194–207.

(3) Cumpre-me dizer que, embora êste ex. de C. Nepos tivesse sido achado nas minhas leituras pessoais e nunca tivesse encontrado êste

Capitulo III
Da conjunção

Mas porem... (*Sed tamen...*)

Mas porem quando as gentes Mauritanas,
A possuir o Esperico terreno,
Entrarão pelas terras de Castella,

III, 99, 5-7.

Mas porem de pequenos animais
Do mar, todos cubertos cento & cento:

VI, 18, 3-4.

E. D. registou no comentário ao primeiro dêstes passos a reviviscência de *sed tamen*.

A mesma construção ocorre ainda em:

Mas com tudo este so o farâ confuso:

X, 18, 4.

Mas com tudo não nego que Sampayo
Serâ no esforço illustre, & asinalado,

X, 59, 1-2.

Sed autem encontrava Camões no seu autor predilecto:

Sed quid ego hæc *autem* nequicquam ingrata revolvo?

Verg. *En.* II, 101.

*

Quasi = por assim dizer, como que
(*quasi, tamquam*)

---

latinismo em livro algum, quem primeiro me chamou a atenção para a «latinidade» destas frases foi o sr. Dr. João da Silva Correia, digno assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, numa conversa sôbre o assunto da minha dissertação final.

É êste o significado de «quasi» nos seguintes passos:

Eis aqui *quasi* cume da cabeça,
De Europa toda, o Reino Lusitano,

III, 20, 1-2.

Nobres villas de nouo edificou,
Fortalezas, castellos muy seguros,
E *quasi* o Reino todo reformou,
Com edificios grandes & altos muros:

III, 98, 1-4.

Estão de Agar os netos *casi* rindo,

III, 110, 1.

Os montes de mais perto respondião
Quasi mouidos de alta piedade,

IV, 92, 5-6.

Entrega aos inimigos a alta torre,
Do qual *quasi* afogada empago morre.

VIII, 97, 7-8.

Mas ah, que desta prospera vitoria,
Com que despois virâ ao patrio Tejo,
Quasi lhe roubarâ a famosa gloria
Hum successo que triste & negro vejo,

X, 37, 1-4 (1).

É o emprêgo habitual de «*quasi*» em latim; cfr. v. g.:

«... cum forum populi Romani, quod fuisset *quasi* theatrum illius ingenii, voce erudita et Romanis Græcisque auribus digna spoliatum atque orbatum videret».

Cic. *Br.* II, 5.

«... quamquam Timæus eum (Lysiam) *quasi* Licinia et Mucia lege repetit Syracusas».

id., ibid., XVI, 65.

---

(1) III, 20, 1; IV, 92, 6; VIII, 97, 8 foram registados por E. D.

Em outros passos dos *Lus.* (v. g. I, 10, 2; 79, 3) *quasi* está empregado num sentido ambíguo; em outros (v. g. I, 77, 1; IV, 20, 3; 26, 2; V, 57, 5; VI, 6, 4; 75, 3; VII, 19, 3; X, 92, 8) parece ter o seu sentido actual (*paene*) (1).

APÊNDICE

Da negação

A negação mitigada.

Nos *Lusíadas* ocorre:

a) a negação mitigada

> *Nunca* com Semirâmis, *gente tanta*
> Veio ôs campos Ydaspicos enchendo,
>
> III, 100, 1-2.

> Assi fomos abrindo aquelles mares
> Que geração *algũa não* abrio,
>
> V, 4, 1-2.

> De quem *nenhum* milhor conhecimento
> *Podemos ter* da India desejada
> Que estarmos inda muito longe della.
>
> V, 34, 5-7.

> Mas como *nunca* emfim meus companheiros
> Palaura sua *algũa* lhe alcançarão
>
> V, 64, 5-6.

> Ali sublime o Fogo estaua encima,
> Que em *nenhũa* materia *se sustinha,*
>
> VI, 11, 1-2.

---

(1) E. D. na sua «Sintaxe histórica» inclui *apenas aparentemente* a conjunção na parte I (Da ligação das palavras na oração). Quando chega ao capítulo respectivo, diz: «Das conjunções tratar-se há na parte II» (Do emprêgo dos modos e tempos e da ligação das orações). Divergindo da sua orientação, inclui êstes dois assuntos nesta parte do trabalho por entender que dizem respeito ao estudo da conjunção em si e não ao da ligação das orações.

Vos, a quem *não* somente *algum* perigo
Estorua conquistar o pouo inmundo:
Mas *nem* cobiça, ou pouca obediencia
Da Madre, que nos çeos estâ em essencia.

VII, 2, 5-8.

Nũa camilha jaz, que *nam* se igoala
De outra *algũa* no preço & no lauor:

VII, 57, 3-4 (1).

b) a negação reforçada

Que desque Adão peccou aos nossos annos
Não as romperão *nunca* pês humanos.

IV, 70, 7-8.

As naos prestes estão, & *não* refrea
Temor *nenhum* o iuuenil despejo,

IV, 84, 5-6.

Nem se sabe inda *não*, te afirmo & assello
Pera estes Anibais *nenhum* Marcello.

VII, 71, 7-8.

... do certo & fido amigo
He *nam* temer do seu *nenhum* perigo.

VIII, 85, 7-8.

Que *não* ha *nenhum* delles, que não saya

IX, 66, 3.

Ambas estas construções pertencem ou não à língua popular?

A *negação reforçada* pertence evidentemente; cfr. as frases da língua popular «*não* lhe liga *nenhuma*», «*não* sei *nada*», «*não* posso de maneira *nenhuma*»; cfr. ainda o ela

---

(1) Cfr ainda em VI, 11, 7-8 um ex. mais obscuro, mas na essência idêntico. Quanto a IX, 79, 3, a negação é só aparente, pois é destruída pelo verso imediato; cfr. E. D.

(como tal, como negação), ser característica do latim ***vulgar***, antepassado directo do romanço (1).

E quanto à *negação mitigada?*

Embora esteja já inveterada na língua dos cultos, suponho tratar-se dum latinismo sintáctico, pelo menos nos casos em que aparece «*algum*», «*alguma*», (*ullus, ulla*), como em *Lus.* v, 4, 2; 64, 5-6; vii, 2, 5-8; 57, 3-4. E suponho por dois motivos:

a) *a negação mitigada* pertence apenas à língua dos cultos e semi-cultos, (excepto certos casos como «*ninguém viu*»), havendo no povo e nas crianças a tendência para empregar a *negação reforçada:* v. g. os cultos dizem «*nada* sei», o povo «*não* sei *nada*»; os cultos dizem «*não* posso de forma *alguma*», o povo «*não* posso de maneira *nenhuma*»;

b) ao passo que em latim vulgar a negação reforçada não perdia a fôrça lógica negativa, *em latim clássico a negação mitigada era a única corrente,* equivalendo a negação reforçada a uma afirmação.

Cfr.:

> «*Noli* enim putare *quemquam,* Brute, pleniorem et uberiorem ad dicendum fuisse».
>
> Cic. *Br.* xxxiii, 135.

> «*Noli,* inquam, Brute, existimare, his duobus *quidquam* fuisse in nostra civitate præstantius».
>
> Cic. *Br.* xl.

> «Barbarus hic ego sum quia *non* intelligor *ulli*»
>
> Ovídio (2).

Quanto a equivaler em latim *clássico* a negação refor-

---

(1) Riemann, *op cit.*, pág. 547, nota 2.

(2) Suponho que é dos *Tristes.* Encontrei êste verso transcrito num texto de Castilho, sem outra referência.

çada a uma afirmação, cfr. as expressões correntes *nonnulli* = *alguns, nonnumquam* = *algumas vezes;* cfr. ainda êste ex. do «Brutus»:

> «... sed tamen Antonius in verbis et eligendis... et collocandis et comprehensione devinciendis *nihil non* ad rationem et tamquam ad artem dirigebat».
>
> Cic. *Br.* XXXVII, 140.

nihil non = *omnia* (1).

CASOS DUBITATIVOS

Acusativo do objectivo interno ou figura etimológica.

Nos *Lusiadas* registam-se vários casos:

> Pelos illustres *feitos* que esta gente
> Ha de *fazer* nas partes do Oriente.
>
> II, 44, 7-8.

> *Feitos* de armas grandissimos *fazendo*
>
> II, 50, 4.

> ... os grandes *feitos* que *fizerão*
>
> II, 103, 2.

> *Fazem* mil vezes *feitos* sublimados,
>
> V, 92, 6.

> A *fazer feitos* grandes de alta proua,
>
> VI, 42, 6.

---

(1) Êste assunto foi estudado por Riemann com agudeza (*op. cit.*, págs. 546-548). Destrinça os vários casos: *a*) uma negação composta é destruída por uma simples que vem depois (é o caso de *Brutus*, XXXVII); *b*) uma negação composta é destruída por uma simples que a precede, mas o sentido é diverso de *a*) (é o caso de nonnulli, nonnumquam); *c*) duas negações compostas, numa mesma oração, destroem-se; *d*) casos excepcionais em que a negação reforçada não equivale a afirmação, (lat. vulgar).

Será um latinismo sintáctico?

Por um lado, esta construção não é muito própria da língua popular (1), e, por outro lado, ela existia em latim clássico (2).

Todavia, mesmo no caso de ser realmente um latinismo sintáctico, *não é um de primeira mão;* já Garcia de Rèsende escrevera:

> que triste *morte morreo*
> ho principe em hũo soo dia (3).

Riemann (4) e Kaegi (5) distinguem entre o caso em que há *afinidade etimológica* entre o verbo e o seu complemento directo e o caso em que há *afinidade puramente semântica.* O primeiro caso é a «figura etimológica», que acaba de ser tratada (6). O segundo caso, do qual não registei ex. nos *Lusíadas,* perdura na língua literária moderna, cfr.:

> «... há muito não *choro lágrimas* que me dêem um alvorôço tão grande».
>
> Júlio Dinís (7).

---

(1) No entanto ouvi a uma criança *comprar compras;* e a frase popular «*morrer* de *morte* macaca» é possìvelmente para correlacionar com o ex. que cito de Garcia de Rèsende.

(2) Cfr. Riemann, *Syntaxe latine,* § 35, *a.* Observa que a figura etimológica é menos freqüente em latim do que em grego.

(3) *Miscelânea,* st. 31, (ed. de Coimbra, 1917, pág. 14).

(4) *Loc. cit.*

(5) *Griechische Schulgrammatik,* 3.ª ed., Berlim, Weidmann, 1892, § 149, 1. Considera o fenómeno dentro da língua grega, mas, para a figura etimológica, juxtapõe um ex. latino.

(6) Perdura na língua literária; cfr.: «Este Henrique de Souzellas atingira a idade dos vinte e sete anos *vivendo,* como dissemos, *aquela* elanguescedora *vida* da capital...» (Júlio Dinís, *A Morgadinha dos Canaviais,* 19.ª ed., t. 1, pág. 8).

(7) *Os Fidalgos da Casa Mourisca,* 4.ª ed., t. II, pág. 55.

«Gessner envelheceu; Florian *dorme o sono* dos inofensivos».

Júlio Dinis (1).

«*Dorme o teu sono,* coração liberto».

Antero de Quental (2).

«*Chorou lágrimas* em vão».

António Correia de Oliveira (3).

e possìvelmente pertence mesmo à língua popular, cfr. «o fado da Severa»:

E o conde de Vimioso
Muita *lágrima chorou* (4).

*

Adjectivo com função adverbial.

São freqüentes no poema os ex.

Abstraindo de *só* (adjectivo que será estudado à parte por um motivo especial), o mais freqüente e o mais suspeito de «latinidade» é o numeral ordinal *primeiro,* que, para o estudo desta função sintáctica, pode enfileirar ao lado dos adjectivos (5).

---

(1) *Uma familia inglesa,* 19.ª ed., pág. 183.

(2) Soneto célebre *Na mão de Deus, na sua mão direita,* in *Os sonetos completos de Antero de Quental,* 4.ª ed., pág. 155.

(3) *Raiz,* Coimbra, 1903, pág. 78.

(4) Note-se igualmente que os dois exemplos colhidos em Júlio Dinís são ambos do discurso directo, embora postos na bôca de personagens cultos.

(5) É aliás o que faz Madvig (*op. cit.,* § 300 *b.*) que inclui o estudo desta função sintáctica dos numerais ordinais em latim no capítulo sôbre adjectivos e advérbios.

Cfr.:

> *Fez primeiro* em Coimbra exercitarse,
> O valeroso officio de Minerva,
>
> III, 97, 1-2.

(fez primeiro = foi o primeiro que fez) (1).

> Logo o grande Pereira em quem se encerra
> Todo o valor, *primeiro se assinala*
>
> IV, 30, 5-6.

(primeiro se assinala = é o primeiro que se assinala).

> Que entre as lanças & sêtas, & os arneses
> Dos inimigos corro, & *vou primeiro*
>
> IV, 38, 2-3.

(vou primeiro = sou o primeiro a ir, vou em primeiro lugar).

> Na Fatidiça nao, que *ousou primeira*
> Tentar o mar Euxinio, auentureira.
>
> IV, 83, 7-8.

(ousou primeira = foi a primeira a ousar).

> Dhum, que *primeiro pos nome* aa ciencia:
>
> VII, 40, 4.

(= dum que foi o primeiro a pôr nome à sciência).

> & veras a segurança
> Da figura nos muros, que *primeira*
> Subindo *ergueo* das Quinas a bandeira.
>
> VIII, 19, 6-8.

(primeira ergueu = foi a primeira a erguer).

---

(1) Já registado por F. e S.

Primeiro entrando as portas da cidade.

VIII, 37, 8.

(primeiro entrando = sendo o primeiro a entrar).

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei, que *arou primeiro*
O mar,...

VIII, 71, 1-3.

(arou primeiro = foi o primeiro a arar).

O muro de Dâmão soberbo & armado,
Escala, & *primeiro entra* a porta aberta

X, 63, 6-7.

(primeiro entra = é o primeiro a entrar) (1).

Outros adjectivos, em menor escala, são igualmente empregados com esta função adverbial; cfr.:

E quando dece o *deixa derradeiro*,

I, 8, 4.

(o deixa derradeiro = o deixa em último lugar).

Isto feito *se parte diligente*,

VII, 36, 3 (2).

(se parte diligente = parte-se com presteza).

... *decia diligente:*

IX, 36, 4.

Despois que *os olhos longos estendera*,

IV, 69, 6.

(= depois que estendera longamente os olhos) (3).

---

(1) Registado por E. D.

(2) Ex. análogo em II, 109, 2.

(3) Ex. curioso; difere dos outros em que o adjectivo com função adverbial *está referido ao complemento directo* e não ao sujeito.

... em quanto *fortes sostiuerão*
A sancta Fe, nas terras Mauritanas.
VI, 83, 3-4.

Disse alegre o Piloto Melindano,
VI, 92, 7.

(disse alegre = disse com alegria).

Será um latinismo sintáctico?

À primeira vista assim parece, se se levar em conta:

a) o insólito que tal construção representa para o falar de todos os dias (1).

b) o ser ela em latim clássico perfeitamente normal e freqüentíssima (2). Cfr.:

Et molem mirantur equi, *primusque* que Thymœtes.
Duci intra muros *hortatur* et arce locari.
Verg. *En.* II, 32-33.

---

(1) Tanto assim é que hoje os escritores *vernáculos* se distinguem pelo emprêgo desta construção, corrente em português clássico, insólita hoje. Assim recordo-me de ter lido num texto do sr. Dr. Ricardo Jorge: «. . que *rápido corre*». (Hoje tôda a gente diria e escreveria mesmo: «... que corre *com rapidez*»). No século XIX esta construção ainda tinha mais vida na língua literária, cfr.: «*Corria branda* a noite». (Tomás Ribeiro — «Sons que passam» — «A Judia»); — «A imaginação e o orgulho exercem grande poder e *correm* mais *fogosos* do que pensas». (Rebêlo da Silva — *Mocidade de D. João V*, tôm. 3.º pág. 115, cit. de E. D.); — «e a contrastar com esta serena imagem esboçava-se a do inquieto, vivo e estouvado Maurício, criança pronta nos risos e no chôro, violenta nas expansões, tão amorável como colérica, e em cujo coração infantil *ferviam* já *nascentes* as paixões do homem». (Júlio Dinís — *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, 4.ª ed., v. I, pág. 101,)... «os senhores da propriedade *perseguiam implacáveis* as lebres e perdizes que ali se acoutavam», (id., *ibid.*, pág. 178).

(1) Note-se que em latim também é *primus* que mais ocorre nestes ex. Em grego há a mesma construção e até com adjectivos com os quais ela não tem lugar em latim; cfr.:

χθιζὸς ἐεικοστῷ φύγον ἤματι οἶνοπα πόντον
Od., VI, 170.

Em latim não soa bem: «*hesternus vagabar*»...

«Sed tum fere Pericles... *primus adhibuit* doctrinam».

Cic. *Br.* XI.

«Hæc igitur ætas *prima* Athenis oratorem prope perfectum *tulit*».

Cic. *Br.* XII.

«Atque hic Livius *primus* fabulam... *docuit*».

Cic. *Br.* XVIII.

«*Ultima* de superis illa *reliquit* humum».

Ov. *Fast.* I, 250.

«etiam sapientibus cupido gloriæ *novissima exuitur*».

Tac. *Histor.* IV, 6.

«*sublimis abiit*» (foi-se pelos ares).

T. Liv. (apud. Quich. s. v.)

Opõe-se até certo ponto a esta hipótese o aparecer esta construção em francês como filha legítima da língua popular, registando-se quer em provérbios («Rira bien qui *rira le dernier*»), quer em frases populares da gema («Je *suis arrivé le premier*»).

Como desatar o nó górdio?

Evidentemente êste problema só se poderá esclarecer com exactidão no dia em que no campo da sintaxe a língua literária estiver suficientemente delimitada da popular (1).

---

(1) É curioso observar que o pensamento de E. D. sôbre êste assunto está mal definido. Na sua edição dos *Lusíadas* não anotou nenhum dos ex. mencionados por mim, excepto III, 97, 1 e X, 63, 7; nêste último pôs esta nota significativa: «primeiro entra (*à latina*) = é o primeiro a entrar». — Na *Sintaxe histórica portuguesa* (§ 52 *a*), menciona esta função sinctáctica do adjectivo, a par das de atributo e nome predicativo, e chama-lhe *apôsto;* põe em paralelo frases latinas similares sem se pronunciar sôbre a latinidade da construção e recambia para Madvig, § 300. — Com efeito, na tradução da *Gramática latina* de Madvig (§ 300, que foi evidentemente alterado com referências aos factos do português

No entanto, parece fora de dúvida que o emprêgo do ordinal *primeiro* com função adverbial é um latinismo sintáctico (1).

Quanto ao *adjectivo com função adverbial* (qualquer adjectivo), mesmo no caso de ser um autêntico latinismo, não é em todo o caso nos *Lusíadas* um latinismo de primeira mão; já João de Barros, pelo menos, o empregara: «A maior parte do qual (Gambea) *corre tortuoso*, em voltas meudas». (I, 3, 8) (2).

*

A êste assunto do *adjectivo com função adverbial* prende-se um caso especial que merece ser tratado à parte:

«só» adjectivo variável — em casos em que hoje se usa «só» advérbio invariável ou um circunlóquio.

Nos *Lusíadas* ocorre:

Da proa as vellas *sos* ao vento dando,

II, 18, 3.

---

moderno), é que E. D. é mais explícito, salientando, sobretudo em § 300 *b*, *a diferença neste ponto entre a sintaxe latina e a portuguesa:*

a) Um adjectivo... ou se emprega como aposição e *designa, em relação ao verbo, o modo de ser do substantivo no tempo da acção*, v. g. «Multi eos, quos *vivos* coluerunt, *mortuos* contumelia afficiunt», (*em vida — depois da morte*), etc.

b) Em particular *empregam os latinos freqüentes vezes os adjectivos que designam ordem ou seguimento*, como aposição, *onde a língua portuguesa emprega um advérbio* (*referido ao verbo*) *ou um circunlóquio com uma oração relativa:* «Hispania *postrema* omnium provinciarum perdomita est». (Liv., 28). a Espanha *foi* de tôdas as províncias *a última que* foi reduzida à obediência; etc.

(1) Cfr. por um lado o texto citado de Madvig (*Gram. lat.*, trad. de E. D., § 300, *b*), e por outro lado a escassez de ex. similares mesmo na prosa literária moderna.

(2) Citado por E. D., *Sintaxe histórica portuguesa*, § 55.

E acolhendo se ao couto que conhecem,
Sos as cabeças na agoa lhe aparecem.

II, 27, 7-8.

Ó tu que *so* tiueste piedade,
Rei benigno, da gente Lusitana,

II, 104, 1-2 (1).

Ves aqui as mãos, & a lingoa delinquentes:
Nellas *sos* exprimenta, toda sorte
De tormentos, de mortes...

III, 39, 5-7.

... *não* te espante
Se o campo Emathio *so* te vio vencido,

III, 73, 3-4 (2).

E se tu tantas almas *so* podeste,
Mandar ao reino escuro de Cocito,

III, 117, 1-2 (3).

Crendo co sangue *sô* da morte indina,
Matar do firme amor o fogo aceso:

III, 123, 3-4 (4).

Bem como entre os mançebos recolhidos,
Em Camisio, reliquias *sos* de Canas,

IV, 20, 1-2.

... O filho a quem eu tinha
So pera refrigerio, & doce emparo

IV, 90, 1-2 (5).

---

(1) = ó tu que foste o único a ter piedade... Cfr. o passo similar registado por F. e S.:

O *sola* infandos Trojæ miserata labores

Verg. *En.*, I, 597.

(2) = si *solus* campus Emathius...

(3) = si *solus* potuisti...

(4) = *solo* sanguine... (no pensar de D. Afonso IV bastaria a morte de D. Inês para extinguir a paixão de D. Pedro).

(5) = Fili, qui *solus* mihi eras solatio...

No gram diluuio, donde *sos* viuerão
Os dous que em gente as pedras conuerterão.

VI, 78, 7-8.

Os Naires *sos* sam dados ao perigo
Das armas, *sos* defendem da contraria
Banda o seu Rei,

VII, 39, 5-7.

Aquelles *sos* direy que auenturârão
Por seu Deos, por seu Rei, a amada vida

VII, 87, 1-2.

A Castella, onde o preço *sos* leuârão
Dos jogos de Belona verdadeiros,

VIII, 27, 2-3.

A quieta inocencia em *so* Deos pronta.

VIII, 55, 8 (1).

Leis em fauor do Rei se estabelecem,
As em fauor do pouo *so* perecem.

IX, 28, 7-8 (2).

E das injurias *sos* do mar undoso,
Poderão mais ser mortos que cansados:

IX, 39, 3-4.

O que esta sua naçam *so* merecia.

IX, 86, 8 (3).

E rudos paos tostados *sos* farão,
O que arcos & pelouros não fizerão,

X, 38, 3-4 (4).

---

(1) = *soli Deo* indulgens.

(2) = pro *solo* populo...

(3) = quod hæc natio, a se dilecta, *sola* merebat.

(4) Em compensação, «*só*» *é advérbio invariável* (exactamente como hoje) em muitos outros passos do poema, v. g. I, 52, 4; II, 32, 3-4 e 8; 60, 4; 93, 2; III, 111, 4; 124, 6; IV, 12, 7; 86, 6; V, 17, 4 e 6-7; 66, 4; VI, 27, 8; 50, 5; VII, 26, 5-6; 29, 6; VIII, 99, 5; X, 11, 3-4; 24, 6; 30, 2; 55, 3-4; 82, 1-2; 127, 3 (ex. curioso, cfr. E. D. e J. M. R.); 132, 7-8; 148, 5; 152, 5. Ex. duvidosos em II, 65, 4; IV, 52, 5-6; VI, 82, 8; X, 146, 8.

Por mais insólita que esta construção hoje nos pareça, ela perdurou na língua literária até o meado do século XIX, pelo menos, cfr.:

> «Com *sós* 27 anos de idade, desmentidos pelo frescor da sua formosura, e muito mais pela candura e inocência de sua índole, já a palidez da morte se via lutar no seu rosto com as rosas da mocidade».
>
> Castilho (1).

> (Frei Tomé de Jesus) «sucumbiu neste dia com *sós* cincoenta anos de idade».
>
> Sylva Tullio (2).

Será um latinismo sintáctico? eis o que nos interessa.

É — foi a opinião do eminente filólogo e meu antigo professor dr. José Leite de Vasconcellos, quando, na cadeira de Filologia portuguesa, 2.º ano, lhe pedi uma vez a interpretação de III, 39, 5-7 (3).

Então também assim me pareceu. Hoje vejo prós e contras.

A favor da hipóteses *latinismo sintáctico* milita a analogia com a construção latina, analogia que já foi posta em realce com a tradução para latim de algumas das frases portuguesas e que é comprovada pelos seguintes ex. colhidos na prosa clássica:

> «omnis aditus qui pæne nobis *solis* patuit obstructus est».
>
> Cic. *Br.* IV, 15.

> «Sic prorsus existimo, atque istum de superioribus pæne *solum* lego».
>
> Id. *ibid.* XXXIII, 125 (4).

---

(1) In *Revista Universal Lisbonense*, n.º de 24 de Março de 1842.

(2) *Ibidem*, tôm. III, pág. 407.

(3) Um dos ex. mais típicos atrás mencionados.

(4) Para ver a diferença que há entre a construção corrente em latim e em português clássico, por um lado, e a hoje normal, por outro lado, é interessante comparar esta frase de Cícero com estoutra de Eça de Queiroz: «Do passado *apenas* acreditávamos em Camões e João de Barros». (Carta a Carlos Mayer).

«... id vero desinant dicere, qui subtiliter dicant, eos *solos* Attice dicere».

Cic. *De optimo genere oratorum*, IV, 12 (1).

Contra esta hipótese há vários argumentos:

A) o aparecer esta mesma construção em francês, como provável herança da lingua popular, registada em autores de séculos diversos:

«Et en toutes vos affaires, appuyez-vous totalement sur la providence de Dieu, par laquelle *seule* tous vos desseins doivent réussir».

S. Francisco de Sales (2).

«La littérature émigrée avait *seule* la voix».

Lamartine (3).

«... ceux-là *seuls* qui l'ont connu peuvent se le figurer».

J. Maritain (4).

B) o aparecer também esta construção no latim *infimæ latinitatis* da Idade Média, que estava em contacto directo com o romanço:

«Per *solam* fugam non possumus vincere».

Imit. de Cristo (5).

---

(1) A mesma construção ocorre em grego, cfr.:

οἵη δ'ὅμμορός ἐστι λοετρῶν Ὠκεανοῖο.

Il., XVIII, 489.

οἵη δ'Ἀλκινόου θυγάτηρ μένε τῇ γὰρ Ἀθήνη

Od., VI, 139.

(2) *Introduction à la vie dévote*, parte III, cap. X.

(3) *Cours familier de littérature*, entretien X.

(4) J. Maritain, prefácio do livro *Ernest Psichari* de A. M. Goichon, 7.ª ed., pág. 12.

(5) Liv. I, cap. 13, v. 12. Quanto a ser *infimæ latinitatis* o latim da Imitação de Cristo, cfr. os seguintes passos: «quia in nobis est unde

C) um conjunto de factos dentro da nossa própria língua:

a) «*só*» ainda hoje é *adjectivo variável* (na língua popular e na literária) quando é nome predicativo do sujeito ou do complemento directo, cfr.: estão *sós*, acharam-se *sós*, «Aninhas! ficamos sós!» (Tomás Ribeiro) (1).

b) «*só*» (no singular) ainda hoje é usado em certos casos como adjectivo atributo ou apôsto, quando não há confusão possível com o advérbio «só», v. g. *num só dia*, *um homem só contra tanta gente;* no plural tem de se recorrer ao advérbio, v. g. *só em dois dias* (2).

c) «*só*», adjectivo, deu origem ao diminuitivo «*sòzinho*», hoje quási só usado como n. pred. (à semelhança de «só» flexível), mas que ainda aparece na língua literária como aposto, cfr.:

> «Lá vai Dom Jayme!... é elle! tão *sósinho*
> assim por noite escura»!
>
> Tomás Ribeiro (3).

Não haverá uma conexão entre todos estes factos? Não serão fragmentos dum conjunto hoje difícil de reconstituir? Não terá havido na língua popular arcaica uma vasta flexão de «só», adjectivo, com singular e plural, flexível já como nome predicativo, já como atributo ou apôsto?

Parece-me o mais provável.

Mesmo no caso de ser um latinismo sintáctico inconcusso,

---

tentamur» (liv. I, cap. 13, v. 9); «Quod sacra communio *de facili* non est relinquenda» (liv. IV, título do cap. 10); «qui sacram Communionem tam *faciliter* postponunt» (liv. IV, cap. 10, v. 18).

(1) *Dom Jayme*, 11.ª ed., pág. 60.

(2) Nos Lusíadas ocorre «*só*», atributo, neste emprêgo não desusado, em X, 57, 3; 60, 3; 78, 4. Na essência, é também esta a sintaxe de IX, 28, 8. Como n. pred. do c. dir. (outro emprêgo não desusado), ocorre no plural em X, 122, 4.

(3) *Dom Jayme*, 11.ª ed., pág. 111.

êste emprêgo do adjectivo «*só*» *não era todavia no poema latinismo de primeira mão.* Aparece em quinhentistas anteriores a Camões:

«movido comtudo por *sos* dous respeitos».

Damião de Goes (1).

«se vossa ira ouver por mayor minha culpa que ha vingança do meu corpo *soo*».

Duarte Galvão (2).

*

qual = como (*sem estar em correlação com «tal»*)

Embora E. D. (3) o inclua no estudo «da ligação das palavras na oração», êste assunto será tratado na 2.ª Divisão (Do emprêgo dos modos e tempos e da ligação das orações) por estar em íntima conexão com o parágrafo «*qual... tal...* (*qualis... talis...*)».

*

Que tantos...? (*quae tanta...?*)

Vem nos *Lusíadas:*

Quem he me dize estoutro que me espanta,
Pergunta o Malabar marauilhado,
Que tantos esquadrões, *que* gente *tanta*,
Com tam pouca, tem roto & destroçado:
Tantos muros asperrimos quebranta,
Tantas batalhas da nunca cansado,
Tantas coroas tem por tantas partes,
A seus pés derribadas & estandartes?

VIII, 10.

---

(1) *Crónica de D. Manuel,* Prólogo.
(2) Apud E. D., com. a *Lus.* III, 39.
(3) *Sintaxe histórica portuguesa,* § 93 *b.*

A sintaxe desta estância é bem emaranhada. Não é provável que o «*que*» repetido do 3.º v. seja um pronome relativo, cujo antecedente seria «estoutro», quer porque nesse caso haveria pelo menos três orações relativas a seguir, tôdas referidas ao mesmo antecedente, o que não é corrente, quer porque então as orações dos vv. 5-8 apareceriam ainda mais desgarradas (a não ser que se supusesse o «que» do 3.º v. como sujeito de tôdas elas). Por isso parece-me antes preferível decompor a estância dêste modo: 1-2, 3-4, 5 8. O ponto de interrogação (1) do v. 8 incidiria também sôbre os vv. 1-2 e 3-4. À interrogação do v. 1 seguir-se-hia uma *interrogação exclamativa:*

O *que* são êstes esquadrões *tão* compactos, o *que* é esta gente *tão* cerrada que êle rompeu e destroçou com tão pouca?

Esta construção (pron. interrogativo ligado a um pronome indefinido), Camões encontrava a, em latim no seu autor predilecto:

«O miseri, *quæ tanta* (2) insania, cives»?

Verg. *En.* II, 42.

*

He de vassalos o exercício (*Est regis tueri subditos*).

---

(1) É verdade que, tomado ao pé da letra, êste ponto de interrogação do v. 8 é um argumento a favor da hipótese da unidade da estância pela sucessão das orações relativas. Mas quanto à pontuação nos exemplares de *Ee.*, cfr. J. M. R. Introdução, págs. XXVI-XXVII

(2) O pron. interrog. conjunto com *tanta* tem valor exclamativo, como o pron. relativo só, nestes lugares: «*quem* virum, di boni! (Cic. *Br.*, XVII, 65); «*qua* pulchritudine urbem, *quibus* autem opibus præditam servitute oppressam tenuit civitatem!» id, *Tusc.* I, 57); cfr. igualmente:

Ego, quia non rediit filius, *quae* cogito!
Quibus nunc sollicitor rebus!

Terêncio, *Adelphœ*, vv. 35-36.

Nos *Lusíadas* temos:

> E porque *he de vassalos, o exercicio,*
> Que os membros tem regidos da cabeça
>
> II, 84, 1-2.

> Porque não *he das forças Lusitanas,*
> *Temer* poder maior, por mais pequeno
>
> III, 99, 3-4.

> Se *de humano* (1) *he, matar* hũa donzella
>
> III, 127, 2.

> ... porque *do certo & fido amigo*
> *He* nam *temer* do seu nenhum perigo.
>
> VIII, 85, 7-8.

e, emfim, ex. análogos, mas com o verbo «parecer»:

> *Parece de seluaticas brutezas,*
> *De peitos inhumanos & insolentes;*
> *Dar* extremo suplicio pella culpa
> Que a fraca humanidade & Amor desculpa.
>
> X, 46, 5-8.

Será latinismo sintáctico?

Por um lado, a tendência da língua moderna é para empregar não esta construção, mas sim *«é bem»:* é bem dêles! isso é bem Ribeira(2)! ou então os cultos e semi-cultos recorrem a *é próprio de.*

Por outro lado, era freqüentíssimo em latim o emprêgo do verbo *«esse» com um genitivo* na acepção de *«ser próprio de»* (3).

---

(1) Humano = ser humano (E. D.).

(2) Será galicismo sintáctico ou mera coincidência? Cfr.: *«Cela est bien de lui.* Misérable, émigré, en face de la Révolution triomphante, de Voltaire et Rousseau passés dieux, il prend corps à corps le XVIII^e^ siècle et veut le convaincre de puérilité». (E. Faguet, XIX^e^ *siècle*, cap. Chateaubriand).

(3) Visto dentro da sintaxe latina, o assunto é estudado por Madvig, *Gramática latina*, § 282; cita abundantes ex. e muitos de Cícero; em

Visto dentro da sintaxe portuguesa, o assunto é tratado por E. D.(1). Escreve: «Diz se: *ser* (*ser julgado* etc.) *de alguem,* no sentido de: *próprio de alguém*»; cita um ex da *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos(2), outro da língua popular, juxtapõe-lhes um ex. de Cícero que colheu em Madvig, *mas não se pronuncia sôbre a latinidade da construção.*

Será ou não latinismo sintáctico? É possível. Provável? Não ouso afirmar, tanto mais que a expressão da língua popular «preços do costume» (próprios do costume), aduzida por E. D., invalidaria esta hipótese no caso de ser um fragmento dum conjunto hoje difícil de reconstituir. As futuras excavações na língua dos escritores anteriores a Camões dirão alguma cousa; e desde já precisamos não querer ver em tudo latinismos devidos à cultura humanística do Renascimento para não cairmos no êrro de negar à língua popular o recurso de exprimir as mais simples modalidades do pensamento.

*

Restam agora três casos duvidosos que pertencem pròpriamente à estilística(3) mas que não deixam de ter cabimento no estudo da sintaxe: o *hysteron—próteron,* a *hendíadis* e o *quiasmo.*

---

especial, o que êle diz ser próprio do latim, «ligar-se freqüentemente um genitivo por meio de *sum* a um infinitivo como sujeito, para designar o que está na condição de alguém que lhe aconteça, o que é acto próprio de alguém», etc. é o que se verifica em todos os ex. mencionados dos *Lus.* excepto II, 84, 1-2. Cfr. também sôbre o assunto P. Crouzet, *Grammaire latine simple et complète,* 19.ª ed. § 142, 3.º

(1) *Sintaxe histórica portuguesa,* § 174 *a.*

(2) Obra póstuma, publicada em 1618, e que portanto não pode ter actuado sôbre a língua de Camões.

(3) Quanto às relações entre a estilística e a sintaxe, cfr. J. L. de V., *Lições de filologia portuguesa,* 2.ª ed., pág. 6: «A Estilística, sem ser realmente parte da Gramática, está em íntima conexão com a sintaxe».

Nos *Lusíadas* registam-se vários ex.:

a) *hysteron—próteron:* II, 13, 5-8; III, 122, 1; IV, 40, 2 (1); 46, 4; VII, 36, 4 (2); X, 69, 7-8 (3);

b) *hendíadis:* I, 1, 1 (4); 38, 4 (5); III, 66, 3-4 (6); IV, 66, 2; 98, 2 (7); VI, 26, 2; 58, 7 (8); VIII, 14, 2 (9); 62, 5 (10); X, 144, 7 (11).

c) *quiasmo:* II, 12, 3-4 (12); III, 10, 2; 90, 4; X, 8, 3-4.

De todos estes fenómenos dou indicação sumária, quer porque pertencem mais pròpriamente à estilística do que à sintaxe, quer porque são *helenismos prováveis,* como se infere das designações.

No entanto têm um lugar, se bem que provisório, neste *ensaio*, porque é crível que tivessem chegado a Camões por via latina e *ainda hoje é por vezes difícil a delimitação entre factos da sintaxe latina pròpriamente dita e helenismos sintácticos do latim* (13).

---

(1) Ex. típico, porque neste caso o hysteron-próteron não é determinado pelas necessidades da rima como sucede v. g. em III, 122, 1; IV, 46, 4; VII, 36, 4.

(2) Registado por E. D.

(3) Idem.

(4) Registado por J. M. R.

(5) Registado por E. D.

(6) Registado por J. M. R.

(7) Registado por E. D.

(8) Registado por J. M. R.

(9) Registado por J. M. R. e E. D.

(10) Registado por E. D.

(11) Idem. E. D. pretende que também há hendíadis em X, 75, 5.

(12) Registado por E. D.

(13) Já frisei êste facto na Introdução, (v. pág. 281), ao expl car o motivo por que excluira do trabalho os helenismos lexicais e não um ou outro possível helenismo sintáctico. A afirmação não é gratuita Eis um

O *hysteron próteron* encontrava-o Camões em Vergílio (1). Não era aliás uma inovação na nossa lingua literária, pois já fôra usado por António Ferreira (2).

A *hendíadis* também a encontrava Camões em Vergílio (3). Ocorre igualmente na prosa ciceroniana (4). Plessis (com. a *Georg.* II, 192) não a considera helenismo.

Enfim o *quiasmo*, que, em grego, é freqüente nos poemas homéricos, também ocorre em latim (5).

(Continua).

C. E. Corrêa da Si va.
(Paço d'Arcos)

---

ex. típico em que divergem as opiniões de dois filólogos contemporâneos (e aliás os dois que têm revisto as edições póstumas da *Syntaxe latine* de Riemann): Paul Lejay e A. Ernout. É o *accusativus graecus*, o *freier Accusativ* dos gramáticos alemães (cfr. Kaegi, *Griechische Schulgrammatik*, 3.ª ed. § 151), *accusatif de relation* dos franceses (cfr. Laurand, III, 388, *b*). Êste emprêgo especial do acusativo, freqüentíssimo em grego, sobretudo com certos termos esteriotipados, v. g. ὄνομα, εὖρος, γένος, εἶδος, etc., ocorre também em latim, mòrmente nos poetas do século de Augusto e na prosa post-clássica; cfr.: «Nuda *genu*» (Verg. *En.* I, 320); «Qui *genus* (estis)?» (id. VIII, 114); «nudæ *brachia ac lacertos*» (Tac., *Germ.*, 17). Na edição Hachette das obras completas de Vergílio (1919) P. Lejay escreve no comentário a *En.* I, 320: «Cet accusatif a été *développé par les poètes à l'imitation du grec* et a pénétré en prose». E na nota 1 da pág. 223 da 7.ª ed. da *Syntaxe latine* de Riemann, o mesmo P. Lejay escreve: «L'accusatif de la partie est *poétique*» e justifica a sua afirmação; também Goelzer na edição Hachette da *Germania* (pág. 116) considera *construção poética* êste emprêgo do acusativo — Pelo contrário, tendo Riemann tratado do assunto *ex-professo* na *Syntaxe latine* (§ 40 *Accusatif de relation*), o revisor da 7.ª ed., A. Ernout, chega à seguinte conclusão: «il est difficile de dire *si elle* (cette construction) *représente le maintien d'un état ancien*, ou *si c'est une imitation du grec*, introduite d'abord par des poètes hellénisants».

(1) V. g. *En.* II, 353 (cit. por E. D. no comentário a *Lus.* X, 69).

(2) *Poemas Lusitanos*, Lisboa, 1598, fl. 200 v.: *Honrou as Musas, poetou e leo*, (apud J. L. de V., *Lições de filologia portuguesa*, 2.ª ed., pág. 107).

(3) V. g. *En.*, I, 1 (cit. por J. M. R. no comentário a *Lus.* I, 1); *Georg.* II, 192 (cit. por E. D. no com. a *Lus.* VIII, 14, 2).

(4) V. g. *De oratore*, liv. III, XLIV, 173; *Brutus*, XXII.

(5) V. g. Cic., *De oratore*, liv. III, XLIII, 171; Verg. *En.* II, 13.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

HOLLANDA (COPYM DE)

D. João III o nomeou, em carta de 12 de março de 1523 mestre de fazer os seus cravos, com o ordenado de seis mil reaes por anno e com a obrigação de correger, encordoar os outros instrumentos. Em 1527 eram-lhe concedidos mais seis mil reaes e a 23 de novembro de 1551 mais trez.

«Dom Ioham &c a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos de Copy dOlamda que nesto nos seruira bem e como ao noso seruiço compre, e queremdolhe fazer graça e merce, o damos ora daqui em diamte por mestre de fazer os nosos crauos, com o quall oficio ele avera de m.ºº dordenado daqui em diamte seis mill rs por nosa fazemda e ele sera obrigado de temperar e ẽcordoar e fazer alguũs outros coregimemtos nos nosos estromẽtos sem por iso aver outro mais premio fazemdo ele porem alguua cousa de nouo lhe sera paguo por elo aquilo que bem parecer. E porem mamdamos aos veadores de nosa fazemda que lhe façam asemtar os ditos seis mill rs nos liuros dela e dar carta deles em cada huũ ano pera omde aja bom pagamemto. Dada no Bareiro a xii do mes de março. Amdre Diaz a fez de mil b.ºxxiij, e eu Damiam Diaz a fiz escprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 3, fol. 74 v.).

«Dom Iohã &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer graça e merce a Copym dolamda, mestre de fazer os meus cravos, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mim em

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 418.

cada huũ anno com o dito oficio seys mill r.ˢ de mãtymẽto allem doutros seys mill r.ˢ que de mim tem per outra carta com o dito oficio, a qual merce lhe fiz em lixboa no fim do mes de março deste año presente de quinhẽtos e vymtesete e dahy em diãte ey por bem que os comece a vẽcer. Porem mãdo aos veadores de minha fazemda que lhos façã asemtar nos meus livros della e do dito tẽpo em diãte despachar em cada huũ anno pera logar omde deles aja bõo pagamento e por certidaõ dello lhe mandey dar esta carta por mim asynada e aselada com o meu selo pẽdemte. Dada em Coimbra a b dias de dezembro — Domimgos de Payva a fez — ano do naciměto de noso sõr Ihũu xp̃o de mill b.ᵉxxbij & E eu Damyã Diaz a fiz esprever ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 14, fol. 3).

« Dom Joam &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo respeyto aos seruiços que a mym tem feyto Copim dOlamda, mestre de fazer os meus crauos, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praz que ele tenha e aja de mym em cada huũ ano com o dito oficio do primeiro dia de janeiro que pasou deste ano presemte de bᵉlj em diamte tres mill rs em sua vida, e esto alem de doze mill rs que ja tem per outras duas cartas de mãtimento com o dito oficio -s- seis mill rs em cada hũa dellas, e por tamto mamdo ao barão dAluito, veador de mynha fazenda, que faça asemtar os ditos iij rˢ nos liuros dela e despachar em cada huũ ano pera lugar onde lhe sejam bem pagos e por firmeza delo lhe mãdey dar esta carta per mym asynada e aselada com o meu selo pemdente. Manuel Tauares o fez em Almeirim a xxiij dias do mes de novembro ano do nasymento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de mill b.ᵉlj. E eu Damiam Diaz o fiz scpreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 16, fol. 53 v.).

HOMEM (MANUEL)

Bibliothecario da Bibliotheca de Musica instituida por D. João IV. (Vide o meu opusculo — *A livraria de Musica de D. João IV e o seu index,* onde publiquei os documentos que lhe dizem respeito).

HOMEM (SEBASTIÃO)

Cantor da capella real, em tempo de D. Filipe I, que

lhe fez mercê de oito mil reaes de tença e tres moios de trigo.

«Dom Filipe &c outra tall carta de padraõ nem mais nem menos, como o que fiqua atras registado, neste livro, de Duarte Dias, ha Bastiaõ Homem, outro sy camtor, doutros tres moyos de triguo deste anno presemte de jb^{e}lxxxij em diamte, feyta e sobscripta pelos ditos sprivaeẽs a tres de janeiro do dito ano na dita cidade de Lixboa». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 1, fol. 194).

«Dom Fillipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos seruiços de Sebastiaõ Homem, meu cantor, ey por bem e me praz fazerlhe merce de oyto mil r.^{s} de tença cada anno em sua vida pagos com certidaõ do bispo dayaõ de como serue autualmente em minha capella e sendo caso que por sua muita idade ou infirmidade deixe de seruir, ey por bem que aja a dita tença e se lhe pague com a dita certidaõ em que declare que por as ditas causas deixou de seruir, os quais oito mil r.^{s} de tença começara a vencer de vynte seis dias de setembro deste anno presente de b^{e}lxxxiij em diante, em que lhe fiz delles merce, e por tanto mando aos vedores de minha fazenda que lhos façã asẽtar no L.^{o} della e do dito tempo em diante despachar cada anno em parte onde lhe sejaõ bem pagos com a dita certydaõ como dito he, e por firmeza de todo lhe mandei dar este por mim asinado e asellado do meu sello pẽdẽte. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a ij dias de nouembro ano do nacimento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de jb.^{e}lxxxiiij. E eu Manuel de Crasto o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 4, fol. 256).

JAQUES

(Charamella)

Veja-se o meu estudo — *O rei dos charamellas e os charamellas-móres*, separata da *Arte Musical*.

«En Tomar a biij dias de Janeiro do ano de b^{e}bij passou huũa carta pella chamcellaria de Jaques daforamento de huũs casos em hũa carta del Rey no cabo per que avia por bem de a comfirmar da qual ho trelado de hũa e outra he trelado deles huũ apos outro he este que se segue:

«Saibam quantos este estormento de prazo e denprazamento virem

en tres pesoas aos ij dias do mes de nauenbro do nacimento de nosso Senhor Ihesu Christo de mill e b°bj annos nesta vila de Tomar nas pessoas dos do muito homrrado Jorge Garçes ssucretario del Rey nosso Senhor e proveedor da capella da rrainha Dona Felypa setuada no mosteiro dOdiuelas estando ele a esto presemte peramte mym notario e das testemunhas ao depois nomeadas pareceo Jaques Charamella do dito Senhor e apresemtou peramte o dito ssecretario huũa carta de vemda e de remataçam feita e assygnada que parecia sser de Jorge Memdez scripuam das execuçam e diuidas de sua Alteza na cidade de Lixboa aos xi dias do mes de Janeiro da era trespassada de mil e b°biij annos e mostracea se por ela amtre os outros annos como na dita cidade nas casas dos contos do dito Senhor per Rui Martinz recebedor da sisa dos fimtos da dita cidade fora dado huũ mandado ao dito Jorge Mendez scripuam e Fernam Gomes escudeiro e recebedor das ditas emxurcuções das diuidas do dito senhor em a dita cidade e mostruuose por elle que penhorarum os remdeiros do ano pasado de b°iij por quamtia de 272000 reaes que pouco mais ou menos avia hi de perda o dito ano de seu arrendamento antre as quaes rendas sse comtynha Pedro Guomez remdeyro por comtia de 136000 reaes e em comprimento do dito mandado o dito recebedor e o dito Fernam Guomes com o dito scripvam aos xb dias de Janeiro da sobredita era fezeran loguo penhora em hũas casas do dito Pedro Gomez que estavam na dita cidade aas Famgas de Farinha no cabo da rrua da Capataria as quaes eram em tres pesoas e pagavam de foro em cada huũ ano aa dita capela de que era menistrador o dito Jorge Garces ssocretario do dito Senbor tres mil e quinhentos reaes e huũ par de galynhas segumdo se mais compridamente mostrauam pela carta do aforamento que fora feita ao dito Pedro Guomez as quaes casas partyam com casas de Gil Martinz comtador e com casas de Diego Machado e com outras confrontaçoẽs que de direito deuem partir e feita assy a dita penhora nas ditas casas foram metydas em pregan e corerem os tempos dos pagamentos que o dito senhor manda e muitos mais todos comteudos per o dito scripvam aos xbiij° dias do mes de março de 15o5 anos e pelo comtador mor ffora dado huũ mandado ao dito Fernam Guomez per que sse logo arrematasem as ditas casas e todolos bẽens e fazemda em que estaua penhorado o dito Pedro Guomez e em comprimento do dito mamdado o dito Fernam Guomez requereo lloguo ao dito Pero Guomez pelo dito scripvam sse queria pagar se nom que fosse ver como sse rematava sua fazemda e per o dito Pero Guomez fora dito que ele nom tinha dinheiro per homde pagar e que arrematasem as ditas casas a quem por elas mais dese com a qual resposta o dito

Fernam Guomez disse a Pero Lopez porteiro do comcelho que tomasse hũu ramo e que apregoase as ditas casas do dito Pero Guomez de Chilleiros que estauam no dito loguo das Famgas de Farinha em lamço de 39500 reaes que lamçaua o dito Jaques Charamela nelas o qual porteiro tomara llogo o dito ramo e apreguoara lloguo as ditas casas altas vozes dizemdo que amdauam as ditas casas os ditos 39500 reaes em saluo pera o dito senhor ditos os custos e assy da sysa como doficiaees em todo seu emcarreguo de foro e em tres pesoas e pagauam de foro ao dito ssacretario os ditos 3500 reaes com as ditas duas galinhas e que avendo hy quem nelas mais llamçasse que lhe receberiam o lamço e nom se achando que sse rematariam e visto pelo dito Fernam Guomez e pelo dito scripuam como se mays nom achauam dos ditos 39500 reaes que ho dito Jaques lamçou requeria o dito Fernam Guomez do dito Jorge Garces senhorio das ditas casas que se as queria ele tamto por tanto por quamto sse aviam loguo de arrematar e pelo dito Jorge Garces proveedor foy dito que as nom queria e que as rematasem a quem por elas mays dese e nom fosse a nenhũua das pessoas em direito defesos somente a pessoa que bem e sem briga pagasse o dito foro e a dizima de preço porque fosem vemdidas e visto pelo dito Fernam Guomes a rreposta do dito senhor requereo ao dito scripuam quassy o scripuesse e asemtase nos autos da sentença e feyta assy a dita deligemcia o dito Fernam Guomes chamara todolos lemçadores que nas ditas casas tinham lamçado e todos juntos os que hy quiseram vir o dito porteiro tomara o ramo na mão e estando hy o dito Fernam Guomez e o scripuam e outros abaixo nomeados e os ditos lamçadores aa boca da rrua Noua dos Mercadores junto com homde vendem os pregos (?) e se costumam fazer as taees execuçoẽs e rematações todos juntos o dito porteiro apreguou as ditas cassas altas vozes que dauam pelas casas do dito Pero Guomez que estauam as ditas Famgas de Farinha os ditos xxxix mil b^{e} reaes em saluo de todas as custas pera o dito senhor as quaes casas pagavam de foro os ditos tres mil e b^{e} reaes e o dito par de galinhas e em as ditas tres pesoas e sse avia hy quem mais quisese lamçar e lhe receberá o lanço e nom se achou quem mais nelas lamçase que o dito Jaques Charamela e visto por o dito Fernam Guomez como se por elas mais nom achava em todas as deligemcias eram feitas que o direito em tal caso mamda fazer dise ao dito Amtam Lopez porteiro que as rematasse ao dito Jaques o qual apregoando altas vozes lhas ouve por arrematadas e lhe tomou o dito ramo da arremataçam na maão e as ditas casas ouve por suas e requereo ao scripvam que lhe fizesse a carta dellas por que logo queria pagar segundo se pela carta da dita arremataçam com outras cousas mais com-

pridamente mostrava: Dizemdo loguo que o dito Jorje Garçes que ele como menistrador e proveedor da dita capella a que o carreguo e caso pertencia ele aforaua e daua de foro e emprazaua ao dito Jaques Charamela as ditas casas em todo seu assentamento e pertemças e pelas decisoẽs e confromtaçoões na carta darrematacam contheudas e decraradas e lhas aforaua em tres pesoas .s. que ele Jaques seja a primeira pesoa e por falecimento sseu ou em sua vida como elle quiser nomee a segumda e a segumda nomee a terceira em maneira que por este modo sejam tres pesoas e mais nom e lhas aforaua per se quer que elas mais partam e deuem per direito partir com suas entradas saydas e pertemças e que dhy em diamte per vertude e poder deste estormento e aforamento ele tome aja a pose e ministraçam delas e faça delas e em elas tudo o que lhe aprouver e assy as pessoas que em pos ele vierem como de sua cousa propria he em durando asy ele como as ditas pessoas repairaram e corregeram as ditas casas em maneira que sempre amdem aproueitadas e per mingoa de seus erdeyros se nam percam e lhe pagaram de foro e pemsam em cada hũu por dya de natall os ditos 3500 reaes e duas galinhas e a primeira pagua lhe começaram de fazer pelo primeiro dia de natal que vimra da era de 1507 e dhy em diamte comsiguiram a lhes fazer as ditas pagas durando ele e as ditas tres pesoas e atee sse espedyrem e acabarem e em comdiçam que ele a primeira pesoa e as que depois elle vierem nom posam vender trocar nem escambar as ditas casas nem per outro modo algũu emulhear ssem o primeiro fazerem a saber ao senhorio se as quer tanto por tanto e querendo as que as aja e nom as queremdo que emtam as possam vender em foro com tamto que nom seja a Igreja nem a mosteiro a dona nem a caualeiro nem a nenhũa das pesoas em direito deffesos saluo aa tall pesoa que lhe seja muy obidiente e lhe pague o dito foro sem neuhũa brigua nem contemda e lhe pagarem o dizimo do preço por que as uemderem sopena de nom cumpryndo em todo e por todo com ele e lhe pagar os termos e tempos das paguas todo dhy em diante lhe darem e pagarem com todas custas perdas dapnos e despesas que per elo fezerem e receber e mais com 50 reaes em cada hũu dia de penna e imterese e levamdo os ou nom este prazo e a ficar em sy bõo e valiosso e per tudo lhe respomder peramte quaesquer juizes e justiças que ele senhorio quiser e lhe aprouuer a suas sentenças e seus bẽes executarem como se dados fosem por Juiz de seu foro e sse lhes pera esto poder valer nem aproveitar nem nenhua ley direito nem liberdade nem outro algũu ajudoiro queyram ter e manter em todo e per todo este aforamento alegar possam que lhes nam valham nem possam gou-

vir do beneficio delas somente pagar e ele Jorje Garces senhorio e proveador da dita capela obrigasse as rendas da dita capela pera sy e seus socesores. Este aforamento lhe fazem bõo e de paaz e hos teer e manter em pose deles ssopena de lhe compoer com outro tamto e o dito Jaques primeira pesoa dise em seu nome e das ditas pesoas vemdo nos tomava e filhaua em sy as ditas casas com o dito foro dos ditos 3ꝭoo reaes e duas galinhas em cada hũu ano e com todas as comdiçoẽs penas e obrigaçoẽs comtheudas em este prazo e para todo teer mamteer comprir e pagar obrigava seus bẽens movẽs e de raiz avidos e por aver e das ditas pesoas e todo foram em tal modo e maneira que em fym das ditas tres pesoas leixem as ditas cassas aa dita capela e senhorio corregidas e aproveitadas milhoradas e nom pejoradas e este prazo comfirmaua atee hũu ano comprido e acabado sopena de o perder e em testemunho e fee de verdade mandara seer feito ambos estormentos e os que lhe comprisem de hũu teor as quaes asy hũu como o outro Pediram em sy filharom este he o primeiro que da nota saio pera o dito Jaques Charamela. Testemunhas que todo presentees estavam Duarte dAlmeida moço da camera de sua alteza e Luis Correa scripvam e Pero Meendez criados do dito Jorje Garçes e outros e eu Fernam Garcia escudeiro criado da muy excellentissyma senhora Ifamta madre del Rey nosso senhor que deus tem e notairo publico na dita vila e seus termos por sua alteza que este estormento daforamẽto screpuy e por certeza e fee de verdade de meu publico synal asyney que tal he». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 38?, fol. 74).

«Dom Manuel etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte de Jaques noso charamela nos foy apresentado este aforamento que lhe foy faito per Jorje Garcees fidalguo de nossa casa e nosso sacretario e proueador da capela da Rainha dona Filipa que he setuada no moesteiro dOdivelas dhuãs cassas que sam em a cidade de Lixboa que fazem foro aa dita capela e que por quamto no dito aforamemto estaua huũa crausola que nom sendo per vós comfirmada o perdesse nos pedia por mercee que lho quisesemos comfirmar pera o ter per nós comfirmado e visto per nos seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e mercee Temos por bem e lhe confirmamos assy e tam inteiramente como nele he comtheudo. E Porem mandamos a todas nossas Justiças oficiaes e pesoas a que esta carta de aforamento ffor mostrada que lhe cumpram e guardem asy e pella guisa que se nela contem sem outra duvida nem embarguo por quanto assy he nossa merce. Dada em a nosa vila de Tomar a biijº dias de Janeiro. Luys Correa a fez ano de

mil e b^{o}bij^{s}». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 38, fol. 75).

JAQUES 2.º
(Mestre)

Oculista francez, residente em Lisboa na segunda metade do seculo XVI. Era commensal de Damião de Goes e tomava parte assidua nos concertos quotidianos organizados em casa do insigne escriptor. (Veja-se a 2.ª serie dos meus *Estudos sobre Damião de Goes*).

JAQUES DE LACERNA (FRANCISCO)
(Charamella)

Vide o meu opusculo—*O rei dos charamellas e os charamellas móres.*

JERONIMO (ESTEVAM DE S.)

Natural das Caldas, filho de Antonio Marques Nogueira, tomado por musico supranumerario da real camara com 40$000 reis de ordenado. Alvará de 23 de setembro de 1674. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 23 v.).

Passou a numerario na vaga deixada por fallecimento de Manuel de Lima. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 480 v.).

JESUS (ANTONIO DE)

Mestre de musica da Universidade. (Th. Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, tom. 2.º, pag. 835).

JOÃO V (D.)

Na sua propensão faustosa, querendo n'este ponto seguir as pisadas de Luiz XIV, D. João V favoreceu em extremo as Sciencias, a Litteratura e as Artes, merecendo-lhe especial cuidado a musica, perpetuando assim as tradições da casa

de Bragança, cujo gosto pela musica se accentuou principalmente em D. João IV, que não só a estimou, mas que tambem foi um dos seus cultores.

D. João V fez vir muitos musicos d'Italia e a este proposito consagra Luiz Caetano de Lima, clerigo theatino, o seguinte epigramma:

Musici ex *Italiâ in Urbem à Rege advocati commendantur.*

EPIGRAMMA XXVIII

Quid referam plectro ducentem Amphyrna cautes,
Orphea sistentem flumina quidve canam?
Si qua fides veri, moles vix sensibus orbas
Demulcent numeris plectra vetusta suis.
Quæ modo Thyrreno promuntur gutture voces,
Principis hac doctis auribus urbe placent.
His sacra mulceri gaudent quoque Numina Templis;
Ilis scité Æthereus fingitur orbe chorus.
Præferat Ausonius veterum modulamina plectris,
Qui superis præfest flumina, saxa, suis.

JOÃO (MESTRE)

Organista ou antes organeiro de el-rei D. João III. A circumstancia de ser designado simplesmente pelo seu nome de baptismo dá-nos a entender que elle não era portuguez. Tinha 15 mil reaes de mantimento por anno com a obrigação de trazer concertados e afinados os orgãos da capella real, e das capellas dos paços d'Almeirim e Sintra, os da sala do mesmo palacio e os dos conventos de Santa Maria da Pena e de Pera ou Penha Longa. — Carta de 3 de janeiro de 1540.

Entre os musicos da casa de Santo Antonio de Lisboa, em 1562-1563 figura um mestre João, afinador de orgãos. — Vide *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tom. 2.°, pags. 542 e seguintes.

«Dom Joam &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de mestre J.º que nisto me seruira como compre e querendolhe fazer graça e mercee, tenho por bem e o tomo ora daquy em diamte por meu organista, asy e pella maneira que o ele deue ser e como ao tal cargo pertence, com o qual cargo ele averaa de mamtimento em cada huũ ano quimze mil rs, que lhe seram pagos a custa de minha fazemda omde sam pagos os oficiais e pesoas de minha capella e ele dito mestre Joham seer obrigado a ter sempre afinados os orguãos da dita capella e das capellas dAlmeirym e de Symtra e os da sala e de samta Maria da Pena e Pera Lomgua, e se acomtecer que ele faça algũ corregimento em cada huũ dos orguaõs das sobreditas casas em que aja de fazer mais despeza que de sua pª per esta me praz lha mãdar pagar. Porem mando a dom R.º Lôbo, do meu conselho e vedor de minha fazenda que lhe faça asemtar os ditos quynze mil rs nos meus liuros dela e lhe faça fazer pagamento deles cadano omde sam paguos os mais oficiais e pesoas da dita capella da maneira que dito he sem duuida nem embargo alguũ que a elo seya posto por que asy he minha merce. E por firmeza delo lhe mãdey dar esta minha carta per mym asynada e selada do meu selo pendemte. Diogo Lopez a fez em Lixboa aos tres dias do mes de janeiro anno do nacimento de noso Senhor Ihuu X.º de mil bª corenta anos e eu. Damyam Diaz o fiz scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 40, fol. 28).

JOÃO (APPARICIO)

Atabaleiro-mór. Em 29 de abril de 1593 D. Filipe I lhe mandava dar quatro mil reis por anno para dois moios de trigo, que era outro tanto como tinham os atabaleiros-móres seus antepassados.

«Eu elRey faço saber a vos dom Joham da Silua, conde de Portalegre, mordomo mór de minha casa, que ey por bem e me praz fazer merce a Parissio Joaõ, atabaleyro mor, que daquy em diante tenha e aja quatro mil rs em cada hum anno pera dous moyos de trigo, pagos nas minhas compras, assy como os tinhaõ os atabaleiros móres passados, os quais terá e averá em quanto seruir o dito officio. Notefficouollo assi e mando que lhe façais pagar os ditos quatro mil rs em cada hum anno pello trellado deste, que será registado no primeiro liuro das ditas compras de cada anno e assento do escriuão dellas e assinado pello meu

veador de como são lançados em despesa, mando que sejaõ leuados em conta ao meu comprador que lhos pagar. Manuel da Costa o fez em Lixboa a xxix de abril de mil b^{e}lRiij. Joaõ Candoso o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 24, fol. 252).

JOÃO (FRANCISCO)

Na conta das despesas que o senado de Lisboa fez em 1648 para celebrar o nascimento do infante D. Pedro (mais tarde D. Pedro II) lê-se a seguinte verba:

«A Francisco Joaõ, mestre de trombetas, por elle e seus companheiros tangerem nas festas do nascimento do infante, a razão de 500 r.^{s} por cada dia e por cada noite 2:500 r.^{s}». (*Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, tom. V, pag. 110).

«Aos 17 de julho de 1652 annos se passou mandado para João Baptista de Cordes, que serve de thesoureiro da cidade, pagar a Francisco João, mestre de trombetas, conteúdo na petição atraz, quinhentos reis que se lhe mandaram pagar pelo trabalho que teve com seus companheiros em irem esperar a S. Mag.^{de} quando veiu d'Alcantara para esta cidade, e o virem acompanhando até o paço, tangendo suas trombetas». (*Idem, idem*, pag. 356).

Vide *Marco Nunes*.

JOFREM

Menestrel de D. Afonso V. Tinha elle adquirido proximo de Santarem, uma propriedade rustica, de que estava de posse havia 14 annos, comprada a um mouro chamado Cayde, filho de Adella, mas queriam-lha fazer perder, allegando que a compra fôra contra expressa determinação legal. Jofrem recorreu então a el-rei que lhe passou nessa carta a 12 de maio de 1446. Documento interessante não só para a biographia do menestrel mas para o estudo do estado social dos mouros entre nós.

De 1462 encontrei uma carta relativa a um Xofrem, tangedor de charamella do mesmo monarca, que á primeira vista suppuz ser o mesmo com variante ortographica no nome, e pela circumstancia de residir em Santarem. Parece-me todavia que devem ser descriminados, porque na mesma carta se falla d'um Jofrem, pellibeiro, o que nos dá claramente a entender que eram dois nomes differentes. Alem d'isso, o nosso Jofrim, de que estamos tratando, era menestrel, ao passo que o outro era charamelleiro. No entanto é de toda a vantagem que se comparem os seus artigos.

« Dom Afonso &c A quãtos esta carta virem fazemos saber que Jofrim, nosso menestre (ministrel), nos disse que poderia auer treze ou quatorze anos que elle comprou a huũ mouro per nome chamado Cayde, filho de Adeella, mouro forro, morador em esta villa de Santarem, hũu oliuall e vinha morta com suas aruores, a quall he em termo da dita villa em lugar que chamã pee daranha (ou dazenha?) por certo preço que lhe por ello deu, segundo he contheudo em a carta de compra que dello tem e que ora lhe diserom que alguas pessoas que sse entremetiam de nos pedir o dito oliuall e vinha dizendo que elle deuia perder o preço que por ello deu e o dito oliuall e vinha seer tornado a pessoa moura, pedindonos por mercee que lhe ouuessemos a elle remedio com direito, e nos visto seu requerimento e como ha tam gaande tempo que esto comprou e sempre dello esteue em posse e querendolhe fazer graça e mercee teemos por bem e queremos que sem enbargo da nossa hordenaçam o dito Jofrim e sua molher e herdeiros possam auer, lograr e posuir deste dia pera todo sempre o dito oliuall e uinha e aruores sem embargo de esto ja teermos dado algũa outra pessoa. E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças, oficiaees e pessoas e a outros quaes quer que esto ouuerem de ueer, e esta carta for mostrada que lhe leixem o dito oliuall e vinha e auer e lograr e possuir, vender e dar e dell fazer como de ssua coussa e corporall pesisom sem lhe poerem sobrello outro nenhuũ enbargo em nenhuã maneira que seja, umde al nom façades. Dante em Santarem xij dias de mayo. ElRei o mandou per Lopo dAlmeyda, caualeiro de sua cassa e veedor da sua fazenda — Afonso Uaaz a fez — ano de nosso Senhor Ihũ Xº de mill iiijº Rbj ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 5, fol. 50).

JONAS (EMILE)

Autor do seguinte tractado:

Recueil des Chants hebraïques anciens et modernes executés au Temple du rit portugais de Paris. Paris, 1854, 1 vol. gr. in 8.º

JORGE (JOÃO)

Trombeta de D. João I. Sua viuva, Anna Martins, era padeira e D. Duarte lhe passou carta de privilegio para que ella podesse coser e vender o pão sem que lho almotaçassem. Esta curiosa carta, passada em Santarem a 23 de março de 1434, foi confirmada por D. Afonso V a 10 de março de 1439.

«Dom Afonso &c A quantos esta carta virem fazemos saber que Joham dAfonseca, criado do muy alto excelente e comprido de muitas virtudes e da esclarecida memoria elRei meu senhor e padre, cuja alma Dª aja, nos mostrou hũa carta do dito senhor, da qual o teor tal he: «A quantos esta carta virem saude, mandamosuos que nom costramgaaes Ana Miż, molher de Joham Jorge, trombeta, que foy do muy virtuoso e de grandes virtudes elRei meu senhor e padre, cuja alma Dª aja que amase pam nem o leue a nenhuũ lugar nem lho pesees e lhe leixaae uemder o dito pam e a outras quaaes quer cousas omde ella quiser sem lhas almotaçando, e eso mesmo se ella mandar vender algun pam asi a may della Ana Miż vos nom lho pesees nem lho mandees leuar a nenhum lugar e lhe leixees uender aa sua vontade e a nossa merce he desse fazer como dito he e all nom façades. Dante em Santarem xxiij dias de Março ElRei o mandou Nicolaao Roiz a fez — era do nascimento de mil e iiij^{c} e xxxiiij anos. Pedindo-nos o dito Joham dafonseca por merce que por quanto ora ell casara com a dita Ana Miż que lhe mandasemos confirmar a dita carta, e visto seu requerimento a nos praz dello. Porem mandamos a quaees quer pessoas e oficiaees, a que esto pertencer quę lha compram e guardem e façam conprir e guardar a dita carta asy e pella guisa que em ella he contheudo e all non façades. Dada em a cidade de Lixboa x dias de março — ElRey o mandou com auto-

ridade da senhora Rainha sua madre e per o Ifante dom P.º — Diogo Lopez a fez — era de mil e iiij^{c} e xxxix anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Afonso V, Doações*, liv. 18, fol. 71 v.).

KEIL (ALFREDO)

Uma carta de Alfredo Keil — A impressão da opera «Serrana» — Alfredo Keil dirigiu ao *Paiz* do Rio de Janeiro a seguinte carta:

«Sr. redactor — Sendo *O Paiz* o primeiro jornal que iniciou a subscripção para ser impressa em portuguez e italiano a minha opera *Serrana*, a V. endereço esta carta de explicativa gratidão, que espero me dará a honra de publicar no seu conceituado jornal.

«O alvitre apresentado, em diversos artigos do *Diario de Noticias*, pelo dr. Sousa Viterbo, em abril do corrente anno, e partilhado pela imprensa séria de Lisboa, para que o governo portuguez iniciasse a vulgarização da musica portugueza e, como primeiro acto d'essa iniciação, mandasse imprimir por sua conta a partitura da opera *Serrana*, para piano e canto, em portuguez e italiano, não encontrou, como devia encontrar, a sympathia dos altos corpos politicos do meu paiz.

«Realmente existia uma proposta do deputado governamental dr. Queiroz Ribeiro, para que se conseguisse esse fim, proposta que foi retirada, por temer o governo as ameaças da opposição, que aliás não contrariou outras de bem problematica utilidade politica.

«Constando no Rio de Janeiro este facto, o meu velho amigo Gaspar do Nascimento, justamente revoltado contra o procedimento do parlamento, tomou a iniciativa de realisar ahi o alvitre proposto pelo dr. Sousa Viterbo.

«N'esses termos, abriu entre compatriotas, amigos e todos os que sem distincção de nacionalidade amam a arte e respeitam os que por ella trabalham, uma subscripção, cujo producto foi destinado para se imprimir em portuguez e italiano a partitura da minha opera, acto este que tem para mim a mais alta significação de homenagem ao meu trabalho.

«Tornando assim pública a minha eterna gratidão ao amigo, que em tão distantes paragens levantou tão nobremente a injustiça que no meu paiz me fora feita, a v. sr. redactor, agradeço tambem o ter coadjuvado tão gentilmente a generosa lembrança d'esse meu amigo.

«Da mesma fórma aqui deixo exarados os meus agradecimentos á nobre imprensa fluminense, que foi poderoso auxilio n'este para mim tão penhorante intento.

«Tendo recebido o album que contém os nomes de todos os subscriptores, que me fizeram essa immerecida homenagem, completando a minha obra, endereço os protestos da mais inolvidavel gratidão, tanto mais que entre elles encontro nomes de compatriotas seus, que bem demonstraram assim se interessarem pelas coisas portuguezas.

«Agradecendo a v. a inserção d'estas linhas, muito grato ficarei se as puder fazer transcrever em outros jornaes d'essa cidade, para que os meus protestos tenham a maior publicidade possivel — De v. etc. — *Alfredo Keil*». (*Diario de Noticias*, de 7 de Janeiro de 1900).

Uma opera portugueza — «Aventámos aqui a idéa do nosso governo mandar fazer por sua conta uma edição da *Serrana*, como uma especie de homenagem publica ao distincto maestro e artista Alfredo Keil. Não era uma empreza difficil nem custosa, e até se a nossa Imprensa Nacional estivesse convenientemente habilitada como podia e devia, seria uma cousa de simples expediente. Tudo estava na significação moral do acto, mas parece que nas espheras politicas a idéa, se encontrou algumas sympathias e affectuosas adhesões, deu de face todavia com embaraços e resistencias que impossibilitaram a sua realidade. Não nos faremos cargo de investigar a origem d'estes obstaculos, em que talvez predominassem influencias meramente pessoaes, mas limitando-nos a registar o facto, passaremos adiante, conforme recommenda o grande poeta que nos legou a *Divina Comedia*.

«Se a ideia não vingou em Portugal, vingou todavia no Brazil e a colonia portugueza no Rio de Janeiro mais uma vez demonstrou quanto é forte e vibrante o sentimento do patriotismo que a anima, sentimento que mais se accende quanto maior é a distancia do torrão natal. Faz d'estes milagres a saudade, a visão longinqua da terra que nos deu o ser. O portuguez em paiz estranho é como o marinheiro no navio, que nas miragens do mar alto vê sempre a risonha praia onde brincou a sua infancia.

«Falta-nos a competencia para avaliarmos o talento musical de Alfredo Keil e não seremos nós que nos atreveremos a fixar a sua collocação musical a par dos grandes vultos que predominam na musica moderna como Wagner, Verdi e Gounod, ou entre os maestros de menor pujança que aquelles que empolgam os applausos das scenas lyricas contemporaneas, como Massenet, Bizet, Mascagni e Puccini.

«Á parte o seu talento, que é incontestavel, o que admiramos sobretudo em Alfredo Keil é a sua dedicação pela arte, é a sua tenacidade e o seu esforço continuado, é o seu proposito firme de crear a opera nacional e de dar á musica portugueza uma qualquer cousa que a caracterise e a assignale entre as outras escolas. O auctor da *Serrana* não escrupulisa simplesmente na escolha do assumpto, mas na maneira de o tratar. Emquanto ao assumpto devemos dizer que a *D. Branca* e a *Irene* são lendas poeticas, tradições tocantes, que se prestam perfeitamente a uma adaptação dramatico-lyrica. São materia prima de primeira ordem para um rico tecido theatral. A *Serrana*, embora se baseie simplesmente em scenas de costumes locaes, está no mesmo caso. Já não nos parece que se possa dizer o mesmo de outras operas que o sr. Keil conserva ineditas, como é a que tem por protagonista Manuel Fernandes Thomaz.

«Nem a nossa revolução constitucional tem os vulcanicos movimentos tragicos da revolução franceza, nem o patriarcha da nossa liberdade tem a mesma linha d'um *André Chenier*. A nossa historia é fertil em assumptos; os estrangeiros cá teem vindo haurir, e a prova é a grande quantidade de operas baseadas em acontecimentos portuguezes ou tendo por principaes protagonistas compatriotas nossos. D. Inez de Castro e D. Sebastião teem sido um manancial abundantíssimo.

«Pelo que diz respeito á estructura musical propriamente dita é que não podemos affiançar se Alfredo Keil tem correspondido perfeitamente ao ideal que se traçou e a que aspira. Resta, porém, saber, e isso é ainda um problema que julgamos em aberto, se a musica popular portugueza se presta a largas inspirações para uma opera e se existe com effeito, no organismo musical portuguez, alguma coisa de genuinamente original.

«Entre nós já existem na actualidade algumas collecções — uma d'ellas bastante volumosa — de canções e melodias populares, mas por certo que ha ali muito que joeirar, pois grande numero d'essas composições são de origem culta — popularisam-se: não são propriamente populares. E entre as reconhecidamente populares urge fazer o estudo comparativo, *folklorico*, pois com a musica succede o mesmo que com outras fórmas da actividade intellectual do povo, como com os annexins, os cantos, os romances, os adivinhes, etc.

«O estabelecimento da opera portugueza é uma tentativa arriscadissima, difficillima, pois logo o primeiro contratempo é encontrar quem faça o *libretto*, depois quem a interprete e cante, faltando não só os artistas, mas a scena apropriada. A *Serrana* foi cantada em italiano, desempenhada por artistas italianos e agora impressa em Leipzig.

«E quem arca e lucta com todas estas difficuldades, não será um benemerito, uma alma cheia de fé, um apostolo cheio de crença, que só vê o seu ideal, desprezando o abysmo em que o seu arrojo o poderia precipitar?

«Certamente que sim. — *Sousa Viterbo*». (*Diario de Noticias*, de 9 de março de 1900).

Carta de Paris, 14 de agosto. — «No desempenho de uma tão honrosa como agradavel missão, de que me incumbiu o nosso illustre amigo sr. Alfredo Keil, estive com o insigne maestro francez Massenet, a quem entreguei a partitura da *Serrana* que aquelle nosso laureado compositor lhe dedicou.

«O mestre recebeu-me na sua linda e aprazivel *villa* d'Egreville com essa distincção e franqueza de maneiras inseparaveis do verdadeiro talento; e entreguei-lhe a obra do nosso festejado maestro que Massenet acolheu com visivel agrado, folheou rapidamente, demorando-se entretanto a lêr alguns trechos que mais o impressionaram.

«Nos agradecimentos que elle me encarregou de transmittir a Alfredo Keil — e que me confirmou depois por um autographo assignado do seu proprio punho — o grande maestro francez referiu-se ás obras do nosso illustre compatricio — especialmente á *Dona Branca* e á *Irene* — com elogios que tinham todo o cunho de sinceridade, porque não eram revestidos das banalidades usuaes em taes casos, e prometteu extrahir da partitura os trechos mais notaveis para ensaial-os ao piano.

«Fiquei naturalmente penhoradissimo com a recepção de Massenet e mais ainda pelas expressões com que o grande maestro honrou o nosso illustre compatriota e se referiu á arte musical no nosso paiz.

«A edição da partitura da *Serrana*, de que acabo de offerecer a Massenet um exemplar especial, é um primor de execução *hors ligne* e não me consta que se tenha feito na Europa outra tão perfeita e tão luxuosa, adornada com *fac-similes* de aguarellas de artistas portuguezes, não só nas primeiras paginas, como tambem nos começos dos actos.

«Não foi sem grande prazer que vi esta primeira opera impressa no nosso idioma patrio, iniciando assim a vulgarisação da musica portugueza pelo mundo cantante e pelas bibliothecas musicaes.

«Alfredo Keil deve justamente ufanar-se de ter sido o iniciador d'esta divulgação, sobretudo porque a *Serrana* deve tornar conhecidos os nossos costumes e trajos do principio do seculo XIX, algumas das nossas toadas populares, a nossa pittoresca Serra da Estrella, com as suas cantadeiras e adufes.

«Esta edição, como ahi sabem, foi feita com o producto de uma subscripção dos nossos compatriotas residentes no Rio de Janeiro, para ser a *Serrana* impressa em portuguez e italiano, sendo depois offerecida como homenagem ao talentoso auctor.

«Pena foi que a nomenclatura dos productos admissiveis na Exposição Universal de Paris omittisse na classe das Bellas-Artes as obras musicaes. Assim ficam os trabalhos de tanto merito do nosso primoroso compositor privados da alta recompensa que lhe assegurava a elevada posição que occupa entre os principes da arte musical.

«Sei que Alfredo Keil está trabalhando n'um pequeno assumpto francez, para ser agradavel a Massenet, a cuja escola se inclina um pouco. E como esse trabalho é destinado a um theatro parisiense, Alfredo Keil será largamente compensado aqui das injustiças que tem soffrido na nossa patria commum.

«Pela minha parte, agradeço-lhe a distincção com que me honrou, escolhendo-me para ser junto do eminente maestro francez o intermediario de uma offerta que representa para o illustre compositor portuguez e para o nosso Portugal um valiosissimo titulo de gloria». (*Diario de Noticias*, de 19 de agosto de 1900).

(Continúa).

Sousa Viterbo

OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL(1)

Ateada a guerra com Castela, D. Fernando solicita o auxílio da Inglaterra, de onde vêm soldados e uma esquadra de uns 48 navios comandada por Edmundo, conde de Cambridge, que ancorou no Tejo em 19 ou 20 de Julho de 1381, com umas mil lanças (2); para a viagem desta esquadra passa Ricardo II uma carta de segurança, «De Monstro Hominum ad arma pro Viagio Portugaliæ», datada de 11 de Maio de 1381 (3). D. Fernando compromete-se a receber o conde de Cambridge por uma carta régia datada de 12 de Maio de 1381 («Alligantiarum cum Rege & Regina Castellæ confirmatio & de auxilio præstando»), onde, entre outras coisas diz o seguinte:

«Outro si, Prometemos, que, vyndo Morse Iman Conde de Cantebryxa, com Myl Homs d'Armas, e con Mil Archeyros, Aribar a os nossos Regnos, que Nos acolhamos em ellos co os dichos Mil Homs d'Armas e Mil Archeyros:

«E Prometemos de dar a o dicho Morse Iman, e jentes d'Armas, em Cavelos & em outras Montaduras, por huna

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 330.

(2) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 66; Quintela, *Anais da Marinha*, I, 39; Mariz, *Dialogos*, I, 209; Saraiva, *Obras*, III, 224; *Arch. Hist. Port.*, IX, 163-165. Shillington & Chapman, *Comm. rel.*, pág. 10; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 218.

(3) Rymer, *Foedera*, VII, 305; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 64.

Quartel d'huno anno, com Preco Rezoavel, par a quella Maniera, que el Rey d'Ingratierra Mandou pagar os gages a o dicho Morse Iman, e a os dichos Mil Homes d'Armas» (1).

Aos Ingleses e outros que vieram na frota chegada a Lisboa em 1381 refere-se Fernão Lopes dizendo que entre eles se contavam:

«Morse Heimon, Comde de Cambrig, filho lidemo del Rei Eduarte Dhimgraterra, o velho; o qual tragia sua molher Dona Isabel, filha del Rei Dom Pedro Rei que fôra de Castella, bem acompanhada de donas e domzellas, e huum seu filho pequeno, que avia nome Eduarte come seu avoo, moço de hidade ataa seis annos; e vijnha hi huum filho del Rei de Imgraterra bastardo, e Mosse Guilhem Beocap comde estabre de toda a frota, e o senhor de Botareeos, e Mosse Man de Gornai, que era marichal, e o so duque de Latram, e Tomas Simon alferez do duque Dalamcastro que tragia sua bamdeira, e o bispo Dacres, e Mosse Canom hordenador das batalhas, e Mosse Tomas Frechete, e o Garro, e Mosse Joham Destimgues, e Chico Novel, e Maao Borny, e o senhor de Castelnovo, que era Gascom, e outros capitaães, que dizer nom curamos; e tragiam comsigo de gemtes darmas e frecheiros ataa tres mil, bem prestes pera pelleias, assas de fremosa gente, e bem corregidos... E vijnham hi mais alguuns caualleiros dos que se partirom de Portugal, quando el Rei Dom Fernamdo trautou as pazes com elRei Dom Hemrique, assi como Joham Fernandes Andeiro, e Joham Affomso de Beeça, e Fernam Rodrigues Daça, e Martim Paulo, e Bernaldom, e Joham Samches caualleiro de Santa Caterina e outros; e chegarom estas gentes todas a Lisboa em quaremta e oito vellas, amtre

(1) Rymer, *Foedera,* VII, 263; Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 63.

naaos e barchas, aos dez e nove dias de Julho da era ja em cima escripta de quatro çentos e dez e nove annos» (1).

Conta o mesmo cronista que estando D. Fernando no campo, à espera de batalha, quis armar cavaleiros alguns Ingleses. E como lhe dissessem que não o podia fazer, sem ser cavaleiro também, o Conde de Cambridge investiu o rei naquela dignidade, para êste poder satisfazer o seu desejo (2).

O porte dos aliados que vieram em auxílio de Portugal não foi dos mais correctos, como já acontecera no tempo de Sancho I (3), pois, no dizer do historiador que aqui nos orienta, «estas gentes dos Ingreses que dissemos, como forom apousentados em Lixboa, nom come homees que vynham pera ajudar a defemder a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir, e buscar todo mal e desomrra aos moradores della, começarom de se estemder pella çidade e termo, matamdo e roubamdo, e forçamdo molheres, mostramdo tal senhorio e desprezamento comtra todos, come se fossem seus mortaees emmijgos, de que se novamente ouvessem dasenhorar» (4).

À estada de um outro embaixador português em Inglaterra nesta época, chamado Lourenço Anes Fogaça, que mais tarde, como veremos, desempenhou naquele país outras missões diplomáticas, — alude um documento inglês datado de 5 de Julho de 1382, segundo o qual Ricardo II concedia àquele enviado autorização para poder embarcar para Por-

---

(1) *Chronica de D. Fernando,* cap. 128.

(2) *Ibidem,* cap. 153; Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal,* I, 378-9.

(3) Brandão, *Monarchia Lusitana,* 4.ª p. liv. XII, cap. 14.

(4) Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando,* cap. 132; e vide Faria e Sousa, *Europa Portuguesa,* II, 219.

tugal as suas coisas livres de direitos (1). A outra embaixada portuguesa à Grã-Bretanha se refere um salvo-conduto do mesmo soberano, de 9 de Junho de 1383, passado a favor de Afonso Rodrigues de Cordova, enviado de El Rei de Portugal, pelo qual se lhe permitia o transporte de todos os seus haveres (2).

Depois da morte de D. Fernando as pretensões absorventes da Espanha manifestam-se mais ostensivamente e Portugal tem de congregar todos os seus esforços para lhes resistir e para as rechaçar, pelo que continua a solicitar o auxílio dos Ingleses. Aclamado D. João, Mestre de Avis, defensor e regedor do Reino, tem logo de fazer face às investidas castelhanas. As fôrças exíguas de que dispunha não lhe ofereciam uma garantia segura da vitória e resolveu por isso alistar tropas estrangeiras para a defensão da sua pátria. Para êste fim enviou em Dezembro de 1383, com poderes suficientes, Lourenço Martins e Tomás Daniel, Inglês de nação, encarregando-os de obterem licença de Ricardo II para recrutar soldados em Inglaterra (3). Uma carta do soberano inglês, de 1384, à qual se refere Fernão Lopes, diz terem sido recebidos outros embaixadores em Inglaterra, isto é, Lourenço Anes Fogaça, e o Mestre de Santiago, que viajaram na nau inglesa *Lincoln* e numa barca (4), e um documento oficial britânico, de 28 de Julho de 1384, concede licença aos mesmos enviados para conduzirem a Portugal

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 361, «Pro Cancellario Regis Portugalliæ»; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 68,

(2) «Pro Nuncio Regis Portugalliæ», in Rymer, *Foedera*, VII, 396; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 69.

(3) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 70; Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 1.ª, cap. 48; Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, II, 922.

(4) Idem, *ibidem*, XIV, 70; Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 1.ª, cap. 48; Vila Franca, *D. João I e a aliança ingl.*, pág. 5 nota, e pág. 24; *Memórias de D. João I*, II, 922.

os soldados ingleses (1). No 1.º de Dezembro do mesmo ano Ricardo II concede cartas de protecção aos seguintes subditos ingleses vindos para Portugal, com o mestre Fernando da Ordem de Santiago: Henrique Abbyndon, de Welles (Somerset), João Miller, de Holbech, Guilherme de Blumhull, de Chester, Ricardo Bretteford, de Londres, Garland Godefelawe ou Garlof Duchman, Escudeiro, João Fynche, de Cambridge, Guilherme Blomhull executor do testamento de Guilherme Trussel, cavaleiro, Jacob Wichingham, de Londres, Henrique Somerville, de Stafford, Guilherme de Neuport, escudeiro, de Stafford, Edmundo Herd, de Theidonbois, João May, de Leskyrd, na Cornualha (?), Henrique Ferour, de Buks (Berk ?), escudeiro, Guilherme Swanaure, escudeiro, de Gloucester, Rogerio Canon, Guilherme Tuthury, de Safford, Guilherme Paston, Guilherme Turnour, de Londres, Gualter Helyan, de Devon, João Dalyngton, de Northampton,

(1) «De licentia ducendi Homines ad Arma, ad Partes Portugaliæ», in Rymer, *Foedera*, VII, 436; Santarém, *Quadro*, XIV, 71. Manifestamente há engano na *Chronica de D. João I*, como já ponderou o Sr. Fortunato de Almeida (*Hist. de Port.*, I, 308, n. 2). O cronista diz no cap. 48 da 1.ª p. que depois de terem partido os embaixadores Lourenço Martins e Daniel Inglês «naquelle mes de Dezembro» *enviados pelo Mestre*, «foy acordado de mandarem Dom Fernam Daffonso de Albuquerque, Mestre da Ordem de Santiago, & Lourençoeanes Fogaça, Chançarel mor»; no cap. 79 da 2.ª p. diz que êstes partiram de Lisboa no postrimeiro (ultimo) dia de Março de 1421 (1383), e acrescenta «postoque já outros primeiros fossem». Se os primeiros partiram em Dezembro de 1383, não podiam os segundos ter partido em Março do mesmo ano (1421 = 1383) em missão do Mestre porque então ainda era vivo D. Fernando, que faleceu em 22 de Outubro. Os embaixadores Albuquerque e Fogaça deviam ter partido em Março de 1384, pois é de Julho do mesmo ano que o documento inglês atrás citado os autoriza a conduzirem soldados para Portugal. Parece que êstes enviados se demoraram em Inglaterra por motivo de negócios diplomáticos, porque um documento inglês de 20 de Outubro de 1385 diz que eles estiveram naquele país «per tempus non modicus» (Rymer, *Foedera*, VII, 479).

João Beverley, de Northampton, Estevão Holewell, do mesmo condado, Guilherme Selby, escudeiro, Tederico (?) Gemyskirk, cavaleiro, Tederico Massone, João Mallynges Senior, escudeiro, Tomás Bukyngham, de Londres, escudeiro, João Pikerynge, mercador ou escrivão (clericus), João Richmond, de Richmond, escudeiro, Guilherme Ingram, de Londres, e Roberto Aleyn, de Londres, cavaleiro (1). Em 8 de Janeiro de 1385 o rei de Inglaterra, numa carta dirigida a Guilherme de Neupor, manda requisitar aos condados de Devon e da Cornualha os navios necessários para se transportarem a Portugal algumas tropas com os chefes Reinaldo de Cobham, Pedro de Cressyngham, Elias Blithe, Roberto de Grantham, e Tomás Dale (2), e em 16 do mesmo mês passa cartas de protecção a mais os seguintes Ingleses que se destinavam a Portugal com o Mestre de Santiago: Guilherme Leche, de Northampton, Ricardo Stokker, da mesma terra, Tomás Driffeld, escudeiro, Hugo de Pynyngton, Rudolfo Notyngham, Roland de Alest, João Toff, de Dorset, Nicolau Aston, de Kingswalden, João London, de Crawel, Guilherme Elveden, João Veysy, escudeiro, de Londres, Rogério Barre, de Suffolk, Tomás Smith, de Samelsbury, Tomás de Sotheworth, cavaleiro, João Buteler, cavaleiro, de Weryngton, Roberto de Fermon, de Samelsbury, Estevam Beyford, João Bedford, escudeiro, de Londres, Roberto filho de Guilherme, de Workslegh, Guilherme Pelham, João Laing, de Midelrafen, Tomás Ruyding, Henrique Ilcomb, cavaleiro, Guilherme Ilcomb, João Bere, João Balton, escudeiro, Godofredo Bradmedwe, Roberto Hodlyston, Nicolau Hokkeleye, Gil-

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 450-451 e Santarém, *Quadro elementar*, pág. 73-74.

(2) «De Navibus arestandis, pro Viagio Portugaliæ», in Rymer, *Foedera*, VII, 453 e Santarém, *Quadro*, XIV, 73; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 80-81.

berto Denis, cavaleiro, Tomás Deyster, escrivão (clericus), Rogério Canon, cidadão de Londres, Ricardo de Mascy, de Rixton, Roberto, filho de João Eccliston, executor do testamento de João Eccliston, Mateus de Tildeslegh, Hugo de Clayton, de Thelewall, Ricardo, filho de Thurstano de Holand, Henrique de Bradeshaugh, de Kenyan, Gilberto de Longetre, Henrique de Grene, de Kenyan, João, filho de Tomas de Brothe, João Dowstowe, filho de Mauricio Dowstowe, de Haverford, João Swainson, de Eaton, João Croft de Dalton, João de Croft de Claghton, Guilherme de Monferraut, cavaleiro, Roberto Markele, João Perkin, de Newton, Roberto Perkham, de Colchester, Gilberto de Bryche, ou Gilberto de Breeche, Gilberto de Halsale, Ricardo Talbot, Guilherme de Holand, de Cayle, João Wincheon, escudeiro, João de Stratham do condado de Derby (1).

Com estas facilidades concedidas a Portugal e aos subditos ingleses alistados nas hostes lusitanas, não parece coadunar-se a atitude tomada pelo rei de Inglaterra na sua carta do 23 do mesmo mês e ano (Janeiro de 1385) por meio da qual mandava apreender, de acôrdo com o seu conselho, os navios, mercadorias, marinheiros e mercadores portugueses que estavam ao tempo na Gran-Bretanha (2). Parece contudo que esta medida violenta teve por fim caucionar um empréstimo que os embaixadores portugueses Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de S. Tiago, e Lourenço Anes Fogaça contrataram com os mercadores de Londres Mosse Nicol, Mosse de Londres, Anrique Vinembra, e outros, para pagamento dos soldos das tropas inglesas alistadas para o serviço de Portugal (3). Para a liquidação dêste empréstimo

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 454; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 75.

(2) Idem, *ibidem*, VII, 455; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 76; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 87.

(3) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, p. 1.ª cap. 48; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 87.

houve depois outras negociações que se arrastaram por alguns anos (1). A êste incidente passageiro, remediado pela carta «Super Arestatione Navium Portugaliæ, de Intendendo» de 26 de Maio de 1385, que mandava levantar o dito embargo (2), sucedeu uma ordem régia que mandava aprontar tudo o que fôsse necessário para a partida das tropas para Portugal (3), algumas das quais chegaram ao Pôrto, Lisboa e Setúbal em Abril de 1385 (4).

Pouco depois, em 15 de Abril de 1385, talvez a propósito do auxílio das tropas inglesas, pretende negociar-se um

---

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 137. Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, IV, 276–279 transcreve uma carta de Henrique IV, de 16 de Fevereiro (sem indicação de ano, mas Santarém diz que é de 1403), a D. João I, que diz: «Sunt etiam nonnullæ regnicolæ nostri afferentes se mutuasse pecunias magistro militiæ ordinis Sancti Jacobi, & Laurentio Johanes Cancellario vestro tanquam procuratoribus vestris quorum aliqui suos ad vestræ celsitudinis præsentiam, ut afferunt, transmiserunt procuratores pro debitis ipsorum creditorum consequendis, sed nihil reportarunt ipsos attamen creditores prefatos ad majorem informationem fraternitatis vestræ illustris coram præfato ambassiatore vestro cum suis obligationibus fecimus venire, ut liquide constare poterit, quid debeatur eisdem, alias vero personas absentes, quæ simile laborant morbo faciemus, ut mittant ad nos procuratores suos unum, vel plures pro suo mutuo reportando cum intentionis vestræ fraternitatis existat, ut audivimus omnis subditis nostris totum illud persolvere, quod per obligationes hujusmodi, aut evidentiam sufficientem fore debitum in ea parte poterit apparere Illustrissime Princeps frater charissime vobis regnisque vestris ad felicem regimen eorundem succedant dies prosperi felices pariter & longævi». Outra alusão a estas dívidas é feita na carta de 4 de Março de 1404, em que Henrique IV proíbe que se capturem mercadorias ou navios portugueses a pretexto de represalias por aquelas dívidas: Rymer, *Foedera*, VIII, 352; Santarém, *Quadro elemenar*, 144.

(2) Rymer, *Foedera*, VII, 472: Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 80.

(3) Idem, *ibidem*, VII, 462; «De Monstro Hominum ad Arma, pro Viagio Portugaliæ, supervidendo»; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 78.

(4) F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 2.ª, cap. 4; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 78.

tratado de aliança entre Inglaterra e Portugal, para o que D. João I dá uma credencial ou pleno poder aos embaixadores lusitanos, Mestre de S. Tiago, e Lourenço Anes Fogaça (1), aos quais é concedido, em 20 de Outubro do mesmo ano, um salvo-conduto pelo rei Ricardo II (2). É pouco mais ou menos por esta época que D. João I notifica ao Duque de Lencastre, por meio de uma carta, a vitória de Aljubarrota (3), na qual tomaram parte, combatendo ao lado dos Portugueses, alguns soldados ingleses chefiados por João de Monferrat, Bernardim Sola, e Martim Paulo, dos quais os dois primeiros pereceram no campo de batalha (4). As negociações para o tratado de aliança chegaram a bom termo, tendo o soberano inglês dado poderes, em 12 de Abril de 1386, aos seus subditos Ricardo Abberbury e João Clavowe, cavaleiros, e Ricardo Ronhale, doutor em leis, para o firmarem (5). O texto do tratado, que é datado de Windsor, 9 de Maio de 1386, é o seguinte:

«In primis, nanque Tractatum est & finaliter Concordatum quod, propter bonum Publicum & Quietem Regum & Subditorum utriusque Regni, sint & inviolabiliter ac perpectuo permaneant inter Reges modernos supradictos, eorumque Hærcdes & Successores, ac Subditos utriusque Regni, Ligæ, Amicitiæ, Confœderationes, & Uniones firmæ, perpetuæ & reales; nedum pro ipsis & eorum Hæredibus & Successoribus, sed pro Regnis, Terris, Dominiis, & Patriis, eorumque

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 515; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 80.

(2) Idem, *ibidem*, VII, 479; Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 80.

(3) F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 1.ª, cap. 80; Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 82.

(4) Soares da Silva, *Mem. de D. João I*, III, 1232 e 1264; F. Lopes, *Chron de D. João I*, p. 2.ª, caps. 38 e 45; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 277.

(5) Rymer, *Foedera*, VII, 515; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 83-84.

Subditis, Vassalis, Alligatis, & Amicis quibuscumque; adeo quod Alter eorum teneatur alteri Succursum facere & Adjutorium impendere contra omnes Homines qui possunt vivere & mori, qui Pacem alterius lædere seu Statum depravare quomodolibet molirentur; Domino Nostro Summo Pontifice Urbano moderno, Suisque Successoribus canonice intrantibus, Dominis, Wenzeslao, Dei Gratia, Rege Romanorum & Bohemiæ, & Johanne, eadem gratia, Rege Castellæ & Legionis Duce Lancastriæ, Avunculo præfati Illustrissimi Domini Regis Angliæ, pro parte ejusdem dumtaxat Exceptis.

«Item, Tractatum est & unanimiter Concordatum, quod omnes & singuli Vassalli vel Subditi Regnorum, Terrarum, & Dominiorum Supradictorum (etiam si Prælati, Duces, Comites, Barones, Milites, Clerici, Scutiferi, Mercatores, seu alii, cujuscumque præminentiæ, status, vel conditionis extiterint) poterunt salvo & secure, Pars (videlicet) una Alterius Regnum, Terras, & Dominia intrare, & cum ipsius Subditis mutuo conversari & mercari, ibidemque morari, & deinde ad Lares proprios reverti, vel quocumque placuerint se divertere, adeo libere & pacifice sicuti in Propria Patria hoc liceret: Et quod una Pars, in Regnis, Terris, & Dominiis Alterius, adeo amicabiliter receptetur, & honeste tractetur in singulis partibus, ad quas declinare contigerit, sicuti gentes dictarum partium, paris status & conditionis, tractari debeant aut solebant, solvendo Regi & allis Dominis Partium prædictarum Custumas & Deveria, in Partibus illis solvi hactenus consueta, necnon custodiendo Leges & statuta Regum & Terrarum Supradictorum, ubi sic, ut supradictum est, intraverint vel eos morari contigerit.

«Item, mutuo Concordatum est quod nullo modo liceat dictis Regibus, nec alicui Subditorum, Terrarum, & Dominiorum prædictorum (cujuscumque status, gradus, seu conditionis extiterint) dare seu facere quovismodo Consilium Auxilium, vel Favorem Terræ, vel Dominio sive Nationi,

quæ alteri Parti eorumdem Inimica fuerit vel Rebellis, nec inimicis hujusmodi Naves, Galeas, seu quævis alia Navigia, quæ in gravamen alterius Partis cedere poterint, quovismodo locare vel concedere, seu aliquod aliud Suffragium (cujuscumque generis vel naturæ fuerit) hujusmodi Inimicis vel Rebellibus, quocumque titulo, coopertura, palliatione, vel colore directe vel indirecte, publice vel occulte, quovismodo facere, vel Succursum Inimicis seu Rebellibus hujusmodi (qui in gravamen alterius Partis cedere possit) impendere vel præstare, quin potius quilibet dictorum Regum & Regnorum, Terrarum, & Dominiorum suorum, & Hæredum ipsorum, Inimicos & Rebelles alterius eorumdem, ut eorum Proprios & Capitales Inimicos, vitare, prosequi & destruere totis viribus teneantur; & siquis dictorum Subditorum contra Præmissa seu aliquod præmissorum aliquit attemptasse Convictus extiterit, absque diffugio vel Simulatione, Puniri debebit legitime, ad Beneplacitum & Voluntatem illius Regis, in cujus Offensam sic fuerit attemptatum.

«Item, est concorditer Ordinatum, quod, si, futuris temporibus, una pars Regum prædictorum Hæredumve suorum indigeat alterius Supportatione vel Succursu, & pro habendo hujusmodi Auxilio Partem Alteram legitime requisiverit, quod Pars Requisita hujusmodi Auxilium seu Succursum Parti Requirenti, sic & quatenus propter occurrentia Sibi, Regnis terris, Dominis, & Subditis suis periculo, hoc facere poterit (cessante dolo, fraude, seu fictione quibuscumque) facere teneatur: Et ad hoc faciendum, ut præmittitur, per præsentes ligas firmiter obligetur; Requirentis tamen rationalibus Sumptibus & Expensis, prout inter dictos Reges, vel eorum Deputatos seu Concilia, poterit concordari; Proviso semper quod Requisitio Auxilii seu Succursus hujusmodi fiat per sex Menses, antequam Executioni demandare debebit.

«Insuper, Ordinatum est quod omnia Bona, mobilia & se moventia (cujuscumque generis extiterint seu speciei) quæ

per gentes alicujus Regum prædictorum, Hæredumve, aut Successorum Suorum, in Obsequio alterius ipsorum Regum existentes, super Inimicos Regis, Auxilium vel Succursum Requirentis, adquiri contigerit & lucrari, sunt ipsius Regis & Gentium suarum inconcusse qui Succursum fecerit vel Auxilium, ad disponendum de eisdem secundum consuetudinem in Regno suo usitatam; Proviso semper quod, si per Mare hujusmodi Bona hostiliter capiantur, Tertia Pars eorumdem erit illius Regis, qui Sumptus & Expensas principaliter fecerit in hac parte ad nocendum & resistendum Inimicis prædictis; si autem aliquos Duces Bellorum vel Conflictum, seu magnos Capitaneos, super Mare vel Terram de Inimicis hujusmodi capi contigerit, statum, sine contradictione quacumque, ipsi Regi, qui in præmissis Sumptus præstiterit, & Expensas fecerit Principales, pro dicta Armata facienda, liberentur, & illius sint; Salva tamen Remuneratione sive Regardo competenti, per illum Regem faciendo Illi vel Illis, qui dictos Duces vel Capitaneos hujusmodi ceperint, prout poterunt inter Se seu per Deputatos rationabiliter convenire.

«Bona vero immobilia (puta Terræ, Villæ, Castra, & Similia) si, per gentes Unius dictorum Regum, Hæredum, vel Successorum Suorum, super inimicus alterius illorum Invasa fuerint & Optenta, ad quæ de Jure Alteri ipsorum Regum, Hæredum, vel Successorum suorum jus competierit in hac parte, & ad ea alias jus habuerit, ubicumque, fuerint Bona illa, & in quibus Regnis vel Dominis, eidem Regi Angliæ vel Portugaliæ (cui illorum, in illis Partibus, Jure hæreditario, vel alia via Juris legitima daretur Actio, & Jus haberet alias prosequendi) protinus liberentur absque contradictione vel difficultate quacumque.

«Item, Concordatum est quod, si aliquis Partium prædictarum aliquit Scire, explorare, seu sentire poterit, quod aliquod Dampnum, Vituperium, seu gravamen contra Partem alteram Ordinatum, Tractatum, vel ymagina extiterit, per Terram,

vel per Mare, publice vel occulte, quod hoc toto posse suo impediet, sicuti Dampnum & Vituperium Partis suæ Propriæ impediri optaret, procurabitque & faciet Factum hujusmodi, cum debitis Circumstantiis, Parti Alteri, contra quam sic ymaginatum extiterit, cum quacumque possibilitate perferri, dolo, fraude, & fictione cessantibus quibuscumque.

«Item, Concordatum est quod nullæ Treugæ, seu Guerrarum Sufferentiæ, per Terram, vel per Mare, per alterum Regum prædictorum, Hæredumve suorum, de caetero capiantur, nisi alter Rex, Regna, Terræ & Dominia sua, ejusque Subditi compreendantur in eisdem; ut eorum Beneficio uti & gaudere valeant, si eis expediens videatur.

«Item, si, temporibus futuris, contigerit, (quod absit) quod Aliquid contra præsentes Alligantias, per Subditos alterius Regum prædictorum Hæredumve suorum contra alium, per aliquas Incursiones, Invasiones, Castrorum, Villarum, seu Fortalitiorum Captiones, Deprædationes, Derobbationes Personarum, seu Rerum Captiones aut Detentiones, vel quovis alio modo attemptatum fuerit seu quomodolibet injuriatum, quod Rex ille, cujos Subditi taliter attemptaverint & injuriati fuerint, & Hæredes sui pro tempore existentes, teneantur, & quilibet eorum tempore suo teneantur, Reparare, Reformare, Emendare, & ad Statum debitum Attemptata hujusmodi Reducere, ac Delinquentes hujusmodi debite corrigere, & Punire at Voluntatem & Discretionem illius Regis, cui sic Injuriatum fuerit, cum omni celeritate qua citius fieri poterit, & ad minus infra sex Menses postquam super Reformatione & Punitione hujusmodi fiendis fuerint debiti requisiti, vel eorum aliquis inde fuerit requisitus, fraude, dolo, dilatione, & malitia cessantibus quibuscumque: Proviso semper quod præsentes Alligantiæ pro tanto non sententiantur seu habeantur in aliquo Fractæ, Dissolutæ, seu Irritæ, set semper in suo Robore remaneant & virtute.

«Et ulterius, pro conservatione dictarum Alligantiarum

fortius, ordinatum existit quod, pro nullo Articulo suprascripto, neque pro omnibus simul junctis, etiam si Mors vel Mutilatio personarum ex eisdem fuisset (quod absit) subsecuta, neque pro quacumque alia Violentia quæ fieri seu præmachinari poterit, cujuscumque foret qualitatis vel conditionis, præsentes Alligantiæ Dissolvi poterunt seu Infringi: quinimno semper Attemptata, ut præmittitur, Reformari debebunt, præsentibus Ligis in suis Firmitate & Robore nichilominus continue duraturis.

«Set, si contingerit, futuris temporibus (quod absit) quod unus præmissorum Regum, Hæredumve suorum, pro tempore existentio, per Se, Subditos suos, vel alios de eorumdem Regum mandato Voluntate, Approbationeve, & Consensu, vellent seu vellet contra formam & effectum Alligantiarum & Amicitiarum prædictarum contra Alterum de facto malignari, faciendo fieri vel per se vel Suos, aut fieri permittendo seu procurando, parti Alteri Apertam Guerram, per Terram vel per Mare, vel alias præfatam Partem Alterum Dampnificando vel molestando, quovis quæsito titulo vel colore, Ordinatum est & unanimiter Concordatum quod Pars illa, quæ Excessum & Injuriam, seu Violentiam hujusmodi commiserit, perdat Beneficium Ligarum præsentium ad Partis Alterius, contra quam sic attemptatum fuerit, Voluntatem; Et quod ipsa Pars Injuriata præfatas Alligantias, in præjudicium alterius, si hoc voluerit, infringendi, vel alias (ipsis Ligis, in favorem præfatæ partis Injuriatæ, in suo Robore permanentibus) ad Reformationem Attemptatorum, per quascumque vias sibi magis expediens videbitur, procedendi, absque aliqua nota Perjurii, Infamiæ, seu cujuscumque alterius Pœnæ seu Culpæ, liberam habeat optionem.

«Item, Ordinatum est quod omnes Hæredes & Successores Regum prædictorum, Singuli suis Temporibus successivis, infra Annum, a die Coronationis suæ continue computandum, teneantur, & quilibet eorum pro tempore suo

teneatur, præsentes Alligantias, solempniter & publice, in personarum Nobilium & autenticarum præsentia, jurare, ipsasque Renovare, Ratificare, confirmare sub Testimonio publico & Sigillis majoribus eorumdem; super quibus, sic Juratis, Renovatis, Approbatis, & Confirmatis, teneantur Litteras seu Documenta publica conficere, & ipsas litteras, Sigillo suo Majori, ut præmittitur, communitas, Parti Alteri, citius quo commode fieri poterit, cum persona Secura & fide digna transmittere seu destinare, fraude, dolo, malitia, seu negligentia cessantibus quibuscumque.

«Item, Ordinatum est quod præsentes Ligæ, postquam Concordatæ, Scriptæ, & Sigillatæ fuerint, nedum per nos Comissarios & Procuratores Supradictos, in Animabus Dominorum Nostrorum prædictorum, set per præfatos Dominos Reges Principales solempniter jurentur, priusquam Partibus liberentur» (1).

Em virtude dêste tratado obrigavam-se os dois soberanos, por si e seus herdeiros, a auxiliar-se mùtuamente em caso de perigo, e foi o Mestre de Avis que teve de entrar em primeiro lugar com um socorro de 6 galés e 12 naus (?) em favor do rei de Inglaterra, para o que veio a Portugal um enviado inglês (2). Em Julho de 1386 chegaram a Portugal os

---

(1) Rymer, *Foedera*, VII, 515-518; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 86-93. Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, IV, 226 traz a ratificação de Ricardo II, a qual diz se encontrava na Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologic* , I, doc. 10, e era datada de 1 de Dezembro 1387, 10.º ano do reinado de Ricardo. D. João I ratificou depois em Coimbra o mesmo tratado em 12 de Agôsto de 1387; Rymer *Foedera*, VII, 561 «Confirmatio Johanis Regis Portugalliæ de Liga facta»; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 101.

(2) «Conventiones cum præfato Rege, super auxilio præstando», de 9 de Maio de 1386 em Rymer, *Foedera*, VII, 521; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 94-98; Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, II, 929 e III, 1305; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 289.

embaixadores Fernando Afonso de Albuquerque e Lourenço Anes Fogaça, os quais vinham em companhia do Duque de Lencastre (1), que aportou à Corunha para invadir Castela (2). D. João I teve com êle na Ponte da Barca (ou Ponte do Mouro, Melgaço?) uma entrevista, que se realizou no dia 1 de Novembro do mesmo ano (3). O Duque, como prova de gratidão pelo auxílio do seu aliado português naquela emprêsa, havia-lhe feito por instrumento público de 26 de Março de 1386 doação, por si e seus herdeiros, de todos os direitos que pudessem ter ao trôno português (4).

Em 1388 vai a Inglaterra, em missão diplomática, o infante D. Denis, irmão do rei, a fim de tratar de negócios pendentes entre as duas côrtes. Por um documento inglês de 29 de Julho de 1388 vê-se que o Infante havia sido retido como represália, pois o citado diploma refere que ao rei havia o infante solicitado a sua libertação, o que lhe foi concedido (5). No ano seguinte, para notificar ao rei de Inglaterra as tréguas feitas com o rei de Castela, vai áquele país, como embaixador, Fernando Gonçalves (6). Passados anos, em 1398, o infante D. Denis, irmão de D. João I, proclamou-se rei de Portugal e invadiu a Beira com um exército de 2.000 homens; em socôrro do Mestre de Avis, vieram a Portugal alguns sol-

---

(1) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, p. 2.ª, cap. 90; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 99; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 291.

(2) Saraiva, *Obras*, III, 215; *Arch. Hist. Port.*, IX, 165; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 289; Anastasio de Figueiredo, *Nova historia da militar ordem de Malta*, I, 218.

(3) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, p. 2.ª, cap. 92; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 289.

(4) Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 100, e vide o documento em Soares da Silva, *Memorias de D. João I*, IV, 67 ss.; Figueiredo, *Nova Malta*, I, 219.

(5) «Pro Dionisio Fratre Regis Portugalliæ, de arestando» in Rymer, *Foedera*, VII, 594; Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 102.

(6) Santarém *Quadro elementar*, XIV, 103 e 107.

dados ingleses, para os quais Ricardo II concedeu licença a Edmundo Arnaldo de Darmouth (1). Em 30 de Dezembro de 1400 D. João notificou a Henrique IV de Inglaterra o tratado que tinha concluído com Castela em 22 de Setembro, no qual a gran-Bretanha era incluída; anteriormente tinha D. João enviado os embaixadores João Gomes e Martim Docem para comunicar êste facto (2).

*

Nêste século, como já sucedeu em épocas anteriores, as alianças de familia contribuem para equilibrar os interêsses lusitanos com os de outros povos de estirpe germânica, principalmente com ingleses. Em 1325 pretende Afonso IV casar uma filha com o príncipe de Gales, filho do rei de Inglaterra, como consta de um documento inglês datado de Julho de aquele ano (3), e para êsse fim vão àquele pois, na qualidade de embaixadores, o almirante Manuel Pessanha e Rodrigo Domingos, que recebem um salvo-conducto de Eduardo II datado de 15 de Abril de 1326 (4). Estas negociações malograram-se, pois o rei de Inglaterra notificou ter já o prín-

---

(1) A carta de 6 de Junho de 1396 «Pro Servitio Regis Portugaliæ» menciona vinte homens de armas e quatrocentos de lanças: Rymer, *Foedera*, VIII, 40; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 122; outro diploma sôbre o mesmo assunto, «Pro Rege Portugaliæ», é datado de 5 de Julho de 1398; Rymer, *Foedera*, VIII, 41 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 123; Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, III, 1389; F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 2.ª, cap. 174.

(2) Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 134; Saraiva, *Obras*, III, 260 nota 2.

(3) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 24: em Rymer, *ob. cit.* «Ad Regem Portugalliæ, de non tractando super Contractu Conjugali absque Nunciis solemnioribus».

(4) «De conductu pro Nunciis Regis Portugalliæ» in Rymer, *Foedera*, IV, 201; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 25.

cipe tratado outro casamento, como consta de um diploma britânico (1). Em 8 de Novembro de 1345 vêm a Portugal os embaixadores André de Oxford, Ricardo de Sahan e Felipe de Barton para tratarem do consórcio de um filho do rei Eduardo III com a Infanta D. Leonor, filha de Afonso IV. Desta diligência dão notícia outros documentos também publicados na obra de Rymer: são duas cartas de 2 de Novembro de 1345 e duas de 7 de Julho de 1347, respectivamente: «Ad Regem Portugalliæ de Credentia», «De tractando cum dicto Rege super Matrimonio», «De tractando super Matrimonio inter Edwardum Primogenitum Regis & Leonoram Regis Portugalliæ filiam», e «De tractando super dicto matrimonio & de tempore quo dicta Leonora in Angliam sit transmissa (2). De 1347 (7 de Julho) ha outra nota enviada de Inglaterra ao chanceler português (3).

Num documento datado de 15 de Julho de 1380, «De auxilio Memorato, & de Matrimonio filli Comitis Cantebrigiæ cum Infanta Beatrice» fala se de um ajuste de casamento da infanta portuguesa com Eduardo, filho do conde de Cambridge, e diz-se, por parte de D. Fernando:

«Outro si, Prometemos que, tragendo com sigo o diccho Conde de Cantebryxa seu Filho, que nos casemos con el a Iffanta Dona Beatriz nossa Filha; & o faremos Recibir por Rey, depois da nossa Morte, Segundo que foy Prometido por Johan Fernandez Andeyro, em nosso Nom» (4). Em 29

---

(1) «Rex respondet literis Regis Portugalliæ super Foedere Conjugali», in Rymer, *Foedera*, IV, 201; Santarem, *Quadro elementar* XIV, 26; Shillington & Chapman. *Commercial relations*, pág. 6–7.

(2) *Foedera*, V, 482, 573, 574; Santarem, *Quatro elementar*, XIV, 33, 34, 35; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 32.

(3) «Litera missa Regis Portugalliæ Cancellario», in Rymer, *Foedera*, V, 574; Shillington Chapman, *Commercial relations*, pág. 7–8.

(4) Rymer, *Foedera*, VII, 265. O português dêstes diplomas, como o leitor já notou, foi estropiado na obra de Rymer, impressa no séc. XVIII.

de Agôsto de 1381 celebram-se em Lisboa, em conformidade com este ajuste os desposorios da Infanta com Eduardo ou Duarte, filho do conde Edmundo de Cambridge (irmão do duque de Lencastre)(1), mas em Agôsto de 1382 estes desposorios dissolvem-se, e D. Fernando, em virtude do tratado de paz com Castele, dá Beatriz em casamento a D. Fernando, filho do rei castelhano(2). Para se desculpar perante o rei de Inglaterra, da dissolução dos desposorios de D. Beatriz com o filho do conde de Cambridge, enviou depois D. Fernando, em 1383, o embaixador Ruy Cravo à Grã-Bretanha(3).

A guerra que se acendera entre Ingleses e Portugueses, aliados, e os Espanhóis, nos fins do século XIV, terminou pelo casamento das filhas do duque de Lencastre, Felipa e Catarina, com os chefes lusitano e castelhano. O casamento de Felipa com o Mestre de Avis realizou-se em 2 de Fevereiro de 1387(4). Diz Camões, referindo-se a êste risonho epílogo de um dos actos da guerra da independência:

> quis o Padre omnipotente
> Dar os Reis inimigos por maridos
> Às duas illustríssimas inglesas,
> Gentis, fermosas, inclitas princesas (5).

---

(1) Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 66; Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 130; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 219.

(2) Idem, *Ibidem*, XIV, 69; F. Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 150; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 10; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 224.

(3) Idem, *ibidem*, XIV, 69; F. Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 162

(4) Sousa, *Hist. genealógica*, I, 29; Saraiva, *Obras*, IV, 68; Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, I, 233 e II, 527; F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 2.ª, cap. 96; Acenheiro, *Chronicas* nos *Inéditos*, V, 203-204; Shillington & Chapman, *Commercial relations*, p. 16; Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, 290.

(5) *Lusíadas*, IV, 47.

E noutro passo refere-se também a êste enlace e ao duque de Lencastre:

> Era este Inglês potente e militara
> Cos Portugueses já contra Castella,
> Onde as forças magnanimas provara
> Dos companheiros e benigna estrella;
> Não menos nesta terra exp'rimentara
> Namorados effeitos, quando nella
> A filha vio que tanto o peito doma
> Do forte Rei, que por molher a toma (1).

Com D. Felipa, cujos dotes e primores de educação muito contribuiram para tornar a côrte portuguesa uma das mais distintas da Europa daquele tempo, vieram bastantes fidalgos ingleses, por exemplo Tomás Elim Paim, que foi secretário da rainha, Agostinho de Santa Mónica, seu esmoler mór e confessor, e capelão da côrte, e vários escudeiros e damas também da mesma nacionalidade (2).

(*Continua*). L. Saavedra Machado.

---

(1) *Lusiadas*, VI, 47.

(2) Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, II, 560 e 567; F. Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 2.ª, cap. 97.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 79.º

4.ª SERIE — VOLUME 8.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Artes industriais ou aplicadas em Portugal no século XVI — Ouro e ferro, por Vergílio Correia 549
A religião grega, por Agostinho da Silva 565
Doutor Teófilo Braga, musicologo, por Alvaro Neves..... 615
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 628
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 645
Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusiadas», por C. E. Corrêa da Silva 656

ARTES INDUSTRIAIS OU APLICADAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

OURO E FERRO

O estudo artístico de qualquer período histórico deve englobar, além do conhecimento da Arquitectura, Escultura e Pintura, o das artes aplicadas, industriais ou decorativas, com impropriedade classificadas geralmente de menores.

Predominantes pela grandiosidade estrutural, pelo instinto criador da reprodução em volume, ou pelo artifício subtil da concentração de dimensões numa superfície única, arquitectura, estatuária e pintura ocupam nos domínios da estética — excluídos os ramos não plásticos —, os primeiros lugares.

Mas à sua volta, ou como seu prolongamento, diferenciadas por particularismos de material, destino mais utilitário ou aplicações secundárias, outros rebentos da sarça divina brotaram, que o mesmo instinto de beleza fêz desenvolver, destinados nas suas ramificações eruditas e populares a imiscuírem-se mais profundamente na existência, a alegrarem a vida do maior número.

A breve história da Arte em Portugal no século XVI, que gizei nas lições anteriores, ficaria incompleta sem uma referência à arte aplicada dêsse período, assunto vasto, abrangendo a torêutica, o mobiliário, a cerâmica e os tecidos. Ocupar-me ei neste novo capítulo sòmente de Ourivesaria e de Serralharia.

A ourivesaria, arte dos metais preciosos, depende em parte da arquitectura e da escultura, cujos elementos reproduz, reduzidos. Pelo emprêgo de materiais raros, ouro, prata, pedras finas e esmaltes, pela finalidade utilitária de muitas das suas peças, ocupa na torêutica a mais elevada posição. Técnica àparte, a sua evolução obedece também às correntes dominantes nas artes de construir e ornamentar.

Na Península, sôbre os fundos mozarabe e mudègar, onde ressaibos de processos e motivos ibéricos, bizantinos, visigóticos e árabes se amalgamaram, os estilos românico e gótico foram marcando as modificações do gôsto. E ao lado das peças que acusam a levedação do fundo tradicional sob a acção do fermento europeu, alinham-se, inumeráveis, as obras importadas, e as inspiradas ou executadas por estrangeiros e tôda a seqùela das suas oficinas.

O valor intrínseco dos metais e a instabilidade da moda, fizeram com que da vasta produção antiga, pouco, relativamente, chegasse até nós. A joia miúda, popular, e a peça de serviço familiar engoliu-as quási tôdas o cadinho. Perduram contudo, nos museus e nos tesouros dos templos, espécies numerosas e escolhidas, algumas excepcionais. Os painéis primitivos reproduzem também, com fidelidade, espécimes religiosos e civis.

¡Nada há, para nos fazer compreender o refinamento alcançado pela cultura estética antiga, como a contemplação de uma dessas peças ricas, executada na *tenda* do ourives, que tantas vezes foi escola de escultores!

As influências exóticas manifestadas na arquitectura e escultura portuguesa nos comêços do século XVI, exerceram-se com maior rigor na Ourivesaria. Em Lisboa, Coimbra e Pôrto, focos industriais de maior importância, executaram-se no primeiro têrço de *quinhentos:* peças puramente flamantes; obras estruturalmente góticas, mas em cujo adôrno se introduziram motivos naturalísticos e renascentistas; outras em

que a composição orgânica compartilha dos estilos em confronto; e, finalmente, peças integralmente italianizantes, imitadas ou copiadas. Precisamente a mesma gradação constatada na arquitectura.

Um exemplo apenas. O gótico florido das maçanarias é, no metal, mais extenso e genuíno que na construção. A delicadeza das peças, e a maleabilidade substancial permitiram tôdas as subtilezas do *flamboyant*. Como os compatriotas que entalhavam cadeirais e retábulos, ourives alemães do alto e baixo Rheno vieram até à Península. Um dêles, Henrique de Arfe, estanciando no fim do século XV e comêços do XVI em Burgos, Toledo e Leon, lançou fundamentos de uma dinastia de escultores de prata e ouro que dominou na Península durante três gerações. Cofres-relicários, porta-pazes, custódias, foram cinzelados no gôsto dos tabernáculos e guarnições retabulares da Francónia, como miniaturas da *schöne Brunnen* de Nuremberg, cuja agulha cogulhada, redução da das catedrais renanas, as tôrres da Sé de Burgos haviam de reproduzir pela primeira vez, no céu de Espanha.

Na Península dividida em duas grandes zonas, mediterrânica e castelhana, a primeira com ligações sud-europeias, mais tocada de italianismo, a segunda flamante-nórdica, Portugal inclui-se na área castelhana, sem deixar contudo de receber a acessão de influxos levantinos, *apport* revelado pelos patronímicos dos artistas expatriados.

Tal como verificamos nas artes da pedra, numerosos lavrantes de ouro e prata acorreram a Portugal no período manuelino. Estava esquecida ou revogada a carta régia de 1460, pela qual Afonso V proïbia o exercício de ourives a alemães, castelhanos, etc. Entre um cento de nomes que figuram nos meus apontamentos, encontro, no primeiro têrço do século XVI, uns 40 apelidos de estrangeiros. No ano de 1513 estavam estabelecidos em Lisboa, 15 espanhóis, 2 italianos, 2 franceses, 1 flamengo e 1 alemão. Os ourives por-

tugueses eram evidentemente, muito mais numerosos; mas a contribuïção de todos estes forasteiros, vindos das mais desvairadas partes, carreando modelos e processos dispares, não pode deixar de ter sido poderosa.

Os espanhóis, quer tradicionalistas, quer discípulos de alemães e italianos, predominavam. Há-os de todos os antigos reinos, então unificados: *castelhanos* e *leoneses,* como Anton, castelhano, Duarte e Francisco de Leão; *andaluzes,* como Pero de Sevilha, Lopo de Córdova, João e Rodrigo de Marchena; *granadinos,* como Fernão de Jaen; *aragoneses*, tais Bastião e António Segre; e *catalães* (Afonso Catelan).

Italianos encontrei, de 1513 a 1520, quatro: Antone Adinete, Fernando Buonadona, Mestre Thomas, e Goalharte della Torre.

Mestre João, alemão, Agostinho, alemão, João van den Stan, João de Quivitad, framengo, João de Lymde, trabalharam, naturalmente quer no último gótico, florescente nos seus países de origem, quer no primeiro renascimento, cêdo divulgado. Infelizmente, a êste respeito quási que só posso fazer, por agora, estatística.

Incidentalmente, pode falar-se dos judeus, expulsos havia pouco. Muitos concorriam antes com os cristãos na indústria; e os que ficaram continuaram trabalhando. Em 1512 um Graviel Lopes, ourives, cristão novo, foi multado por açafroar uma taça, em lugar de dourá-la.

Os portugueses estavam porém como disse já, em maioria, e quero crer que não temeriam a concorrência estrangeira pois nenhuma medida aparece promulgada nesse sentido. A árvore cravara fundo as raízes no solo. Se D. Catarina trouxe em 1525, no seu séquito espanhol, um ourives de ouro, Baltazar Cornejo, e um ourives de prata, João Ansado, não consta que o mesmo houvessem feito as 3 mulheres de D. Manuel. São portugueses os ourives de fama

em seu tempo: Vicente Fernandes, da infanta D. Beatriz (1498-1501); Gil Vicente, da rainha D. Leonor (?) em 1509, *vassalo del rei,* em 1511; Diogo Roiz, da rainha D. Maria, 2.ª mulher de D. Manuel (1513-1516); António Vaz, do infante D. Fernando, o príncipe-artista casado com D. Guiomar Coutinho, filha do Conde de Marialva, que encomendava obras a Simão de Burgos (Simão Bening); Diogo Fernandes, ourives de prata, da casa da Rainha D. Maria, 2.ª mulher de D. Manuel, à data do seu falecimento, e Luís Fernandes, ourives de ouro.

Quando, em 1516, Rui Leitão adquire peças ricas para D. Manuel mandar em presentes a Roma, as «taças de prata branca, de pee, sem esmalte, lauradas de bastiaẽs» são compradas a portugueses (entre eles Fernão Lopes) e douradas pelo artista da rainha, Diogo Roiz.

A função de ourives da família real não podia considerar-se simplesmente honorífica. Continuadamente os reis e infantes ofereciam peças de ouro e prata aos mosteiros e igrejas da sua simpatia. As *visitações* das Ordens de Cristo e Santiago indicam freqüentemente os nomes dos ofertantes de estirpe régia. Feita em vida ou por disposição testamentária, a repartição de baixelas e serviços religiosos era vulgar.

Lançando os olhos sôbre o que de ourivesaria se encontra imperfeitamente inventariado pelo país, assombra-nos a riqueza dêsse património artístico. Custódias, cálices, cruzes processionais, porta-pazes, báculos, turíbulos, navetas, conservam-se em tamanha abundância como os quadros quinhentistas. Pelo seu destino as peças religiosas não estavam tão expostas às vicissitudes que subverteram na sua quási totalidade as familiares: — as baixelas com seus jogos de pratelaria, aguamanis, taças, barnegais e albarradas. Precisamente nessas peças perdidas, a originalidade possante que algumas salvas e gomis da época revelam, teria encontrado

maneira de sistematizar-se, o que não aconteceu nas obras sacras, enfeudadas a modelos estrangeiros, e indiscutìvelmente inferiores, em concepção e grandiosidade, às peças espanholas. ¡Basta recordar a Custódia de Toledo, em que Henrique de Arfe trabalhou 8 anos, que alcança 3 metros de altura nos seus 3 andares sôbre soco hexagonal, e que é adornada de 260 estatuetas distribuídas pelos encasamentos da maçanaria de prata!

Não é possível em meio desta produção caótica quanto a origem e em parte ignorada, reconhecer escolas. Trabalhou-se muito nas principais cidades mas é lógico admitir, como na pintura, a concentração de modêlos na capital e uma rápida e regular radiação dêsses modêlos.

Das peças ricas dêste ciclo podem citar-se: entre as custódias, as dos Jerónimos, Coimbra, Viseu, Sé do Pôrto, Colegiada de Guimarães; entre as cruzes, as do Funchal, Guimarães, Évora, Belém, Belas, etc.; entre os cálices, os de Arouca, Sé de Braga, Sé de Coimbra, Tomar, S. Martinho de Sintra; entre os relicários, os de Lorvão, Misericórdia de Setúbal, Sé de Coimbra, Madre de Deus; o mais belo porta-paz é o da Senhora do Espinheiro (Vila Viçosa) hoje no Museu de Arte Antiga; turíbulo típico, o de Pombeiro (Arganil); báculo faustoso, o da Sé de Évora.

Podemos escolher para apresentar como belas espécies caracterísiticas: a *custódia* dos Jerónimos; o *porta-paz* da Senhora do Espinheiro; o *gomil e a bacia* do Museu de Coimbra; o *relicário* da Madre de Deus, cada qual demonstrativa de um género de trabalho, de uma orientação artística.

A *custódia* dos Jerónimos foi lavrada com o primeiro ouro das pareas de Quíloa, trazido em 1503 por Vasco da Gama, na volta da sua segunda viagem à Índia, por um ourives de nome Gil Vicente, que a terminou em 1506. Artífice da raínha D. Leonor, irmã de D. Manuel, Gil Vicente

foi nomeado pelo monarca em 1509 «vedor de todas as obras que mandamos fazer ou se fizerẽ douro e prata pera o nosso Convento de Tomar...», Hospital de Todos os Santos e Mosteiro de Belém. Em 1513 é o mestre de balança na Casa da Moeda. Em 1511, um Gil Vicente, *vassalo delrei,* recebeu da Câmara de Lisboa 5$070 reis para fazer uma representação no dia do Corpo de Deus, e para o mesmo fim recebeu Diogo Lopes, ourives, 2$000 reis, e Duarte Fernandes, 1$600 reis. Para a procissão do ano seguinte o encargo de fazer os entremeses coube a Fernão de Anes, cirieiro, que percebeu 6$000 reis, e ao citado Duarte Fernandes, a quem foram pagos 4$000 reis. Esta nota, inédita, convence-me de que para fazer autos não era necessário possuir função especializada não mecânica, e que nada impossibilitaria o *ourives* Gil Vicente, de ser o *trovador* Gil Vicente.

A custódia que lavrou para o Mosteiro do Restelo, mede $0^{m},73$ de altura e pesava 30 marcos de ouro, notabilizando-se principalmente pelo emprêgo do esmalte, raro entre nós nessa época, posto que conhecido e usado correntemente no século anterior, como numerosas medalhas — insígnias ou enfeites de arreios — nos indicam. A armação é *flamante,* pouco complicada. A base mostra flores e aves em relêvo, esmaltadas; o nó é sobrecarregado de esferas armilares. Sôbre o estrado os apóstolos coloridos com uma frescura crua de primitivos ajoelham, rodeando a aréola ocupada pelo primitivo cilíndro de vidro; e pelos encasamentos e no sobre-céu, anjos, serafins, o Padre Eterno, a pomba do Espírito Santo completam o conjunto de figuras, pitoresco pela policromia e contraste das côres sôbre o ouro. Morfològicamente êste tipo de custódia vem do século anterior e prolonga-se até meados do XVI, sendo depois substituído pela forma de templete.

O *porta-paz* é de prata sem dourar, alto $0^{m},56$, largo $0^{m},28$, em forma de tríptico retabular com aletas que são re-

dução de volantes e coroado de crestaria florida. Na edícula central, um altar em cujo frontal dois anjos suspendem um brazão das Chagas, sustenta um arbusto de espinheiro, taça ramalhuda donde se alteia a figura da Virgem, com o menino estante sôbre o joelho direito. Nos pilares da portada principal, a meia altura há quatro estatuetas; da esquerda Moisés e S. Pedro, da direita, S. Paulo e David. Sob os baldaquinos dos volantes figuram S. Jerónimo e Santo Agostinho. O sobre-céu remata numa imagem do Salvador.

A harmonia, o gôsto finissimo da composição, o tipo da Virgem, que lembra a «Madona do Hospital» de Verrochio leva a pensar que esta belíssima obra de gótico florido — fôsse bafejada de brisas de Itália; mas, de preferência a franco-flamengos, inspiração e execução, de um gôsto e estilo perfeitos, são germano-flamengos. Foi do Convento dos Eremitas de Santo Agostinho (Graça) de Vila Viçosa, e encontra-se no Museu de Arte Antiga. A representação pode ser réplica de outra consagrada á Senhora do Espinheiro, de Évora.

A *bacia* e *gomil* do Museu de Coimbra, ainda recentemente reproduzidos em a *Ilustração Moderna* (n.º 9), acompanhadas de notas do professor António Augusto Gonçalves, são duas peças caracteristicas, marcantes no período de que me estou ocupando.

A bacia faz parte dêsse grupo de espécies armoriadas, de uma originalidade incontestável, a que pertencem as salvas e gomis que foram de D. Fernando, D. Luís e barões de Alvito. O fundo da peça, em cujo centro se ostenta um brazão, incluso numa daquelas coroas de louros enleados, tanto em favor em Itália desde Ghiberti, é ocupado por uma representação de águas revôltas, salpicadas de tritões e génios marinhos cavalgando golfinhos, onde um batel de velas triangulares se balouça. Do lado do centro há um renque de árvores, raízes à borda de água; do lado contrário nova

coroa de folhagem encorreada, rebordada de uma grega de ramos enlaçados, junto á qual fenecem as caneluras do recôvo. Na borda, muito larga, debruada internamente com outra grega de troncos nodosos, estadeia-se uma decoração de folharasca entremeada de *putti* e animais, renascentista pelo espírito, mas ainda com ligações naturalísticas do último gótico. Mede o^{m},47 de diâmetro.

O gomil, embora não emparceire com a obra anterior, anda-lhe perto pela ideação. Na decoração a peça é uma interpretação portuguesa ou espanhola da renascença lombarda, com ressaibos vegetalistas. As asas nervadas da quimera de prôa aparecem já no estranho *lavabo* da sacristia de S. Lourenço de Florença, e, em Coimbra mesmo, no *cul-de-lamp* da reprêsa do púlpito de Santa Cruz. Mede o^{m},47 de altura.

O *relicário* da Madre de Deus é uma peça de estilo puro, genuïnamente renascentista pela composição e decoração. Arquitectura sóbria do conjunto, *grotteschi* do soco, escudetes recortados com os símbolos da rainha D. Leonor que o mandou fazer, silharia almofadada, cúpula panteónica de taboleiros, tudo fala à moda de Itália, mostrando, quer no emprêgo do ouro, quer no dos esmaltes a mão de um artista superior estrangeiro trabalhando em Lisboa (1).

É a digna parceira renascimento, da custódia gótica dos Jerónimos. Está hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, das Janelas Verdes. Mede de alto: o^{m},35.

Para além do primeiro têrço do século XVI é o pleno renascimento, periodo ainda exuberantemente plateresco em Espanha, mais sóbrio, porque menos impregnado de italianismo, na nossa arquitectura e artes decorativas.

---

(1) Dizem os cronistas que *Mestre João.* Posso garantir que Mestre João era alemão. Se era o próprio João van den Stan (até agora lido *Stay golstsyst*) não asseguro, mas é possível.

A ourivesaria continua no favor de tôdas as classes e o número dos artifices que se lhe consagram é cada vez maior. O *Sumário das Notícias* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira consigna a existência, em Lisboa, no ano de 1551, de 430 ourives, mestres e oficiais lavrantes de prata e ouro, e de 30 lapidários, grémio só excedido pelo dos carpinteiros que contava perto de 500 artífices.

O emprêgo das pedras preciosas e pérolas, abundantíssimo pelo comércio do ultramar, amplifica-se, auxiliando a transformação tipológica. O *Regimento dos oficiais de ouro, prata e lapidarios* ministra-nos algumas interessantes informações acêrca dêste ciclo artístico.

Para os ourives de ouro a prova de exame é «fazer hũa cinta de ouro lavrada e aparelhada para esmaltar, com seu meo relevo e coroneta e remate, e hũa joia ordenada do mesmo teor». Para os prateiros existe a divisão em *obra de martelo chã* — gomis, bacios de cozinha e de cortar; *obra de martelo, cinzel e bastiães:* — gomis e salvas lavradas; *obra de maçanaria:* — cruzes, cálices, porta-pazes, bágos, turíbulos, etc.; e *obra de imaginaria,* em chapa ou relêvo, podendo o examinado nesta última categoria ser dado como apto em tôdas as outras.

Quanto aos lapidários, segundo uma petição que fizeram em 1566 e ficou anexa ao *Regimento* de 1572, a distinção única no ofício fazia-se entre exame *de diamantes,* lavrados *em facetas,* e exame *de robis, e safiras,* talhadas respectivamente em *tabola* ou em *espinela.*

A confraria dos três oficios congéneres estava instalada, desde fins do século XV, na Capela de Santo Eloi, na igreja de S. Julião, perto da Rua Nova e da Ourivesaria, e era das mais prósperas e ricas de Lisboa.

Os artistas estranjeiros continuam a acorrer a Portugal. Pelos meados do século XVI os meus apontamentos acusam a presença de numerosos ourives, flamengos, alemães, ita-

lianos, franceses e castelhanos, os das duas últimas nacionalidades agora em igualdade numérica, ao contrário do que sucedia no período anterior, em que os espanhóis predominavam.

Os lapidários êsses eram quási todos estranjeiros, em especial neerlandezes e alemães. Numa petição do ofício, em 1566, assinam Filipe Holbein (parente do grande pintor), Jorge Alberto, Jorge Huẽns, Jaques Henriques, Pero Langues, Valentim Teobim, João Baptista (francês), Damião Pinheiro e Simão Pires, quási tudo nomes estranhos à terra.

A-pesar-da perseguição feita pelo Tribunal da Inquisição, desde 1537, às ideas do livre exame que muitos dos expatriados professavam, mantêm-se elevada a percentagem de artífices estranjeiros, que ou abjuravam, ou se acomodavam. Os desmandados em gestos ou palavras tinham sempre uma alma caritativa que consignasse esses desvios junto do Tribunal e é por isso que tantos nomes de flamengos, franceses e alemães se colhem nos livros das *Denúncias*. Dos franceses o guardião e denunciante encartado era um tal João de Paris, fabricante de relógios de marfim.

Quanto aos judeus cristão-novos, lapidários ou ourives, êsses trataram de pôr-se a salvo, para Anvers, para Ferrara, para Salonica, onde a Inquisição não podia atingi-los.

¿Que fizeram todos esses ourives e lapidários?

Aparatos de igreja, baixelas, joalharia corporal, de que pouco, infelizmeute resta, em comparação com a herança do período anterior. Certamente se trabalhou menos para as igrejas e mais para os particulares.

Para avaliarmos a abundância e a delicadeza dêsse trabalho basta lançar os olhos para um retrato feminino dos que pintaram Moro ou Sanches Coelho, demorar a vista sôbre aqueles colares complicados, donde as pérolas pendem, como grandes lágrimas leitosas, sôbre as cintas, os braceletes, e os firmais que os rubis ensangüentam.

As pérolas do Oriente foram o grande luxo da época. As joias de Goa tornam-se vulgares, e lenta, a influência indiana começa a fazer-se sentir na decoração corporal e nas baixelas, tão divulgadas e estimadas, e de que poucas migalhas nos chegaram.

Nas peças de igreja as fórmas góticas desvanecem-se; a própria estrutura se italianiza. Os pilares da maçanaria das custódias dos relicários são substituídas por colunelos ou pilastras: lâmpadas e ostensórios armam em templetes, sobrepujados de cúpulas ou doceletes em andares. As maçanarias transformam-se em chapas retabulares, as crateras dos cálices recortam-se em medalhões; óvulos e contas debruam arestas e refêgos. Ás aplicações de mármores de cores, da arquitectura clássicista, corresponde a diversidade policrómica das pedras.

Serralharia

A compilação dos *Regimentos de Oficios*, realizada em 1572 por Duarte Nunes de Leão, abrange nada menos de 80 oficios diversos, dos quais uns 15 dependem da *Toreutica* especial dos metais. Por ordem de precedência, alinham-se aí, a seguir aos ourivezes de ouro e prata e lapidários conexos; os *batifôlhas,* que preparavam as *batiduras* de ouro, prata e estanho, para os ourives, e os *paẽs* de ouro e prata para os pintores; os *douradores,* que douravam peças de ferro, principalmente do aparato dos arreios: — freios, peitorais, estribeiras, esporas; os *picheleiros,* que amoldavam o estanho ao tôrno e a martelo em pichéis de tôda a sorte, em pratelaria, saleiros, albarradas e castiçais; os *latoeiros de obra grossa* a quem incumbia o esmalte dos arreios e talabartes, a branco, a preto, a troquezado; os *latoeiros de obra delgada* e *fôlha de Flandres;* os *caldeireiros,* os *ferreiros,* os *serralheiros;* os *armeiros de armas brancas e couraças,* os *espadeiros,* os *cabeiros* e *freeiros,* que cinzelavam os cabos de

montantes, espadas de cavalgar, colubrinas, estoques e terçados de monte, ou limavam os freios de jola e gascões, as bridas de bastarda, e as esporas mouriscas; e, finalmente, os *cutileiros.*

Nesses mesteres o artífice servia devotamente o seu sentimento estético, com a perícia adquirida pela larga aprendizagem, fortalecida no rico cabedal de conhecimentos técnicos que as oficinas se transmitiam secularmente. E a morfologia tradicional das peças ia-se embelezando a cada cíclo artístico com contributos epidérmicos de floreio ornamental. É a decoração de certas peças, mais que a sua forma, que nos permite, em muitos casos, distinguir o punção dos séculos.

Góticas ainda no primeiro têrço de quinhentos, a evolução renascentista destas *artes menores* realiza-se sincrònicamente com a das *grandes artes,* com mais poderosa sobrevivência de elementos tradicionais. Quatrocentos anos decorridos os *pica-portes* e *trafogueiros* transmontanos estadeiam um gôsto medieval que nenhuma acessão posterior conseguiu apagar.

Entre as indústrias artísticas que maior desenvolvimento alcançaram no século de quinhentos há que dar um lugar àparte à serralharia, não tanto pelo que dela perdura em Portugal, que é pouco, mas pelo que sabemos que fêz na Península. Não há, de facto, no mundo, nação que tão rico património de trabalhos de ferro possua, como a Espanha.

Vinham de longe a habilidade, o gôsto, a posse de processos técnicos que permitiu a realização das obras assombrosas que são as *rejas* das catedrais espanholas. Já as adagas ibéricas, elegantes como *machaïras* gregas, sobrelevam, pelo acabamento, têmpera e tauxia de ouro e prata, a tôdas as armas contemporâneas.

Nada possuimos hoje que possa comparar-se às gradarias das catedrais de Sevilha (1519), Burgos, Ávila, Toledo (1548), Palencia ou Salamanca, às *rejas* da capela real de Granada

(1520-1530) e do sepulcro salamanquino de Anaya. O pouco que nos chegou, condimentado com a lição dos documentos revela-nos porém que a formidável arte do ferro teve em Portugal excelentes práticos e extraordinária difusão.

Do que resta há que destacar, como volume e estilo as grades mandadas fazer por D. Diogo de Sousa (1505--1532) para vedação da capela-mór da Sé de Braga as quais em 1722 foram retiradas para a galilé onde se encontram. Nessa peça os varões, lisos ou torcidos, rematam em friso rendado, coroado de alta crestaria florida sobrepujada ao centro por um arco de querena. A obra é plenamente gótica pelo espírito, pôsto-que a crestaria, delicadíssima lembra a da *reja* da capela real de Granada, lavrada ao romano. Ignoramos a data precisa em que foi forjada, bem como o nome do seu autor, português ou espanhol. Uma denúncia à Inquisição fala-nos de um grande serralheiro de Braga Valentim de Oliveira, homiziado em Roma em 1547.

Algumas obras do fim do século XV e começos do XVI perduram em Évora, outro grande foco do trabalho de ferro em Portugal. A grade do batistério da Sé, de varões torcidos e remate com três arcos de querena, menos floridos que os da *reja* de balcão da casa das Conchas, de Salamanca, é elegante e sóbria, puramente flamante. Do mesmo estilo, posto que de trabalho menos cuidado, eram as grades da antiga casa da Câmara. Por todo o Alentejo, em resguardos, sacadas, braços e suspensões ficou documentado, no vigor da imitação, o favor dos modelos medievais e quinhentistas.

Peça notável, puramente renascentista, é a grade da capela de D. Pedro de Mascarenhas, em Alcácer do Sal.

Em Coimbra sabemos pela carta do vèdor Gregório Lourenço, de 1522, que D. Manuel mandara que se fizesse, a atravessar o corpo da igreja, «hua grade de ferro grande, de 25 palmos de alto com seu coroamento, e ao redor das sepulturas dos reis a cada huũ sua grade de ferro». Estavam

as grades feitas e assentadas e paga a importância das barras e pilares; o coroamento porém, havia de ser pago por avaliação do mestre António Fernandes, que em 1521 trabalhava no mosteiro. Mestre Domingos, serralheiro do convento em 1519 não interviera, evidentemente, na empreitada. Ao lado desta obra magnificente, de ostentação, que nos revela, junto ao exemplo de Braga que a moda espanhola da *rejeria* religiosa tivera aceitação entre nós, encontramos a peça de utilidade. Na *Descrição e Debuxo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, de D. Francisco de Mendanha, que o irmão Veríssimo traduziu do latim e estampou em 1540 fala-se de uns *verletes,* de ferro limado e brunido, com que cada servidor, no refeitório, conseguia transportar e distribuir de cada vez nove pitanças! O nome mesmo lhe está indicando a origem francesa.

O trabalho de ferro ficou endémico em Coimbra. Encarreirado pelo apostolado renovador de Mestre Gonçalves, tôda uma geração de artistas vai vinculando os seus nomes a obras da melhor técnica e gôsto, à antiga e à moderna. Desde o *Lampadário* do *Soldado Desconhecido*, de Mestre Lourenço de Almeida, que tem a alma e o pulso de um *rejero* da Renascença, aos portões desta Faculdade, distribuídos pelos melhores serralheiros da cidade, na exaltação criadora como na realização utilitária, os artistas de Coimbra estão dando a Portugal o mais formoso exemplo da ressurreição vigorosa e ordenada de uma arte aplicada em que fomos senhores.

O nome do mestre das grades de Santa Cruz, António Fernandes, e o de Lourenço de Almeida, de família lamecense, conduzem-me a última paragem da minha breve divagação através da arte do ferro. Em Lamego, três gerações de Fernandes trabalham durante o século XVI. O que fizeram desapareceu. Mas perdura no claustro da Sé, vedando uma das capelas construídas pelo bispo D. Manuel de Noronha

um magnífico exemplar de grade renascença. Os varões e pilastras que a compõem correm entre dois frisos ornados de motivos italianos, ressaltando no meio do superior, em medalhão, um busto coroado de louros, à romana. O coroamento é um frontão com figuras: — S. Martinho, S. Nicolau em proeminência, e S. Lourenço, erguidos sôbre pedestais em feitio de aras. Numa edícula clàssica, centro de tôda a ornamentação desta parte superior, divisam-se as armas do bispo fundador, encimadas pela sua divisa: *Esta é boa guia.* A grade está assinada B. L. iniciais de um artista ainda não identificado.

*

Finda aqui a primeira étape do meu estudo sôbre as artes industriais quinhentistas. No ouro, como no ferro, na cerâmica, como nos tecidos, o século XVI foi um grande século português. Dignamente soubemos acompanhar, sem atrazo sensível, a arte europeia. Convenientemente educado o artista nacional chega sempre onde chegam os estranhos (1).

VERGÍLIO CORREIA.

---

(1) Conferência lida no dia 16 de Agosto de 1927, no *Curso de Férias* da Universidade de Coimbra.

A RELIGIÃO GREGA

INTRODUÇÃO

A característica essencial do espírito grego, aquela de que provêem tôdas as outras e que, melhor que nenhuma, nos explica a magnífica florescência dos séculos V e IV, é, sem dúvida, o amor insaciável da Beleza, o desejo de qualquer coisa que seja sempre mais alta e mais nobre.

Os artistas gregos, na literatura e na plástica, num côro de Sófocles, numa ode de Píndaro, numa estátua de Fídias ou num templo dórico, mostraram-se sempre possuídos do anseio de Platão e procuraram chegar o mais perto possível das Formas inteligíveis, supremas e eternas, das Ideas que representam o Bem e o Belo em tôda a sua plenitude.

Os gregos foram sempre os homens a quem a Natureza pôs numa caverna obscura e que, iluminados apenas pelo reflexo duma fogueira, vendo dansar nas paredes a sombra vaga dos que lá fora passavam sob a luz do sol, empregaram todos os recursos do seu espírito em desprender-se dos grilhões que os encadeavam e vieram, êles também, banhar-se da claridade radiosa do grande sol doirado, no caminho livre.

A vida artística do grego foi, ainda no mito de Platão, a corrida das almas para o campo semeado de estrêlas, para além do qual é possível contemplar as Ideas puras; na obra de arte da Grécia a forma não é o fim último a que aspiram os artistas: é a base que lhes permite, a êles e aos outros, subir mais alto; a forma é, ainda e sempre, para o

grego, uma reminiscência e a sua fixação para que a alma tenha onde se firmar na escalada luminosa para a Idea.

Ora, quási tôdas as obras de arte gregas, a tragédia, a mais bela floração do génio ateniense, certas modalidades do lirismo e a maior parte dos edifícios, bronzes e mármores que possuímos, são inspiradas e provocadas pela religião. Para as festas de Dioniso em Atenas compuseram os seus dramas Ésquilo, Sófocles e Eurípides; para as solenidades em que os vencedores dos jogos agradeciam aos deuses o favor da vitória escreveu Píndaro as suas odes; as virgens gregas, nas festas religiosas, cantavam em côro os parténios harmoniosos. As estátuas são, na sua grande maioria, estátuas de deuses, os relevos episódios da mitologia; e o templo, equilibrado e perfeito, na severidade das suas colunas dóricas ou na graça das volutas iónicas, aparece-nos como uma das criações do génio grego em que mais se afirmou o seu amor da Beleza.

Mas a religião grega é, à primeira vista, um conjunto incoërente de fábulas, os seus deuses grosseiras ficções sem espiritualidade e sem beleza, tôdas as suas acções profundamente imorais. ¿Como é possível, pois, que uma religião com estas características tivesse dado origem às obras de arte em que, como vimos, se revela exactamente um tão grande desejo de libertar os espíritos de tudo o que os prende à terra? O conflito é evidente e só pode ser resolvido por um exame atento do que foi a religião grega.

A uma observação superficial os deuses são apenas homens possuídos de tôdas as suas paixões e exteriorizando-as em tôda a plenitude; como os homens, êles gostam do bom vinho e seduzem-nos os banquetes em que as taças se despejam umas após outras e em que as rosas coroam a fronte dos convivas; como ao homem, fere-os o amor e as virgens gregas palpitavam, ao lembrarem a beleza radiosa de Apolo e dos deuses que perseguem nos bosques as Ninfas de corpo

perfeito; como aos homens, a cólera os invade e em Homero êles aparecem batendo-se grosseiramente, a sôco e à pedrada, na defesa de gregos ou de troianos. Palas Atena gloriava-se de mentir melhor que Ulisses, o mais enganador dos mortais; Zeus, o venerável pai dos deuses e dos homens, penetrava em chuva de oiro na tôrre de Danae e, aproveitando-se da ausência de Anfitrião, seduzia Alcmena; num dia de embriaguês dos deuses, Hefesto, o ferreiro divino, fôra lançado dos céus, durante dias e noites rolara no vasto espaço, viera finalmente partir as pernas na ilha de Lemnos.

Todo-poderosos, estando em tôda a parte em que os invocava o crente, êstes deuses têm, no entanto, defeitos singulares: um mortal os pode ferir e Diomedes, numa das batalhas da *Ilíada,* atinge com a lança a divina Afrodite; o conselho dos deuses muita vez se reüne, aproveitando a ausência de um dos imortais, para que êste não saiba o que se passou na assemblea.

As imorais e grosseiras acções dos deuses já na antigüidade tinham provocado a revolta dos mais nobres espíritos; e, desde logo, se lhes tinha procurado uma explicação.

Para uns, e estes eram o maior número, as fábulas dos deuses nada mais eram do que o produto da imaginação desordenada dos poetas, da μανία, da «fúria» que os levava a dizer o que a razão sã e equilibrada logo repeliria por absurdo e incompatível com a natureza divina; os principais culpados, aqueles de quem afinal provinham todos os outros, eram Homero e Hesíodo.

O primeiro, na *Ilíada* e na *Odisseia,* apresentara êsses deuses que se batem como o homem e talvez ainda com mais furor e violência, que se enganam uns aos outros, que traem os que se lhes confiam, que se irritam porque lhes faltou o sacrifício ou a oferenda. O segundo, na *Teogonia,* cantando as gerações dos deuses, inventara sôbre êles fábulas absolutamente inaceitáveis e o seu poema era afinal

uma obra de profanação e irreligiosidade. E um autor antigo descreve Homero, nos infernos, preso a uma árvore, castigado pelos deuses de tôdas as mentiras que a seu respeito escrevera nos poemas.

Os próprios gregos, porém, sentiram que esta explicação não era suficiente; se, por um lado, se recusavam a admitir que os deuses fôssem apenas homens e mais embriagados, mais adúlteros e mais assassinos do que os outros homens, por outro lado não aceitavam totalmente que apenas se tratasse de invenções de poetas. E então surgem novas tentativas de explicação.

Uma das que obtiveram maior número de adeptos, sobretudo entre os estoicos, foi a que via nos mitos divinos simples alegorias. Em data que se não podia fixar, filósofos, dos quais nada se sabia senão que tinham profundamente estudado o mundo, transmitiram aos seus discípulos os resultados a que tinham chegado, em linguagem que não pudesse ser fàcilmente compreendida pelos profanos; a queda dessas noções no domínio de quem as não podia compreender dera origem a que se interpretasse como realidades o que não era mais que alegorias; assim, os casamentos dos deuses não eram senão a conjunção dos astros no firmamento, Zeus o ar e a tempestade, Poseidone o mar revôlto. Há nesta interpretação duas ideas essenciais que convém fixar, porque se encontram mais tarde, no século XIX, como base também de sistemas de explicação dos mitos gregos: a de que houve a possibilidade de, em determinada altura da evolução do povo grego, êste não compreender certo número de palavras e as tomar como seres, como deuses, e a de vêr nas figuras dos imortais a representação dos fenómenos da Natureza.

No século IV a. C. viveu o filósofo Evémero de Agrigento; impressionado também pelas características da religião grega, quis explicá-las e para isso escreveu o livro intitulado Ἱερὰ ἀναγραφή, a *Inscrição Sagrada;* nele contava que,

numa das suas viagens, encontrara, na costa da Arábia, uma ilha, a Pancaia, e nela uma inscrição em que se revelava tôda a história dos deuses; desaparecera, portanto, o mistério: os deuses não eram mais do que reis, homens notáveis que, pela sua inteligência, pelo seu valor guerreiro, pela sua sábia administração, tinham prestado tais serviços aos seus compatriotas que êstes, em recompensa, os tinham divinizado.

Se o evemerismo, que teve uma grande fortuna na antigüidade, hoje se não pode aceitar pelo que diz respeito aos deuses, substitui com vantagem as outras explicações no que se refere ao culto dos herois e mesmo a lendas, como a da guerra de Troia, impròpriamente incluídas na mitologia grega.

Modernamente, diversas explicações têm sido tentadas; sem querermos falar no simbolismo de Creuzer, hoje pôsto de parte, podemos dividi-las em três grupos.

No primeiro entram os sistemas que dão para origem da religião grega um «monismo físico»; vêm em seguida os que a explicam por uma «doença da linguagem», os que lhe dão uma origem filológica; em terceiro lugar, por mais recente, poremos o sistema que explica a religião grega por uma consagração do meio natural e do meio social e vê nas fábulas a elaboração pelo povo e pelos poetas de uma base primitiva de mitos compreensíveis pela fecundidade e pela vivacidade da imaginação grega.

Para Müller e Kuhn, a explicação dos mitos gregos estava nos fenómenos naturais, para o primeiro, especialmente nos movimentos astrais, sobretudo solares, para o segundo, nos fenómenos meteorológicos. Na opinião de Müller, o que teria impressionado o grego primitivo teria sido a regularidade da marcha do sol e dos outros astros no firmamento; a pouco e pouco, dentro desta regularidade, o grego teria ido notando a diversidade e veria como o sol no zénite e no ocaso é diferente do sol que surge na aurora, como o mar

ou os montes distantes o recebem ao anoitecer, como as nuvens o cobrem e parecem matá-lo, para que, horas ou dias depois, o disco brilhante ressurja aos olhos do homem. O grego teria sentido a necessidade de explicar tôda esta diversidade de aspectos e os mitos daí resultantes, acumulados de geração em geração, teriam vindo a produzir as fábulas depois recolhidas pelos poetas.

Kuhn, afirmando que o homem se sentiria mais impressionado com o acidental do que com o permanente e que, portanto, mais agiriam sôbre a sua imaginação as grossas nuvens da tempestade, o rolar e bramir do trovão, a violência da chuva do que a carreira plácida do sol e o acender das estrêlas no céu, põe os fenómenos meteorológicos como base da mitologia grega. Para êle, todos os mitos são explicáveis dêste modo, mesmo aqueles que parecem o mais distante possível duma idea de tempestade ou violência.

Depressa, porém, se reconheceu que mais alguma coisa era necessária para explicar que o homem tivesse a certa altura perdido a lembrança de que os mitos estavam relacionados com os fenómenos naturais; e já Max Müller falara na «polionomia» e na «doença mitológica» da linguagem. Primitivamente, teriam existido diversos nomes para designar o sol, a lua, as nuvens e os raios; a pouco e pouco, porém, alguns dêsses nomes teriam sido esquecidos na sua significação própria e os gregos tê-los-iam personificado e feito dêles seres divinos.

Assim Febo, a princípio um simples adjectivo, *Phoibos*, o «brilhante», passara a ser um Deus, o Deus do Sol, o Deus da Claridade. Nem sempre, porém, os casos se apresentam com esta nitidez e, geralmente, a imaginação entra em grande parte, no resultado a que chegam os mitólogos que seguem êste sistema; não se deve, contudo, deixar de reconhecer os serviços que pode prestar o estudo filológico dos nomes e epítetos dos deuses.

O terceiro sistema tem o mérito de, não desprezando os métodos e resultados dos seus antecessores, dar uma larga parte à consagração do meio em que vive o grego e de explicar a religião pelo «espírito religioso»; admitindo, pelo que diz respeito à consagração dos fenómenos naturais, as doutrinas de Müller e Khun, êste sistema não pretende ver nos astros ou nos meteoros a origem de tôda a religião grega; o fenómeno religioso é demasiado complexo para que se atribua a sua aparição a uma única causa. A religião grega surgiu da observação dos fenómenos naturais, mas também do desejo de consagrar determinadas instituïções sociais e ideas morais. Como, por outro lado, se aceita que grande número de fábulas, não as essenciais, é certo, mas as secundárias, as verdadeiramente imorais, são invenção dos poetas, a religião grega deixa de nos aparecer como uma religião de imoralidade e grosseria, para surgir como uma religião que é a projecção no eterno, no sagrado, no divino, do amor da Natureza, do amor da Vida, e, que o mesmo era para os gregos, do amor da Beleza.

Seria grosseiro que alguém hoje julgasse o cristianismo pelos castigos que se impõem a Santo António, ou pela confiança que têm os salteadores na protecção da Virgem; não será demais reclamar que se não julgue a religião grega pelo tratamento que os pastores da Arcádia davam a Pan, chicoteando-o com ortigas, pela maneira como o vulgo ignorante e rude imaginava os imortais.

Há que estudar a religião grega à luz dos espíritos superiores, saber o que eram os deuses, os grandes deuses, para um Platão e para um Fídias, estudá-la despindo-nos dos preconceitos que nos deixou a apologética cristã; para compreender a escultura helénica libertámo-nos do horror do nú e aprendemos a admirar os belos corpos das estátuas gregas, a vida em flor, essa vida jovem e clara dum povo de artistas; aprendemos, sem que as achássemos grosseiras

e imorais, a admirar as formas harmoniosas de Afrodite e de Hermes, os corpos que se erguiam, finos e rítmicos, sob a glória do céu da velha Grécia; é necessário que aprendamos também a ver a Beleza dos mitos da religião do povo que fêz o «milagre grego», a sentir a graça, a elegância das fábulas que a sua imaginação soube criar.

Para sentirmos tôda a sua capacidade de Beleza, não nos basta, porém, estudar a religião dos gregos apenas como criação, não nos basta olhá-la por si própria, seguir o desenrolar das gerações de deuses, as aventuras longínquas de Dioniso, ver como o grego consagra o seu Lar e a sua Cidade. É preciso também tratá-la como criadora das obras primas do génio helénico; estudá-la como mãe fecunda da tragédia e do lirismo, como inspiradora da estatuária e da arquitectura; conhecer, portanto, os pormenores do culto, porque actos do culto eram as Dionisíacas, a oferta de estátuas, a elevação de templos, o cortejo sagrado das Panatenêas.

Veremos, pois, em primeiro lugar, como o grego consagrou o meio natural e o meio social; depois, como a religião, através do culto que os homens prestavam aos deuses, foi uma fonte inesgotável de Beleza, uma inspiração perpétua para todos os que esta amavam e serviam como Deusa Suprema e Tôda-Poderosa.

CAPÍTULO PRIMEIRO

I

«Antes de tudo era o Caos»: e aos olhos do moderno surge, como uma visão fantástica, a terra convulsionada, com os elementos confundidos numa massa informe, mares e continentes revoltos e ligados inextrincávelmente; o Caos é a desordem, a confusão que só uma vontade superior e

uma inteligência sobrenatural poderão ordenar, tornando-o *cosmos* regido de leis imutáveis, o globo que rola harmonioso na harmonia das esferas.

E, no entanto, para o grego, esta idéa não existia; embora não possamos saber com absoluta precisão o que era para êle o Caos, o grego parece tê-lo tomado como um largo espaço, infinito, incomensurável, cheio de trevas espessas; é já o ἄπειρον de Anaximandro e, logo de início, a religião se apresenta singularmente próxima da filosofia.

No Caos surge Gaia, a terra; mas, como o Caos ainda não é o ar, também Gaia não é ainda a terra, a terra que o grego divinizará também, a Mãe-Terra que produz o trigo; é a matéria de que ela se formará, pela intervenção dum terceiro elemento, Eros, o Amor.

Convém desde já distinguir os dois Eros que nos aparecem na religião grega, um como procedendo das primitivas concepções religiosas, o outro como resultante das tendências do espírito grego nos fins do século IV e durante todo o período alexandrino. Êste último é um adolescente ou uma creança, risonho, elegante, efeminado; é o Amor de Praxíteles, o Amor da Antologia, o Amor que faz as doces feridas e avassala os elegantes alexandrinos. O Eros que nos aparece na *Teogonia* hesiódica é o Amor, forte e robusto, o Princípio soberano que liga o macho e a fêmea em tôda a Natureza e, pelo seu poder, faz surgir na terra as plantas e os animais.

Por sua intervenção, Caos e Gaia geram Érebo e a Noite; pelo poder do Amor se dividiram as trevas do Universo: as que existiam ao princípio eram infecundas, porque não continham em si macho e fêmea, porque eram uniformes e a uniformidade nada de Belo poderá produzir sôbre a terra; pelo poder do Amor, as trevas, Érebo e a Noite, unindo-se, dão origem à Luz, ao Eter, luz dos espaços superiores que o homem adivinha, que o homem, diria Platão, conhece por

reminiscência, e a Hemera, a luz da atmosfera terrestre; o Amor é tão poderoso, o seu princípio tão fecundo que, desde que êle intervenha, das próprias trevas surgirá a luz; o espírito grego começava revelando-se no culto do Amor.

Pelo Amor ainda, Gaia gerará o grande céu estrelado em que habitam os deuses e em que êles, amigos dos homens, farão girar o Sol que ilumina e aquece, a Lua que medirá a carreira da vida. A pouco e pouco, Gaia deixa de ser a superfície uniforme que era no início; vão-se-lhe cavando os vales e erguendo os altos picos das montanhas, já nos grandes abismos surge o Ponto que os enche com as ondas salgadas; só falta que comecem brotando as fontes e correndo os rios, para que a vida surja, poderosa e bela, à superfície da terra. Então Gaia se une ao Céu, a Uranos; e dessa união surgem as águas do Oceano, o grande rio que envolve tôda a terra, as águas doces de tôdas as nascentes e de todos os ribeiros; mais uma vez, a religião grega se nos apresenta a par da sciência. Agora que já as águas correm sôbre a terra e já o claro Sol aquece Gaia, a vegetação e os animais poderão povoar todo o espaço deserto ainda.

No entanto, o grego sabe que há na Natureza fôrças ocultas e misteriosas que parecem empenhadas em destruir o que de belo se cria no mundo; nas tradições populares da Grécia havia memória de cataclismos, de terremotos, de súbitos afundimentos, de fenómenos de vulcanismo que ainda se manifestava em sulfataras e fontes termais; e, na ocasião de tempestades, as nuvens pareciam ter destruído o firmamento brilhante, ter entrado em luta com os deuses do céu.

Daqui nascerão naturalmente as concepções dos Titans e dos Ciclopes. Os Titans são os filhos do Céu e da Terra; fôrças elementares da Natureza, êles dão o grande, o último combate das coisas desordenadas contra a ordem que as dominará finalmente; querem assaltar o Olimpo onde vivem

os deuses e onde reinam a harmonia e o equilíbrio, e acumulam, para o atingir, o Pélio sôbre o Ossa, monte sôbre monte; a luta dura anos e durante ela a terra é convulsionada pela peleja pavorosa; ardem as florestas atingidas pelos raios vibrados pelos deuses contra os Titans, refervem em turbilhões os rios e os mares, o próprio firmamento se abrasa no incêndio universal; e sôbre tudo isto o imenso clamor de batalha, o uivo dos ventos desencadeados, o ruído dos montes que desabam. Mas Coto, Briareu, Gias, três bons gigantes, combatem pelos deuses; e a êles cabe finalmente a vitória.

Os Ciclopes, as núvens da tempestade, forjam os raios para Zeus e correm velozes no céu para lhos levar, quando o Deus supremo os quere lançar sôbre a terra; são gigantes monstruosos e rudes, sombrios, figurações perfeitas dos grandes novelos de núvens da trovoada.

De todos os ataques, porém, tinham sempre saído vencedoras a ordem e a inteligência; a elas se deverá a organização completa do mundo, trabalho de séculos, vitória do esfôrço persistente sôbre as coisas brutas e informes.

E foi essa persistência, essa continuidade, êsse perpétuo fluír de energias que os gregos divinizaram em Rea, «a que corre»; há já o horror da imobilidade que aparecerá em Heraclito, e a luta contra as fôrças que se opõem ao movimento; Uranos será agora essa inércia e logo Cronos, instigado por Gaia, mutilará o pai e o substituirá no govêrno do mundo. Cronos casa com Rea e estão aliados o tempo e o movimento, a sucessão dos instantes e a sucessão das energias.

O conflito não devia, porém, tardar a produzir-se; o tempo aparece como um inimigo da iniciativa humana; rolando implacável, sem uma hesitação, êle destroi o homem e as suas obras; estátuas, templos, cidades, tudo se vai e desaparece em poeira pelo passar dos séculos; o tempo não

podia continuar a ser o deus supremo, aquele que tudo governa — o grego precisa de se libertar da idéa de morte e de destruïção; então um novo deus, Zeus, que milagrosamente escapara de ser devorado por Cronos, destrona-o, como outrora Cronos destronara Uranos, e cobre-o de cadeias.

Da cosmogonia helénica, tal como a deixamos exposta, três ideas se destacam, basilares na formação intelectual do grego: a idea do esfôrço como instrumento para atingir a perfeição, a idea do amor universal, a idea de ordem; por elas chegará o povo helénico a dominar os mais adversos materiais e a fazê-los exprimir todo o seu pensamento, a crear a harmonia da palavra no verso e na prosa, a estabelecer as leis físicas que regem o mundo; por elas o seu amor se estenderá a tôda a Natureza e palpitarão de amor os mármores das estátuas e os versos dos poetas; por elas, finalmente, o grego creará a forma de govêrno em que se encontram e se fundem — a democracia de Atenas.

II

O filho de Cronos e de Rea é o deus supremo dos gregos, o rei de todos os outros imortais. Capaz de dominar tôdas as revoltas, tendo vencido os Titans, a sua vontade é acatada pelos deuses que respeitam a sua estatura magestosa, o olhar de águia, a sabedoria infalível; êle é o pai, o protector e o chefe. Como as suas resoluções são sempre salutares para o mundo, não há conflito entre êle e a *Moira*, o Destino, representante das leis naturais que o conservam.

Pelo seu poder Zeus junta e desfaz as núvens do céu; dêle veem as chuvas que fertilizam os campos, por sua ordem se sucedem os dias e as noites; e, se, em geral, Zeus nos aparece como a divinização do céu limpido e puro da Grécia, do esplendor do firmamento, êle é também o deus que o obscurece e troveja nas entranhas das núvens.

Zeus é sensível às ofensas dos homens, não às que venham da falta de sacrifícios, mas às que resultem do desprêzo das grandes regras morais; e, no entanto, mesmo para os que cometem o crime sôbre a terra, Zeus não será um deus implacável e feroz: continuará sendo o pai, admitirá o arrependimento e a prece; esta última será a garantia de que o homem culpado soube dominar o seu orgulho — e só então Zeus lhe poderá perdoar.

Pronto a castigar os criminosos, o deus supremo sabe também recompensar as boas acções; dêle veem todos os benefícios que igualmente se distribuem pelos ricos e pelos pobres, pelos poderosos e pelos humildes; é o protector carinhoso dos mendigos e dos que solicitam a hospitalidade e o seu olhar, do alto dos céus, contìnuamente vigia e ampara a humanidade sofredora; por êle se humanizará a face de Iavé.

Zeus é uma das mais belas concepções da religião helénica, o deus supremo digno da Grécia; partindo da divinização do céu, o grego, por uma abstracção progressiva, chegou à idéa do Zeus guarda incorruptível da Justiça, condensação de tôdas as fôrças boas da Natureza, pai misericordioso de todos os deuses e todos os homens: «Zeus é o éter, Zeus é a terra, Zeus é o céu, Zeus é tôdas as coisas e o que há acima de tôdas as coisas» (Ésquilo, *Fragm.* 345, Ahrens).

A imaginação popular e a dos poetas ornaram a vida de Zeus de mitos inumeráveis; eterno enamorado, Zeus não se contentava com Hera, a esposa legítima, e inúmeras virgens tinham sido objecto dos caprichos do deus; eram sem conto as Ninfas que êle amara; e os gregos sabiam de cor as fábulas de Europa, de Leda, de Calisto, de Danae, de tantas outras ainda, as metamorfoses de Zeus em touro, em cisne, em fina chuva de oiro.

Em primeiro logar, deve notar-se que os gregos não

eram obrigados a acreditar em tais mitos, que só talvez os camponeses mais incultos e mais primitivos os poderiam aceitar como artigos de fé. Os espíritos cultos viam apenas neles invenções graciosas, capazes de despertar um sorriso, de inspirar uma poesia ligeira; e que a massa popular de Atenas pensava de igual modo, provam-no os sucessivos triunfos de Aristófanes e dos outros poetas cómicos que se não cansam de ridicularizar as aventuras dos deuses.

Alguns, porém, dêstes mitos têm um sentido profundo que é conveniente pôr em relêvo. Convinha que a Zeus, deus da ordem e da harmonia, que venceu as fôrças impetuosas e desordenadas da Natureza, estivessem ligadas as ideas de Justiça, de Sabedoria; mas, a um deus antropomorfizado, estas ideas deviam unir-se sob uma forma humana; desta maneira nos aparecem os casamentos com Temis e com Metis. Temis é a Justiça no seu sentido mais amplo de poder ordenador; da sua união com Zeus, o deus supremo capaz de a impor, derivam, como suas aplicações, as boas leis, Eunomia, que governam as cidades, Dike, a justiça que resolve as demandas entre os homens, a Paz fecunda que produz a riqueza, as Parcas que, segundo as determinações da Moira e a vontade de Zeus, dão ao homem o bem e o mal.

Metis é a Sabedoria, a Prudência, aquela que dá ao homem os bons pensamentos e o guia no caminho da Vida; e Zeus não se limita a unir-se a ela, absorve-a, faz que ela se torne uma parte íntima do seu ser. Sentido semelhante tem a união de Zeus com Mnemósine, a mãe das nove Musas; a nenhum outro deus se poderiam melhor atribuir a Inteligência e a Memória do que a Zeus, de quem elas seriam as auxiliares indispensáveis no govêrno do mundo.

*

Para o grego, porém, o movimento do mundo não se explicaria sòmente pela inteligência, pela sabedoria, pelo poder de Zeus. Êle tinha evidentemente a possibilidade de fazer rolar no espaço um mundo perfeitamente ordenado, sem nada de dissonante e que não quebraria a música das esferas celestes. Nesta ordem, neste equilíbrio perfeito entre as diversas fôrças da Natureza, o grego encontrava a Beleza máscula e severa que podemos admirar no estilo de Miron ou de Fídias; mas o espírito helénico precisava de adoçar esta severidade, de divinizar na sua religião as qualidades que eram para êle indispensáveis na obra de arte e que, mais tarde, desenvolvidas excessivamente em prejuizo do equilíbrio clássico, produzirão o alexandrinismo.

É então que o grego, ou aceitando uma creação fenícia, ou alargando uma concepção primitiva, o que parece mais aceitável, mas em qualquer dos casos imprimindo-lhe a marca inimitável do seu modo de pensar, cria a deusa Afrodite, a cheia de graça, de elegância, de beleza feminina; admirando o equilíbrio, a esbelteza, a harmonia perfeita do corpo de atleta, o grego não podia desconhecer também o encanto da nudez do corpo da mulher.

Afrodite, dizia a lenda, nascera no mar, não no mar que se alteia nas vagas tempestuosas, mas no mar caricioso, ondulante e brando como as graças femininas; vogara sôbre as ondas azúis numa concha de nacar e em Chipre tinham descido a recebê-la as Cáritas, as graças, a alegria do sol da primavera, das flores que desabrocham, as Cáritas que dançam com as Ninfas, nos coros alegres, e as Horas, o grupo harmonioso das três irmãs, delicadas e finas, que simbolizam a beleza fresca e brilhante da juventude, a eterna graça adolescente.

Tôda a Natureza ficara em êxtase deante da beleza admirável, moça, a um tempo fecunda e casta, do corpo de Afrodite; fogem os ventos que se iam precipitar sôbre o mundo, o céu, mais brilhante que nunca, envia torrentes de luz, e o mar sorri-lhe, na espuma leve das suas ondas.

Instalada entre os deuses do céu, ela começa o seu reinado sôbre o mundo; Afrodite não tem por único domínio a alma do homem: tôda a creação lhe obedece, ela faz circular a seiva da primavera no tronco das árvores, abranda os mares revoltos, preside à geração dos animais e, coroada de mirtos e rosas, é a deusa da perpétua renovação do mundo.

Garantia de que êle não morrerá, Afrodite é implacável para o que tenta infringir as suas leis; o seu castigo não se faz esperar e a mitologia grega estava cheia de casos em que a deusa mostrara o seu poder.

Ela própria se não furta a obedecer à lei do amor; são inúmeras as suas ligações com deuses e com herois, a tôdas sobrelevando, pela intensidade, a sua paixão por Adonis, a personificação da primavera, o adolescente de radiosa beleza.

Divinização de um ideal de Vida e de Beleza, os filósofos não terão de a modificar para fazer dela a Afrodite Urânia, a Afrodite celeste da sacerdotiza de Mantinea. A Afrodite terrestre, a grosseira Afrodite do simples prazer sexual, é uma degenerescência de culto, um resultado das influências que o Oriente exercia nas idades maritimas da Grécia.

*

Divino o céu, divinos Zeus e Afrodite, os seus dois grandes habitantes, natural era que para os gregos fôssem também divinos os astros que nele brilham, os ventos, os aspectos principais do firmamento.

Logo ao romper do dia, Eos, a filha da manhã, a aurora de «dedos côr de rosa», abre as portas ao sol, a Hélios resplandecente; um instante o rosado dos seus dedos se reflecte sôbre a terra e é ela quem, da urna que sempre a acompanha, derrama o orvalho.

Desponta finalmente o sol, doirado e ardente; é o deus cercado de raios e que um carro de cristal transporta pela abóbada dos céus até o mar; forte e fecundo, êle faz com o seu calor crescer as plantas e purifica a terra; é o esplendor do dia, «o ôlho de oiro» do firmamento. Deus essencialmente bom, é impossível que seja êle quem guia os seus quatro cavalos quando a sua acção intensa e prolongada produz a seca na terra, estiola as sementeiras, põe a nu o leito pedregoso dos ribeiros; e, de facto, nessa ocasião é Faetonte, o moço imprudente, quem governa o carro de cristal e não consegue dominar a fogosa quadriga.

Irmão do sol, a lua, Selene, substitui-o durante a noite. É uma jóvem de intensa beleza; o seu rosto brilha da mais clara brancura e por ela se apaixonam deuses e mortais. Companheira amiga, confidente fiel dos que de noite lhe dizem os seus segredos, no silêncio de tôdas as coisas, ela é a deusa do mistério nocturno, das fôrças que se sentem palpitar na noite imensa; as feiticeiras de Tessália sabem-na fazer descer do céu pela virtude das fórmulas mágicas e é à sua luz que as apaixonadas vão colher as ervas e compõem os filtros que lhes prendem para sempre o coração dos belos adolescentes.

No céu a lua é acompanhada dum cortejo de estrêlas e planetas: e, a pouco e pouco, a imaginação grega foi tecendo sôbre êles lendas inumeráveis; Héspero, brilhando no céu, agita o seu facho e preside às cerimónias de himeneu; as Pléiadas que a imensa piedade de Zeus colocou no céu; a Ursa Maior, a virgem Calisto, amada por Zeus; Oriente, o caçador invencível; todos os astros que, refulgindo no firma-

mento puro das noites da Grécia, impressionaram a sensibilidade poética do povo helénico.

Nem sempre, porém, o céu se apresenta ao homem com um aspecto acolhedor e favorável; algumas vezes os Ciclopes vão levar a Zeus os raios que êle depois despede sôbre a terra, nas grandes tempestades, não muito freqüentes na Grécia; e Bóreas traz consigo o sôpro gelado das montanhas da Trácia, Noto o calor da África e a chuva, Zéfiro e o Austro as grandes nuvens que envolvem o céu: a todos o grego tinha divinizado, todos galopavam, no espaço, em corceis indomáveis...

III

Como nenhum outro povo o grego ama a terra; não bastava à sua vida o céu distante, o espectáculo belo dos astros que nele brilham, o sol que o atravessa com a sua cabeleira de fogo, a face melancólica da lua, o tremeluzir das estrêlas que uma a uma se vão acendendo no crepúsculo suave; o céu era muito longínquo, o homem nunca atingiria a morada dos grandes deuses, nunca provaria sequer uma gôta do néctar divino.

Na terra, ao contrário, tinha o homem construído o seu lar e arroteado o seu campo; nascera sôbre ela, sôbre ela brincara, sôbre ela dançara nas rítmicas coreas em honra dos deuses, ela o acolheria um dia, na imensa tranqüilidade da morte. A terra lhe dava o sustento, creando as espigas doiradas, alimentando as plantas, inesgotável e fecunda.

Desde muito cedo o grego adorou a terra e desde muito cedo teve a noção da vida misteriosa e incessante que a anima; impressionou-o o segrêdo dos germes que se desenvolvem sob a terra, a fôrça desconhecida que dêles faz brotar as plantas; via surgir os caules tenros e fracos e depois a terra ir alimentando-os, robustecendo-os, com ca-

rinho, com amor, como uma boa mãe aos seus filhos; e, na glória da plena florescência, a terra aparecia coberta de seres, orgulhosamente os levantando direitos para o céu claro; depois, generosamente, ela dava-os ao homem, despojava-se, por amor dêle, de tudo o que creara com tanta ternura; e, no inverno, sob a fúria dos ventos da Trácia, às vezes sob a neve, nada havia aparentemente na terra: alguma rara erva, logo estiolada pelo rigor do frio, as árvores despidas, sem a cobertura esplêndida das fôlhas. Mas o grego sabia como dentro da terra se estava preparando a grande vida da primavera; como dentro de meses tudo renasceria, como apareceriam as folhagens, rebentariam os gomos, desabrochariam as flores; sob a terra continuavam correndo as seivas fecundantes e, em pouco, tôda ela estaria de novo coberta de vegetação.

O grego sentira a divindade da terra e adorara-a, como a mais antiga das deusas; ela não é só a mãe, a protectora do homem, é também a mãe, a grande mãe dos deuses. E, de todos os deuses, era a terra aquele que tinha um culto mais fundo, aquele que era adorado, embora sob nomes diversos, por todos os helenos.

Os artistas, segundo a concepção popular, representavam-na como uma mulher, alta, grande e forte, de serena beleza, de seios fecundos e poderosos; majestosa, ela sabe, no entanto, ter um sorriso nos lábios, o sorriso da que protege o homem contra a fome e a miséria; e, sob as dobras amplas do seu manto, adivinha-se, como sob a ondulação das searas, as formas plenas e fecundas do seu corpo de deusa. Na cabeça, como a mais bela corôa, levantavam-se as tôrres duma cidade.

Efectivamente, Demeter não foi para os gregos apenas a deusa que produz os vegetais, sobretudo o trigo, a deusa dos campos cultivados e dos vales férteis, amigos do homem; ela foi também a legisladora, a civilizadora. Pelo cultivo

da terra, pelos cuidados que requerem as sementeiras, pela necessidade de esperar que as searas surjam do solo e que amadureçam, pelo trabalho das ceifas, o homem, pouco a pouco, deixara de ser o nómada, o pastor ou caçador rude e bárbaro. Fixara-se à terra e por ela tinham aparecido as aldeias, depois, pelo correr das gerações, as cidades poderosas de altas acrópoles; por ela, se tinham estabelecido as leis que regulam as relações entre os homens, a dôce paz, a vida de sociedade, entre tôdas agradável ao homem. E, quando a terra produzira mais que o suficiente para alimentar o cultivador, o comércio surgira: por êle o grego entrara em contacto com outros povos, recebera os seus ensinamentos, conhecera as velhas civilizações, o seu saber fôra-se enriquecendo, a sua inteligência tornara-se mais fecunda. E assim Demeter fôra verdadeiramente a civilizadora, a que mais merecia o reconhecimento, a gratidão do «homem politico», porque ela dera a cidade, as leis que a regem e o lançara no grande caminho do futuro.

Á volta de Demeter tinham os gregos acumulado os mitos mais belos, cheios do mais profundo simbolismo. Apaixonada por Iasione, o lavrador primitivo, a deusa unira-se a êle, num campo três vezes revolvido pelo arado, e tinha dado à luz Pluto, a riqueza; e tinham também possuido Demeter Buziges, o homem que foi o primeiro a sujeitar os bois ao jugo da charrua, Triptólemo, o da tríplice lavra, filho de Diaulos, o sulco do arado; por Triptólemo, pela lavoura, Demeter espalhou por todo o mundo os seus benefícios, ensinou os homens a semear os loiros grãos de trigo, deu-lhes os instrumentos da cultura da terra.

Fecunda, Demeter tivera muitos filhos, belos e fortes, e era a deusa «caligénia», a de bela descendência; entre os filhos amara sôbre todos Core, a virgem. Um dia que ela brincava com as Ninfas Oceânidas num vasto prado, colhendo as fiôres que o esmaltavam, Hades, o deus dos in-

fernos, surgira sùbitamente das profundidades subterrâneas e arrebatara a virgem. A dôr de Demeter foi enorme e «como uma ave, precipitou-se sôbre a terra alimentadora e sôbre as vagas, à procura da filha» (*Hino de Demeter*, v. 42). Tôda a terra e todo o céu são percorridas por Demeter, inùtilmente; durante dias a deusa, vestida de luto, errara sôbre o mundo, devorada pela dôr; nada a conseguia acalmar e a sua queixa em vão sobe aos céus; em vingança, Demeter não torna fecundos os grãos de trigo que o homem lança nos sulcos do arado; tôda a terra sentirá a dôr e a cólera da deusa, por tôda a parte ela levará a desolação que há na sua própria alma. Lamentam-se os homens, obstinam-se sôbre o solo os bois pacientes, mas a terra continua improdutiva, as sementes não germinam; e tôda a raça dos mortais desapareceria do mundo se Zeus, mais uma vez seu protector vigilante, não ordenasse que Hades restituisse Core a Demeter.

Mas a virgem comera, sob a terra, um bago de romã e tanto bastara para que não pudesse, por completo, voltar à companhia de sua mãe; durante uma das quatro estações do ano, o inverno, ela estava junto de Hades; no inverno, as sementes, comidas pela terra como o bago de romã por Core, estavam ocultas aos olhos do homem; logo que Core voltava para junto de Demeter, a terra «cobria-se de fôlhas e de flores».

Sob o mito, há, bem evidentes, as vicissitudes da vegetação; Demeter e Core, a terra e as plantas verdejantes, suas filhas, amam-se com entranhada ternura; mas um dia, sùbitamente, quando colhia o narciso, a flôr da morte, Core desaparecera da terra; e esta chora-a, desolada, vestida de escuro, a sua alegria só voltará na primavera.

Mas Core visitara os infernos, Demeter, a deusa da terra, sabia o que se passava dentro de si própria, para onde iam os homens que lhe eram confiados; melhor que qualquer

outro deus, ela poderia ensinar os mistérios de além-túmulo; e o mito diz que Demeter os revelara, pela primeira vez, a Kelaos, rei de Eleusis. A tradição manter-se há e Eleusis torna-se como que o centro espiritual do mundo antigo. A deusa da terra, a mãe, dava ao homem, não sòmente o alimento do corpo, mas satisfazia-lhe também os anseios da alma.

*

Embora deusa todo-poderosa, a terra seria sempre infecunda sem a água; e o grego não tardou em divinizar a água fertilizante, desde a simples fonte que brota da fenda dos rochedos até o rio que se precipita no grande mar.

Num país meridional como a Grécia, batido de sol, a fonte, límpida e fresca, que rompe e borbulha sôbre o musgo é a providência para o homem e para os animais; mata-lhes a sêde, refresca-os sob o calor ardente, embala-os às horas da tarde em que o sol é mais forte e as cigarras zangarreiam mais alto; o seu murmúrio é consolador para o homem, fatigado do trabalho, que ouve a sua dôce canção; e, perdendo-se no fio de prata que desce da rocha, seguindo-lhe as voltas coleantes, o espírito como que se liberta de todos os cuidados e sente descer sôbre si uma imensa paz confortadora. A sua água, correndo esperta e viva, pelos regueiros, vai alimentar a planta que a boa Demeter fêz surgir; e, se ela falta, logo as searas definham e secam.

O simples acaso não teria feito surgir as fontes, não as faria tão claras, tão amigas, ao dispor dos homens; o grego não aceita o puro fenómeno físico — e logo na sua imaginação, a ninfa nasce, sorridente, pura, de olhos límpidos, como a água que corre. Elas são as divindades que, nutrindo as plantas, alimentam o homem, que o dessedentam; são também as deusas, humildes e generosas, que cuidaram da infância de outros deuses e crearam Zeus, o poderoso Zeus,

Hermes, Dioniso; e, depois de terem assegurado a vida dos senhores do mundo, continuaram correndo simplesmente para os pastores e para as ovelhas.

As fontes alegres, as nascentes límpidas e cantantes estão para o grego numa eterna adolescência, uma perpétua juventude; e, por simpatia, protegem as virgens harmoniosas, os elegantes e esbeltos adolescentes; as raparigas banham-se nas suas águas, antes do casamento, para assegurarem aos corpos a perpétua mocidade e para serem fecundas, pelo poder das águas que fertilizam a terra.

Intensamente amigas dos homens, elas sabem que muitas vezes êles se não contentam com conhecer o presente, que precisam de saber também as coisas futuras; e às ninfas das fontes foram atribuídos dons de profecia; ia-se consultá-las sôbre amores, doenças, viagens, para tôdas as preguntas elas tinham uma resposta; não a diziam secamente, mas, cantando com alegria, revelavam os bens do futuro, o seu lamento acompanhava a dôr dos que partiam desiludidos e tristes.

Só um perigo havia nas relações dos homens com as ninfas; elas eram tão belas, tão formosas, na glória da sua mocidade, que fàcilmente os homens se prendiam no seu encanto; então os olhos glaucos das ninfas atraíam nos, despertavam-lhes o desejo de se lançar nos seus braços, a tentação irresistível de mergulhar nas suas águas; assim Hilas, o moço herói, desaparecera na Bitínia, arrebatado pelas ninfas.

Nem só as fontes, porém, se povoavam para os gregos destas figuras de encanto, as fadas da antigüidade; elas habitam também as florestas, muito mais abundantes na Grécia de então do que actualmente. Cada freixo, cada carvalho, cada acácia, cada plátano, a árvore grega por excelência, são habitados por uma ninfa; é ela quem dá vida à planta, quem lhe comunica a sua fôrça e por ela a árvore verdeja, por ela estende cada vez mais altos e mais largos os seus

ramos e dá a dôce sombra protectora a homens e rebanhos. A árvore é sagrada para o grego; a ninfa morreria se a destruíssem e já muitos lenhadores tinham sido vítimas do seu desrespeito, da sua impiedade pelas árvores; como a ninfa ìntimamente se liga com a árvore, quando esta morre a ninfa morre também: e um duplo luto desce sôbre a natureza e sôbre o coração do grego.

Os próprios cimos rochosos dos montes não apareciam aos helenos como desertos e nus; nenhum lugar da terra o poderia estar — e as cabras que pastam as plantas rasteiras que neles crescem precisam de quem as guie carinhosamente e as não deixe fugir; é a missão das Oréades, as ninfas dos montes, que nas cavernas, sob os blocos acumulados, vigiam os rebanhos, tecendo infatigàvelmente.

Irmãos das Oréades, os sátiros desceram dos montes e vieram habitar nas florestas, enchendo-as da sua vivacidade, da sua malícia, do trote ligeiro dos seus pés de cabra; às vezes, na calma da tarde, quando uma brisa leve se levantava e fazia vibrar os cimos dos pinheirais, os pastores gregos ouviam os Sátiros dizendo nas suas flautas o amor da vida, da liberdade do campo, do alvo corpo das ninfas. Mais tarde, quando chegar Dioniso, florescente de mocidade, os sátiros incorporar-se hão no seu cortejo tumultuoso e percorrerão tôda a Grécia, no séquito ruidoso do deus.

Ás vezes, porém, os pinheirais çantavam mais alto, em certas tardes havia sôbre a terra uma paz e uma alegria maiores, o grego sentia mais vivo em tôrno de si o amor da natureza; era difícil aceitar que as ninfas e os sátiros, tão amigos da liberdade, assim se tivessem concertado para que a um tempo soassem as suas flautas e se exercesse a sua acção benéfica. Decerto um deus, um grande deus, chegara até ali, um deus que resumia em si tôda a intensa vida das florestas e dos montes; e êsse deus era Pan, o que viera da Arcádia e excedia todos os sátiros no tocar da flauta e no

amor das ninfas; Pan era também o deus das tranqüilas sestas de verão, quando, no adormecimento de tôdas as coisas, só as cigarras gritam estridentemente; ¡e ai do pastor que acordar Pan ou do rebanho que passar junto dêle, quando o deus repousa! Bastará que a sua voz ressôe para que tudo se precipite, louco de medo, num terror «pânico». Mas o grego sabe que não deve perturbar o sossêgo da natureza, que a deve deixar dormir tranqüila sob o sol que a aquece — e que tudo se cala na terra às horas do meio-dia; e a sesta de Pan não será perturbada.

Pan é para os gregos, sem a magestade de Demeter, todo o encanto, tôda a graça, tôda a maravilhosa beleza da vida do campo; é meio homem e meio bode, surgem-lhe os chavelhos dentre a cabeleira espêssa e, no entanto, a sua figura nada tem de grosseira ou diabólica; no mesmo corpo se uniram o espírito, a inteligência do homem e a fecundidade, a malícia dum animal malicioso e fecundo. Mais ainda: Pan, o todo, sabe os doces sons que se sublimam em Apolo, ama a vegetação como Demeter, é sabedor e prudente como Zeus; por Pan, pela adoração da natureza, o homem chegará a compreender e a amar todos os outros deuses. E pode bem dizer-se que o triunfo duma nova religião, inimiga da vida, que viera da Judeia, se marcou e afirmou plenamente na noite em que, ao largo da Sicília, um pilôto ouviu bradar à voz misteriosa do céu e do mar: «¡Pan, o grande Pan morreu!». E com êle morriam os deuses...

IV

Para os gregos o mar não era só um dos elementos do mundo; era também e sobretudo um amigo. Convulsionada por cataclismos geológicos, cheia de falhas e afundimentos, a Grécia é um país de costas recortadas ao extremo; sucessivamente, penínsulas e golfos, cabos e baías estendem-se ao

longo do litoral; mar e terra estão intimamente ligados: as ondas penetram até o interior das terras, estas avançam sôbre o mar e recortam-se a um tempo sôbre o azul das águas e o azul do céu. Constantemente o mar acaricia a terra, envolve-a com os seus mil braços, enlaça-a e possui-a; e, a todo o momento ante os olhos do homem, atrai-o, torna-o marinheiro, leva-o, no seu dôrso, às mais distantes praias. Por êle o grego conheceu as terras de estranhos costumes e deuses bárbaros, aportou nos seus navios às costas mais variadas; sulcando-o, viu a beleza das ilhas de mármore que se erguem no horizonte, resplandecendo ao sol, rosadas na aurora e ao cair da tarde; pela aventura do mar, o grego aprendeu a ter a audácia confiante, a dominar, a aproveitar tôdas as coisas favoráveis, a afrontar a tempestade que passa; com firmeza resiste ao embate das ondas e com firmeza pelejará em Maratona contra o Persa; e, cheio de claridade do mar, de glauco das ondas, os seus pensamentos serão claros, mas profundos, como a água, a suprema deusa da inteligência será Atena, a dos olhos garços.

O mar não seria tão belo, não alimentaria o homem, não o levaria aos seus barcos, não estenderia as suas ondas sôbre a areia fina das praias — se não tivesse a governá-lo um grande deus, Poseidone, o rei do mar.

Muitas vezes, quando o mar está calmo, um arrepio ligeiro corre à flôr das águas; foi Poseidone que passou no fundo do mar e se dirigiu ao seu palácio, situado no mais retirado do abismo; outras vezes, o deus vem à superfície contemplar o seu imenso domínio e o homem vê na espuma das vagas, ao longe, a crina dos cavalos que puxam o seu carro de oiro; embora o não distinga, sabe que dentro dêle vai o deus, vestido duma armadura resplandecente, agitando o chicote, segurando na outra mão o tridente, seu sceptro; à aproximação do seu rei, abrem-se, alegres, as águas do mar e as ondas nem sequer salpicam o eixo do carro.

Depois das tempestades, quando o mar se aplaca, foi Poseidone que veiu dominar as ondas desencadeadas pelos ventos e as tornou mansas, permitindo que o homem lhes confie os seus barcos: e, para que o grego saiba que o perigo passou, o companheiro predilecto do Deus, o golfinho filantropo, vem saltar à superficie das águas. Algumas vezes, também, Poseidone, irritado com os homens ou com os deuses, lança o mar alteroso contra a costa, abala os rochedos, corroi-os, derruba os, mostra, acima da água, a cabeleira revolta, a face contraída, vincada pela ira.

Desculpando-lhe as suas cóleras, o grego adoráva-o por todos os benefícios que lhe vinham do mar e prestava culto à beleza dos seus domínios, povoando-os, como fizera com a terra, de mil pequenos deuses, de Ninfas, de Tritões, das Sereias de voz maviosa.

Rei poderoso de tôda a Natureza, gerador de tudo o que vive no mundo, o Amor não podia estar ausente do mar. Anfitrite, espôsa de Poseidone, é a raínha das ondas; ela é, segundo o poeta, «a deusa de olhos azuis», côr das águas, a deusa que faz ouvir o lamento do mar e tôda se cobre de espuma no quebrar da vaga.

As ninfas das ondas, as Nereidas, são as filhas de Nereu, o velho cuja cabeleira branca às vezes aparece no cimo das águas; como seu pai, protector dos marinheiros, elas dão aos homens todos os benefícios do mar.

São a beleza das ondas que vêm do largo rolando molemente, como um claro tecido azul, e se franjam de espuma ao abaterem-se e deslizarem na areia da praia; são a transparência glauca da água que se dobra sôbre si própria; a espuma que se tinge de rosa à primeira luz da manhã e de mil reflexos à hora do poente; o oiro que o sol faz resplandecer sôbre o mar, a poalha luminosa que se agita sôbre a superficie brandamente enrugada; a gracilidade dos movimentos da água, o riso claro que parece levantarse do mar,

nos dias de primavera, quando o céu, ao largo, confunde o seu azul com o azul das ondas; a calma tranqüilidade, a brandura embaladora de certas tardes de outono, quando a serenidade do mar se casa a tôda a doçura das coisas; a carícia que as ondas dão ao navio que as sulca, o chapinhar festivo no costado, a chuva de diamantes da água batida pelo remo, na lucilação do sol; o ruído harmonioso, contínuo, das ondas que batem na costa.

Esta mesmo é habitada pelas Ninfas: escondem-se nas cavernas que o mar cava nas rochas, palpitam sob a areia, protegem as ilhas, flores do mar; elas não são, para o grego, simples abstracções, mas a realidade viva, a projecção sôbre o mar, o belo mar, de tôda a alegria, de todo o amor, de tôda a mocidade radiosa da sua alma; e os seus nomes traduzem o encanto, a harmonia, o ritmo das águas: são Eurímno, Climene, Calirroe, Pasitoe, Eudora, Clitia...

Correspondendo aos Silenos da terra, os Tritões brincam, ligeiros, sôbre as ondas azuis; tendo metade do corpo como os homens, a outra metade é serpeante, ondulante como o movimento das águas. Formam com as Nereidas o cortejo de Anfitrite e Poseidone; amam as ninfas do mar, como os Sátiros seus irmãos perseguem as Náiades e as Driades; e, como êles, o Tritão é cheio de malícia, possuído da divina ironia que o grego estendia a tôdas as coisas e a todos os seres. Á flauta que os sátiros tocam e em cujos sons passa todo o ruído dos bosques agitados pelo vento, o Tritão responde com o búzio sonoro, em cujo interior se acumula e condensa tôda a música do mar; o grego, escutando-a, ouvia a voz alegre, o riso claro das Nereidas, e também, mais longínquo e mais misterioso, o canto das Sereias.

O doce canto, a melodia irresistível, a música suavíssima e perturbante... Foi Ulisses, o facundo e manhoso heroi, o único que o ouviu e pôde regressar à sua pátria; todos os

outros marinheiros que passam junto das Sereias são fascinados pelo canto, pela harmonia das liras e das flautas, e os seus ossos vão juntar-se aos esqueletos que, em montes, cobrem as pedras onde estão as Sereias. Deusas de estranha forma, mixto da ligeireza da ave e do encanto da mulher, elas são o perigo do mar enganador, agora tranqüílo e chão, logo erguendo-se numa fúria e arrebatando homens e navios; são o murmúrio brando das ondas, o azul infinito e puro, a placidez magnífica das águas, a visão de ilhas distantes cobertas de plátanos e loureiros-rosa, o sonho da grande viagem aos países eternamente belos; depois, as tempestades traiçoeiras, o naufrágio, os braços viscosos das ondas que empolgam o marinheiro, a morte... O grego sabia o, o grego sentia a perfídia das águas, mas enquanto houve na Hélade almas que ansiavam pelo desconhecido e a quem tentavam os horisontes longínquos, o mar não deixou de fazer ouvir o canto enganador, ¡mas tão belo!, das suas Sereias.

Se elas não davam ao grego o medo da morte, porque o matavam cantando, embalando o uma última vez na Arte soberana, as fundas cavernas em que o mar brama e espuma, os turbilhões que sorvem os navios, eram para êle monstros horríveis que tinham cometido crimes nefandos e que os deuses castigaram amarrando-os à fealdade e ao horror.

Na costa da Itália, no estreito da Sicília, havia uma grande rocha, lisa e unida, «que nenhum mortal poderia escalar, ainda que tivesse vinte mãos e vinte pés» (*Od.* XII, v. 78); a meio dessa rocha, numa caverna, habitava Scila, a que latia como os cães, e que, com as suas seis cabeças, devorava os tripulantes dos navios que lhe passavam perto; era o justo castigo da sua traição a Niso. E em frente de Scila, outro monstro, Caribdis, engole os navios, leva-os ao fundo do abismo, à negra areia que referve, depois lança-os despedaçados a uma enorme altura.

São as fôrças da Natureza, dominadas pelo homem, pela

sua inteligência, pela sua habilidade; Ulisses, com uma destra manobra, passa entre Scila e Caribdis; e assim será de tudo o que se opuser à livre carreira do homem e que a sua vontade derrubará, para subir cada vez mais alto, na eterna ascenção para a Beleza suprema.

CAPÍTULO SEGUNDO

I

A-pesar-da sua inteligência vivíssima e da sua vontade capaz de abater todos os obstáculos e tôdas as dificuldades, embora tôda a Natureza estivesse povoada de deuses benignos que o protegiam, de génios benevolentes que lhe facilitavam a vida — o grego sentia que, sòzinho, nada poderia contra as fôrças do mundo adversárias da actividade humana.

A colaboração dos outros homens impunha-se-lhe como uma necessidade vital; só pela união de todos, e sem que que ela anule o individualismo característico da sua personalidade, o grego poderia desenvolver plenamente tôdas as qualidades do seu espírito. Na missão sagrada de procurar o caminho da perfeição os outros homens deviam ser os seus companheiros e colaboradores.

Dêste modo surge no grego a idea de consagração do meio social; como a Natureza lhe aparecia sob um aspecto divino, tôdas as modalidades da actividade humana vão ter deuses que as protejam com a sua acção poderosa e bemfeitora. Aos imortais é confiada a missão de fazer prosperar a família e a casa, a tríbo e a file, aos imortais se atribui a concessão dos benefícios que vêm do trabalho agrícola, da indústria, do comércio, da actividade intelectual.

Célula elementar da sociedade, ponto de partida para a formação de corporações cada vez mais vastas, a casa, o lar familiar é para o grego o centro da vida social. Por ela se

assegura a continuidade da raça, essencial para que o homem prospere sôbre a terra e não seja «como as folhas dos carvalhos» que passam e morrem por completo, por ela se manterá íntegra a pureza do sangue; ao lar virá o grego buscar a energia de que necessita para vencer tôdas as dificuldades que o mundo lhe erguer, no carinho do lar poderá melhor sentir a benignidade, a justiça, a sabedoria dos deuses imortais.

Dia e noite, no lar, levanta-se direita e alta a chama do lume; embora o clima da Grécia não seja rigoroso, às vezes a neve cai e o vento da Trácia sopra furiosamente; então a chama cria dentro de casa um doce ambiente, com tôda a família em volta do lar, dá-lhe o consôlo de se saber unida para tôda a vida, de se sentir solidária para além da própria vida; incansável e alegre o fogo arde, crepitando, e comunica a todos a mesma energia ascensional com que a sua chama se eleva; e, ao mesmo tempo, ¡quanta severidade, quanta pureza no fogo! Tudo o que é impuro êle destroi num momento, sem que nada da impureza se lhe comunique: é a mesma chama clara e fulva, a mesma divina scentelha.

Divina, porque o fogo é imortal e a sua pátria é o céu; um bom gigante, Prometeu, o trouxe aos homens e lhes deu com êle todos os benefícios que vêm do lume: o lar confortante e tépido no inverno, a carne que abraça com a sua chama e cujo cheiro alegra o coração de homens e deuses, a relha do arado, as armas que repelem o inimigo.

Perdendo-se a contemplar a chama, o espírito do homem envolve-se no seu colear, segue com ela nesse fluír incessante para mais alto, para o céu que ela tenta atingir; e, um dia, um filósofo a fará *substractum* do mundo, a tomará por geradora e imagem de tôdas as coisas. Antes, porém, que Heraclito pusesse o fogo como base das suas doutrinas, já o grego o tinha divinizado, já tinha apreendido o seu espírito divino, que outra coisa não significa para êle a divinização;

e no fogo, na chama familiar, o grego tinha reconhecido Héstia, a guarda do Lar, casta e pura.

A-pesar-de a considerar como a mais antiga das divindades, de ser o seu altar de Olímpia aquele em que primeiro se sacrificava, o grego fêz do fogo familiar uma deusa e não um deus; e assim consagrou ao mesmo tempo o carinho da mulher pelo Lar, o cuidado feminino que alimenta a chama bendita e que nunca deixa que a última scentelha palpite e se apague sob as cinzas.

Virgem eterna, nem o poder e a fôrça de Poseidone, nem a poesia e encanto físico de Apolo a puderam vencer; puríssima, êle será a melhor guarda do Lar, aquela em que o homem poderá plenamente confiar; e nenhuma divindade mais digna do que ela de colaborar com o chefe da família nos sacrifícios aos deuses domésticos. Ela protege a casa e a família, trará um bom noivo para a filha, dará aos rapazes uma larga vida venturosa; e, por gratidão, por amor a esta deusa tão bela e tão boa, é a ela que se saúda ao entrar e saír de casa, por ela se começa nas preces, a ela, sempre no interior do lar, sempre em contacto estreito com a família se revelam os mais íntimos desejos e as mais fundas aspirações.

A sua imagem por excelência é a chama; deusa supremamente casta, duma pureza inexprimível, raro os artistas a tentaram representar; é possível que para o grego a contemplação das formas humanizadas de Héstia, sugerindo a admiração da Beleza do corpo, fôsse tida como menos respeitosa para a deusa; na mais bela estátua de Héstia que possuímos, a Giustiniani, as pregas severas do vestuário quási nada revelam das suas formas, e tôda a deusa está imóvel, serena e pura: só o braço se levanta para o céu, a pátria de que sentem a nostalgia o fogo e as almas.

Se a mulher cuida do interior da casa e nada poderá substituir a sua constante e carinhosa vigilância, o homem é

o encarregado de a defender contra os ataques dos estranhos, de a amparar contra tôdas as dificuldades da vida. A um deus deve estar, pois, consagrado o que serve para a proteger — o muro, o cercado.

Desde muito cedo que Zeus nos aparece como o defensor da casa, como Herkeios; a casa só se pode sustentar pela inteligência e pela sabedoria do seu chefe — e inteligência e sabedoria só vêm do deus que possui estas qualidades na sua máxima grandeza e as distribui pelos homens.

O seu altar estava colocado no páteo que se encontrava à frente das casas gregas; era o guarda vigilante contra os inimigos, o que primeiro e com benevolência acolhia os amigos. Símbolo da defesa contra os que a podiam prejudicar, Zeus Herkeios era também o símbolo da hospitalidade que a casa oferecia aos que estavam em boas relações com a família; era ofensa que os deuses não perdoavam maltratar um hóspede junto do altar, como também seria castigado com tôda a severidade o que ofendesse junto de Zeus Herkeios o dono da casa.

Nos sacrifícios em honra do deus todos os homens, livres e escravos, se reüniam em volta do altar e a aspersão de água sagrada que sôbre êles fazia o chefe da família, unia e apertava fortemente os laços de fraternidade que tornavam mais suave o viver dos escravos e a todos dava a coragem de lutarem na vida e de lutarem alegremente, cantando, como nas batalhas.

Tôda a alegria do lar vem pelo casamento; e, desde os tempos mais recuados, êste fôra uma instituïção de caracter divino. O primeiro casamento, por onde se modelou o ritual de todos os outros, foi o «casamento sagrado», ἱερὸς γάμος, de Zeus e de Hera; neste casamento de dois irmãos, depois reputado incestuoso, havia a mesma idea de manter a pureza da raça que levava no Egito às uniões consangüíneas nas dinastias faraónicas.

Hera, deusa do casamento, γαμήλιος, sem a virgindade intangível de Héstia ou Palas, é a deusa casta, modêlo de espôsas; Zeus foi o seu primeiro amor e nunca o soube traír; supremamente bela, não tem a graça voluptuosa de Afrodite: é severa e digna, como o grego concebia a espôsa perfeita. O seu corpo é forte e fecundo, assegurando a continuidade da espécie e a sua fidelidade inquebrantável, resistindo a tôdas as tentações, impede que um sangue alheio adultere a pureza da raça.

As contendas que por vezes dividem Zeus e Hera, quando o deus supremo se apaixona por uma ninfa ou uma mortal e abandona o leito conjugal, não são uma prova da concepção grosseira que os gregos faziam dos deuses; são a projecção no céu do que se passava na terra e o desejo de encontrar uma sanção divina para as disputas que agitam o lar; pode parecer estranho que os gregos divinizassem o que quebrava a harmonia familiar — mas era talvez êste o único meio de evitar, fazendo-as simplesmente humanas, que elas tivessem por efeito a separação total e a destruição do lar; marido e mulher reconciliar-se-iam mais fàcilmente, lembrando-se das contendas entre Zeus e Hera e da paz que logo em seguida enchia «o céu de risos, a terra de flores, o mar de ondas de azul e prata».

As diferentes cerimónias nupciais estavam sob a protecção dos deuses; era Héspero, a estrêla da tarde, quem entregava a noiva ao espôso que a esperava ansiosamente, era o deus Himeneu quem presidia aos ritos e regia os coros que entoavam os coros nupciais; Demeter, deusa da fecundidade, abençoava o tálamo conjugal. E sôbre tôdas as cerimónias do casamento pairavam as ideas de piedade e de religião, os homens sentiam-se seguros do seu domínio na terra porque os deuses contemplavam benevolentemente o acto que assegurava a perpetuidade da família.

A época primitiva do casamento grego era no mês de

Gamélio (Janeiro-Fevereiro); no mês de Pianépsio (Outubro--Novembro), uma dupla seara aparecia sôbre a terra: os trigos e as creanças. Novamente os deuses intervinham com a sua acção benfazeja; mal começavam as dores da maternidade, Ilítia surge, levantando a mão direita para animar as parturientes, e estendendo na outra o grande facho luminoso da Vida.

Está garantida a continuidade da família e logo o pai, na festa das Apatúrias, apresenta a creança à pátria e sacrifica a Zeus ou a Atena Fratria. A creança sai assim do domínio exclusivo do lar, entra numa família mais larga que compreendia todos os que pretendiam ter uma origem comum, mas não podiam fixar a sua genealogia. É, como a tribo, de que sabemos muito pouco, a ponte de passagem para a cidade.

Só muito tarde, decorrida a época de esplendor da civilização helénica, se concebeu na Grécia a idea de Estado; e foi um bárbaro, Filipe da Macedónia, aquele que planeou reünir tôdas as cidades gregas sob um domínio único, foi outro bárbaro, Alexandre, o que realizou o pensamento de Filipe. A Grécia só começa, pois, a ser um Estado unificado, sob o govêrno de um imperador, quando vão morrendo as qualidades características do espírito helénico, quando se rompe o equilíbrio que existira na época clássica e se adivinha a aproximação do helenismo.

Até aí o ideal político estivera na cidade; a cidade, com as terras em volta, a indústria dos seus habitantes, o largo campo que se abria à sua actividade comercial para além dos mares, bastava-se a si própria e satisfazia o espírito individualista dos habitantes; mais por êste espírito do que pelas condições geográficas da Grécia, embora estas não sejam de desprezar, se deve explicar esta concepção, totalmente grega, da cidade.

Como o indivíduo se reconhecera impossibilitado de lutar

sòzinho contra tôdas as dificuldades da Vida, a família sentira a necessidade de se ligar a outras famílias, para melhor se defender e mais fàcilmente prosperar. Com a cidade, êsse indispensável «nível de defesa» tinha sido atingido; ela tinha o dinheiro suficiente para armar as frotas que levavam os seus produtos e os trocavam por outros em regiões distantes, para elevar os templos dos deuses, para dar maiores comodidades de vida aos indivíduos, para repelir os ataques das outras cidades; e, quando o inimigo fôsse superior em número, havia, quando necessário — e nem sempre o era, como se provou em Maratona, — o recurso da confederação; finda a luta, cada qual recobraria a sua indepedência.

Alargamento da família, Lar comum de todos os cidadãos, a cidade não podia deixar de estar também sob a protecção dos deuses. No Pritaneu, o fogo de Héstia brilha no lar e as sacerdotizas velam por que êle se não apague nunca; sôbre as muralhas da cidade, como sôbre o muro da casa, vigia incessantemente Zeus Polieus.

Cada cidade tem, porém, um protector especial, particular: em Atenas, a estátua de Palas sôbre a Acrópole dava aos cidadãos a certeza de que a deusa, com a sua grande lança, pelejaria quantas vezes fôssem necessárias para os defender das arremetidas inimigas; em Argos dominava Hera e aí a sua estátua, obra de Policleto, abrigada num templo magnífico, fazia a admiração dos forasteiros; em Tebas, Ares, o deus violento da guerra sem inteligência, da luta brutal, parecia justificar a fama de rudeza intelectual que os beócios tinham por tôda a Grécia.

Se o seu espírito particularista os levava a terem a cidade como limite das suas concepções políticas, os gregos tinham, no entanto, a consciência perfeita da unidade da raça, por oposição ao mundo dos bárbaros; estes mal balbuciavam o grego e os seus costumes eram muito diferentes dos que, com pequenas variantes, caracterizavam todos os helenos.

Esta fraternidade levava-os a, abstraindo dos pequenos deuses particulares a cada cidade e das diferenças de culto ou de invocação, reconhecer a existência dos deuses pan-helénicos e dum centro religioso de tôda a Grécia; se os sacerdotes de Delfos se não tivessem envolvido na política, favorecendo os persas, o templo de Apolo teria sido para a Hélade inteira o que o Pritaneu era para a cidade, o abrigo do fogo sagrado, o logar onde os delegados de todos os estados definiriam as leis pan-helénicas.

Mas os jogos celebrados em Olimpia, em Nemea, no Istmo, em Delfos, em honra dos três grandes deuses de tôda a Hélade, Zeus, Poseidone, Apolo, com os concorrentes que vêm de tôdas as regiões onde se fala o grego, com os espectadores que, ao abrigo da trégua sagrada chegam dos montes de Tessália e do sul da Lacónia, de Mileto e de Siracusa, com a solidariedade por que se sentem ligados, na admiração das belas formas dos atletas, dos movimentos harmoniosos, dos gestos rítmicos, — darão ao grego a noção da unidade do povo helénico. Pela religião, o grego concebe que os homens, embora independentes politicamente, estarão em eterna e íntima ligação, sempre que as suas almas pensarem Beleza e a procurarem realizar sôbre a terra.

*

Para que os deuses sempre dispensem aos homens os seus favores e assim protejam a família, a cidade, a Grécia, é necessário que a alma do crente esteja sem mancha, que o seu espírito não esqueça os grandes preceitos da moral. Reguladores das relações entre os homens, disciplinadores da sociedade, protectores da pureza da família, êles aparecem ao grego como divindades de que virá o bem, no caso de se lhes prestar culto, de que virá o mal, quando se desprezarem.

São Temis, a Justiça, Némesis, a deusa que castiga o desrespeito pelos pais, o abandono dos infelizes, a quebra da hospitalidade, as Erínias que perseguem os assassinos e aparecem assim como as guardas da vida humana, inviolável e sagrada.

Estas deusas, despidas de mitos, são simples e puras como os princípios que representam e implacáveis no castigo do homem que lhes desobedece. Os outros deuses colaboram com elas nessa missão e é o próprio Zeus quem vela sôbre os direitos do hóspede, Hera e Demeter quem castiga a mulher que esquece os seus deveres de espôsa. Eles nunca deixam de punir a acção em que foram postergados os princípios morais; cedo ou tarde, o castigo chega sempre e, se não atinge o próprio culpado, vai caír sôbre a sua descendêndia: a família, na sucessão das gerações, é considerada como um todo culpado, manchado pelo crime de um dos seus membros.

O indivíduo não foge, no entanto, à pena que lhe cabe; depois da morte, a sua alma será julgada nos infernos e, impedida de se dirigir às planícies Elísias, sofrerá no Tártaro os mais horríveis supiícios: Tántalo morria de sêde junto da água, Sísifo rolava o seu calhau que logo descia pela ladeira, Ixione girava, entre chamas, na sua roda de fogo...

Se, porém, os maus são castigados como era de justiça, os bons recebem a sua recompensa, neste mundo ou além-túmulo: envelhecerão tranqüilamente, rodeados duma descendência numerosa, verão prosperar as suas terras ou a sua indústria, aumentarão as suas riquezas; esperarão a morte sem temer, porque sabem que, nos campos de eterna felicidade, nas regiões indeterminadas onde tudo é belo e fácil, lhes está assegurado um logar.

Outra felicidade maior existe para o homem que se abstém do mal; a de sentir que os deuses lhe sorriem, o olham com

benevolência, que uma imensa paz divina o enche pouco e pouco e o penetra até os mais íntimos recessos da alma; há a identificação com a divindade, a concessão pelos imortais do supremo Bem e da suprema Beleza.

Mais por amor dos deuses do que por temor dos seus castigos, o grego atinge uma vida moral superior; o desejo de imitar os deuses que são a perfeição máxima, que se confundem com as Idéas de Justiça, de Bondade e de Beleza, leva-o a despojar-se cada vez mais dos laços que o prendem à vida inferior, a elevar-se, Justo, Bom e Belo, até a contemplação das Verdades imortais.

II

Um dos elementos da felicidade para o homem é o trabalho, manual ou intelectual; por êle a alegria de não ver correr inútilmente o tempo, o orgulho de ter contribuído para o seu bem-estar e para o bem-estar dos seus companheiros. O homem que não trabalha está exposto a todos os vícios e a sua alma não pode alegrar-se com as festas em que os gregos comemoram o trabalho; e de todos os males que vinham ao ocioso era êste, para o povo helénico, o maior de todos: a privação da alegria.

Sendo a Grécia um país em que a cultura da terra é difícil pela grande abundância de montanhas e pela reduzida fertilidade das raras planícies que nela se podem encontrar, e ainda seguindo uma lei natural, os gregos tiveram como primeiras ocupações a caça, a pesca e a creação dos rebanhos.

Como todos os seres sôbre a terra, as aves e os animais bravios têm uma deusa protectora — Artemísia, originária da Arcádia, a região da Grécia menos própria para a agricultura. Ela é, decerto, a deusa caçadora e as suas flechas certeiras nunca falham o alvo; mas tem piedade pelas crias,

protege e salva da morte as fêmeas pejadas, é ela quem impede que os ninhos sejam destruídos. Para caçar também, como a deusa, o homem precisa de lhe prestar culto e de seguir as suas leis de piedade pelos animais, um dos mais fundos sentimentos da alma grega.

A caça, que produz o cansaço físico e tem por teatro a Natureza forte e livre, sob o ar puro dos montes ou na sombra das árvores das florestas, é uma ocupação casta que afasta o homem das relações sexuais. Assim Artemísia é virgem, a mais pura e a mais bela das virgens, protectora dos que conservam a sua castidade; o seu único prazer é a carreira pelos bosques e pelas fragas dos montes, acompanhada pelas ninfas, virgens como ela; despreza o amor e nenhum deus ou mortal a possuíu ou possuirá jámais; ela é a protectora, a amiga de Hipólito, tão casto e tão puro que prefere perder-se a ouvir as palavras tentadoras de Fedra.

O exercício físico dava a Artemísia a mais nobre beleza; era alta, de corpo robusto e perfeito, os seus membros e a sua face resplandeciam de brancura. Á perfeição moral juntava-se a perfeição física e Artemísia era como que um símbolo também do ideal do grego apaixonado dos desportos e cuidadoso da elevação moral; ela é a irmã de Apolo, o deus que melhor representa essa união da Beleza do corpo e da Beleza da alma.

Em Artemísia o grego adorava a vida de plena liberdade sob o belo céu da Grécia, a aventura da perseguição dos animais e a habilidade, a inteligência que levam a construir o arco seguro, as rápidas flechas, as rêdes fortemente tecidas.

Essa mesma liberdade e êsse mesmo engenho encontravam os gregos na pesca; o mar amigo, semeado de ilhas, o mar das Nereidas e dos Tritões, convidava-o à pesca, oferecia-lhes um alimento inesgotável; novamente a Providência divina se revelava ao homem: Proteo, profeta e mago, pastoreia o grande rebanho dos peixes; êle é a vaga, incons-

tante, fugitiva, mudando de forma a cada momento, a vaga límpida como um cristal ou sombria «como um javali furioso». (*Od.* v, v. 455).

Os pescadores amavam o mar, a-pesar-dos perigos e das catástrofes que Glauco lhes profetizava; Glauco, verde do mar e azul do céu, é a divindade que representa para o grego a beleza e os riscos da vida marítima. Fôra um pobre pescador da Eubea, amara de todo o seu coração o belo mar; mas a velhice chegara, inutilizando o para o trabalho, e, de desespêro e saüdade das ondas, Glauco precipitara-se nelas; desde então, incansável, o antigo pescador adverte os modernos de todos os perigos que se encontram no mar, as vagas traiçoeiras, as tempestades súbitas, os baixos que rasgam o corpo dos navios; e ao mesmo tempo, ¡quanta seducção, quanto sonho nos seus olhos garços! A-pesar-de tôdas as suas predições, o grego continuará amigo do mar, os barcos prosseguirão vogando sôbre as ondas azúis.

Mas as populações que não vivem perto da costa têm ainda o recurso da creação de rebanhos. Embora os homens constantemente tenham aperfeiçoado essa arte, ela foi-lhes revelada pelos deuses que primeiro a exerceram; e mister divino era, decerto, porque Apolo, expiando a morte da serpente de Delfos, serve como pastor em casa de Admeto, rei da Tessália.

Houve um deus benfeitor dos homens, como Prometeu, que roubou a Apolo um rebanho e o pastoreou entre os mortais, ensinando-lhes a creação dos animais; êsse deus foi Hermes e o homem deve mostrar-se-lhe grato e prestar-lhe culto, porque dos gados tirará êle todos os recursos de que necessita para a sua vida.

Hermes, como Artemísia, é também originário da Arcádia e aí lhe era prestado culto especial; bem o merecia o deus: êle não se tinha limitado a mostrar ao homem o proveito material que se pode tirar da vida pastoril, revelara-lhe

também os seus encantos espirituais; eram, enquanto os rebanhos pastavam livremente, sob a protecção das ninfas, os longos descansos à sombra das árvores, ao lado das águas das fontes, ouvindo as cigarras e os cantos dos pássaros; era, para que o homem pudesse exprimir pela música os seus sentimentos, a lira que o deus fizera da casca de uma tartaruga, tão harmoniosa que o próprio Apolo a desejara.

E, mais ligeira, mais leve, transportando-se com facilidade, a siringe de Pan sabia modular em brandos sons a imensa placidez do campo, vibrava em notas alegres o canto da manhã, dizia a melancolia dos crepúsculos. Por mercê dos deuses o pastor sentia e cantava a Beleza das coisas.

Deus dos pastores, Hermes, para evitar conflitos entre êles delimitava as pastagens; quando o homem se fixar pela agricultura, Hermes será o deus que protege os campos contra a cobiça do vizinho, o que vigia os marcos que estabelecem os limites das terras cultivadas.

Cortada de montanhas, de vales, de ravinas, com a rocha aflorando freqüentemente, o solo da Grécia apenas nalguns pontos oferecia ao homem facilidades de cultura; nas encostas dos montes, era necessário estabelecer socalcos que impedissem a queda das terras arrastadas pela chuva; nas faldas da montanha, evitar que as águas que se precipitavam dos cumes destruíssem as plantações; nas planícies, assegurar as regas, essenciais nos países de sol ardente como a Grécia. O agricultor, se exceptuarmos a Tessália e a Élida, era obrigado a trabalhar incessantemente para assegurar a produtividade da terra.

E, no entanto, nada havia neste trabalho de pena e de dor; o grego fá-lo alegremente, a terra não é a «dura madrasta» a quem arranca o pão, com o suor do rosto; é a sua colaboradora, a sua amiga, a grande deusa Demeter; se êle tem o trabalho da lavra e da sementeira, ela faz ger-

minar o grão que lhe foi confiado; o camponês monda a seara, abre os regueiros, trabalha de sol a sol; é a terra quem sustenta a grande seara de oiro, a onda admirável dos trigais.

A terra é tão boa, produz frutos tão belos que o homem só pelas festas lhe pode manifestar o seu reconhecimento, a alegria de a trabalhar, de se unir com ela intimamente; e estas festas agricolas eram das mais sagradas para os gregos: em Eleusis, nos Mistérios, o homem, purificado, dizia à terra o seu amor e ela revelava-lhe em paga os grandes segredos de além túmulo; nas Tesmoforias a terra aparecia como aquela que estabelecera as leis *(thesmoi),* que o fizera abandonar a vida errante de pastor e lhe dera a conhecer a alegria do lar fixo, do fogo de Héstia que arde, para sempre, na mesma casa.

Se os trigais alimentam o homem, o vinho dá-lhe a alegria, a doce embriaguês que liberta dos cuidados; o grego adorou, em Dioniso, os bons vinhos de Hélade. Êle ensinou a plantar a vinha, foi o primeiro a esmagar as uvas e a dizer todos os segredos da fabricação do vinho; um ciclo inteiro de festas, desde as Oinoforias até as Dionisíacas, mostrava ao deus a gratidão do homem pela dádiva do vinho.

Por êle o grego atingia, não a embriaguês grosseira, mas um estado de espírito em que se revelava a verdadeira natureza de Dioniso, o deus que dá ao homem o «êxtase creador», o afasta do mundo e o leva ás regiões onde está a eterna Beleza que o grego se não limitará a contemplar, mas procurará traduzir por tôdas as actividades do seu espírito. Êle é Lieu, o libertador, libertador da vida no que êle pode ter de baixamente material, do inimigo do espírito, libertador da morte, no que a morte tem de destruìção, de horroroso para o artista enamorado da grande Vida de Beleza e de Amor. Dioniso não dará apenas ao grego o

drama, leva-lo-á a penetrar os próprios mistérios de além-túmulo.

Embora seja o mais novo de todos os deuses, só com Praxíteles, sob a influência lídia, nos aparece o tipo do adolescente imberbe, de formas elegantes, indecisas entre o efebo e a virgem; e, a-pesar-de ser o deus do vinho, o riso alvar duma embriaguês completamente material, a taça que se inclina e entorna sôbre a mão que já a não sustenta, apenas surgem mais tarde, sobretudo com os romanos; mais uma vez importa não confundir os deuses gregos com os deuses romanos, Baco com Dioniso.

Dioniso é um deus viril, com a face coberta de barba, não o deus que brinca como uma creança; no seu mito não há só a alegria louca da embriaguês, o cortejo ruidoso das Bacantes, os tirsos que se agitam, cobertos de verde folhagem, há também o sofrimento, a paixão, τὰ παθήματα. E a dor de Dioniso é, como veremos, o símbolo da luta entre a Vida plena que êle representava e a vida de sociedade que constrange a livre carreira do homem; pela tragédia, pela orgia, pelo mistério, protegidos ou creados pelo deus, o grego quebrará as peias que o limitam e viverá em Dioniso.

Uma outra grande divindade nos aparece como protectora da «árvore sagrada» dos atenienses: Palas, Palas Atena, é a deusa que acarinha e vigia as oliveiras. Quando Poseidone e Palas disputaram a honra de dar nome à nova cidade, acordaram os deuses em que o faria aquele que oferecesse aos homens um mais útil presente; o deus do mar bateu com o tridente poderoso no solo e logo surgiu um cavalo, o nobre cavalo amigo do homem; então Atena, a forte virgem, fêz um gesto e a oliveira apareceu, com a sua folhagem cinzenta e os frutos de que os homens tirarão, ensinados pela deusa, o azeite doirado.

Nenhum grego cortaria uma oliveira; só o persa, quando os edifícios da Acrópole forem apenas uma ruína fumegante,

poderá incendiar a árvore sacrossanta; mas é inútil a fúria do bárbaro: logo a oliveira reverdece — e os persas sofrerão em Salamina o castigo da deusa; durante a guerra do Peloponeso, os lacedemónios, que destruíam os campos e incendiavam as aldeias, respeitaram as oliveiras sagradas.

*

Dêste modo protegida por Palas, a oliveira prospera em tôda a Ática e, desde o tempo de Sólone, o azeite produzido excedia em muito o consumo da cidade: a exportação surgia como conseqüência necessária e, provocado por ela, dá-se um rápido progresso na indústria da cerâmica. O azeite ateniense era exportado em vasos de trabalho admirável em que se uniam as mais finas qualidades do espírito helénico; o ceramista sabia dispor no bojo das ânforas pinturas de mitos, deuses e heróis, tôdas as scenas da fábula; sabia pintar os quadros da vida quotidiana, o trabalho agrícola, a indústria, o comércio, festas e banquetes; fixava o encanto da natureza em pequeninas scenas, a chegada da primavera com a primeira andorinha que surge, as árvores carregadas de fruto, os animais bravios e domésticos.

As oficinas rivalizavam umas com as outras, multiplicavam-se, e em breve todo um bairro, o Cerâmico, se encheu de belas curvas de vasos, do vermelhar da chama dos fornos, do ruído rápido das rodas rodando. E, juntando, por uma íntima necessidade do seu espírito, o útil e o belo, o grego fêz da cerâmica uma arte; estabelecem-se concursos e, como no vaso da Col. Caputi, Atena coroava os vencedores.

Palas Atena é, de facto, a protectora da indústria, qualquer que ela seja; a deusa inventara a roda do oleiro e tinha fabricado os primeiros vasos; dera ao carpinteiro os seus instrumentos de trabalho; ao construtor naval ensinara a ajustar as tábuas do costado, a erguer os mastros, a talhar

as velas; à mulher concedera Palas a dádiva admirável do tear; por êle a deusa levará a mulher a cuidar do lar, vestindo o marido e os filhos, e a guardar a castidade, fiando, como Penélope, a teia interminável...

Em Palas Atena nós vamos encontrar o espírito inventivo, a habilidade, a viveza ateniense; a sua inteligência não é, como a de Zeus, a vasta inteligência que governa o mundo e abraça os grandes conjuntos, calma e magestosa; é a inteligência viva, interessando-se em todos os pormenores, encontrando uma solução para tôdas as dificuldades, um recurso para vencer todos os obstáculos; é a inteligência de Ulisses, fina e arguta, a habilidade que o leva sem perigo entre Scila e Caribdis e o salva da caverna de Polifemo, a inventiva que sugere o cavalo de Troia e tôdas as histórias em que é fértil o herói, o domínio de si próprio que Ulisses mostra na cabana de Eumeu, o divino porqueiro.

Esta é uma das faces do espírito helénico, a de penetração da vida do dia a dia, o gôsto da observação e da análise, a arte de Aristófanes e a dialética de Sócrates; mas, nem Aristófanes é um vulgar chocarreiro, nem Sócrates um sofista: ambos sabem abstrair e generalizar; do mesmo modo Atena é a deusa da abstracção e da sciência.

Os seus olhos claros, se servem para claramente ver o mundo, exprimem também a meditação, o desprendimento dêsse mesmo mundo, a abstracção; o seu companheiro, o mocho, tem o ar trocista, irónico, de quem observa as acções do homem em tôdas as suas minúcias e as vê, por vezes, singularmente estranhas; mas, silencioso e imóvel no ramo duma oliveira, cinzento sôbre cinzento, o olhar glauco perdido numa contemplação longínqua, o mocho medita... E, como êle, meditavam poetas e filósofos, geómetras e escultores.

Deusa da abstracção, Palas aparecia ao grego como a Virgem eterna, aquela que nunca conhecera o amor e ima-

culada vivia, como imaculada nascera do cérebro de Zens; ninguém possuira a sua bela nudez e Tirésias é castigado com a cegueira por ter visto, brancas e puras, as formas da deusa; o seu templo é o Partenone, o Virginal.

Palas, deusa da sciência, ama as viagens; ela deu aos homens os navios e, à proa das embarcações ela mesma as dirigia, desviando-as dos escolhos que o seu infalível olhar descobria, salvando-as do naufrágio, levando-as a bom porto. E protegia, então, a troca das mercadorias que levava o navio, as diferentes operações comerciais.

Desde muito cedo que os gregos não se contentaram em negociar apenas com os seus vizinhos; êles sabiam que para além dos mares outros mercados se lhe ofereciam mais rendosos: e, como a aventura os não atemorizava, depressa os seus navios sulcaram o mar.

O mar não envolvia para o grego a ideia do Oceano ilimitado, imenso, com dias e dias de navegação só entre céu e água, com a contínua nostalgia da terra. Os navios que saíam ao amanhecer dum porto, à tardinha amainavam as velas e recolhiam os remos noutro porto; de baía em baía e de ilha em ilha, a navegação oferecia riscos muito diminutos; depois o grego sabia escolher o tempo conveniente: já o velho Hesíodo aconselhara que durante o inverno o leme estivesse suspenso junto da lareira; os barcos só rolavam de novo ao mar quando voltava a primavera e floriam as águas azuis.

A-par-de Palas Atena, outro deus aparece protegendo o comércio: Hermes; o deus dos pastores, guiando-os com o caduceu, conduzia os rebanhos duma a outra pastagem, pelos caminhos das planícies ou pelas veredas ásperas da montanha; sob a protecção do deus, ovelhas e cabras ladeavam os precipícios, desciam íngremes rampas, pulavam sôbre as rochas — e êle não deixava que nenhuma caísse e se perdesse. Era êle o designado para conduzir o comerciante

sôbre a rota do mar, para o proteger no trato com os estrangeiros, para o cobrir também de benefícios nas pequenas lojas das cidades; a maneira como eram geralmente adquiridos os ganhos dos comerciantes e ainda o facto de os arcádios da época histórica não terem um culto excessivo pela honestidade, contribuíram para que Hermes fôsse depois tomado, grosseiramente, como deus dos ladrões.

As viagens longínquas, pondo o grego em contacto com civilizações muito antigas ao lado das quais a Grécia era um país jovem, davam ao seu espírito horizontes mais largos e o conhecimento da sciência acumulada pelos astrónomos da Caldeia ou pelos sacerdotes egípcios; Heródoto ficara como o tipo do viajante infatigável e nos seus livros deixara a recordação das maravilhas do Egipto, da Pérsia, da Fenícia, da Assíria; Tales, segundo se dizia, viajara no Egipto e talvez daí trouxesse a sua ideia da água, *substractum* e origem das coisas; Platão percorreu também o Egipto, admirou lhe a antigüidade, recolheu a tradição de Atlântida, por diferentes vezes dêle se lembrou nas suas obras.

Os espectáculos novos, os monumentos estranhos, os costumes tão diferentes dos gregos, o mar tão diverso de aspectos, a beleza das ilhas brancas e rosadas — tudo contribuía para ir aumentando e cultivando no grego a sua sensibilidade natural; e a sensibilidade tem no espírito grego a máxima importância, dá ao povo helénico o amor das coisas belas, da natureza, da vida, da alegria, de tudo o que é ritmado e harmónico, com uma intensidade e uma profundidade que, com êles, para sempre desapareceram da terra.

Um deus, um deus radioso, inteligente e belo, tendo o esplendor do sol no corpo e na alma, une na Grécia a sensibilidade e a compreensão, a estética e a lógica; êste deus é Apolo, Febo, «o brilhante».

Os gregos tinham-no feito filho de Zeus e de Leto, a Noite; Zeus, pelo seu poder de deus supremo, pelo seu génio

e pelo seu amor, creara da própria noite o deus da luz; do espírito obscurecido, das trevas da insensibilidade e da ignorância, pelo esfôrço da inteligência e pelo amor, surgirão as obras de saber e de arte.

Mal viera à luz do dia, na ilha de Delos, a clara, tôda a terra em volta ficara «florida de oiro», os prados mais verdes e as árvores mais belas; o mar desdobrara ao sol glorioso ondas de puro azul; e todo o céu se banhara e radiara na luz imortal.

Logo de início o deus tivera o amor das coisas belas e o desgôsto da fealdade; adolescente, ama Dafne, a ninfa formosa entre tôdas, e o loureiro esbelto em que ela se transformara; depois, desce do Olimpo e, nas faldas do Parnaso, mata uma serpente de colear monstruoso que as flechas de Hefesto abatem certeiras; manchado pela morte, o deus purifica-se pela expiação, servindo em casa de Admeto.

A ideia de pureza anda sempre ligada a Apolo; não é a pureza física, porque são inúmeros os amores do deus; é a pureza de alma e a pureza de inteligência que tinha Fídias esculpindo o friso do Partenone ou Platão compondo o *Fedro;* é a candidez íntima que faz o artista querido dos deuses.

E Apolo é, sobretudo, um deus artista; ninguém como êle pode inspirar os citaredos, ninguém como êle tira das cordas retensas as divinas harmonias que derramam a suavidade e a calma no espírito do homem; ninguém como êle dará ao poeta o verso de oiro que diz as guerras dos heróis, o cêrco de Troia e a expedição longínqua dos argonautas, a estrofe ardente e terna que canta a alegria de amar e as rosas das coroas, as pombas e as abelhas; e é êle ainda que ritma as dansas sagradas e encadeia na música o movimento dos corpos.

Assim Apolo é o Musageta, o que conduz as musas, amigas dos artistas; elas são Oréades e habitam nos montes

da Trácia ou nos cimos do Helicone; trazem ao poeta, com o ar puro das montanhas, com a sua virgindade radiosa, a inspiração que produz os versos frescos e jóvens; dão ao pensador a possibilidade de, erguendo uma sôbre outra as suas concepções, subir tão alto, mais alto ainda que os cumes dos montes; e regem, com a sua graça e o seu encanto, tôda a vida do espírito; Clio, Euterpe, Melpómene, Urânia, Polímnia, Terpsícore, Calíope, Tália, Érato, divino côro das musas, elas foram as companheiras de quantos crearam beleza sob o céu da Grécia, de quantos se embalaram no ritmo dos dáctilos, na cadência da prosa, na música das esferas.

Artista, Apolo sente uma imensa piedade por todos os seres; o mais culpado, desde que em seu coração se arrependa, encontra em Apolo acolhimento e perdão; pela sua graça fogem as Erínias furiosas e se aplaca a cólera dos outros deuses; êle é para o grego o purificador de todos os crimes, o deus καθάρσιος, e purifica pelo amor, pela contemplação do bem, pela adoração do belo.

Deus de misericórdia, a sua piedade salva dos males físicos como dos males morais; a medicina surgirá dos seus ensinamentos, Asclépios, o deus de Epidauro, é filho de Apolo e dêle herdou sciência e carinho.

Muitos dos males, porém, que assaltam e atormentam os homens se poderiam evitar se estes soubessem o que os aguarda, se pudessem penetrar o futuro; mais essa dádiva se deve a Apolo, o que primeiro praticou a arte da adivinhação; era seu companheiro o corvo, a ave profética, e a Delfos, de todo o mundo grego, se ia consultar a Pitonisa inspirada pelo deus.

(Continúa)

AGOSTINHO DA SILVA.

(Subsidiado pela Junta de Educação Nacional)

DOUTOR TEÓFILO BRAGA, MUSICÓLOGO

A individualidade do eminente açoreano doutor Joaquim Teófilo Braga, sugere interessantes estudos e notícias conducentes à biografia crítica do homem, do escritor e do artista.

Do homem apontam-se factos evidenciando a integridade e sensibilidade do seu carácter.

Do escritor é necessário averiguar as circunstâncias em que foram elaborados seus estudos, factor importante para consciente apreciação.

Do artista que desenhou admirável e pacientemente pergaminhadas encadernações, e esculpiu em madeira com manifesta habilidade, julgou mestre António Augusto Gonçalves para o *In Memoriam do doutor Teófilo Braga*. Do artista, como musicólogo, jàmais foi apreciado embora existam materiais curiosos, quasi desapercebidos. Teófilo Braga confessou como lhe fôra despertado o gôsto pela música na sua infância. Depois leu atento musicografias. Averiguou da vida dos maestros e dos «motivos» de suas composições. Freqüentou o salão da senhora Condessa de Proença-a-Velha rodeado de gente grada marcando o escol literário e artístico duma época. Freqüentou o teatro de São Carlos, não como «virtuoso», na expressão musical do vocábulo, mas como estudioso na avidez de conhecer diversas modalidades interpretativas do mesmo argumento. Para o seu espírito a música foi «um documento». Documento preciso à sua consciente actividade literária. Documento que o levou às ma-

tinas da quinta feira maior na igreja de São Domingos, como o atraíu à igreja dos Mártires a música sacra, isto com pasmo e quiçá íntimo protesto dos iconoclastas anti-religiosos.

Na biblioteca do persistente investigador existe uma colecção importante de partituras: — *Otelo* e *Fausto, Guillaume Tell* e *Norma, Lohengrin* e *L'Ebrea, Ugonotti* e muitas outras óperas, algumas tendo apensas as correspondentes partes para cada instrumento de orquestra. Também de musicógrafos possuía mestre Teófilo Braga curiosa colecção comprovada pelo indículo incluído neste repositório de apontamentos carreados para outrem, com proficiência, estudar e criticar o musicólogo.

Mercês-Sintra, Outubro de 1929.

ALVARO NÉVES.

I — INFLUÊNCIA DA MÚSICA EM TEÓFILO

«A música formára-lhe a alma em menino. À igreja matriz ia ouvir com freqüência os oratórios e matinas do P. Serrão, mestre de capela.

«Eu tinha ouvido cantar tôdas as *matinas* de Serrão, desde 1854 a 1860, dos meus onze aos dezasete anos. Estava em um estado de espírito sob a pressão de uma madrasta que me brutalizava, e a forçada concentração subjectiva fazia-me sentir o encanto consolador daquela música. Não estava em idade de compreendê-la; mas é certo que, em todos os transes da vida, nunca se me apagaram aquelas reminescências vivas, nem se extinguiu a sua ressonância psíquica» — *Joaquim Silvestre Serrão e a música religiosa em Portugal:* «... ainda me canta na alma o solo do tenor — (Quæ est ista, quæ ascendit sicut luna), seguindo-se um grande coral com expressão de assombro; e o versículo *Electa,* em coros, sucedendo-se como a repercurtirem-se no

empíreo, nas *Matinas da Conceição*. Recordo-me sempre com comoção de um solo de tiple, de uma ternura incomparável, destacando-se da chusma — «on vos omnes qui transitis», em que a frase «si est dolor simili» suscita na melodia uma expressão pungentíssima. Nas *Matinas de San Sebastião*, nunca ouvi o solo de basso — *descendit in foveam* que não visse como que representada a descensão do corpo inerte do mártir ao fundo da cova lôbrega e escura. O compositor era aqui, nestes efeitos descritivos, um poeta. No Convento das Freiras da Esperança, ouvi bastantes vezes cantada a antífona *Sub tuum præsidium* com a mais empolgante ternura das vozes femininas, dando à emoção religiosa a completa efusão da piedade». (Cf. A. do Prado Coelho — *Teófilo Braga, Subsídio para a história literária contemporânea, com documentos inéditos*. Tip. Eduardo Simões & C.ª Lisboa, 1921).

II — OUTRO DEPOIMENTO

«Terminado o curso do liceu, e sofrida a depressão afétiva do seu primeiro amor, o sombrio ambiente doméstico levava-o a um estado de neurasténico, que freqüente na sua idade, leva por vezes fàcilmente ao suicídio.

«A música religiosa do insigne compositor Joaquim Silvestre Serrão, que êle ouvira desde 1852, trouxe-lhe uma grande serenidade de espírito. Essas matinas de quarta, quinta e sexta-feira santa, da Conceição e de S. Sebastião, eram cantadas pelas mais belas vozes dos tenores António de Miranda e Francisco Horta e pelos baixos profundos, os dois irmãos Amarais e alguns seus condiscípulos como os Monte Bastos (Manuel e António) davam um extraordinário relêvo aos efeitos descritivos da música e do sentimento emocionante.

«Serrão executava no órgão suas composições, possuído

do espírito dos grandes mestres clássicos Haendel, Haydn, Sebastião Bach, e Pergolesi. Acordou-se no espírito de Teófilo um novo estado mental que mais tarde nos revela nos estudos críticos de música, no interêsse pela música portuguesa e pela revelação da Canção popular.

. . . . . .

«Estas impressões determinaram as suas leituras de musicografia; fornecendo apontamentos a Joaquim de Vasconcelos para *Os Musicos Portugueses* acêrca de D. Francisco Manuel de Melo, Jorge de Montemor, etc. Depois conferências sôbre o *Stabat* de Pergolese; acêrca de Beethowen, de Schumann; e em especial uma conferência biográfica de Serrão na Academia de Estudos Livres. (*Mocidade de Theophilo. Subsidios bio-bibliographicos para o estudo da obra de Theophilo Braga* por Francisco Maria Supico.—Lisboa, Instituto Theophileano, 1920).

«em Lisboa... Assisti ás matinas de quinta-feira maior na igreja de São Domingos, e achei um pensamento único naquele turbilhão de harmonia. O acompanhamento era bom, ainda que não está em uso o órgão nestas solenidades. As rabequinhas acostumam os músicos a guincharem». (*Mocidade de Teophilo,* ob. cit.).

III — TEÓFILO BRAGA NO «SALÃO» DA CONDESSA DE PROENÇA-A-VELHA

«A vida de Lisboa ia entrar no seu período de agitada decadência.

«Áparte deslumbrantes festas que nela marcavam momentâneas notas de fulgor, restava-lhe, como trono de um pontificado artístico, intelectual e mundano, o salão da Condessa de Proença-a-Velha».

«¡Como eu relembro as horas ali passadas!

«A ilustre titular, artista admirável, cantava o «lied» deli-

ciosamente. E ás suas salas acorria, presurosa e enlevada, uma assistência severamente escolhida de intelectuais e de artistas.

. . . . . .

«Teófilo Braga era um dos mais ilustres e dos mais assíduos freqüentadores do «salão» da Condessa.

. . . . . .

«A voz do Mestre era escutada e respeitada; as suas palavras eram ouvidas n'um silêncio reverente; e, quando êle entrava, baixo, sorrindo a uns e outros com uma meia humildade feita de bonomia, não de servilismo, havia naquele grupo, que estava longe de ser uma reünião de mediocridades, essa indefinível sensação que provoca sempre em tais meios a entrada de — Alguém.

«Em plena monarquia, e num requintado centro que era marcadamente monárquico, por situação, por sentimento, por índole, Teófilo Braga era querido com uma espécie de veneração, que o seu vasto saber, o seu alto mérito, e a sua encantadora modéstia, lhe conquistavam sem discussão.

. . . . . .

«Acusam Teófilo Braga de não ter sido dotado duma grande sensibilidade artística.

«... por não dispor de mais seguros elementos, e para me não alongar em teses abstractivas de duvidoso interêsse tomarei como assente que Teófilo Braga não tinha, na verdade, uma sensibilidade artística muito apurada; — e passo a apontar uma forte excepção a essa regra, excepção que eu mesmo conheci de perto.

«Refiro-me à verdadeira paixão que Teófilo Braga tinha pela música.

«Com efeito a única distracção que êle concedia ao seu atarefadíssimo espírito, o único desvio que êle consentia à sua atenção permanentemente voltada para o estudo, — e a única extravagância que êle permitia ao seu modesto orça-

mento, eram essas horas repousantes de São Carlos, para onde ia, enroupado na sua velha casaca, assinante fiel duma friza, abstraír-se de tôdas as obsessões no encanto suavisador da música. Incapaz de ser superficial em nada do que ao seu espírito interessasse, Teófilo Braga foi adquirindo em música vastos conhecimentos que fariam honra a muitos amadores... e talvez inveja a muitos profissionais...

«E é de notar que êsses conhecimentos, — que iam de autores, obras e escolas, até noções de harmonia e mesmo de orquestração, — eram, creio poder afirmá-lo, exclusivamente teóricos.

«Teófilo Braga não teve, que eu saiba, o seu «violon d'Ingres»... (Cf. Olga de Morais Sarmento — *Theophilo Braga, Notas e Commentarios.* Lisboa, 1925).

IV — OPINIÃO DE TEÓFILO ACÊRCA DA MÚSICA

«Sôbre música diz que ela é, para o seu espírito, um documento. Não é um emocionista. Admira os que compõem ideas musicais. Distingue o vocalista do instrumentista. A voz humana é a melhor definidora das paixões, dá melhor, do que todos os acordes, a carícia e o grito, a dor e o amor, a cólera e a ternura. Os compositores, geralmente abafam as vozes, quando a sua missão é auxiliá-las e dar o comentário à frase. Os maiores compositores são os que mais servem a evolução para onde caminha a música.

«Berlioz foi o primeiro que compreendeu que um instrumento tem tintas no seu timbre; Gluck foi o que começou a dar à voz a supremacia que lhe competia. O drama da paixão vem com Mozart e Beethowen e Weber. Wagner fêz a síntese. Veio a Canção do século XII até ao século XIX, saindo dos esgotados moldes italianos.

«Agora há um mundo novo a conquistar: a expressão!

«A raça, os sentimentos religiosos, a nacionalidade, todas

estas cousas podem ser expressas em música. Os compositores só procuram efeitos. Por isso não se contenta com nenhum, admirando, no entanto, com os que já disse, Schumann e Schubert, que acordaram a canção Germânica, Weber, Haydn, o puro, e Gluck, mas repugna-lhe Verdi. É necessário dar a vida através as cousas, e, quando ouve música, é para sentir a linguagem do inefável e não para lisongear os ouvidos». (Cf. *Illustração Portuguesa*, n.º 1. Lisboa, Fevereiro de 1906).

V — TEÓFILO E A MÚSICA SACRA

«Ao entrarmos um dia na nossa aula de literatura portuguesa, que o Mestre então regia, ficámos estarrecidos todos e alguns dos meus colegas mesmo um pouco apalermados quando êle dispara, sem mais preambulos, esta horribilíssima bujarda: — «a revoada dos nossos grandes oradores, na cátedra como no púlpito, no foro como na tribuna parlamentar, foi-se de todo. Ontem fui à missa aos Mártires, ouvi prègar o célebre arcebispo de Évora e, com franqueza, não gostei». Os rapazes, ouvindo da própria bôca do mestre a afirmação de que êle tinha ido à missa, ficaram surpreendidos. Mas mestre Teófilo depois de ter gulosamente gozado êste enleio explicou-lhes com o sorriso meio sério de que usava muito que, efectivamente tendo sabido pelos jornais que na igreja dos Mártires se executava uma composição minha, uma missa de extraordinárias proporções que eu havia escrito para determinada festividade naquela igreja, tinha ido à hora anunciada colocar-se entre o povo que enchia literalmente o vasto templo do Chiado e tinha assistido à solenidade referida, do principio até ao fim como se bom cristão fôsse». (Tomás Borba — *Uma romança, um coro e um bailado*, artigo no *Diário de Notícias*, de Lisboa, 14 de Outubro de 1928).

VI — SUA BIBLIOTECA DE MUSICÓLOGO

Adolphe *Adam* — Derniers souvenirs d'un musicien. Paris 1859.

Adolphe *Adam* — Souvenirs d'un musicien. Paris 1868.

E. *Baurnann* — Les grandes formes de la musique, C. Saint-Saëns. Paris 1905.

Camille *Bellaigre* — Psychologie musicale. Paris 1893.

Camille *Bellaigne* — Impressions musicales et littéraires. Paris.

Camille *Bellaigne* — Études musicales. II serie. Paris.

Alfredo *Bensaude* — Uma concepção evolucionista da música. As canções de F. Schubert. Lisboa 1905.

L.-P. *Brinn'Gaubast* et Ed. *Barthélemy* — La Tétralogie de l'Anneau du Nibulung. Richard Wagner. Paris 1894.

L.-P. *Brinn'Gaubast* et Ed. *Barthélemy* — Richard Wagner — « Les maîtres chanteurs de Nürnberg ». Paris 1896.

H. Blaze de *Bury* — Musiciens contemporains. Paris 1856.

H. A. *Carlos* — A notação musical. Rio de Janeiro 1909.

Manuel P. P. d'A. *Carvalhaes* — Marcos de Portugal na sua música dramática. Históricas investigações. Lisboa 1910.

Pinho de *Carvalho*, Tinop — História do fado. Lisboa 1903.

Castil-Blaze — L'Opera italiene de 1548 á 1856. Paris 1856.

Gustave *Chouquet* — Histoire de la musique dramatique en France. Paris 1873.

Felix *Clément* — Histoire générale de la musique religieuse depuis ses origines jusqu'à nos jours. Paris 1877.

Felix *Clément* — Les musiciens célèbres depuis le seizième siècle jusqu'à nos jours. Paris 1868.

Ruy *Coelho* — Carta a um compositor célebre. Factos para a história da arte em Portugal. Lisboa 1915.

J. *Combarieu* — La musique, ses lois, son evolution. Paris 1907.

Rodrigo Ferreira da *Costa* — Pincipios de musica ou exposição methodica das doutrinas da sua composição e execução. Lisboa 1820-1824.

F. *Crozet* — Revue de la musique dramatique en France, contenant un Essai abrégé de l'histoire de l'opéra; des Notices, par ordre alphabètique, de tous les opéras ou opéras-comiques qui ont été représentés en France sur nos divers théatres lyriques, y compris le Theatre Italien, et enfin des Notices, aussi par ordre alphabètique, des compositeurs dont les œuvres ont été représentés en France, avec la liste de tous leurs ouvrages. Grenoble 1867.

Ernest *David* — La vie et les œuvres de Jean Sébastien Bach. Sa famille, ses élèves, ses contemporains. Paris 1882.

G. *Desnoiresterres* — Gluck et Piccini. Paris 1875.

Frères *Escudier* — Rossini, sa vie et ses œuvres. Paris 1854.

Marie et Leon *Escudier* — Vie et aventures des cantatrices célèbres, précédées des musiciens de l'Empire et suivies de la vie anecdotique de Paganini. Paris 1856.

F. J. *Fétis* — Biographie universelle des musiciens et Bibliographie générale de la musique. Paris 1860.

Henriette *Fuchs* — L'Opéra et le drame musical. Paris 1887.

Gaumann — Les grandes formes de la musique.

J. *Gavarret* — Phenomenes physiques de la phonation. Paris 1877.

J. Reis *Gomes* — A musica e o theatro. Lisboa 1919.

H. *Hignard* — Les hymnes homériques. Paris 1864.

E. *Hippeau* — Berlioz intime. Paris 1889.

Illustraccion musical. Madrid.

Marie *Jaëll* — La musique et la psychophysiologie. Paris 1896.

Charles *Lalo* — Esquisse d'une esthetique musicale scientifique. Paris 1908.

Michel Angelo *Lambertini* — O museu instrumental e as minhas relações com o estado. Lisboa 1913.

Michel Angelo *Lambertini* — Chansons et instruments, renseignements pour l'étude du folk-lore portugais. Lisboa 1902.

Auguste *Laugel* — La voix, l'oreille et la musique. Paris 1867.

A. *Lassale* — Les Treize salles de l'opéra. Paris 1875.

H. *Lichtenberger* — Richard Wagner, poete et penseur. Paris 1907.

F. *Marcillac* — Histoire de la musique moderne et des musiciens célèbres en Italie, en Allemagne, et en France, depuis l'ère chrétienne jusqu'à nous jours. Paris 1876.

A. *Marmontel* — Eléments d'esthétique musicale et considérations sur le Beau dans les arts. Paris 1884.

A. *Marmontel* — Histoire du piano et de ses origines, influence de la facture sur le style des compositeurs et des virtuoses. Paris 1885.

Adelino A. das Neves e *Melo* — Musicas e canções populares colligidas da tradição. Lisboa 1892.

Mendelssohn — Lettres inédites. Traduction par A. Rolland. Paris.

Rafael *Matjana* — Discantes y contrapuntos. Valencia.

W. A. *Mozart* — Lettres. Traduction de Henry Curzon. Paris 1888.

Emil *Naumann* — The History of Music. London.

Georges *Noufflard* — Richard Wagner d'après lui-même. Paris 1885.

Naylor — Shakespeare and music. London 1896.

Julio *Neuparth* — Os grandes periodos da musica, breve resumo da historia geral da musica desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. Lisboa 1911.

F. *Pedrell* — Musicalerías. Valencia.

A. *Pougin* — Verdi. Histoire anedotique de sa vie. Paris 1886.

J. G. *Prod'homme* — Hector Berlioz. Paris.

Condessa de *Proença-a-Velha* — Os nossos poetas. Melodias portuguesas. I Eccos do passado. Lisboa 1904.

[Condessa de *Proença-a-Velha*] *Grisalde* — Musica portuguesa.

Aug. *Reissmann* — Illustrirte geschichte der deutschen musik. Leipzig 1892.

Ernest *Reyer* — Notes de musique. Paris 1875.

José Julio *Rodrigues* — A musica de Wagner. Tendencias da arte moderna e do theatro wagneriano. Lohengrin, Tannhaüser, Walkiria. Lisboa 1898.

Romain *Rolland* — Vie de Beethoven. Paris 1907.

Rossini — Essai de litterature musical concernent l'origine, les progrés et le revolution de la musique italienne. Ratisbonne, 1829.

B. V. Moreira de *Sá* — Artigos de critica musical. Porto 1882.

B. V. Moreira de *Sá* — Palestras musicais e pedagógicas. Pôrto.

Camille *Saint-Saëns* — Harmonie et mélodie. Paris 1885.

L. *Schneider* et M. *Mareschal* — Schumann. Paris 1905.

Edouard *Schuré* — Le drame musical.

P. *Scudo* — La musique ancienne et moderne. Paris 1854.

P. *Scudo* — Critique et litterature musicales. Paris 1856--1859.

P. *Scudo* — L'Année musicale (1.°, 2.° et 3.° anos). Paris 1860-1862.

L. S. *Silvestri* — Della vita e delle opere di Giachino Rossini. Milano 1874.

Albert *Soubies* — Histoire de la musique. Bohême. Paris 1898.

Stendhal — Vie de Rossini. Paris 1864.

Stendhal — Vies de Haydn, de Mozart, et de Métastase. Paris 1868.

A. *Thurner* — Les transformations de l'opéra-comique. Paris 1875.

Domingos de S. José *Varella* — Compendio de musica theorica e pratica, que contêm breve instrucção para tirar musica. Porto 1806.

Joaquim de *Vasconcellos* — Os musicos portugueses. Biographia-Bibliographia. Porto 1870.

Joaquim de *Vasconcellos* — El-Rey D. João o 4.º. Porto 1900.

[Joaquim de *Vasconcellos*] — Primeira parte do Index da livraria de musica do muyto alto e poderoso Rey Dom João o IV, nosso Senhor. Anno 1649. Porto 1874.

Ernesto *Vieira* — Diccionario Biographico de musicos portugueses. Historia e bibliographia da musica em Portugal. Lisboa 1900.

Luigi A. *Villari* — Jacopo Rossini. Cosenza 1886.

Sousa *Viterbo* — A livraria de musica de D. João IV e o seu Index, noticia historica e documental. Lisboa 1900.

VII — MUSICOGRAFIA TEOFILIANA

— *Historia da poesia popular portugueza.* Porto. Tip. Lusitana, 1867.

— *Cancioneiro popular. Colligido da Tradição.* Coimbra, Imp. da Universidade 1867.

— *Cantos populares do archipelago açoreano.* Pôrto 1869.

— *Floresta de varios romances.* Pôrto. Tip. da Livraria Nacional 1869.

— *Historia do theatro portuguez. Seculo XVIII. A baixa comedia e a opera.* Pôrto, Imprensa Portuguesa, 1871.

— *Manual da historia da literatura portuguesa desde as*

suas origens até ao presente. Pôrto, Imp. Literário-Comercial, 1875.

—*Cantos populares do Brazil*, coligidos pelo Dr. Sílvio Romero, acompanhados de Introdução e notas comprovativas por Theophilo Braga. Lisboa, Nova livraria internacional-editora, 1883.

— *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa. Livraria Ferreira-editora, 1885.

— *O Folk-lore*. Espozende 1893.

—*Cancioneiro de musicas populares,* para canto e piano por Cesar das Neves, coordenada a parte poética por Gualdino de Campos, prefaciado por Teófilo Braga. Pôrto 1893.

— *Os nossos poetas. Melodias portuguesas.* I. *Eccos do Passado,* pela Condessa de Proença-a-Velha. Lisboa MXMVIII.

—*Joaquim Silvestre Serrão e a musica religiosa*. Lisboa 1906.

A. N.

OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL(1)

§ 3.º

Relações económicas desde a fundação da monarquia até 1400

Nos primeiros anos da monarquia a nossa actividade comercial não devia ter sido muito intensa, em virtude do esfôrço contínuo dos Portugueses para alargarem os seus territórios para o Sul e para se defenderem das arremetidas leonesas. As necessidades da guerra absorviam naturalmente grande parte das energias, e durante os poucos intervalos da paz os homens entregavam-se ao labor dos campos que produziam os géneros mais necessários à vida; além disso a escassez de uma população freqüentemente dizimada pelas lutas internas e externas e às vezes por fomes e epidemias (2) não permitia arrotear a maior parte dos territórios, sobretudo dos meridionais, constantemente devastados pelas alga-

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 548.

(2) Por exemplo no reinado de D. Sancho I, em 1199 houve uma grande epidemia. Escreve Faria e Sousa: «Hambre terrible, i pestilencia irreparable sucedió a la bonança, i a la salud en todo el Reyno. Morian igualmente que los hombres en sus casas, las fieras en sus grutas; o estas se venian a las poblaciones, e aquellos se ivan a las montañas; i ninguno hallava sino muerte adonde creía mejorarse de remedio... Despoblose alfin gran parte del Reyno», *Europa Portuguesa*, II, 79 e Brandão, *Monarchia Lusitana*, 3.ª p, liv. XII, caps. 4 e 20; cfr. G. Barros, *Hist. da administ.*, II, 195 onde cita mais fontes. Mais tarde, no reinado de Afonso IV, também a peste assolou Portugal e o comércio sofreu bastante com êsse flagelo: Shillington & Chapman, *Comm. rel. etc.*, pág. 40 e G. Barros, *Hist. da administ.*, II, 195 segs.

ras mussulmanas. A maior actividade agrícola concentrava-se certamente nas províncias septentrionais, já libertadas das sortidas dos Infiéis e, por isso, mais próprias para o desenvolvimento e progresso económico.

A-pesar-de todos os obstáculos e dificuldades provenientes das necessidades de organização de uma nacionalidade que se consolida dentro das suas fronteiras ao mesmo tempo que pretende dilatá-las, os nossos documentos medievais revelam-nos já a existência de um comércio interno e externo, sem dúvida ainda bastante irregular. Êsse tráfico era talvez constituído pela persistência do antigo e activo trato mercantil entre a Hispânia e outros países, e ainda por novas actividades em via de desenvolvimento, muitas vezes prejudicadas pelas devastações das guerras e das conquistas e por outros incidentes vulgares naquelas eras. Em documentos anteriores à fundação da monarquia já se descortinam indicações seguras acêrca dos produtos do território portucalense capazes de servirem de objecto de comércio, tais como vinho, cereais, frutas, linho, gados, etc., produtos idênticos aos que já vimos em épocas anteriores (1). Também há no-

---

(1) *Port. Mon. Hist., Diplom. et Ch.*, em doc. de 974, pág. 71: «arbores fructuosas vel infructuosas pumares uineas sautus rrouoreta etc.»; doc. de 974, pág. 72: «uineas pomares ortos ortales»; doc. de 982 (?), pág. 82 (Carta de vila fornos): «mazarreiras castineiras uineas vel omnes pomiferas»; doc. de 983, pág. 85: «uineas pomeriis, harboribus»; doc. de 985, pág. 92: «equas boves et uacas et obelias seu et porcos ita et uolatilium uineas et pomares et suautos»; doc. de 986, pág. 94: «pumares figales sautus arbores fructuosas»; doc. de 989, pág. 98: «piscarias cannarios terras castinearias pumares uineas figares amecsenarias aruores»; doc. de 995, pág. 107: «pumares uineas sautos rouoredas»; doc. de 1030, pág. 164; «pemares perales figales castaniales nugares ceresales arbures fructuosas uel infructuosas»; doc. de 1044, pág. 204: aruores fructuosas uel infructuosas mazanarias figale ameixenale kastineales pesegales»; doc. de 1058, pág. 253: «uineis pumares saltus figares cersales perales amexenales et omnia arbusta fructuosa vel infructuosa».

tícia do comércio de panos nacionais ou estrangeiros em documentos de 1070, 1087, 1092, 1100 etc. (1). Uma vez consolidada a independência prosseguiram os naturais do novo estado na sua operosidade económica, negociando os produtos do seu solo e das suas indústrias. A agricultura era a fonte mais importante da riqueza nacional, mas além disso existiam, ainda em estado rudimentar, outras indústrias, como as da pesca, dos panos, dos coiros e das minas. A mais antiga referência conhecida a panos de Portugal encontra-se num documento espanhol de 1125, na doação que a Condessa D. Maior fêz ao mosteiro da Sahagun, na qual se alude a «unam pelliciam chonillinam de portugalis panno vestitam» (2). Noutro documento, de 1130, citado por Viterbo, fala-se de «sex bragales per unumquemque annum» (3). Mais tarde, no foral concedido por D. Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, aos moradores do couto de Ervededo, em 1233, estipulou aquele prelado que a folha das amoreiras se não vendesse para fora do couto e que do sirgo que se criasse lhe pagassem a sua parte em casulos (3), o que mostra que por aquela época já existia entre nós a indústria da matéria prima da tecelagem da seda. Posteriormente aparecem indicações de novos tecidos, como *almafega*, *burel* etc., e no tempo de D. Denis, fabricava-se no Minho pano de

---

(1) P. M. H., *Dipl. et Ch.*, em doc. de 1070, pág. 302: «lenzo de sirgo apretiato in XL modios»; doc. de 1087, pág. 409: aurum argentum uestimentum siriceum lineam uel laneam de omne quod notauimus post obitum nostrum quintam partem concedimus etc.»; doc. de 1092, pág. 470: «uno lenzo tiraz et una almuzalla serica»; doc. de 1100, pág. 559; «pannos siricos et laneos et lineos etc.».

(2) Apud G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 113.

(3) *Elucidario*, s. v. «bragal».

(4) Acursio das Neves, *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal*, pág. 3 e Cunha, *Hist. eccles. de Braga*, p. II, cap. 25.

linho (1). Parece que o comércio das sedas e das lãs esteve concentrado em parte, desde remotas eras, nas mãos dos Judeus, bem como muitos outros mesteres e profissões lucrativas (2).

Nos fins do século XI e princípios do século XII o tráfico mercantil desenvolveu-se bastante em quási tôda a Europa, e os produtos do Sul eram mais procurados no Norte, onde as sedas de Almeria e de Cartagena, limões e laranjas de outras regiões da Espanha, e vinhos da Sicilia tinham grande consumo (3). O desenvolvimento do nosso comércio externo além de acompanhar as relações políticas entre Portugal e outros países, apresenta-se também como uma conseqüência da actividade económica interna e do desenvolvimento da nossa marinha, que, nos primeiros tempos parece ter sido constituída só por navios de carga e de tráfego que se armavam para as necessidades da guerra, como sucedia em outras nações (4). Alguns documentos portugueses antigos mostram bem claramente que o nosso comércio interno, a despeito das calamidades da guerra e outras, já tinha atingido um incremento suficiente para se atrever a entabolar um trato mais eficaz com outras nações já conhecidas. As feiras realizavam-se com certa freqüência e nelas a troca de produtos efectuava-se em relativa segurança, pois os mercadores negociavam e viajavam protegidos pelas leis. No foral de Ponte de Lima, de 1126, impõe-se a multa de 60 soldos a quem causar dano às pessoas que vão para a feira ou regressem dela (5). No foral de Évora, de 1166, dispensa-se protecção

---

(1) Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal etc.*, IV, 466 segs.

(2) Acúrsio das Neves, *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas*, II, 310.

(3) Rambaud, *Histoire générale*, II, 480.

(4) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 122; Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, II, VIII.

(5) G. Barros, *Hist. da administ.*, II, 153.

aos mercadores ou viajantes cristãos, judeus ou mouros, proïbindo-se que se lhes embarguem os haveres, excepto por motivo de responsabilidade de fiança ou dívidas (1). A respeito do nosso comércio na época de Afonso Henriques, escreve o cardeal Saraiva: «parece verosímil que neste tempo começava a tomar maior extensão o comércio marítimo dos portugueses, concorrendo para isso não só a maior segurança com que cultivavam as suas terras, e a excelência do pôrto de Lisboa, mas também as relações que tínhamos com alguns estados do Norte, e as que naturalmente adquiríamos no Mediterrâneo pela freqüente comunicação com os Cruzados (2)». Com êstes vinham por vezes mercadores que seguiam depois o seu destino para os portos comerciais do Mediterrâneo, Marselha, Génova, Sicília, Veneza, Egito e Ásia menor (3), o que mostra que não eram só a fé e o desejo de combater os Infiéis que arrastavam aquelas massas humanas do Norte para o Sul. Uma das últimas cruzadas, a 6.ª, (1228) levou à conclusão, em 1230, de um tratado de paz entre o seu chefe, Frederico II, imperador da Alemanha e rei da Sicilia, e Abuissac, príncipe dos Sarracenos de África, o qual estabelecia a segurança do comércio e jurisdição do Imperador sôbre os Mussulmanos da Corsega, sem compreender as cidades de Genova, Pisa, Marselha e Veneza, que tinham um tratado separado com o califa (4).

Também os santuários célebres, que atraiam os peregrinos de tôda a parte do mundo, eram pontos de reünião de mercadores que aproveitavam as grandes peregrinações para fazerem os seus negócios. Aqueles santuários eram

---

(1) G. Barros, *Hist. da administ*, II, 153.

(2) *Obras*, II, 272, e V, 364.

(3) C. Michaëlis, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 713 e Cantineau, *Origine des rélations commerciales entre la Flandre et le Portugal* in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 27.

(4) Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, I, 168.

muito freqüentados pelos devotos e outros que ali eram atraídos pelos milagres, pelos espectáculos, privilégios, imunidades, indulgências, e pelas promessas de remissão dos seus pecados (1). Estes factos ascendem a tempos bastante remotos, pois, já no século x, negociantes de Verdun, *mercatores cursori,* acompanhavam, com as suas mercadorias, os peregrinos que vinham para Espanha (2). Os *mercatores cursori* que se associavam a estas peregrinações, com intuitos mercantis, divergiam às vezes para outras cidades e lugares bem povoados, onde faziam o seu comércio, como Saragoça, Madrid, e Toledo, de onde desciam pelo Tejo, até Lisboa, para se dirigirem para a Galiza, de onde voltavam a Bilbao e ao Pôrto, para embarcarem finalmente para as suas terras (3).

No século xi já os Flamengos freqüentavam devotamente o famoso santuário de S. Tiago de Compostela, tão concorrido na Idade Média e tão apregoado e celebrado na literatura: Chaucer, mais tarde, no século xiv, ainda se refere a estas peregrinações, numa das quais tinha tomado parte uma das personagens dos seus *Canterbury Tales,* a viúva de Bath, que

> At Rome... hadde been, and at Boloigne,
> In Galice at seint Jame, and at Coloigne (4).

Num documento francês, datado de 1202, do tempo de

---

(1) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques,* pág. 64.

(2) Pigeonneau, *Hist. du commerce de la France,* 1, 103, apud Cantineau, *Origine des rel. com. etc.* in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa,* 18.ª série (1900) pág. 25; Roux de la Rouchelle, *Villes Anséatiques,* pág. 64.

(3) Cantineau, *ibidem, ibidem,* págs. 22 e 24.

(4) *Prologue,* vs. 465–466, pág. 425 da ed. de Skeat, 1901; vide também R. de la Rochelle, *Villes Anséatiques,* pág. 45.

Felipe Augusto, diz-se: «Omnia averia que transeunt de Flandria, sive in Franciam, sive in Burgundiam, sive ultra montes, sive in Provinciam debent pedagium apud Bapalmas» etc., onde a expressão *ultra montes* se pode traduzir por «além dos montes da Espanha» como já a traduziu S. Jácome no século XIII. As mercadorias passavam na portagem de Bapaume (Bapalmas), e nas tarifas figuravam amendoas, figos, romãs, passas e outros produtos da Espanha (1).

Nas antigas crónicas da Flandres citava-se o «grande caminho da Espanha» — *grooten heirveghe van Spaignen* —, que, no século XIII, passava de Bruges a Tournai, Douai, Arras, Bapaume, Péronne, Compiégne, Paris, Orleães, Tours, Limoges, Bordeus, Pamplona, Burgos, a Leão e a S. Tiago. Num documento de Bruges lê-se: «*Limosie ende Pampaluna, die syn up den grooten hierveg van Spaignien ende Sinte Jans in Galisse,* isto é, «Limoges e Pamplona que estão no grande caminho da Espanha e S. Tiago da Galiza» (2). Que estas relações comerciais tendiam a desenvolver-se mostram-no-lo os documentos posteriores e o incremento que tomaram depois a navegação, a agricultura e as indústrias, fautores primordiais de uma razoável actividade mercantil.

Por esta época de agitadas convulsões o comércio do Oriente, do Mediterrâneo e do Atlântico era exercido em grande escala pelas repúblicas italianas do mar interno, Genova, Nápoles, Pisa, Amalfi, e principalmente pela famosa rainha do Adriatico. «A frota que partia todos os anos de Veneza para os portos do Atlântico, diz Roux de la Rochelle, era a mais numerosa e bem armada; tocava nos portos de Manfredonia, Brindisi, Otranto, Messina, nos de Tripoli, Tunis, Argel, Oran e Tânger, onde comprava produtos indi-

---

(1) Cantineau, *Origine des rel. etc.,* in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa,* 18.ª série (1900), pág. 22.

(2) Cantineau, *ibidem, ibidem,* pág. 22.

genas, ou os trocava por ferro, cobre, armas, panos e numerosos utensílios. Depois seguia pela orla de Portugal, Espanha e França, e chegava aos portos de Londres, Bruges e Antuérpia, e aí trocava os produtos do Sul com os negociantes de Inglaterra, Flandres e de outros povos do Norte. Os navios detinham-se ou tocavam em geral nos portos do Norte da França, em Lisboa, Cadix, Alicante e Barcelona, e nas costas meridionais da França e da Itália. Veneza, a formosa cidade do Adriático, era então um dos empórios comerciais do mundo. As suas indústrias tinham-se desenvolvido extraordinàriamente, e os seus navios traziam-lhe as matérias primas que elas transformavam em produtos manufacturados: o linho, o cânhamo, a lã, o algodão, a seda, o ferro, o ouro, a prata etc. Os Venezianos tinham aperfeiçoado a fabricação dos tecidos de linho e algodão, e a tinturaria. A habilidade dos seus construtores e armeiros era notória; o arsenal e os estaleiros empregavam uns 16.000 operários nos seus trabalhos. As suas rendas, ourivezaria, filigranas de ouro e prata, a factura de utensílios variadíssimos, alimentavam a operosa actividade das suas oficinas. A vidraria e a fabricação de espêlhos de cristal e vidro foram durante muito tempo monopólio veneziano.

«As suas manufacturas de velas, licores, especialidades farmacêuticas, sedas, e correame faziam florescer outros ramos de trabalho. Veneza procurava aumentar contìnuamente os seus numerosos recursos: acolhia todos os artífices estrangeiros que se expatriavam, e que eram expulsos dos seus países, e êles pagavam-lhe generosamente enriquecendo-a com a sua actividade e com os produtos das suas artes» (1).

Os marinheiros venezianos e genovezes, e italianos em geral, foram sempre muito considerados pelos seus conheci-

---

(1) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, págs. 4–5.

mentos da arte naval e das sciências da navegação. Muitas nações europeias, e entre elas Portugal, — que teve como almirante das suas frotas, no tempo de D. Denis, o genovês Manuel Pessanha, — iam buscar às repúblicas de Veneza e Génova os instrutores e guias das suas armadas. E mais tarde, nos séculos XV e XVI, vêmo-los associados às grandes empresas dos descobrimentos ultramarinos.

As origens do comércio externo português perdem-se na cerração dos primeiros tempos da vida agitada da nacionalidade. Não se conhecem documentos nossos respeitantes a êsse tráfico, e apenas indícios e informes colhidos em historiadores estrangeiros permitem dar algumas notícias da nossa vida comercial externa daquela época. Antes da conquista de Lisboa alguns mercadores portugueses faziam o comércio do Levante, encontrando-se na feira anual de S. Demétrio, em Tessalónica, juntamente com outros negociantes de diversas nacionalidades (1). No reinado de Sancho I, em 1189, comerciantes lusitanos freqüentavam Marselha e Montpellier (2), e em 1194 era esperado em Bruges, na Flandres, um navio português que naufragou carregado de melaço, azeites e madeiras (3).

Com o decorrer do século XIII a actividade comercial de quási todos os povos europeus intensifica-se extraordinàriamente, dando origem ao estabelecimento de feiras e mercados internacionais periódicos, e a ligas entre comerciantes e entre cidades que viviam quási exclusivamente do trato mercantil. Na Champagne as feiras eram seis e tinham lugar todos os anos em Lagny, Bar, duas vezes em Provins, e outras duas em Troyes, durando cada uma, em média, uns

---

(1) G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 171 onde cita Heyd, *Hist. du comm. du Levant au moyen âge.*

(2) Santarém *Quadro elementar*, III, pág. XIX e 5.

(3) Braancamp Freire in *Arch. Hist. Port.*, VI, 323; Lúcio de Azevedo, *Epocas de Portugal economico*, pág. 28.

48 dias. A estas feiras concorriam comerciantes ingleses, alemães, flamengos, franceses, italianos, espanhóis (1) e também portugueses, pois por volta de 1240 numerosos mercadores do Pôrto negociavam em França e na Flandres (2), e em 1243, o próprio rei de Inglaterra, Henrique III, comprou em Bordeus a nove traficantes nossos cera e peles de coelhos de valor superior a 400 libras, pedindo também, pouco mais ou menos na mesma ocasião, um empréstimo de 300 libras a um João Johannis, mercador de Portugal, que recebeu com os seus companheiros um salvo conduto especial pelo prazo de seis meses (3). A Flandres era então um grande centro de actividade comercial e Bruges tornara-se um empório de todo o mundo conhecido. Portugal exportava para lá peles, mel, cera, couros, unto, azeite, figos, uvas, vinho, vinagre, sebo etc., em troca de outras mercadorias (4).

Num diploma da condessa Margarida de Constantinopla, relativo à feira de Lille (séc. XIII) figuram mercadores portugueses (5).

Afonso X (1220–1284), numa das suas cantigas, refere-se às aventuras de um mercador português do Entre-Douro e Minho que foi negociar a Flandres:

«Como Santa Maria guardou um mercador de Portugal de perigoo do mar du caera d'ũa nave.

A de que Deus pres carne e foi d'ela nado
ben pode valer a todo perigoado.

---

(1) Rambaud, *Hist. générale*, II, 504.

(2) Herculano, *Hist. de Port.*, III, 45; Cantineau, *Origine des rel. etc.*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 25.

(3) Shillington & Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 29.

(4) Braancamp Freire, *Arch. Hist. Portug.*, VI, 324 e G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 408.

(5) Cantineau, *Origine des rel. etc.* in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 25.

Ca per ela foi a morte destruída
e nossa saúde cobrada et vida ;
tod'est'auemos pola Sennor comprida ;
pois un seu miragre vos direi de grado
A de que Deus pres carn'e foi d'ela nado...

Que fez esta Uirgen santa et Raynna
que é dos coitados todos meezynna :
contar-uol-o-ei brevementé e agynna
quant'end'aprendi a quen mi-o á contado.
A de que Deus etc.

Ontre Doir'e Min'en Portugal moraua
un mercador rico muito que amaua
Santa Maria, e por ela fiava
e en a seruir sempr'era seu cuidado.
A de que Deus etc.

Como quer que él pelas terras mercasse,
se dõa fremos'e aposta achasse
que pera o seu altar lle semellasse,
de ll'a aduzer era muit'entregado
A de que Deus etc.

Porque amaua muito Santa Maria
de coraçon, disse ca en romaria
a Rocamador de bõa ment'iria
tanto que o él podess'auer guissado.
A de que Deus etc.

Assi foi que el ssa nau'ouue fretada
pera yr a Frandes, en essa uegada,
pois que ouue ben sa fazenda guisada,
foi-sse com quant'auer auia mercado.
A de que Deus etc.

Mais pela costeyra do gran mar d'Espanna
ind'aquela naue con mui gran conpanna,
levantou-ss'o mar con tormenta tamanna,
que muito per foi aquel dia irado
A de que Deus etc.

.....

E o mercador, pois se tornou de França
e foi en sa terra, sen longa tardança
a Rocamador se foi, e confiança
na Uirgen sempr'ouu'.-Ey-uol-o acabado
A de que Deus pres carne e foi d'ela nado
ben pode ualer a todo perigoado (1).

É a esta época e ao reinado de Afonso III que devem atribuir-se as relações de Portugal com as cidades Hanseáticas, de cuja liga, segundo afirma o cardeal Saraiva, fêz parte a cidade de Lisboa (2). O que é certo, e de algum modo parece confirmar isso, é que alguns anos depois, nos fins do século, mercadores portugueses e castelhanos, representaram outros comerciantes estrangeiros, principalmente os da Hansa da Alemanha, em reclamações colectivas endereçadas ao conde Gui de Dampierre, como se verá adiante (3). É também sabido que, como se viu no § 2.º, dos estrangeiros que em 1199 aportaram a Portugal, faziam parte guerreiros de Bremen, Lubeck e Hamburgo (4).

O alargamento da circulação monetária e o desenvolvimento e progresso das nossas feiras neste século, protegidas pelos nossos monarcas e pelas leis locais, são ainda testemunho indirecto da intensificação e incremento do nosso comércio interno e externo (5). Pelo foral de Vila Mendo, de 1229, concedia-se segurança durante os oito dias antecedentes e os oito seguintes à feira ali instituída, contra tôda a responsabilidade civil e criminal, aos negociantes que a ela

---

(1) *Cantigas de Santa Maria*, n.º 373, que é variante do n.º 267; já citada por C. Michaëlis, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 713.

(2) *Obras*, V, 366 onde não cita fontes.

(3) Cantineau, *loc. cit.*, pág. 25.

(4) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 50.

(5) G. Barros, *Hist. da administ.*, II, 153.

concorressem, quer fossem nacionais quer estrangeiros (1). Com estas providências acertadas e à medida que a pacificação e organização interna iam consolidando as novas conquistas, a nação portuguesa, mercê da sua situação geográfica privilegiada, ia estendendo a acção do seu comércio marítimo para o Norte. Documentos ingleses antigos falam de portugueses que iam a Inglaterra comprar e vender mercadorias. Em 7 de Novembro de 1203 João Sem Terra, concedeu em Salmour uma carta de segurança para os mercadores irem aos seus domínios sem risco de pessoas e bens e ali negociarem, pagando os mesmos tributos legais que os outros estrangeiros (2).

Em 1205 novos privilégios foram concedidos a mercadores de Portugal e Espanha, permitindo-lhes o comércio nos estados ingleses, sem o risco de serem arrestados por dívidas nos casos em que não fossem os principais devedores, e sem caução (3). As condições do comércio externo inglês não eram então das mais lisongeiras em virtude dos actos de pirataria, cometidos às vezes pelos próprios representantes do estado, e das dificuldades que se opunham aos estrangeiros, pois nenhum comerciante podia entrar ou saír de Inglaterra, fixar residência em qualquer cidade, deslocar-se, ou comprar e vender, sem pagar pesados direitos ao rei (4). Contudo estas circunstâncias não impediam a afluência de comerciantes áquele país, visto que os soberanos concediam salvaguarda para as transacções, e autorização para demorarem nos seus reinos. Numa lista de habitantes de

---

(1) G. Barros, *Hist. da administ.*, II, 155 e Lúcio de Azevedo, *Epocas de Portugal economico*, pág. 15.

(2) Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 24; Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal, etc.*, IV, 506; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 417.

(3) Idem, *ibidem*, pág. 24 e 25; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 417.

(4) Idem, *ibidem*, pág. 25.

Dublin, talvez dos fins do século XII, aparece o nome de um português residente naquela cidade, e um documento de 1220 menciona um Bartolomeu de Portugal, ao qual, juntamente com três cidadãos de Londres, são reconhecidos pela autoridade régia os direitos a umas mercadorias arrestadas (1). Em 1208 outro mercador português obtem de João Sem Terra um salvo-conduto que lhe concede inteira liberdade de comerciar nos domínios ingleses, com a condição de satisfazer os direitos legais (2). Em 1226 passou Henrique III mais de cem salvo-condutos a mercadores portugueses para poderem negociar livremente nos seus estados (3). Em 1225 alguns Ingleses apresaram um navio designado *La Cardinale* (?), tripulado por trinta Portugueses, carregado de sebo e azeite, o qual foi transportado para Porchester e incorporado na frota britânica, sendo distribuído a cada Português meio marco. O incidente só se resolveu em 1226 por meio de uma ordem régia que autorizava a entregar a maior parte das mercadorias apresadas (4).

É dêste século que datam os primeiros documentos portugueses conhecidos alusivos ao nosso activo trato comercial com outros países. Uma lei de 26 de Dezembro de 1253 (Afonso III), feita para evitar o encarecimento dos géneros por causa de uma projectada quebra de moeda, menciona vários tecidos importados de Inglaterra, Flandres, França e Castela, marcando-lhes os respectivos preços: «Et cobitus de escarlata englesa meliori valeat septuaginta solidos... Et cobitus de ingres tinto in grana valeat quadraginta et quinque solidos... Et cobitus de meliori engres valeat unam li-

---

(1) Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 26.

(2) Idem, *ibidem*, pág. 26.

(3) Idem, *ibidem*, pág. 27; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 417.

(4) *Commercial relations*, pág. 28; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 418.

bram... Et melior alfres de auro de Londres amplo valeat sex libras. Et meliores cintas striche de Londres valeat tres libras... Et cubitus de melior escarlata framenga valeat tres libras (1). Noutro documento português, o Inventário e Contas de D. Denis, datado da era de 1316 (1278 da era de Cristo) mencionam-se: uma «peça (de pano) de contrafretri de Brugis», «pano engres de naratona» e «engres negro e engres de jngraterra» (2). Como se vê, os principais produtos que importavamos do Norte eram tecidos e artefactos e cujas indústrias ainda não estavam muito desenvolvidas em Portugal. Diz Braancamp Freire que desde a Idade Média os Ingleses, muito antes dos tratados de aliança, disputavam entre nós o predomínio da importação de panos aos mercadores flamengos (3). Por nosso lado exportávamos produtos agrícolas, coiros, vinho, mel, cera etc., sendo a última enviada para Inglaterra em grandes quantidades, pois, por exemplo, um documento inglês de 1258 menciona dois mercadores portugueses que receberam parte de uma quantia 67 marcos, 3 shillings e 10 dinheiros, que lhes eram devidos por 3.535 libras de cera comprada por Henrique III para seu serviço. O documento diz: «Rex etc. sciatis quod tenemus Johanni de Godeselme (?) Domyngo et Johanni Johannis, mercatoribus de Portingallia, in 30 marcis, 10 solidis 6 denariis et obolo qui eis a retro sunt de 67 marcis 3 solidis 10 denariis pro 3.535 libris ceræ ab eis emptis ad opus nos-

---

(1) *Port. Mon. Hist., Leges et consuetudines*, I, 193; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 7; Saraiva, *Obras*, V, 366; Rebêlo da Silva, *Hist. de Port. etc.*, IV, 503; Ribeiro, *Dissert. chronol.*, III, 59-72; *Commercial relations*, pág. 29 onde traz a data errada; G. Barros, *Hist. da administ.* IV, 418.

(2) *Arch. Hist. Port.*, X, 56-57.

(3) *Arch. Hist. Portug.*, VI, 332 e vide adiante o que sucedeu em 1387 e 1389 (Carta de privilégio do duque de Borgonha e reclamações do embaixador Pedro João em Londres).

trum per manus. De qua quidem summa pecuniæ assignavimus predictis mercatoribus 70 marcas recipiendas per manum Philippi Thesaurarii nostri de denariis mutuo receptis ad opus nostrum de Adomaro Wintoniensi Episcopo fratre nostro et predictas triginta marcas decem solidos sex deuarios et obolum eisdem mercatoribus persolvi faciemus ad Scaccarium nostrum in quindena Sancti Michaelis proxima uentura etc.» (1). No mesmo ano concedeu Henrique III privilégios a vários mercadores portugueses (2). Em 1283, ou ainda talvez antes desta data, havia em Londres correctores para as mercadorias portuguesas, e há notícia de transacções realizadas em Sandwich entre Portugueses e Baionenses pouco mais ou menos entre 1292 e 1301 (3). Em 1294 Eduardo I concede aos nossos comerciantes novo salvo conduto, concebido nos seguintes têrmos: «De Salvo conductu pro gentibus Hispaniæ et Portugalliæ — Edward, par la grace de Dieu, Roy d'Engleterre, Seigneur d'Irlande, et Duc d'Aquitanie, a ses feauz et leauz, Henry de Lacy Comte de Nicole, tenant sou Leu en Gascoigne & a Johan de Saint Johan, son Seneschal en celes parties, salut.

«Sachez que luy nobles homme, le Comte de Flandres, Marchi de Namur, nostre Cheres Amies, a la requeste des Marchandes & des Mariniers de Espagne, et de Portugal, nous ad prie & requis que, pour le profit de nos, & de luy & de nos terres,

«Voussissons donner sauf conduct a eux, en alant, venant, & demorant, & marchanden par nostre Roialme, a durer jusque a la quinziene de la saint Michel prochenement venant:

Car ils prieroit au Reis d'Espagne & de Portugal, qu'ils

---

(1) *Commercial relations etc.*, pág. 29; o doc. vem publicado a pág. 297.

(2) *Ibidem*, pág. 34 e o doc. a pág. 297–298.

(3) *Ibidem*, pág. 35; G. Barros, *Hist. da administ.*, 1v, 420.

autiel conduct donassent as gents de nostre Roialme & de nos terres etc.» (1). Em 1297 outro documento britânico, escrito também em francês, insere um «De conductu pro Mercatoribus Hispaniæ & Portugalliæ» concedido pelo mesmo rei (2). Os privilégios concedidos pelo rei de Inglaterra aos estrangeiros originaram por vezes reclamações dos comerciantes ingleses, conseguindo estes em 1300 certas restrições contra aqueles, e assim os Portugueses foram obrigados, sob pena de confiscação dos seus haveres, a hospedar-se em casas de cidadãos de Londres, contra o seu costume de se albergarem em casa própria que ali possuíam (3). Em Portugal, como se verá adiante, deram-se casos idênticos com relação também aos mercadores de fora.

(*Continua*). L. Saavedra Machado.

---

(1) Rymer, *Foedera*, II, 627 e Cantineau, *Origine des relations etc.*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série, (1900), pág. 26.

(2) Idem, *ibidem*, II, 759; Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 16; Cantineau, *loc. cit.*, pág. 26.

(3) *Commercial relations*, pág. 36; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 421.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

LACERNA (ESTACIO)

Era filho de Alexandre de Lacerna, natural de Sevilha. Tangedor de tecla da capella real. Em 1595 lhe deu D. Filipe I vinte mil reaes de tença e no anno seguinte outra de tres moios de trigo.

Vide *Verdugo (Sebastião Martins).*

LAPA OU LAPINHA (JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO)

Joaquina Maria da Conceição Lapa, mais conhecida pelo diminuitivo do seu ultimo appellido, foi uma cantora brasileira, que, depois de ter feito as delicias dos seus compatriotas, quiz tambem receber os applausos dos seus irmãos d'alem-mar. A cidade do Porto foi quem teve a primazia, escutando-a com enthusiasmo em dois saraus, que alli se realizaram um a 27 de dezembro de 1794, outro a 3 de janeiro de 1795. Em 27 de janeiro do mesmo anno coube aos habitantes de Lisboa apreciarem os dotes da eminente cantora, que residia na rua dos Ourives da prata, onde na vespera do concerto, realizado em S. Carlos, estavam á venda os bilhetes, segundo o annuncio publicado no *Supplemento* ao n.º 2 da *Gazeta de Lisboa* de 16 de janeiro de 1795.

O sr. Ernesto Vieira, como se vê no seu *Diccionario dos*

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 528.

Musicos, não conheceu senão estes dois marcos da sua viagem artistica em Portugal, mas sem duvida, no seu trajecto do Porto a Lisboa, estacionou em Coimbra, onde a envolveram as ovações academicas. Pelo menos é o que julgo dever deduzir-se da *Canção,* com que a festeja João Evangelista de Moraes Sarmento, que então cursava a Universidade.

Ao ler esta *Canção,* escripta n'um estylo bastante empolado e alguma coisa sibilino, ninguem diria que n'ella se tratava de uma cantora, cuja voz tivesse impressionado tresloucadamente o poeta. O que vale é a epigrafe elucidativa: *Á Senhora D. Joaquina Maria da Conceição Lapinha (em Coimbra).*

Alem d'esta *Canção,* o poeta lhe dedicou uma *Ode pindarica,* em que mais calorosamente encarece os attractivos da *Lapinha,* a quem o Mondego, ferido pelas setas dos seus encantos, se rende humilhado. Tanto uma como outra composição veem nas *Poesias* do auctor, que foram publicadas postumas em 1847.

João Evangelista de Moraes Sarmento nasceu no Porto a 26 de dezembro de 1773, e alli faleceu a 20 de outubro de 1826, com cinquenta e tres annos incompletos. Formado em medicina, exerceu a clinica ao mesmo tempo que cultivava as musas, grangeando n'uma e n'outra faculdade, iguaes applausos dos seus contemporaneos e amigos.

Era com efeito poeta de algum merecimento, versificando com facilidade, elegancia e harmonia. Innocencio da Silva, no *Diccionario Bibliographico,* nota-lhe a pecha de menos vernaculo, devido á influencia dos livros franceses, que o autor manuseava com mais frequencia que os *Padres Mestres* do classicismo portuguez.

Convem todavia observar que elle, nos seus preparatorios, estudára com aproveitamento o latim e o grego, e até leccionára estas disciplinas.

Eis agora a *Canção*, a que me reporto acima:

Lá vai dizendo adeus: oh Ceus! que escuto!
Verdejantes campinas,
Como vos não toldaes de espesso luto!
Ingratas agoas, como cristalinas
Vos vejo inda correr, correr serenas!
Como á força de penas
Não estalas tremendo, ó Ponte dura!
Onde estás, que não vens, ó noite escura.

Lá vai dizendo adeos! Alcina parte!
A meus olhos se esquiva!
E não vem, coração, despedaçar-te
Do voraz monstro a foice decisiva!
E posso a sangue frio dar ouvidos
A seus ternos gemidos!
Ver de longe os acenos extremosos,
Derradeiros signaes de amor saudosos.

Ah! não fujas ainda! Alcina espera,
Consente que primeiro
Arranque do punhal, que amor me déra,
E n'alma de um só golpe o crave inteiro.
Não he, não he saude,
A desesperação é quem me azeda,
É quem dos olhos toda a luz me arreda.

Longe de mim risquicios d'alegria,
Longe esp'ranças de gosto,
Carregado de horror a fantazia
Só negro espectro ondêa ante o meu rosto,
Fervendo irado contra a irada sorte
Meu sangue pede a morte;
Se respiro, é veneno que respiro;
Recebe, Alcina, o ultimo suspiro.

Mas onde se esconde ella? já não a vejo!...
Já para mim não existe!...
Debalde por achal-a ainda forcejo!...

Des'pareceu emfim; ai triste! ai triste!...
Atando as mãos na desgrenhada fronte,
Nos olhos viva fonte
De lagrimas ardentes borbulhando
Eis as Ninfas se carpem ullulando.

Arquejando feroz, desfaz-se em brados
O terrivel Mondego;
Arrepella os cabellos prateados,
Os braços morde furioso e cego,
Furtando-se á tragedia assustadora,
No horizonte a Aurora
O manto apavonado recolhendo
Lá se vai entre nuvens escondendo.

E eu, que não merecidos mil favores
Gozei d'Alcina bella,
Na falta de seus mimos e primores,
Em que mostro a paixão que me desvella,
Oh raio vingador, corre de veras
Enroscai-vos, ó feras,
Ensopae no meu sangue os vossos dentes,
Tragae-me stigias, lugubres correntes.

Canção, meus ais saudosos,
Que já no horror da sepultura ouviste,
Assim mesmo no tom funebre e triste
Leva d'Alcina aos braços preciosos:
Saiba que um peito, grato aos bens que alcança,
N'ausencia tem mais viva ainda a lembrança.

LEÃO (AFONSO DE)

Castelhano. Cantor de D. João II, que, em carta de 12 de janeiro de 1490, lhe mandava dar a tença de doze mil reaes.

«Dom Joham &c A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e mercee a Afonso de Liam, castelhano,

nosso camtor, teemos por bem, queremos e nos praz que des primeiro de janeiro que pasou deste anno presente de mill iiij^{c}lR.^{ta} em diamte elle tenha e aja de nos de temça, em cada huũ anno, em quanto nossa merce for, doze mill rs E porem mamdamos aos veedores de nossa fazemda que lhe mamdem asemtar os ditos doze mill rs em os liuros della e deles dar carta em cada huũ anno pera luguar homde aja muy bom pagamẽto. Dada em a nossa cidade dEuora a xii dias do mes de janeiro — Tome Lopez a fez — anno do nascimento de noso Snñor Ihuũ Xp̃o de mill iiij^{c}lR.^{ta} annos ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 17, fol. 13).

LEÃO (JOÃO DE)

Talvez irmão ou parente do anterior. Era cantor da rainha viuva, irmã de D. Manuel. João de Leão tivera umas desavenças com um mancebo, que o chamava de mentiroso. O cantor replicou que não cria em Deus se elle dizia verdade. Bastou isto para ser considerado blasphemo e ser entregue aos rigores da justiça. Appellando para a generosidade de D. Manuel, este lhe perdoou em carta de 6 de outubro de 1501, pagando mil e quinhentos reaes para o cofre da Piedade.

« Dom Manuell &e saude, sabede que Joham de Liam, cantor da Rainha dona Lianor, nossa muyto amada e prezada irmaã, nos enviou dizer per sua pitiçam que hum mancebo se tomara com ele sopricante, ho quall mancebo lhe disera per vezes que mentia e que ele sopricante com furia e menemcoria disera ao dito mancebo que nom cria em Deus senam dizia melhor verdade que elle: polo qual ele sopricante andaua amorado com temor das nossas justiças ho prenderem pela dita brasfemea, emviandonos ele sopricante pedir por merce que lhe perdoasemos a nossa justiça se nos a ella por razam de asy dizer que nom cria em Deus em alguua guisa era theudo e obriguado, e nos vendo ho que nos ele asy dizer e pedir emviou, se asy he como ele diz e recomta e hy mais nom ha, visto hum prazme per nos asinado, e querendolhe fazer graça e merce, temos por bem e nos praz lhe perdoarmos nossa justiça, a que nos ele era theuudo e obrigado da dita brasfamea comtamto que ele pagase pera a piedade mill e quynhemtos rs. E per quamto ele loguo pagou os ditos dinheiros a dom Francisco bispo de Feez, segumdo

delo fomos certo per huũ seu asinado e per outro dallu.º Fernandez nosso capellam e scprivam do dito carguo que os sobre elle pos em receita vos mandamos que daquy em diante ho nom premdaaes nem mandes prender & em forma. Dada em a nossa cidade de Lixboa aos bj dias do mes doutubro — ElRey o mandou por dom P.º bispo da Guarda seu capellam moor e por D. J.º Dazeuedo, ambos seus desembargadores do paço — Joham L.ço a fez anno do nacimento de nosso senhor Ihuũ X.º de mill bº e huũ annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 46, fol. 69 v. e 79).

LEIRIA (JOSÉ GOMES)

Harpista pela promoção de Manuel Soares *Rua*. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João V, Livro de Registo de Mercês*, liv. 1, fol. 25 v.).

LEITE (D. JOÃO)

Gloriava se com justo fundamento o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de possuir um dos maiores thesouros de reliquias existentes no nosso paiz, notavel não só pela preciosidade dos objectos, como tambem pela riqueza e trabalho artistico dos cofres em que estavam contidos.

D. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos Conegos Regrantes*, consagra longas paginas á pormenorisada descripção d'esse inestimavel museu sagrado, terminando pela narrativa das solemnes festas celebradas em 1592, por occasião do recebimento de novas reliquias. Ennumerando as cruzes que desfilaram na procissão que percorreu os claustros, cita uma de grande valor e ao mesmo tempo de grande peso, a qual era sustentada por um *dos conegos de mais força e valentia, que assaz fazia em a levar*. Depois d'estas palavras accrescenta:

«Junto a esta cruz iam os conegos musicos da capella de canto de orgão, cantando uma obra de oito vozes, a que alternadamente respondia um suavissimo realejo, que levavam quatro irmãos leigos, e que, com destreza e saber, tocava o nosso mestre *D. João Leite*».

Quem deseje ter mais amplo conhecimento do que diz respeito ás reliquias, consulte a obra citada, 2.ª parte, de paginas 66 em deante.

LEMOS (BARTHOLOMEU DE)

Violeiro, natural de Lisboa, nascido e morador na rua dos Escudeiros, freguezia de S. Nicolau. Era filho de Gaspar de Almeida, violeiro, morador na mesma rua, e de Maria de Lemos, ambos naturaes de Lisboa. Sua mulher chamava-se Vicencia Luis e era natural de Loures.

LEMOS (LUIS DE)

O archivo do Santo Officio, depositado hoje na Torre do Tombo, é mina inexhaurivel e, quando bem explorado daria o quadro mais surprehendente da vida intima da sociedade portugueza durante os seculos em que o Tribunal da Inquisição exerceu o seu fatal predominio. Já nos processos dos que foram directamente suas victimas, já nos processos de habilitações para familiares e nos depoimentos das testemunhas de uns e outros, se encontram abundantissimos subsidios para a biographia de individuos de todas as castas e posições sociaes.

Antonio Serrão de Castro, poeta tão infeliz como Antonio José da Silva, e seu filho Pedro Serrão, soffreram os martyrios fisicos e moraes d'aquella tremenda instituição, e nos respectivos processos se colhem noticias interessantissimas, que contentam o espirito do investigador, ao mesmo tempo que lhe despedaçam o coração, por ser tão amarga e dolorosa a fonte, em que aurio os seus curiosos apontamentos.

No processo de Antonio Serrão foram dadas como testemunhas nada menos de tres violeiros, sendo dois delles Bar-

tholomeu de Lemos e Domingos da Costa, familiares do Santo Officio. O terceiro, Luis de Lemos, fez o seguinte depoimento, donde se colhem alguns dados biographicos, como o leitor poderá ver:

«E sendo no mesmo dia (5 de novembro de 1674) e audiencia atras declarada mandou o ditto senhor Deputado (Fr. Valerio de S. Raimundo) vir perante sy a Luis de Lemos, violeiro, natural desta cidade de Lisboa, e nella morador, na rua dos Escudeiros e sendo prezente lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que poz a mão, sob cargo do qual lhe foi mandado dizer verdade e ter segredo, o que elle prometeo cumprir, e disse ser Christão Velho e de trinta annos de idade. Perguntado pelas geraes? Disse nada. Perguntado se conhece algumas pessoas prezas pelo Santo Officio, que pessoas são porque via e de que tempo a esta parte? Disse que algumas conhecia e entre ellas nomeou o Reo Antonio Serrão, ao qual diz conhecer depois que elle testemunha se entende a esta parte por ser seu vizinho, e o ver e lhe falar muitas vezes. Perguntado se sabe ou ouvio, que entre o dito Antonio Serrão e algumas outras pessoas da nação dos Christãos novos houvesse duvidas brigas ou differenças de que rezultassem odios, ou inimizades com quem, porque causa, e a que chegarão, e se depois tornarão a correr em amizade? Disse que não sabe, nem ouvio que entre o ditto Antonio Serrão e algumas outras pessoas da nação dos Christãos novos houvesse duvidas, brigas, nem differenças de que rezultassem odios, ou inimizades e do costume disse nada e assinou com o ditto senhor Deputado, sendo lhe primeiro lido este seu testemunho, que disse estava na verdade. Filippe Barbosa o escrevi.—*Frei Valerio de São Raimundo.*—*Luis de Lemos*». (Torre do Tombo, *Processo de Antonio Serrão de Castro. Inquisição de Lisboa*, n.º 4910).

LEMOS (MATHIAS DE)

Natural de Lisboa, filho de Domingos da Costa Lemos — tomado por official de violeiro da Casa Real. Alvará de 10 de maio de 1678. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 419).

LEONARDO

Tangedor de D. Affonso V, tendo-o já sido de D. Duarte. Attendendo á sua edade e serviços, D. Affonso o aposentou

com mil cento e cincoenta e dous reaes brancos, de moradia, e mais, para seu vestir, uma peça de bristol de marca maior, tres covados e meio de fustão e tres varas de lenço da terra para um gibão, alem de um moio de trigo. Carta de 1 de março de 1445.

«Dom A.º & a quantos esta carta uirem fazemos saber que Lionardo, noso tanjedor, hadauer de sua moradia em cada huũ anno mill e cento e cinqoenta e dous reaes brancos e mais em cada huũ anno de pano pera sseu vestir mea peça de bristoll de marca maior e tres couados e meo de fustã e tres uaras de lenço da terra para huũ gibom e mais huũ moyo e meo de trygo, e ora vendo sua hidade e os boos seruiços que a feitos a elRei meu senhor padre & nos queremdolhe fazer graça e mercee apousẽtamolo e queremos que des primeiro dia de janeiro que ora ffoy desta era presente em dhiante em cada huũ anno ell aja de nos a dita moradia, pano e pã per esta gisa -s- a moradia per aquilo que render a nosa sisa dos vinhos da cidade de Lixboa e o pano e fustã e lenço em a nossa alfandega da dita cidade e o pã em o nosso almoxarifado dazambuja, e esto per nossas cartas que em cada huũ anno sobre ello auera em a nosa fazenda contanto que nas festas do Natall e dos Reis e da Paschoa e Pentecoste e Corpo de Deus ell nos venha em ellas seruir de seu oficio cada ano saluo se algũas vezes ouuer tall necesidade que o nom possa fazer, e por sua guarda e renẽbrança desto lhe mãdamos dar esta nossa carta. Dante em Santarem, primeiro dia de março, per autoridade do Snõr Ifante dom P.º Rejente &c Johã Afonso a fez ano do Snõr Ihu X.º de mil iiij^{c}Rb». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 25, fol. 69 v.).

LESBIO (ANTONIO MARQUES)

Veja-se o meu opusculo *A livraria de musica de D. João IV e o seu index*, onde publiquei os documentos que lhe dizem respeito.

LEXUME (BRAFEME)

Mouro forro, residente em Lisboa, tangedor. D. João II o tomou por seu, sob sua guarda e protecção, passando-lhe carta de privilegio a 28 de novembro de 1485.

Era talvez tangedor da mourisca, de qualquer outro instrumento, que não de orgão.

«Dom Joham &c a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos filhamos por nosso e sob nosa guarda e defensam Brafeme Lexume, tanjedor, mouro forro, morador em a nossa cidade de Lixboa, nosso seruidor, e queremos e nos praz que daquy em dyamte seja preuilegiado e escussado de seruir em nenhuũs emcarguos nem seruidoões nossos nem da dita cumuna nem pague nem peite em outros nenhuũs seruiços que os mouros da dita cumuna ssam obriguados de paguar...

«E porem mandamos ao corregedor, juizes, justiças da dita cidade e ao alcaide e oficiaes da dita cumuna e a outros quaes quer que esto ouuerem de uer que ajam o dito Brafame Lexume por releuado e escusado dos ditos carguos e seruentyas e o nam costranguam per nenhũa dellas e lhe cumpram e guardem e façam comprir e guardar esta nossa carta como em ella he couteudo sem embarguo de quaes quer preuilegios aluaraes ou mandados que hy tenhamos dados a dita cumuna por que nossa mercee he que sseja de todo escuso e rreleuado como dito he e que possa trazer quaees quer vestidos que lhe prouuer sem lhe serem coutados e lhe nam seja tomada rroupa dapousentadoria nem outra alguũa cousa de seu contra ssua vontade sob pena de dous mill rs brancos pera os catiuos que pagara quem lhe contra esta nossa carta for o que asy compri sem alguaa duuida nem embarguo que huũs e outros a ello ponham por que asy he nossa mercee. Dada em Symtra a xxbiij dias de nouebro — Pero Luis a fez — ano de iiijᶜlxxxb annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 1, fol. 124).

LIMA (MANUEL DE)

Musico da real camara. Succedeu-lhe por sua morte fr. Estevão de S. *Jeronimo*. Vide este nome.

LIMPO (GASPAR)

Musico da camara d'el-rei D. Sebastião, que por alvará de 10 d'agosto de 1565 lhe fez mercê de vinte mil reaes de ordenado, e por outro, de 8 de abril de 1568, de oito mil reaes para sua vestiaria.

Gaspar Limpo era escrivão das propriedades de Lisboa e D. Sebastião escreveu á camara autorizando-a a passar-lhe carta de renunciação em pessoa apta que o substituisse. Vide *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* tom. V, pag. 531.

«Eu elRey faço saber aos que este meu alluara virem que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Gaspar Lympo, meu musico da camara, que elle tenha e aja de ordenado por me seruir de musico da camara vimte mill rs em cada hum anno, que lhe seraõ paguos no meu thesoureiro mor, ou em quem no dito carguo seruir do primeyro dia do mes de junho deste presemte anno de jb^{e}lxb em diante. E portamto mamdo ao dito thesoureiro mor... Simão Borralho o fez em Lixboa a x dagosto de mill b^{e}lxb. E eu Duarte Diaz o fiz scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 14, fol. 570 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que eu ey por bem he me praz de fazer merce a Gaspar Lympo, meu musyco da camara, emquamto me niso seruir, de oyto mill rs em cada hum ano pera sua vestiaria, os quaes começara a vemcer do primeyro dia de janeyro deste ano presemte de mill quinhemtos sesemta e oyto anos em diamte e lhe seraõ paguos cada ano no meu thesoureiro moor, ou em quem ho dito carguo seruir com certidaõ do veador de minha casa de como Gaspar Lympo serue. E portamto mando etc. Alluaro Fernandez o fez em Allmeyrim a biij dabrill de jb^{e}lxbiij. Manoel Soares o fez esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 24, fol. 96 v.).

(Continúa).

Sousa Viterbo

ENSAIO SOBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS» (1)

2.ª DIVISÃO

Do emprêgo dos modos e tempos e da ligação das orações

SECÇÃO I

Do emprêgo dos modos e tempos

Capitulo único

Do particípio

Reaparecimento do particípio futuro activo.

Nos *Lus.* v, 60, 7-8, lê-se:

> A Deos pedi que remouesse os duros
> Casos, que Adamastor contou *futuros.*

E. D. considerou êste passo como sendo um caso de *transposição* dum têrmo «da oração demonstrativa para a relativa», semelhante aos que se registam em I, 26, 7-8; III, 7, 5-6; etc., e que serão estudados mais adiante (2).

Nesse caso, a ordem lógica seria:

«Pedi a Deus que removesse *os duros casos futuros* que Adamastor contou».

Não me parece que assim se deva interpretar a sintaxe dêste lugar. A frase, que aliás é o remate de um longo episódio a que o próprio E. D. chamou «a concepção mais

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 510.

(2) Na secção III (*Da colocação*).

grandiosa dos *Lusíadas*» (1), fica mais perfeita, mais prontamente inteligível e até com mais colorido épico, (porque fica mais em realce a série de profecias trágicas postas momentos antes na bôca do gigante), se deixarmos as palavras na ordem em que estão e se admitirmos que, em vez duma transposição, temos o *reaparecimento artificial do particípio futuro activo* da conjugação latina.

Isto é: «*futuros*» está empregado neste passo com a fôrça do particípio futuro do verbo «esse». E a frase poder-se-hia verter em latim dêste modo:

«Deum oravi ut a nobis illos infestos casus averteret, *quos Adamastor enarraverit futuros*».

Cfr. em latim clássico:

> «hi quid exspectant? næ illi vehementer errant, *si illam meam pristinam lenitatem perpetuam sperant futuram*».
>
> Cic. 2.ª *Catilinaria*, III.

Esta hipótese é arrojada, visto que o particípio futuro da conjugação latina não perdurou na língua popular nem sequer ressurgiu na língua literária (2). Mas afigura-se-me a melhor interpretação do texto, e o que é insólito em relação à língua e à vida de hoje tem a sua explicação no ambiente humanístico do Renascimento (3).

---

(1) *Lus.* comentados por E. D., 2.ª ed., tôm. I, pág XIV.

(2) Já frisei noutro ponto a resistência que o sistema mórfico, no Renascimento, ofereceu à neo-latinização da língua. Note-se como curiosidade, a respeito da morte total do particípio futuro latino em português, que Júlio Moreira, querendo, numa exposição, inventar formas que fôssem ininteligíveis para quem não conhecesse a conjugação latina, se lembrou de *notaturo* e *enforcaturo* (*Estudos da língua portuguesa*, tôm. I, pág. 100).

(3) Êste assunto em rigor pertence à morfologia, mas também tem cabimento no estudo da sintaxe, que considera as relações das palavras na frase.

SECÇÃO II

Da ligação das orações

Capitulo único

Da subordinação

Qual... tal... (*qualis... talis...*)

Nos *Lusíadas* ocorre a construção *pura* em 11 ex.:

Qual Austro fero, ou Boreas na espessura,
De siluestre aruoredo abastecida,
Rompendo os ramos vão da mata escura,
....
Tal andaua o tumulto leuantado,
Entre os Deoses no Olimpo consagrado.

I, 35.

Quaes pera a coua as pròuidas formigas,
Leuando o peso grande acomodado,
As forças exercitão,...
....
Tais andauão as Nimphas estoruando
Aa gente Portuguesa o fim nefando.

II, 23.

Qual diante do algoz o condenado,
Que ja na vida a morte tem bebido,
Poem no çepo a garganta:...
.....
Tal diante do Principe indinado,
Egas estaua a tudo offerecido:

III, 40, 1-6.

Qoal cos gritos & vozes incitado,
Pola montanha o rabido Moloso,
Contra o Touro remete, ..
.....
Tal do Rei nouo, o estamago acendido,
Por Deos & polo pouo juntamente,
O barbaro comete apercebido,

III, 47-48.

Qual contra a linda moça Policena,
.....
Tais contra Inès os brutos matadores,

III, 131-132.

... *qual* pellos outeiros
De Ceita estâ o fortissimo lião
....
Tal està o caualeiro que a verdura
Tinge co sangue alheyo, ..

IV, 34-35.

Qual parida Lioa fera & braua
.....
Corre raiuosa, & freme,...
.....
Tal Ioane com outros escolhidos
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:

IV, 36-37.

Qual roxa Sanguesuga se veria
Nos beiços da alimaria...
.....
Fartar co sangue alheyo a sede ardente:
.....
Tal a grande coluna, enchendo aumenta
A si, & a nuuem negra que sustenta.

V, 21.

Qual se ajuntaua em Rodope o aruoredo,
So por ouuir o amante da donzella
Eúridiçe, tocando a lira de ouro,
Tal a gente se ajunta a ouuir o Mouro.

VII, 29, 5-8.

Qual o reflexo lume do polido
Espelho de aço, ou de cristal fermoso,
....
Tal o vago juyzo fluctuaua
Do Gama preso,...

VIII, 87-88.

Qual o Touro cioso, que se ensaya
Pera a crua pelleja, os cornos tenta
No tronco dhum Carualho, ou alta Faya
. . . . . .
Tal, antes que no seyo de Cambaya
Entre Francisco irado na opulenta
Cidade de Dabul, a espada afia,

x, 34.

e regista-se a mesma construção, *modificada*, em 3 ex.:

Qual no corro sanguino, o ledo amante,
. . . . . .
Eis nos bateis o fogo se leuanta,

I, 88-89.

Mas *qual* no mes de Maio o brauo Touro
. . . . . .
Saltea o descuidado caminhante.
. . . . . .
Desta arte Affonso subito mostrado,
Na gente da, que passa bem segura,

III, 66-67.

Qual o membrudo & barbaro Gigante,
. . . . . .
Despreza o fraco moço mal vestido:
. . . . . .
Desta arte o Mouro perfido despreza,
O poder dos Christãos,...

III, 111-112.

Trata-se evidentemente dum latinismo sintáctico.

A tendência da nossa língua popular é para *repetir* o pronome: *tal* pai, *tal* filho; *cada* cabeça, *cada* sentença; *quanto* ganham, *quanto* gastam (1).

Em latim pelo contrário era freqüente a correlação expressa por «*qualis... talis...*», «*quot... tot...*», «*quantum...*

---

(1) Até já ouvi: «*tudo* ganham, *tudo* gastam». Frase curiosa em que ha contaminação de duas construções: «*quanto* ganham, *quanto* gastam» e «*tudo* quando ganham gastam».

tantum...». Às frases acima transcritas correspondem em latim: «*qualis* pater, *talis* filius»; «*quot* homines, *tot* sententiæ» (1). E assim por intermédio do latim clássico é que provàvelmente esta construção penetrou em português na língua dos cultos, mas só parcialmente, em frases como esta: «*quanto* maior é a desgraça, *tanto* mais firme é a atitude do estoico»; ninguém diz nem escreve: «*qual* pai, *tal* filho», ou «*quantos* homens, *tantas* sentenças».

Quanto ao caso especial de «*qualis... talis...*», de que vemos uma projecção na língua literária portuguesa do Renascimento, cfr. ainda estes dois ex. de latim clássico:

> *Qualis* in Eurotæ ripis aut per juga Cynthi
> Exercet Diana choros...
> ....
> *Talis* erat Dido, talem se læta ferebat.
>
> Verg. *En.*, I, 498-504.

> *Quali* enim te erga illum perspicio, *tali* illum in te voluntate judicioque cognovi.
>
> Cic. *Br.* XLII.

---

(1) Nêste ponto há analogia entre a sintaxe latina e a grega. Em grego também se dizia: οἷος ὁ πατήρ, τοιοῦτος καὶ ὁ υἱός, (ao passo que em francês a mesma repetição que em português: «*tel* père, *tel* fils;» e em alemão outra correlação: «*wie* der Vater, *so* der Sohn»). Cfr. sôbre êste assunto Leclair & Feuillet, *Grammaire de la langue grecque*, 30.ª ed., § 527 seg. Registei em leituras pessoais exemplos desta construção:

> «... τοῖς θεοῖς εὔχομαι πᾶσι καὶ πάσαις, ὅσην εὔνοιαν ἔχων ἐγώ διατελῶ,... τοσαύτην ὑπάρξαι μοι παρ'ὑμῶν εἰς τουτονὶ τὸν ἀγῶνα».
>
> Dem., *De corona*, I, 1.

> «Ὦ φίλε Κρίτων, ἡ προθυμία σου πολλοῦ ἀξία, εἰ μετά τινος ὀρθότητος εἴη· εἰ δὲ μή, ὅσῳ μείζων τοσούτῳ χαλεπωτέρα».
>
> Plat., *Criton*, VI.

> «δῆλος ἦν Κύρος ὡς σπεύδων πᾶσαν τὴν ὁδὸν... νομίζων ἴσῳ μὲν θᾶττον ἐλθοι τοσούτῳ ἀπαρασκευαστοτέρῳ βασιλεῖ μαχεῖσθαι».
>
> Xen., *Anábase*, I, 5, 9.

O primeiro dêstes ex. é decisivo. Foi quási certamente em Vergílio, seu autor predilecto, que Camões hauriu êste latinismo sintáctico, juntamente com o processo literário do símile (1).

*

Com êste assunto relacionam-se dois *casos dubitativos* que, pela afinidade que com êle têm, deixei para tratar nesta altura:

tal... qual...

Nos *Lusíadas* ocorre:

> *Tal* o fermoso esmalte se notaua,
> Dos vestidos olhados juntamente:
> *Qual* aparece o arco rutilante,
> Da bella Nimpha filha de Thaumante.
>
> II, 99, 5-8.

cfr. em latim clássico:

> «Utinam in Ti. Graccho Gaioque Carbone *talis* mens ad rem publicam bene gerendam fuisset, *quale* ingenium ad bene dicendum fuit».
>
> Cic. *Br.* XXVII, 103.

Será latinismo à semelhança de *qual... tal...*? É duvidoso. É possível que se trate duma locução popular, com a qual ocorreu depois uma perda de consciência glótica, que explica o pleonasmo corrente *tal qual como.*

---

(1) O símile em que o primeiro têrmo da comparação é muito mais longo do que o segundo (grego ὡς... ὡς...; lat. *qualis .. talis*...; port. *qual... tal...*), Vergílio hauriu-o provàvelmente em Homero e Camões por seu turno em Vergílio. Confronte-se v. g. *Il.*, XVIII, 207–214; Verg., *En.*, I, 498–504; *Lus.*, IV, 34–35.

*

qual = *como*

(sem estar em correlação com «*tal*» (1)

Nos *Lusíadas* ocorre:

Que ja se mostra, *qual* na inteira idade,

I, 9, 3.

Co vulto alegre, *qual* do Ceo subido,

II, 42, 3.

Destes arrenegados muitos sam,
No primeiro esquadrão, que se adianta,
Contra yrmãos & parentes (caso estranho)
Quaes nas guerras Ciuis de Iulio Magno.

IV, 32, 5-8.

Fuy dos filhos asperrimos da terra
Qual Encelado, Egeo, & o Centimano,

V, 51, 1-2.

Hum na cabeça cornos esculpidos,
Qual Iupiter Amon em Lybia estaua,
. . . .
Outro fronte Canina tem de fora,
Qual Anubis Menfitico se adora.

VII, 48.

Mas antes descansar me deyxaria
No nunca descansado & fero gremio
Da madre Thetis, *qual* pirata inico

VIII, 74, 5-7.

---

(1) O assunto não foi bem tratado por E. D. (*Sintaxe histórica portuguesa*, § 93 *b*). Estabelece uma distinção artificial entre dois casos, na essência idênticos, de «*qual*» sem estar em correlação com «*tal*». Por outro lado, em vez de isolar êste «*qual*» desgarrado, como faz Beauchot («*Cicéron — Oeuvres choisies*», 7.ª ed., — Notes grammaticales, § 274) mistura o estudo dêste assunto com o de «*tal*... *qual*.. ».

Mas firme a fez & imobil, como vio
Que era dos nautas vista, & demandada,
Qual ficou Delos, tanto que pario
Latona Phebo, & a Deosa aa caça vsada;

IX, 53, 1-4.

O Lirio roxo, a fresca Rosa bella,
Qual reluze nas faces da donzella.

IX, 61, 7-8.

Musicos instrumentos não faltauão,
Quais no profundo reyno, os nus espritos
Fizerão descansar da eterna pena,

X, 5, 5-7.

Materia he de Coturno, & não de Soco
A que a Nimpha aprendeo no immenso lago:
Qual Yopas não soube, ou Demodoco,
Entre os Pheaces hum, outro em Carthago.

X, 8, 1-4.

Olha delles a bruta multidão
Qual bando espesso & negro de Estorninhos,
Combaterà em Sofala a fortaleza,

X, 94, 5-7.

Tem as enchentes *quaes* o Nilo frio,

X, 127, 5.

Olhay que ledos vão, por varias vias,
Quaes rompentes liões, & brauos touros,

X, 147, 1-2 (1).

Será latinismo?

Há argumentos pró:

1.º) Em latim há a construção idêntica, que parece ser

---

(1) Ex. difícil de interpretar em V 1, 47, 6 Em IV, 80, 2; VIII, 74, 3 e IX, 66, 8 há um termo correlativo (*tamanhas, tão*).

duma analogia evidente com a nossa nos casos em que, numa e noutra língua, «*qual*» está no plural(1); cfr:

> «Neque ego nunc de vulgari aut de mediocri (amicitia), quæ tamen ipsa et delectat et prodest, sed de vera et perfecta loquor, *qualis* eorum, qui pauci nominantur, fuit».
>
> Cic., *De amicitia*, VI, 22.

> «Eos imitemur, ai possumus; si minus, illos potius qui incorrupta sanitate sunt, quod est proprium Atticorum, quam eos quorum vitiosa abundantia est, *quales* Asia multos tulit».
>
> Cic., *De optimo genere oratorum*, III, 8.

2.º) Por outro lado, o próprio E. D., (que aliás não se pronuncia sôbre a latinidade desta construção nem sequer aduz ex. paralelos de autores latinos, como muita vez faz), frisa contudo que o emprêgo de «*qual = como*» (sem estar em correlação com «*tal*») *é um caso da linguagem literária*. E os autores em cujas obras êle colheu ex. tinham quási todos cultura humanística: João Franco Barreto, Gabriel Pereira de Castro, Garrett, Castilho, Herculano(2).

No entanto não é ponto assente o tratar-se dum latinismo.

---

(1) No singular, em português, *qual* tem por vezes valor conjuncional e a prova é que, embora E. D. (*loc. cit.*, o condene, pode construir-se invariável com um verbo no plural (cfr. a segunda das frases de Junqueiro transcritas na nota imediata).

(2) Todavia seria inexacto supôr que êste emprêgo de *qual* se restringiu, na língua literária, a autores do período clássico ou, pelo menos, de boa cultura humanística. Regista-se em autores mais recentes, sendo devido aí porventura às leituras dêstes. Cfr. Junqueiro:

> «Do meu sangue de lástima e de horror
> Cavaleiroso príncipe foi nado,
> *Qual* nasce duma campa ebúrnea flor».
> .....
> «Breve expirou, *qual* expiraram breve
> Dentro em mim a virtude e a candidez».
>
> *Pátria*, 3.ª ed., pág. 164.

Eis uma dificuldade: E. D. cita o seguinte ex. de *qual* sem estar em correlação com *tal*, ainda em sentido comparativo mas com o valor de *quanto:*

«ponhamlhe queente *quall* ho poder sofrer sobrela espadoa».

De quem é esta frase? Do *Livro de Alveitaria* de Mestre Geraldo, acabado de escrever em *1318* (¹), de linguagem caracterizadamente arcaica e anterior ao humanismo do Renascimento.

Êste ex. é sintomático. Mais uma vez digo: *o desbravamento da selva que é ainda hoje a sintaxe do português arcaico pode trazer surpresas e restringir o âmbito dos latinismos sintácticos.*

*

Orações simultâneamente relativas e conjuncionais.

Nos *Lusíadas* registam-se:

a) *Orações simultâneamente relativas e temporais:* Cfr.:

E na lingoa, *na qual*, *quando* imagina,
Com pouca corrupção cre que he a Latina.

I, 33, 7-8.

Logo os montes da Nimpha sepultada
Pyrene se aleuantão, *que* segundo
Antiguidades contão, *quando* arderão,
Rios de ouro, & de prata antão corrèrão.

III, 16, 5-8.

... pintura fera,
Que tanto que ao Gentio se apresenta,
A tento nella os olhos apacenta.

VII, 74, 6-8.

(¹) Segundo J. L. de V., *Textos arcaicos*, 3.ª ed., pág. 44.

b) *Orações simultâneamente relativas e condicionais:*
Cfr.:

> Esta he a ditosa patria minha amada,
> *Aa qual se* o Ceo me da, que eu sem perigo
> Torne, com esta empresa ja acabada,
> Acabese esta luz ali comigo.
>
> III, 21, 1-4 (1).

Será latinismo sintáctico? Assim parece.

E. D., sem se pronunciar sôbre a latinidade da construção, que apenas diz estar «antiquada», é o primeiro a confrontá-la com frases latinas que achara em Madvig e a mandar consultar a *Gramática latina* do mesmo.

Dentro da sintaxe latina, o assunto foi estudado por Madvig (2) e Riemann (3).

Afora os ex. que um e outro citam, colhi vários em leituras pessoais:

> «... neque ipse poeta hic tam idem ornatus in dicendo, ac plane orator fuisset, *cujus etsi* incerta sunt tempora, tamen annis multis fuit ante Romulum;»
>
> Cic. *Br.*, x, 40.

> «Sed tum fere Pericles... primus adhibuit doctrinam; *quæ quamquam* tum nulla erat dicendi, tamen ab Anaxagora physico eruditus, exercitationem mentis a reconditis abstrusisque rebus ad causas forenses popularesque facile traduxerat».
>
> Id., *ibid.*, XI.

> «Sed cum hæc magna in Antonio, tum actio singularis; *quæ si* partienda est in gestum atque vocem, gestus erat non verba exprimens, sed cum sententiis congruens».
>
> Id., *ibid.*, XXXVIII, 141.

---

(1) Todos registados por E. D. De oração *simultâneamente relativa e causal* há um ex. dubitativo em II, 19, 3; a sintaxe «*que... lhe* = *a quem*» ocorre igualmente em I, 95, 1; se não interpretamos dêste modo, temos de aceitar num mesmo verso uma acumulação de conjunções causais.

(2) *Gramática latina*, trad. de E. D., Pôrto, 1872, § 445.

(3) *Syntaxe latine*, 7.ª ed., § 18.

Na nossa língua literária, esta construção, hoje absolutamente insólita, regista-se em Frei Heitor Pinto, clássico contemporâneo de Camões:

> «Conta Solino que ha hi hũa fonte no Epiro, *onde se* metem hũa tocha apagada, say acesa (1)».

E na língua literária francesa, onde também hoje seria inteiramente insólita, ocorre no clássico Bossuet:

> «Il y a partout la difficulté *à laquelle si* on succombe on périt» (2).

*

o qual como... (qui cum...)

Nos *Lusíadas* ocorre:

> *O qual, como* do nobre pensamento
> Daquella obrigação, que lhe ficâra
> De seus ántepassados...
> .....
> *Não deixasse* de ser hum so momento
> Conquistado...
>
> *Estando* ja deitado no aureo leito
> .....
> *Os olhos lhe occupou o sonno acceito*
>
> IV, 67-68.

E. D. considerou latinismo esta construção e viu nela a reviviscência de *qui cum*.

---

(1) I, 447 (apud E. D., *Sintaxe histórica portuguesa*, pág. 5).

(2) *Second avert*. t. XV, pág. 254 da ed. Lachat. Ex. citado por Riemann (*loc. cit.*), que a propósito frisa *a inexistência desta construção no francês moderno.*

Em leituras pessoais encontrei em latim muitos ex. semelhantes, v. g.:

«... post (fuit) Pericles, *qui cum* floreret omni genere virtutis, hac tamen fuit laude clarissimus».

Cic. *Br.*, VII, 28.

(Rutilius)... «*Qui cum* innocentissimus in judicium vocatus esset... cum essent eo tempore eloquentissimi viri L. Crassus et M. Antonius consulares, eorum adhibere neutrum voluit».

Id. *ib.*, XXX.

(Scaevola)... «*Qui* quidem *cum* peracutus esset ad excogitandum quid in jure aut in æquo verum aut esset aut non esset, tum verbis erat ad rem cum summa brevitate mirabiliter aptus».

Id. *ib.*, XXXIX, 146.

(Aeschines)... «*Qui cum* propter ignominiam judicii cessisset Athenis et se Rhodum contulisset, rogatus a Rhodiis legisse fertur orationem illam egregiam»...

Id. *De oratore*, l. III, LVI, 213.

(Themistocles)... «*Qui cum* minus esset probatus parentibus, quod et liberius vivebat et rem familiarem neglegebat, a patre exheredatus est».

C. Nepos, *Themist.*, 1.

Esta construção tem de comum com a particularidade anteriormente estudada: o aparecer em ambos os casos uma oração simultâneamente relativa e conjuncional.

Diferencia-se em:

a) poder ser (1) o pronome relativo ao mesmo tempo sujeito lógico de ambas as orações, da subordinada conjuncional e da subordinante;

b) poder estar a oração relativa, — devido à indepen-

(1) Nem sempre é. P. ex. em *Lus.* IV, 67–68 não é; dá-se uma espécie de prolepse anacolútica semelhante à que se regista em IV, 77.

dência que os pronomes relativos têm em latim, — gramaticalmente desligada do antecedente lógico (que nesse caso está no período anterior) e poder estar o pronome relativo na cabeça da frase, equivalendo quási a *et is, et id* (1).

*

Estorvar que não... (*impedire ne...*)

Nos *Lusíadas* ocorre a negação na oração integrante após os verbos:

a) do tipo *estorvar* (*impedire ne...*)

> Pera *estoruar que* a armada *não* chegasse
> Aonde pera sempre se acabasse.
>
> II, 19, 7-8 (2).

> Hum ministro aa solar quentura *veda*,
> *Que não* offende & queime o Rei subido:
>
> II, 96, 3-4.

> Despois yrà com peito esforçadissimo
> A *tolher que não* passe o Rey Gentio
>
> X, 64, 5-6.

b) do tipo *temer* (*timere ne...*)

> Fermosa filha minha não *temais*
> Perigo algum, nos vossos Lusitanos,

---

(1) Madvig, *op. cit.*, § 448, trata dêste assunto, mas não o correlaciona com o estudo das orações simultâneamente relativas e conjuncionais.

(2) Todos estes ex. foram registados por E. D. excepto X, 64, 5-6. Note-se de passagem que o *Dicionário dos Lusíadas* de Afrânio Peixoto & Pedro A. Pinto interpreta muito mal a sintaxe dêstes passos.

Nem *que ninguem* comigo possa mais,
Que esses chorosos olhos soberanos:

II, 44, 1-4 (1).

c) do tipo *ser impossivel*

Mas Affrica dira *ser impossibil*,
Poder *ninguem* vencer o Rei terribil.

IV, 54, 7-8.

Será latinismo?

E. D. anota o paralelismo com as construções latinas do tipo *impedire ne...*, sem todavia se pronunciar sôbre a latinidade da construção; dá até uma informação ambígua, pois diz ser tal sintaxe característica do «português antigo», sem que se saiba com exactidão o que é que êle entende por tal expressão, se é o port. arcaico, se o clássico (2).

O que é certo é que em latim clássico, do mesmo modo que em grego, se registava esta construção com os verbos do tipo «*impedio*» e «*timeo*». O assunto é estudado pelos filólogos (3).

À primeira vista, é um argumento contra a latinidade renascentista desta construção o registar-se em francês a mesma distinção entre «je crains *qu'il ne vienne*» (receio que chegue) e «je crains *qu'il ne vienne pas*» (receio que não chegue) (4).

---

(1) Num contemporâneo de Camões, o bispo D. António Pinheiro, lê-se: nisto sou tão recioso e próvido que *temo não ser* hum pouco aspero» (*Obras portuguezas*, do dito, Lisboa, 1784, tôm. I, fl. 127).

(2) A mesma ambigüidade de expressão se observa no «Registo filológico» da sua edição dos *Lus.*, s. v. *grandiloco*, quando se refere à «nossa literatura *antiga*» e cita uns poucos de quinhentistas.

(3) Cfr. Madvig, *op. cit.*, §§ 375 *a*) e 378; Riemann, *op. cit.*, §§ 188–189; P. Crouzet, *op. cit.*, §§ 182–183.

(4) Segundo Riemann dá a entender (*op. cit.*, pág. 354, nota 3), esta construção é moderna, pois, segundo êle, em francês antigamente tam-

Mas as investigações de Riemann, o brilhante e estudioso discípulo do Benoist que a morte arrebatou tão novo à filologia clássica, esclarecem a evolução destas orações integrantes em latim e corroboram indirectamente a hipótese de ser «*estorvar que não...*» latinismo sintáctico. Eis em resumo as suas conclusões:

a) em latim clássico registava-se a já conhecida construção *timere ne*, *impedire ne* com orações integrantes de conteúdo afirmativo (afirmativo, pelo menos, em relação à nossa mentalidade).

b) *na língua familiar do próprio período clássico* já se registava *non timere ut* em vez de *non timere ne*. (ex. em Horácio e Tito Lívio) (1); — paralelamente *prohibere ut*, em vez da construção ciceroniana *prohibere ne*, aparece mais tarde na passagem do III para o IV século da era cristã (2).

c) no latim popular posterior chegou-se mesmo à construção «*non debetis timere quod*», registada em S. Jerónimo (331-420) (3).

Temos assim a génese da nossa construção popular *temer que...*, também existente no francês arcaico. E assim a construção que se regista nos *Lus.* aparece como uma reviviscência provável da sintaxe clássica.

*

Já... quando... (*jam... cum...*)

Ligando um acontecimento a um momento e estado ante-

---

bém se dizia como em português «je crains que cela se fasse». Mas terá origem erudita a actual construção? Será *reviviscência clássica*? Êle parece antes atribuir a negação supérflua a uma contaminação sintáctica.

(1) Cfr. Riemann, *op. cit.*, § 188, obs. III.

(2) Idem, *op. cit.*, pág. 355, nota 1.

(3) Idem, *op. cit.*, pág. 354, nota 2.

riormente indicados, registam-se nos *Lusíadas* as construções:

a) *já... quando...* (1).

Ia no largo Occeano nauegauão,
.....
Quando os Deoses no Olimpo luminoso,
.....
Se ajuntão em consilio glorioso:

I, 19-20.

Ia o rayo Apolineo visitaua,
Os Montes Nabatheos acendido,
Quando Gama cos seus determinaua,
De vir por agoa a terra apercebido;

I, 84, 1-4.

Ia se hia o Sol ardente recolhendo,
Pera a casa de Thetis,...
.....
Quando o poder do Mauro grande & horẽdo
Foi pelos fortes Reis desbaratado,

III, 115.

Porem *ja* cinco Soes erão passados
Que dali nos partiramos,...
.....
Quando hũa noite...
.....
Hũa nuuem que os ares escurece
Sobre nossas cabeças aparece.

V, 37.

... mas vagando
Andaua a fama *ja* pela cidade,
Da vinda desta gente estranha, *quando*
O Rei saber mandaua da verdade,

VII, 42, 1-4.

---

(1) Simultaneidade nos factos, anterioridade na expressão.

Mas *ja* a luz se mostraua duuidosa,
....
Quando o Gentio, & a gente generosa,
Dos Naires, da nao forte se partia

VIII, 44.

Mas *ja* o claro amador da Larissea
Adultera, inclinaua os animais,
La pera o grande lago...
.....
Quando as fermosas Ninfas...

X, 1-2.

b) *não erão... quando...* (1)

Não erão ancorados, *quando* a gente
Estranha, polas cordas ja subia,

I, 49, 1-2.

Não erão os traquetes bem tomados,
Quando dà a grande & subita procella,

VI, 71, 1-2.

c) *não passa... quando...*

Não passa muito tempo, *quando* o forte
Principe, em Guimarães esta cercado,

III, 35, 1-2.

d) *não acabava... quando...*

Não acabaua, quando hũa figura
Se nos mostra no ar, robusta & valida,

V, 39, 1-2.

e) *não andão... que...*

Não andão muito *que* no erguido cume
Se acharão,...

X, 77, 1-2 (2).

---

(1) Não — simultaneidade nos factos. O facto ocorrido anteriormente é enunciado em último lugar; o outro facto não sabemos mesmo se se chega a consumar.

(2) E. D. correlaciona e com razão a sintaxe dêste passo com, a de I, 49, 1.

E. D. registou esta construção como correspondente ao latim *jam... cum...*, sem contudo se pronunciar sôbre a sua latinidade (1).

Será latinismo sintáctico?

Há vários argumentos pró:

1.º) o ocorrer freqüentemente esta construção em latim clássico, com várias alternativas (*jam... cum...*; *vix... cum...*; etc.) (2).

2.º) o ocorrer esta construção num passo de Vergílio imitado por Camões em *Lus.* 1, 19-20 (passo em que ocorre a construção *já... quando...*):

> *Vix* e conspectu Siculæ telluris in altum
> Vela dabant læti et spumas salis ære ruebant,
> *Cum* Juno, æternum servans sub pectore vulnus,
> Hæc secum:...
>
> Verg. *En.*, 1, 34-37 (3).

3.º) o reaparecer esta construção no latim dos humanistas do Renascimento:

> «*Nondum* orbis adoraverat Romam, *nondum* Oceanus decesserat Tibri, *cum* ad oram Siciliæ, qua fluvius Gelas maria subit, ingentis speciei juvenem peregrina navis exposuit».
>
> Barclay, *Argenis* (4).

Latinismo sintáctico? Tudo o faz crer. Todavia, sem que isto seja um argumento decisivo contra essa hipótese, re-

---

(1) Comentário a *Lus.*, 1, 20.

(2) Dentro da sintaxe latina o assunto é estudado por Madvig, *op. cit.*, § 358, obs. 1.ª, e Riemann, *op. cit.*, § 220.

(3) A imitação é patente: num e noutro poema abre aqui a narração a meio da viagem.

(4) Jo. Barclaii, *Argenis*, Amsterdam, 1671, (edição elzeviriana), pág. 23. Escrito em *1621*, é meio século posterior aos *Lusíadas*, mas vale no entanto como documento de ambiência.

gista-se esta mesma sintaxe na narração do naufrágio do Sepúlveda que vem na *História tragicò-marítima*:

> «O traquete da proa *não era* ainda acabado de tomar *quando* se a nao atravessou» (1).

* *

Não de outra sorte... que... (*non aliter... quam...*)

Nos *Lusíadas* lê-se:

> *Não de outra sorte* a timida Maria
> Fallando está, *que* a triste Venus, quando
> A Iupiter seu pay fauor pedia,
> Pera Eneas seu filho, nauegando,
>
> III, 106, 1-4.

E. D. notou neste passo a correspondência com *non aliter... quam*.

SECÇÃO III

Da colocação

Prolepse pròpriamente dita.

(*transposição do sujeito ou complemento directo da oração integrante primitiva para complemento directo da oração subordinante*).

Nos *Lusíadas* ocorre:

a) a transposição *do sujeito* da oração integrante para complemento directo da oração subordinante em — 8 ex.:

> Vereis *a terra que a agoa lhe tolhia*,
> Que inda ha de ser hum porto muy decente,
>
> II, 48, 1-2 (2)

---

(1) *História tragicò-marítima*, ed. de 1904, vol. I, pág. 18. Esta frase é parecidíssima com a que se regista em *Lus.* VI, 71, 1–2.

(2) Nos ex. dêste tipo a oração *lògicamente integrante*, pela pro-

Vereis *a inexpugnabil Dio forte,*
Que dous cercos terà, dos vossos sendo.

II, 50, 1-2 (1).

Não menos nesta terra esprimentara
Namorados affeitos, quando nella
A filha vio, que tanto o peito doma
Do forte Rey, que por molher a toma.

VI, 47, 5-8 (2).

Olha *hum Mestre* que deçe de Castella,
Portugues de nação, como conquista
A terra dos Algarues, . .

VIII, 25, 1-3.

Não *no* ves tinto de yra, que reprende
A vil desconfiança inerte & lenta

VIII, 23, 5-6 (3).

. . . quando lhe lembrara
Coelho, se por caso o esperaua
Na praia cos bateis, como ordenara:

VIII, 88, 2-4 (4).

Olha *as casas dos negros*, como estão
Sem portas, confiados em seus ninhos

X, 94, 1-2.

Mas ve *a ilha Gerum*, como descobre
O que fazem do tempo os interualos,

X, 103, 5-6 (5).

---

lepse, passa a ser *gramaticalmente relativa*, o que não acontece nos outros ex. em que já não há a ambigüidade do «*que*» (pronome relativo e conjunção integrante).

(1) Vid página anterior nota 2.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Já registado por J. M. R.

(5) E. D., que não emprega uma única vez o termo *prolepse*, regista em alguns dêstes ex. (II, 48; 50; VI, 47; VIII, 28) o corresponder a oração *relativa* a um infinitivo, o que também é certo, (pode corresponder a uma oração integrante conjuncional ou a uma integrante infinitiva). Segundo êle, há a mesma particularidade sintáctica em IX, 26, 1-4; em meu fraco entender, trata-se aí porém duma vulgar oração consecutiva, pois doutro modo fica sem explicação o «*tam* austero» do v. 1.

b) a transposição *do complemento directo* da oração integrante para a subordinante.

Só registei 2 ex.:

> Qual parida Lioa fera & braua
> Que *os filhos* que no ninho sôs estão
> Sentio, *que* em quanto pasto lhe buscara,
> O pastor de Massilia lh*os* furtara.
> IV, 36, 5-8 (1).

> Por ver *o preço*, que no Ceo perdi,
> VI, 34, 3 (2).

Estamos ou não em presença de um latinismo?

Assim parece, pois, por um lado, a prolepse é por assim dizer inusitada na nossa língua de hoje, mesmo na literária (3), e, por outro lado, ela é freqüente em latim.

Dentro da sintaxe latina o assunto é tratado por Riemann (4) e Laurand (5).

---

(1) Sintaxe bem complicada a dêstes versos. À primeira vista parece que a oração introduzida pelo «que» do 7.º v., a qual normalmente seria integrante, se transformou pela prolepse em relativa, como acontece em II, 48; 50; VI, 47; VIII, 28. Mas tal não deve acontecer, visto que *os filhos*, que seria nesse caso o antecedente do «que» do 7.º v., está representado por «os» (lh*os*) do oitavo verso nessa tal oração introduzida pelo «que» e difícil de caracterizar. Nesse caso a oração continúa integrante? Mas então o vb. «sentio» tem dois compl. directos: «os filhos» e a oração «integrante». Em qualquer das hipóteses há, em relação à língua de hoje, pelo menos, uma anomalia sintáctica.

(2) Já registado por J. M. R.

(3) No entanto registam-sa na conversação familiar frases como esta: «Diga-me *as horas* que são» (= diga-me que horas são).

(4) *Op. cit.*, § 174, obs. II. Não emprega o termo *prolepse* e atribui com razão o fenómeno à facilidade que o latim tinha em isolar numa determinada oração membros de outra. (Adiante veremos outros fenómenos resultantes dessa modalidade da língua latina).

(5) *Manuel des études grecques et latines*, Paris, 1921, tom. VI, (*Grammaire historique latine*), § 410.

Em grego a prolepse ainda era mais freqüente do que em latim, cfr. v. g.:

οὐχ ὁρᾷς τούτους τοὺς συκοφάντας, ὡς εὐτελεῖς (εἰσιν)...;

Platão, *Criton*, c. IV.

πόλιν μέν, εἰ καὶ μὴ βλέπεις, φρονεῖς ὅ'ὅμως,
οἵᾳ νόσῳ ξύνεστιν.

Sófocles, *Rei Edipo*, vv. 302-303 (1).

πρῶτον μὲν εἶπὲ παῖδ(α). .
.....
εἰ ζῇ·

Eurípides, *Hécuba*, vv. 986-988.

Todavia, os filólogos autorizados (v. g. Riemann, Laurand, *loc. cit.*) não consideram a prolepse dentro da sintaxe latina como um helenismo; dizem mesmo que ela é característica do *estilo familiar* (2).

•

Prolepse do sujeito ou dum complemento da oração integrante para a subordinante sob a forma de complemento introduzido pela preposição «de»

Nos *Lusíadas* ocorre:

1) a prolepse *do sujeito*

---

(1) A prolepse é freqüente nesta peça de Sófocles; cfr. vv. 14-16, 842-843, 926, 1172.

(2) Ficou dito atrás que a prolepse é inusitada na nossa língua de hoje, mesmo na literária. Todavia, também nesta matéria, o desbravamento da nossa sintaxe arcaica pode trazer surpresas. A prolepse aparece em espanhol, no século XVI, na língua de Santa Teresa; v. g.: «holgábamo de oir*la* cuán bien hablaba de Dios.. »; «... era de tan livianos tratos que mi madre *la* habia mucho procurado desviar que tratase en casa». (*Vida de Santa Teresa*, pela mesma, c. II e III).

a) após um verbo *sensitivo:*

E sabe mais, lhe diz, como entendido
Tenho *destes Christãos sanguinolentos*,
Que quasi todo o mar tem destruido,

I, 79, 1-3 (1).

Saber *da gente estranha* donde vinha
Que costumes, que lei, que terra tinha.

VII, 66, 7-8 (2).

Cores *de quem* a vista julga, & sente,
Que não erão das rosas, ou das flores,

IX, 68, 5-4 (3).

b) após um verbo *declarativo:*

Mas proseguindo a Nimpha o longo canto,
De Soarez cantaua, que as bandeiras
Faria tremolar,...

X, 50, 1-3.

c) após o verbo «*ordenar*»

Porque *de vossas agoas* Phebo ordene,
Que não tenhão enueja aas de Hypocrene.

I, 4, 7-8 (4).

2) a prolepse *dum complemento* (após um verbo *declarativo*)

O que entre meus antigos he vulgado
Delles, he que o valor sanguinolento
Das armas, no seu braço resplandeçe,

VII, 69, 5-7 (5).

---

(1) Registado por E. D.

(2) Registado por E. D. Com efeito não é «*scire ex aliquo*» pois o Catual vai pedir informações a Monçaide e não à «gente estranha» (i. é. os Portugueses). «*Scire ex aliquo*» ocorre em VII, 2–3.

(3) Registado por E. D. Há ainda um exemplo dubitativo em VII, 67, 7: pode tratar-se duma prolepse dêste género, mas por outro lado é possível que seja uma interrogação anacolútica.

(4) Registado por E. D.

(5) Registado por E. D. A partícula de realce desfigura aparentemente a sintaxe desta frase.

É latinismo?

E. D. (1) regista esta sintaxe como «vulgar nos escritores *antigos*» (de novo êste termo equívoco), cita um ex. análogo colhido em Frei Luís de Sousa (2) e chama ao fenómeno «a *continuação* duma sintaxe que se encontra também em latim», (outro termo equívoco: quererá êle dizer *reviviscência erudita* ou, pelo contrário, *perduração através da língua popular?*)

Por enquanto faltam dados para resolver cabalmente o problema. No entanto creio tratar-se dum latinismo sintáctico e não vejo nenhum argumento contra.

Dentro da sintaxe latina o assunto é tratado com desenvolvimento por Madvig (3).

Em grego ocorre o mesmo fenómeno, embora com variantes:

a) prolepse do *sujeito* da oração integrante:

> Καὶ τῶν παρ' ἑαυτῷ δὲ βαρβάρων (Κῦρος) ἐπεμελεῖτο ὡς πολεμεῖν τε ἱκανοὶ εἶησαν καὶ εὐνοϊκῶς ἔχοιεν αὐτῷ.
>
> Xenof., *Anábase*, I, 1, 5 (4).

b) prolepse do *complemento directo* da oração integrante:

> Τέκνα μὲν οὖν ἤν θεός ποτε διδῷ ἡμῖν γενέσθαι, τότε βουλευσόμεθα περὶ αὐτῶν ὅπως ὅτι βέλτιστα παιδεύσομεν αὐτά.
>
> Id., *Económico*, cap. VI (5).

---

(1) No com. a I, 4, 7–8. Cfr. também *Sintaxe histórica portuguesa*, § 416.

(2) «*De muitos santos* lemos que o foram ainda no berço» (*Vida do Arcebispo*, I, 1).

(3) *Gramática latina*, § 395, obs. 7.ª

(4) Nêste ex. a prolepse existe, mas o sujeito deslocado está *no genitivo sem preposição.*

(5) Êste exemplo está mais próximo dos do latim e do português (περί = *de*); no entanto, como em *Lus.* IV, 36, 5–8, o complemento directo deslocado pela prolepse reaparece na oração integrante a que lògicamente pertence.

Todavia não suponho tratar-se dum helenismo da sintaxe latina, visto que o latim tinha de per si, como acentua Riemann (1), uma grande facilidade em deslocar elementos duma oração e isolá-los noutra.

*

Transposição de adjectivos da oração subordinante para a subordinada relativa.

Ocorre nos *Lusiadas*, cfr.:

... quando aleuantarão
Hum, por seu capitão, que *peregrino*
Fingio na Cerua espirito diuino.

I, 26, 6-8.

... & o Mar, que *fero & horrendo*
Vio dos Gregos o yrado senhorio:

III, 7, 5-6.

Qual roxa Sangucsuga se veria
Nos beiços da alimaria (que *imprudente*,
Bebendo a recolheo na fonte fria)

V, 21, 1-3.

Neste terreno meu, que *duro & yrado*,
Os deixarâ dhum crú naufragio viuos
Pera verem trabalhos eccessiuos.

V, 46, 6-8.

Hum successo que *triste & negro* vejo,

X, 37, 4.

Este orbe que *primeiro* vay cercando

X, 81, 1.

É latinismo sintáctico. E. D., que regista todos estes

(1) *Op. cit.*, § 174, obs. II.

ex.(1), excepto v, 21, 1-3 e 46, 6-8, escreve no comentário a x, 81, 1: «*primeiro*» está posto, *à latina*, na oração relativa».

Achei em latim, numa leitura pessoal, um ex. idêntico:

> «... ut si ego me a M. Tullio esse dicerem, qui *patricius* cum Servio Sulpicio consule anno X post exactos reges fuit».
>
> Cic. *Br.* XVI.

*

«o» apôsto explicativo — condensando uma oração infinitiva expressa na seqüência.

Nos *Lusíadas* ocorre:

> Eu *o* vi certamente (& não presumo
> Que a vista me enganaua) *leuantarse,*
> *No ar hum vaporzinho* & sutil fumo
> *E do vento trazido, rodearse:*
>
> v, 19, 1-4.

E. D. registou nêste passo uma sintaxe correspondente à que ocorria em latim em frases como esta *Illud* negare potes, *te de re judicata judicasse?*» (Cic. *Verr.*, 2).

Em latim esta particularidade é corrente *na linguagem de Cicero:* todos os ex. de Madvig são ciceronianos e colhi outros, também de Cícero, em leituras pessoais:

> «.. *Id* vero desinant dicere, qui subtiliter dicant, *eos solos Attice dicere* ...»
>
> Cic., *De opt. gen. orat.*, IV, 12.

> «Laudare igitur eloquentiam... neque propositum est nobis

(1) Vê igualmente esta espécie de transposição em v, 60, 7-8 (onde, como atrás disse, vejo uma reviviscência do particípio futuro activo); VII, 26, 3-4; 46, 4; (onde ela realmente se verifica, mas com outras determinações).

hoc loco neque necessarium. *Hoc* vero sine ulla dubitatione confirmaverim, sive illa arte pariatur aliqua, sive exercitatione quadam, sive natura ipsa, *rem unam esse omnium difficillimam*».

Cic. *Br.* VI, 25.

Dentro da sintaxe latina, o assunto é tratado por Madvig (1) e Beauchot (2).

CASOS DUBITATIVOS

Nome + particípio = nome + genitivo objectivo

Camões escreve:

Ia na cidade Beja vay tomar,
Vingança de *Trancoso destruida*,

III, 64, 1-2.

(= vingança da *destruição de Trancoso*)

Por isso Lianor, que o sentimento
Do morto Conde ao mundo descobrio,

IV, 6, 5-6.

(= o sentimento provocado pelo *assassinato do Conde*)

Encobrem no profundo peito a dor
Da morte, *da fazenda despendida*,

IV, 43, 5-6 (3).

(= a dor causada pelo *dispêndio dos bens*)

Será latinismo?

---

(1) *Op. cit.*, § 395, obs. 6.ª
(2) *Cicéron — Oeuvres choisies*, 7.ª ed., «Notes grammaticales», § 230.
(3) Todos estes ex. foram registados por E. D.

À primeira vista assim parece, pois há fortes argumentos pró:

1.º) Por um lado, esta particularidade é freqüentíssima em latim, ocorrendo em muitos autores; pela minha parte, em leituras pessoais, registei ex. em Vergílio, Horácio, Ovídio, Cícero, Tito Lívio, Tácito (1):

«Sanguine placastis ventos et *virgine cæsa*,

Verg. *En.* II, 116.

«Dic mihi, Musa, virum, *captae* post tempora *Trojae*
Qui mores hominum multorum vidit et urbes».

Hor. *Epist. ad Pisones*, 141-142.

cæso genitore infamis

Ovídio (2).

«Angebant ingentis spiritus virum *Sicilia Sardiniaque amissae:*»

T. Livio *Histor.*, l. XXI, c. 1.

... «*recuperatæ provinciæ* gloria in ducem cessit».

Tácito, *Agrícola*, c. V.

cfr. ainda as expressões correntes *ab Urbe condita*, *post Romam conditam* (esta última ocorre em Cic. *Br.*, XVIII) (3).

---

(1) Madvig cita ainda ex. de Salústio e de Quinto Cúrcio. No entanto Riemann põe a seguinte restrição: «Cet emploi du participe, soit avec un substantif, soit au neutre sans substantif, *n'est pas absolument étranger à Cicéron;* mais *Tite-Live va beaucoup plus loin que lui* et fait de cette construction un usage à la fois bien plus fréquent et plus hardi» (*Remarques sur la langue de Tite-Live*, § 105).

(2) Apud Quicherat, s. v. «infamis».

(3) Dentro da sintaxe latina, o assunto é tratado por Madvig, *op. cit.*, § 426; Riemann, *Remarques sur langue de Tite-Live*, § 105; Crouzet, *Grammaire latine simple et complète*, 19.ª ed., pág. 122. Madvig observa e com razão que «em latim esta forma se usa principalmente *quando não existe o substantivo verbal correspondente*, como acontece com os verbos *condere, interficere, amittere, nasci*». Riemann foca a plasticidade desta

2.º) Por outro lado, esta construção, hoje por assim dizer inusitada, é freqüente em português clássico, exactamente no período da neò-latinização da língua; cfr. os títulos de vários livros: «*Malaca conquistada*», «*Lisboa edificada*», «*Lusitania transformada*», «*História de Santarem edificada*».

Todavia, depois de ter considerado durante anos esta construção como um autêntico latinismo e depois de ter colhido pacientemente ex. em vários autores, uma dúvida me surgiu no espírito e foi-me ela sugerida pela leitura do parágrafo da «Sintaxe histórica portuguesa» em que E. D. trata dêste assunto (1).

Com efeito, ao dizer que «*não é vulgar* o emprêgo dum particípio passivo concordado com um substantivo em vez do nome da acção correspondente ao particípio seguido da preposição *de* com o dito substantivo», E. D. cita um ex. que parece *popular:* de *sol nado* a *sol posto* (do nascer ao pôr do sol).

---

construção na língua de Tito-Lívio: podia ter lugar não sòmente com o particípio pretérito passivo mas também com o particípio futuro activo e com o gerundivo; podia o particípio determinar um substantivo e concordar com êle, mas podia igualmente empregar-se na forma neutra substantivada. Por seu turno Crouzet dá a interessante informação de ter existido esta construção em francês *clássico*, cfr. Lafontaine: «*Mon voyage dépeint* vous sera d'un plaisir extrême.» — Em grego também existira; cfr.:

> Καὶ ἐπὶ τοῖς ἔνδον δὲ ἐξυφαινομένοις κηρίοις (ἡ τῶν μελισσῶν ἡγεμὼν) ἐφέστηκεν, ὡς καλῶς καὶ ταχέως ὑφαίνηται...
>
> Xenof., *Económico*, c. VII.

(preside *aos favos fabricados* = preside *à fabricação dos favos*).

(1) *Op. cit.*, § 319, obs. 2.ª.

O povo diz: «trabalhar de sol a sol». Mas não dirá também: «trabalhar de sol nado a sol posto»? Ou será esta expressão uma tradução vulgarizada do latim «*ab orto* (*sole*) usque ad occidentem solem», que aparece v. g. em Tito Lívio (1)? Não creio.

Mais uma incógnita que o desbravamento da nossa sintaxe arcaica poderá porventura decifrar.

*

Vestígios possíveis da oração relativa final.

Sob êste aspecto de determinar o grau de latinidade da sintaxe dos *Lusíadas*, êste foi decerto um dos casos mais complexos que se me depararam.

No poema ocorre a construção *que* + *conjuntivo* em orações *finais* nos seguintes passos:

Manda mais hum na pratica elegante,
Que co Rei nobre as pazes *concertasse*,
E *que* de não sair naquelle instante,
De suas naos em terra o desculpasse.

II, 78, 1-4 (2).

Iulgando ja Neptuno que seria
Estranho caso aquelle, logo *manda*
Tritão, *que chame* os Deoses da agoa fria,

VI, 16, 1-3.

E se agrauadas damas sois seruidas,
Por vos lhe *mandarei* embaixadores,

---

(1) *Histor.*, l. XXII, c. VII.

(2) «desculpar = desobrigar alguem da culpa fazendo a sua apologia» (Moraes, s. v.) Com o sentido mais usual, «*desculpasse*» não poderia ter o mesmo sujeito que «concertasse» na oração similar a que a sua está coordenada. (O sujeito de *concertasse* seria *o mensageiro* e o de *desculpasse* teria então de ser *o rei*).

Que por cartas discretas & polidas,
De vosso agrauo os *fação* sabedores:

VI, 49, 2 4.

Vão a buscar, & *mandam* a diante,
Que celebrando *va* com tuba clara,

IX, 45, 1-2 (1).

Do mesmo modo ocorre *onde + conjuntivo* em orações relativas finais (ou consecutivas) em VII, 25, 8; X, 41, 6.

Será latinismo?

Há argumentos pró:

1) Em latim havia as orações relativas finais com o verbo no conjuntivo, tipo *misit legatos qui pacem peterent* (2).

2) Por outro lado, no português clássico do período da neò-latinização da língua regista-se esta mesma construção em frases que para o falar de hoje têem qualquer cousa de insólito, cfr.:

«Vasco da Gama *mandou* algũs creados seus *que* ho *leuassẽ* as costas».

Castanheda, l. I, c. 18 (3).

«*Chamou* o mestre dos noviços e alguns padres outros *que* o *examinassem* na latinidade».

Fr. Luís de Sousa (4).

---

(1) Em todos estes ex. a construção «*que + conjuntivo*» ocorre após o verbo «*mandar*»; (cfr. «*mittere*» em latim). Em III, 26, 7 e X, 2, 6, o «que» pode ser final ou consecutivo.

(2) Cfr Madvig, *op. cit.*, § 363 *a*); Riemann, *Syntaxe latine*, § 223; Crouzet, *op. cit.*, § 176.

(3) Apud J. M. R., comentário a *Lus.* VI, 18, 8.

(4) *Vida do Arcebispo*, l. I, cap. II, (pág. 14 da edição da «Antologia portuguesa»).

Mas não faltam argumentos contra.

A) Em primeiro lugar, o mestre da «Sintaxe histórica portuguesa», — cuja autoridade, se não deve de forma alguma ser incondicionalmente aceite, também não é para desprezar, mercê da sua penetração filológica e dos materiais amontoados pelas suas investigações, — considerou as orações *relativas finais* dentro dum conjunto que denominou «as orações relativas que exprimem uma simples concepção e que têem o verbo no conjuntivo» (1).

E dentro dessa categoria, para êle normal na língua, E. D. registou formas nìtidamente populares como a perífrase «quem quer que seja».

B) Mas há outro argumento mais forte que, se não destroi pela base, pelo menos vem abalar fortemente tudo o que atrás ficou dito, porque permite novas interpretações sintácticas. É êste: dentro da língua popular *«que» pode ser ou não conjunção final?*

A «Sintaxe histórica portuguesa» (2) não inclui «que» entre as conjunções finais da nossa língua e apenas prevê um caso especialíssimo em que a oração de *que* é final (3).

Todavia o próprio E. D., na sua edição dos *Lusíadas*, chama *ipsis verbis* «conjunção final» a *que* em vários passos (II, 81, 7; III, 2, 3; VII, 36, 2). Por seu turno J. M. R. vê um *«que = para que»* em V, 92, 3. Penso que se deve interpretar do mesmo modo a sintaxe de VI, 27, 4; 35, 6-7; VII, 58, 8; IX, 23, 7-8. Regista-se ainda um ex. típico de «que», conjunção final, em Castanheda, I, 79 (4).

Evidentemente esta nova hippótese vem permitir dar uma

---

(1) E. D., *Sintaxe histórica portuguesa*, § 274 *a*). Todavia quási todos os ex. citados são de orações relativas *consecutivas*.

(2) E. D., *Sintaxe histórica portuguesa*, § 387 *a*).

(3) *Ibidem*, § 387 *b*).

(4) Transcrito por E. D. no comentário a VIII, 52, 5-8.

nova interpretação à sintaxe de todos os passos atrás mencionados como ex. dum possível latinismo.

Como resolver a incógnita? Mais uma vez repito: o desbravamento da nossa sintaxe arcaica poderá trazer a solução, que não suponho favorável à hipótese dum latinismo.

(Continua).

C. E. Corrêa da Silva.
(Paço d'Arcos)

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.